



LARISSA ROSA CORRÊA

**“DISSERAM QUE VOLTEI AMERICANIZADO”: RELAÇÕES
SINDICAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1978)**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LARISSA ROSA CORRÊA

**“DISSERAM QUE VOLTEI AMERICANIZADO”: RELAÇÕES
SINDICAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1978)**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração em História Social.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/ DISSERTAÇÃO DEFENDIDA

PELO(A) ALUNO(A) Larissa Rosa Corrêa, E ORIENTADA PELO PROF. DR. Fernando Teixeira da Silva.

CPG, 01/07/ 2013.

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

C817d Corrêa, Larissa Rosa, 1979-
"Disseram que voltei americanizado" : relações sindicais Brasil - Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978) / Larissa Rosa Corrêa. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Fernando Teixeira da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo - Brasil. 2. Corporativismo. 3. Negociação coletiva do trabalho. 4. Guerra Fria. 5. Brasil - História, 1964-1985. I. Silva, Fernando Teixeira da, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Brazilian and American Labor Relations under the Civil-Military Dictatorship (1964-1978)

Palavras-chave em inglês:

Trade unions - Brazil

Corporatism

Collective bargaining labor

Cold War

Brazil - History, 1964-1985

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Fernando Teixeira da Silva [Orientador]

Antonio Luigi Negro

Clifford Andrew Welch

James Naylor Green

Michael McDonald Hall

Data de defesa: 01-07-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 01 de julho de 2013, considerou a candidata LARISSA ROSA CORRÊA aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

Prof. Dr. James Naylor Green

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

*Para Tereza (em memória) e Edith, duas
gerações, mãe e filha, avó e mãe, duas
mulheres fortes, dois exemplos.*

AGRADECIMENTOS

Muitos leitores não se dão conta, mas quem passou pelas dificuldades de escrever uma tese, certamente sabe os sentimentos que envolvem o registro deste tão esperado momento: os agradecimentos. Não cabe aqui relatar os longos e árduos, porém não menos proveitosos, percursos e percalços do processo de doutoramento. Digo percalços porque, como todos sabem, por trás de uma tese se esconde sempre uma história de bastidores, mais precisamente sobre como chegamos à definição do nosso objeto de pesquisa. No meu caso, é preciso dizer que os reveses foram mais do que benéficos, foram fundamentais para a abertura de novos campos de pesquisa, para o conhecimento de outras áreas e redes de pesquisadores que eu até então ignorava. Por isso, gostaria de agradecer àqueles que me ajudaram e contribuíram, mesmo de forma indireta, para a elaboração desse estudo. Na verdade, sem a ajuda de algumas pessoas, eu simplesmente não teria concluído esta tese.

Quando ingressei no curso de doutorado do Programa de Pós- Graduação em História na Unicamp, em 2008, a ideia era continuar os meus estudos sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, com base na pesquisa que eu havia feito no mestrado, mas com um recorte temporal diferente, voltado para o período da Ditadura Civil-Militar. Trabalhando no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), tive o prazer de conhecer James Green. Não demorou muito para nos tornarmos amigos e, dessa relação, surgiu um convite para que eu fizesse o doutorado sanduíche na Brown University, sob sua orientação. Aceitei imediatamente e na hora confesso que não liguei para suas advertências sobre o impiedoso inverno em Providence. Momento que, mais tarde, Jimmy fez questão de me lembrar com um sorrisinho daqueles que expressam um “eu te disse, eu te disse”. Jimmy não só me recebeu na universidade, mas também me acolheu. Durante seis meses, ele compartilhou comigo a sua vida, sua casa, sua família e amigos. Aqui eu gostaria de registrar minha gratidão profunda por seu gesto de companheirismo e de amizade. Jimmy, o que você fez por mim não foi pouco e eu já lhe disse que esse é o seu legado: ensinar o sentido da generosidade, compartilhar o conhecimento com as novas gerações. Conviver com você e com Mosh durante esses meses, sem dúvida, me tornou uma pessoa melhor. E foi também inspirada na sua energia que eu consegui acumular uma

quantidade enorme de documentos, leituras, fichamentos etc – trabalho que me permitiu mudar os rumos da minha pesquisa inicial e começar outra. Aproveito para agradecer minha querida amiga Sandra Haley, que, sem dúvida, me proporcionou os melhores momentos em Providence.

Daí os percalços. Demorei muito para tentar conciliar a experiência de pesquisa anterior com o novo objeto que me propus a estudar. Foi difícil entender qual era a minha tese. Porém, jamais teria chegado a essa conclusão sozinha. Foi o professor Michael Hall o responsável por me encorajar a mudar a direção da pesquisa, atentando para outras questões e desafios historiográficos, sempre com seu característico tom despretensioso e suas perguntas curtas, mas não menos enigmáticas. A ele sou imensamente grata. Não foram poucos os papezinhos amarelos escritos por Michael, cheios de referências bibliográficas, acumulados ao longo desses anos e que mais pareciam compor um quebra-cabeça. Guardo todos eles com carinho.

No entanto, sem meu orientador e amigo, Fernando Teixeira da Silva, nada teria acontecido. Ele, que pacientemente me orienta desde 2005, sempre se mostrou presente e interessado nas minhas pequenas “descobertas”, mas soube me deixar à vontade para que eu pudesse transitar em outras áreas de pesquisa, permitindo que eu mudasse o projeto original e embarcando comigo nessa nova empreitada. Fernando foi fundamental não apenas para a conclusão desta tese, mas para o desenvolvimento da minha trajetória acadêmica. Ele não gosta que eu diga, mas eu insisto: devo toda a minha formação a ele, é meu mestre.

Também não foram poucas as pessoas que conheci e que foram importantes para a elaboração da tese. Não caberia aqui listar todas elas. Mas gostaria de registrar o meu agradecimento especial aos funcionários do AEL/Unicamp, Arquivo Nacional, CEDEM/Unesp, da biblioteca do IFCH, Centro de Memória Sindical, do George Meany Archives, do National Archives II, do Khell Center da Cornell University, por terem viabilizado as fontes analisadas nesta tese. Aos entrevistados Stanley Gacek, José Luis Vasco, Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus, Dona Ditinha, viúva do juiz Carlos Figueiredo Sá, que dedicaram tempo e atenção à autora, sem esperar nada em troca.

Aos colegas e amigos do APESP, em especial Fabiana Marcolino, Alessandra Matheus, Rafaela Leuchtenberger e Lauro Ávila, por ter permitido que eu conciliasse o trabalho e o doutorado ao longo de um ano. Ao Cecult/Unicamp, em especial a Flávia Peral, pela sua atenção e disponibilidade em sempre nos ajudar. A Irani Meneses do Sindicato dos Trabalhadores Químicos por ter disponibilizado a documentação e confiado no meu trabalho. A Domingos Galante, por quem tenho imensa admiração e respeito, obrigada por ter dedicado horas e horas de conversas, recordações e reflexões. Aos colegas do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, onde fiz amigos como Edna, João e Marcelo.

A Rossana Barragán, do Instituto Internacional de História Social de Amsterdam (IISH), com quem aprendo muito a cada dia, obrigada pela compreensão com a elaboração da tese, pelo carinho e amizade. Agradeço ainda aos organizadores do *Global South Workshop* 2012, do Instituto de Pós-Graduação de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento de Genebra, com quem tive o privilégio de debater meu projeto de doutorado na Universidade de Accra, Gana. Da mesma forma, sou muito grata aos professores Robert Waters e Geert van Goethem por terem me convidado a participar do seminário sobre a política internacional da AFL-CIO na Guerra Fria, realizado em Ghent, Bélgica, em outubro de 2011, bem como da coletânea “*The AFL-CIO and the International Cold War*”, a ser publicada ainda neste ano.

No Rio de Janeiro, fui muito bem recebida e acolhida por pessoas “da mais pura cepa”, entre elas Angela de Castro Gomes, Elina Pessanha, José Ricardo Ramalho e José Sérgio Leite Lopes. Aqui no Rio fiz novos amigos que também admiro, tendo o privilégio de conviver com eles e seus familiares: Paulo Terra e Sérgio; Fabiane Popinigis e Lars; Claudio Pinheiro e Elo; Gino e Yara; Alexandre Fortes e as “meninas”; Rita, minha amiga querida; Giovana e Álvaro e, mais recentemente, o doce Peri. Em São Paulo, não poderia deixar de agradecer meus queridos amigos Hélio da Costa e Chico Macedo, companheiros de todas as horas! E Eneida Sela, por mais uma vez ter sido uma leitora atenta. Obrigada a todos pela paciência e força!

Agradeço a minha mãe Edith e meu pai (em memória), irmãos, irmã e toda a família por tudo que tenho e sou. Mas difícil mesmo é agradecer o meu amor, meu amigo e

companheiro, Paulo Fontes. Como expressar tanta gratidão? Esta tese é sua também. Você acompanhou toda a gestação “deste filho”, influenciou de forma direta e indireta, por meio das nossas longas e intermináveis conversas, dúvidas e outros questionamentos. Com seu olhar sempre atento, ao longo desses anos, me presenteou com milhões de indicações bibliográficas, leu diversas versões da tese, me ouviu sempre pacientemente. Enfim, me apoiou em tudo. Sem você esta tese não teria tido a menor graça. Estamos juntos, meu bem, hoje, amanhã e além! Eu amo muito você e quem mais vier!

Por fim, agradeço à Capes por ter financiado meus estudos durante todo o curso de doutorado, concedendo-me, inclusive, a bolsa sanduíche para os Estados Unidos.

RESUMO

Este estudo analisa o papel do sindicalismo norte-americano no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar, por meio das atividades realizadas pelo Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), entidades financiadas pelo governo estadunidense, pela AFL-CIO e grandes corporações norte-americanas. A pesquisa observa as ações dos sindicalistas norte-americanos voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais e educativos na área do mundo do trabalho, incluindo os programas de intercâmbio para os Estados Unidos, interpretando-as como estratégias para implantação do chamado sindicalismo “livre e democrático” e a contenção do comunismo no Brasil. Uma das principais questões deste estudo é compreender os motivos que levaram o regime militar, mesmo no período de maior alinhamento com os interesses dos Estados Unidos, a não adotar o modelo contratualista de regulamentação trabalhista norte-americano. Para tanto, serão analisadas as relações entre os sindicalistas brasileiros e norte-americanos por meio das atividades educacionais conduzidas pelo IADESIL e o ICT, bem como a política trabalhista formulada pelos diferentes governos militares. Ao observar o desenvolvimento do programa Aliança para o Progresso na área sindical no Brasil, este estudo chama a atenção para a complexidade das relações transnacionais ocorridas durante a Guerra Fria. Nesse sentido, as ações dos sindicalistas e autoridades civis e militares brasileiras são consideradas fundamentais para compreender as relações sindicais entre Brasil e Estados Unidos entre os anos de 1964 e 1978. Não menos importante é compreender os motivos que levaram o IADESIL a diminuir suas ações no movimento sindical brasileiro a partir dos anos 1970. Por fim, deve-se enfatizar que a análise do sindicalismo norte-americano no Brasil, no apogeu da Guerra Fria, representa um importante estudo de caso que expõe as contradições, os limites e os desafios da política sindical internacional da AFL-CIO naquele período.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of the American trade unionism in Brazil under the Civil-Military Dictatorship. The dissertation focuses on the activities of the American Institute for Free Labor Development (AIFLD), funded by the U.S. government, the AFL-CIO, and U.S. employers. The analysis will point out how the Americans unionists created labor programs that I understand as a way to promote the so called “free and democratic” unionism and to combat Communism in Brazil. Accordingly, I question why the military regime, even during the high point of its alliance with the U.S. state, decided not to adopt the American contractualist labor relations system. To this end, I will analyze relations between Brazilian and American trade unions through the educational activities conduct by the AIFLD. Nevertheless, in observing the projects of the Alliance for Progress related to Brazilian unionism, I emphasize the complexity of transnational relations during the Cold War, focusing on the actions of the Brazilian government and local trade unionists which I consider to be essential in the implementation of American trade union programs in the country. Last but not least, the study seeks to understand the causes that made the AFL-CIO retreat its project in the country in the 1970s. The examination of the U.S. trade-unionism in Brazil during the heydays of the Cold War in Latin America seems to be an interesting case study of the contradictions of the AFL-CIO’s international policy during that period.

SIGLAS

Siglas internacionais:

- AIFLD: *American International Free Labor Development*
- AFL-CIO: *American Federation of Labor – Congress Industrial Organizations*
- BGLA: *Business Group for Latin America*
- CIA: *Central Intelligence Agency*
- IAFWNO: *Inter-American Federation of Working Newspapermen’s Organizations*
- IFCCTE: *International Federation of Commercial, Clerical and Technical Employees*
- ICFTU: *International Confederation of Free Trade Unions*
- IFOCW: *International Federation of Oil and Chemical Workers*
- IFPCW: *International Federation of Petroleum and Chemical Workers*
- ILGWU: *International Ladies Garment Workers Union*
- IMF: *International Metalworkers Federation*
- ITF: *International Transport Worker’s Federation*
- ITS: *International Trade Secretariat*
- IUF: *International Union of Food and Allied Workers*
- PTTI: *Post, Telegraph and Telephone Workers International*
- USAID: *U.S. Agency for International Development*
- COMAP: *Committee on the Alliance for Progress*
- WFTU: *World Federation of Trade Unions*

Siglas brasileiras

- BNH: Banco Nacional de Habitação
- BID: Banco Internacional de Desenvolvimento
- CIAP: Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso
- CIES: Conselho Interamericano Econômico e Social
- CIOSL: Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
- CISC: Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos

- CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
- CLASC: Confederação Latino Americana de Sindicalistas Cristãos
- CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
- CFC: Congresso pela Liberdade da Cultura
- CNTC: Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio Industrial
- CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
- CONTCOP: Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comunicação e Publicidade
- CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
- CRT: Comissão de Relações de Trabalho
- CSB: Cooperação Social Brasileira
- CTP: Confederação dos Trabalhadores de Publicidade
- CUTAL: Confederação Única dos Trabalhadores da América Latina
- IADESIL: Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
- IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- CIT: Confederação Interamericana do Trabalho
- FISC: Federação Internacional dos Sindicatos Cristãos
- FCO: Federação dos Círculos Operários Católicos
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- FIOPP: Federação Interamericana de Organização dos Profissionais Periodistas
- FSM: Federação Sindical Internacional
- MSD: Movimento Sindical Democrático
- MSDL: Movimento Sindical Democrático Livre
- MTPS: Ministério do Trabalho e da Previdência Social
- OIT: Organização Internacional do Trabalho
- ORIT: Organização Regional Interamericana do Trabalho
- PAEG: Programa de Ação Econômica do Governo

- REDETRAL: Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres
- SPIS: Secretariados Profissionais Internacionais
- UST: União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I: A formação da política internacional da AFL-CIO no Brasil.....	35
Capítulo II: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”	73
Capítulo III: “ <i>Americanos, go home!</i> ”: da política de alinhamento ao afastamento diplomático (1967-1970)	123
Capítulo IV: Entre o turismo e o aprendizado sindical: olhares de viajantes	193
Capítulo V: Conflitos, interesses e alianças entre sindicalistas brasileiros e norte- americanos: do “milagre econômico” aos “anos de chumbo”	241
Capítulo VI: A permanência do modelo legislado na Ditadura Civil-Militar: diferentes interpretações sobre os sistemas de relações trabalhistas	289
Considerações finais:	321
Bibliografia	333
Fontes e Arquivos	343
Anexos	349

INTRODUÇÃO

“En todos los sindicatos los comunistas tratan de ganar puestos clave, principalmente en los que operan en sectores vitales para la economía nacional. Si fracasan sus esfuerzos por gobernar las industrias más importantes, su atención se vuelve hacia fábricas y vías de distribución. Los comunistas planean y ejecutan sus operaciones con cuidado tan meticuloso que con frecuencia obtienen un éxito desproporcionado con respecto del número de personas que han intervenido”.¹

Durante a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos em abril de 1962, Kennedy, após relatar os perigos da infiltração comunista na América Latina e falar sobre a importância dos laços estadunidenses com toda a região para a manutenção da democracia, abordou o assunto das relações trabalhistas no Brasil. O presidente dos Estados Unidos mostrou-se preocupado com as ligações entre os sindicalistas brasileiros e o governo revolucionário cubano e quis saber se havia mesmo um plano, supostamente arquitetado pelo dirigente brasileiro Clodesmidt Riani, de criação de uma nova organização sindical internacional.² O objetivo seria excluir os Estados Unidos e o Canadá e incluir a ilha comunista, fato que foi logo amenizado por Goulart ao informar que ele mesmo era contra essa ideia e que o plano não havia sido levado adiante. Disse mais de uma vez que contava com forte apoio dos trabalhadores brasileiros, mas enfatizou que a força dos movimentos de esquerda no sindicalismo latino-americano

¹ BOTTOMLEY, Arthur. *Uso y Abuso de los sindicatos*, apud: MARCONDES, J.V. Freitas (org.). *Primeiras Atividades do ICT*. São Paulo: ICT, 1964, p. 6.

² Possivelmente o presidente Kennedy estava se referindo ao plano de fundação da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL). Clodesmidt Riani foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) entre 1962 e 1964 e um dos líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Foi também presidente do diretório do PTB em 1961 em Juiz de Fora e eleito deputado estadual no ano seguinte. PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araujo (orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 210.

ocorria em função da ausência de soluções para os problemas sociais, conforme ele enfatizou ao longo do encontro.³

A conversa sobre os movimentos sindicais na América Latina prosseguiu. Goulart continuou dizendo que ele mesmo já havia sugerido a Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil (1961-1966), ações que incentivassem o intercâmbio entre os sindicalistas dos dois países, afirmando que os brasileiros não sabiam o suficiente sobre as relações trabalhistas norte-americanas. Estrategicamente, Goulart fez questão de enfatizar o movimento crescente do bloco soviético no sentido de se aproximar dos sindicatos latino-americanos. Kennedy mostrou-se disposto a estreitar os laços entre a American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) e os dirigentes da América Latina, não escondendo que havia insatisfação de ambos os lados, chegou a fazer uma crítica aos próprios dirigentes norte-americanos ao afirmar que a importância dos contatos com empresários e o governo não deveria ser supervalorizada em detrimento da relação entre as nações e os povos.

Na sequência, Goulart reiterou a importância da atuação das lideranças sindicais norte-americanas no Brasil, mas advertiu que a atitude em relação aos brasileiros deveria ser de cooperação; caso contrário, se eles interferissem abertamente nos assuntos internos do país, poderia haver conflitos.⁴ Um novo encontro entre João Goulart e os dirigentes norte-americanos, junto com a Secretaria do Trabalho dos Estados Unidos, estava previsto para discutir mais profundamente os problemas sindicais do Brasil. Kennedy deixou evidente sua preocupação em fortalecer as relações sindicais entre os dois países e pediu para Goulart enviar um documento com sugestões de como melhor promover a harmonia no mundo do trabalho entre Estados Unidos e América Latina.

Por fim, Goulart mencionou que os adidos trabalhistas da embaixada americana estavam, com frequência, fazendo intervenções diretas nos assuntos das entidades

³ Conforme indica a documentação diplomática, ainda nessa visita de Goulart aos Estados Unidos, o governo norte-americano acreditava que era possível convencer o presidente brasileiro a romper com os comunistas, apesar do passado político de Jango. Segundo Felipe Loureiro, após a visita, essas esperanças diminuíram significativamente, levando a um maior endurecimento na concessão de empréstimos para o Brasil. LOUREIRO, Felipe. “Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)”. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012, p. 194.

⁴ Goulart fez referência às fortes intervenções realizadas durante a administração de Eisenhower, afirmando que não estava seguro se os representantes da AFL-CIO na América Latina estavam totalmente conscientes das mudanças que deveriam ser adotadas na abordagem com os trabalhadores.

sindicais brasileiras e pediu precaução na implantação do programa Aliança para o Progresso, a fim de que não se ferisse o orgulho nacional.⁵ O presidente brasileiro acrescentou a importância de se fazer um esforço conjunto a fim de romper uma série de desentendimentos e a má impressão que havia na opinião pública sobre o papel dos Estados Unidos nos chamados países de “Terceiro Mundo”.⁶

O teor da reunião entre os presidentes dos Estados Unidos e do Brasil é bastante emblemático na medida em que apresenta uma série de tensões e intenções entre os dois países e coloca o movimento sindical no centro do debate. Muitas das questões tratadas nesse encontro iriam se estender no período anterior e posterior ao golpe civil-militar, instaurado em 1964, quando Goulart foi afastado do poder por forças civis e militares, com o apoio dos Estados Unidos.⁷ Ao longo desta tese veremos um conjunto de ações criadas por esse país para estreitar as relações com os sindicalistas brasileiros. O objetivo era afastar os grupos chamados nacional-reformistas, ou seja, comunistas e petebistas do movimento sindical e implantar um novo sistema de relações capital-trabalho, baseado no modelo norte-americano. Veremos também as reações e as estratégias elaboradas pelos dirigentes brasileiros e pelos diferentes governos militares

⁵ Segundo Eduardo José Afonso, o programa de adidos trabalhistas nos Estados Unidos foi oficialmente criado em 1943, durante a administração do presidente Roosevelt, quando o Departamento do Estado passou a se interessar pelas questões trabalhistas internacionais e pela formulação de uma política de trabalho para as áreas ocupadas na Europa e na Ásia durante a Segunda Guerra Mundial. Os adidos trabalhistas ficavam alocados nas embaixadas norte-americanas e enviavam relatórios periódicos para o Departamento do Estado. Frequentemente, eles promoviam reuniões com políticos, empresários e sindicalistas a fim de realizar articulações políticas. AFONSO, Eduardo José. “Para norte-americano ver: adidos trabalhistas e operários brasileiros (1943-1952)”. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011, p. 45.

⁶ Informações extraídas de “*Memorandum of Conversation*”. Washington, April, 03, 1962. *Foreign Relations of the United States* (1961-1963), American Republics, vol. XII, documento 223. Disponível em <http://history.state.gov>.

⁷ Utilizo as expressões “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar” para enfatizar a participação de setores civis no processo de destituição do governo democrático de João Goulart e seu apoio ao regime instaurado em 1964. Nesse sentido, sigo as reflexões de Carlos Fico, Samantha Quadrat, Denise Rolembert, Daniel Aarão Reis, entre outros autores, que mostram em seus estudos a importância de se analisarem as relações da sociedade com os regimes autoritários e ditatoriais. Ver ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; REIS FILHO, Daniel A. “Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória”. Ciclo de Palestras Pensando 1964, Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo, 1º abril, 2004. Ver ainda ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984; ERICKSON, Kenneth. *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics*. Berkeley: University of California Press, 1977; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; MERICLE, Kenneth S. “Corporatist Control of the Working Class - Authoritarian Brazil since 1964”, in: MALOY, James. *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1977.

até o ano de 1978, período de distensão do regime ditatorial e início de uma nova onda de mobilizações do movimento sindical nas regiões do ABC de São Paulo e em outras partes do país.

Certo de que os sindicatos eram um fator inevitável na sociedade contemporânea, o presidente John F. Kennedy aprovou a realização de um programa sindical voltado para a América Latina, a ser coordenado pela AFL-CIO, logo após o fracasso da operação realizada na Baía dos Porcos em Cuba, em abril de 1961. No mesmo ano, ainda sob o impacto da Revolução Cubana de 1959 e preocupado em conter o avanço do comunismo nessas regiões, o governo Kennedy lançou o programa Aliança para o Progresso.⁸ Tratava-se de um projeto que oferecia assistência técnica e financeira aos países aliados, buscando o desenvolvimento econômico-industrial, por meio da educação de base, reforma agrária, melhorias nas condições de habitação e saúde, estabilização dos índices de inflação e programas cooperativos.⁹

Inspirado em projetos anteriores implantados após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo pelo *New Deal*, Kennedy criou um plano de ajuda e cooperação previsto para dez anos, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político na América Latina e garantir a manutenção do bem-estar da nação norte-americana.¹⁰ Como observou Roberto Baptista Junior, Kennedy procurava pôr em prática naquela região os planos desenvolvimentistas consagrados pela administração do Partido Democrata. Não foi à toa que Adolph Berle foi um dos principais articuladores da Aliança para o Progresso, tido como um político liberal, anticomunista e amigo de

⁸ Durante a Conferência Pan-Americana em Punta del Este, realizada no Uruguai, no ano de 1961, foi assinada a Carta Punta del Este, contendo os doze objetivos para orientação e execução do programa Aliança para o Progresso. No mesmo ano, foi criada a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), vinculada ao Departamento de Estado, responsável pela administração de toda a ajuda externa americana. RIBEIRO, Ricardo Alaggio. “A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2006.

⁹ DREIER, John E. (ed.). *The alliance for Progress: Problems and Perspectives*. Nova York: Praeger, 1987; SILVA, Vicente Gil da. “A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)”. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História - UFRS, 2008; RIBEIRO, Ricardo Alaggio, op. cit.

¹⁰ Ainda no ano de 1961, o governo estadunidense fundou os Corpos de Paz no Brasil (1961-1981), um programa assistencial que pretendia arregimentar voluntários de todo o país. O objetivo era promover o progresso no Brasil nos moldes estabelecidos pela Aliança para o Progresso. Ver HOFFMAN, Elizabeth Cobbs. *The rich neighbor policy: Rockefeller and Kaiser in Brazil*. New Haven: Yale, 1992. Da mesma autora, *All You Need is Love: The Peace Corps and the Spirit of the 1960s*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

vários líderes progressistas latino-americanos. Ele era escolhido para representar a imagem do administrador que o governo Kennedy desejava mostrar à América Latina.¹¹

Para o governo dos Estados Unidos, a situação política no Brasil, no início dos anos 1960, era perigosa e preocupante. Segundo os especialistas daquele país, descrever a condição dos trabalhadores da América Latina era o mesmo que descrever a sociedade latino-americana como um todo: “fraca, analfabeta, subnutrida, sem moradia, revoltada, cheia de ideias reformistas num mundo subdesenvolvido”. E era justamente a descrição desse quadro geral de descontentamento que parecia tornar os povos dessa região uma “presa fácil” para o avanço da ideologia comunista. A classe trabalhadora, advertiam os norte-americanos, deveria ser vista como uma força revolucionária em potencial. Urgia assim a necessidade de se fazer algo nessa área, não apenas pela “ameaça de Castro”. Era preciso então formar uma nova classe trabalhadora capaz de reproduzir o modelo estadunidense de regulamentação trabalhista e assim facilitar o relacionamento entre empregados e empregadores estrangeiros, que visavam participar do forte período de desenvolvimento industrial, provocado em grande parte pela instalação de multinacionais norte-americanas na região.¹²

Resultado da união de seis grandes organizações sindicais lideradas por Samuel Gompers e Adolph Strasser, a AFL surgiu, em 1886, com o propósito de reivindicar melhorias exclusivamente econômicas, adquiridas por meio das negociações coletivas, e com uma orientação apartidária e pró-capitalista. A AFL procurava combater o desemprego entre os trabalhadores qualificados norte-americanos, discriminando os estrangeiros e operários sem especialização. Gompers e seu sucessor, Willian Green, presidente da AFL a partir de 1924, acreditavam que os sindicatos deveriam ser autônomos e independentes.¹³ A AFL, identificada com a ala mais conservadora do

¹¹ BAPTISTA JR, Roberto. “Antissovietismo: reflexos e práticas compartilhadas de repressão no sistema interamericano (1945-64)”. Tese de doutorado. Campinas: IFCH, Unicamp, 2005, p. 159.

¹² “*Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968. Trata-se de uma pesquisa realizada por Robert H. Dockery, que teve como base entrevistas feitas com sindicalistas norte-americanos e funcionários da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e do governo estadunidense.

¹³ Há uma extensa bibliografia sobre a atuação da AFL e do CIO desde o período de fundação das duas organizações. Ver LICHTENSTEIN, Nelson. *State of the Union. A Century of American Labor*. Princeton: Princeton University Press, 2002; CAREW, Anthony. “The Politics of Productivity and the Politics of Anti-Communism: American and European Labour in the Cold War”. *Intelligence and National Security*, vol. 18, n. 2, Summer 2003; ROMERO, Federico. *The United States and the European Trade Movement, 1944-1951*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992; HUGHES, Quenby Olmstead. *In the interest of democracy: the rise and fall of the early Cold War*

movimento sindical, realizava o chamado “*bread-and-butter*”, focado nas reivindicações econômicas, como as salariais. Além disso, a central sindical mostrava-se francamente cética em relação ao poder do governo, em especial a Lei Wagner, de 1935, que assegurava aos trabalhadores os direitos básicos de autorrepresentação e contratação coletiva do trabalho, por meio da implantação de uma agência administrativa, a National Labor Relations Board (NLRB).¹⁴

Já o CIO surgiu no ano de 1935 como dissidência da AFL, com o objetivo de representar e mobilizar uma classe trabalhadora mais homogênea em termos econômicos e culturais, voltada para a organização dos operários não especializados, reivindicando benefícios e leis de caráter social. Fruto da política de regulamentação de leis, direitos e benefícios instituídos por Roosevelt com o *New Deal*, o CIO pretendia romper com antigas tradições do movimento sindical, como o “voluntarismo”, o liberalismo individualista e a postura apartidária. O CIO, representado pelo líder mineiro John Lewis, sustentava que as lutas jurisdicionais da AFL impediam a organização dos trabalhadores desqualificados das indústrias de massas. Segundo ele, a AFL, após ter prestado grandes serviços aos trabalhadores americanos na época do predomínio dos ofícios de artesãos, mostrava-se inadequada para representação dos trabalhadores industriais. Entretanto, como apontou Flávio Limoncic, as diferenças entre o CIO e a AFL não se limitavam à questão do perfil organizacional. O primeiro surgia com uma proposta política diferente da AFL, defendendo a ativa participação governamental na regulação da economia e os gastos públicos para a retomada do crescimento econômico. O CIO fazia uma vigorosa defesa das agências administrativas federais, apoiando a existência da NLRB.¹⁵ Todavia, como assinalou Nelson Lichtenstein, o modelo do CIO nunca foi dominante no sindicalismo norte-americano.¹⁶

alliance between the American Federation of Labor and the Central Intelligence Agency. Bern; Oxford: Peter Lang, 2011; GOETHEM, Geert Van. “Labor's Second Front: The Foreign Policy of the American and British Trade Union Movements during the Second World War”. *Diplomatic History*, vol. 34, n. 4, pp. 663-680; ZIEGER, Robert. *American Workers, American Unions, 1920-1985*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

¹⁴ As decisões da NLRB deveriam ser revistas pelas Cortes de Apelação e, em última instância, pela Suprema Corte dos Estados Unidos. A entidade tinha força normativa, definindo as práticas ilegais dos empregadores, e também poderes executivos, pois aplicava seus estatutos sobre as empresas, sendo constituída por três membros indicados pelo presidente dos Estados Unidos. A NLRB também reunia poderes investigativos, e qualquer de seus membros tinha autoridade para intimar e requerer o comparecimento de testemunhas. LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 53.

¹⁵ LIMONCIC, Flávio, op. cit., p. 193.

¹⁶ LICHTENSTEIN, Nelson, op. cit., p. 64.

No ano de 1955, a união das duas organizações sindicais mais importantes nos Estados Unidos, AFL e CIO, passou a ser a maior confederação do país. De modo geral, a fusão dessas duas associações deve-se ao processo de burocratização e “desradicalização” do movimento sindical norte-americano, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.¹⁷ Durante décadas, os considerados “radicais” e comunistas foram afastados dessas duas organizações. No período após a fusão, a AFL-CIO teve de lidar com uma série de problemas internos e com questões antigas, como corrupção e irregularidades entre dirigentes dos sindicatos, conflitos de jurisdição e acusações de discriminação racial. Além disso, o crescente desemprego, particularmente nas indústrias de produção em massa, e o impacto do rápido desenvolvimento da tecnologia sobre os setores organizados e não organizados dificultavam o avanço das demandas feitas pelos sindicalizados, que gradualmente se afastavam da vida sindical. As dificuldades de organização também esbarravam na diferente composição dos trabalhadores (maior número de funcionários de colarinho-branco em comparação com o de trabalhadores industriais).¹⁸ Havia também uma rivalidade contínua entre os organizadores, embora neste caso tenha havido uma atenuação após os esforços de organização em áreas específicas, por meio de campanhas realizadas na convenção da AFL-CIO de 1963.¹⁹

No entanto, embora uma das principais bandeiras da AFL-CIO fosse a rejeição do envolvimento dos sindicatos nas questões político-partidárias e governamentais, suas

¹⁷ Há uma expressiva quantidade de livros publicados no Brasil, na década de 1950 e mais intensamente durante a primeira metade dos anos 1960, sobre a história e funcionamento do movimento sindical norte-americano, entre eles: PETERSON, Florence. *Sindicatos operários norte-americanos. O que são e como funcionam*. Rio de Janeiro: Agir, 1953 (prefácio de Evaristo de Moraes Filho); HERLING, John. *História dos sindicatos nos EE.UU. Sua influência social, econômica e política*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1964; TAFT, Philip e SESSIONS, John A. *Sindicalismo e trabalhismo nos EUA*. Rio de Janeiro: Presença, 1968; BEIRNE, Joseph A. *Novos horizontes para o trabalhismo americano*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1964.

¹⁸ Joseph Beirne, presidente da Communications Workers of America (CWA), reconheceu a diminuição do número de operários sindicalizados após a Segunda Guerra. Embora cerca de 85% deles fossem filiados às organizações sindicais no início dos anos 1960, pela primeira vez na história do sindicalismo norte-americano o número de empregados de escritório sindicalizados era maior, sem que os sindicatos tivessem “encontrado o modo de atrair o grupo de trabalhadores de escritório para suas fileiras”. BEIRNE, Joseph A., op. cit., p. 13.

¹⁹ O CIO, em fins de 1945, reuniu-se às organizações trabalhistas de 54 países, inclusive da União Soviética, para formar a Federação Sindical Mundial (FSM). A AFL recusou-se a participar, baseada no fato de que os sindicatos soviéticos eram dominados pelo Estado e, portanto, não livres. Em 1949, o CIO e os demais sindicatos não comunistas retiraram-se da FSM. Pouco depois, a AFL e o CIO concordaram em participar de uma nova organização, e em 7 de dezembro de 1949 a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) foi formada por delegados de 51 países representando sindicatos com quase 50 milhões de associados. Comissão de Estatística do Trabalho, Divisão de Relações Industriais e Trabalhistas. Ver: *Pequena história do movimento trabalhista norte-americano*. S.l: s.ed., 1965, pp. 51-4.

principais lideranças ao longo da Guerra Fria mantinham um relacionamento bastante estreito com os diferentes governos norte-americanos. Os sindicatos “livres” filiados à AFL-CIO eram os mais receptivos à política econômica dos Estados Unidos, simpáticos também à noção de “sindicalismo de negócios”. De acordo com Beth Sims, essas ideias tinham origem na filosofia que orientava a política nacional e internacional da maior central sindical de trabalhadores nos Estados Unidos: a concepção das relações capitalistas baseadas no relacionamento harmônico entre trabalhadores, proprietários e governo. Trabalho e capital não deveriam necessariamente ser vistos como oponentes, mas como parceiros no desenvolvimento econômico e social. Essa aliança potencial teria inspirado o conceito conservador de “sindicalismo de negócios”, chamado por Samuel Gompers de sindicalismo “puro e simples”, que não reconhecia o caráter explorador das relações trabalhistas como motor do lucro capitalista. E era esse o conceito que a AFL-CIO queria exportar durante o período da Guerra Fria.²⁰

Fruto da aliança entre governo estadunidense, embaixada, Departamento do Estado, USAID, AFL-CIO e demais órgãos norte-americanos, o programa Aliança para o Progresso intencionava direcionar as nações vizinhas para o caminho da “prosperidade, da liberdade e da autoconfiança”, como dizia o embaixador norte-americano Lincoln Gordon.²¹ Essas palavras representavam princípios considerados fundamentais para a criação de um hemisfério comum em que valores como “liberdade” e “dignidade” pudessem ser compartilhados, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento das nações capitalistas. Para atingir o esperado desenvolvimento econômico e social, acreditava-se que era preciso investir nos sindicatos “fracos”, especialmente aqueles que se diziam encontrar-se sob o jugo dos regimes totalitários ou demagógicos. Em outras palavras, o objetivo era criar sindicatos “independentes, responsáveis e democráticos”. Para tanto, era preciso focar nos principais problemas sindicais: 1- na “grave situação econômica e social característica dos países subdesenvolvidos”; 2- nas “minorias que julgam ser possível conservar a perturbadora situação econômica e social”; 3- nas “minorias, como sejam os comunistas, que oferecem soluções falsas de natureza violenta e totalitária”; e, por fim, na “necessidade

²⁰ SIMS, Beth. *Workers of the World Undermined - American Labor's Role in U.S. Foreign Policy*. Boston, MA: South End Press, 1992, p. 4.

²¹ Durante os anos de 1966 e 1967, Lincoln Gordon foi secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos e coordenador da Aliança para o Progresso.

de alcançar uma justa e imparcial compreensão entre os países ricos e os países pobres”.²²

Lincoln Gordon, porta-voz da Aliança para o Progresso, não escondia os benefícios econômicos que poderiam ser logrados por meio da cooperação entre governos, já que “nós sabemos que vizinhos prósperos podem se tornar bons parceiros comerciais”. Segundo ele, a Aliança para o Progresso havia sido estabelecida com base no princípio de que somente as instituições democráticas poderiam satisfazer as aspirações do homem livre, incluindo trabalho, casa e propriedade, saúde e escola. Para os idealizadores da política norte-americana, a “liberdade” só poderia ser conquistada dentro de um regime político “democrático”.²³ Contudo, apesar da retórica de respeito às questões e costumes próprios de cada país, a fronteira entre a cooperação e a intervenção norte-americana nos assuntos políticos e econômicos brasileiros seria questionada em vários âmbitos e conjunturas históricas ao longo dos anos 1960 e 1970, como pretendo mostrar ao longo da tese.

Ao ter os olhos voltados para a América Latina, o governo dos Estados Unidos esperava que o Brasil desempenhasse um papel central no desenvolvimento da Aliança para o Progresso, não apenas pela sua enorme extensão geográfica e densidade populacional, mas também pelo receio de que o país se tornasse uma “nova Cuba” ou até mesmo uma “nova China”.²⁴ Visando estreitar os laços entre as nações, Lincoln Gordon, que esteve no centro das operações de apoio dos Estados Unidos ao golpe civil-militar de 1964,²⁵ procurava reforçar as semelhanças entre o projeto norte-americano e a Operação Pan-Americana (OPA), criada pelo governo de Juscelino Kubitschek no ano de 1958.²⁶ Segundo ele, ambos os programas propunham o desenvolvimento econômico

²² MONGE, Luis Alberto. O movimento trabalhista e o desenvolvimento econômico, in ADAMS, Mildred. *América Latina: evolução ou explosão?* Rio de Janeiro: Zahar, 1963, pp.188-9 (originalmente publicado como: *Latin America: Evolution or Explosion?* Nova York: Dodd, Mead & Company, 1963).

²³ GORDON, Lincoln. *A New Deal for Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 1963, p.16.

²⁴ Há uma extensa literatura norte-americana produzida nos anos 1960 e 1970 sobre a América Latina e suas questões sociais, políticas e econômicas. Ver GERASSI, John. *The great fear in Latin America*. Nova York: Patheon Books, 1963 (há uma edição em português: *A invasão da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965); THEBERGE, James D. e FONTAINE, Roger W. *Latin America: Struggle for Progress*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977; NEEDLER, Martin. *The United States and the Latin American Revolution*. Los Angeles, CA: University of California, 1977.

²⁵ GREEN, James N. e JONES, Abigail. “Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964”. *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n. 57, São Paulo, 2009, pp. 67-89.

²⁶ Por meio da Operação Pan-Americana, a diplomacia brasileira buscava convencer os Estados Unidos de que era preciso aniquilar a miséria na América Latina e investir no desenvolvimento econômico desses países, a fim de afastar a penetração de “ideologias estranhas” e combater o avanço da doutrina comunista. LESSA, Antonio Carlos. “Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana”. *Revista Brasileira*

juntamente com o progresso social, por meio da cooperação entre os Estados Unidos e a América Latina.²⁷ Como observou Ricardo A. Ribeiro, a novidade do programa foi a expectativa de que os investimentos em desenvolvimento econômico e em reformas sociais criassem estabilidade política, detendo o temido avanço comunista.²⁸

Kennedy, assim como os seus antecessores, dava continuidade ao processo de “expansão da democracia pelo mundo”, visando a garantia do não-alinhamento dos países latino-americanos com a URSS.²⁹ Como assinalou Cecília Azevedo, a política externa norte-americana voltou-se para a América Latina, buscando preservar um clima favorável para investimentos estrangeiros.³⁰ O lançamento da Aliança para o Progresso foi recebido com entusiasmo pelas nações latino-americanas. De acordo com Felipe Loureiro, a América Latina estava ávida por investimentos e, havia vários anos, reivindicava um programa de assistência técnica-econômica similar ao Plano Marshall. Finalmente, parecia ter chegado a hora de os Estados Unidos investirem não apenas economicamente no Brasil, mas também tratá-lo como parceiro político prioritário, de acordo com as expectativas alimentadas pelos governos brasileiros desde o final da Segunda Guerra Mundial.³¹

de Política Internacional, vol. 51, n. 2 Brasília, julho-dezembro de 2008.

²⁷ Para Michael Weis, o período de maior tensão nas relações entre o Brasil e dos Estados Unidos teria ocorrido durante o governo de Kubitschek, embora ele tivesse sido considerado um dos mais pró-americanos dos presidentes do pré-64. A hostilidade e divergência de interesses entre os dois países teriam ficado mais evidentes durante a administração de Kubitschek com a elaboração da Operação Pan-Americana, que visava a criação de uma política externa brasileira mais independente. Essa nova estratégia no âmbito das relações internacionais teria tensionado as relações diplomáticas com os Estados Unidos, gerando um clima mútuo de hostilidade e desconfiança. Mesmo o comprometimento de cooperação econômica do presidente Kennedy com a América Latina não teria sido suficiente para impedir a deterioração das relações diplomáticas com o Brasil ao longo da década de 1950 e início dos anos 1960. WEIS, W. Michael. *Cold Warriors & Coups D'Etat. Brazilian-American relations, 1945-1964*. Albuquerque, NM: University of New Mexico, 1993, p. 2.

²⁸ RIBEIRO, Ricardo Alaggio, op. cit., p. 11.

²⁹ BELMONTE, Laura A. *Selling the American Way*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2008. A autora analisa como os Estados Unidos procuraram exportar os seus valores, bem como as diferentes noções de liberdade para o mundo e a importância do papel simbólico das representações do *American way of life* para a defesa da política norte-americana e dos interesses econômicos no exterior durante a Guerra Fria.

³⁰ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América. Os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 141.

³¹ Na década posterior à Segunda Guerra, os investimentos das grandes corporações norte-americanas, com exceção da indústria de petróleo, na economia brasileira praticamente dobraram. Durante o governo Dutra (1946-1951), o Brasil era considerado um dos principais aliados dos Estados Unidos, principalmente no campo militar. Dutra ansiava pela ajuda norte-americana como recompensa por ter se colocado como aliado e contribuído para o esforço bélico de guerra. Porém, a política externa norte-americana voltou-se para a reconstrução da Europa, por meio do desenvolvimento do Plano Marshall. WEIS, op. cit., p. 18.

O projeto de Kennedy poderia significar a oportunidade de o governo estadunidense reverter o mal-estar diplomático deixado pelos seus antecessores, uma vez que as experiências com o programa Ponto IV, elaborado durante o governo Truman (1945-1953), e com a administração de Eisenhower (1953-1961) haviam contribuído sobremaneira para a deterioração das relações dos Estados Unidos com o Brasil e a América Latina.³² Entretanto, o perigo de “comunização” da América Latina, após a Revolução Cubana, iria provocar uma reavaliação dessa postura. Nesse sentido, os desdobramentos da Aliança para o Progresso mostraram que “apenas investimentos privados e externos e um ‘clima propício’ aos investidores não seriam suficientes para promover o desenvolvimento econômico do continente”, como assinalou Loureiro.³³

No entanto, a exposição dos objetivos propostos pelo programa Aliança para o Progresso não esclarecia quais seriam as estratégias de atuação e seus limites de interferência nos problemas específicos de cada nação.³⁴ Antecipando-se às possíveis críticas que poderiam surgir por parte dos grupos nacionalistas e de esquerda, Gordon, cuidadosamente, afirmava que não se tratava de eliminar as tradições e atividades independentes dos países latino-americanos em troca da imposição do *American way of life*, mas de garantir o funcionamento das instituições democráticas. Como ele próprio afirmou: “É nosso propósito comum demonstrar que as instituições livres podem atender e atenderão as necessidades materiais do homem, trabalhando juntas por meio de métodos e líderes de sua própria escolha”.³⁵

Como apontou Hobart Spalding, a Aliança para o Progresso tinha forte interesse nas relações trabalhistas da América Latina. Todavia, a preocupação das autoridades norte-americanas com o movimento sindical brasileiro não era uma questão específica do programa. Desde o pós-Guerra, a Embaixada Americana no Brasil vinha chamando a atenção para as ações organizadas dos trabalhadores principalmente nos grandes setores industriais.

³² Segundo Loureiro, Eisenhower manteve uma postura conservadora em relação à América Latina, por acreditar que a região não necessitava de investimentos de longo prazo do governo dos Estados Unidos para se desenvolver, mas sim de investimentos externos privados. LOUREIRO, op. cit., p. 152.

³³ Idem, p. 153.

³⁴ Cecília Azevedo assinala a importância do grupo que ficou conhecido como a *Berle Task Force* na formulação do que viria a ser a Aliança para o Progresso. Eram eles: Adolphe Berle, Lincoln Gordon, Richard Goodwin, Robert Alexander, Arthur Whitaker, Teodoro Moscoso, Arturo Morales Carrion. AZEVEDO, Cecília, op. cit., p. 139.

³⁵ GORDON, Lincoln. *Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962, p.5. Ver também DREYER, John C. (org.) *A Aliança para o Progresso. Comentários de Milton S. Eisenhower, Raul Prebisch, José Figueres, Teodoro Moscoso e Dean Rusk*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

Em São Paulo, o cônsul norte-americano, em meados de 1945, preocupado com o alto número de greves e com a emergência de líderes sindicais ligados ao PCB e ao PTB, expunha a necessidade de elaboração de programas de intercâmbio sindical para os Estados Unidos a fim de conter o avanço do movimento sindical que ele próprio testemunhava. Adolf Berle, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil (1945-1946), concordou que algo deveria ser feito e rapidamente apresentou um projeto de divulgação do sindicalismo norte-americano no país. O programa, que tinha como objetivo “promover um melhor entendimento da política de regulamentação trabalhista e das condições de trabalho estadunidense e entre os trabalhadores brasileiros”, passou a investir na difusão de filmes, livros, boletins e exposições no país. Para Berle, o programa deveria enfatizar os esforços em alcançar a cooperação em vez de aprofundar os conflitos entre os trabalhadores e os industriais.³⁶

A AFL também se mostrava preocupada com as possibilidades de radicalização do movimento sindical brasileiro e, em conjunto com o governo estadunidense, passou a elaborar ações visando promover mudanças nas relações trabalhistas do Brasil. Até o início dos anos 1960, os esforços da AFL (com o apoio do CIO) para travar relações sindicais podem ser resumidos à realização de visitas esporádicas de dirigentes sindicais, autoridades e especialistas norte-americanos ao Brasil, atividades de intercâmbio e em defesa da atuação da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT) no Rio de Janeiro.³⁷

Com a Aliança para o Progresso, o programa de difusão do sistema de regulamentação trabalhista e das condições de trabalho norte-americanas tomou novo impulso. Uma das primeiras ações do programa nessa área, segundo Spalding, teria sido um empréstimo no valor de 400 mil dólares para um sindicato em Honduras, destinado à construção de casas populares para os trabalhadores. A ideia era incentivar os sindicalistas considerados anticomunistas a controlarem as entidades dos trabalhadores.

36 WELCH, Cliff. “Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965.” *Latin American Research Review*, vol. 30, n. 2, 1995, p. 62.

37 Para um panorama da história da ORIT e dos primeiros contatos entre as organizações sindicais norte-americanas e da América Latina, ver ALEXANDER, Robert J. “Labor and Inter-American Relations”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 334, *Latin America's Nationalistic Revolutions*, Mar., 1961, pp. 41-53.

Universidades – como a Cornell University, localizada em Ithaca, Nova York – também teriam contribuído para o treinamento de dirigentes sindicais latino-americanos.³⁸

Para viabilizar a realização desses projetos voltados aos sindicatos latino-americanos, a AFL-CIO criou, ainda no ano de 1961, o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), conhecido no Brasil como o Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (IADESIL). Imbuído da missão de espalhar as sementes do sindicalismo “livre e democrático”, o IADESIL era a primeira das outras três organizações voltadas para o desenvolvimento da política internacional da AFL-CIO durante a Guerra Fria.³⁹ No Brasil, além de bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas, o objetivo do IADESIL era promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de uma federação nacional de trabalho, nos moldes da AFL, apoiada e patrocinada por organizações internacionais. As negociações diretas com os empregadores deveriam substituir, de modo gradativo, o já consolidado sistema corporativista de trabalho.⁴⁰

Com esse propósito, o IADESIL lançou um programa de educação no Brasil a fim de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano. Os trabalhos eram voltados à organização de cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos.⁴¹ Na prática, essas ações contavam com o apoio dos setores mais anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro. Muitos dos chamados “pelegos”, que viriam a ter papel

³⁸ SPALDING Jr., Hobart A. “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”. *Latin American Perspectives*, vol. 3, n. 1, *Imperialism and the Working Class in Latin America*, Winter, 1976, p. 52.

³⁹ Em 1964, a AFL-CIO criou a African American Labor Center, e quatro anos depois, o Asian-American Free Labor Institute. Na Europa, a central norte-americana criou o Free Trade Union Institute (FTUI), no ano de 1977, em substituição ao antigo Free Trade Union Committee, fundado pela AFL-CIO após a Segunda Guerra Mundial. SIMS, Beth, op. cit. p. 3.

⁴⁰ Por sistema corporativista entende-se toda a estrutura estatal que regula as relações trabalhistas, como a Justiça do Trabalho, órgão responsável por dirimir e julgar os conflitos coletivos e individuais de trabalho, a estrutura sindical organizada por sindicatos únicos divididos por regiões e por ramos de produção, com as suas respectivas federações e confederações, fiscalizadas e controladas pelo Ministério do Trabalho. Diferentemente do sistema de relações trabalhistas norte-americano, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) proibia o funcionamento de centrais sindicais que pudessem unir os trabalhadores de diferentes setores da economia. Segundo Stanley Gacek, os sistemas contratualistas, identificados com os Estados Unidos, e os corporativistas, identificados com o Brasil, representam os tipos ideais radicalmente diferentes do ordenamento jurídico das relações industriais. Ao longo da tese encontra-se uma análise mais aprofundada sobre os debates que analisam as diferenças e as similaridades entre os dois modelos de regulamentação trabalhista. GACECK, Stanley. *Sistemas de relações de trabalho. Exame dos modelos Brasil - Estados Unidos*. São Paulo: LTr, 1994, p. 14.

⁴¹ AIFLD. *American Institute for free labor development 1962-1972 - a decade of worker to worker cooperation*. Washington: s.ed., 1972.

importante durante a ditadura civil-militar instalada em 1964, participaram das atividades promovidas pelo IADESIL e mantinham vínculos estreitos com o sindicalismo norte-americano.⁴²

A maior parte desses treinamentos era realizada em parceria com a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), que nos anos 1960 era dirigida por Arturo Jáuregui, que teria mantido estreito relacionamento com a Central de Inteligência Americana (CIA).⁴³ Durante o auge da Guerra Fria, a entidade desenvolveu ações na área de educação operária em vários países da América Latina, tendo chegado, inclusive, a patrocinar uma escola de treinamento de lideranças para os sindicalistas latino-americanos na Universidade de Porto Rico, Costa Rica. Na República Dominicana, por exemplo, concedeu ajuda financeira e pessoal para o desenvolvimento do “sindicalismo livre” após a queda do governo ditatorial de Trujillo, em 1961 (na sequência, apoiou a deposição de Juan Domingo Bosch, que havia sido eleito democraticamente). No México, criou uma escola residencial para treinamento sindical a fim de abrigar trabalhadores do hemisfério Sul. Até o início da década de 1970, a ORIT manteve-se como a principal organização sindical das Américas, congregando entidades de classe de caráter nacional, provenientes do México, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru, Uruguai, República Dominicana e Brasil, além de países de língua inglesa e holandesa na região do Caribe e outras centrais sindicais de menor porte organizadas na Guatemala, Costa Rica, Equador, Bolívia e Argentina.⁴⁴

No apogeu das atividades da Aliança para o Progresso, o departamento de assuntos internacionais da AFL-CIO contava com mais de uma centena de funcionários

⁴² A expressão “pelego” tem origem na pele de lã de carneiro que se coloca sobre a sela de montaria para torná-la mais confortável para o cavaleiro. O pelego sindical, em geral um operário, era aquele funcionário que procurava beneficiar-se do sistema, mantendo vínculos estreitos com o governo e “fazendo o jogo” do empregador. Segundo pesquisa de Almir Pazzianotto, a expressão “pelego” usada para identificar determinado tipo de dirigente sindical teria sido empregada pela primeira vez pelo Ministro do Trabalho Danton Coelho em relação a Deocleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI durante os anos de 1946 a 1961. PAZZIANOTTO, Almir. *100 anos de sindicalismo*. São Paulo: Lex Editora, 2007, p. 60.

⁴³ Arturo Jáuregui também era membro da Junta de Diretores do IADESIL. De acordo com Petter Gribbin, a CIA exerceu forte controle sobre as atividades da ORIT. No início da década de 1960, Morris Paladino ocupava os cargos de diretor de Educação, diretor de Organização e secretário geral da ORIT, ao mesmo tempo em que também seria o agente principal da CIA na ORIT. GRIBBIN, Petter. *CounterSpy*, April-May, 1979, pp. 4-23.

⁴⁴ Ver ALEXANDER, Robert J. *A organização do trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 283-87. GARCÍA, Magaly Rodríguez. *Liberal Workers of the World, Unite? The ICFTU and the Defence of Labour Liberalism in Europe and Latin America (1949-1969)*. Bern: Peter Lang, 2010.

espalhados por mais de quarenta países. Além do IADESIL, outras organizações sindicais também vinculadas à ORIT se dedicavam a espalhar as sementes do “sindicalismo livre e democrático” pela América Latina, como o ITS (International Trade Secretariats, no Brasil chamados de Secretariados Profissionais Internacionais - SPIS) e o IFPCW (International Federation of Petroleum and Chemical Workers), entidades que se instalaram definitivamente no Brasil durante o governo de Castello Branco. Essas organizações, além de promoverem um modelo próprio de educação sindical, tinham como objetivo apoiar os projetos assistenciais voltados à classe trabalhadora, como a construção de casas populares e a formação de cooperativas.

Segundo Robert Alexander, no final dos anos 1950 e início da década de 1960, as atividades desses SPIS foram ampliadas na América Latina. Essas entidades eram organizadas por ramos de indústrias e financiadas por instituições europeias e norte-americanas. De modo geral, a tarefa delas era ajudar na formação dos “sindicatos livres”. Entre os SPIS que se tornaram particularmente ativos na América Latina estavam as seguintes organizações: Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte; Federação Internacional dos Mineiros; Federação Internacional dos Trabalhadores em Plantação; União Internacional dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes; Organização Internacional dos Trabalhadores dos Correios, Telefones e Telégrafos; Federação Internacional dos Trabalhadores Técnicos e Burocráticos; Federação Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Petróleo; Federação Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Fabris em Geral.⁴⁵

Na visão dos críticos e formuladores da política sindical internacional estadunidense, o sistema corporativista de regulamentação do trabalho – identificado com a política trabalhista de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo – representava um grande obstáculo para a implantação do sindicalismo “livre e democrático” no país. Para eles, os dirigentes sindicais deveriam focar apenas nos problemas específicos dos trabalhadores, como os reajustes salariais e as demandas por melhorias das condições de trabalho, reivindicações que deveriam ser conquistadas por meio da negociação coletiva direta com o empregador.⁴⁶ De acordo com o modelo contratualista de trabalho norte-americano, o sindicalismo brasileiro deveria se desenvolver de forma independente do controle do Estado, sem a intervenção da Justiça

⁴⁵ ALEXANDER, op. cit., p. 288.

⁴⁶ SIMS, Beth, op. cit., p. 31.

do Trabalho, livre das amarras impostas pela legislação corporativista. Como bem observou Cliff Welch “para muitos liberais norte-americanos, o sistema corporativista de trabalho era um pesadelo”.⁴⁷

Diferentemente do sistema de regulamentação trabalhista brasileiro, nos Estados Unidos o modelo contratualista permite que os empregados se organizem como queiram, podendo formar, participar ou apoiar organizações de trabalho. Podem ainda negociar coletivamente de forma direta com seus representantes escolhidos e participar de outras atividades ou de outras associações. Eles também possuem o direito de se abster de todas essas atividades, conforme determinação da Seção 8 da National Labor Relations Act (NLRA). Em tese, o governo não pode patrocinar, nem participar diretamente do processo de formação dos sindicatos. Outra característica essencial do modelo contratualista é a sindicalização plural, pois não há nenhuma determinação prévia por parte do Estado em relação à escolha dos grupos representativos de trabalhadores. Desse modo, eles podem se organizar em diferentes níveis, seja por fábrica, empresa ou ramo de atividade. Por fim, no princípio contratualista prevalece o caráter privado das negociações, incluindo a definição dos salários e as condições de trabalho. É esse conjunto de características do sistema trabalhista norte-americano, chamado de “negociação livre”, que se pretendia implantar no Brasil.⁴⁸

Novos olhares sobre as relações sindicais Brasil-Estados Unidos: questões e métodos

Em meio a um complexo jogo político transnacional, influenciado pela Guerra Fria e pelas lideranças políticas e econômicas nacionais, um conjunto de questões norteia esta tese. A primeira delas é compreender como uma instituição que pregava o sindicalismo “livre e democrático” podia ao mesmo tempo sustentar um regime ditatorial. Por meio da atuação do IADESIL procuro mostrar como os sindicalistas norte-americanos e brasileiros, apoiados pelos órgãos estadunidenses, principalmente pelo Departamento de Estado e embaixada americana, elaboraram programas e

⁴⁷ WELCH, Cliff, op. cit., p. 67.

⁴⁸ Salvo as diferenças entre os sistemas contratualista e corporativista, é importante destacar que o contrato realizado diretamente entre patrões e empregados, assim como no Brasil, também era submetido a um conjunto de regulamentações e leis trabalhistas. GACEK, op. cit., pp. 25-44. Ver LOTHIAN, Tamara. “The Political Consequences of Labor Law Regimes: the Contractualist and Corporatist Models Compared”. *Cardozo Law Review* 1001, 1986, pp. 1001-73. Ao longo da tese, pretendo aprofundar as diferenças e semelhanças entre o modelo contratualista norte-americano e o legislado brasileiro.

estratégias para transplantar o modelo de regulamentação do trabalho adotado naquele país para o Brasil.

Essas ações dividem-se em três momentos: de 1945 a 1964, fase marcada pelos primeiros contatos da AFL-CIO com o sindicalismo brasileiro, visando o afastamento das lideranças sindicais vinculadas aos partidos de esquerda e a divulgação do sindicalismo norte-americano no país. A maior parte desse período não é objeto específico da minha análise, mas será várias vezes referida, pois o pós-1964 fará inevitáveis remissões à fase anterior. De 1964 a 1967 percebe-se a concentração de investimentos e o desenvolvimento das atividades do IADESIL, impulsionados pelo golpe civil-militar. Os anos posteriores, de 1967 a 1978, são identificados pelo desgaste das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos, sobretudo nos assuntos políticos e militares, pelo interesse dos empresários norte-americanos no “milagre econômico” e pelo declínio das operações do sindicalismo norte-americano no Brasil. A partir da análise da atuação do sindicalismo norte-americano no Brasil no período militar também é possível problematizar a avaliação sobre as relações sindicais entre os dois países durante o período pré-1964, principalmente no tocante à ideia de fracasso ou pouco impacto da sua ação no país.

Nesse sentido, este estudo irá se debruçar, sobretudo, nos anos subsequentes ao golpe civil-militar, período em que aumentaram as atividades e os investimentos do IADESIL no país, até a crise das relações entre sindicalistas e os governos do Brasil e dos Estados Unidos, marcada pela redução das atividades sindicais norte-americanas no país no final da década de 1970. Para tanto, serão analisadas as atividades do IADESIL na cidade de São Paulo, onde a entidade dos Estados Unidos mantinha uma organização chamada Instituto Cultural do Trabalho, administrada por dirigentes brasileiros e norte-americanos. No entanto, vale destacar que este estudo enfoca as *relações* entre sindicalistas norte-americanos e brasileiros e não a atuação de setores específicos do movimento sindical brasileiro. Tal proposta exige muitas vezes observar as ações desses sindicalistas em outras localidades, como o Rio de Janeiro e o Nordeste.⁴⁹

⁴⁹ O trabalho do IADESIL nos estados do Nordeste, mais especificamente em Pernambuco, explica-se pelo fato de a entidade sindical estar vinculada ao programa Aliança para o Progresso, voltado em grande parte para o fornecimento de ajuda financeira para aquela região, local em que as Ligas Camponesas e o governo Miguel Arraes assumiram fortes posturas antiamericanas. Preocupados com os movimentos de insurreição ocorridos no início dos anos 1960, a Aliança para o Progresso focou a maior parte dos seus investimentos nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. PEREIRA, Henrique Alonso de A. R.

Utilizando uma abordagem transnacional, procuro analisar como os sindicalistas brasileiros entendiam e atuavam frente à política internacional da AFL-CIO. Como assinalou Barbara Weinstein, “muito da literatura sobre relações entre Estados Unidos e América Latina tem sido escrita de cima para baixo, da perspectiva norte-americana, com os latino-americanos sendo geralmente retratados como vítimas passivas e infelizes das políticas dos Estados Unidos”. Tampouco eram os brasileiros receptores passivos da propaganda anticomunista.⁵⁰

Por outro lado, procuro compreender, a partir do seu entrosamento e experiência com o movimento sindical brasileiro, os objetivos da política internacional da AFL-CIO, seus mecanismos de atuação, bem como a elaboração de estratégias elaboradas durante os diferentes governos militares. Relações que, vale dizer, corriam numa “via de mão-dupla” e não como uma “campanha anticomunista monolítica, cuidadosamente orquestrada e imposta ao Brasil pela hegemonia norte-americana”, como asseverou Barbara Weinstein.⁵¹

Cliff Welch, que se dedicou a analisar a construção da política trabalhista estadunidense no Brasil, apresenta análises importantes, oferecendo-nos uma periodização das operações realizadas no país durante os anos de 1945 a 1965. O autor dividiu a atuação do sindicalismo estadunidense em três fases. Nos anos de 1945 a 1952, sindicalistas e representantes do governo estadunidense teriam direcionado suas atividades para a promoção de mudanças institucionais no Brasil. Na década seguinte, os investimentos concentraram-se na promoção de programas de intercâmbio e treinamento para líderes sindicais comprometidos com o “sindicalismo livre”. Após o ano de 1962, quando as autoridades norte-americanas já estavam convencidas de que não era possível ter Goulart como aliado, a AFL-CIO passou a fortalecer as alianças com setores da sociedade civil e militar, opositores do governo, empenhando esforços na preparação do terreno para a deflagração do golpe de Estado.

“Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil”. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História - PUC, 2005. Por conta de uma série de desavenças entre os governos de Goulart e Kennedy, os recursos norte-americanos foram destinados diretamente para as administrações estaduais com quem os Estados Unidos tinham bom relacionamento e eram tidas como aliadas na luta contra o comunismo. Essas eram as chamadas “ilhas de sanidade”, como denominou Lincoln Gordon. LOUREIRO, op. cit., p. 184.

⁵⁰ WEINSTEIN, Barbara. “Prefácio”, in: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria. O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

⁵¹ Idem.

Ademais, Welch observou no Brasil um caso expressivo para o entendimento da política trabalhista norte-americana na América Latina. Segundo ele, a literatura sobre o tema enfatizou o caráter anticomunista das operações internacionais voltadas para as relações trabalhistas durante a Guerra Fria.⁵² Todavia, Welch argumentou que o governo brasileiro não precisou de ajuda externa para conter os “inimigos do regime”, embora o sindicalismo dos Estados Unidos tivesse cooperado nesse sentido. No entanto, mais do que bloquear o avanço comunista, havia um empenho concreto em “americanizar” o sindicalismo brasileiro. Nesse sentido, a luta contra o comunismo não era um fim em si, mas um meio de estabelecer as bases para a implantação do chamado “sindicalismo livre” e da democracia do livre mercado. O ponto final da análise de Welch é o ano de 1965, logo após o golpe civil-militar, no momento em que o projeto do IADESIL passava a ter condições para se desenvolver sem a presença dos comunistas.

Nesse sentido, pode-se indagar se em algum momento as entidades sindicais norte-americanas acreditaram ser possível mudar a estrutura do movimento sindical brasileiro. Teriam sido os sindicalistas norte-americanos meros observadores da política social e econômica brasileira? Ou ainda teria sido o projeto do IADESIL apenas um caminho para observar e manipular as atividades dos trabalhadores brasileiros a fim de mantê-los afastados da “ameaça comunista”? Por meio dos relatórios escritos pelos adidos trabalhistas da Embaixada dos Estados Unidos é possível perceber altas doses de arrogância e até mesmo uma aparente ingenuidade em acreditar que as instituições latino-americanas poderiam ser “americanizadas” dentro de um curto espaço de tempo, ignorando os processos históricos nacionais e suas especificidades. Não menos intrigante é compreender os motivos que levaram o IADESIL a permanecer no país até o final da década de 1970, quando as organizações de esquerda encontravam-se suprimidas pelo regime ditatorial brasileiro.

De todo modo, a história do IADESIL/ AFL-CIO no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar ainda carece ser explorada. Um dos motivos possíveis para explicar a existência de poucas análises sobre o tema é a ideia de que a AFL-CIO e as demais organizações de classe internacionais eram vistas pelos grupos de esquerda como um

⁵² Ver HIRSCH, Fred. *An Analysis of the AFL-CIO Role in Latin America, or, Under the Covers with the CIA*. Pamphlet. San Jose, CA: s.ed., 1974; RADOSH, Ronald. *American Labor and U.S. Foreign Policy*. Nova York: Random House, 1969; BERGER, Henry W. “Union Diplomacy: American Labor's Foreign Policy in Latin America, 1932-1955”. Tese de Doutorado. Madison: University of Wisconsin, 1966.

instrumento do “imperialismo” norte-americano. Desde os anos 1970, pesquisadores têm revelado as relações estreitas entre a AFL-CIO e a CIA, mostrando, inclusive, uma série de evidências sobre o envolvimento de líderes sindicais com membros do órgão de informação.⁵³

É verdade que uma boa parte dessa bibliografia, incluindo estudos mais recentes como de Kim Scipes, tenha privilegiado mais as acusações do que as análises.⁵⁴ É importante enfatizar que a maior parte dessas publicações data do período em que as ditaduras militares dominaram os países latino-americanos e que, portanto, encontram-se muito marcadas pelos acontecimentos repressivos e antidemocráticos.⁵⁵ De acordo com Scipes, “a política internacional da AFL-CIO representa uma ameaça direta para a classe trabalhadora e os movimentos sindicais do mundo todo e dos Estados Unidos”, uma vez que “os líderes sindicais norte-americanos atuam como cooperadores do governo para manter e estender o seu império”.

Para Spalding, o impacto da política internacional sindical estadunidense, que tinha como base o estreito relacionamento entre o movimento sindical e os industriais, necessita ser analisado no contexto do imperialismo, considerando ainda o papel das diversas instituições norte-americanas, como as universidades, as agências do governo, como a USAID, e os órgãos secretos, como a CIA. Para ele, a política internacional sindical dos Estados Unidos pode ser resumida em uma única frase: “o que é bom para o sindicalismo norte-americano (e para o capitalismo) é bom para o sindicalismo latino-americano”.⁵⁶ Há ainda indícios de que a CIA mantinha dois agentes na cidade de

⁵³ Um dos primeiros trabalhos a criticar a atuação do IADESIL foi de Hobart Spalding. O autor revelou as relações da entidade com a CIA e o Departamento de Estado, bem como seu apoio aos regimes militares de direita, como ocorreu na Argentina, Brasil, Chile, entre outros. Entre seus artigos, ver “Sindicalismo libre: ¿De qué? El instituto americano para el desarrollo del sindicalismo libre”. *Nueva Sociedad*, n. 70, Enero-Febrero de 1984, pp. 48-58.

⁵⁴ SCIPES, Kim. *AFL-CIO's Secret War against Developing Country Workers - Solidarity or Sabotage?* Lanham, MD: Lexington Books, 2010.

⁵⁵ SUSSMAN, Michael J. “AIFLD: U.S. Trojan Horse in Latin America and the Caribbean. A Special Report”. S.l., s.ed., 1983; SPALDING, Hobart A. “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”. *Latin American Perspectives*, vol. 3, n. 1, Imperialism and the Working Class in Latin America, Winter, 1976, pp. 45-69; AGEE, Philip. *Inside the Company: CIA Diary*, Londres: Penguin, 1975; BLUM, William. *The CIA: A Forgotten History*. Londres e Nova Jersey: Zed, 1986; HIRSCH, Fred, op. cit. Para um exemplo mais recente sobre a relação entre os sindicalistas norte-americanos e a CIA, ver WILFORD, Hugh. *The mighty Wurlitzer: how the CIA played America*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.

⁵⁶ SPALDING, Hobart. “U.S. and Latin American Labor”, op. cit., p. 46.

Recife no Consulado americano, e outros infiltrados na Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (CLUSA) e no próprio IADESIL.⁵⁷

Com provas ou não, o fato é que para muitos membros dos movimentos de esquerda e nacionalistas da América Latina das décadas de 1970 e 1980, o sindicalismo norte-americano representava apenas uma extensão dos interesses do governo e da CIA.⁵⁸ Uma piada comum entre os grupos de esquerda no Brasil era chamar a AFL-CIO de “AFL-CIA”, como uma forma de enfatizar os laços entre as duas instituições. Acadêmicos, membros da organização Corpos de Paz, religiosos, entre outros norte-americanos eram suspeitos de atuar como agentes da CIA. O sentimento antiamericano era uma característica amplamente compartilhada entre esses movimentos ao longo da Guerra Fria.⁵⁹

Pesquisadores também apontaram as relações estreitas dos sindicalistas norte-americanos com embaixadores, adidos trabalhistas, autoridades políticas, a CIA e o Departamento de Estado. No Brasil, René Dreyfuss foi pioneiro ao explicitar as ligações entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a AFL-CIO, o AIFLD e a CIA no Brasil.⁶⁰ Entre os personagens principais já fartamente explorados estão George Meany, Serafino Romualdi, William Doherty Jr. (todos identificados como agentes da Divisão de Organizações Internacionais da CIA),⁶¹ e Jay Lovestone, também ligado ao órgão de inteligência norte-americana.⁶²

⁵⁷ LAMGGUTH, A J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978, pp. 92-93. Ver também BRAGA, Paulo Romeu. “Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2, Brasília, jun.-dez., 2002, p. 58.

⁵⁸ Em 1975, um ex-agente da CIA, Philip Agee, revelou os seus dez anos de experiência relatando o papel da CIA na América Latina, a partir das atividades do IADESIL. De acordo com ele, a CIA criou um novo programa anticomunista e anticastrista para o movimento sindical organizado. Os treinamentos do IADESIL poderiam ser um lugar perfeito para recrutar agentes latino-americanos. Serafino Romualdi foi apontado como um dos mais importantes agentes da CIA na divisão da América Latina na década de 1960. AGEE, Philip, op. cit.

⁵⁹ Carlos Fico, ao analisar a obra de Thomas Skidmore, comenta que muitos acadêmicos brasileiros rotulavam os colegas norte-americanos de “imperialistas” por uma série de razões; entre elas, pelo fato de muitos acharem que o golpe havia começado em Washington. FICO, Carlos. *Além do golpe*, op. cit., p. 29.

⁶⁰ DREYFUSS, Rene Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, capítulo VII.

⁶¹ AGEE, Philip, op. cit., p. 244; Gibbon, p. 13.

⁶² MORGAN, Ted. *A Covert Life. Jay Lovestone: Communist, Anti-Communist, and Spy Master*. Nova York: Random House, 1999; BUHLE, Paul. *Taking care of Business: Samuel Gompers, George Meany, Lane Kirkland, and the Tragedy of American Unionism*. Nova York: Monthly Review Press, 1999; KOFAS, Jon V. *The Struggle for Legitimacy: Latin American Labor and the United States, 1930-1960*. Tempe: Center for Latin American Studies/ Arizona State University, 1992.

No entanto, a literatura mais recente sobre o tema tem questionado ou ao menos problematizado a aliança automática entre os líderes sindicais e a política externa dos Estados Unidos, fornecendo uma abordagem *bottom-up* que pode contribuir para reflexões sobre os significados da política trabalhista dos Estados Unidos para a classe trabalhadora norte-americana, conforme Ângela Vergara destacou.⁶³ Michael J. Sussman, no início dos anos 1980, também questionou a participação e o conhecimento dos trabalhadores na idealização da política internacional traçada pelas lideranças da AFL-CIO para a América Latina, Ásia e África.⁶⁴

Nesse sentido, este trabalho procura não apenas analisar a política da AFL-CIO e suas intervenções no Brasil, mas enfocar as reações dos sindicalistas brasileiros em relação às expectativas e ações realizadas pelas entidades sindicais norte-americanas no país. Pode-se dizer que essa abordagem é ainda pouco explorada pelos pesquisadores interessados em compreender o papel internacional da grande central sindical norte-americana.⁶⁵

Scipes, assim como Fred Hirsch, destacou o papel dos líderes da AFL-CIO na preparação das condições políticas para a deposição dos governos latino-americanos que haviam sido eleitos democraticamente, como ocorreu na Guatemala em 1954; no Brasil, 1964; no Chile, 1973; na Argentina em 1976, entre outros. Para ele, esses são apenas alguns exemplos da “ponta do iceberg”, já que ainda há muito que saber sobre as operações da AFL-CIO no mundo.

De fato, a colaboração e o apoio do governo estadunidense aos golpes de Estado em países que estariam “ameaçados pela doutrina comunista”, inclusive no Brasil, não é novidade.⁶⁶ No caso brasileiro, um dos estudos mais recentes sobre o tema foi realizado

⁶³ VERGARA, Angela. “Chilean Workers and the US Labor Movement: From Intervention to Solidarity, 1950s-1970s”, in: GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert. (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo).

⁶⁴ SUSSMAN, Michael, op. cit.

⁶⁵ WALCHER, Dustin, “Reforming Argentine Labor: The AFL-CIO’s Ongoing Struggle Against Peronism, 1955-1963”; WEHRLE, Edmund F., “Free Labor Versus Slave Labor,” Free Trade Unionism and American Labor’s Approach to Foreign Affairs, the South Vietnamese Example”; GARCIA, Magaly Rodriguez, “The AFL-CIO and Latin American Trade Unions in ORIT, 1950-1970”. Artigos publicados na coletânea: GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert. (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo).

⁶⁶ Sobre a participação dos Estados Unidos no golpe civil-militar: MOREL, E. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; PARKER, P. R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; BLACK, J. K. “Lincoln Gordon and Brazil’s Military Counterrevolution”, in: RONNING, C. N. e VANNUCCI, A. P. *Ambassadors in foreign policy: the influences of individuals on U.S.-Latin American Policy*. Nova York:

por Carlos Fico. Em "*O grande irmão - da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*", o autor procurou coletar documentação norte-americana produzida durante os anos de 1964 a 1973, recorte temporal imposto pela legislação que dá acesso aos documentos secretos. Fico analisou o processo de desenvolvimento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, buscando compreender as mudanças ocorridas desde o período de apoio incondicional, durante a gestão de Castello Branco, até o governo Médici, quando o governo norte-americano teve de admitir o constrangimento de ser identificado como apoiador de uma ditadura militar, acusada de torturar e matar prisioneiros políticos.⁶⁷

Carlos Fico também assinalou a importância de contextualizar a Guerra Fria dentro do processo de transformação da economia brasileira, considerando as demandas nacionais, para melhor entender as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar.⁶⁸ Sobre o impacto da Guerra Fria nos países em desenvolvimento, Weinstein assinala que a forma como os Estados Unidos perseguiram seus objetivos no Brasil não pode ser separada das atitudes preexistentes a respeito da cultura brasileira e latino-americana e da maneira como esses pressupostos foram retrabalhados num contexto de Guerra Fria.⁶⁹

De modo semelhante, Angela Vergara, em seu artigo sobre o papel da AFL-CIO no movimento sindical chileno durante os anos 1950 a 1970, apontou a necessidade de se compreenderem os diferentes modos pelos quais a Guerra Fria foi interpretada e vivenciada pelos países tidos como periféricos. Embora os sindicalistas latino-americanos manifestassem críticas em relação às atividades realizadas pelas entidades trabalhistas norte-americanas, muitos dirigentes locais estavam dispostos a negociar e a lidar com a presença estrangeira nos meios sindicais de uma forma mais pragmática. Relação que poderia ser travada de diferentes maneiras. Desobedecendo a lógica

Prager, 1987, pp. 95-113; CORREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977; BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. FICO, Carlos. *O grande irmão - da operação Brother Sam aos anos de chumbo - o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 22.

⁶⁷ GREEN, James N. "Clerics, exiles, and academics: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States, 1969-1974". *Latin American Politics and Society*, Spring 2003, vol. 45, n. 1, pp. 87-116.

⁶⁸ FICO, Carlos, op. cit., p. 13.

⁶⁹ WEINSTEIN, Barbara, op. cit.

imposta pela Guerra Fria, muitos desses sindicalistas que pediam apoio econômico aos Estados Unidos não viram problemas em negociar benefícios com a União Soviética.⁷⁰

Também não era rara a supervalorização da influência comunista na classe trabalhadora latino-americana a fim de mostrar aos “gringos” a necessidade de investimentos nas organizações sindicais. Para Vergara, essas contradições são emblemáticas para pensarmos novas abordagens e questionamentos sobre as características e motivações da política trabalhista norte-americana durante a era da Guerra Fria. Política que combinava uma forte ideologia anticomunista com o comprometimento da defesa dos trabalhadores e seus direitos, como o direito de greve e a realização de negociações coletivas em termos de igualdade de forças.⁷¹

Não menos importante é explorar as contradições inerentes à própria política sindical internacional norte-americana que tinha supostamente como base os princípios da democracia e da liberdade, mas que apoiou os regimes ditatoriais em todo o mundo para execução de seus projetos. Desse modo, Barbara Weinstein aponta para a necessidade de se contextualizar o conceito de “democracia”, assim como o de “comunismo”, e seus diferentes significados assumidos durante o período da Guerra Fria. Nas palavras da autora:

Como muitas vezes tem sido o caso, tanto antes quanto depois da Guerra Fria os representantes dos Estados Unidos posicionaram-se como defensores da democracia, ansiosos por ensinar às nações "menores" as lições da ordem democrática. Mas o que poderiam ser essas lições? Dados os "defeitos" que os representantes dos Estados Unidos identificaram no anticomunismo brasileiro e nos brasileiros – que eles viram como excessivamente tolerantes em relação à diferença racial, religiosa e política, e resistentes à aprovação de uma legislação anticomunista (antes de 1964) que suprimiria a livre expressão política – parece razoável perguntar o que "democracia" significava sob essas circunstâncias. Com o nacionalismo e social democracia similarmente demonizados como equivalentes a comunismo, poderia a democracia vir a significar outra coisa senão "não comunismo"?⁷²

⁷⁰ VERGARA, Angela. “Alianzas y encuentros internacionales: Sindicalismo, internacionalismo e intervencionismo durante la Guerra Fría en Chile”. *Paper* apresentado no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, Rio de Janeiro, 2012, p. 4.

⁷¹ Ibidem.

⁷² WEINSTEIN, Barbara, op. cit., p.

Para Belmonte, os propagandistas norte-americanos e os especialistas dos setores de informação eram encarregados de promover os valores da democracia por meio da divulgação da vida e dos hábitos de um idealizado povo norte-americano. Esse trabalho de difusão do *American way of life* fazia parte da ofensiva ideológica norte-americana contra o comunismo. As propagandas carregadas de apelos sobre a “liberdade” e “igualdade” tinham o papel de expor claramente as diferenças entre os governos democráticos e comunistas. Em tempos de Guerra Fria, era preciso transmitir as vantagens do sistema democrático americano no país e no mundo. De acordo com a autora, os idealizadores da propaganda americana consideravam a liberdade o mais atraente elemento da democracia em contraposição ao suposto “escravismo” dos países comunistas.⁷³

No entanto, democracia e liberdade não são os únicos conceitos que necessitam ser contextualizados. Narrar a história da relação trabalhista entre Brasil e Estados Unidos é fazer o uso constante das aspas, uma vez que comunismo, liberdade, terrorismo e revolução são largamente utilizados e reapropriados de maneiras muito diferentes tanto pelos movimentos conservadores quanto pelas organizações de esquerda, tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

A permanência do modelo legislado x o projeto de negociações coletivas livres

Desde a criação da Justiça do Trabalho em 1939, as associações sindicais, assim como os especialistas em Direito do Trabalho, dedicaram-se à discussão dos métodos de negociação coletiva e às possíveis melhorias no sistema de regulamentação trabalhista. Após a instalação do governo civil-militar em 1964, esses debates continuaram. Com essa nova conjuntura, os críticos do sistema corporativista, da atuação da Justiça do Trabalho e da aplicação da CLT, entre eles sindicalistas, profissionais do Direito e autoridades políticas, passaram a contar com forte apoio e influência das organizações sindicais norte-americanas.

Todavia, o sistema de regulamentação trabalhista corporativista atravessou o regime civil-militar sem maiores alterações em sua estrutura. Com a posse do marechal Castello Branco, estavam criadas as condições para o desenvolvimento do programa sindical norte-americano. A “operação limpeza” na área trabalhista, promovida logo em seguida pelos militares no poder, tratou de eliminar a presença das lideranças nacional-

⁷³ BELMONTE, Laura A., op. cit., p. 95.

reformistas e comunistas nos sindicatos e em todo o país e deixou o terreno pronto para receber a ajuda internacional dos Estados Unidos. Nesse período, a relação política entre os dois países tornou-se bastante próxima. A amizade entre o presidente da República e o general Vernon A. Walters, adido militar da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, companheiros de batalha durante a Segunda Guerra Mundial, contribuiu para fortalecer os laços diplomáticos.⁷⁴

O novo programa de estabilização econômica, que tinha como um dos seus princípios básicos a compressão dos salários dos trabalhadores, trouxe uma série de mudanças que impactaram diretamente nas relações trabalhistas. Muitas delas, como veremos nos capítulos seguintes, desagradaram profundamente as autoridades norte-americanas, que viram nas novas medidas a impossibilidade de desenvolver o seu plano de reestruturação do sindicalismo brasileiro. Entre as mudanças estavam a nova lei de greve nº 4.330, de 01 de junho de 1964, e a maior centralização das negociações coletivas no âmbito do Poder Executivo, por exemplo.⁷⁵

No entanto, o direito de greve e as negociações coletivas independentes do Estado eram os pilares do modelo contratualista. A impossibilidade de colocar em prática esses dois institutos ia de encontro ao projeto de instalação do “sindicalismo livre e democrático” no Brasil. Desse modo, embora a política externa do governo de Castello Branco fosse de comprometimento com os ideais norte-americanos, havia a elaboração de uma política econômica e social própria, que muitas vezes contrariava os interesses dos Estados Unidos.

A partir dessas observações, busco refletir sobre os motivos que *não* levaram o Brasil a incorporar o modelo de negociação livre e contratualista de trabalho nos moldes estabelecidos pelo sindicalismo norte-americano. É intrigante pensarmos que, mesmo com todo o investimento da Aliança para o Progresso e das entidades sindicais norte-americanas, viabilizados pela política externa de alinhamento com os Estados Unidos

⁷⁴ Ver entrevista de Walters para Robert J. Alexander, em 16 de agosto de 1965. AEL, coleção Robert Alexander Papers, Brazil foreign observers, 1951-1977, rolo 3 – série: interviews, 1947-1994, box 5. Carlos Fico mostra essa relação mútua de confiança entre os dois que possibilitava a Walters obter informações privilegiadas dos militares no período do golpe de 1964. FICO, Carlos. *O grande irmão*, op. cit., p. 20.

⁷⁵ RESENDE, André Lara. “Estabilização e reforma: 1964-1967”, in: Abreu, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990, pp. 213-31.

durante o governo de Castello Branco, o sistema de regulamentação trabalhista no Brasil tenha permanecido o mesmo.

No final dos anos 1970, a negociação direta com o patronato, sem a interferência das cortes trabalhistas, constituía uma das principais bandeiras do “novo sindicalismo”, movimento que caracterizou o período de “abertura” do regime militar e protagonizou o chamado renascimento dos movimentos de esquerda no Brasil. Os sindicalistas daquele período também lutavam pela revogação das políticas de controle salarial e reconhecimento do direito às negociações coletivas, direito de greve, e a revisão da CLT, ou seja, objetivos bastante semelhantes aos do instituto norte-americano, porém com sentidos bem diferentes.

O sindicalismo brasileiro na Ditadura Civil-Militar

Durante a pesquisa, chamou a atenção o pouco número de publicações sobre o movimento sindical no período da Ditadura Civil-Militar, especialmente sobre as conjunturas de 1964 a 1976. Da mesma forma, observei a carência de estudos que se dedicam a compreender o papel dos dirigentes sindicais para além das suas relações com o Estado. Essa escassez dificulta a análise das relações entre o sindicalismo brasileiro e norte-americano nesse período. Tal constatação pode ser explicada, em parte, pelo fato de muitos pesquisadores, no início dos anos 1980, terem sido atraídos pelas grandes mobilizações da classe trabalhadora eclodidas no período de distensão do regime militar durante o final da década de 1970.

Além disso, o caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente tornou os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora.⁷⁶ Assim, a ideia de que o sindicalismo brasileiro adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado “novo sindicalismo” emergiu – ainda permanece, embora alguns trabalhos publicados na última década tenham começado a desconstruir essa ideia. Como mostrou Antonio Luigi Negro, o AI-5, decretado em

⁷⁶ Ver ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. *Debate & Crítica*, São Paulo, Hucitec, nº 6, julho de 1975; ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Unicamp, 2000; MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982; COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986; WEFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, 1968”. *Coleção Cadernos Cebrap*, n. 5, 1972.

dezembro de 1968, não eliminou completamente a pressão dos trabalhadores. No entanto, paralisações como aquelas ocorridas naquele mesmo ano, em Osasco e Contagem, ficaram mais difíceis de serem repetidas. Entre os anos do chamado “milagre econômico”, os trabalhadores conseguiram driblar a repressão, limitando suas ações de resistência no interior das fábricas e à margem da maioria dos sindicatos.⁷⁷

Não menos importante é também questionarmos por que estudar as relações internacionais no sindicalismo brasileiro. Observar o movimento sindical nacional como parte de uma história mais ampla, que ao mesmo tempo influencia e é influenciada pelas correntes ideológicas internacionais e pelas conjunturas externas, pode ser fundamental para se compreenderem determinadas escolhas das lideranças, seus discursos e ações.

Da mesma forma, é interessante notar como a própria disciplina de “Relações Internacionais” passou a ser discutida no âmbito do sindicalismo durante a segunda metade da década de 1960. O depoimento de Evaristo de Moraes Filho é bastante ilustrativo nesse sentido. Durante uma CPI realizada sobre a atuação das entidades sindicais estrangeiras no Brasil, instaurada em 1967, o jurista citou o livro de Arthur Ross para falar do impacto das relações internacionais nos assuntos políticos, sociais e econômicos, e assim observou:

Nele [no livro] está escrito que hoje só há uma ciência social: a das relações internacionais, que é uma verdadeira sociologia. Atualmente, as nações se estratificam no mundo, como as classes sociais se estratificam, em dois, três tipos de países. (...) Hoje, nenhum país chega ao seu pleno desenvolvimento fora da conjuntura internacional – todos sabemos disso – fora das fronteiras ideológicas, fora dos empréstimos internacionais, fora dos financiamentos, e assim por diante. Isso tudo que está ocorrendo no Brasil é reflexo dessa luta internacional. A sociedade internacional está dividida. Existe a luta de influência. O Brasil, ou estava num lado ou estava noutro, isto é, na corda bamba.⁷⁸

⁷⁷ Nesse sentido, o trabalho de Antonio Luigi Negro é um dos poucos estudos que analisam as ações dos sindicatos e trabalhadores para além das greves de 1968 e 1978. Ver *Linhas de Montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004. Ver também do mesmo autor “Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística”, in: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/ Educ/ Uniraballo, 1999, pp.9-32. Ver ainda SANTANA, Marco Aurélio. “Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. *Revista Política & Sociedade*, n.13, outubro de 2008, pp. 279-309; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁷⁸ Depoimento de Evaristo de Moraes Filho reproduzido no Relatório final da CPI entidades estrangeiras

Em relação aos estudos sobre política sindical internacional, é interessante observar que a maior parte trata de um período mais recente da história brasileira, mais precisamente a partir da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983.⁷⁹ A entrevista com um líder sindical, na época secretário de organização da CUT, feita por Hermes Augusto Costa no ano 2000 fornece uma pista interessante sobre a falta de análises que abordam as conexões internacionais do movimento sindical brasileiro. De acordo com o entrevistado:

Nós não podemos esquecer que a abertura mundial do Brasil é um negócio muito recente. A gente conheceu a ditadura de 1964 a 1985. Foi uma ditadura e a oportunidade de conhecimento fora do Brasil era muito restrita. Daqui só saíam praticamente para fazer cursos nas escolas de formação lá em Washington, lá na AFL-CIO (...). Nós temos uma geração toda no interior da CUT que faz parte dessa herança (...). A formação social nossa, cultural, era uma formação muito fechada.⁸⁰

No entanto, mesmo sendo conhecidos dentro do universo sindical os casos de sindicalistas brasileiros que foram convidados pela AFL-CIO a participar de treinamento ou intercâmbio no exterior, há ainda muito para se compreender a respeito das experiências e relações desses dirigentes com os Estados Unidos – principalmente no período de aceleração do movimento de abertura ao capital estrangeiro com a instalação de multinacionais norte-americanas no país, quando os militares tomaram o poder em 1964.

no Brasil. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970, suplemento ao n. 101, p. 54, terceira coluna. Provavelmente, Moraes Filho estava se referindo ao livro de Arthur Max Ross (*Industrial relations and economic development*. Londres: Macmillan, 1966).

⁷⁹ Ver GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991, pp. 67-9; COSTA, Hermes Augusto. “O sindicalismo, a política internacional e a CUT”. *LUANOVA*, nº 64, 2005; BARGAS, Osvaldo, “Perspectivas do movimento sindical internacional e os desafios colocados para a CUT”, in: CEDI. *A CUT e o movimento sindical internacional*. CEDI: Rio de Janeiro/ São Paulo, 1991, pp. 9-32; ROMBALDI, Maurício. “Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações”. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012; TOMIZAKI, Kimi. “Desenraizamentos e deslocamentos: a formação de uma geração singular de metalúrgicos no ABC Paulista”, in: RODRIGUES, Iram Jácome e RAMALHO, José Ricardo. (orgs.). *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007, v.1, pp. 267-98.

⁸⁰ COSTA, Hermes Augusto. “O sindicalismo, a política internacional e a CUT”, op. cit., p. 132.

Por outro lado, o olhar estrangeiro sobre o movimento sindical brasileiro contribui para a elaboração de novos questionamentos e para a compreensão de aspectos que até então foram pouco observados ou passaram despercebidos na historiografia nacional e até mesmo interpretados como uma particularidade da história brasileira. Como observou Victor Silverman, o envolvimento da classe trabalhadora nas questões políticas internacionais não pode ser compreendido como uma simples ação conduzida pelas lideranças sindicais locais ou como uma reação dos trabalhadores organizados a favor ou contra determinada política externa. Mais do que isso, o papel do movimento sindical nas questões diplomáticas e nas políticas internacionais são os resultados de uma complexa rede de interações que podem provocar diferentes tipos de conflitos, mas também aproximações entre os grupos de trabalhadores organizados de todo o globo.⁸¹

Da mesma forma, observa-se a pouca atenção que os estudos na área de relações internacionais têm dado ao tema do trabalho e das relações sindicais.⁸² Nesse sentido, este estudo procura contribuir para o preenchimento de algumas lacunas presentes na história social do trabalho após 1964,⁸³ bem como no campo das relações internacionais e na literatura sobre a Ditadura Civil-Militar. Nessa última área, ainda carecem estudos que coloquem os trabalhadores no centro de suas análises, considerando suas estratégias de luta, movimentos, seus cálculos e reações diante das ações repressivas do regime.⁸⁴

⁸¹ SILVERMAN, Victor. "Workers, Labor, and War: New Directions in the History of American Foreign Relations." *Diplomatic History*, vol. 24, n. 4, September 2010, pp. 641-731.

⁸² Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998; SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009; BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil dois Séculos de História*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

⁸³ Sobre o movimento sindical no período ditatorial militar, entre as principais obras desses autores, destaco: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1984; RODRIGUES, José Albertino. *O sindicato pós-64*. II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, CEDEC, São Paulo, abril de 1979, (mimeo); SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸⁴ Na bibliografia mais recente sobre o regime militar, destacam-se os artigos de Murilo Leal Pereira Neto e Antonio Luigi Negro, uns dos poucos estudos publicados sobre a ação dos trabalhadores na repressão. PEREIRA NETO, M. L. "Sidnei, Olavo e Jeremias", in: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a Ditadura - Memória e justiça social no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, pp. 25-46. NEGRO, A. L. "'Servir ao Povo de Todo o Coração'. Mulheres Militantes e Mulheres Operárias no ABC na década de 1970", in SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a Ditadura*, op. cit., vol. 1, pp. 84-109.

Fontes e Capítulos

A respeito da documentação disponibilizada pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o trabalho de pesquisa efetuado por Fico é uma referência importante para compreensão do conjunto documental produzido pelo Departamento do Estado, uma vez que grande parte dos documentos estrangeiros analisados neste estudo também advém desse órgão.⁸⁵ Os papéis estão organizados em três períodos básicos: 1964 a 1966, 1967 a 1969 e 1970 a 1973. Fico advertiu para o caráter unilateral do enfoque baseado apenas na documentação do Departamento do Estado, que não pode representar a análise geral do governo estadunidense, havendo divergências entre ele e o Departamento de Defesa ou do Tesouro, por exemplo, e outras instâncias, como a própria Casa Branca, o Conselho de Segurança Nacional, a CIA e o Senado dos Estados Unidos.

Daí destaca-se a importância em realizar o cruzamento com as fontes variadas oriundas da AFL-CIO, depositadas no George Meany Memorial Archives, localizado no National Labor College em Silver Spring, Maryland, e do cruzamento com as fontes produzidas no Brasil, como os arquivos da polícia política, jornais sindicais e da grande imprensa. A variedade de fontes possibilitou confrontar os diferentes pontos de vista das autoridades norte-americanas sobre as questões político-econômicas e sindicais no Brasil.⁸⁶ A maior parte da documentação pesquisada no National Archives II trata de relatórios periódicos enviados pela embaixada americana no Brasil ao Departamento de Estado dos Estados Unidos. Nesses relatórios, organizados no fundo documental RG 59 - General Records of the Department of State (1763-2002), é possível encontrar detalhes factuais sobre o movimento sindical brasileiro, bem como observações e comentários a respeito dos cenários apresentados. Foram pesquisados também telegramas e relatórios sobre o IADESIL no Brasil, arquivados no grupo de documentos diplomáticos do RG 59, série Central Foreign Policy Files (1973-1975), e alguns relatórios de *surveys* aplicados no Brasil em que o tema do sindicalismo e classe trabalhadora também foi abordado, localizados no RG 306 - Records of the U.S. Information Agency (1900-2003). Infelizmente, o restante da documentação pertencente ao Departamento do

⁸⁵ O Departamento do Estado equivale ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro, e o cargo de secretário de Estado corresponde ao de ministro. O Departamento do Estado acompanhava em detalhes todas as operações do IADESIL e das embaixadas dos Estados Unidos, que contavam com um estruturado corpo de adidos trabalhistas e outros funcionários para elaboração desses relatórios.

⁸⁶ FICO, *O grande irmão*, op. cit., p. 12.

Estado produzida a partir de 1976 até o ano de 2010, quando a pesquisa foi realizada, ainda não havia sido liberada para consulta pública. No entanto, é possível acessar uma parte dela, por meio digital, que aos poucos está sendo desclassificada.

Já no George Meany Archives pesquisei todos os fundos documentais relacionados ao Brasil, principalmente, o *International Affairs Department Country Files* (1945-1979), onde pude analisar as trocas de correspondências, recortes de jornais, relatórios, cartas de trabalhadores enviados ao IADESIL e telegramas relacionados às atividades da organização no Brasil. No Kheel Archives, localizado na ILR School da Cornell University em Ithaca, Nova York, pude reproduzir documentos referentes à coleção de Serafino Romualdi (1946-1966), que por décadas esteve à frente do escritório de assuntos latino-americanos da AFL-CIO.

No início desta pesquisa fiquei me perguntando em que sentido os documentos produzidos no exterior poderiam contribuir para a análise não apenas sobre as atividades do IADESIL no Brasil, mas para a compreensão do movimento sindical brasileiro como um todo. Ocorre que esses relatórios enviados ao Departamento do Estado não se propõem apenas a relatar os fatos ocorridos, pois neles encontramos fartos comentários e interpretações sobre os cenários retratados. Nesse sentido, o olhar estrangeiro nos ajuda a pensar em outras questões que possivelmente não apareceriam caso a pesquisa estivesse apenas circunscrita à análise das fontes nacionais. Desse modo, mais do que observar as relações entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos, a documentação estrangeira nos ajuda a compreender como os primeiros reagiam às políticas e aos acontecimentos internacionais, mais especificamente à Guerra Fria.

No caso das fontes nacionais, procurei cruzar as informações e os nomes citados nos relatórios norte-americanos com os informes da polícia política de São Paulo (Deops), a fim de observar como as autoridades brasileiras percebiam e acompanhavam as atividades do sindicalismo norte-americano no país. Além disso, recorri a uma série de fontes produzidas por periódicos da grande imprensa, como os jornais *Última Hora* e *O Estado de São Paulo*, por exemplo, assim como as publicações e documentos produzidos pelos sindicatos da capital paulista.

É preciso destacar também as entrevistas realizadas por Robert Alexander com lideranças da AFL-CIO, entre eles Willian Doherty Jr, representante do Departamento de Assuntos Internacionais, Michael Boggs e Andrew Mclellan, representantes do

IADESIL no Brasil. Personagens importantes para analisar as ideias e impressões desses sindicalistas a respeito do Brasil, bem como suas dificuldades no projeto de implantação da “negociação coletiva livre” e na criação de estratégias para lidar com as diferentes conjunturas político-econômicas do regime militar. A coleção *Latin American twentieth-century pamphlets – IDC Publisher Pamphlets*, adquirida recentemente pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp e que guarda documentos produzidos e arquivados por Robert Alexander, como as publicações de entidades locais, mostrou-se muito valiosa para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como as entrevistas realizadas por Alexander com dirigentes sindicais e autoridades políticas brasileiras e norte-americanas.

O primeiro capítulo, intitulado “*A formação da política internacional da AFL-CIO no Brasil*”, apresenta aspectos gerais bem como as estratégias, objetivos, métodos e abordagens da entidade, desde a criação do IADESIL e seu estabelecimento no país. Embora o capítulo enfoque a formulação do programa desenvolvido no Brasil, a experiência nacional pode ajudar a elaborar comparações e buscar semelhanças sobre a atuação da entidade sindical norte-americana em outros países latino-americanos. Para compreender os objetivos e o funcionamento do IADESIL no Brasil, foram retomados os primeiros contatos do sindicalismo estadunidense no país, após a Segunda Guerra Mundial, até o golpe civil-militar. Embora se trate de período anterior ao recorte proposto na tese, julgou-se fundamental compreender as origens da entidade e a formação de alianças com sindicalistas brasileiros, que serão os protagonistas das relações sindicais Brasil e Estados Unidos no período pós-64.

O capítulo “*O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil (1964-1967)*” trata das atividades do IADESIL durante a política de alinhamento do governo Castello Branco com o governo dos Estados Unidos. O objetivo é compreender a atuação da entidade sindical norte-americana e suas relações com o sindicalismo brasileiro a partir da análise política externa brasileira, idealizada logo após a derrubada de Goulart. No capítulo III, “*Americanos, go home! Da política de alinhamento ao afastamento diplomático (1967-1970)*”, são analisados os desdobramentos do projeto do IADESIL no Brasil em um segundo momento de atuação, quando o governo Costa e Silva passa a fomentar uma política nacionalista militar, de cunho autoritário. A partir

de então, surge uma nova política externa brasileira, menos alinhada aos interesses dos Estados Unidos e mais disposta a negociar com países europeus e com o hemisfério oriental.

O quarto capítulo, intitulado “*Entre o turismo e o aprendizado sindical: olhares de viajantes*”, apresenta os relatos dos sindicalistas e autoridades que viajaram aos Estados Unidos convidados a conhecer as instalações da AFL-CIO e o funcionamento do movimento sindical norte-americano. O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, o objetivo é analisar um conjunto de diários de viagem publicados ao longo dos anos 1960 e 1970 pelos próprios viajantes, a fim de observar suas impressões, experiências, ideias e comparações entre o sindicalismo brasileiro e estadunidense. Na segunda parte, são analisadas as cartas escritas por trabalhadores brasileiros, enviadas diretamente para a diretoria da AFL-CIO, contendo pedidos de ajuda e opiniões sobre o movimento sindical daquele país.

No capítulo V, busco analisar os “*Conflitos, interesses e alianças entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos*” durante os anos de 1969 a 1977, período pouco analisado na história do movimento sindical brasileiro. O objetivo é entender o complexo e intricado jogo de interesses desses dirigentes, tão suscetíveis às mudanças políticas e à repressão realizadas pelo regime ditatorial, bem como investigar as ações do IADESIL no Brasil durante o chamado “milagre econômico”. Não menos importante é investigar as estratégias do sindicalismo norte-americano para se manter no país e observar como o IADESIL lidou com a repressão e as denúncias internacionais dos abusos dos direitos humanos cometidos pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

Por fim, o último capítulo é dedicado a analisar os debates em torno de dois sistemas de regulamentação trabalhista: o contratualismo, defendido pelos norte-americanos, e o corporativismo, em prática no Brasil desde a década de 1930 e preservado pelos governos militares. Assim, serão analisadas as seguintes questões: 1-) as características e diferenças entre os dois tipos de sistema de regulamentação do trabalho; 2-) como os especialistas norte-americanos interpretavam o corporativismo e vice-versa; 3-) o projeto de implantação do modelo contratualista no Brasil; 4-) os motivos que levaram à permanência do modelo legislado durante a Ditadura Civil-Militar. Para isso, procuro analisar as opiniões, críticas, projetos e os estudos relacionados à implantação desses dois modelos no país.

CAPÍTULO I

A formação da política internacional da AFL-CIO no Brasil

A história oficial da origem da política internacional da AFL-CIO para a América Latina teria começado em 1958, quando os olhos de Joseph Beirne, presidente da Communications Workers of America (CWA), se depararam pela primeira vez com a pobreza dos povos andinos. Depois de testemunhar uma criança de seis anos de idade devorar um punhado de raízes retiradas do pasto, Beirne, que participava de uma convenção sindical internacional no Peru, sentiu que precisava tomar uma atitude para ajudar os mais de 14 milhões de trabalhadores latino-americanos. O sindicalista norte-americano observou então que a negociação coletiva era ignorada na maioria das indústrias, as condições de trabalho eram estabelecidas por parlamentares e os sindicatos provocavam motins, espalhando o caos na sociedade. Havia um número pequeno de dirigentes treinados e dedicados aos seus sindicatos em tempo integral, e os procedimentos democráticos para as reivindicações trabalhistas – considerados a espinha dorsal do sindicalismo norte-americano – eram praticamente desconhecidos.⁸⁷

Assim teria nascido o Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), como um esforço solidário da AFL-CIO em educar os sindicalistas, a fim de promover os métodos sindicais democráticos, o crescimento econômico e a reforma política em toda a América Latina. Essa história foi narrada pela *Reader's Digest* de outubro de 1966, uma das revistas norte-americanas mais consumidas durante a Guerra Fria. O periódico ainda convidava o leitor a acompanhar as aventuras de Justo Canaviri, um sindicalista boliviano de 32 anos, graduado no IADESIL em La Paz, responsável por liderar um grupo de dirigentes em uma vila localizada no altiplano andino. Todos os dias, Justo tinha a missão de conduzir encontros com cerca de 30 trabalhadores rurais de diferentes fazendas para lhes ensinar os princípios do sindicalismo democrático e das eleições “livres”.

Quando retornou da viagem, Beirne teria convidado 16 dirigentes sindicais latino-americanos para fazerem um treinamento de três meses no centro de capacitação

⁸⁷ METHVIN, Eugene H. “Labor’s New Weapon for Democracy”. *Reader's Digest*, out. 1966, pp. 21-28.

localizado no *Front Royal*, na Virgínia, Estados Unidos. Lá se concentrariam os cursos e seminários destinados à formação do “sindicalismo democrático”. De volta aos seus países de origem, os sindicalistas latino-americanos foram assistidos financeiramente por um período de nove meses pelo Post, Telegraph and Telephone Workers International (PTTI). Muitos desses alunos teriam se tornado líderes e desenvolvido um importante papel no movimento sindical da América Latina. Impressionado pelos resultados, George Meany, no ano de 1960, sugeriu que o Conselho Executivo da AFL-CIO ajudasse a financiar o programa, com apoio da Universidade de Chicago, para elaborar um estudo sobre os movimentos sindicais na América Latina. Em 1962, o presidente Kennedy demonstrou interesse no IADESIL, quando foi criado o Labor Advisory Committee da Aliança para o Progresso. Para dirigir as tarefas na América Latina, o Conselho Executivo da AFL-CIO nomeou Serafino Romualdi para ser o diretor executivo do IADESIL. Essa é a história oficial sobre as origens da formulação da política internacional do sindicalismo estadunidense para a América Latina.⁸⁸

Desde sua fundação em 1961, por meio da USAID e dos recursos captados pela Aliança para o Progresso, o IADESIL se tornou o principal instrumento do governo estadunidense para fornecer assistência técnica, educação e treinamento aos sindicatos latino-americanos. O instituto foi lançado como uma entidade privada, sem lucros, dirigida por Serafino Romualdi, um anticomunista fervoroso, que há quase duas décadas dedicava-se a combater o comunismo no movimento sindical internacional.⁸⁹

Conhecido como um agente de negócios e do governo estadunidense, Romualdi declarava-se um socialista natural de Perúgia, que havia fugido da Itália fascista.⁹⁰ Nos Estados Unidos, passou a atuar na International Ladies Garment Workers Union (ILGWU). Seu trabalho chamou a atenção do Departamento do Estado em 1942, quando organizou a Conferência dos Italianos Livres das Américas, evento realizado em Montevideu, Uruguai. Romualdi escrevia para jornais sindicais e era membro da

⁸⁸ AIFLD. *American Institute for free labor development 1962-1972 - a decade of worker to worker cooperation*. Washington: AIFLD, 1972, p. 21.

⁸⁹ Em 1961, Romualdi retornou ao Rio de Janeiro para a V Convenção da ORIT, tendo a oportunidade de acompanhar de perto os movimentos que precederam a renúncia de Jânio Quadros, ao lado de seu amigo Carlos Lacerda, bem como a conturbada posse do vice-presidente João Goulart. Em sua obra, ele narra os esforços realizados por parte dessa organização internacional para incentivar as afiliações brasileiras, tentando alcançar um entendimento com Goulart. Sobre a biografia de Romualdi, ver Serafino Romualdi Papers, 1936-1967 [bulk 1946-1966]. Kheel Center for Labor-Management Documentation and Archives, Cornell University Library. Biographical note disponível em <http://rmc.library.cornell.edu/ead/htmldocs/KCL05459.html>.

⁹⁰ SHAPIRO, Samuel. Resenha do livro de Serafino Romualdi, *Presidents and Peons*, op. cit.

organização Free Italy Committee, que visava reunir as populações italianas estabelecidas no Brasil, Argentina e Uruguai para ficar ao lado dos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. O fascismo italiano era visto como uma ameaça aos interesses políticos e econômicos dos norte-americanos na América Latina. Em 1945, Romualdi filiou-se à AFL e assumiu a responsabilidade pelo estabelecimento dos contatos com os países latino-americanos, tornando-se mais tarde, o representante da AFL na América Latina, desenvolvendo papel fundamental no estabelecimento do IADESIL nesses países, durante a primeira metade da década de 1960.

Beth Sims enfatizou a importância das atividades internacionais para o fortalecimento da AFL. Desde a Segunda Guerra Mundial, a entidade passou a atuar como uma forte aliada do governo e do empresariado estadunidense, contribuindo para a expansão dos negócios e para a contenção do comunismo em todo o mundo, buscando deixar as regiões mais estáveis e seguras para os investimentos norte-americanos. Nelson Rockefeller, à época diretor do Escritório de Assuntos Interamericanos do Departamento do Estado durante a Segunda Guerra, foi apontado como um dos principais responsáveis pela formalização da aliança entre a AFL, governo e empresariado estadunidense, cooperação que iria ganhar força na Guerra Fria.⁹¹

A AFL, no pós-guerra, mais do que interessada em promover a liberdade e a prosperidade dos trabalhadores estrangeiros, preocupava-se com a luta de combate ao totalitarismo, no qual os soviéticos eram vistos como uma ameaça constante. A AFL temia a “escravização dos trabalhadores europeus pelo totalitarismo expansionista soviético”, chamando a atenção para a importância da organização da classe operária e seu papel como setor fundamental na determinação do futuro da Europa. A política extremista de combate ao comunismo soviético traçada pela AFL vinha desde a época de seus primeiros líderes, Samuel Gompers⁹² e William Green. Na década de 1920, eles tinham uma posição mais hostil à União Soviética do que o próprio governo estadunidense.⁹³ Quando Roosevelt, em 1933, deu abertura diplomática à URSS, Gompers e Green se recusaram a ter qualquer relação com os sindicatos soviéticos.

⁹¹ SIMS, Beth. *Workers of the World Undermined - American Labor's Role in U.S. Foreign Policy*. Boston, MA: South End Press, 1992, p. 10.

⁹² Sobre as atividades de Samuel Gompers no movimento sindical norte-americano ver sua autobiografia: GOMPERS, Samuel. *Sindicalismo e trabalhismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

⁹³ GOETHEM, Geert Van, “From dollars to deeds – from anti-fascism to anti-communism”, in: GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo).

Como resultado, os sindicatos norte-americanos passaram a dar assistência às entidades de classe europeias, contribuindo para a restauração do poder econômico dos países devastados pela guerra, principalmente na França e Itália. Esse último foi alvo das primeiras atividades de intervenção na política sindical internacional que começava a ser traçada pela AFL.

No centro da luta por corações e mentes da classe trabalhadora europeia, a Itália abrigava na época o maior partido comunista fora do mundo socialista, conforme observou Ronald Filippelli. Segundo o autor, o pragmatismo anticomunista exercido pelo Departamento do Estado e a AFL encaixou-se perfeitamente com os interesses de uma elite italiana ameaçada no pós-guerra pelo movimento de resistência antifascista. O objetivo era fazer da Itália uma nação pró-americana, um lugar estável e atraente para investimentos. Nesse sentido, pode-se dizer que a política internacional da AFL-CIO para a América Latina foi fortemente marcada pela experiência da central nos países europeus, especialmente na Itália.⁹⁴

Em 1964, dois anos após o estabelecimento do IADESIL no Brasil, a entidade fundou uma sede no Uruguai e depois na Argentina. Antes disso, já contava com sede na Venezuela e Guiana, quando mobilizou esforços para desestabilizar o governo de Cheddi Jagan.⁹⁵ Além desses países, Chile, México, República Dominicana, El Salvador, Equador, Bolívia, Peru, entre outros da América Latina e Central foram alvo da política internacional da AFL-CIO. Em 1963, George Meany declarou que 23% da renda das contribuições pagas à AFL-CIO eram gastas em várias atividades internacionais. Uma das fontes de recursos financeiros vinha do Sindicato dos Trabalhadores Unidos da Indústria Automobilística (UAW), que destinava os juros e a renda de suas reservas de greve para um fundo de contribuição internacional, dedicado à defesa e à ampliação dos programas internacionais.⁹⁶

Como observou Angela Vergara, a Guerra Fria criou oportunidades únicas, mas não menos controversas, para a construção de uma rede de solidariedade internacional sindical. No Chile, no início da década de 1950, os líderes da Confederação dos

⁹⁴ FILIPPELLI, Ronald L. *American Labor and Postwar Italy, 1943-1953. A Study of Cold War Politics*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1989, pp. 4-10.

⁹⁵ Sobre o papel do IADESIL no movimento sindical da Guiana, ver WATERS, Robert. "More Subtle than We Knew: The AFL in the British Caribbean", in: GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo).

⁹⁶ Comissão de Estatística do Trabalho, Divisão de Relações Industriais e Trabalhistas. *Pequena história do movimento trabalhista norte-americano*. S.l.: s.ed., 1965, p. 73.

Trabalhadores do Cobre (CTC) procuraram apoio estratégico do movimento sindical estadunidense, tornando-se um membro bastante ativo na ORIT, com relacionamento próximo das lideranças da AFL, principalmente com Serafino Romualdi. Da parte da CTC, o objetivo era obter apoio internacional e marcar um distanciamento dos setores considerados mais radicais do movimento sindical chileno.⁹⁷ No entanto, o papel do sindicalismo estadunidense no Chile foi mais destacado durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), quando o IADESIL, junto com as grandes empresas de capital norte-americano preocupadas com desnacionalização das empresas de comunicação e de extração de cobre, colaborou com a CIA para a deposição do presidente socialista.

Na Argentina, ao longo dos anos 1960, o IADESIL desenvolveu uma intrincada e controvertida relação com os sindicatos anticomunistas por meio de uma série de cursos para formação de lideranças “autênticas” e programas sociais, a fim de frear o processo de radicalização sindical e política provocada pela influência do peronismo e do comunismo no movimento operário, especialmente organizado pela Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL).⁹⁸ Ao longo das décadas de 1950 e 1970, o IADESIL dividiu esforços e somou experiências em vários países latino-americanos, sendo o Brasil um deles.

O Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre no Brasil

Tendo como missão defender os interesses políticos e econômicos, assim como as ideias sobre as relações trabalhistas norte-americanas no país, o IADESIL buscava, por meio da nada ambiciosa tarefa de educar o sindicalismo brasileiro, direcionar a nação para o caminho da “liberdade” e da “democracia”.⁹⁹ Além da formação de líderes sindicais anticomunistas, a entidade participava de uma série de atividades como parte dos chamados “projetos de impacto”, que envolviam programas assistenciais, como a construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, formação de cooperativas de crédito, assistência técnica na área de agricultura, fornecimento de medicamentos,

⁹⁷ VERGARA, Angela. *Copper Workers, International Business, and Domestic Politics in Cold War Chile*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2008, p. 83.

⁹⁸ BOZZA, Juan Alberto. “Cooperación y cooptación. Agencias norteamericanas sobre el sindicalismo peronista en los sesenta”. Paper apresentado no Segundo Congresso de Estudos sobre Peronismo (1943-1976), realizado nos dias 4 a 6 de novembro de 2010. Ver também do mesmo autor: “Trabajo silencioso. Agencias anticomunistas en el sindicalismo latinoamericano durante la Guerra Fría”. *Conflicto Social*, año 2, n° 2, Diciembre 2009.

⁹⁹ “*Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968, p. 9.

viabilização de serviços comunitários, financiamento de encontros educacionais periódicos, nacionais e internacionais, além da publicação de livros e panfletos fartamente distribuídos nas bibliotecas sindicais.¹⁰⁰

Como observou Peter Gribbin, o IADESIL atuava como um exemplo de “harmonização” de interesses entre capital e trabalho, reunindo a CIA, o Departamento do Estado, os industriais e a cúpula sindical norte-americana. A entidade se orgulhava de sua composição tripartite, agregando em seu conselho administrativo representantes do trabalho e empresários. Cerca de 60 grupos empresariais contribuíram para o orçamento do IADESIL nos seus anos iniciais. Entre os seus membros estavam George Meany, presidente da AFL-CIO, Serafino Romualdi, Berent Friele – conhecido como uma “raposa velha” em assuntos relacionados ao Brasil, associado a Nelson Rockefeller e vice-presidente da American International Association for Economic and Social Development –, Joseph Beirne, diretor-presidente da CWA e também colaborador da CIA nas operações realizadas pela PTTI, organização da qual ele atuava como secretário-tesoureiro, e Willian Doherty Jr., da mesma entidade sindical. Outro nome importante na direção do IADESIL era J. Peter Grace, diretor da W. R. Grace Company, um dos idealizadores e fundadores da entidade sindical, tido como homem de cobertura para as operações trabalhistas da CIA. Grace, conforme apurou Dreyfuss, era membro de destaque do Committee for Economic Development e chefe do influente Committee on the Alliance for Progress (COMAP), do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com quem os líderes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) se relacionavam no período de conspiração do golpe de Estado. Não por acaso, Grace tinha profundo interesse em expandir os negócios na América Latina.¹⁰¹

Outros empresários também tiveram atuação no IADESIL, como Charles Brinckerhoof, da Anaconda Company; William M. Hickey, presidente da United Corporation; Robert C. Hill, da Merck and Company; Juan C. Trippe, da Pan American

¹⁰⁰ DREYFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 317.

¹⁰¹ De acordo com Dreyfuss, uma das tarefas do COMAP era avaliar o desenvolvimento da Aliança para o Progresso e estabelecer recomendações para o seu futuro papel. Grace buscava aumentar o fluxo de investimentos privados em curto prazo na América Latina. O COMAP era composto por presidentes e vice-presidentes de 25 grupos de interesse americanos. Dessa organização eram selecionados membros executivos para o IADESIL. Após o Business Group for Latin America (BGLA) ter substituído o COMAP, a nova entidade passou a indicar os representantes para o Conselho de Curadores do IADESIL. Dreyfuss destaca que muitos dos empresários membros do IPES eram diretores de subsidiárias das corporações multinacionais norte-americanas que compunham primeiramente o COMAP e depois o BGLA, ou de companhias locais associadas a eles. DREYFUSS, René Armand, op. cit., p. 316.

World Airways; Henry S. Woodbridge, membro diretor da Tru-Temper Copper Corporation. Nelson Rockefeller também compôs, por curto período de tempo, a lista de membros do conselho executivo do IADESIL. Além dessas empresas, representantes da Gulf Oil International, Johnson and Johnson International, Owens-Illinois, I.T.T., EBASCO, Merck & Co., e do Instituto Internacional de Educação e Fundo Internacional para Educação Econômica e Social (ambos com fortes ligações com a CIA) apoiavam as atividades além-mar do sindicalismo estadunidense.¹⁰²

Embora saibamos a lista de empresas que contribuíram para as entidades sindicais estrangeiras ao longo dos anos 1960 e 1970, faltam informações mais detalhadas sobre a relação de empresários com o IADESIL e seus interesses na América Latina. De acordo com Elizabeth Cobbs, os industriais norte-americanos com negócios na região, desde os anos 1950, buscavam manter certa neutralidade em relação às questões políticas locais, diferentemente da postura mais intervencionista do governo. Para os grupos de investimentos eram necessárias apenas duas pré-condições para instalação de seus negócios em terras estrangeiras: um grau de estabilidade que garantisse a permanência das regras de modo a evitar as ameaças de expropriação, e uma orientação visando à expansão econômica e a um mercado grande o suficiente que permitisse esse crescimento. Essas condições poderiam ocorrer em países de regime democrático, ditaduras conservadoras de direita ou até mesmo em nações comunistas. Cobbs afirma que os empresários norte-americanos não se preocupavam com a democracia *per se*, mas em ter relações favoráveis com os governos estrangeiros que não lhes trouxessem problemas.¹⁰³ Tal afirmação, no entanto, não levou a autora a concluir que eles tinham preferência por governos ditatoriais.

É interessante também observar a participação dos empresários norte-americanos na Aliança para o Progresso. Segundo Cobbs, havia evidências de que, depois de o governo de Eisenhower ter negligenciado as relações dos Estados Unidos com a América Latina, o programa de Kennedy foi bem recebido pelos grupos de investidores. Segundo a autora, a intenção de promover o desenvolvimento econômico na região coincidiu com a preocupação dos empresários de querer conter o movimento

¹⁰² Informações baseadas nas obras de RADOSH, Ronald, op. cit., p. 420, e SPALDING, Hobart, “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”, op. cit., p. 66.

¹⁰³ COBBS, Elizabeth A. “U.S. Business: Self-interest and Neutrality”, in: LOWENTHAL, Abraham F. (org.). *Exporting Democracy. The United States and Latin America. Themes and Issues*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991, pp. 123-155.

nacionalista latino-americano contra a presença das empresas privadas estrangeiras. Os programas voltados para as reformas sociais poderiam rebater a imagem negativa dessas corporações, bem como as críticas de exploração da mão de obra local feitas por grupos nacionalistas (vide as expropriações feitas por Brizola no pré-64). Havia também o interesse em realizar *joint ventures* com empresários da região. Os casos da Kaiser e da Rockefeller, segundo a autora, eram frequentemente citados.

No entanto, Cobbs observa que a participação dos empresários na Aliança para o Progresso não foi imediata. A formação do comitê de empresários (Committee on the Alliance for Progress) só foi anunciada pelo Departamento do Estado em 1962. Antes disso, eles nem sequer foram convidados a participar da Conferência de Punta del Leste, realizada em agosto de 1961. Esses fatos podem sugerir que, diante da falta de atenção inicial do governo estadunidense em relação à atuação dos empresários na Aliança, a entrada deles no IADESIL poderia ser um caminho para garantir a participação deles no projeto.¹⁰⁴

Com a Revolução Cubana e o fracasso da ação militar norte-americana na Baía dos Porcos, o posicionamento de neutralização dos investidores frente às questões políticas e ideológicas foi em grande parte alterado. Como assinalou Dochery, muitos industriais passaram da postura cética – e até muitas vezes oposicionista em relação às atividades sindicais norte-americanas na América Latina – para uma atitude de apoio, ainda que não fosse completo, ao trabalho de “educação” da classe trabalhadora latino-americana. Acreditava-se que ao ensinar a orientação sindical “correta” para os empregados, eles garantiriam a segurança de suas operações. Não obstante, era sabido pelos investidores que o clima de instabilidade política, crises econômicas e de hostilidade à presença norte-americana em terras estrangeiras afetavam diretamente seus negócios. Por isso, a importância em participar e contribuir, junto com o governo estadunidense, para o bom relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina.

Nesse sentido, a participação dos empresários no IADESIL tinha o objetivo de estreitar o relacionamento com os trabalhadores locais no sentido de evitar revoltas,

¹⁰⁴ A autora cita o documento apresentado por Juscelino Kubistchek no ano de 1963, contendo fortes críticas ao modo como foram traçados os objetivos da Aliança para Progresso. Segundo ele, não adiantava colocar as reformas (entre elas, a reforma agrária e de fiscal) como prioridade como condição para eliminar a pobreza na América Latina. Tal orientação poderia provocar o adiamento da ajuda externa. Por isso, JK defendia a ideia de que as empresas privadas (norte-americanas e nacionais) tomassem parte na condução da Aliança. COBBS, Elizabeth A., op. cit., p. 136.

resistências e reivindicações trabalhistas, afastar o “perigo” da ideologia comunista, bem como utilizar a entidade sindical como um meio para localização de novas ofertas e possibilidades de investimentos, já que eles poderiam ter acesso aos relatórios mensais produzidos pelas embaixadas americanas sobre as conjunturas político-econômicas de cada país e usufruir da ampla rede de contatos criada pela entidade.

No entanto, embora os empresários tivessem fortes interesses nas atividades do IADESIL, o governo estadunidense era o responsável pela maior parte dos recursos movimentados pela entidade. Somente no ano de 1962, por meio da USAID, o governo foi responsável por fornecer 62% dos recursos utilizados pela entidade. Em 1966 e 1967, esse número passou para 92%, totalizando uma quantia de 15,4 milhões de dólares ou 89% do total da renda do IADESIL durante todo o período de seu funcionamento. Esse valor representava 67% do orçamento total da USAID destinado para o programa sindical vinculado à Aliança para o Progresso. De acordo com a pesquisa encomendada pelo Senado norte-americano em 1968 para avaliar as ações da AFL-CIO no âmbito internacional, os representantes industriais do IADESIL eram provenientes das corporações norte-americanas que participavam do Conselho para a América Latina, uma associação composta por cerca de 200 empresários norte-americanos com negócios na região.¹⁰⁵

Com escritório central na cidade de Washington, D.C., o IADESIL contava com um razoável quadro de funcionários, 85 no total, para cuidar das atividades locais e internacionais, além de administrar os cursos sindicais realizados no instituto Front Royal, na Virgínia.¹⁰⁶ Para esse local, os sindicalistas latino-americanos eram enviados para realizar um curso intensivo com duração de três meses. Dentre as atividades, eram organizados roteiros de viagens por todos os Estados Unidos para que os dirigentes estrangeiros se familiarizassem com os hábitos culturais do país.¹⁰⁷ Ao todo, a entidade

¹⁰⁵ A diretoria do IADESIL era composta por George Meany, presidente da AFL-CIO, como presidente da organização; Kenneth Holland, presidente do Institute of International Education, como vice-presidente; Berent Friele, vice-presidente da American International Association for Economic and Social Development; Willian C. Doherty, ex-representante regional da PTTL, como administrador e Joseph Beirne, presidente da CWA, como tesoureiro.

¹⁰⁶ De acordo com a pesquisa, as despesas da USAID com o movimento sindical na América Latina, durante a vigência da Aliança para o Progresso, foram de 24 milhões de dólares, gerenciados pelo IADESIL e pelo Department of Labor International Technical Assistance Corps (DOLITAC). *Survey of the Alliance for Progress*, op. cit., p. 10.

¹⁰⁷ Impressões dessas viagens poderão ser vistas no capítulo IV desta tese, que contém alguns relatos dos sindicalistas brasileiros sobre essas excursões financiadas pelo IADESIL.

sindical norte-americana possuía 18 escritórios espalhados pela América Latina. O maior deles localizava-se no Brasil, com 46 funcionários.

O IADESIL tinha como objetivo o desenvolvimento de três princípios, conforme salientou Dreyfuss. No período pré-1964, durante as fortes mobilizações dos grupos nacional-reformistas e da esquerda no movimento sindical, a entidade procurava “dividir as classes trabalhadoras na tentativa de criar uma aristocracia trabalhista privilegiada e sindicalizada, que defenderia ganhos materiais contra pessoas desempregadas e trabalhadores não-sindicalizados”. Além disso, o IADESIL buscava evitar ou, se fosse preciso, neutralizar a infiltração comunista a partir da negação da luta de classe. Nesse sentido, seriam as lideranças sindicais, educadas pelo sindicalismo norte-americano, que deveriam ser responsáveis por travar um “consenso” entre empresário e trabalhador, tendo como princípio os índices de maior produtividade. Não menos importante, a entidade facilitava a construção de uma “sutil” rede de coleta de informação viabilizada pela sua posição dentro dos movimentos trabalhistas da América Latina.¹⁰⁸

Entretanto, os programas educacionais eram o maior campo de atuação do IADESIL. No Brasil, as atividades dividiam-se em áreas urbanas e rurais. Na primeira, eram priorizados os projetos de moradia de casas de baixo custo para trabalhadores. Em 1964, a meta era a construção de 11.300 unidades na cidade de São Paulo, Rio Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador.¹⁰⁹ Segundo Beth Sims, o objetivo desses projetos assistenciais nas regiões urbanas era causar uma imagem positiva da organização perante a classe trabalhadora. O IADESIL deveria ser visto como aliado dos sindicatos locais. Já as áreas rurais dos países considerados periféricos eram bastante valorizadas pela política internacional da AFL-CIO.

Por comportarem normalmente uma classe trabalhadora não organizada estabelecida em lugares com potencial para desenvolvimento econômico ou em áreas marcadas por movimentos reivindicatórios, essas regiões eram consideradas estratégicas para implantação dos sindicatos “livres”.¹¹⁰ Somente nas zonas rurais, entre os anos de

¹⁰⁸ DREYFUSS, René, op. cit., p. 317.

¹⁰⁹ O projeto *John F. Kennedy Memorial Housing* é o maior no Brasil, tendo 41 sindicatos envolvidos nesse empreendimento. O terreno, de 1.400,000 km, foi comprado do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, localizado no bairro A. E. Carvalho, onde se pretendia construir 4.800 casas. AIFLD. *Country plan for Brazil - Social Projects Department*. Washington, DC: AIFLD, 1964, p. 17.

¹¹⁰ SIMS, Beth, op. cit., p. 79.

1965 e 1966, foram aplicados 350 mil dólares em projetos sociais. O objetivo, entre outros, era construir centros de serviço ao trabalhador nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Contudo, o IADESIL encontrou problemas na construção de moradias populares, projeto assistencial que acabou resultando numa das ações mais complicadas e polêmicas da entidade sindical norte-americana.

A partir de 1961, durante a intensificação da organização camponesa no Nordeste, os recém-criados IADESIL e os institutos IPES/IBAD reuniram esforços e finanças para frear o avanço das reformas nacionalistas e do movimento de esquerda em todo o Brasil, mas principalmente na região Nordeste, especialmente em Pernambuco, que o complexo IPES/IBAD considerava “um barril de pólvora político e ideológico”, devido ao fortalecimento da liderança de Francisco Julião e das Ligas Camponesas. Entre as ações voltadas para aquela região, foi estimulada a fundação de sindicatos rurais organizados por setores conservadores da Igreja Católica, enquanto o Partido Comunista envidava esforços para promover a sindicalização dos trabalhadores no campo.¹¹¹

O IADESIL, com o apoio da embaixada americana, da USAID e de outros órgãos norte-americanos, estabelecia alianças com os padres da cidade do Recife e de outras localidades, como padre Celso, capuchinho de São Paulo, padre Velloso, do Rio de Janeiro e o reverendo padre Crespo, do Nordeste, todos também financiados pelo IPES.¹¹² A esses homens, Serafino Romualdi expressava sua gratidão por terem atuado nas áreas rurais promovendo o “sindicalismo livre”.¹¹³ Projetos semelhantes também eram desenvolvidos em El Salvador, Siri Lanka, República Dominicana, Venezuela, Bangladesh, Indonésia e Maurîtânia.¹¹⁴

A atuação do IADESIL no Brasil e no restante da América Latina justificava-se à medida que os especialistas norte-americanos criavam uma imagem estereotipada sobre o sistema de regulamentação trabalhista na região. Para eles, o Brasil não apenas

¹¹¹ DREYFUSS, René, p. 300.

¹¹² Sobre a atuação de padre Celso, ver: WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

¹¹³ ROMUALDI, Serafino, apud: DREYFUSS, René, op. cit., p.300.

¹¹⁴ Na área rural, no Brasil, o IADESIL procurou concentrar suas atividades mais especificamente nas cidades de Carpina, Ribeirão e Garanhuns, estado de Pernambuco, além de outros dois “minicentros” construídos no ano de 1970, nos estados de Sergipe e Maceió, conforme o planejamento do programa Aliança para o Progresso.

rejeitava o método da negociação coletiva como também não sabia aplicá-lo.¹¹⁵ Os confrontos entre patrões e empregados intermediados por um órgão governamental eram inaceitáveis, assim como as relações entre os sindicalistas e autoridades políticas. Pior ainda, aos olhos dos sindicalistas norte-americanos, eram o envolvimento dos trabalhadores nas questões políticas, assim como a mistura das demandas de trabalho relacionadas às reivindicações sociais, práticas que eles denominavam de “barganha política”.

Ao comparar as relações trabalhistas na América Latina e nos Estados Unidos, Dockery, o autor do relatório enviado ao Senado norte-americano, explicou: “os trabalhadores latino-americanos vão para a greve, mas não do mesmo jeito que os americanos. Eles vão para as ruas e praças, fazem comícios, preparam terreno para a violência, tentam impor suas condições às autoridades políticas”.¹¹⁶ Essas ideias contribuíam para cristalizar algumas representações sobre os males do sistema de regulamentação trabalhista brasileiro em comparação com os benefícios do sistema contratualista.

De acordo com a filosofia da AFL-CIO, o movimento sindical deveria permanecer independente, livre de qualquer partido ou dogma político, para que não corresse o risco de ser absorvido ou utilizado para outros fins. Salários e condições de trabalho deveriam ser determinados não pela simples vontade dos empregadores, mas por meio da negociação coletiva a ser realizada por sindicatos livres. Esse pensamento foi amplamente compartilhado pelo governo estadunidense e adotado como referencial para a criação da política internacional da AFL-CIO.¹¹⁷

¹¹⁵ Para uma análise sobre a prática da negociação coletiva no Brasil dentro dos moldes estabelecidos pela legislação trabalhista brasileira, tendo o sistema contratualista como ponto de comparação, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. “Entre o Acordo e o Acórdão: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do Golpe de 1964”, in: GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 (no prelo).

¹¹⁶ *Survey of the Alliance for Progress*, op. cit., p. 6.

¹¹⁷ GORDON, Lincoln. *A New Deal for Latin America*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963, p. 59.

A formulação da política sindical internacional da AFL-CIO no Brasil

Em 1949, como resultado da polarização ideológica causada pela Guerra Fria, foi criada a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), com sede em Bruxelas, Bélgica.¹¹⁸ A entidade tinha a função de reunir os sindicatos do bloco dos países capitalistas da Europa e América do Norte, que haviam rompido com a Federação Sindical Mundial (FSM), órgão afinado com os partidos políticos sob influência da União Soviética. Um ano antes, a AFL havia criado uma organização regional com a intenção de fazer oposição à Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), braço da FSM na região. Foi fundada então a Confederação Interamericana do Trabalho (CIT), entidade substituída posteriormente pela ORIT em 1951, que inicialmente abrangia as principais confederações da região, com exceção da Argentina, Bolívia, Chile, República Dominicana, Equador e Uruguai.

Segundo Renato Colistete, naquele período, a política internacional sindical americana idealizada para Europa, Japão e América Latina havia sido elaborada com base na “política da produtividade”, que significava o investimento no crescimento econômico visto como um meio de suprimir as lutas sociais e a estagnação econômica. A criação do Programa Ponto IV pelo presidente Harry Truman vinha com o objetivo de “fortalecer o mundo livre” por meio da assistência técnica, que deveria ajudar áreas subdesenvolvidas a aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida dos trabalhadores.¹¹⁹

No Brasil, a AFL e demais organizações sindicais internacionais do bloco antissoviético instigavam seus aliados locais, a maioria deles dirigentes sindicais apoiadores do governo Dutra, a fazerem oposição à candidatura de Getúlio Vargas durante a campanha eleitoral para presidente em 1950. No entanto, o apoio da maioria dos dirigentes sindicais ao retorno de Vargas à Presidência da República contrariava os interesses da política sindical norte-americana.

¹¹⁸ A CIOSL é conhecida internacionalmente como *International Confederation of Free Trade Unions* (ICFTU). Em 1986, a CIOSL afirmava ter por volta de 62 milhões de filiados, espalhados por 88 países. Já a FSM é chamada de *World Federation of Trade Unions* (WFTU), com sede na cidade de Praga, República Tcheca, congregando cerca de 190 milhões de trabalhadores. Esses dados foram divulgados pelas próprias organizações e não são confiáveis. Ver “As centrais sindicais mundiais”, folheto produzido pela Oposição Sindical Metalúrgica, de 1986.

¹¹⁹ COLISTETE, Renato. “Trade Unions and the ICFTU in the Age of Developmentalism in Brazil, 1953-1962”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 92, nº 4, November 2012, p. 2.

De volta ao poder, Vargas não rompeu com os representantes do sindicalismo norte-americano e com a CIOSL. Ao contrário, mostrou interesse em apoiar as atividades das organizações sindicais internacionais anticomunistas no combate ao avanço do sindicalismo de esquerda.¹²⁰ Em agosto de 1951, mesmo ano em que foi formalizada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo era traçar planos para o desenvolvimento econômico do país¹²¹, Vargas enviou uma mensagem ao Congresso autorizando a afiliação das federações e confederações sindicais à CIOSL, proibindo ao mesmo tempo a filiação das entidades sindicais brasileiras à FSM.¹²²

Ainda no ano de 1951, durante uma conferência realizada na cidade do México, foi lançada a ORIT como afiliada da CIOSL. Dois anos depois, em meio à forte mobilização operária nos setores industriais, as duas organizações instalaram escritório próprio na cidade do Rio de Janeiro. Iniciava-se então uma série de dificuldades para angariar o suporte dos sindicalistas brasileiros. Pouco depois de o Congresso aprovar a filiação dos sindicatos brasileiros à CIOSL, um segundo escritório da ORIT era instalado no Rio de Janeiro. Em setembro de 1952, Arturo Jáuregui, na época representante da CIOSL na América Latina, encontrou-se com o ministro do Trabalho, José de Segadas Viana, tido como um admirador dos programas de produtividade realizados na Europa pelo Plano Marshall e incentivador de iniciativa similar no Brasil.

Viana se comprometeu a dar apoio financeiro para a realização de uma conferência a ser organizada pela ORIT. Deocleciano Cavalcanti, presidente da CNTI, que naquela época já despontava como um importante aliado do sindicalismo norte-

¹²⁰ Sobre a cooperação do governo Vargas às ações anticomunistas dos Estados Unidos, em especial o caso da derrubada de Jacobo Arbenz, presidente da Guatemala, ver BAPTISTA JR., Roberto. “Antissovietismo: reflexos e práticas compartilhadas de repressão no sistema interamericano (1945-64)”. Tese de doutorado. Campinas, IFCH - Unicamp, 2005, capítulo três.

¹²¹ Fruto das negociações travadas durante o governo Dutra, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos era parte do plano de assistência técnica do governo norte-americano para a América Latina conhecido como Ponto IV. O programa de assistência tinha como prioridade os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular, contudo, um projeto específico de financiamento. A viabilização do acordo veio com as demandas militares norte-americanas provocadas pela Guerra da Coreia e pelas insistentes reivindicações brasileiras. De acordo com Danilo José Dálío e Shiguenoli Myamoto, o “Brasil adotou uma estratégia de barganha que acreditava factível naquele momento, qual seja: cooperação político-militar em troca de ajuda econômico-financeira e técnica. O fim da Comissão Mista evidenciou a assimetria de poder nas negociações entre os dois países, e as concepções divergentes sobre o desenvolvimento econômico para a América Latina”. DÁLIO, Danilo J. e MYAMOTO, Shiguenoli. “O governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”. *Idéias*, Campinas, São Paulo, n. 1, nova série, 2º semestre, 2010, p. 14.

¹²² O novo regulamento substituiu o Decreto n.1.402, criado pelo próprio Vargas durante o Estado Novo, no ano de 1939, que além de instituir novas regras para sindicalização, não permitia que as entidades de classe oficiais se afilassem a organizações trabalhistas internacionais (art.52). O Congresso aprovou a lei n. 1646, em 16 de julho de 1952.

americano, teria tido um papel fundamental na intermediação desse encontro. O ministro do Trabalho também via no treinamento de dirigentes sindicais anticomunistas uma alternativa ao sindicalismo de esquerda, chegando mesmo a apoiar a realização de cursos de liderança em sua pasta.¹²³

No ano de 1954, outra organização surge no movimento sindical latino-americano: a Confederação Latino Americana de Sindicalistas Cristãos (CLASC), com o apoio da Federação Internacional dos Sindicatos Cristãos (FISC). Segundo Alexander, a FISC, estabelecida na Europa, até o final dos anos 1950, não havia demonstrado muita preocupação com o movimento sindical latino-americano. A partir da década seguinte, a entidade procurou se estabelecer em outras partes do hemisfério ocidental para se tornar mais internacionalizada. Nos anos 1960 e 1970, a CLASC passou a criticar fortemente a ORIT e a CIOSL, acusando essas organizações de atuarem como uma “ferramenta do Departamento do Estado” e fazendo considerável propaganda antinorte-americana.¹²⁴

Durante a gestão de Juscelino Kubitschek, o departamento de política internacional da AFL-CIO, juntamente com a CIOSL e a ORIT, estreitava o relacionamento com os dirigentes das confederações e federações sindicais brasileiras, muitos deles remanescentes das posições conquistadas durante o Estado Novo e do governo Dutra. Desse grupo, 12 sindicalistas, dizendo-se comprometidos com o projeto sindical norte-americano, embarcaram para os Estados Unidos no ano de 1956. O objetivo era aprender, por meio de cursos e seminários intensivos, as bases da estrutura e do funcionamento do sindicalismo estrangeiro. De volta ao Brasil, os alunos deveriam atuar como reprodutores dos ensinamentos aprendidos no exterior. No mesmo ano, outros eventos buscavam a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. George Meany, diretor da AFL-CIO, recebeu o presidente Kubitschek em Washington, DC. Em outra oportunidade, o vice-presidente Richard Nixon e sua esposa fizeram uma visita ao Rio de Janeiro, acompanhados de membros da organização sindical norte-americana, fato que teria sido “altamente publicizado”.¹²⁵

Ao longo da década de 1950, João Goulart – que havia ocupado o cargo de ministro do Trabalho anteriormente no governo Vargas – quando eleito vice-presidente

¹²³ COLISTETE, Renato, op. cit., p. 10.

¹²⁴ ALEXANDER, Robert J. *A organização do trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 289-90.

¹²⁵ ROMUALDI, op. cit., p. 279.

de Juscelino Kubitschek (1956-1961) passou a ser alvo de críticas por parte dos representantes do governo dos Estados Unidos, ganhando o título de *persona non grata* no meio sindical e entre as autoridades políticas daquele país. Era visto por eles como um político de “dois lados”, acusado de transitar confortavelmente entre as lideranças democráticas e comunistas. Os representantes da CIOSL temiam que os sindicalistas ligados ao PCB conquistassem a direção dos sindicatos oficiais.

Buscando estabelecer vínculos com os sindicalistas brasileiros, George Meany, durante a sua estadia no Rio de Janeiro, atendeu ao pedido de ajuda do presidente de um sindicato local da cidade de Catanduva, interior do estado de São Paulo, e proporcionou a ele auxílio financeiro para um tratamento de saúde. Na carta escrita pelo próprio dirigente brasileiro, ele explicava que era filho de pai ferroviário e mãe professora, e que tiveram um filho portador de uma doença que o impedia de enxergar. A solução era uma operação a ser realizada nos Estados Unidos. Todas as providências foram tomadas, tendo sido os custos da viagem e o pagamento da cirurgia cobertos pela AFL-CIO, resultando num “final feliz”.¹²⁶

Nos anos 1950, Deocleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI, era considerado o elo mais importante entre os interesses norte-americanos no Brasil nesse período. Cavalcanti atuava como uma espécie de correspondente da AFL no país, tendo se destacado no campo da política sindical e na luta contra os dirigentes comunistas, identificados como “golpistas” por aqueles que defendiam o suposto “regime democrático”.¹²⁷ Segundo Clodesmidt Riani, Cavalcanti “tinha convivência imensa com a embaixada americana. Não saía de lá. E com todas as outras embaixadas”. Para ele, o “peleguismo era uma quadrilha tão bem organizada, de âmbito internacional”.¹²⁸ Mais tarde, no ano de 1953, Ary Campista, originalmente ligado à Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a compor o quadro de aliados do sindicalismo norte-americano logo

¹²⁶ No quarto capítulo, veremos, por meio de um conjunto de cartas enviadas a George Meany pelos trabalhadores brasileiros, como essas ações assistenciais, em conjunto com os projetos realizados pela Aliança para o Progresso, impactaram a relação dos trabalhadores com o sindicalismo norte-americano.

¹²⁷ Foi com o apoio de Cavalcanti, por exemplo, que Romualdi ofereceu, no ano de 1946, um jantar para os 20 representantes das federações sindicais do estado de São Paulo, evento em que lhe foi apresentado o *Golden Book* contendo mensagens de cumprimentos e solidariedade à AFL. ROMUALDI, Serafino. *President and Peons*, op. cit., p. 53.

¹²⁸ PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araujo (orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 210.

após ter iniciado suas atividades na CNTI.¹²⁹ José Sanches Duran, presidente da Federação dos Metalúrgicos (de São Paulo) e Luiz Menossi, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção¹³⁰, também colaboravam com as atividades sindicais norte-americanas no país nos tempos da ORIT.

Robert Alexander, professor da Rutgers University, ligado ao Partido Social Democrata, “defendia a intervenção norte-americana junto de sindicalistas dignos do seu cargo e insatisfeitos em aliar-se aos comunistas. Podiam até ser ‘de esquerda’, mas essa posição era reversível após ‘insistente pregação’, ou com uma temporada nos Estados Unidos”, como constatou Negro.¹³¹ Conquistar a aliança dos dirigentes tidos como de centro-esquerda tornava-se uma estratégia importante para a composição de um novo quadro de “lideranças autênticas e democráticas”. Assim, esperava-se que esses novos líderes dessem legitimidade ao movimento sindical que os norte-americanos queriam instaurar no Brasil.

No entanto, havia discordância entre os membros da CIOSL e da AFL a respeito da política de alianças com dirigentes nacionais. Para Renato Colistete, a atuação da CIOSL e da ORIT teria sido mal sucedida no Brasil em decorrência da prática de uma política rigidamente anticomunista definida pela AFL, que não incluía nem mesmo os sindicalistas não comunistas ou aqueles que tinham apenas uma relação de trabalho com o PCB. Segundo Morris, a oposição ao reconhecimento diplomático do governo soviético ia de encontro com a opinião liberal existente no país e de alguns membros muito influentes no Senado e na Câmara, que eram a favor dessa medida.¹³²

¹²⁹ Ary Campista nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1912. Em 1933, iniciou sua carreira sindical como funcionário do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, atuando inicialmente no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Em seguida passou a trabalhar na indústria química, participando da direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos do Rio de Janeiro. Após a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, participou do movimento integralista e do levante integralista contra Getúlio Vargas, em maio de 1938. Após a deposição de Vargas em 1946, durante o governo Dutra, foi criada a CNTI, presidida por Deocleciano de Holanda Cavalcanti. Campista começou a atuar na CNTI em 1953, introduzido pelo presidente da organização. Ambos tiveram participação importante como aliados locais da CIOSL no Brasil e como opositores ao PCB. No entanto, ao longo dos anos 1950, Cavalcanti e Campista travaram alianças com a esquerda, como no caso do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), criado em 1955 pelo PCB, quando Campista foi escolhido para a presidência do movimento. Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC, base de dados. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

¹³⁰ Luiz Menossi também foi vogal e ministro classista do TST durante os anos de 1962 a 1971, autor do livro: *Conceito e extensão do direito de greve*. Rio de Janeiro: Ed. Trabalhistas, 1966.

¹³¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem*, op. cit., p. 29.

¹³² MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 31.

Em 1957, ano da greve que havia mobilizado cerca de 400 mil trabalhadores em São Paulo, o número de filiados da ORIT diminuía. A entidade contava com a contribuição de apenas três, mas não menos importantes organizações nacionais: a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte.¹³³ Segundo Colistete, a CIOSL não conseguia apresentar-se como uma real alternativa para o movimento sindical brasileiro. Entre os motivos, estava o fato de que a maioria dos sindicalistas não comunistas tendia a ver a aliança com o PCB como mais vantajosa para os seus interesses do que a proximidade com as entidades sindicais internacionais. Dirigentes socialistas, democratas-cristãos, trabalhistas e os chamados independentes, engajados com as bases do movimento sindical, viam os comunistas como possíveis aliados no esforço de organização dos trabalhadores, apesar dos seus diferentes pontos de vista político. Mesmo os dirigentes que eram simpáticos aos programas norte-americanos recusavam-se a excluir a participação dos sindicalistas comunistas no movimento sindical. Até mesmo Ary Campista era acusado de ter fortes ligações com membros do PCB.¹³⁴

No final dos anos 1950 e início de 1960, enquanto ascendiam na estrutura sindical dirigentes nacionalistas e comunistas do PTB e do PCB como Salvador Lossaco, Dante Pellacani, Clodesmidt Riani, Hércules Correia dos Reis, Raphael Martinelli e Luiz Tenório de Lima, entre outros, as atividades da CIOSL e ORIT no Brasil davam-se por encerradas. Para muitos sindicalistas latino-americanos, a ORIT não passava de um mero instrumento dos interesses políticos do governo estadunidense.¹³⁵ Em 1960, o escritório da ORIT no Rio de Janeiro encontrava-se fechado. No final daquela década, para Renato Colistete, não havia dúvidas de que a CIOSL e a ORIT haviam falhado.

No entanto, embora a ORIT e a CIOSL não tenham conseguido ampliar o seu quadro de filiados no Brasil e nem feito tantas alianças com os sindicalistas nacionais quando desejavam, é preciso questionar a ideia de fracasso, em parte porque os objetivos de suas ações ainda não foram suficientemente esclarecidos. Se considerarmos que a meta dessas organizações era implantar a “negociação livre” no Brasil, conforme

¹³³ Idem, op. cit., p.15.

¹³⁴ COLISTETE, Renato, op. cit., p. 6.

¹³⁵ *Survey of the Alliance for Progress*, op. cit., p. 9.

o modelo estadunidense de regulamentação trabalhista, então é possível fazer esse tipo de avaliação. Todavia, se considerarmos que a missão de espalhar a democracia pelo mundo justificava a presença dessas entidades internacionais no país, possibilitando-lhes estabelecer relações diretas com sindicalistas, empresários e autoridades políticas, a ideia de fracasso merece questionamento.

Esses contatos, conforme veremos nos capítulos seguintes, eram considerados essenciais para elaboração de análises *in loco* da conjuntura política e econômica no país, permitindo também intervir, quando julgassem necessário, nos assuntos internos da nação. Essas análises eram úteis para acompanhar o avanço do comunismo no Brasil e no restante da América Latina, e também forneciam pareceres confiáveis para os empresários norte-americanos, preparados pelos funcionários da embaixada americana e pelas entidades sindicais estadunidenses, sobre a conveniência de possíveis negócios no país.

Em 1960 o novo presidente da CIOSL, Omar Becu, pedia a realização urgente de uma nova política da organização para o Brasil. No mesmo ano, os dirigentes Cavalcanti, Syndulpho Pequeno, da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Urbanos, Angelo Parmigiani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, e Ary Campista foram para Washington, D.C. a fim de colaborarem com a preparação de um plano de emergência para a recuperação das atividades da CIOSL no Brasil. No novo programa, sindicalistas brasileiros deveriam assumir a maioria no comitê executivo da organização. Novas sub-sedes deveriam ser instaladas nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Como nova alternativa à desacreditada ORIT, depois de quase um ano de planejamento e discussão, como vimos, a AFL-CIO criou o Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL). Nessa nova fase das relações entre os sindicalistas norte-americanos e brasileiros, o recém-criado IADESIL contava com o apoio do Movimento Sindical Democrático (MSD), também fundado em 1961, formado basicamente por ativistas católicos, ex-alunos dos programas da ORIT e por dirigentes ligados aos empregadores e aos interesses norte-americanos, financiado pelo IPES. Como observou Dreyfuss, a CIOSL e o IADESIL, com apoio da embaixada americana, não pouparam esforços no apoio aos sindicatos de direita para minar as lideranças pró-

Goulart e fazer oposição ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Com o lema “Deus, propriedade privada e livre empresa”, o MSD recebia ajuda e orientação do sindicalismo norte-americano para o patrocínio de reuniões e o estabelecimento de cursos sindicais.¹³⁶

O MSD, com forte atuação entre os comerciários, também recebia o apoio de industriais da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), de outros grupos empresariais e tinha contato com políticos conservadores, como Adhemar de Barros, Herbert Levy e Carlos Lacerda. Antonio Pereira Magaldi, presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de São Paulo e vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores do Comércio, representava a principal liderança sindical na organização.¹³⁷ Com o apoio do IPES e do IADESIL, o MSD organizava conferências e cursos de orientação sindical, voltados para o aprendizado do “sindicalismo livre”.¹³⁸ No Rio de Janeiro, a AFL-CIO contava com o apoio de uma entidade semelhante chamada Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), organizada por Deocleciano Cavalcanti e Ary Campista e também financiada pelo IPES, dirigida por Floriano da Silveira Maciel.¹³⁹

Os primeiros anos do IADESIL e da Aliança para o Progresso no Brasil foram marcados por atuações tímidas e bastante problemáticas, por causa do relacionamento instável entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos.¹⁴⁰ O afastamento entre os dois países se dava, sobretudo, devido à política externa de independência econômica traçada pelo governo de Jânio Quadros (1961) e depois desenvolvida pelo presidente João Goulart (1961-1964).¹⁴¹ Não obstante, o período também era marcado pelo crescimento de um forte sentimento antiamericano presente nos movimentos sociais

¹³⁶ DREYFUSS, René, op. cit., p. 317.

¹³⁷ Magaldi ocupará a função de vogal dos trabalhadores no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo após o golpe civil-militar de 1964.

¹³⁸ DREYFUSS, René, op. cit., p. 317.

¹³⁹ COLISTETE, Renato, op. cit., p. 32; DREYFUSS, René, op. cit., p. 313.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Ricardo Alaggio, op. cit., p. 89.

¹⁴¹ Logo no início do programa Aliança para o Progresso, o presidente Jânio Quadros protagonizou uma das maiores crises diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. Em fevereiro de 1961, Kennedy enviou o chefe da força-tarefa da Aliança para o Progresso, Adolf Berle, para o Brasil. O objetivo era oferecer a Quadros um empréstimo de US\$ 100 milhões, como símbolo de confiança da administração norte-americana no novo Presidente do Brasil, e, claro, na tentativa de buscar novos aliados contra Cuba. Quadros negou a oferta norte-americana, pois pretendia dar início a sua política externa independente. Pouco depois, Quadros condecorava em Brasília Ernesto Che Guevara, frustrando os planos norte-americanos de transformá-lo em um símbolo do programa de investimentos estadunidenses na América Latina. LOUREIRO, Felipe, op. cit., pp. 157-172.

populares liderados pelos grupos de esquerda, trabalhistas e nacionalistas. Esses não escondiam as críticas à Aliança para o Progresso.

Para Felipe Loureiro, a Aliança para o Progresso ficou muito distante de satisfazer os anseios políticos e econômicos dos governistas latino-americanos. No Brasil, o clima de otimismo presente no período inicial do programa logo foi substituído pelo ceticismo e descrença. Enquanto os especialistas brasileiros criticavam a falta de investimentos norte-americanos para um efetivo desenvolvimento econômico e social brasileiro, o governo dos Estados Unidos não se convencia da “integridade” ideológica de Goulart. Desde a sua posse como Presidente da República, os conselheiros de Kennedy visavam à possibilidade de apoiar grupos e organizações favoráveis à sua queda.¹⁴²

Começavam, assim, os investimentos norte-americanos canalizados para a propaganda anticomunista no Brasil. A “onda de greves” que precedeu o golpe civil-militar fez com que o governo estadunidense intensificasse os investimentos na política de exportação do “sindicalismo livre” na América Latina. Como assinalou Peter Gribbin em seu artigo o “Brasil e a CIA”, iniciava-se então uma penetração multifacetada na sociedade brasileira, traçada pela agência de informações norte-americana e pelo governo dos Estados Unidos, voltada para influenciar a política interna do país.¹⁴³ A criação do IPES em 1961 e do IBAD, que reunia empresários, economistas e intelectuais com o apoio da CIA, organizados para a elaboração de planos e estratégias visando à deposição do governo Jango, são exemplos do esforço norte-americano de contenção do comunismo nos países da América Latina.¹⁴⁴

A AFL-CIO, afinada com a política externa do governo estadunidense, considerava de suma importância, assim como os setores conservadores brasileiros,

¹⁴² Somava-se à crise entre os governos Goulart e Kennedy uma série de ações que iam de encontro aos interesses norte-americanos, como o episódio da Conferência de Punta del Este, realizada em janeiro de 1962, quando a delegação brasileira, juntamente com Argentina e México, se negou a expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), momento em que também houve as encampações de empresas norte-americanas realizadas por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. LOUREIRO, Felipe, op. cit., pp. 154-86.

¹⁴³ GRIBBIN, Peter. “O Brasil e a CIA”, *CounterSpy*, April-May, 1979, pp. 4-23.

¹⁴⁴ Loureiro observou que a criação do IPES também contribuiu para unificar lideranças empresariais que apresentavam vínculos com o capital externo. Além do IPES, os interesses estrangeiros também eram representados pelos centros internacionais de poder, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos governos estrangeiros, principalmente pelo governo dos Estados Unidos, dado o peso dos investimentos norte-americanos na economia brasileira, conforme afirmou o autor. LOUREIRO, Felipe, op. cit., p. 73.

promover a despolitização do movimento sindical, que no início da década de 1960 vivia um período de ascensão na organização e mobilização da classe trabalhadora e havia conquistado um papel central no cenário político brasileiro.¹⁴⁵ Por isso, criticavam fortemente o funcionamento da política interna sindical brasileira, regida pela estrutura sindical e pelas relações diretas entre dirigentes e as esferas do governo, por temerem a infiltração e a possível influência dos comunistas nas decisões políticas. Havia o receio de que os aliados do sindicalismo norte-americano, tidos como “democráticos e autênticos”, cedessem aos interesses dos sindicalistas comunistas, que eles consideravam ser o maior aliado do governo Jango.¹⁴⁶ Isso fazia com que as autoridades norte-americanas criticassem as eventuais alianças e relações que os “autênticos” travavam com os comunistas em casos de determinados pactos e negociações, em que estava em jogo o apoio das bases do movimento sindical.

Welch observou a habilidade dos dirigentes brasileiros em manipular as pressões exercidas pelo governo do Estado e ao mesmo tempo conter os anseios do governo norte-americano, mostrando certa autonomia em relação às ações vindas dos Estados Unidos. O autor sugere que os sindicalistas brasileiros mantiveram-se bastante dependentes das relações com o Estado durante a maior parte do período pré-1964, embora não poucas vezes tivessem elegido dirigentes que não gozavam do apoio governamental.

Paralelamente à elaboração de estratégias para intervenção no sindicalismo brasileiro, a oposição ao governo de Goulart em território norte-americano crescia

¹⁴⁵ Pereira Neto aborda a participação dos sindicatos, em especial, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, na campanha anticomunista que culminou no golpe de Estado. O autor também analisa o perfil dos interventores que assumiram a direção das entidades de classe após a derrubada de Goulart. Sobre o anticomunismo no Brasil no período anterior ao golpe civil-militar, ver PEREIRA NETO, Murilo Leal. “A cruz e a família contra a foice e o martelo. O anticomunismo no movimento operário de São Paulo (1950-1964)”, *Dialogia*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2007, pp. 33-42.

¹⁴⁶ Para uma análise sobre o movimento sindical e a luta dos trabalhadores no período de 1945 e 1964 em São Paulo, ver COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Anablume, 1997; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995; FORTES, Alexandre (et al.). *Na luta por direitos – estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1999; SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3; PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

rapidamente. Com o reconhecimento legal do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) no ano de 1962, representando a aliança nacional-reformista, as tensões diplomáticas se agravaram, o que contribuiu para criar uma atmosfera de instabilidade e caos político. Do outro lado, a União Sindical dos Trabalhadores (UST) angariava apoio de sindicalistas insatisfeitos, em sua maior parte identificados como janistas e janguistas. A entidade havia sido organizada por Domingos Alvarez, que mais tarde irá atuar no IADESIL.

Muito da antipatia e da desconfiança do governo estadunidense em relação a Goulart era provocada pela suposta falta de atenção e displicência dedicada às autoridades norte-americanas – como ocorreu, por exemplo, no episódio da visita de Arturo Jaúregui, do senador mexicano Manuel Pavón e de Serafino Romualdi ao Brasil, no início de 1962. O objetivo da visita, que tinha como interlocutor o ministro do Trabalho Franco Montoro, era a realização de um acordo internacional com o movimento sindical brasileiro. No entanto, a missão mostrou-se desastrosa. A comissão teria esperado em vão o dia todo por uma reunião com Goulart, que acabou não os recebendo, fato que teria deixado Montoro envergonhado e os visitantes furiosos, segundo os relatos de Romualdi.

Entre os anos de 1961 e 1963, sindicalistas de todo o país chamados de “líderes democráticos” ou “autênticos” foram convidados a participar de cursos organizados pela AFL-CIO sobre liderança sindical nos Estados Unidos. Uma das estratégias da central norte-americana e do governo estadunidense, nesse período, era proporcionar assistência e empréstimos financeiros aos governos estaduais conservadores, pró-americanos, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, buscando isolar e enfraquecer Goulart.¹⁴⁷ Os “autênticos” também contavam com o apoio financeiro das federações dos industriais do Rio de Janeiro e São Paulo, empresas privadas e grandes corporações, como a Refinaria de Petróleo União, que mais tarde iria apoiar a chapa do dirigente João Wagner nas eleições da CNTI ocorridas às vésperas do golpe.¹⁴⁸

Segundo Dreyfuss, a ORIT, juntamente com o IADESIL, atuava como uma organização guarda-chuva para os sindicatos brasileiros, como a CNTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC) e a Confederação Nacional dos

¹⁴⁷ GRIBBIN, Peter, op. cit.

¹⁴⁸ NEGRO, Antonio Luigi, op. cit., p. 234.

Trabalhadores em Transporte Terrestre (CNTT), dirigida por Mario Lopes de Oliveira. Este, apurou o autor, juntamente com Jorge Coelho Monteiro, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Companhias Telefônicas, John Snyder, representante da PTTL, Samuel Powell, chefe da missão CIOSL-ORIT no Brasil e Joaquim Otero, da Internacional Federation of Transport Workers, formavam o Movimento Sindical Democrático Livre (MSDL).¹⁴⁹

Em 1963, o desempenho da Aliança para o Progresso era amplamente contestado não somente pelos movimentos de esquerda e por grupos nacionalistas, mas também por autoridades políticas brasileiras, como o ministro do Trabalho Almino Afonso (1963-1964). Em um discurso sobre a participação do movimento operário brasileiro na Aliança para o Progresso proferido na Conferência de ministros do Trabalho realizada em Bogotá, Colômbia, em maio de 1963, Almino Afonso questionou a concepção do projeto norte-americano e fez duras críticas ao seu funcionamento. Segundo ele, os objetivos do programa ainda não haviam sido cumpridos, uma vez que os brasileiros ignoravam a existência da Aliança para o Progresso e não tinham motivos para acreditar nos propósitos do programa. Para o ministro, a Aliança não apenas “não alcançou as graças da sustentação pelos trabalhadores como chegou mesmo a tornar-se impopular”. Em suas palavras:

Também a OEA reclamou (...) a presença dos trabalhadores. Querem-na de fato ou apenas desejaram aplausos? Se é verdade que reconhecem a necessidade da participação dos trabalhadores nos planos de desenvolvimento econômico e social, então me permitam algumas considerações. Corresponde, em verdade, aos interesses do povo o atendimento imediato de algumas necessidades elementares: serviços de água, esgoto, casa, escolas primárias etc. Mas é importante que todos saibam que os trabalhadores brasileiros estão ganhando, ao longo das lutas sociais que travam, tão alto grau de politização que eles não poderiam aplaudir planos de benefícios sociais que não viessem acompanhados de planos de desenvolvimento econômico que efetivamente proporcionassem ao país a multiplicação da riqueza e gerassem para todos bem-estar social. Pode acaso a Aliança para o Progresso atender o déficit habitacional no Brasil?¹⁵⁰

¹⁴⁹ DREYFUSS, René, op. cit., p. 314.

¹⁵⁰ AFONSO, Almino. “O movimento operário e a Aliança para o Progresso”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 22, junho de 1963, ano VI.

Após mostrar que eram insuficientes os recursos destinados pela Aliança para o Progresso ao programa de habitação, e que outras tentativas de obter empréstimos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) haviam fracassado anteriormente, Almino Afonso mostrou-se convicto da inutilidade do programa norte-americano, na medida em que ele se reduzia às tarefas assistenciais. Afirmou ainda que “os problemas sociais podem e devem ter atendimento imediato, pois não é humano pedirmos ao povo que aguarde os resultados do desenvolvimento econômico”. Os trabalhadores não queriam apenas aplaudir os resultados finais dos projetos, mas sim participar diretamente do processo de criação do plano de desenvolvimento econômico e social.

O ministro do Trabalho questionou os interesses da Aliança para o Progresso, que ele achava estar dividida entre os povos latino-americanos e os grupos empresariais internacionais. Para ele, era preciso superar a fase dos objetivos meramente assistenciais, que eram bastante reduzidos, observou. O programa de ajuda norte-americano deveria investir no desenvolvimento econômico e social que levasse em consideração os trabalhadores por meio dos conselhos decisórios, permitindo que os representantes operários fossem aqueles que as suas organizações sindicais indicassem livremente, descentralizando os órgãos de decisão, e que em cada país os projetos fossem estudados e aprovados em nível técnico e político sem precisar visto da embaixada americana. Por fim, o ministro afirmava ser preciso transformar “a Reforma Agrária e o processo espoliativo externo representado na queda dos preços dos nossos produtos de exportação, nas suas bandeiras de luta, e o apoio dos trabalhadores será uma consequência natural”.¹⁵¹

Os empresários que se identificavam como “progressistas” e “democráticos” também criticavam a Aliança, mas de forma indireta. O problema estaria no comportamento dos investidores estrangeiros na América Latina e nos grupos empreendedores nacionais. De acordo com Gilberto Huber, colaborador do IPES, uma das deficiências da Aliança era o fato de não existir um número suficiente de empresários latino-americanos preparados para desenvolver o programa. Para o seu sucesso, afirmou Huber, era preciso um trabalho ordenado, coordenado, feito por homens comprometidos com os valores culturais nacionais de coletividade. Não era uma questão de simples financiamento, nem de falta de capital. Para o ipesiano, faltava

¹⁵¹ Idem.

um sistema de trabalho, que deveria ser regido por um código de conduta da empresa privada, firmado entre empresários nacionais e estrangeiros. Estes últimos, ao contrário do que vinham fazendo, deveriam cooperar para a criação de uma economia desenvolvida, auxiliando na fundação de indústrias e não apenas na fabricação de produtos. Deveriam ainda ser responsáveis pela formação de novos empreendedores e pela implantação de sistemas modernos de produção, ao invés de se contentarem simplesmente em fabricar automóveis, remédios, etc.¹⁵²

No entanto, mesmo diante das críticas sobre o desempenho do programa norte-americano, o jornal *A Noite* de 3 de janeiro de 1964 publicou uma avaliação positiva da Aliança para o Progresso no Brasil. De acordo com o periódico, a Aliança teria encerrado o ano de 1963 “empenhada em renovados esforços na tarefa do desenvolvimento econômico latino-americano”. Para o ano seguinte, planejava-se priorizar as áreas da educação, da iniciativa privada e os assuntos trabalhistas, assim como as ações voltadas para a educação técnica, vocacional e universitária. A matéria informava ainda que um acordo entre as nações membros da Aliança, firmado no ano de 1963, pretendia acelerar “os estudos de pré-investimento para novas indústrias e prestigiar a atividade das entidades governamentais encarregadas de estimular a empresa privada”. Sobre a participação dos assuntos trabalhistas no programa norte-americano, a avaliação do ano de 1963 foi de expressivo progresso, já que uma comissão específica para essa área havia sido criada dentro do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).¹⁵³

A formação do ICT

Possivelmente, a criação do Instituto Cultural do Trabalho (ICT) – com sede na capital de São Paulo, financiado pela USAID e IPES e com orientação técnica e administrativa da AFL-CIO e do IADESIL – tenha contribuído para essa avaliação positiva divulgada pelos jornais ligados aos setores conservadores e opositores a Goulart. Com o ICT, pretendia-se afastar as críticas em relação à interferência norte-americana nos assuntos nacionais, com a intenção de não aumentar ainda mais a imagem negativa com que os Estados Unidos eram vistos no Brasil.¹⁵⁴

¹⁵² Boletim informativo do IPES, n. 13, agosto de 1963, ano II, pp. 13-14. Arquivo Nacional, IPES, caixa 35, pacote QI.

¹⁵³ *A Noite*, 3 de janeiro de 1964, p. 12.

¹⁵⁴ O ICT foi reconhecido pelo decreto n. 42.099, de 24 de junho de 1963, assinado pelo governador do

Encarregado de atuar como entidade parceira do IADESIL, tinha como meta fornecer subsídios financeiros e suporte metodológico para o movimento de “renovação” do sindicalismo brasileiro por meio da educação e treinamento dos novos dirigentes, futuros responsáveis pela prática “democrática” da negociação coletiva no país. Nesse período, o ICT atuou timidamente, dedicando-se à organização da entidade, enquanto o governo norte-americano e a CIA aguardavam a deflagração do golpe planejado pelos militares e civis conservadores.¹⁵⁵

No período de sua criação em 1963, o ICT deixava claro que a organização seria mantida por “doações, subvenções, contribuições e auxílios que lhe vierem a ser concedidos por entidades e pessoas ou ainda por receitas eventuais que provierem da realização dos seus objetivos”, a fim de manter uma aparente independência do IADESIL. De acordo com a história oficial do ICT, Romualdi teria discutido com os representantes das organizações internacionais ORIT, PTTI, ITF e com o adido trabalhista Herbert Baker sobre a instalação de um programa de treinamento de liderança do IADESIL no Brasil. Unidades deveriam ser instaladas na cidade de São Paulo, dado o forte movimento sindical organizado pelo Partido Comunista naquela região.

O depoimento de Freitas Marcondes (figura considerada pelos especialistas norte-americanos um “excepcional sociólogo e professor de legislação trabalhista”) concedido a Silvia Manfredi, em 1982, ressaltou que o ICT teria surgido pela combinação de interesses recíprocos entre o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e os empresários e sindicalistas norte-americanos da AFL-CIO.¹⁵⁶ Segundo ele,

Quando Kennedy foi eleito, o Serafino já se dava com o Kennedy e com o Rockefeller. O homem que dominava o ambiente patronal era o Rockefeller e o Serafino se dava muito bem com ele. Rockefeller não fazia nada sem consultar o Serafino. Serafino soube que fora fundada a Universidade de

estado de São Paulo Adhemar de Barros. A regulamentação legal da instituição, bem como a sua criação, fazia parte do conjunto de medidas para evitar o controle do governo brasileiro das atividades do IADESIL.

¹⁵⁵ Entre os diversos documentos que comprovam este fato, ver informe “*Plans for a rightist group*”, de 7 de agosto de 1963, CIA. AEL, coleção CIA, rolo 2.

¹⁵⁶ José Vicente de Freitas Marcondes era professor da Escola de Sociologia e Ciências Políticas de São Paulo, um dos intelectuais do Instituto de Direito Social, que havia concluído doutorado na Universidade da Flórida. Ele havia sido indicado por Romualdi para assumir o cargo de diretor acadêmico do ICT.

Lumumba (na Rússia), que estava muito interessada na América Latina e que pretendia preparar dirigentes sindicais. (...) Foi Serafino que, conversando com Rockefeller e Kennedy, propôs ao governo americano para co-patrocinar a organização de institutos na América Latina. O Kennedy achou que seria interessante a Aliança para o Progresso entrar com um terço dos fundos, o patronato norte-americano com o outro um terço e a AFL-CIO com a outra terça parte.¹⁵⁷

Suas declarações evidenciam as relações entre o empresariado e o governo estadunidense, ambos com interesses em estabelecer vínculos na América Latina. Como Manfredi observou, institutos com estrutura semelhante à do ICT foram implantados no Peru, no Chile e depois no Brasil. Distante da administração de Goulart, o ICT afirmou ter sido bem recebido pelo governo estadual paulista, obtendo o apoio necessário do governador Adhemar de Barros, que havia sido informado pessoalmente sobre o programa do IADESIL pelo próprio Serafino Romualdi. O secretário Estadual do Trabalho, Roberto Gebara, também foi destacado como uma figura “especialmente cooperativa e simpática ao programa”. O consulado da embaixada americana em São Paulo também mantinha estreita relação com o ICT, ajudando nos contatos com as autoridades estatais, com conselhos políticos, fornecendo apoio administrativo, traduções e transporte.

Marcondes também registrou a boa relação entre o governador Adhemar de Barros e Rockefeller, fundamental para a instalação do ICT em São Paulo:

Antes de Adhemar de Barros ser eleito para governador do estado de São Paulo, foi aos Estados Unidos. Ele era muito amigo de Rockefeller (...) que contou a ele que estava em estudo um projeto em que entraria o governo, o patronato e a organização dos trabalhadores, para a criação de Institutos na América Latina. E que um deles seria em São Paulo. E nós vamos precisar de seu apoio. E Adhemar disse: o que vocês quiserem eu dou. Prédio, pessoal, dinheiro.¹⁵⁸

Gilbert Richmond, representante do IADESIL, chegou ao Brasil em abril de 1963 para organizar o programa de treinamento. Sua função era atuar como interlocutor

¹⁵⁷ Depoimento de Freitas Marcondes concedido à Silvia Manfredi, novembro de 1981. MANFREDI, Silvia M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 76.

¹⁵⁸ Marcondes teria presenciado uma conversa oficial entre dois homens públicos não citados. Depoimento de Freitas Marcondes concedido à Silvia Manfredi, novembro de 1981. MANFREDI, Silvia M., op. cit., p. 77.

entre o IADESIL e o ICT.¹⁵⁹ O ICT foi oficialmente inaugurado em setembro de 1963. Inicialmente, ficou decidido que nenhum líder sindical brasileiro faria parte do quadro de diretores da entidade, pois a justificativa era evitar os “favorecimentos entre várias orientações democráticas e a rivalidade entre os dirigentes”. Essa decisão logo iria suscitar a ira de muitos dirigentes brasileiros “autênticos”. Porém, o estatuto do ICT estabelecia um conselho consultivo formado por sindicalistas norte-americanos e brasileiros, professores brasileiros de legislação trabalhista e empregadores.¹⁶⁰

Entre os integrantes dos conselhos executivos e consultivos do ICT destacam-se Cesarino Junior, professor especializado em Direito do Trabalho e docente do curso de Direito da Universidade de São Paulo, e José Barbosa de Almeida, da Associação dos Advogados de São Paulo, nomeado o primeiro presidente do ICT.¹⁶¹ A maior parte dos professores era formada pelo Instituto de Direito Social e pela Escola de Sociologia e Ciências Políticas, afiliada à Universidade de São Paulo.¹⁶² Também integravam o quadro de professores do ICT vários dirigentes ligados ao MSD e aos “circulistas”, como Olavo Previatti, presidente do Sindicato de Papel e Papelão de São Paulo; Antonio Magaldi, presidente da CNTC antes de 1964; José Rotta, dirigente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras; Leopoldo Brissac, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Produção de Gás; Hécio Maghenzani, vice-presidente da CONTICOP; Mário Lopes de Oliveira, ex-presidente da CNTT; João Wagner, presidente da CNTI, todos eram membros dos Conselhos Executivo e Deliberativo do ICT ao longo dos anos 1960 e início da década de 1970.¹⁶³

¹⁵⁹ Gilbert Richmond tem uma ficha no Deops, mas nada de relevante consta em seu registro. Nela, há apenas a referência de um livreto editado pelo ICT, intitulado “*Radiografia da Liderança Sindical Paulista*”, publicado no ano de 1964, onde Richmond aparece como representante do IADESIL no Brasil. APESP, acervo Deops, série dossiês, documento 50-J-152-1377, de 30 de maio de 1966.

¹⁶⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, escrito por Herbert W. Baker, 28 de agosto de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

¹⁶¹ Primeira diretoria eleita: diretor-presidente, José Barbosa de Almeida; primeiro vice-presidente, Ruy de Azevedo Sodré; segundo vice-presidente, John Francis Snyder; primeiro secretário, Joaquim F. Otero; segundo secretário, Augusta Barbosa Carvalho Ribeiro. Conselho Consultivo: Cesarino Junior, Ruy de Azevedo Sodré, José Barbosa de Almeida, Camilo Ashcar, Augusta Barbosa Carvalho Ribeiro, George Meany, Serafino Romualdi, Joseph A. Beirne, Padre Pedro Velloso S. J., Hécio Maghenzani, José Rotta, Domingos Alvares, Antonio Pereira Magaldi, John Francis Snyder, Mario Lopes de Oliveira, Humberto Monteiro, Dr. Elcio Silva, Dr. Oswaldo Silva, Joaquim F. Otero. Administração: superintendente, Professor J.V. Freitas Marcondes; tesoureiro-secretário, Gilberto Richmond. “Estatuto do Instituto Cultural do Trabalho e outros atos”, São Paulo, 1963.

¹⁶² O Instituto de Direito Social, criado em 1947, era uma instituição de caráter privado formada por um grupo de professores e intelectuais que ministravam cursos regulares para dirigentes sindicais.

¹⁶³ APESP, acervo Deops, série Dossiês, documento 50-J-0-2620.

Além deles, participavam do conselho consultivo John Francis Snyder, representante da PTTI, bem como os empresários Mário Toledo de Moraes, da Cia. Melhoramentos de São Paulo, e Ruy de Azevedo Sodré, da São Paulo Light S.A. Para Manfredi, os propósitos da criação do ICT eram claros: “constituir-se como uma agência de capacitação que visa difundir uma orientação político-sindical nitidamente anticomunista e antipetebista”.¹⁶⁴

Embalado pelo lema “PÃO, PAZ E LIBERDADE”, o ICT, assim como os “circulistas” operários católicos, apostava na formação de dirigentes para a construção de sindicatos “fortes e autênticos”, que deveriam representar os “verdadeiros” interesses dos trabalhadores e “não somente os de meia dúzia de interessados” que formavam verdadeiras “camarilhas, bafejadas por alguns órgãos estatais e por pessoas estranhas aos trabalhadores”. Essas palavras, embora endereçadas aos dirigentes sindicais nacional-reformistas e de esquerda ligados a João Goulart, posteriormente podem ter incomodado os chamados “pelegos”, há décadas acomodados na estrutura sindical oficial e que provavelmente não viam com bons olhos a formação de novos e jovens líderes sindicais, que naturalmente seriam vistos como uma ameaça às suas posições.

De acordo com Manfredi, os cursos de capacitação do ICT foram idealizados para “transmitir uma determinada concepção específica de sindicalismo e para preparar político-ideologicamente quadros de liderança, tornando-se aptos a contestar a influência da corrente nacionalista”.¹⁶⁵ Segundo as orientações do ICT, o novo movimento sindical deveria “negociar com o governo da mesma maneira que negocia com o patrão e ainda ser capaz de oferecer para ambos contribuições para tornar possível o progresso econômico e social”. Tratava-se de estabelecer uma relação diferente daquela existente entre o lobo (o patrão) e o cordeiro (o trabalhador). A imagem idealizada para o movimento sindical brasileiro deveria ser a “de uma junta de bois, igualmente fortes, puxando o arado, sob a direção da opinião pública”. Freitas acrescentou: “somente desse modo podem eles desempenhar a contento suas tarefas, criando riquezas e colaborando harmoniosamente para o progresso social”. A

¹⁶⁴ MANFREDI, op. cit., p. 80.

¹⁶⁵ Idem, op. cit., p. 190.

racionalidade dos dados e cifras deveria substituir a retórica e eloquência, pois estimava-se que só assim os sindicalistas teriam êxito nas negociações coletivas.¹⁶⁶

Freitas também era um crítico dos regimes de exceção e do totalitarismo. Ao defender a bandeira do sindicalismo livre, criticou as ditaduras, concluindo que estas “destroem a liberdade, a autonomia sindical e transformam simplesmente o sindicalismo em instrumento do Estado, ou do partido político, ou do ditador que tenha se apoderado do Governo”. Para ele, os totalitários, ou seja, os comunistas, “só nos tem proporcionado até aqui lutas, misérias e escravidão”.

O ICT, representado pelo diretor Gilbert Richmond, podia constituir grupos de trabalho ou incumbir pessoas habilitadas para realizarem pesquisas, não só no país, como também no exterior, sobre assuntos destinados aos objetivos sociais; promover conferências, cursos e seminários para exame, estudo, divulgação e discussão de matérias abrangidas pelos objetivos sociais; conferir prêmios a trabalhos valiosos publicados no país sobre as matérias que interessassem ao programa do Instituto; conceder bolsas de estudos; celebrar convênios, contratos ou acordos, com entidades congêneres do país ou do exterior para estabelecimento de intercâmbio de estudos, ideias e sugestões e fixação de bases para cooperação técnica e econômica; e por fim, aplicar-se em quaisquer outras atividades relacionadas com objetivo social.¹⁶⁷

O programa educacional da USAID tinha como meta investir no treinamento da mão de obra brasileira para fins de desenvolvimento industrial.¹⁶⁸ De acordo com os dados divulgados pela embaixada americana, a força de trabalho industrial no Brasil no ano de 1963 totalizava aproximadamente dois milhões e 500 mil trabalhadores, dos quais 18 mil eram engenheiros, 17 mil técnicos, 25 mil ocupavam cargos de supervisores, 480 mil eram trabalhadores especializados, 360 mil de não especializados e 300 mil eram de funcionários administrativos. Para o ano de 1964, esperava-se a utilização de uma verba de cerca de 25 bilhões de cruzeiros para a educação de técnicos industriais no Brasil. Além disso, planejava-se a realização de uma campanha nacional para o treinamento de 50 mil trabalhadores urbanos. Os trabalhos teriam duração de 20

¹⁶⁶ Estatuto do Instituto Cultural do Trabalho e outros atos, São Paulo, 1963, p. 5.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Para uma análise da metodologia empregada nos cursos de capacitação sindical oferecidos pelo ICT, bem como sua estrutura e programas, ver MANFREDI, op. cit., p. 203.

meses e estavam marcados para abril 1964 – coincidentemente ou não, período em que os militares tomaram o poder.¹⁶⁹

O IADESIL e ICT, juntos com IPES/IBAD, se responsabilizavam pela elaboração de uma série de cursos e eventos instrutivos que procuravam reunir as possíveis lideranças capazes de frear o sindicalismo nacionalista e de esquerda. Em 1962, o IBAD, por exemplo, organizou os “Encontros Interestaduais de Sindicalismo Democrático”, realizados na Guanabara, com a presença do governador Carlos Lacerda, de Antonio Magaldi, de Rego Monteiro, jurista do Trabalho, Padre Velloso, do General Juracy Magalhães, entre outros.

Os encontros foram amplamente divulgados pela grande imprensa. No jornal *A Noite* de 10 de setembro de 1962, o colunista identificado como A.C. da coluna sindical interrompeu a série de divulgações das resoluções do Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático para “alertar” a opinião pública sobre a ação dos dirigentes comunistas no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado na cidade de São Paulo no mês anterior, ocasião em que o CGT fora aprovado. Além da participação das principais lideranças sindicais (entre eles, Floriano Dezen, Dante Pellacani e Raphael Martinelli), o colunista denunciou a presença das organizações sindicais internacionais comunistas, incluindo representantes da FSM, apoiada pela URSS, e também de membros da central sindical chinesa. Segundo o periódico, essas organizações internacionais estavam orientando e financiando os dirigentes para o que eles chamavam de “pseudo-sindicalismo governista legalista-nacionalista”. Um membro da ORIT-CIOSL (provavelmente se tratava de Domingos Alvarez, do MSD, citado pelo jornalista) participou do evento. Sua presença foi notada e na sequência ele teria recebido uma “estrepitosa vaia”. O sindicalista também não agradou seus colegas e foi criticado pelos integrantes do “círculo sindical democrata”.¹⁷⁰

Como salientou Dreyfuss, os congressos e conferências de âmbito regional e nacional eram considerados importantes por reunirem não apenas dirigentes sindicais, mas também políticos, representantes de associações sindicais empresariais e das Forças Armadas. Esses eventos, conforme observou o autor, “serviam de pontos de união para

¹⁶⁹ Relatório Semi-Anual da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento de Estado, dos meses de julho a dezembro de 1963, escrito pelo adido trabalhista Herbert W. Baker, recebido em fevereiro de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

¹⁷⁰ *A Noite*, 10 de setembro de 1962, p. 2.

uma renovada ação organizada com o movimento sindical e fortaleciam a disposição dos grupos trabalhistas apoiadas pelo complexo IPES/IBAD para disputar o terreno político com organizações da esquerda”.¹⁷¹

A Federação dos Círculos Operários Católicos (FCO), fundada pelo padre Leopoldo Beltrano, também representava um importante aliado das forças conspiradoras de Goulart. Essas entidades estavam presentes em 17 dos 22 estados do Brasil, chegando a 400 em todo o país no início da década de 1960. No caso da Federação dos Círculos Operários Católicos de São Paulo, que reunia cerca de 250 mil associados nesse período, a concepção do papel a ser desempenhado pelo movimento sindical era explicitamente baseada no modelo da AFL-CIO. Financiada pelo IPES, a FCO de São Paulo era liderada por José Rotta, dirigente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras, também membro da CONTAG e que, mais tarde, será um aliado importante do IADESIL no período da Ditadura Civil-Militar.¹⁷² Em seu boletim informativo mensal de janeiro de 1964, o IPES destacou as atividades dos Círculos Operários em todo o país, considerado um movimento “de caráter nacional e de natureza democrática cristã”.¹⁷³

Padre Velloso, na época reitor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, também era um importante aliado dos grupos anti-Goulart e norte-americanos. Por meio da Confederação Nacional dos Círculos Operários, coordenada pelo padre Velloso, o IPES e o IADESIL financiavam a formação de líderes e ativistas sindicais de direita, visando implantar as ideias da Doutrina Social Cristã e do sindicalismo norte-americano.¹⁷⁴

Segundo Silvia Manfredi, a atuação da Igreja Católica no Brasil no período de 1960 até 1978 era vista como decorrente de um conjunto complexo de forças que

¹⁷¹ DREYFUSS, René, op. cit., p. 315.

¹⁷² Idem, op. cit., p. 310.

¹⁷³ *Boletim informativo do IPES*, n.18, ano III, janeiro de 1964, p. 6. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2. O Círculo Operário foi fundado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no ano de 1932. Até o início de 1964, havia 408 Círculos Operários em todo o país, com 405 mil associados, filiados à Confederação Nacional dos Círculos Operários, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A maior parte das suas atividades consistia em ações assistenciais de ordem educacional, sanitária, jurídica e econômica. No campo sindical, os Círculos tinham a pretensão de unificar os sindicalizados identificados como “democratas”.

¹⁷⁴ Entre os anos de 1972 a 1976, o clérigo ocupou o cargo de assistente na Federação dos Círculos Operários, criando na PUC a Escola de Líderes operários, que visava à formação das lideranças do movimento sindical do Rio de Janeiro. Informações retiradas do site <http://www.ccpq.puc-rio.br>, acessado em 5 de abril de 2011. Padre Velloso também foi conselheiro eclesiástico da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos e membro do conselho consultivo do ICT no ano de 1965.

atuavam simultaneamente numa direção ora reformista, ora conservadora, ora revolucionária, agindo de acordo com os embates internos entre as forças progressistas e conservadoras da Igreja, e também externos, de acordo com as conjunturas política e econômica. Até 1965, os círculos operários foram os que mais atuaram em conjunto com o projeto sindicalista norte-americano.¹⁷⁵

Para Dreyfuss, “as atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a ‘função social do capital’”. Nesse sentido, as propagandas em geral veiculadas por meio de panfletos, livretos e filmes, amplamente divulgadas nas bibliotecas públicas de todo o país, planejavam difundir a ideia de que era possível aos trabalhadores desfrutarem dos supostos benefícios do capitalismo. Para isso, era importante destacar a possibilidade de participação nos lucros dos empregados, a propriedade social indireta e corresponsabilidade administrativa. Tal ação teria dois objetivos: “melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada”. Era preciso convencer os trabalhadores de que apenas as demandas econômicas deveriam ser encaminhadas, deixando de lado os questionamentos do sistema político e social.¹⁷⁶

Em fevereiro de 1964, o ICT anunciava em seu *Boletim de Notícias* que havia iniciado no mês anterior o segundo Curso de Orientação Básica Sindical, com a participação de 30 sindicalistas representando 17 entidades de classe de seis estados do país. Não por acaso, a solenidade de encerramento do curso estava marcada para o dia 21 de março, na sede do sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas de São Paulo. Também estava agendada uma visita à fábrica Willys Overland do Brasil, em São Bernardo do Campo. De acordo com o periódico, era a oportunidade para os

¹⁷⁵ No início da década de 1960, dois tipos de movimentos tinham atuação destacada: os “circulistas” e os grupos da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária (JUC), Juventude de Estudantes (JEC), além dos Adultos do Meio Rural, ligados à Ação Católica Brasileira. Essas seriam as principais tendências existentes dentro do movimento sindical de orientação “cristã”. Além desses grupos, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), fundada em maio de 1960 por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes, desenvolvia atividades no Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Cimento, localizada em Perus, São Paulo. O grupo idealizador e articulador da FNT tinha origem no movimento de Ação Católica (JOC e JUC) e do Movimento de Economia e Humanismo, liderado pelo Padre Lebre. MANFREDI, Silvia, op. cit., pp. 60-65.

¹⁷⁶ Idem, op. cit., p. 307.

“companheiros avaliarem o desenvolvimento técnico da importante indústria automobilística”.¹⁷⁷

É possível que os alunos tenham ido conferir o funcionamento da Comissão de Relações de Trabalho (CRT), implantada em meados de 1962 na companhia e inspirada no modelo norte-americano de “*grievance procedure*”. De acordo com seu coordenador, o sociólogo Cândido Procópio Ferreira de Camargo, a CRT procurava solucionar os problemas trabalhistas dentro da própria empresa, sem a interferência da Justiça do Trabalho. Era formada por dois trabalhadores, um chefe escolhido, o advogado da empresa e o advogado do sindicato. Segundo Negro, a CRT funcionou na fábrica até a chegada da administração da Ford em 1968.¹⁷⁸

O *Boletim de Notícias* do ICT-IADESIL de fevereiro de 1964 aproveitava ainda para defender o seu ex-aluno Cornélio de Macedo Moura, sindicato não identificado. Moura procurou o ICT para dizer que estava sofrendo “injustiças” por parte de seus colegas sindicalistas que o acusavam de ter abandonado a presidência de sua entidade para ir a São Paulo financiado pelos norte-americanos. O ICT então fez questão de dizer que o sindicalista havia tido uma participação brilhante em seus cursos e, por conta disso, fora convidado a prosseguir seus estudos nos Estados Unidos durante três meses. No entanto, Moura teria declinado do convite devido ao seu elevado “senso de responsabilidade e desprendimento pessoal”, por considerar que não poderia ficar afastado tanto tempo de seu sindicato. O episódio representa uma série de conflitos entre os sindicalistas de diferentes correntes partidárias e ideológicas que irá ocorrer também no período pós-64, confrontando grupos nacionalistas e os pró-americanistas. O curso regional realizado na cidade de Campinas também teria provocado a reação de dirigentes identificados como comunistas pelo ICT. Estes teriam procurado “desmoralizar o nosso trabalho, tentando convencer os candidatos ao curso a não prestigiarem o seminário, por ser de caráter reacionário, contrário, portanto, aos interesses dos trabalhadores”. Outros sindicalistas também se encontravam no exterior

¹⁷⁷ Entre os sindicatos participantes de São Paulo, Manaus, Fortaleza, Salvador, Recife e Porto Alegre estavam os Contabilistas, Bancários, Rurais, Carris Urbanos, Ensacadores, Portuários, Metalúrgicos, Comerciais, Gráficos, Alimentação, Petroleiros, Hoteleiros, Telefônicos, e outros. *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, fevereiro de 1964, n. 1. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0307, microfilme APC-3, Reel 34.

¹⁷⁸ NEGRO, Antonio Luigi. “Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística”, in: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/ Educ/ Unitrabalho, 1999, p. 16.

naquele período e estavam completando os seus estudos; alguns em Washington, outros em Bruxelas.¹⁷⁹

É possível que os cursos de formação de lideranças sindicais realizados no país e no exterior possam ter tido impacto direto nos desdobramentos do golpe civil-militar. Às vésperas da deposição de Goulart, 33 dirigentes sindicais receberam treinamento em Washington. Quando retornaram ao Brasil, alguns foram para as regiões rurais a fim de transmitir os conhecimentos sindicais adquiridos nos cursos realizados no exterior e organizar os trabalhadores. Outros, conforme apurou Peter Gribbin, dirigiram-se para os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.¹⁸⁰ Meses depois da deflagração do golpe, Willian Doherty, representante de assuntos internacionais da AFL-CIO, durante uma entrevista de 12 de julho de 1964 feita por H. Conn (editor da Press Associations Inc.) em um programa de rádio, declarou:

Alguns líderes sindicais foram bastante ativos nas operações clandestinas que antecederam a Revolução de 1º de abril. O que aconteceu no Brasil não aconteceu por acaso, foi uma ação planejada com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles treinados no nosso instituto, envolveram-se na Revolução e na deposição do regime de Goulart.¹⁸¹

Talvez Doherty tenha superestimado a ação desses sindicalistas no movimento que os norte-americanos reconheceram como “Revolução”. O fato é que pouco se sabe sobre a atuação deles na retirada de João Goulart do poder. Embora a participação do governo dos Estados Unidos nesse ato seja bastante conhecida, as origens desses sindicalistas ainda permanecem não identificadas, mesmo que seus nomes tenham sido revelados.¹⁸² Tampouco sabemos sobre seus interesses no sindicalismo estadunidense e, principalmente, de que forma, se direta ou indireta, eles contribuíram para a deflagração

¹⁷⁹ Eram eles: [Nobor Bito], Edgar Pereira Gadelha, Aldo Bernal de Almeida, Donovan Eliote Teixeira e José Cândido Rodrigues, sindicatos não identificados. O dirigente Gamaliel Próspero Gama havia sido convidado para representar o Brasil na Europa e no Oriente Médio. *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, fevereiro de 1964, n. 1, p. 5. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0307, microfilme APC-3, Reel 34.

¹⁸⁰ O ex-agente da CIA forneceu uma lista de sindicalistas brasileiros enviados para fazer treinamento sobre liderança sindical nos Estados Unidos. Ver anexo 1 no final da tese. GRIBBIN, Peter, op. cit.

¹⁸¹ SUSSMAN, Michael J., op. cit. Ver também, GREEN, James. *Apesar de vocês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 61-3.

¹⁸² Ver a lista de nomes em anexo 1, no final da tese. A listagem foi primeiramente divulgada pelo ex-agente da CIA. GRIBBIN, Peter, op. cit. A mesma lista foi publicada por Dreyfuss, com base na mesma fonte.

do golpe. De todo modo, sabemos que muitos sindicatos e suas organizações de cúpula, assim como a polícia, grupos militares, partidos políticos, estudantes e donas de casa formaram movimentos importantes para a queda de Goulart.¹⁸³

Da mesma forma, outros sindicalistas podem também ter exagerado no papel desempenhado por algumas lideranças sindicais durante o desfecho do golpe. Todavia, é certo que suas atuações não podem ser ignoradas. Foi o caso do dirigente Rômulo Marinho, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiográficas e Radiotelefônicas da Guanabara, que após ter realizado curso promovido pelo IADESIL nos Estados Unidos, trabalhou no Brasil na organização de seminários de conteúdo anticomunistas voltados para telegrafistas.¹⁸⁴ De acordo com o sindicalista Wilson Juvenato Reis, Marinho teria preparado um grupo de trabalhadores para uma situação de crise. Estes, seguindo os treinamentos de Marinho, teriam bloqueado a comunicação entre os sindicatos apoiadores de Goulart quando tentavam convocar uma greve geral.¹⁸⁵ A mesma história foi narrada por Methvin na *Reader's Digest* de outubro de 1966, para mostrar o sucesso dos treinamentos oferecidos pelo IADESIL aos trabalhadores latino-americanos no combate ao comunismo.¹⁸⁶

Segundo Dreyfuss, foram os ipesianos, em colaboração com outros membros que haviam trabalhado no Setor Sindical de Ação do IPES, os responsáveis pela preparação de uma série de reformas destinadas a conter o movimento da classe trabalhadora, bem como a quebrar a antiga relação definida por ele como “populista” entre os dirigentes sindicais comunistas e o Ministério do Trabalho, no período anterior ao golpe de Estado. Assim, membros do IPES teriam exercido um grande esforço para estabelecer os princípios de uma nova legislação trabalhista. De acordo com o autor, o IPES tomou para si a tarefa de reunir informações sobre as leis trabalhistas dos diversos países da América Latina, com a colaboração dos embaixadores brasileiros naqueles países, a fim de dar ao governo as informações básicas necessárias para as mudanças na regulamentação do trabalho.

¹⁸³ FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁸⁴ Rômulo Marinho posteriormente atuou como assessor sindical do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho entre os anos de 1967 e 1968. De 1969 e 1971, ocupou o cargo de diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, além de ter sido secretário em outros cargos públicos do regime militar.

¹⁸⁵ DREYFUSS, René, op. cit., p. 318.

¹⁸⁶ METHVIN, Eugene, op. cit., p. 28.

Empresários vinculados ao IPES encarregavam-se de enumerar seus problemas e as demandas eram encaminhadas aos comitês. Esses contavam com a presença de ministros e diretores de órgãos governamentais e de autarquias. De acordo com Dreyfuss, os comitês agiam “como um centro de coleta e distribuição de informações, transformavam-nos em estudos de viabilidade e recomendações operacionais que deveriam ser comunicadas aos ativistas que tomavam as decisões na administração do Estado”.¹⁸⁷ Com a desmobilização do movimento sindical provocada pela ascensão dos militares, finalmente, o terreno estava limpo para que as organizações sindicais norte-americanas pudessem dar início a uma série de atividades educativas e assistenciais nas zonas urbanas e rurais, voltadas à implantação do chamado “sindicalismo livre” no país.

¹⁸⁷ DREYFUSS, René, op. cit., pp. 439 e 449.

CAPÍTULO II

“O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”

(1964-1967)¹⁸⁸

Estamos no limiar do novo ano. A cidade, o Brasil e o mundo inteiro vibraram com a chegada festiva de 1964. Em toda parte, nos lares, nos clubes, nos campos, nas fazendas, nos hospitais, nos quartéis, nas prisões, etc., preces fervorosas se elevam ao Criador, na esperança de dias melhores, de anos mais felizes, de mais harmonia e mais compreensão. Que os estadistas do planeta, pondo de lado as prevenções e os mal-entendidos, possam entender-se sem os “melindres” habituais, dando-se as mãos amigável e sinceramente em benefício da Justiça, da paz, da liberdade e da fraternidade humana. Do contrário, nada mais teríamos de esperar senão o aniquilamento, o caos, de que a guerra de nervos tem sido um constante e indesejável prenúncio. Foi-se 1963. Chegou 1964.¹⁸⁹

No dia 2 de abril de 1964, donas de casa, empresários, estudantes, membros dos setores conservadores da Igreja Católica, sindicalistas, entre outros, comemoravam nas ruas do Rio de Janeiro a deposição do presidente João Goulart na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.¹⁹⁰ Do escritório do IPES, empresários, radiantes, assistiam ao movimento nas ruas, satisfeitos com o sucesso obtido no combate ao comunismo. Para os ipesianos, a entidade representava um fórum adequado para o debate e decisões de seus interesses; “viam-se como o ‘governo privado’, que deveria apoiar o ‘governo público’, que eles próprios inspirariam e equipariam com seu pessoal”.¹⁹¹ Assim, esperavam tomar para si a responsabilidade de determinação das diretrizes básicas do

¹⁸⁸ Frase famosa pronunciada por Juracy Magalhães quando era embaixador do Brasil nos Estados Unidos durante a administração de Castello Branco (1964-1966). Sua declaração ficou conhecida como um símbolo do período em que o governo brasileiro privilegiava os interesses econômicos dos Estados Unidos. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁸⁹ *A Noite*, 3 de janeiro de 1964, p. 2.

¹⁹⁰ *O Estado de São Paulo*, 3 de abril de 1964, p. 7.

¹⁹¹ DREYFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 420-21 e 433.

novo governo e influenciar na escolha das pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração. Empresários e diretores de bancos privados passariam a ter participação direta nas questões políticas relacionadas ao sistema financeiro.

Na embaixada americana no Rio de Janeiro e no Consulado Geral de São Paulo, os analistas norte-americanos registravam a suposta “incapacidade dos trabalhadores de reagirem a favor de Goulart”. Esperava-se que com o golpe, em pouco tempo estivessem eliminados os chamados “focos de infiltração dos comunistas”, assim como os supostos casos de corrupção nos sindicatos, tão alardeados pelos opositores de Goulart para justificar as intervenções nas entidades dirigidas pelo PCB e PTB.¹⁹² A nova conjuntura política também deveria favorecer diretamente a atuação dos dirigentes “autênticos”, que desde o início da década de 1960 ansiavam por essa oportunidade.

Com a tomada do poder pelos militares e civis conservadores, há uma explosão de cursos e seminários promovidos por um conjunto de entidades sindicais estrangeiras e nacionais, voltados para a formação e liderança sindical. Por meio da análise dessas atividades, procuro mostrar o desenvolvimento de três projetos diferentes. O primeiro construído pelas entidades sindicais estrangeiras com apoio dos governos do Brasil e dos Estados Unidos, e dos sindicalistas brasileiros chamados de “democráticos” e “autênticos”. Paralelamente, observa-se o esforço dos empresários nacionais, ligados ao IPES, em desenvolver um programa de relações trabalhistas baseado nos princípios de um “neocapitalismo cristão”. Estes, aliados aos grupos católicos conservadores que atuavam no meio sindical, defendiam uma terceira via para harmonizar as relações entre capital e trabalho, baseada na prática do cooperativismo, participação na gestão e nos lucros da empresa. Do outro lado, a ação das multinacionais, mais especificamente das norte-americanas, que procuravam se instalar no país e aproveitar os largos benefícios oferecidos pela política externa brasileira pró-Estados Unidos, que facilitavam a exploração da mão de obra local.

Apesar dos esforços anteriores, os sindicalistas e observadores norte-americanos achavam que ainda havia muito a ser feito para que os dirigentes sindicais rompessem com os laços de dependência do Estado. Como Negro observou, as duas correntes sindicais anti-CGT, ou seja, MSD e União Sindical dos Trabalhadores (UST),

¹⁹² Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 29 de outubro de 1964. NARA II, LAB 3-2 BRAZ. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-2 - box 1281.

dependiam de recursos até então oferecidos pelo IPES, UDN e empresários. Agora, cabia a eles a implantação do “sindicalismo livre e democrático”.¹⁹³ Para o adido trabalhista Herbert W. Baker, a “Revolução muito provavelmente teve o mais profundo impacto no sindicalismo do que em outros grupos sociais no Brasil”.¹⁹⁴

De fato, os chamados “inimigos internos” do regime foram afastados e, muitos deles, perseguidos e presos. Para compreender o projeto sindical conduzido pela AFL-CIO/ IADESIL na primeira fase do regime militar, bem como as relações sindicais entre Brasil e Estados Unidos nesse período, é preciso também observar os aspectos gerais da mudança da política trabalhista encetada por Castello Branco. Ao Ministério do Trabalho competia nomear novos dirigentes sindicais, anular eleições, caso fosse preciso, vetar a candidatura de qualquer líder sindical e decidir a respeito da legalização dos sindicatos.

A repressão atingiu fortemente o movimento dos trabalhadores. Às vésperas do golpe de Estado, existiam sete confederações, 107 federações e 1.948 sindicatos de trabalhadores urbanos em todo o país. Um ano depois, sob o comando do ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind, o governo interveio em 452 sindicatos, 43 federações e três confederações.¹⁹⁵ O objetivo era desmobilizar as organizações que exerciam maior poder de negociação e pressão política na época. São Paulo foi o estado mais atingido: 270 associações de trabalhadores sofreram intervenções. Todas as organizações horizontais, não legalizadas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foram extintas por decreto; entre elas, o CGT.¹⁹⁶

Enquanto era instaurado o governo civil-militar, o IADESIL anunciava o oferecimento de quatro bolsas de estudo para os sindicalistas brasileiros estudarem durante três meses nos Estados Unidos. Entre os escolhidos, Laurindo Marchezan, identificado como industriário do Rio Grande do Sul, e Ibrahim Antun Ruiz, do Sindicato dos Portuários de Santos, aceitaram o convite.¹⁹⁷ E foi com satisfação que o

¹⁹³ NEGRO, Antonio Luigi, op. cit., p. 235.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Para melhor conhecimento da atuação do jurista Arnaldo Sussekind como ministro do Trabalho, ver GOMES, Ângela de Castro, PESSANHA, Elina G. da Fonte, MOREL, Regina de Moraes (orgs.). *Arnaldo Sussekind – um construtor do Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Recife: Renovar, 2004.

¹⁹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 71-110.

¹⁹⁷ *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, abril de 1964, n. 1, p. 2. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century*

periódico do ICT anunciou que muitos dos seus alunos foram nomeados interventores nos sindicatos mais importantes do país, entre eles Geraldo Eufrásio de Moura e João Theophilo de Souza, chamados para ocupar o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes, respectivamente. Na Guanabara, também foram nomeados Rômulo Marinho para a Federação dos Trabalhadores das Empresas de Telégrafos – que também passou a atuar como instrutor da organização internacional Post, Telegraph and Telephone Workers International (PTTI) –, e Armando Simões de Carvalho, na mesma categoria.¹⁹⁸

Outros opositores de Goulart, também aliados do IADESIL, foram nomeados interventores nas entidades representantes das categorias de trabalhadores ocupadas por membros do PCB. Alguns deles já haviam sido interventores em outras épocas e tiveram novamente a oportunidade de ocupar as diretorias dos sindicatos, como ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo.¹⁹⁹ João Wagner, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Paraná, e Ary Campista foram conduzidos à direção da CNTI, recuperando seu antigo posto perdido anteriormente para Clodsmith Riani.²⁰⁰ No Nordeste, quatro sindicalistas graduados pelo IADESIL foram nomeados interventores, entre eles José Rotta, da CONTAG, colaborador do IPES, eleito presidente da Confederação de Trabalhadores Agrícolas.²⁰¹

Castello Branco, logo após sua posse, prometia ampliar “as conquistas dos trabalhadores”, conforme anunciava a matéria publicada em *O Estado de São Paulo* no dia 30 de abril de 1964. Enquanto isso, membros da CNTI discutiam a portas fechadas como a Junta Governativa deveria proceder nas próximas eleições. Ary Campista e Olavo Previatti, presidente da Federação da Indústria de Papel e Papelão do estado de São Paulo, eram os favoritos para a presidência da CNTI.²⁰² Pouco antes, Castello

Latin American Pamphlets: part III, BRZ 0307, microfilme APC-3, Reel 34.

¹⁹⁸ *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, abril de 1964, p.4. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0308, microfilme APC-3, Reel 34.

¹⁹⁹ Com o golpe, os sindicalistas Luiz Gonzaga Braga e Reinaldo dos Santos, após terem atuado como interventores em 1947, voltaram a ocupar a diretoria do Sindicato dos Químicos. Ata da assembleia geral realizada no dia 21 de junho de 1964. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Farmacêuticos e Plásticos de São Paulo, caixa 41.

²⁰⁰ A notícia foi veiculada na grande imprensa. No jornal *A Noite* de 30 de maio de 1964, foi noticiada a eleição na CNTI como um acontecimento “da maior importância no mundo sindical”. João Wagner assumiu como presidente; Ary Campista, secretário-geral, e Olavo Previatti, tesoureiro. Campista, ligado ao IADESIL e à ORIT, encerrou sua carreira como ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

²⁰¹ DREYFUSS, René, op. cit., p. 310.

²⁰² *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1964, p. 8.

Branco havia apresentado sua plataforma da “revolução redentora”, baseada na ordem e paz social (eliminação do “perigo comunista”), no combate à corrupção e na retomada do crescimento por meio do estímulo ao setor privado da economia, dando garantias de breve retorno à normalidade democrática.²⁰³

O novo presidente voltou a falar para os trabalhadores, desta vez na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1º de Maio. Na ocasião, Castello Branco assegurou que a política trabalhista de seu governo seria inteiramente favorável aos direitos sociais dos trabalhadores, “aprimorando as normas de proteção ao operário, fortalecendo os sindicatos como órgãos autênticos de verdadeira expressão dos seus componentes, banindo o pelego, cuja liderança estava sempre na razão direta dos favores pessoais que recebia do governo”.²⁰⁴ Esperava-se que a comemoração do 1º de Maio fosse realizada sem “a ajuda de fundos sindicais ou influência de quaisquer órgãos governamentais”; tudo deveria ser feito “dentro da ordem, com liberdade”.²⁰⁵ O jornal *O Estado de São Paulo*, dirigido por um ipesiano, retratou a passagem do presidente com uma calorosa recepção por parte dos trabalhadores.²⁰⁶

No entanto, a nova política trabalhista rapidamente mostrou-se prejudicial aos trabalhadores. O arrocho salarial, a interferência direta nos dissídios coletivos julgados na Justiça do Trabalho e o aparato repressivo voltado para o controle da ação política dos sindicatos impactou diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores e no movimento sindical organizado.²⁰⁷ O aumento do poder de aquisição da classe trabalhadora passava a depender do desenvolvimento do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), idealizado pelos economistas liberais e pró-norte-americanos, nomeados ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, Roberto Campos e Otávio Bulhões.²⁰⁸ O principal objetivo era conter o processo inflacionário e acelerar o

²⁰³ VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 24.

²⁰⁴ WAMBERTO, José. *Castello Branco, Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: s.ed., 1970, p. 28.

²⁰⁵ *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1964, p. 8.

²⁰⁶ *O Estado de São Paulo*, 3 de maio de 1964, capa.

²⁰⁷ O aparato repressivo implicava uma série de medidas para o controle da ordem dita “revolucionária”, entre elas a cassação de direitos políticos, o exílio de opositores, a transferência de militares nacionalistas para a reserva, e a prisão de militantes de esquerda e grupos nacionalistas identificados com o governo Goulart, como líderes sindicais, políticos, intelectuais e militares.

²⁰⁸ Para uma narrativa da experiência pessoal de Roberto Campos na elaboração do PAEG, ver sua autobiografia: CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, pp. 607-11.

ritmo de desenvolvimento econômico por meio da livre iniciativa de mercado, além de outras medidas financeiras voltadas à geração de empregos.²⁰⁹

Na área do trabalho, a instauração do regime militar impactou diretamente a atuação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). No campo das negociações coletivas, a nova lei de greve nº 4.330, de 1 de junho de 1964, tratou de dificultar ao máximo o processo de legalização das paralisações e incitava ainda mais a Justiça do Trabalho a intervir nas negociações coletivas travadas entre patrões e empregados. As greves de solidariedade e as consideradas de “natureza política, social ou religiosa” também eram julgadas ilegais. As paralisações realizadas para requerer o pagamento de salários atrasados e melhorias no trabalho eram permitidas, mas o trâmite burocrático a ser cumprido pelos sindicatos dificultava o seu reconhecimento nas cortes trabalhistas.²¹⁰ Tais medidas faziam com que os movimentos reivindicatórios diminuíssem drasticamente. Segundo Alves, “das 154 greves realizadas em 1962 e das 302 em 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971. Entre 1973 e 1977, houve apenas 34 greves e operações-tartaruga”.²¹¹

O arrocho salarial, regulamentado pela lei 4.725, de 13 de julho de 1965, restringiu o poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, o poder dessa justiça especial e autônoma de criar normas e condições de trabalho no âmbito das negociações dos dissídios coletivos. Os reajustes salariais passaram a ser definidos de acordo com os índices de aumento do custo de vida definidos pelo governo federal e deveriam ser aplicados a todas as categorias de trabalhadores. Na prática, o governo apostava no arrocho salarial como a melhor estratégia de combate à inflação. O resultado, sentido logo nas primeiras negociações coletivas do segundo semestre de 1964, foi a recusa dos empresários em discutir os reajustes salariais.²¹² Nas audiências da Justiça do Trabalho, as empresas respondiam que estavam impedidas de atender as reivindicações, uma vez

²⁰⁹ RESENDE, André Lara. “Estabilização e reforma: 1964-1967”, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990, pp. 213-31.

²¹⁰ COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 136.

²¹¹ ALVES, Maria Helena, op. cit., p. 70.

²¹² Sobre a atuação da Justiça do Trabalho e a reação dos magistrados às novas medidas adotadas pelo governo Castelo Branco, ver CORRÊA, Larissa Rosa. “A ‘rebelião dos índices’: política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)”, in: GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013 (no prelo).

que a legislação não mais o permitia.²¹³ A determinação dos reajustes se transformou em um “mero cálculo técnico, promovido não na mesa de negociações, mas por órgãos estatais impessoais e resistentes às pressões”.²¹⁴

Como observou Antonio Luigi Negro, “se os EUA acalentavam esperanças, o ceticismo tomava conta do ânimo operário”.²¹⁵ Estes, pouco a pouco, sofriam com a perda de direitos trabalhistas importantes, subtraídos em prol do desenvolvimento econômico.²¹⁶ Os interventores, ansiosos por reconhecimento e ascensão no meio sindical, esforçavam-se para convencer não apenas as suas categorias, mas também aqueles responsáveis por tê-los conduzido às diretorias dos sindicatos (empresários e autoridades políticas), de que era preciso obter acordos melhores do que os realizados até então pelas antigas lideranças cegetistas.

Nem mesmo os “autênticos” poderiam concordar com a nova política salarial. Com a “lei do arrocho”, os trabalhadores perdiam enorme poder de barganha nas negociações coletivas. Iniciava-se assim um longo período de repressão dentro e fora das fábricas, de perda salarial e alta rotatividade de mão de obra, situação provocada em grande parte pela desnacionalização das empresas privadas e por uma política econômica voltada ao fortalecimento da classe média e aos interesses estrangeiros, sobretudo ao dos Estados Unidos.²¹⁷

Um dos maiores desafios do governo era convencer a população brasileira do suposto caos político e econômico deixado pela má administração de Goulart. No entanto, os próprios militares sabiam que não seria fácil romper com a herança do “varguismo”. Para compensar as medidas de contenção dos salários, foi anunciado um plano inicial para construção de 100 mil residências para trabalhadores a serem construídas num período de cinco anos, com auxílio da Agência Interamericana do Desenvolvimento. Na sequência, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) para suprir o *déficit* de habitações populares. Além dessas medidas, o governo autorizou o

²¹³ “10 anos...”. Texto sobre a situação do povo brasileiro em 10 anos de Regime Militar no Brasil, s.n.t. CEDEM/ Unesp, fundo ASMOB, cx17.03.59.4/ 037.

²¹⁴ ALVES, Maria Helena, op. cit., p. 83.

²¹⁵ NEGRO, Antonio Luigi, op. cit., p. 258.

²¹⁶ Duas mudanças afetaram diretamente os trabalhadores. A primeira foi a revogação da Lei da Estabilidade, que garantia a permanência do empregado após dez anos de serviços prestados na mesma empresa. Em seu lugar, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Outro direito ameaçado foi o décimo terceiro salário, que passou a ser pago em duas parcelas a partir da regulamentação da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965.

²¹⁷ NEGRO, op. cit., p. 258.

decreto que permitia a correção monetária das indenizações homologadas na Justiça do Trabalho, sancionou a lei do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/66) e, por fim, implantou o sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Divulgado como uma medida de proteção ao trabalhador demitido sem justa causa, os empregados eram pressionados a optar pelo Fundo, uma espécie de poupança alimentada pelos empregadores, em troca do benefício da estabilidade.²¹⁸

Um ano após o golpe, durante os festejos do 1º de Maio de 1965, em seu discurso realizado na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, Castello Branco recorreu à CLT de Vargas para dizer que a “Revolução” se empenhava em ver “amparado e desenvolvido o sindicalismo, tal como sempre o entendeu a legislação brasileira, que jamais admitiu ser ele um núcleo de propaganda política, partidária, filosófica ou religiosa”. O presidente, alinhado com o discurso do “sindicalismo livre” norte-americano, apressava-se em anunciar o fim do processo de intervenção nas entidades sindicais e a retomada das eleições para a escolha das diretorias. Assim, esperava-se que os sindicatos permanecessem “isentos daqueles fatores de perturbação, que os haviam colocado não a serviço dos legítimos interesses dos associados, mas como instrumentos de meras ambições pessoais”. Na sequência, ele ressaltou as melhorias realizadas no campo da previdência social, exaltando o aumento do número de hospitais e do serviço médico.²¹⁹

Inicialmente, as autoridades e os sindicalistas dos Estados Unidos mostravam-se bastante animados com o governo de Castello Branco. Dentre as mudanças observadas pelos dirigentes norte-americanos, encontrava-se o compromisso do governo com a Aliança para o Progresso, programa que eles achavam não ter recebido a devida atenção da antiga administração. Embora desconfiados da postergação da eleição presidencial marcada para outubro de 1965 e alterada para outubro de 1966, a embaixada americana

²¹⁸ Para Dreyfuss, o FGTS, sob o pretexto do controle da inflação, buscava transferir recursos para a indústria submetendo a classe trabalhadora a diversos tipos de programas de poupança forçada. A desobrigação do empregador de manter o contrato do funcionário estável causou o aumento da rotatividade da mão de obra, acentuando uma ideia já bastante difundida entre os trabalhadores de que a Justiça do Trabalho, na prática, era a “Justiça dos desempregados”. DREYFUSS, René, op. cit., p. 439. Para uma análise recente sobre a implantação do FGTS, ver: CORRÊA, Larissa Rosa e FONTES, Paulo. “A Caixa dos trabalhadores: o FGTS e o discurso sindical”, in: GOMES, Angela de Castro e FREIRE, Américo (orgs.). *A trajetória da Caixa Econômica Federal*. Rio de Janeiro: Cpdoc/ FGV, 2011.

²¹⁹ BRANCO, Humberto de Alencar Castello. *A Revolução e os trabalhadores*. S.l: s.ed., 1965.

acreditava que esse período seria suficiente para o cumprimento das metas propostas pelo governo militar.²²⁰

No entanto, Castello Branco, ao longo dos dois primeiros anos de mandato, tomava gradativamente uma série de medidas políticas que davam condições para instalar as bases do regime autoritário. O Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos existentes e autorizou apenas o funcionamento de dois novos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O dispositivo tornou também a eleição de presidente e vice-presidente da República um ato indireto, e conferiu amplos poderes ao Executivo para cassar direitos políticos de cidadãos.

Em busca de uma “reforma empresarial”

Preocupados com a imagem dos empresários no Brasil perante os setores médios e populares, o IPES, desde sua fundação em 1962, encarregava-se da mudança na mentalidade dos grupos empresariais, julgada necessária e urgente para atingir o equilíbrio nas relações sociais. Para Gilberto Huber, um jovem empresário ipesiano do ramo da publicidade, os empregadores não deveriam se limitar aos seus negócios. Era imperativo que eles adquirissem uma visão global da economia e que se dispusessem a trabalhar nos setores onde havia maior necessidade. Os empregadores deveriam ser responsáveis pela aceleração do desenvolvimento econômico. Aqueles não comprometidos “agiam como egoístas e pouco inteligentes”, pois “as deficiências geradoras dos problemas econômicos e tensões sociais se refletiam negativamente nos seus próprios negócios”.²²¹

Ao longo de 1964, os colaboradores do IPES continuavam suas atividades alegando estar preocupados em “mobilizar os homens de empresas para o cumprimento de suas funções na sociedade”. Nesse sentido, o boletim mensal da organização destacou o caso dos empregados da Casa Masson, comércio no Rio de Janeiro dirigido por Leopold Geyer, como um “verdadeiro exemplo de democratização do capital”. Todos os empregados com mais de três anos de serviços prestados poderiam comprar

²²⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 26 de abril de 1965, escrita pelo adido trabalhista Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

²²¹ *Boletim informativo do IPES*, n. 13, agosto de 1963, ano II, p. 11. Arquivo Nacional, IPES, caixa 35, pacote QI.

ações da empresa, seguindo um critério que levava em conta os anos de casa e a remuneração de cada um.²²² De acordo com a matéria, passado um ano desde que se tornaram acionistas, os 263 empregados estavam recebendo os dividendos. Para o IPES, esse caso era uma demonstração de integração entre funcionário e empresa, um exemplo de harmonização entre trabalho e capital.²²³

Nos anos de 1964 e 1965, o IPES se responsabilizou pela chamada “reforma empresarial”. Entre as suas principais funções, estava a promoção da educação do empresariado brasileiro. Cursos e seminários eram oferecidos periodicamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O instituto dizia lutar para “levar a empresa privada a ocupar o seu lugar na vanguarda do progresso nacional”. Para tanto, apostava nos cursos de atualidades voltados para empresários, debates, grupos de estudo para compreensão de problemas específicos, publicações e conferências, além dos encontros com “homens do governo”.

Passados poucos meses após o golpe de Estado, o clima entre os empresários e oposicionistas de Goulart era de otimismo e de apoio integral ao governo civil-militar. Para Paulo Ayres Filho, a “Revolução” estava ainda em processo. Nessa nova fase que os ipesianos definiam como um momento de “reconstrução do país”, o IPES declarava-se imbuído em educar trabalhadores e empregadores. Além dos treinamentos e conferências, havia os investimentos na divulgação de uma série de filmes “educativos” sobre relações trabalhistas.²²⁴

Carrido Torres, em um artigo publicado no informativo mensal da organização no ano de 1964, sugeria uma “autêntica” reforma no pensamento e no comportamento empresarial brasileiro. De acordo com Torres, a empresa privada deveria prioritariamente contribuir para o desenvolvimento econômico e atuar como um

²²² Caso semelhante ocorreu ainda nos anos 1950 na Willys, empresa automobilística localizada na região do ABC de São Paulo. Em 1957, a empresa se orgulhava em divulgar que seus trabalhadores haviam se tornado “algo mais do que empregados”, pois 87% deles foram brindados com ações da companhia. Mesmo sendo de valor simbólico, os funcionários adquiriram o status de “sócios”, entrando para lista de fundadores “willyanos”. Por conta dessa medida, muitos trabalhadores se afastaram do sindicato, observou Negro em seu artigo “Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística”, in: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/ Educ/ Unitrabalho, 1999.

²²³ *Boletim informativo do IPES*, n. 26-27, ano III, setembro-outubro de 1964, p. 13. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²²⁴ Entre os filmes produzidos, destacam-se: “Que é democracia?”, “Depende de Mim”, “Criando homens livres”, “História de um maquinista”, “Nordeste, problema número 1”, “Asas da Democracia”, “A boa empresa”, “Conceito de empresa” e “Portos paralíticos”. Idem, p. 26.

instrumento de distribuição de renda. Acreditava-se que a chave para a harmonização das relações capital-trabalho estava na produtividade, seguida pela justa distribuição de renda e, conseqüentemente, pelo poder de compra. Como exemplo a ser copiado pelos empresários brasileiros e investidores estrangeiros no Brasil, Torres não poderia deixar de citar os Estados Unidos. Lá, afirmou o autor, os “empregados discutem com seus empregadores a política da empresa e tem sua opinião ouvida e acatada”. O que estava em jogo era a democratização da propriedade ao invés da socialização. Para constatar a fórmula do sucesso, Torres sugeria tomar conhecimento do padrão de vida dos operários.²²⁵ Estes, na visão do empresário brasileiro, viviam sem nenhuma consciência de proletário, pois não era necessário, já que o trabalhador se considerava de classe média, possuía casa própria, geladeira, automóvel, “tudo graças ao poder aquisitivo de seus salários”.²²⁶

Outros alunos e colaboradores do IPES, entre eles Alberto Venâncio Filho, Fernando da Silva Sá, Aurelio Ribeiro Viegas e Sebastião Ribeiro da Luz, em um artigo conjunto publicado no periódico ipesiano, falaram sobre a importância da chamada “comunidade de trabalho”. Esta deveria ter como base a Doutrina Social da Igreja expressa nas três encíclicas papais, “*Rerum Novarum*”, “*Quadragesimo Anno*” e “*Mater et Magistra*”, como fundamento do que eles chamavam “a nova concepção da empresa”. Para tanto, deveriam ser debatidos os temas da participação dos lucros, assim como o direito a participação da propriedade e o modelo de cogestão empresarial.

Percebe-se que a influência da Doutrina Social católica no IPES era bastante forte. Tendo como fundamento o pensamento do “Solidarismo Cristão”, largamente divulgado no Brasil pelo padre Fernando Bastos Ávila, os autores entendiam que a participação nos lucros, prevista na Constituição de 1946, art.157, inciso IV, atribuía ao operário o direito de participar do bem comum criado por todos. Já a participação na propriedade significava a democratização do capital. De modo geral, ela daria acesso a um maior número de pessoas à propriedade dos títulos que representam o capital social das empresas.

²²⁵ *Boletim informativo do IPES*, n. 26-27, ano III, setembro-outubro de 1964, pp. 16-17. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²²⁶ Um exemplo do estereótipo do operário norte-americano de sucesso largamente difundido pelos propagandistas dos Estados Unidos é a série de desenhos “*Joe: King of the workers of the world!*”, disponível em: <http://youtu.be/gqyXJMcozng>.

Por fim, a participação na gestão apresentava uma tentativa de elaborar a “reforma comunitária” nas empresas, fundamentada no envolvimento efetivo dos operários na direção das mesmas. A sua participação deveria ser realizada por meio de representantes a serem escolhidos livremente pelos trabalhadores, podendo tomar assento nos conselhos das empresas. Como não havia na legislação trabalhista a especificação do modelo de cogestão, os autores sugeriam a adoção de métodos já existentes, como o da cooperativa ou da sociedade com responsabilidade limitada.²²⁷ Porém, havia a ressalva de que a “empresa comunitária” se ajustava melhor às empresas de porte pequeno, sendo de difícil aplicação nas grandes indústrias, como havia ocorrido na Unilabor, interpretada como uma experiência negativa.²²⁸

Padre Ávila apresentava o “Solidarismo Cristão” ou “Solidarismo Comunitário” como uma alternativa de desenvolvimento para o país, uma “terceira via” entre o socialismo e o capitalismo selvagem, que fugisse do dilema que ele considerava absoluto e irredutível imposto pela Guerra Fria, sem se deixar levar pelo “socialismo totalitário, anticristão e antidemocrático”.²²⁹ Segundo ele, não havia motivos para que o Brasil se enquadrasse em um esquema bipolar, descolado da realidade dos fatos.²³⁰ De acordo com Eurico de Andrade Neves Borba, diretor da Juventude Democrata Cristã, a obra de autoria do Padre Ávila havia causado impacto nos meios sindical, estudantil e político e foi bastante divulgada por personalidades políticas como Franco Montoro, Afonso Camargo, José Richa, membros e simpatizantes do Partido Democrata Cristão (PDC) e também pelo ministro do Trabalho Jarbas Passarinho (1967-1969).²³¹ Suas

²²⁷ Boletim informativo do IPES, n. 19-20, ano III, fevereiro-março de 1964, pp. 22-23. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²²⁸ Os autores se referiam à empresa Unilabor, cooperativa operária de produção de móveis fundada no bairro do Ipiranga inspirada diretamente na experiência de francesa de *Boimondau*. Ambas as empresas utilizavam o modelo de “Comunidade do Trabalho”. A Unilabor foi fundada pelo padre dominicano João Batista Pereira dos Santos, nascido na França. De acordo com Elcio Siqueira, a meta principal da empresa era resgatar a dignidade do trabalhador partindo justamente da produção industrial. Com cerca de 100 funcionários e 05 lojas funcionando no início da década de 1960, a cooperativa começou a se desestabilizar devido a discussões internas sobre a condução da empresa. Em 1964, entrou em crise em consequência do corte de créditos concedidos para pequenas empresas até fechar suas portas em 1967. SIQUEIRA, Elcio. “Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)”. Tese de doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009.

²²⁹ ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1965, p. 14.

²³⁰ Idem, op. cit., p. 55.

²³¹ Em um artigo publicado no *O Estado de São Paulo*, intitulado “Nostalgia e revolta”, de 20 de setembro de 2005, página 2, Passarinho declarou-se um admirador da Doutrina Social da Igreja, especialmente da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, e da *Mater et Magistra* de João XXIII. Além das encíclicas, Passarinho teria se inspirado em um livro de autoria do padre Fernando Bastos de Ávila, de 1963, que ele considerou altamente didático e convincente. Trata-se da publicação de autoria do padre Fernando Bastos Ávila. *Neocapitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

ideias foram abraçadas por muitos como uma opção para aqueles que estavam engajados na política estudantil e partidária e que rejeitavam a ideologia socialista pelo fato de ela ser incompatível com o cristianismo.²³²

O Solidarismo Cristão recusava a ideia de coletivização da propriedade privada em poder do Estado como solução à exploração capitalista. No entanto, Padre Ávila ressaltou que a Igreja condenava o abuso do poder econômico, por parte de indivíduos e grupos privados, e reconhecia ao Estado o direito de nacionalização, ou encampação em condições precisas, e o direito de impor limitações eficazes ao exercício do direito de propriedade. Ao analisar a ideologia socialista, Ávila apontou o antagonismo entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação dos meios de produção ou de seus resultados.²³³ Em resposta a esse antagonismo, o autor citou exemplos alternativos como forma de participação dos indivíduos nas propriedades privadas, entre eles a criação de sociedades anônimas em que os próprios operários poderiam ser acionistas, ou a formação de associações cooperativas como um modelo alternativo de gestão, assim como a existência de conselhos de empresa.

Já os democratas cristãos paulistas ligados ao PDC, desde a década de 1950 se ocupavam da elaboração de projetos de lei para regulamentação da participação dos lucros, prevista na Constituição de 1946. O instituto era considerado letra morta nas relações trabalhistas. Segundo Áureo Busetto, a aprovação de uma lei reguladora não era apenas uma exigência da Constituição, mas a aplicação de uma “das propostas do seu ideário doutrinário-ideológico visando à elevação da ordem econômica e social do país a níveis de justiça social no tocante às relações do trabalho”. Esperava-se que a partir da participação dos lucros fosse criada uma nova mentalidade sobre as relações capital-trabalho, provocando uma maior e melhor atuação dos trabalhadores na vida da empresa. Com isso, os sindicatos teriam condições de lutar pela autonomia sindical e fazer oposição aos dirigentes comunistas. Segundo o autor, esses últimos eram críticos das ideias participacionistas, pois “acreditavam que os trabalhadores se ocupariam muito mais com os interesses das empresas do que com os da sua classe”.²³⁴

²³² BORBA, Eurico de Andrade Neves. “Prefácio”, in: ÁVILA, pe. Fernando Bastos de. *A Alma de um Padre*. Bauru: Edusc, 2004.

²³³ ÁVILA, pe. Fernando Bastos de, *Solidarismo*, op.cit, p. 80.

²³⁴ Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 241.

Desde os anos 1950, a Democracia Cristã defendia a descentralização do poder estatal, em consonância com a Doutrina Social Católica. De acordo com as encíclicas de Pio XI, não seria papel do Estado desempenhar as atividades econômicas e sociais, mas sim da sociedade. Para a reforma do Estado, os democratas cristãos defendiam a elaboração de um planejamento administrativo que deveria contar com a participação ativa dos chamados “representantes das comunidades intermediárias”, como organizações profissionais, sindicatos, cooperativas, associações de bairro etc. Franco Montoro, um dos mais influentes políticos democráticos cristãos de São Paulo, também defendia a criação de outros direitos trabalhistas, como o salário-família, que deveriam ser pagos pelas empresas.²³⁵

Como se vê, eram convergentes os ideais do sindicalismo norte-americano e dos grupos católicos brasileiros. A aliança e cooperação entre eles seriam fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de reformulação das relações trabalhistas, identificado com o anticomunismo e os valores democráticos. Como observou Manfredi, na década de 1960 predominava a orientação voltada para a construção de um sistema capitalista social que visava à progressiva transformação da empresa em comunidade de trabalho ou cooperativa. Em suma, a ideia era que os trabalhadores tivessem condições de acesso à copropriedade, cogestão, e à participação nos lucros das empresas. Já os militantes da FNT também compartilhavam dessas leituras, principalmente as obras do padre francês Lebreton e de João Baptista Pereira dos Santos, porém por outras vias políticas e ideológicas.²³⁶

A falta de preparação dos executivos do país preocupava os ipesianos. Segundo José Roberto Whitaker Penteado, desde o início dos anos 1960 os Estados Unidos haviam instalado centros de treinamento de gerência nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Os cursos eram realizados pela American Management Association. No entanto, Penteado apontou um erro – bastante comum, segundo ele – cometido pelos norte-americanos quando imbuídos desse tipo de iniciativa no exterior: a ideia de que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o resto do mundo”. Esse lema teria se relevado totalmente inadequado na área de administração de empresas no Brasil, em

²³⁵ Idem, op. cit, p. 263.

²³⁶ Ver SANTOS, João B. P., *Os chifres do diabo – capitalismo e comunismo*. Apud: MANFREDI, Silvia M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 150.

parte porque o método norte-americano baseado na troca de experiências e debates seria de difícil aplicação no país, devido ao “notório desnível entre os executivos brasileiros”.

No entanto, havia esforços no sentido de preparação de quadros executivos realizados pelos departamentos especializados brasileiros, como o IPES, o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas e também pelos Centros de Produtividade das Federações Industriais instalados em diversos estados, com destaque para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Além dessas iniciativas, algumas universidades passaram a investir na área de administração de empresas voltada para a formação de seus alunos.²³⁷

Em 1965, o Council for Latin America (CLA) decidiu contratar um maior número de profissionais para o seu Departamento de Relações Públicas, escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de aumentar as atividades de preparação de executivos no Brasil. Essas ações eram realizadas em parceria com o Fundo de Ação Social (FAS), com recursos das companhias privadas norte-americanas estabelecidas no país. Além dos treinamentos, a CLA investia na produção de filmes voltados para trabalhadores e gestores das empresas estrangeiras. Entre os destaques das produções financiadas pela CLA, estavam “O preço da vida”, documentário sobre a contribuição da indústria farmacêutica internacional para a saúde e o bem-estar da população brasileira; “Terra Proibida”, que mostrava como uma empresa privada havia transformado uma região seca e inóspita no Nordeste brasileiro em um fértil jardim; e “Esta é a minha vida”, a história de progresso de um trabalhador brasileiro que prestava serviços à uma empresa privada. Além dessas ações, as corporações norte-americanas diziam contribuir para o fortalecimento dos sindicalistas e líderes estudantis ditos “democráticos”, e para projetos sociais realizados em favelas, organizações civis, publicações intelectuais e treinamento vocacional em escolas.²³⁸

Em 1965, o IPES contava ainda com o chamado “grupo de integração”, composto por 20 membros entre empresários e profissionais liberais, que colaboravam na organização desses eventos. Entre eles, estava Oswaldo Tavares Ferreira, da Casa Tavares; José Duvivier Goulart, da Société des Sucreries Brésiliennes; Rubem Fraga

²³⁷ *Notícias do IPES*, setembro de 1964, n. 5, ano I, p. 2. Arquivo Nacional, IPES, caixa 35, pacote QI.

²³⁸ *Council for Latin America report*, de outubro, 1965. Arquivo Nacional, IPES, caixa 39, pacote 2.

Rogério, da Cia. Ultragás; e Flavio L. Figueiredo, da L. Figueiredo Transporte Rodoviário. Os temas contemplados nos cursos de atualidades oferecidos aos empresários abordavam desde os aspectos demográficos do país às aspirações do povo brasileiro. O empresário Paulo Assis Ribeiro encarregava-se de ministrar o curso de política de aplicação do Estatuto da Terra, e Mario Henrique Simonsen versava sobre as implicações políticas, econômicas e sociais da inflação.²³⁹ Nos anos de 1967 e 1968, o IPES promoveu uma série de cursos em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro para treinamento empresarial.²⁴⁰

Os “Estados Unidos confiam no Brasil”²⁴¹

No plano internacional, o governo brasileiro sinalizava amplamente o desejo de cooperar com os interesses dos Estados Unidos e de se reintegrar “no seio da comunidade ocidental”. Vasco Leitão da Cunha, formado pela Escola Superior de Guerra (ESG), também ligado ao IPES, manteve-se no cargo de ministro das Relações Exteriores. Segundo Dreyfuss, sua esposa havia participado da campanha de mobilização da classe média liderada pelo IPES. Pouco depois, deixou o cargo e foi substituído por Juracy Magalhães, que na época era embaixador nos Estados Unidos. Ambos terão um papel importante nas relações entre os sindicatos brasileiros e norte-americanos.²⁴² Com Vasco Leitão da Cunha, iniciou-se a política externa de comprometimento do Brasil com os interesses estadunidenses na defesa do “continente contra a subversão e a opressão externas e internas”.²⁴³ Para Cunha, o Brasil tinha de

²³⁹ *Boletim Informativo do IPES*, maio de 1966, n. 44, ano V, p. 50. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 4. Em 1965, o Conselho Orientador do IPES elegeu Liberato da Cunha Friedrich, Claudio de Almeida Rossi e Edmundo Falcão da Silva para preencherem o cargo da diretoria deixado pelo sócio fundador do Instituto, José Rubem Fonseca. Nesse mesmo ano, 90 sócios haviam ingressado no IPES, sendo 27 pessoas jurídicas e 63 pessoas físicas.

²⁴⁰ Ver série de noticiários do IPES, outubro de 1968. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 5.

²⁴¹ Reprodução do título de um artigo publicado em “*Notícias do IPES*”, julho de 1964, n. 3, ano I, São Paulo. Arquivo Nacional, IPES, caixa 35, pacote QI.

²⁴² Em 1965, as mudanças nas diretrizes políticas externas do Brasil já estavam delineadas. A ideia era conceder “garantias especiais ao investimento norte-americano no Brasil, enquanto quaisquer restrições impostas por governos anteriores sobre a remessa de capital e de lucros normais ou extraordinários foram suspensas”. Visando à segurança coletiva das Américas, Brasil e Estados Unidos passaram a dividir funções no campo da econômica, política, ideologia e militar. Foi com base nesse novo acordo diplomático que em 1965 o Brasil apoiou a intervenção militar na República Dominicana. DREYFUSS, René, op. cit., pp. 441-42.

²⁴³ Vasco Leitão havia sido indicado ministro das Relações Exteriores por Costa e Silva. Curiosamente, sua escolha, de acordo com o seu depoimento, não foi feita por Castello Branco, embora Leitão simpatizasse mais com a linha política adotada por este (fazer a “Revolução” e logo devolver o poder aos civis). Sobre a linha de política externa a ser adotada pelo Brasil, Vasco Leitão da Cunha defendia “que fizéssemos uma política tradicional, que nos mantivéssemos com os Estados Unidos, mas não a reboque”. CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar. Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV/ Funag,

reconhecer a dívida financeira com os credores norte-americanos, ressarcir os prejuízos (FMI) e readquirir uma posição de respeito no ambiente internacional. No entanto, Cunha negou que o apoio econômico dos Estados Unidos ao Brasil estivesse condicionado ao atendimento da doutrina política anticomunista da Guerra Fria, ressaltando que os novos empréstimos norte-americanos concedidos após a “Revolução” haviam sido espontâneos, e que o governo Castelo Branco tinha autonomia na utilização do dinheiro estrangeiro.²⁴⁴

Para Juracy Magalhães, era chegada a hora de desfazer os mal-entendidos passados que haviam causado tantas dificuldades às boas relações Brasil-Estados Unidos. Para tanto, Magalhães convidava os representantes da iniciativa privada norte-americana a tomarem conhecimento da nova realidade brasileira e pensarem sobre as possibilidades de intensificação da participação estrangeira na vida econômica do Brasil. Em uma palestra para diretores de empresas na Universidade Johns Hopkins, em janeiro de 1965, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos deixava claras as necessidades do seu país:

O que hoje necessitamos no Brasil são meios para criação de mais riqueza e mais empregos, mais oportunidades de trabalho e de progresso para todos os brasileiros: o que podemos oferecer é uma gama enorme de oportunidades para bons investimentos, numa terra nova, animada de entusiasmo do seu próprio redescobrimento e impulsionada pela convicção da grandeza do seu destino.²⁴⁵

Uma das primeiras medidas do governo Castelo Branco foi revogar a lei de controle sobre a remessa de lucros. Visando reestabelecer as boas relações com os Estados Unidos, o novo governo travou acordo com os grupos norte-americanos para o pagamento de indenizações referentes às empresas nacionalizadas pelo governo Goulart. Como observou Vizontini, a resposta do governo estadunidense veio rápida. A USAID e outras instituições, como o BID e mais tarde o FMI e o Banco Mundial, disponibilizaram centenas de milhões de dólares, até então bloqueados ao presidente

2ª edição, 2003, p. 270.

²⁴⁴ Idem, pp. 285-86.

²⁴⁵ Discurso feito por Juracy Magalhães na Conferência para diretores de empresas, realizada na Escola de Altos Estudos Internacionais da Universidade Johns Hopkins, em 22 de janeiro de 1965, reproduzido em MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

Goulart, para o governo civil-militar. Em 1965, Castello Branco promulgou uma lei dando garantias aos investimentos e empresas estrangeiras, que favorecia especialmente os interesses norte-americanos.²⁴⁶

No entanto, as autoridades brasileiras, assim como no período anterior ao golpe, continuaram a fazer críticas ao programa da Aliança para o Progresso. Roberto Campos, como ministro do Planejamento, em uma reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social realizada em dezembro de 1964, ressaltou a interdependência entre ajuda e comércio e condenou a prática dos empréstimos vinculados (*tied loans*) e as restrições protecionistas criadas pelo governo dos Estados Unidos – entre elas, a exigência de embarcar mercadorias financiadas por eles em seus próprios navios. As críticas de Campos também foram compartilhadas “pela maioria dos países latino-americanos que se movimentaram no sentido de enfatizar o comércio entre os países da região e em outras partes do mundo como alternativa às promessas não cumpridas da Aliança para o Progresso”, de acordo com Cecília Azevedo.²⁴⁷ O especialista do IPES, Francisco de Assis Grieco, afirmou que o programa apresentava uma série de dificuldades práticas em sua execução, tendo sido inicialmente uma ação norte-americana com a intenção de transformar-se numa experiência interamericana. No Brasil, Grieco reconheceu que a Aliança caminhava lentamente, com uma série de deficiências administrativas.²⁴⁸

Em 1964, o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) apresentou uma avaliação e um conjunto de sugestões com o propósito de reformulação das diretrizes operacionais voltadas à multilateralização da Aliança para o Progresso, visando melhorias na área do comércio exterior e a maior integração econômica na América Latina. Em relação à política social, o documento deixava evidentes as deficiências da Aliança. De acordo com o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), os organismos financeiros deveriam conceder linhas de crédito integrais para a

²⁴⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes, op. cit., p. 26.

²⁴⁷ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América. Os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 145.

²⁴⁸ *Boletim informativo do IPES*, n.25, ano III, agosto de 1964, pp. 16-17. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2, p. 12. O autor chamou a atenção para os problemas de fragmentação dos esforços, em parte provocados pelas diferentes fontes de financiamento (USAID, BID, *Exibank*) e dos conflitos de competência regional e administrativa. No Nordeste brasileiro, a SUDENE, até 1964, havia recebido 150 milhões de dólares para serem aplicados na região. Já o escritório do programa norte-americano Ponto IV cuidava da assistência técnica administrada em todo o território brasileiro e o Itamarati se encarregava da contribuição dos Voluntários e de Alimentos para a Paz.

promoção ou cooperação popular em condições flexíveis para que a população latino-americana fosse beneficiada diretamente pelo desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a definição de uma política trabalhista adequada ao desenvolvimento econômico e social mostrava-se fundamental, segundo a avaliação da CIAP.

Era necessária a elaboração de uma política salarial que assegurasse aos trabalhadores a sua participação na produção total. Sugeria-se aos governos latino-americanos a estimulação da transformação tradicional da estrutura empresarial, de modo que a busca de maior produtividade ficasse vinculada a uma maior participação dos trabalhadores na administração, no capital e utilidades das empresas que operavam nos setores de produção. Além disso, fazia-se necessário promover a instalação de cooperativas e de bancos para os trabalhadores.²⁴⁹

Logo após o golpe de Estado, um grupo de empresários brasileiros, composto por José Luís Bulhões Pedreira, Paulo Reis de Magalhães, Luiz Villares, João Reginaldo Cotrim, Paulo Ayres Filho e Israel Klabin, acompanhados do diretor do IPES, Harold Cecil Poland, partiram para os Estados Unidos a fim de contatar investidores e autoridades norte-americanas. Poland e a delegação brasileira também se encarregaram de dar uma série de entrevistas à imprensa norte-americana com o intuito de melhor explicar a “Revolução” brasileira e desfazer o que eles interpretavam como falsa impressão de que os militares haviam tomado o poder imprudentemente. Com isso, eles pretendiam apresentar aos norte-americanos os planos econômicos do novo governo e deixar claro que “este não ascendera ao poder como uma ditadura militar sequiosa de mando e sim com o objetivo de revitalizar, da maneira mais rápida possível, a vida do país”. Encontraram-se ainda com o Conselho Interamericano e com o sub-secretário de Estado para a América Latina, Thomas Mann, o diretor da Aliança para o Progresso, W.W. Rostow, o embaixador Ellsworth e com George Woods, presidente do Banco Mundial. Os empresários brasileiros tentavam convencê-los de que a “Revolução” era mais extensa e profunda do que se pensava e que havia sido feita por uma classe média indignada com a corrupção e com a “infiltração” comunista no país.²⁵⁰

²⁴⁹ Relatório de atividades de divulgação do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), 1964. Arquivo Nacional, IPES, caixa 10, pacote 4.

²⁵⁰ Entre os empresários norte-americanos contatados destacam-se: Hulbert Aldrich, vice-presidente da Chemical Bank New York Trust Co.; Richard Aldrich, vice-presidente da International Basic Economy

Em um simpósio sobre a importância internacional da América Latina, realizado no Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown em julho de 1964, Paulo Ayres Filho falou sobre a “Revolução Brasileira”. Para ele, era impossível explicar o movimento de 1964 sem abordar os acontecimentos anteriores que teriam culminado na saída de Goulart. Ao final de sua apresentação, o empresário criticou a hostilidade da maior parte da imprensa europeia e norte-americana pela repercussão negativa do movimento civil-militar e pela “completa ignorância dos fatos”. Aos críticos da revogação dos direitos políticos de determinados civis e das demissões de servidores públicos, Ayres, sabendo aplicar as principais palavras do vocabulário político e ideológico norte-americano, rebateu questionando: “como fazer uma verdadeira revolução pela democracia se os piores inimigos da liberdade ocupavam posições chave na máquina estatal?”. Afirmou que os comunistas não tinham mais chances de controlar o Brasil, embora eles ainda pudessem provocar conflitos. Era preciso entender, finalizou o empresário, que a sociedade brasileira e as Forças Armadas haviam feito o que era preciso para prevenir o Brasil de se tornar uma “grande Cuba”, trazendo segurança para todo o hemisfério ocidental e que, por isso, esperava uma atitude internacional mais solidária.²⁵¹

A missão dos empresários parece ter conquistado bons resultados. Ao regressar dos Estados Unidos, Paulo Reis de Magalhães, diretor do IPES e ex-presidente do Banco do Estado de São Paulo, declarou que o governo de Castello Branco contava com crédito irrestrito e com todo o apoio norte-americano para a “reconstrução” do Brasil. Além das explicações técnicas e fiscais do plano de estabilidade econômica, a delegação de empresários brasileiros afirmou que o novo governo estava comprometido com os reclamos populares e previa melhorias no sistema de aproveitamento de terras, no sistema bancário e de financiamento de casas de baixo custo. Disse ainda que as

Corp.; Willian Barlow, presidente da Vision Inc.; Henry Borden, presidente da Light & Power Company; John W. Buford, vice-presidente da *Hanna Mining Company*; Norman Carignan, vice-presidente do Grupo Latino Americano W. R. Grace Co.; Alphonse de Rosso, coordenador para a América Latina da Standard Oil Company; David Rockefeller, e Clarence Hall, redator-chefe do periódico *Readers Digest*. *Boletim informativo do IPES*, n. 25, ano III, agosto de 1964, p. 25. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²⁵¹ Transcrição da palestra feita por Paulo Ayres Filho, intitulada “*The Brazilian Revolution*”, apresentada no Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown, em julho de 1964. Hoover Institution, Stanford, CA, documento 72035.

reivindicações da população consideradas “genuínas” seriam ouvidas, e que medidas para cessar o controle político sobre os sindicatos estavam em andamento.²⁵²

Além dos empresários, Carlos Lacerda, a pedido de Castello Branco, seguiu para a Europa com a mesma missão: convencer a opinião pública do caráter democrático do movimento político que havia derrubado Goulart.²⁵³ A falta de compreensão e dos significados da chamada “Revolução Brasileira” nos Estados Unidos foi abordada por Philip Siekman em seu artigo intitulado “Quando homens de empresa viram revolucionários”, publicado na revista *Fortune*. Para o autor, tratava-se de uma história inédita: “como homens de negócios paulistas conspiraram para derrubar um governo brasileiro infestado de comunistas”. Algumas companhias estrangeiras, ávidas por aumentar os seus investimentos, teriam ficado tão animadas com a nova conjuntura política que rapidamente incrementaram seus negócios no país. Já os demais investidores norte-americanos aguardavam cautelosamente os desdobramentos da derrubada de Goulart. Segundo Siekman, tal ceticismo se explicava, em parte, pelo fato de a história da “Revolução” não ter sido abordada em todos os seus aspectos pela imprensa estadunidense.²⁵⁴

Com a intenção de narrar os eventos e dar os devidos créditos aos autores das ações que levaram à derrubada de Goulart do poder, Siekman buscava destacar o papel dos empresários paulistas no golpe militar – os quais, segundo ele, teriam tido uma atuação fundamental para o sucesso da ação. “Agora que tudo deu tão certinho, todo mundo quer ser o pai da criança”, foi a frase falada por um brasileiro, mantido em anonimato, reproduzida no artigo de Siekman. Após tecer uma série de elogios ao empresariado paulista, o autor destacou o papel de Paulo Ayres Filho, tido como um hábil dirigente da indústria farmacêutica. Conta o artigo que o empresário, aborrecido com o governo de J.K. e preocupado com a crescente situação de “demagogia e esquerdismo” nas instâncias do governo, travou contato com a Foundation for Economic Education de Nova York. A entidade pregava os benefícios da livre empresa

²⁵² *Notícias do IPES*, julho de 1964, n. 3, ano I, São Paulo. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²⁵³ É possível que o envio de Carlos Lacerda ao exterior tenha sido uma estratégia de Castello Branco para tirá-lo de foco enquanto era instaurado o novo governo. Não era segredo que Lacerda havia apoiado o golpe com a ambição de conquistar o Palácio da Alvorada. NETO, Lira. *Castello. A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 277.

²⁵⁴ Tradução do artigo “Quando homens de empresa viram revolucionários”, de Philip Siekman, publicado na revista *Fortune*, setembro de 1964. Arquivo Nacional, IPES, caixa 21, pacote 3.

e do livre mercado por meio de distribuição de panfletos e outras publicações. Material que Ayres Filho rapidamente tratou de difundir entre os grupos empresariais brasileiros.

Em 1961, o empresário paulista teria recebido um telefonema de um “estranho que compartilhava os seus temores”. Era um jovem de negócios do Rio de Janeiro chamado Gilbert Huber, já citado neste capítulo, proprietário de empreendimentos que havia prosperado no Brasil após a Segunda Guerra, entre eles a criação das listas telefônicas brasileiras. Os dois passaram a se encontrar regularmente. Logo, o então presidente do Banco do Brasil, João Baptista Figueiredo, e outros amigos de Ayres Filho e Huber passaram a discutir como enfrentar a propaganda “estatista e esquerdista que ganhava o Brasil”. Assim teria surgido o IPES. Sua concepção de uma economia livre e aberta não foi bem recebida entre os grupos empresariais nacionalistas, que durante o governo Jango se mostravam críticos ao crescente número de companhias estrangeiras no país. Ao todo, o IPES conseguiu reunir cerca de 400 empresas, em sua maioria instaladas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Um grupo de opositores de Goulart em São Paulo, ligado ao IPES e formado inicialmente por três advogados (Luis Werneck, João Adelino Prado Neto e Flávio Galvão – este último, redator do jornal *O Estado de São Paulo*) se reuniu a um grande número de empresários e profissionais liberais de São Paulo. Nesse movimento, tiveram atuação destacada Julio de Mesquita Filho, proprietário do *O Estado de São Paulo* e Adhemar de Barros, governador de São Paulo. Barros teria aberto linhas de comunicação com outros governadores simpatizantes do chamado “grupo revolucionário”, como Carlos Lacerda, da Guanabara. Logo conheceram Rubens Resstel, um veterano da FEB que fazia a ligação entre os colaboradores do IPES e as forças militares, união que mais tarde iria resultar na derrubada de Goulart.

Com os militares e civis apoiadores do golpe no poder, uma série de atos de emergência foi iniciada logo no primeiro ano do governo de Castello Branco para superar a instabilidade monetária e fiscal, a fim de conter o processo inflacionário, atrair investidores estrangeiros e assim retomar a taxa de crescimento econômico. Roberto Campos apostava na política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros como forma de criar oportunidades de emprego e de obter cooperação técnica e financeira com as agências internacionais, em especial via Aliança para o Progresso. Paralelamente, o ministro do Planejamento acreditava na criação de uma política salarial

que pudesse beneficiar os trabalhadores com os frutos do desenvolvimento econômico, desde que essas medidas estivessem sincronizadas com o combate à inflação. Em relação à política habitacional, esperava-se fornecer casa própria às “classes menos favorecidas” e ao mesmo tempo “estimular a absorção de mão de obra não qualificada pela indústria da construção civil”.²⁵⁵

Para Dreyfuss, o PAEG “permitiu que as companhias multinacionais, utilizando suas subsidiárias no Brasil, comprassem a preços baixíssimos as empresas brasileiras estranguladas pelas restrições de crédito impostas, provocando o fenômeno conhecido como desnacionalização”.²⁵⁶ Esse processo agravava a exploração da força de trabalho por meio de uma estratégia que combinava a redução dos salários com a centralização e a concentração do capital. O foco na produção de bens duráveis fortalecia as indústrias estrangeiras, prejudicando a produção de materiais de consumo popular, setor em que predominavam as empresas nacionais.²⁵⁷

Além disso, a centralização do capital nas mãos de investidores estrangeiros, realizada por meio de fusões e incorporações intensificadas entre os anos de 1964 e 1973, contou com grande apoio dos governos militares. De acordo com Bandeira, as medidas tomadas por Castello Branco para deter a inflação, como “a contenção do crédito, conjugadas com a compressão dos salários, a eliminação dos subsídios (petróleo, trigo e papel) e do amparo oficial à indústria” privilegiaram as empresas estrangeiras, particularmente as norte-americanas, que contavam com recursos externos para resistir à recessão da economia brasileira. Muitas empresas nacionais de pequeno e médio porte faliram por falta de capital de giro, beneficiando os negócios norte-americanos e as incorporações. No setor automobilístico, a Ford adquiriu a Willys Overland, que tinha 53% de capital nacional; a Chrysler comprou a Simca, de origem

²⁵⁵ *Boletim Informativo IPES*, n. 29, ano III, dezembro de 1964, p. 19. Arquivo Nacional, IPES, caixa 37, pacote 2.

²⁵⁶ O autor destaca a influência dos empresários integrantes do IPES na nova formulação do MTPS. Após uma breve passagem pelo ministério, no ano de 1965, Sussekind foi substituído por Walter Perachi Barcellos, deputado e integrante da Ação Democrática Popular (ADP) do Rio Grande do Sul. Barcellos foi substituído em meados de 1966 pelo advogado e empresário Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, conferencista do IPES, depois eleito governador do RS. As novas direções sindicais vinham do MSD. DREYFUSS, René, op. cit., p. 425.

²⁵⁷ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e a desnacionalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 17.

francesa, e a Volkswagen absorveu a Vemag, empresa nacional, enquanto a Fábrica Nacional de Motores, uma empresa estatal, foi passada para a Alfa-Romeo.²⁵⁸

Em troca do incentivo à instalação do capital norte-americano no Brasil e do apoio político-diplomático, ideológico e militar, o governo de Castello Branco aguardava a transferência de recursos dos Estados Unidos ao país. Esperava-se uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento econômico brasileiro, de ordem financeira e tecnológica, assim como a concessão de empréstimos de longo prazo, de cooperação técnica, além do recuo das matrizes das corporações transnacionais em ordem de favorecimento das subsidiárias brasileiras e a abertura do mercado norte-americano aos produtos primários e industriais das multinacionais instaladas no país. Nas palavras de Vizentini, “a diplomacia brasileira esperava um tratamento diferenciado na região, em função do *status* internacional de cada país, conferindo ao Brasil o papel de uma subliderança”.²⁵⁹

Não demorou muito para que os empresários nacionais manifestassem descontentamento diante da concorrência com as empresas transnacionais favorecidas pelo governo. Aos grupos de industriais nacionais, logo se juntaram os militares da chamada linha-dura, com forte espírito nacionalista, que faziam frente aos “castelistas” da Escola Superior de Guerra (ESG), à qual Castello Branco e o General Golbery de Couto e Silva eram ligados. Estes defendiam uma linha “liberal-internacionalista”, adepta de uma intervenção política comedida e defensora da cooperação com os Estados Unidos e do capital estrangeiro. Bem diferente pensavam os militares da “linha-dura”, favoráveis aos métodos políticos mais violentos e de uma intervenção profunda na sociedade, que tinha como base a defesa do nacionalismo desenvolvimentista, assim como seus inimigos tidos como “comunistas” e “nacionalistas” perseguidos e extirpados das Forças Armadas pelo novo governo. Nesse sentido, a indicação de Costa e Silva à

²⁵⁸ Bandeira se baseia no relatório apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito para mostrar o profundo processo de desnacionalização que o Brasil passou desde o governo Castelo Branco. Conforme a pesquisa realizada pela CPI, somente entre os anos de 1964 e 1968, as companhias internacionais haviam assumido o controle acionário de pelo menos 74 empreendimentos brasileiros. Idem, op. cit., pp. 99 e 104.

²⁵⁹ Como mostra do apoio político-diplomático, ideológico e militar, o governo de Castelo Branco rompeu relações diplomáticas e econômicas com Cuba e China, apoiou a constituição de uma Força Multinacional de Paz na OEA e participou da intervenção na República Dominicana. VIZENTINI, Paulo, op. cit., pp. 35-9.

Presidência da República representava uma resposta da “burguesia nacional” e da “linha-dura” nacionalista.²⁶⁰

Paulo Ayres Filho, ao fazer uma avaliação dos fatores positivos e negativos da administração de Castello Branco, mostrou-se descontente com as medidas tomadas para a estabilização da economia durante a gestão de Roberto Campos. Segundo ele, uma série de erros de naturezas diferentes havia comprometido o “extraordinário esforço para a recuperação da economia”. O empresário listou alguns pontos, entre eles:

a desnecessária e comprometedora simulação de uma democracia num período pós-revolucionário, perdendo-se, assim, a oportunidade de modificar o sistema político-burocrático que há séculos emperra o país; o enfraquecimento da Federação pela excessiva concentração de poder; a opção feita pela autoridade como método de governo, em lugar da liderança; a condução da economia por homens de formação exclusivamente técnica, todos eles funcionários de carreira e, portanto, com a tendência a se insurgirem contra o mecanismo de uma economia de mercado; o descaso pela opinião do setor privado dada a generalizada desconfiança quanto à sua moral e ao seu patriotismo.²⁶¹

O empresário ainda criticou a imposição de prazos curtos e objetivos rigorosos impostos pelo governo para alavancar a economia nacional, assim como a “elaboração apressada de leis e regulamentos, muitos dos quais tiveram que ser repetidas vezes modificados”. Afirmou ainda que o setor privado não entendia as ações do governo Castello Branco. Acusou-o de, a pretexto de combater a inflação, aumentar os impostos dos empresários, ao mesmo tempo em que restringia os créditos. O governo estava transferindo a capacidade de investir do setor privado para o Estado. Em suma, para Ayres Filho, a maior falha do governo cometida no setor econômico era a descrença na economia de mercado e a desestimulação do setor privado. Para o governo de Costa e Silva, Paulo Ayres Filho, em nome do empresariado nacional, esperava que o setor

²⁶⁰ Idem, op. cit., p. 30. Vale lembrar que grande parte das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo Castello Branco devia-se ao estreito relacionamento que ele tinha com o adido militar general Vernon Walters, que havia atuado como um elo entre as Forças Armadas americanas e a Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, e o embaixador Lincoln Gordon. O general Costa e Silva não havia servido na FEB.

²⁶¹ Manuscrito de Paulo Ayres Filho, intitulado “Contribuição para um estudo que pretende apontar o lado positivo e o negativo da atual administração e o que se pode esperar da nova”, escrito em março de 1967. CPDOC, Coleção Paulo Ayres Filho, PAF, p.1966-1967.03.c. Agradeço a Martina Spohr por ter me concedido o documento.

privado finalmente fosse considerado o “seu grande aliado na campanha contra a inflação para tê-lo como principal artífice do desenvolvimento que a nação exige”.

Os conflitos de interesse entre o empresariado nacional e as multinacionais estrangeiras, assim como as expectativas e frustrações desses grupos locais em relação aos dois primeiros governos militares, mostram que o projeto articulado pelo empresariado nacional, via IPES, de construção das relações entre capital e trabalho baseadas na Doutrina Social da Igreja, que visava à harmonização dos conflitos entre patrões e empregados, estava ficando para trás em troca de amplos subsídios concedidos pelo Estado em favorecimento da entrada de capital estrangeiro no país.

“Um bom dirigente sindical não se faz do dia para a noite”²⁶²

Entre as medidas de cooperação técnica estabelecida pela política internacional Brasil e Estados Unidos, o IADESIL-ICT assumiu a responsabilidade pelo treinamento dos dirigentes sindicais e expandiu as suas atividades. Estabeleceu ainda uma boa relação com o Ministério do Trabalho por meio do ministro Arnaldo Sussekind, tido como um entusiasta da proposta de lei de negociações coletivas. O ministro também investia na formação de novos líderes sindicais, “capazes e honestos, com experiência democrática” e que não fossem “comunistas e nem bonecos dos empregadores”, tampouco dissessem ao Ministério como agir. Para o Consulado Geral de São Paulo, o apoio de Sussekind ao treinamento da liderança democrática sindical era admirável. No entanto, Niles W. Bond, adido trabalhista, acreditava que as atividades comunistas poderiam assombrar novamente o governo federal quando ocorressem as próximas eleições nas entidades que haviam sofrido intervenção.²⁶³

De fato, os adeptos do sindicalismo “autêntico e democrático” tinham motivos para se preocupar. Em outubro de 1965, nas 12 eleições sindicais realizadas em São Paulo, seis chapas apoiadas pelos militantes de esquerda venceram. A situação no Rio de Janeiro também preocupava os especialistas norte-americanos. Nos sindicatos que

²⁶² Frase retirada do artigo escrito por Adriano Campanhole, intitulado “Circulismo e imposto sindical”, publicado no jornal *Solidarismo*, de maio de 1965, n. 22. APESP, Deops, série dossiês, sem número.

²⁶³ Relatório do Consulado Geral de São Paulo para o Departamento de Estado, de 9 de outubro de 1964, escrito por Niles W. Bond, a respeito da política sindical do ministro do Trabalho Sussekind. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), BRAZ, box 1281.

havia sofrido intervenção, a perda de filiados era muito alta, principalmente nas entidades em que a influência comunista era mais forte, como o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Portuários do Rio de Janeiro.²⁶⁴ Para o adido trabalhista Niles Bond o problema estava, em grande parte, na fraca atuação dos interventores. Estes não estariam sendo bem sucedidos na preparação do caminho para as eleições sindicais que deveriam viabilizar a entrada de “elementos favoráveis à Revolução”. Outro fator preocupante era a insuficiência dos cursos de formação de lideranças para preenchimento de todos os postos nas diretorias sindicais. Além disso, Bond observou que os trabalhadores estavam ressentidos com a austeridade do novo programa econômico do governo, situação que se agravava com o aumento do custo de vida somado ao baixo nível dos reajustes salariais. Tais fatores aumentavam as chances de os sindicalistas ligados aos comunistas vencerem as eleições.²⁶⁵

Em conversa particular com o adido trabalhista, o ministro Sussekund mostrou-se pessimista em relação à habilidade dos dirigentes “democráticos” em derrotarem as chapas de oposição, especialmente nos sindicatos em que o CGT tinha maior influência, como os metalúrgicos, bancários, gráficos, têxtil e transportes. No entanto, alguns aliados do sindicalismo norte-americano estavam trabalhando intensamente com o objetivo de preparar as eleições sindicais. Argeu Egydio dos Santos, considerado pelo adido um jovem competente dirigente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, ainda em 1964 havia realizado uma viagem pelo interior do estado com a intenção de auxiliar e melhor preparar os dirigentes daquela região. Olavo Previatti, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Papéis e Papelão e tesoureiro da CNTI, realizava encontros com interventores a fim de lhes dar “conselhos” sobre a preparação das candidaturas. Outros, como o líder sindical metalúrgico Domingos Alvares e o delegado interino da DRT, Guaracy Sousa Sampaio, propunham a continuação das intervenções para os próximos meses de 1965.

Os dois primeiros anos de atividades do IADESIL após a tomada do poder pelos militares representaram um período estratégico para a implantação do método de negociação coletiva estadunidense no Brasil. Era um momento de captação de

²⁶⁴ ALEXANDER, Robert J. *A History of Organized Labor in Brazil*. Westport, CT: Praeger, 2003, p. 146.

²⁶⁵ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 10 de julho de 1964, intitulado “*The revolution’s impact on São Paulo labor*”, escrito pelo adido trabalhista Niles W. Bond. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), BRAZ, box 1282.

informações, identificação de problemas e avaliações sobre quais projetos deveriam ser implantados. No plano de trabalho da entidade para o Brasil, a insuficiência da mão de obra qualificada aparecia como um dos maiores problemas. Outros estudos, como o levantamento das características de cada confederação e federação sindical de trabalhadores, visavam assegurar que as organizações de esquerda, incluindo os comunistas presos, exilados e fugidos, não iriam mais representar uma ameaça ao novo governo. Com base nessas análises, para o ano de 1964, o IADESIL criava as justificativas para as suas atividades:

Recentemente o mundo ocidental se tornou angustiado com a situação de perigo no Nordeste do Brasil e viu com preocupação o aumento da influência comunista durante a presidência de João Goulart. Agora podemos respirar aliviados após a Revolução de abril. É a oportunidade para o Ocidente tomar medidas concretas que possam mostrar aos camponeses e trabalhadores do Brasil que nossas ações estão voltadas ao desenvolvimento das nações e que o processo democrático preenche essas necessidades. O programa do IADESIL é projetado para ter um papel chave no esforço do desenvolvimento econômico e político. Se isso acontecer, o movimento livre sindical, que irá resultar numa força poderosa, irá impulsionar o Brasil para o caminho da estabilidade e da democracia. Os funcionários do Departamento de Projetos Sociais irão fazer todos os esforços para ver o programa ser realizado de fato.²⁶⁶

Logo após o golpe, outras entidades sindicais internacionais também intensificaram as suas atividades no país, como os Secretariados Profissionais Internacionais (SPIS), a Federação Internacional dos Trabalhadores do Comércio e Trabalhadores de Escritório, conhecida pela sigla em inglês (IFCCTE), a Federação Internacional dos Trabalhadores de Petróleo e da Indústria Química (IFPCW) e a Federação Internacional dos Metalúrgicos (IMF). Além delas, havia a Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte (ITF), a Federação Interamericana dos Trabalhadores Jornalistas (IAFWNO) e a Federação Internacional dos Trabalhadores das Empresas de Telégrafos, Correios e Telefones (PTTI). Essas procuravam estabelecer relações com os sindicatos brasileiros, a fim de aumentar o número de

²⁶⁶ AIFLD. *Country plan for Brazil - Social Projects Department*. Washington, D.C: AIFLD, 1964. Estimava-se que o total da força de trabalho, segundo o Conselho Nacional de Economia, era de 23,1 milhões no ano de 1958.

entidades internacionais filiadas.²⁶⁷ Os SPIS, filiados à CIOSL, passaram a se preocupar com a América Latina no final da década de 1950. De acordo com Robert Alexander, duas organizações vinculadas ao SPIS tinham interesse especial em se estabelecer na América Latina: a IFPCW e a ITF, principalmente na Venezuela.²⁶⁸

No entanto, embora todos soubessem que educar o sindicalismo brasileiro era um projeto longo e ambicioso, os resultados precisavam ser mostrados rapidamente. Com aparente expectativa e animação, os representantes do IADESIL não poupavam esforços na divulgação das “notáveis melhorias” realizadas no campo sindical. No primeiro relatório de atividades do ICT, publicado no ano de 1964, por exemplo, destaca-se a preocupação em salientar o caráter democrático dos programas, assim como o investimento no treinamento de líderes sindicais.

Diante da ameaça do retorno dos grupos tidos como comunistas, não era o momento de esconder e nem fazer segredo da posição ideológica do ICT e da sua estreita cooperação com os Estados Unidos, como havia sido feito no período anterior ao golpe. No entanto, o orientador educacional do instituto, Freitas Marcondes, achava importante frisar que “somos também contrários ao capitalismo retrógrado, que permite a exploração do homem pelo homem, do fraco pelo forte”. Freitas, com claras influências da Doutrina Social Cristã, pregava “um novo tipo de capitalismo, que acima de tudo reconhecesse a liberdade e a dignidade do trabalho” e rejeitasse a interferência governamental e outras ações que ele chamava de “paternalismo patronal na vida sindical”.²⁶⁹ Nas palavras de Freitas, as relações entre capital e trabalho deveriam da seguinte maneira:

Trabalho e capital são duas poderosas forças que não devem e não podem estar em campos antagônicos, *vis-à-vis* ou fazendo cara feia um ao outro, ou em constantes desafios. Essas duas forças devem caminhar paralelas, compreensivelmente, uma respeitando a outra. Desse respeito mútuo depende muito o desenvolvimento da economia nacional. Essas duas forças

²⁶⁷ Logo depois da intervenção, a Federação dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos do Estado de São Paulo filiou-se à IFPCW. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, de 28 de maio de 1965, sobre o período de julho a dezembro de 1964, escrito por Harold Shapiro. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

²⁶⁸ ALEXANDER, Robert J. “Labor and Inter-American Relations”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 334, *Latin America's Nationalistic Revolutions*, Mar., 1961, p. 50.

²⁶⁹ Relatório da Embaixada Americana no Brasil, escrito pelo adido trabalhista Herbert W. Baker, para Departamento de Estado, 28 de agosto de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

básicas, que utilizam como veículo universal o contrato coletivo de trabalho, poderão se opor à intromissão indevida do Estado ou de qualquer outro intermediário, nas suas relações diárias como, aliás, ocorre na grande maioria dos países civilizados.²⁷⁰

Conforme eram encaminhadas as propostas de reformulações na legislação trabalhista, as organizações sindicais norte-americanas, entre elas o IADESIL-ICT e a IFPCW, promoviam eventos para discutir os métodos da negociação coletiva independente. Foi o caso do seminário realizado nos dias de 8 a 12 de setembro de 1964, um encontro voltado para a “orientação sindical”, que incluía palestras sobre a história do movimento sindical, administração, finanças, orientação política e sindical, previdência social, contrato coletivo de trabalho, sindicalismo internacional, estratégias e táticas comunistas, cooperativas, legislação trabalhista, entre outros temas. O evento, conforme os relatos da polícia política, contou com a presença de vários alunos do Sindicato de Trabalhadores Químicos de Campinas, Cubatão e Osasco.²⁷¹

Nos estudos sobre contratação coletiva de trabalho, os participantes realizaram a simulação das negociações com grupos empresariais. Entre os professores estavam Gustavo Monzon Quintero, da Colômbia; Armando Arevalo Silva, do Peru; Efraim Velasquez, de Porto Rico; Arnaldo de Souza Dias, do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Santos; Hugo Miorin, presidente do sindicato dos trabalhadores em Chapéus de Campinas; Joaquim Cardoso dos Santos, presidente do Sindicato dos Tocadores de São Paulo; Diva Benevides Pinho, professora da Faculdade de Direito de São Paulo.²⁷²

Diva Benevides Pinho teve conhecimento sobre o ICT por meio do professor de Direito do Trabalho Cesarino Junior, da Faculdade de Direito da USP, e de seus assistentes, entre eles o professor Freitas Bueno. Na época, ela estava escrevendo sua tese de doutorado sobre cooperativismo no Brasil, defendida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e depois publicada em livro, que mais tarde iria se tornar uma espécie de manual dos sindicalistas sobre o tema. Por conta de

²⁷⁰ ICT. *Dois anos de atividades*. ICT: São Paulo, 1965.

²⁷¹ “Relatório de assuntos vários”, de 17 de setembro de 1964. APESP, Deops, série Dossiês, documento 50-J-0-1369.

²⁷² Documento enviado à autora no dia 1 de maio de 2010, por e-mail.

sua especialização, Pinho foi convidada a ministrar aulas sobre cooperativismo aos dirigentes sindicais no ICT.²⁷³

As aulas buscavam ensinar como fundar e administrar cooperativas de prestação de serviços nas áreas de habitação e crédito. Questionada sobre sua relação com os alunos sindicalistas, Pinho afirmou ter uma relação cordial com eles, sem ter nenhum envolvimento político, e também informou que nunca chegou a participar de nenhuma reunião entre os diretores do ICT. As aulas não teriam sido ministradas por muito tempo, pois em 1967 ela já se encontrava inteiramente dedicada à carreira universitária. No entanto, o nome de Diva Benevides Pinho aparece na lista de nomes da nova composição do Conselho Deliberativo do ICT no ano de 1971, conforme circular arquivada no Deops de São Paulo.²⁷⁴

Em junho de 1964 foi realizada a Conferência Nacional dos Líderes Sindicais Brasileiros na cidade do Rio de Janeiro, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio Industrial (CNTC) e de Grande Transporte, evento fartamente noticiado pela grande imprensa.²⁷⁵ No encontro, que contou com o IADESIL na condução dos debates, foram discutidos temas como a prática das negociações coletivas, o direito de greve, o funcionamento da Justiça do Trabalho, divisão de lucros, moradia, intervenções do governo e o fundo de compensação compulsória. Os dirigentes de vários sindicatos locais foram chamados para discutir a nova lei de greve e aprovaram uma moção que apoiava o governo a determinar, de acordo com a sua conveniência, se a greve poderia ser considerada legal ou não. O encontro também aprovou em caráter de unanimidade uma resolução que reivindicava a autonomia e a liberdade sindical, tendo como base a convenção da OIT, ato que a embaixada americana fez questão de enfatizar ao Departamento do Estado.²⁷⁶

²⁷³ Pinho foi contatada para dar um depoimento em maio de 2010. Sem querer agendar um encontro pessoal, ela se prontificou a responder a pauta da entrevista por escrito.

²⁷⁴ Circular de 21 de setembro de 1971 sobre o ICT, nova composição do seu Conselho Deliberativo. APESP, Deops, série dossiês, documento 50-J-0-2620.

²⁷⁵ *Correio da Manhã*, 7 de junho de 1964; *Diário de Notícias*, 7 de junho de 1964; *Jornal do Comércio*, 7 de junho de 1964; *O Globo*, 7 de junho de 1964. Recortes de jornais reunidos por Evaristo de Moraes Filho, anexos do Relatório final da CPI das entidades estrangeiras no Brasil. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970.

²⁷⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil enviado ao Departamento do Estado, de 4 de agosto de 1964, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1283.

No entanto, embora tendo boa parte da imprensa simpática às ações dos órgãos sindicais estrangeiros, o jornal *Correio da Manhã* de 11 de junho de 1964 criticou a Conferência Nacional dos Líderes Sindicais Brasileiros. Noticiou que o evento havia alcançado “péssima repercussão nos mais respeitáveis setores sindicais brasileiros”, uma vez que as resoluções tinham sido redigidas por “elementos estrangeiros inteiramente desvinculados da realidade sindical nacional, preocupados exclusivamente com problemas de ordem política”. A matéria acusava a ORIT de copiar os métodos da CUTAL, central sindical com sede no Chile, ligada à internacional comunista.

Como argumentou Evaristo de Moraes Filho em seu depoimento concedido à CPI das entidades sindicais estrangeiras no dia 7 de fevereiro de 1968, quando a CUTAL quis fazer um evento no Brasil no ano de 1963, várias autoridades políticas tentaram impedir. O governador Magalhães Pinto não permitiu que fosse sediado em Belo Horizonte, Carlos Lacerda tampouco deixou que se realizasse na Guanabara. Acabou ocorrendo em Brasília, com pouquíssima repercussão. Acusaram as lideranças da CUTAL de quererem intervir nos assuntos nacionais. No entanto, observou o jurista, quando chegaram a ORIT, a CIOSL, o IADESIL “e todos aqueles outros, não era mais”. Por que com as organizações norte-americanas tal fato seria diferente, questionou Moraes Filho. Após março de 1964, frases do Presidente da República dos Estados Unidos, Lindon Johnson, incitando os brasileiros a promoverem o “sindicalismo livre” tornaram-se comuns nos jornais, intrigando Evaristo de Moraes Filho.²⁷⁷

Em junho de 1964, o diretor do Departamento de Projetos Sociais do IADESIL, Willian Doherty Jr, veio ao Brasil com a missão de acertar os detalhes de um empréstimo no valor de dez milhões de dólares que seriam concedidos pela AFL-CIO para construção de cinco mil casas populares a serem entregues aos trabalhadores sindicalizados.²⁷⁸ Doherty teve um encontro com Roberto Gebara, secretário do Trabalho do estado de São Paulo, para expor os planos da AFL-CIO a respeito dos projetos sociais. Na oportunidade, Gebara fez um discurso aos presentes no ICT e “exaltou a tese democrática de ajuda aos necessitados”, e na sequência fez a seguinte

²⁷⁷ Relatório final da CPI entidades estrangeiras no Brasil, op. cit., p. 53, primeira coluna. Os desdobramentos da CPI serão analisados no capítulo seguinte.

²⁷⁸ No próximo capítulo, Sandra Cavalcanti, em seu depoimento à CPI das entidades sindicais estrangeiras, irá abordar a questão do empréstimo oriundo da AFL-CIO e da USAID. Segundo ela, o valor seria de 23 milhões de dólares, mas o dinheiro oferecido não existiria e, após diversas tentativas de negociação, a AFL-CIO declarou ter gasto a quantia com outros projetos. É provável que esse projeto das cinco mil casas seja o mesmo que resultou na Vila Gompers, localizada na cidade de São Bernardo do Campo.

pergunta: “O que nos ofereceria Cuba ou a União Soviética?”, ao que logo respondeu: “paredões para espalhar a morte e o terror”.²⁷⁹

Um ano depois, os trabalhos voltados para a formação de lideranças sindicais continuavam intensos. No dia 19 de julho de 1965, durante a palestra sobre contrato coletivo de trabalho realizada na Federação dos Círculos Operários de São Paulo para cerca de 30 pessoas (entre elas o interventor do Sindicato dos Trabalhadores Bancários, Antonio Tupinambá), Freitas Marcondes citou a legislação de diversos países adeptos às negociações livres contratualistas. Ele observou que a CLT já dispunha de dispositivo que permitia realizar acordos entre patrões e empregados sem a intervenção da Justiça do Trabalho; faltava, no entanto, o dispositivo ser colocado em prática. Dentre as vantagens destacadas do contrato de trabalho estavam a eliminação parcial das cortes trabalhistas e a natural diminuição dos processos coletivos e individuais. O palestrante, embora com ressalvas, defendeu ainda o projeto do Código de Trabalho elaborado por Evaristo de Moraes Filho, alegando que o mesmo destinava um tópico inteiro sobre o contrato coletivo de trabalho.²⁸⁰

No debate, os dirigentes sindicais quiseram saber a opinião dos industriais sobre o tema da livre negociação coletiva. Marcondes afirmou que “havia certa reação por parte dos empregadores, mas mais por ignorância do assunto do que propriamente por interesse contrário”. Por fim, a Federação dos Círculos Operários se comprometeu a promover uma campanha de esclarecimentos, visando concretizar num futuro próximo a aprovação do contrato de trabalho.²⁸¹ O mesmo tema já havia sido debatido em encontro anterior, que reuniu circulistas de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, realizado em março de 1965. Na ocasião, foram debatidos os limites e a prática das convenções de trabalho e a eliminação do imposto sindical.

²⁷⁹ *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, julho de 1964, n. 4, p. 2. AEL, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0310, microfilme APC-3, Reel 34.

²⁸⁰ O projeto de elaboração do novo Código de Trabalho começou a ser gestado ainda durante a campanha eleitoral de Jânio Quadros, quando Evaristo de Moraes Filho foi convidado a orientar o candidato à Presidência da República nas questões do direito trabalhista. Entre as mudanças apresentadas no anteprojeto, o autor propôs a redefinição do direito de greve (naquele período regido pelo Decreto n. 9070), afirmando ser esse, na verdade, o direito a “meia greve, uma vez que esse decreto mais punia do que favorecia os movimentos”. Ele também sugeria a dissolução do enquadramento sindical em troca da livre formação de entidades sindicais de cúpula. O anteprojeto previa a constituição de quatro confederações gerais: de empregadores, de empregados, de agentes autônomos e de profissionais liberais. Seus dirigentes deveriam ser escolhidos por eleições livres e esses não poderiam ser reeleitos. Ver FILHO, Evaristo, RUSSOMANO, Mozart Vitor, CATHARINO. *Anteprojeto do Código de Trabalho*. [Brasília]: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Reforma de Códigos, 1965.

²⁸¹ Relatório sobre a “Palestra proferida por Freitas Marcondes, subordinada ao tema Contrato Coletivo de Trabalho”, de 19 de julho de 1965. APESP, Deops, série Dossiês, documento número 50-J-152-1362.

De acordo com o artigo de Adriano Campanhole publicado no jornal *Solidarismo*, enquanto os sindicatos não conseguissem extinguir o imposto sindical, este deveria ser submetido à fiscalização do Tribunal de Contas da União. Para o autor da matéria, não se tratava de uma recomendação inconsequente. A eliminação do imposto deveria ser um processo, e em seu lugar deveriam ser realizadas as convenções coletivas de trabalho que permitiriam a cobrança de uma taxa dos não associados pelos benefícios que obtivessem pela assinatura daquelas convenções. O sucesso das negociações deveria estar na força do sindicato, como em tese achava-se que acontecia nos Estados Unidos e na Inglaterra. Para tanto, era preciso que os trabalhadores se envolvessem na vida sindical. Só assim, afirmou Campanhole, os seus membros poderiam chegar aos postos de diretoria. No entanto,

Um bom dirigente não é apenas honesto. Ser honesto é obrigação. O bom dirigente conhece as leis de trabalho, conhece a técnica das negociações coletivas. Entende de relações públicas. Deve, sobretudo, conhecer os problemas da categoria profissional a que representa. Um bom dirigente sindical não se faz do dia para a noite. O líder, praticamente, nasce feito. Mas deve ser aperfeiçoado.²⁸²

Daí o empenho na realização de cursos de liderança sindical, que naquele período se disseminavam por todo o país. Os cursos promovidos pelos “circulistas” eram compostos de dois ciclos: o primeiro fornecia conhecimentos básicos, de iniciação. Já no segundo, deveriam ingressar somente os aprovados na fase anterior, momento em que a capacidade de liderança dos alunos seria realmente avaliada. O exercício dessa liderança seria posteriormente testado nas assembleias gerais sindicais.

O empenho dos “circulistas” para o fornecimento de quadros de dirigentes “politicamente não comprometidos” para preencher o vazio deixado após as intervenções nos sindicatos, assim como o seu apoio ao governo militar, fizeram com que os setores mais progressistas do movimento sindical e da Igreja Católica os identificassem como mantenedores “do atual modelo de dominação político-social”. Por conta de sua postura política e ideológica, os Círculos Operários foram excluídos da Confederação Latino-Americana de Sindicalistas Cristãos (CLASC) e da Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos (CISC).²⁸³

²⁸² *Solidarismo*, maio de 1965, n. 22, p. 3. APESP, Deops, série dossiês, s.n.

²⁸³ MANFREDI, Silvia, op. cit., p. 64.

Entre os anos de 1964 a 1972, a CLASC passou a apoiar a Cooperação Social Brasileira (CSB), que naquele período congregava representantes das mais variadas organizações sindicais e políticas, como a FNT, a Ação Popular (AP), entre outras. Segundo Manfredi, nesse período a CSB atuou como uma “frente de articulação dos vários movimentos católicos que possuíam bases no seio das classes trabalhadoras, tanto no meio rural quanto urbano”. O objetivo era criar um “projeto político de atuação dentro do processo de transformação da sociedade brasileira”, tendo como uma de suas táticas básicas a criação de setores específicos de formação de lideranças.²⁸⁴

O ministro Sussekind, em seu discurso proferido na Conferência da OIT em julho de 1964, ressaltou que a formação de líderes sindicais comprometidos com o “sindicalismo autêntico” era uma questão importante na política trabalhista delineada no governo Castello Branco. Além dos cursos transmitidos pela rádio do Ministério do Trabalho, havia outros promovidos por universidades, sindicatos e associações privadas, entre os quais Sussekind destacou a relevância dos cursos oferecidos pelos Círculos Operários Católicos. Mostrando-se um incentivador das negociações coletivas diretas, Sussekind informou que havia sido encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei com a finalidade de motivar e facilitar a negociação direta entre os trabalhadores e empregadores, peça a ser analisada no final do capítulo.²⁸⁵

No Rio de Janeiro, o seminário realizado pela PITTI sobre negociação coletiva, no início de 1965, foi considerado um sucesso pelo adido trabalhista Herbert Baker. No entanto, o analista norte-americano lamentou que a cooperativa do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Telefonia do Rio de Janeiro tivesse sido fechada por falta de participantes. Alberto Schtirbu, representante da Federação Interamericana de Organização dos Profissionais Periodistas (FIOPP) no Brasil, apoiou a chapa vencedora que concorreu à direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, encabeçada por Adriano Campanhole. Este venceu sem ter obtido a maioria absoluta dos votos e não atingiu os requisitos legais para o processo eleitoral sindical, estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. Mas, como Baker registrou, Sussekind teria feito uma exceção às regras e nomeou Campanhole diretor-presidente da entidade, para satisfação da embaixada americana.

²⁸⁴ Idem, op. cit., p. 71.

²⁸⁵ *O Estado de São Paulo*, 2 de julho de 1964, p. 9.

Ainda no início de 1965, o ITF realizou um seminário em São Paulo com membros dos sindicatos de trabalhadores de ônibus, caminhões, veículos urbanos e aviões. Oito participantes foram indicados a participar do programa de intercâmbio “Sindicato para Sindicato”, financiado pela USAID.²⁸⁶ Outros congressos e reuniões sindicais foram realizados durante os anos de 1964 a 1966, com o apoio da organização norte-americana em parceria com os Círculos Operários Católicos, buscando estimular entre os sindicalistas brasileiros o debate sobre as possíveis mudanças nas relações trabalhistas. Nesse processo, o ICT colocava-se como organização de referência sobre o tema.

Nas aulas, ministrava-se História do Direito Sindical, entre outros temas referentes ao Direito do Trabalho e sindicalismo, incluindo até mesmo aulas de oratória. Dentre as atividades, também havia a simulação de sessões de mesa-redonda; aulas sobre Justiça do Trabalho, estas ministradas pelo professor Octávio B. Magano; e sobre temas como Capitalismo, Socialismo e Comunismo; Cooperativismo; Cooperativismo de Crédito; Contrato Individual de Trabalho, com a Dra. Nair Lemos Gonçalves; Contrato Coletivo; Movimento Sindical Internacional, entre outros.

Além das atividades diretas com os alunos, o ICT também promovia pesquisas sobre liderança sindical, aplicando questionários nos sindicatos e federações da cidade de São Paulo. Como resultado desses estudos, foram publicados os livros *A rede sindical paulista*, de Ophelia Rabello, e *Radiografia da liderança sindical de São Paulo*, organizado por Freitas Marcondes, contendo análises sobre os problemas enfrentados pela classe trabalhadora.²⁸⁷ Segundo Rabello,

O sindicato como instituição social ainda não conseguiu alterar a maneira de pensar e de agir da sociedade industrial paulista. Sua influência e as transformações conseguidas têm sido limitadas, criando apenas alguns padrões novos de relações industriais de feição perfeitamente identificáveis em todo o mundo industrial. O sistema não tem conseguido influir por si próprio e imprimir suas características como instrumento de luta

²⁸⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil enviado ao Departamento do Estado, de 26 de abril de 1965, escrito pelo adido trabalhista Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1283.

²⁸⁷ MARCONDES, J.V. Freitas. *Radiografia da liderança sindical paulista*. São Paulo: ICT, série monografias trabalhistas, 1964.

e fator de mudança, inclusive no tocante a contratação coletiva de trabalho em larga escala.²⁸⁸

Essas pesquisas justificavam os investimentos no treinamento e na educação dos sindicalistas. Somente nos seis primeiros meses após o golpe civil-militar, o Instituto ofereceu cursos, com duração de uma semana, para os trabalhadores sindicalizados de 12 estados e 18 cidades em todo o Brasil. Era o que os norte-americanos chamavam de o “ABC do sindicalismo”. Desses cursos eram extraídos os 35 melhores participantes para realizar três meses de treinamento intensivo na cidade de São Paulo. Em meados de 1964, mais de cem líderes sindicais já haviam participado desses treinamentos. As previsões eram bastante otimistas. Gilbert Richmond chegou a afirmar que, dentro de dois anos, 80% dos líderes sindicais no Brasil seriam formados pela entidade.²⁸⁹

Sobre o contrato coletivo de trabalho, as palavras “lei e ordem”, impressas nas apostilas do ICT, orientavam como deveria ser o compromisso entre empregado e empregador. Era preciso eliminar os supostos procedimentos arbitrários dos patrões, que definiam as condições de trabalho durante um determinado período. Os trabalhadores deveriam exercer pressão e ter voz no processo de definição do contrato coletivo, eliminando o exercício do “direito divino” dos industriais no tocante à fixação, regulação e métodos de cumprimento do trabalho. O material pedagógico indicava os pontos gerais que deveriam reger o processo de negociação coletiva e o movimento organizado de trabalhadores de acordo com o modelo contratualista.²⁹⁰

Aos sindicalistas eram apresentados três tipos de negociações: a de “cooperação”, que segundo o ICT, embora parecesse ser a melhor, tinha o inconveniente do abuso dos empregadores, sendo quase impraticável no Brasil; a de “harmonia”, possível de ser praticada, porém sem a infiltração direta ou indireta dos patrões; e, por fim, a de “trégua armada”, que daria mais força ao sindicato, colocando-o

²⁸⁸ RABELLO, Ophelia. *A rede sindical paulista. Tentativa de caracterização*. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1965, p. 17.

²⁸⁹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, escrito em 4 de setembro de 1964, por Niles W. Bond, sobre a expansão das atividades sindicais em São Paulo. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

²⁹⁰ Eram eles: proteção do sindicato e reconhecimento do mesmo; agência sindical e mensalidades descontadas em folha; proteção contra a negociação de “má fé” e impedimento do contrato individual; recusa de manipulação de materiais perigosos; isenção de responsabilidade por atividades não autorizadas; direito de ingresso nos locais de trabalho. Em relação à proteção do contrato de trabalho, a orientação era a seguinte: disposições sobre término de contrato; disposições sobre reabertura de negociações; disposições sobre retroatividade; invalidação do contrato por legislação ou por decisão judicial; normas de manutenção e garantia das condições existentes.

sempre em evidência, já que sua postura de negociador e representante da classe trabalhadora o faria ser respeitado pelas bases e industriais, contanto que não desrespeitasse os empregadores.

O ICT lembrava que a CLT já dispunha de artigo que previa o contrato coletivo de trabalho (título VI, art. 611), recomendando então aos sindicatos para que insistissem, junto aos empregadores, na obtenção de acordos que visassem às melhorias salariais e das condições de trabalho. No entanto, o ICT e o IADESIL pareciam ignorar a prática dos acordos travados diretamente entre patrões e empregados, homologados na justiça trabalhista ou no Ministério do Trabalho.²⁹¹ Pareciam ignorar também a própria ação dos juízes – assim como as funções e a representação da Justiça do Trabalho para os trabalhadores – na intermediação dos conflitos trabalhistas ao criticarem simplesmente o “direito divino” dos empregadores e pregarem a negociação do contrato coletivo.

Sobre a presença dos comunistas nos sindicatos, o ICT preparou um guia intitulado “*Estratégia e táticas comunistas nos sindicatos de trabalhadores*” para os cursos voltados ao combate do comunismo no Brasil, que assim professava:

O comunismo constitui uma conspiração internacional destinada a promover os interesses imperialistas da Rússia Soviética e da China Comunista. Opera sob a mais estrita disciplina militar. Enquanto abertamente prega a irmandade e o interesse nos problemas dos trabalhadores e do povo, o faz, em geral, clandestinamente por meio de agentes secretos, utilizando simpatizantes da causa e organizações de frente disfarçada de liberais e progressistas. Opera através do ramo político do movimento desde a sede internacional. (...) O maior dano causado pelos comunistas é o fato deles se infiltrarem nos sindicatos não comunistas. Em vista do exposto, iremos mostrar as táticas e estratégias secretas empregadas pelos comunistas contra os sindicatos de trabalhadores. Os trabalhadores, em particular aqueles de países menos desenvolvidos que vivem em condições de fome, conseguindo apenas sobreviver, sentem-se eternamente insatisfeitos, sendo por tal motivo, possível despertar facilmente suas emoções e exercer influência sobre eles. Frequentemente, mesmo quando as disputas possam

²⁹¹ Apostila do ICT sobre contrato coletivo de trabalho. APESP, Deops, série dossiês, documento 50-J-0-1198.

solucionar-se através da negociação coletiva, os comunistas instigam a greve com o fito de criar instabilidade.²⁹²

Em 24 de julho de 1964, o ICT formou sua terceira turma do curso de liderança sindical, data em que também completou o primeiro ano de cooperação com a ORIT e a SPIS. Em seu discurso feito durante a cerimônia de formatura, Lincoln Gordon, na condição de paraninfo da turma, disse que “não queria passar a falsa impressão de que as relações trabalhistas eram totalmente harmônicas nos Estados Unidos”; pelo contrário, “os sindicalistas tinham de enfrentar batalhas difíceis”. Mas as armas, salientou, eram “totalmente legais e com argumentos econômicos, ao invés de greves”, que deveriam ser o último recurso.²⁹³ Entre os presentes estavam integrantes do MSD, UST, a Confederação Nacional dos Círculos Operários e da REDETRAL, parceiros do sindicalismo norte-americano desde o período anterior ao golpe.

Nos manuais utilizados para os cursos de liderança sindical, os trabalhadores deveriam aprender a valorizar o papel do representante e seus significados para a categoria. Este deveria ser o homem chave na estrutura do sindicato. “Quando eles pensam no sindicato”, explicou um manual de liderança publicado pela AFL-CIO em 1965, “pensam no seu representante e no seu trabalho”. Suas ações deveriam estar voltadas ao atendimento das queixas dos seus associados e à fiscalização do cumprimento dos contratos coletivos. Assim, os “trabalhadores sentem que o sindicato está agindo em seu benefício”. Para isso, ele deveria conhecer minuciosamente o seu contrato de trabalho, chamado de “a bíblia das relações industriais”.²⁹⁴

Além do papel a ser desempenhado pelo representante sindical, os manuais ensinavam também as etapas do processo reivindicatório, da negociação coletiva, bem

²⁹² Ibidem.

²⁹³ É pertinente lembrar a observação feita por Carlos Fico quando ele ressalta a preocupação dos Estados Unidos em valorizar as críticas e controvérsias feitas à política norte-americana, mostrando que conviver com elas fazia parte de uma estratégia adotada para assegurar o espírito democrático do país. FICO, Carlos, op. cit., p. 50.

²⁹⁴ Sobre manuais de liderança sindical baseados no modelo sindical norte-americano, ver: IUE, AFL-CIO. *Manual da liderança*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965. (copyright: *Education and International Affairs Department*, Washington); CIOSL. *Manual para dirigentes sindicais*. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1968; AFL-CIO. *Organización y dirección de sindicatos*. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1968; AFL-CIO. *A qualidade no trabalho*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965; United States Department of Labor. *The American Worker's Fact Book*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1960 (livro doado pela Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil – Ponto IV para a biblioteca da Fundação Getúlio Vargas); BARRANECHEA, Mauro. *Formação sindical*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

como os significados da arbitragem. Nesse último caso, quando um sindicato e uma empresa não conseguiam alcançar um acordo, era ensinada aos trabalhadores a função do árbitro. Este deveria ser uma pessoa imparcial, que não poderia ter partido a favor nem dos trabalhadores nem da empresa. O árbitro deveria ser geralmente escolhido de comum acordo entre a companhia e o sindicato ou por terceiros, em caso de desacordo entre as partes. Durante processo de análise, ele poderia ouvir testemunhas, mas os depoimentos não tinham um caráter formal, e sua decisão era final e obrigatória.²⁹⁵

Em outro manual, os trabalhadores deveriam tomar conhecimento do jornal semanal ou mensal publicados pelos sindicatos internacionais. As publicações poderiam chegar aos sindicatos regularmente e também ser utilizadas nos programas educacionais locais. Além disso, era possível encontrar manuais de consultas de natureza jurídica e folhetos sobre outros assuntos específicos de utilidade para dirigentes sindicais, impressos pela AFL-CIO.²⁹⁶

Segundo Black, nos treinamentos fornecidos pelo IADESIL, um dos pontos de destaque no manual era a lição sobre como descobrir se algum aluno comunista estava infiltrado no treinamento. Para isso, era preciso estar atento às suas palavras e gestos. Por exemplo, aquele que fizesse algum comentário positivo sobre Cuba, deveria ficar em alerta. Esse tipo de observação fazia com que muitos dos dirigentes que levantavam algum tipo de crítica ao IADESIL ou às relações trabalhistas em geral fossem tachados de comunistas.²⁹⁷

Ao longo de 1964, Lincoln Gordon continuava a receber informações sobre as atividades desenvolvidas pelo IADESIL/ICT. Em uma carta endereçada a ele, Marcondes Freitas destacou o programa de pesquisa e publicações da entidade.²⁹⁸ Provavelmente Gordon também tinha acesso aos exemplares do *Boletim de Notícias*, publicado regularmente contendo as descrições das atividades do ICT. Essas publicações, além de divulgarem o trabalho da entidade, também tinham o objetivo de

²⁹⁵ IUE, AFL-CIO. *Manual da liderança*, op. cit., pp. 27-28.

²⁹⁶ Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil - USAID. *Treinamento de liderança sindical – um manual de instrumentos e técnicas*. S.l.: Centro de Publicações Técnicas Aliança, 1965.

²⁹⁷ BLACK, Jam Knippers. *United States Penetration in Brazil*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1977, p. 115.

²⁹⁸ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 28 de agosto de 1964, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1281.

propiciar ao governo, empresários e trabalhadores documentos, pesquisas e estudos que os norte-americanos consideravam essenciais para o desenvolvimento da política econômica nacional.

Da mesma forma, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Juracy Magalhães, imbuído de estreitar “ainda mais os laços de amizade” que uniam esses dois países, também dedicava atenção ao treinamento dos dirigentes sindicais.²⁹⁹ Ao receber um grupo de jovens trabalhadores estudantes em outubro de 1964, Magalhães assim desejou: “que regressem ao Brasil com renovado entusiasmo para trabalhar em favor do sindicalismo e por uma maior liberdade dentro do movimento operário. Participem ativamente das eleições”.³⁰⁰ No mesmo período, devotado a promover a colaboração sindical entre os dois países, o embaixador brasileiro ofereceu um jantar para George Meany, Serafino Romualdi e autoridades dos dois governos, entre eles Thomas Mann, secretário do Trabalho adjunto, Lincoln Gordon, Robert Sayre, oficial da Casa Branca, e Roberto Campos.

Em janeiro de 1965, o IADESIL premiava mais um grupo de cinco ex-alunos do ICT para realizarem um curso de três meses em Washington. Eram eles: Francisco Campos Aires, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Themistocles Alves dos Santos, do Sindicato dos Telégrafos do Pará; Itaborahy Feitosa Martins, jornalista de São Paulo³⁰¹; Antonio Florêncio da Paz, do Sindicato dos Marceneiros de Pernambuco.³⁰² No segundo semestre de 1965, as atividades do ICT continuavam intensas. Nesse período, a entidade contabilizava 87 cursos básicos de orientação sindical, abrangendo cerca de 2.500 participantes em todo o país.³⁰³ Os representantes

²⁹⁹ Discurso proferido por ocasião da inauguração do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos. CPDOC – FGV, fundo Juracy Magalhães, JM pi Magalhães, J. 1964.09.08.

³⁰⁰ Os alunos presentes no encontro eram: Geraldo Barroso, de Belo Horizonte; Ernani Enio Juchen, de Novo Hamburgo; Tito Marinho, da Guanabara; Walter Pedro Netto, de Florianópolis; Waldyr Soares, de Niterói; Ary Zimmerman, de Curitiba; Alberto Ciulada, de São Paulo; Thomaz J. Perri, de Itapeva – SP; Roswenzitz Mariana Riekes, de São Paulo. O curso havia tido duração de seis semanas e foi realizado com o apoio da CNTI. Relatório da Associated Press Washington, DC. CPDOC – FGV, fundo Juracy Magalhães, série correspondências.

³⁰¹ Itaborahy Feitosa Martins era irmão de Itamaraty Feitosa Martins, que exercia a mesma profissão e era simpático ao PCB.

³⁰² *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, jan.-fev. de 1965, n. 9, p. 3. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0314, microfilme APC-3, Reel 34.

³⁰³ Em setembro de 1964 foi realizado um curso especial para os trabalhadores do setor de transportes. A ITF era responsável por proporcionar apoio técnico e moral para os sindicatos que se encontravam sob intervenção do governo, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para uma transição “independente com o máximo de medidas democráticas em sua liderança e estrutura”. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento de Estado, de 8 de outubro de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box

da International Union of Food and Allied Workers (IUF), que até então não tinham filiados brasileiros, visitaram o Brasil encontrando boa receptividade para o estabelecimento de um programa educacional. A diretoria da International Federation of Oil and Chemical Workers (IFOCW) também se encontrou com líderes sindicais paulistas para tratar da expansão dos programas educacionais sindicais no país. Da mesma forma, a International Federation of Commercial, Clerical, and Technical Employees (IFCCTE) iniciou uma gama de atividades no ano de 1964, que incluía a transmissão de um programa de rádio semanal voltado à filosofia da organização na direção do sindicalismo democrático.³⁰⁴ Contudo, embora os empreendimentos, essas organizações sindicais internacionais não conseguiam atrair as bases do movimento sindical.

Dificuldades na implantação do “sindicalismo democrático”

Mesmo com a generosa ajuda financeira da USAID e o grande número de atividades, o IADESIL enfrentava problemas de tempo e espaço. Afinal, como transformar todo o movimento sindical tão rapidamente? Tratava-se de educar mais de 21.000 líderes existentes em quatro mil sindicatos locais, 131 organizações estatais e federais e seis confederações e, ainda, implantar os projetos de lei para regulamentação dos contratos coletivos livres, que dependiam da aprovação do Congresso Nacional.³⁰⁵

1282.

³⁰⁴ Niles W. Bond, Cônsul dos Estados Unidos no Brasil, informou que a IFCCTE, na tentativa de organizar 70% dos trabalhadores do comércio de São Paulo, sendo a maioria de mulheres, criou o primeiro departamento feminino dentro do sindicato na cidade de Jundiaí, interior do estado de São Paulo. Rosita Riekes, formada pelo IADESIL em Washington, foi nomeada diretora da seção. Ele considerou que, embora os trabalhos ainda estivessem começando, a organização estava obtendo sucesso, pois em cinco semanas o número de associados havia quase dobrado.

³⁰⁵ No relatório enviado ao Departamento do Estado, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil afirmou que o programa educacional da USAID, voltado ao desenvolvimento industrial no país tinha como prioridade básica o treinamento da mão de obra. Isso significava, no ano de 1963, atuar num universo que totalizava aproximadamente 2.500.000 trabalhadores, dos quais 18.000 eram engenheiros; 17.000 técnicos; 25.000 eram supervisores; 480.000 eram trabalhadores especializados; 360.000 não especializados e 300.000 eram funcionários administrativos. No ano de 1964, a ajuda financeira da USAID planejava investir cerca de 25 bilhões de cruzeiros na educação de técnicos industriais no Brasil. No mesmo ano, pretendia realizar uma campanha nacional para o treinamento de mão de obra industrial. A campanha estava sob o controle da diretoria da Industrial Education of the Ministry of Education. Os procedimentos baseavam-se nos padrões estabelecidos pelos programas patrocinados pela USAID e a meta era o treinamento de 50.000 trabalhadores industriais no período de 20 meses. Relatório semestral de julho a dezembro de 1963, da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento de Estado, recebido em fevereiro de 1964, assinado por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1281.

O IADESIL, desde o começo de suas atividades no Brasil, comunicava ao Departamento do Estado algumas dificuldades operacionais, embora tenha afirmado que “estava conseguindo resolvê-las de modo eficiente, especialmente depois da ‘Revolução’”, segundo o adido trabalhista Herbert W. Baker. Parte desse otimismo vinha da expectativa da ajuda financeira prevista para aumentar após a posse de Castello Branco. O ano de 1965 foi visto como um momento crucial para o fortalecimento do sindicalismo “democrático” e para a derrota definitiva das “facções pró-comunistas de Goulart”, como afirmou Baker.³⁰⁶ Ele temia que os “agitadores sindicais comunistas”, que ainda se mantinham ativos nos sindicatos de base após o golpe, conseguissem de fato desencorajar os trabalhadores a participarem dos programas do ICT. Em alguns casos, registrou Baker, “eles haviam obtido relativo sucesso” e estariam valendo-se de recursos estratégicos, como intimidações e represálias.³⁰⁷

Em relação às finanças, o ICT teria conseguido impedir mudanças no montante dos recursos a serem enviados pela USAID. Esta havia manifestado intenção de financiar o Instituto em cruzeiros ao invés de dólares. Segundo a embaixada americana, tal fato seria bastante prejudicial ao desenvolvimento da entidade, pois necessitaria da aprovação do governo brasileiro, causando naturalmente a possibilidade de intromissão e o aumento da influência nas atividades do ICT por parte dos funcionários do governo e pelos líderes “pelegos”, rotulados como “bonecos corruptos sindicalistas” na definição do adido trabalhista.³⁰⁸

Para afastar a “ameaça comunista”, era fundamental investir fortemente no treinamento de líderes sindicais. No seu primeiro ano de existência, o ICT treinou 876 dirigentes em seus seminários regionais; outros 100, oriundos de mais de 34 diferentes áreas industriais do país, concluíram três meses de curso intensivo realizado na cidade de São Paulo, além de 12 sindicalistas que foram enviados para a escola do IADESIL em Washington, D.C, nos Estados Unidos. Outros treinamentos também foram oferecidos na cidade de Santos, região litorânea do estado de São Paulo, no ABC paulista e dois cursos para 108 metalúrgicos da capital, além de seminários nas zonas

³⁰⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 28 de agosto de 1964, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1281.

³⁰⁷ Relatório do Consulado Geral de São Paulo para o Departamento do Estado, de junho de 1965, escrito por Niles W. Bond. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³⁰⁸ Ibidem.

rurais. Todos os cursos eram realizados em áreas conhecidas por serem “dominadas pelos comunistas”. Como assinalou Negro, se o CGT fosse mesmo um “sindicalismo de cúpula”, como acusavam os norte-americanos e os setores anti-Goulart, não seria necessário “realizar os seminários do ICT para militantes de base em lugares reconhecidamente marcados pela atuação do CGT”.³⁰⁹

A maior preocupação era fazer com que as novas lideranças, treinadas pela organização norte-americana, assumissem o vácuo deixado pelos antigos dirigentes considerados comunistas nas diretorias dos sindicatos que haviam sofrido a intervenção. Como enfatizou o adido trabalhista, o IADESIL deveria expandir rapidamente “os seus programas durante os próximos 12 meses para ficar à frente das lideranças pró-comunistas e influenciar a reforma do movimento sindical brasileiro”. Todavia, a dificuldade era eleger as chamadas lideranças “democráticas” em tão pouco tempo. Não menos preocupante era conservar essa nova geração de dirigentes sindicais no poder diante de um cenário de instabilidade econômica administrado por um governo que procurava frear os índices de inflação com base no sacrifício dos interesses da classe trabalhadora. De certa forma, os especialistas norte-americanos foram obrigados a reconhecer a dificuldade em substituir o vazio deixado pelo CGT.³¹⁰ Tinham informações de que os comunistas estariam circulando livremente no meio sindical, como o sindicato dos bancários de São Paulo, e se irritavam com o governo federal por achar que as autoridades não estavam fazendo nada para detê-los.³¹¹

O ICT também tinha de lidar com seus próprios aliados, como o secretário da CNTI, Ary Campista. Após o golpe de Estado, o dirigente, tido como uma figura dominante na Federação dos Trabalhadores Químicos da Guanabara, passou a fazer uma

³⁰⁹ NEGRO, op. cit., p. 236.

³¹⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 18 de novembro de 1964, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282. Ver também Negro, op. cit., p. 236.

³¹¹ O adido trabalhista se referia aos dirigentes Rubens Vasconcellos, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores Bancários, Pedro Iovine, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e João Pessoa, líder dos empregados do Banco do Brasil. Estes teriam tido um papel de destaque numa assembleia sindical. O interventor da Federação dos Trabalhadores Bancários, Miguel Esteves Franco, em conversa com o adido, disse aos membros do sindicato que ele poderia fazer mais do que os comunistas. Na visão do analista norte-americano, se o governo se recusasse a ceder às pressões dos sindicatos, os interventores ficariam em descrédito perante os trabalhadores, levando à vitória dos comunistas nas próximas eleições sindicais. Relatório do Consulado Geral de São Paulo para o Departamento do Estado, escrito por Niles W. Bond, em 17 de setembro de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1281.

série de críticas à ORIT, à AFL-CIO e ao ICT, o qual ele definia como “um centro de espionagem dos Estados Unidos”. Para o adido trabalhista, Niles W. Bond, Campista ainda estaria amargurado com a sua derrota nas últimas eleições sindicais, realizadas no final de 1964, pelo fato de a chapa concorrente ter sido formada por alguns dirigentes treinados pelo IADESIL e ICT. O episódio teria colocado também outros sindicalistas em oposição ao ICT, exceto Olavo Previatti, primeiro tesoureiro do CNTI, como observou Bond. Contrariado, João Wagner, presidente da CNTI, não manifestou suas críticas abertamente, mas cancelou alguns programas de colaboração entre o CNTI e o ICT. Para a embaixada, a razão do aumento da animosidade entre as principais lideranças de cúpula e o ICT estaria na possível ameaça que a entidade poderia representar aos chamados “empregos de cabide”, ocupados por esses dirigentes. Estes estariam preocupados com a ascensão dos jovens sindicalistas treinados pelo ICT, fato que dificultava a manutenção de um ambiente amistoso entre os principais grupos do movimento sindical.³¹²

Previatti ocupou a vaga de Joaquim F. Otero na diretoria do ICT. De acordo com os relatos da embaixada americana, o primeiro afastamento do conselho do ICT ocorreu em fevereiro de 1965 com a saída de Domingos Alvares, diretor-secretário do CNTI de Segurança Social e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Presumivelmente, seu afastamento seria uma demonstração de apoio a Ary Campista.³¹³ Naquele momento começava-se a delinear mais claramente uma nova política de alianças entre os sindicalistas brasileiros e norte-americanos. Muitos dos “autênticos” de outrora passaram a ser identificados como “pelegos” em comparação com as jovens lideranças chamadas de “democráticos de segunda geração”, que, como Negro observou, “se formaram no cenário pós-golpe, mas nem por isso se desvincularam das polêmicas e da história do pré-1964”.³¹⁴

Uma das dificuldades apontada pelo cônsul norte-americano era a suposta falta de sacrifício próprio por parte dos alunos nos treinamentos. A explicação, segundo ele, estava relacionada com a “corrupção que impregnou o movimento sindical brasileiro e também pela compreensível antipatia de muitos, se não da maioria dos trabalhadores

³¹² Relatório do Consulado Geral de São Paulo para o Departamento do Estado, de junho de 1965, escrito por Niles W. Bond. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ NEGRO, op. cit., p. 236.

brasileiros, em relação aos seus sindicatos e, finalmente, pelo relativo enfraquecimento do custo de vida desses trabalhadores”. Esses elementos seriam os responsáveis pelas dificuldades em “convencer o trabalhador a investir um pouco de tempo e energia e talvez algum dinheiro para a construção de uma vida melhor para todos”.³¹⁵

Muitos cursos eram oferecidos durante o dia, o que significava ter de pedir aos empregadores a liberação do funcionário sem deixar de ganhar o salário ou abater as horas de treinamento. Isso poderia representar uma oportunidade para os trabalhadores que quisessem “tirar o dia” de trabalho e, assim, atrair alunos que não estavam efetivamente interessados em aprender ou se tornar um novo líder sindical. A solução então seria oferecer cursos noturnos. No entanto, mostrar-se um aluno aplicado após um dia de trabalho estafante não era tarefa fácil. Muitos alunos que haviam sido liberados pelos patrões para estudar no ICT estavam desconfiados da orientação, do reforço financeiro e inclusive das intenções da própria organização. Nesse aspecto, os seminários noturnos tinham a vantagem de não precisar da permissão dos empregadores e ainda “ajudavam a tirar essa impressão de que o ICT representava um órgão patronal, o que tem sido uma crítica constante”.

Além disso, havia a necessidade de fazer melhorias na seleção dos participantes, particularmente em relação às categorias de trabalhadores e sindicatos onde era detectada maior atuação dos chamados comunistas, pois embora o ICT afirmasse que estava se esforçando para penetrar nessas associações, muitos interventores não cooperavam na divulgação das atividades do Instituto. Para os cursos intensivos de lideranças sindicais, a associação pagava um salário reduzido aos participantes que não eram remunerados pelos empregadores, o que poderia representar um estímulo capaz de instigar o sentimento de “sacrifício próprio” dos participantes, “sem causar a eles ou as suas famílias algum tipo de dificuldades”.³¹⁶

A heterogeneidade dos grupos de alunos também era um obstáculo expressado pelos idealizadores do ICT. Segundo eles, do ponto de vista didático, era complicado reunir na mesma sala trabalhadores bancários (que normalmente, possuíam no mínimo o

³¹⁵ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado sobre o programa educacional do IADESIL, entre julho de 1964 a junho de 1965. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³¹⁶ Ibidem.

curso secundário) com trabalhadores rurais semialfabetizados.³¹⁷ No tocante à seleção dos participantes, outro desafio era evitar que as diretorias das associações sindicais escolhessem os candidatos com base em questões pessoais ou para benefício próprio. Já nos cursos internacionais, o problema acontecia quando os alunos retornavam ao Brasil e abandonavam as atividades sindicais ou ainda não desenvolviam um papel ativo no movimento. Buscando solucionar esse problema, o ICT determinava que o aluno atuasse no mínimo de 6 a 12 meses depois do término do curso para que o treinamento fosse oficialmente finalizado.

Nos cursos internacionais, uma das maiores barreiras era a língua, embora houvesse aulas ministradas em espanhol e português. Já nos seminários locais, o custo médio de cada evento variava em torno de dois mil dólares, valor considerado alto segundo a embaixada americana. Os funcionários brasileiros do ICT também recebiam o pagamento em dólares, o que poderia ser uma posição bastante atraente a ser ocupada na época. Possivelmente esse fator também tenha influenciado as críticas que alguns líderes sindicais “democráticos” fizeram ao ICT. Eles reclamaram por não terem sido incluídos no quadro de diretores da instituição. Criticaram também o perfil da entidade, alegando que ela estava se tornando muito acadêmica, sem bases no movimento sindical brasileiro. Em contrapartida, Richmond e Freitas Marcondes afirmaram que vários esforços haviam sido feitos na tentativa de aproximação dos dirigentes sindicais. Segundo eles, doze líderes locais foram convidados a participar do primeiro curso intensivo e de outros eventos, como palestras, inaugurações, etc. No entanto, a maioria do grupo teria abandonado os treinamentos.

Como esperado, o ICT também era alvo de críticas dos sindicalistas avessos à influência norte-americana nas questões trabalhistas. Joaquim Gonçalves, por exemplo, durante o evento das Organizações Metalúrgicas do Brasil realizado em outubro de 1965, denunciou a “penetração imperialista na economia do nosso país”, com o objetivo de traçar conclusões estratégicas sobre a luta dos metalúrgicos, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Antes de divulgar dados sobre a atuação das empresas norte-americanas no Brasil, Gonçalves lembrou a prisão dos dirigentes sindicais Afonso

³¹⁷ Segundo pesquisa realizada pelo ICT, mais da metade dos diretores sindicais e presidentes de federações não frequentaram a escola fundamental e cerca de 60% nunca havia assistido nenhum curso sobre liderança sindical. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 4 de setembro de 1964, por Niles W. Bond. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1281.

Delellis e José de Araújo Plácido ocorridas logo após o golpe civil-militar e relatou as conquistas da categoria após a “Greve dos 300 mil” de 1953. Para ele, as ações de violência contra a classe trabalhadora que vinham sendo realizadas no país tinham relação com as “forças ligadas aos interesses imperialistas”.³¹⁸ O antiamericanismo expressado por Joaquim Gonçalves não era um sentimento difícil de encontrar entre os trabalhadores, estudantes e esquerdistas, presente também nas organizações de direita e até mesmo entre os militares.

Contudo, salvo as dificuldades apontadas, o IADESIL se comprometia a contribuir com o ICT com no mínimo 50 mil dólares anualmente, durante um período de dois anos. A organização norte-americana também acordava em pagar os salários e as despesas dos funcionários executivos do ICT, dar apoio técnico e pessoal, por meio de filmes, publicações e palestras.³¹⁹ Desde julho de 1963, um total de 72 seminários haviam sido realizados, com a participação de 2.031 líderes, em 43 cidades de 21 estados diferentes.³²⁰

A continuidade dos recursos enviados ao ICT pode ser explicada, em parte, pelos resultados conquistados pela entidade. Durante os anos de 1963 e 1965, o ICT teve certo êxito na preparação de quadros para compor as diretorias sindicais após as intervenções. De acordo com Freitas Marcondes, cerca de 16% dos alunos formados pelo IADESIL-ICT chegaram a pleitear eleições para cargos em entidades sindicais, obtendo vitórias.³²¹ Em seu *Boletim de Notícias*, o ICT anunciava a eleição de 31 ex-alunos formados nos seminários regionais e nos 27 cursos básicos de liderança sindical. Entre eles estavam Natanael Mendes da Silva, eleito presidente do Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Carvão e Mineral do Estado de Pernambuco, e Severino Rodrigues da Silva, eleito diretor no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, também de Pernambuco.

³¹⁸ Documento sem título, de 15 de outubro de 1965. APESP, Deops, série dossiês, documento n. 50-J-152-1355.

³¹⁹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado sobre o programa educacional do IADESIL entre julho de 1964 a junho de 1965. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³²⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de maio de 1965, por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³²¹ MARCONDES, J. V. Freitas. *Dois anos de atividades*. São Paulo: ICT, 1965.

Mudanças administrativas ocorreram no IADESIL no ano de 1966. Com a morte de Serafino Romualdi, Willian Doherty Jr. assumiu o cargo de diretor da entidade. No mesmo período, Xavier Vela, nomeado diretor regional do IADESIL para o hemisfério Sul, travava contato com os sindicalistas brasileiros do Rio de Janeiro e Recife.³²² Em março do mesmo ano, o ICT reuniu o seu conselho consultivo para debater os problemas referentes ao programa educativo. O evento contou com a presença do adido trabalhista Jack Liebof. Na ocasião foram indicados, além de Willian Doherty Jr, Efraim Velasquez, representante da IFPCW no Brasil, e Ruy Brito de Oliveira Pedroza, presidente da CONTEC. Foi planejada a realização de mais 100 seminários, sendo 71 programados para ocorrer em São Paulo e 29 na região Nordeste.³²³

Conclusão

Ao longo desse capítulo, percebe-se que mesmo com a política externa brasileira voltada aos interesses dos Estados Unidos, empresários nacionais vinculados ao IPES, trabalhadores, governo brasileiro, sindicalistas e investidores norte-americanos, após trabalharem juntos para a deposição de Goulart, apresentavam interesses conflitantes. Por um lado, o IPES acreditava que o sucesso de desenvolvimento econômico e social do país estava na força do empresariado nacional e nos investimentos estrangeiros; por outro, o governo brasileiro centralizava as decisões no Poder Executivo e contava um forte aparato repressivo capaz de manter os trabalhadores sob controle enquanto era implantada a política anti-inflacionária, baseada na lei do arrocho salarial e na intervenção do poder normativo da Justiça do Trabalho no âmbito das negociações coletivas.

Já os sindicalistas norte-americanos apostavam na formação de uma nova geração de dirigentes sindicais capazes de desenvolver o modelo contratualista como forma de assegurar o aniquilamento dos comunistas no movimento sindical brasileiro. Quando chegaram as eleições sindicais nos sindicatos que estavam sob intervenção do Estado, muitos dos “autênticos” conquistaram cargos nas diretorias, com o apoio e as manobras das delegacias regionais do trabalho e do próprio Ministério do Trabalho. No entanto, as antigas lideranças aliadas do sindicalismo norte-americano no pré-1964 –

³²² *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, fevereiro de 1966, n. 21. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0425, microfilme APC-3, Reel 42.

³²³ *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, março de 1966, n. 22, p. 1. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0426, microfilme APC-3, Reel 42.

como Ary Campista, por exemplo – viram nos novos dirigentes chamados de “autênticos da segunda geração” uma ameaça à manutenção dos seus cargos nas diretorias dos sindicatos. Estes passaram a fazer uma série de críticas ao IADESIL-ICT e se afastaram da entidade.

Porém, havia o receio constante de que os dirigentes vinculados aos grupos de esquerda pudessem retornar a qualquer momento e voltassem a ocupar os cargos nas diretorias dos sindicatos. Essa preocupação, compartilhada pelos observadores norte-americanos e setores pró-governo militar, fazia aumentar ainda mais a necessidade dos investimentos nos cursos de liderança sindical “democrática” promovidos por entidades como o ICT. Já no final do ano de 1964, os trabalhadores reagiam à nova política trabalhista. Somente no mês de dezembro daquele ano, mais de 30 greves de curta duração, consideradas legais pela Justiça do Trabalho, ocorreram por não pagamento do 13º salário, afetando cerca de 10 mil trabalhadores.³²⁴

Por outro lado, as grandes corporações norte-americanas não tinham interesse em colaborar com um projeto de formação do empresariado nacional, tampouco em contribuir para a diminuição das desigualdades sociais no país, aproveitando-se da política salarial e da ação dos órgãos de repressão para explorar ainda mais a mão de obra brasileira. Nem os empresários nacionais estavam dispostos a fortalecer o apoio dos trabalhadores ao governo militar. Com a aplicação do PAEG, os reajustes salariais estavam menores do que no ano de 1963. Os próprios funcionários do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo reconheceram que os empregadores estavam resistindo mais em conceder os aumentos.³²⁵

³²⁴ Relatório do Consulado de São Paulo sobre o movimento sindical em São Paulo, escrito pelo cônsul americano Jack Liebof, anexado no relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, referente aos meses de janeiro a junho de 1965 - parte II. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³²⁵ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado sobre o programa educacional do IADESIL, entre julho de 1964 a junho de 1965. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

CAPÍTULO III

“Americanos, go home!”: da política de alinhamento ao afastamento diplomático (1967-1970)

Passado o período de otimismo dos dois primeiros anos de atividades desenvolvidas pelo IADESIL no Brasil, a política trabalhista passava a tomar novos rumos sob o comando do marechal Costa e Silva, a partir de sua posse em março de 1967. As relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos, instrumentalizadas em grande parte pelas ações do projeto Aliança para o Progresso, ficavam cada vez mais tensas dadas as diversas mudanças políticas realizadas por ambos os lados. O pacto de cooperação com o “irmão do Norte”, uma das marcas da gestão Castello Branco, caracterizado pelos generais da “linha dura” como uma crença ingênua na fraternidade norte-americana, gradativamente foi substituído por uma espécie de “nacionalismo autoritário”. Como assinalou Vizontini, as relações exteriores do governo Costa e Silva representaram uma ruptura profunda em relação à gestão anterior.³²⁶

Críticos da primeira administração pós-1964, militares da “linha-dura” e empresários nacionais questionaram a política externa anterior, assim como os seus efeitos no combate à inflação, que em 1966 havia contrariado as previsões do governo, tendo ficado quatro vezes mais alta. Aos poucos, os trabalhadores voltaram a ganhar as ruas para reclamar do impacto causado pelo arrocho salarial e pela política econômica liberal, responsável pela recessão e por uma série de falências e concordatas.

Os novos idealizadores da política externa apostavam na integração regional “horizontal”, afastando-se do pan-americanismo. A ideia era investir nas relações multilaterais com os vizinhos latino-americanos e com outros países da Europa e Ásia, tendo a política externa como um suporte ao desenvolvimento econômico, no entanto,

³²⁶ Segundo o autor, o grupo “nacional-autoritário” tem sua matriz socioeconômica no setor público. Em termos de concepção para o desenvolvimento econômico, este grupo defende uma contrapartida em troca da entrada de capital estrangeiro, ou seja, cobra um aumento proporcional das exportações das mercadorias. Como afirmou o autor, o “seu nacionalismo projeta-se para fora”. O objetivo do grupo “nacional autoritário” é atingir o desenvolvimento industrial por meio da substituição de importações, sem levar em conta os custos sociais. Para isso, é preciso contar com a atuação dos órgãos repressivos para conter reclamos daqueles que sentem diretamente os efeitos do desenvolvimento. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 80.

dentro das recomendações do FMI.³²⁷ Entre outras ações contrárias aos interesses norte-americanos, Costa e Silva retirou o apoio da Força de Paz Interamericana na República Dominicana, reivindicou concessões comerciais aos Estados Unidos e reclamou da ajuda militar insuficiente.³²⁸

Passados sete anos de atuação da Aliança para o Progresso e muitas críticas acumuladas, acreditava-se que o programa, ao invés de diminuir, tinha apenas aumentado a distância em relação aos países desenvolvidos.³²⁹ De modo geral, os fundos da Aliança para o Progresso eram destinados à assistência social, principalmente para a compra de gêneros de primeira necessidade das populações carentes, como alimentos, remédios e construção de casas populares. Para Costa e Silva, era pouco. Sua administração estava mais interessada na consignação de empréstimos que viabilizassem o crescimento econômico, visando à independência do governo estadunidense quando o desenvolvimentismo brasileiro estivesse solidificado.

Ainda que contrariados, os coordenadores da Aliança para o Progresso solicitaram às agências internacionais de crédito, em novembro de 1967, o fornecimento de 168 milhões de dólares ao Brasil. Chegou-se à conclusão de que era preciso um montante maior para o financiamento do plano de desenvolvimento econômico brasileiro. Em dezembro do mesmo ano, Delfim Neto, no comando das negociações, obteve a quantia de 611 milhões de dólares a serem gastos em créditos para importação de equipamentos e matérias-primas, programas de educação, agricultura, entre outros segmentos.³³⁰

Contudo, o desencontro de interesses provocou o distanciamento político gradual entre as duas nações, embora a assistência financeira norte-americana tenha sido mantida durante todo o período. O Estado passou a exercer um controle maior na regulação do capital estrangeiro e assumiu funções como agente econômico direto (poupanças, investimentos, empréstimos, produção e até consumo). No campo internacional, havia uma mudança na postura. Como observou Vizontini, o Estado passou de “uma posição de subordinação barganhada em relação às transnacionais, para uma postura de negociação ativa”. Além disso, centralizou as decisões nas mãos de

³²⁷ Idem, op. cit., p. 78-82.

³²⁸ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States*. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1974, p. 28.

³²⁹ VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 77.

³³⁰ Idem, op. cit., p. 83.

tecnocratas, “através da emergência de uma burocracia pública e privada inter-relacionada, responsável pela mediação entre a base social do regime e a cúpula dirigente”. Os militares passaram a ter um poder e uma atuação ainda maior, a tarefa de manter a estabilidade política passava para as mãos da “linha-dura”.³³¹

Os novos ministros do Planejamento e da Fazenda, Hélio Beltrão e Delfim Neto respectivamente, por meio do Programa Estratégico para Desenvolvimento (PED), ampliaram o crédito para os bens de consumo duráveis e favoreceram o setor da indústria pesada e de energia, entre outras medidas. Em 1967, o PIB foi elevado em 4,8% e para 9,3% em 1968, enquanto a inflação caía para 23%. O governo aumentou ainda as exportações (de 2% em 1960 para 11% em 1970) e fez crescer o mercado interno, embora os salários mínimos tivessem ficado estagnados.³³² A política habitacional, delineada na gestão anterior, passou a dar resultados com o uso dos recursos providos pelo FGTS e direcionados ao BNH. Para Vizontini, “curiosamente, o regime militar, que tinha como um dos seus objetivos reverter o estatismo inerente ao nacional-populismo acabou lançando mão dos mesmos métodos”.³³³

Desde 1967, os dirigentes da AFL-CIO e autoridades dos Estados Unidos vinham buscando novas estratégias para lidar com a política externa delineada pelo governo Costa e Silva. Com a entrada de José de Magalhães Pinto no Ministério das Relações Exteriores, decidiu-se privilegiar os interesses nacionais nas relações diplomáticas com as grandes potências mundiais, seguindo o pensamento das Forças Armadas e de outros setores do governo civil-militar, em oposição ao trabalho de seu antecessor, Juracy Magalhães. O novo ministro das Relações Exteriores era um crítico da política econômico-financeira implementada por Roberto Campos, principalmente pelo excessivo liberalismo com que eram admitidos os capitais estrangeiros no país.

A nova abordagem visava colocar a diplomacia a serviço do desenvolvimento econômico, de modo a potencializar as metas da reformulação do comércio internacional do país, da aquisição de tecnologia e, por fim, permitir o aumento dos fluxos financeiros. Tratava-se de uma releitura do projeto desenvolvimentista dos anos 1950. Surgia a ideia de que o Brasil poderia lucrar muito mais se passasse a negociar

³³¹ Idem, op. cit., p. 79.

³³² O crescimento do mercado interno deveu-se, em grande parte, ao aumento dos salários dos técnicos e a introdução de consórcios, sobretudo ao de automóveis.

³³³ VIZENTINI, Carlos, op.cit., p. 81.

com outras nações em desenvolvimento, especialmente nas áreas do comércio e da energia nuclear, nas quais era necessário afastar-se de uma relação mais próxima com os Estados Unidos. Criticava-se o fato de os programas financiados pela USAID estarem cada vez mais vinculados à importação de bens produzidos nos Estados Unidos, o que não interessava ao Brasil, agora disposto a incrementar a sua indústria interna, conforme observou Ribeiro. Para o novo ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, era chegada a hora de promover a aceleração do desenvolvimento, objetivo que iria delinear as bases da política nacional e sua relação com o exterior.³³⁴

Tempo de “revisar, avaliar e desenvolver uma nova postura para o Brasil”

No âmbito trabalhista, o programa de implantação do “sindicalismo livre e democrático” esbarrava nos limites impostos pela conjuntura internacional da Guerra Fria e pelas barreiras nacionais colocadas pela política econômica de Costa e Silva. Era o início de uma série de críticas, atritos e ameaças veladas por parte dos órgãos estadunidenses, sequiosos em ter de volta as prerrogativas econômicas anteriores. A partir de 1967, observa-se a diminuição das atividades do programa desenvolvido pelas organizações norte-americanas. A realização de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), criada em outubro de 1967, com a função de investigar as atividades das associações sindicais financiadas pelos Estados Unidos, como veremos adiante, torna-se um dos centros do conflito entre os sindicalistas e autoridades brasileiras e norte-americanas.

Antes mesmo de ter sido implantada a CPI das entidades estrangeiras, em setembro de 1966, um episódio de conflito aberto entre os funcionários do ICT e do IADESIL abalou a relação entre as duas organizações. A entidade brasileira havia decidido, sem comunicar o adido trabalhista, cancelar o curso de três meses oferecido aos trabalhadores, além de todos os seminários regionais previstos naquele ano. O motivo alegado era a insuficiência de recursos enviados pelo IADESIL. Essa ação foi considerada pelos norte-americanos “um ato sério, talvez irreparável, um revés que no

³³⁴ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. “A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2006, p. 324.

mínimo alterou a confiança dos instrutores, colaboradores e participantes dos projetos”. O projeto de construção de casas populares também foi interrompido.³³⁵

Havia também conflitos entre o IADESIL e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. O primeiro reclamava da constante intervenção do adido trabalhista nas relações entre os sindicalistas norte-americanos e brasileiros, a ponto de o representante interamericano da AFL-CIO escrever para o adido trabalhista, em julho de 1967:

Nós estamos preocupados com a situação existente entre o escritório e o IADESIL no Brasil. Cada relatório indica que você deseja estar na frente e coordenar o programa sindical, usando o IADESIL unicamente como um órgão de ligação entre a embaixada e os sindicatos locais. (...) em breve, seremos obrigados a fazer uma nova avaliação do programa no Brasil e decidirmos se devemos continuar. Será uma decisão difícil de tomar, mas se não nos for dada maior autonomia e flexibilidade, mudanças drásticas deverão ocorrer.³³⁶

Nos anos posteriores, o IADESIL voltava-se para a elaboração de programas educacionais para implantação do sindicalismo “livre e democrático” na Argentina e no Chile, com apoio de grupos conservadores civis e militares de direita, enquanto no Brasil encontrava uma série de dificuldades para atuar, enfrentando problemas de ordem financeira e política.³³⁷ Porém, a entidade insistia no diálogo com as autoridades governamentais e nas alianças com os dirigentes “autênticos” e “pelegos”. Um dos primeiros sinais de crise das atividades do IADESIL no Brasil foi manifestado por Freitas Marcondes a Romualdi logo no período de transição do governo Castello Branco. Em uma carta, ele informou que o Instituto encontrava-se em atividade, apesar dos problemas enfrentados. Porém, havia esperança de melhora, já que Marcondes

³³⁵ “*Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968. Trata-se de uma pesquisa realizada por Robert H. Dockery, que teve como base entrevistas feitas com sindicalistas norte-americanos e funcionários da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e do governo estadunidense.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Assim como no Brasil, o IADESIL investiu em material educacional sobre o papel da entidade na implantação do “sindicalismo livre”, especialmente no período que antecedeu as ditaduras militares na Argentina (1966-1973/1976) e no Chile (1973). Ver POZZI, Pablo. “El sindicalismo norteamericano en América Latina y en la Argentina: El AIFLD entre 1961-1976”. *Herramienta* 10. Buenos Aires, julho 1999; ROMERO, Jorge Basurto. “El sindicalismo y la penetración ideológica de los Estados Unidos en América Latina”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 34, n. 3-4, jul.-dec., 1972, pp. 551-594; BOZZA, Juan Alberto. “Trabajo silencioso. Agencias anticomunistas en el sindicalismo latinoamericano durante la Guerra Fría”. *Conflicto Social*, año 2, n° 2, Diciembre 2009.

aguardava a visita de Willian Doherty Jr, um dos diretores da AFL-CIO, ainda para aquele ano.³³⁸

Os projetos de cooperação e intercâmbio entre sindicalistas do Brasil e Estados Unidos continuavam. No ano de 1967, uma delegação da AFL-CIO veio ao Brasil com a intenção de fazer um estágio intensivo de três semanas. No caminho oposto, treze comitivas brasileiras, compostas por 104 sindicalistas, selecionados pelas confederações nacionais, visitaram sindicatos nos Estados Unidos durante seis semanas. Em outra frente, o programa “Ministério para Ministério” esforçava-se para contribuir com estudos sobre a revisão do índice de avaliação do aumento do custo de vida, envolvendo o Departamento Nacional de Salários (DNS) e o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (USDL), em cooperação com o Ministério do Trabalho do Brasil. A atividade incluía a participação de cinco grupos de brasileiros, compostos por 25 técnicos, que passaram um mês estudando nas instalações do USDL. O objetivo era realizar estudos que pudessem indicar o aumento do salário mínimo e os reajustes para os empregadores das empresas públicas e privadas.³³⁹

Outro fator que teria agravado as relações entre o governo brasileiro e as autoridades norte-americanas interessadas na implantação do modelo sindical estadunidense no Brasil foi a rejeição do projeto de lei de negociação coletiva, encaminhado por Sussekind ao Congresso Nacional em 1965.³⁴⁰ Desde então, a embaixada americana passou a desconfiar da vontade do governo brasileiro em realizar mudanças na legislação do trabalho. Diálogos entre as autoridades de ambas as partes mostram gestos de impaciência, retaliações e falta de entendimento mútuo. Parte da insatisfação com a situação do sindicalismo brasileiro pode ser observada na correspondência entre o adido trabalhista e a central sindical norte-americana. Numa delas, Herbert Baker, possivelmente já entediado com os encontros com sindicalistas brasileiros regados a cerveja e sanduíches, manifestou dúvidas a Andrew C. McLellan, representante interamericano da AFL-CIO, sobre o apoio verdadeiro dos dirigentes locais aos projetos do IADESIL. Na carta, Baker declarou: “Nós temos nos desapontado

³³⁸ Carta de Freitas Marcondes para Serafino Romualdi, escrita em 10 de julho de 1967. Kheel Center Archives/Cornell University, Coleção Serafino Romualdi papers – 5459, box 13, folder 1.

³³⁹ Relatório anual da Embaixada Americana no Brasil para o Departamento do Estado de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1220.

³⁴⁰ Detalhes sobre esse projeto serão retomados no capítulo VI.

tantas vezes no passado com esses líderes brasileiros na ORIT e na OIT, que eu estou perdendo a confiança em suas habilidades de lutar por suas próprias batalhas”.³⁴¹

Meses antes, McLellan havia escrito para Baker, enfatizando a necessidade de reavaliar a situação sindical no Brasil, pois “parecia estar ficando pior do que era”. McLellan também começava a questionar a efetividade do andamento do Programa de Habitação dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, que tinha o apoio da AFL-CIO, embora reconhecesse que ainda era muito cedo para uma avaliação mais ampla. No entanto, ele se mostrou esperançoso em relação às ações do IADESIL, ORIT, ITS e do programa “Sindicato para Sindicato”, institutos que procuravam congregar esforços na continuação do que ele considerou ser um “programa multifacetado” para o Brasil. Ignorando a ação repressiva do regime militar, McLellan aproveitou ainda para expressar o seu desapontamento com a suposta falta de “combatividade” da parte dos líderes sindicais brasileiros, que “não têm feito nada para indicar a oposição deles à política restritiva do governo e decretos que estão destruindo o pouco de liberdade que existia nos sindicatos”. E completou: “Nós estamos começando a achar, que talvez, nossos esforços não têm dado em nada, sendo um mero exercício de futilidades”. Diante de tantas críticas, o representante interamericano da AFL-CIO, afirmou a urgência em “revisar, avaliar e desenvolver uma nova postura para o Brasil”.³⁴²

Cedendo às pressões dos dirigentes brasileiros e a fim de conter as críticas de interferência dos Estados Unidos nas questões nacionais, o ICT abriu espaço para a atuação de dirigentes brasileiros em sua direção. Tal mudança dificultou ainda mais o diálogo com as lideranças norte-americanas, já que os diretores do IADESIL temiam perder o domínio das atividades realizadas no país. Ao mesmo tempo, a embaixada americana buscava apoio nas lideranças nacionais. Os adidos trabalhistas e outros especialistas norte-americanos passaram a criticar até mesmo aqueles que haviam sido considerados aliados num passado pouco distante, como o ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind.

³⁴¹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado - parte 1, referente aos meses de julho a dezembro de 1965, escrito em janeiro de 1966, por Herbert Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

³⁴² Carta de Andrew McLellan para Herbert Baker, de 15 de junho de 1966. George Meany Memorial Archives, RG 18, International Affair Department – Country Files (1945-1971), box 16, série correspondências, folder 5.

Visto como um incentivador do “sindicalismo livre” no Brasil durante a gestão Castello Branco, sua atuação no MTPS foi considerada “não muito boa, técnico demais e muito pelego”, conforme a avaliação de Robert J. Alexander, especialista em assuntos da América Latina. Alexander também se mostrou duvidoso em relação ao desempenho do sucessor de Sussekind, Walter Peracchi Barcelos, na pasta do Trabalho. A mesma dúvida ele tinha em relação ao sucessor de Castello Branco, pois “(...) dava a impressão de que não sabia exatamente o que estava fazendo”, já que “os militares pareciam pular de uma crise para outra, sem ter clareza da direção a ser tomada”.³⁴³ O prognóstico negativo de Alexander sobre a futura administração de Costa e Silva parecia afinado com as projeções da CIA. Embora a inteligência americana concordasse com as medidas econômicas efetuadas no Brasil, os resultados obtidos eram lentos. Contudo, era dado como certo que Costa e Silva seria bem sucedido em manter a oposição fragmentada e desarticulada.³⁴⁴

A sucessão dos atos institucionais, tendo como estopim a decretação do AI-5 em 1968, por mais que o governo Costa e Silva tentasse dar ares democráticos ao seu governo, havia abalado a confiança dos analistas estrangeiros em relação ao processo de redemocratização do país.³⁴⁵ O fechamento do Congresso, seguido de novas cassações de mandatos políticos e alterações na Constituição de 1967, provocou a inquietação, bem como críticas e dúvidas nos círculos oficiais americanos sobre o envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil.

A ascensão de um militar da “linha dura” ao poder mais do que contrariava os interesses econômicos dos norte-americanos, pois era constrangedor estar tão ligado a um governo militar ditatorial. Para o embaixador americano no Brasil, John Tuthill, sucessor de Lincoln Gordon, os Estados Unidos estavam demasiadamente

³⁴³ Carta de Robert Alexander para Serafino Romualdi, de 11 de janeiro de 1966. Kheel Center Archives - Cornell University, Coleção Serafino Romualdi Paper – 5459, box 13, folder 1.

³⁴⁴ RIBEIRO, Ricardo Allagio, op. cit., p. 328.

³⁴⁵ Como observou Pereira, “o regime militar brasileiro usou os tribunais militares de tempos de paz para processar dissidentes e opositores políticos, sem jamais abolir a Constituição. A tortura era generalizada, mas os desaparecimentos eram raros, e os julgamentos em tribunais militares tinham a participação de juízes e advogados civis, abrindo espaço para a defesa dos acusados”. O autor observou que a cooperação entre civis e militares foi uma característica marcante durante todo o regime ditatorial. Segundo ele, a “repressão foi altamente judicializada e gradualista: o regime aos poucos modificou alguns aspectos da legalidade tradicional, mas não se lançou à matança extrajudicial em larga escala, mesmo após o endurecimento do regime”, diferentemente dos regimes na Argentina e Chile. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, pp. 34-44.

comprometidos com o país, resultado de um relacionamento íntimo que o seu antecessor havia estabelecido com o primeiro presidente do pós-1964. Tuthill, além de ser pouco familiarizado com o Brasil, mostrava-se reticente em apoiar incondicionalmente as medias autoritárias do governo brasileiro e teve de enfrentar um antiamericanismo cada vez mais forte, que crescia conforme aumentava a presença dos Estados Unidos no país. Para a embaixada, parte dessa antipatia em relação aos norte-americanos era provocada pela suspeita de que eles cobiçavam os recursos naturais do país. Por isso, havia recomendação ao corpo diplomático para que evitassem identificar alguns programas oficiais com os Estados Unidos.³⁴⁶

O embaixador nutria sentimentos opostos por Castello Branco e Costa e Silva. Pelo primeiro expressou admiração, embora achasse que ele tinha uma mente limitada por ser cético em relação ao papel das universidades e dos sindicatos, mas julgava-o honesto, um homem respeitado e devotado aos valores “democráticos”. Já em relação a Costa e Silva, Tuthill não poupava adjetivos depreciativos para caracterizar a sua administração, achando-o totalmente desqualificado e inseguro para o cargo, com rompantes de nacionalismo de tempos em tempos. Em uma entrevista concedida em 1987, Tuthill não escondeu que havia tido uma série de problemas com Costa e Silva, em parte por causa de seu relacionamento com Carlos Lacerda, que ele sabia ser um desafeto do governo, um político da oposição – não o considerava um terrorista, mas “um dos verdadeiros intelectuais brasileiros”.³⁴⁷ Após dois encontros com Lacerda, Tuthill foi chamado para uma conversa com Costa e Silva, que diziam estar furioso com o suposto comportamento desleal do embaixador americano. O encontro é bastante representativo das tensões diplomáticas entre os dois países. Ao pedido feito pelo presidente para que Tuthill não se encontrasse mais com Lacerda, o embaixador teria dito:

Bem, senhor presidente. Eu sinto muito desapontá-lo. O seu embaixador em Washington é livre para se encontrar com qualquer um da oposição nos Estados Unidos, o quanto ele quiser, não terroristas”. Eu tenho que manter a minha própria

³⁴⁶ FICO, Carlos, “Prefácio”, in: GREEN, James. *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp.11-12.

³⁴⁷ Entrevista com John W. Tuthill feita por Charles Stuart Kennedy para o projeto de História Oral realizado pela Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs, realizada em 1987.

liberdade para encontrar pessoas no Brasil, indiferentemente de elas concordarem ou não com o governo.³⁴⁸

Esta seria uma fase em que Tuthill afirmou ter começado uma campanha negativa sobre ele nos jornais brasileiros, passando a ser considerado “*persona non grata*” pelo governo brasileiro.³⁴⁹ A imprensa norte-americana também reagiu, criticando a atuação de Costa e Silva em um de seus maiores jornais, *The New York Times*.

Em seu primeiro encontro com os funcionários da embaixada, Tuthill disse ter ouvido de um deles: “Deve ficar claro que o Presidente do Brasil é o homem mais importante do país, mas que o embaixador americano é o segundo mais importante”. A fim de evitar um maior envolvimento da embaixada com as ações repressivas realizadas pelos militares, Tuthill iniciou a operação *Topsy*.³⁵⁰ Contrariando os interesses da própria embaixada e da CIA, sustentou a posição de que “os Estados Unidos não deveriam reger o país”, de que “o Brasil era para os brasileiros”, mas que poderiam desempenhar um papel por meio dos programas de cooperação técnica e financeira. Como observou Green, os esforços de Tuthill iam ao encontro da percepção de alguns membros do Congresso que consideravam inchados e insuficientes muitos dos programas da Aliança para o Progresso.³⁵¹

Ciente de que a impopularidade do governo militar estava associada às ações dos norte-americanos e pelo fato de muitas pessoas acharem que os “nativos” não tinham condições de conduzir o seu próprio país, Tuthill esforçava-se para que o governo dos Estados Unidos deixasse de exercer um papel principal no desenvolvimento brasileiro. Afirmou ter feito o que podia pelas universidades, pelos jovens e pelos sindicatos. Dos encontros realizados com dirigentes sindicais brasileiros, o embaixador citou uma conversa ocorrida em São Paulo, que deixava claro o tom de hostilidade entre os sindicalistas brasileiros e as autoridades norte-americanas. Interpelado pelos dirigentes se ele iria mostrar o caminho das pedras do sindicalismo brasileiro, Tuthill teria argumentado que poderia falar sobre a experiência norte-

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ Ver RIBEIRO, Ricardo Alaggio, op. cit., p. 342.

³⁵⁰ A operação *Topsy* diminuiu drasticamente o número funcionários na embaixada americana, bem como reduziu os fundos do programa de ajuda. A atuação de Tuthill como embaixador foi considerada bastante discreta, em parte por causa da repercussão da tortura de prisioneiros políticos que iriam se intensificar no final dos anos 1960. FONTAINE, op. cit., p.28.

³⁵¹ Até 1968, eram poucos os críticos no Congresso estadunidense que questionavam as políticas de Washington na América Latina. Ver GREEN, op. cit., p.120.

americana, dizendo apoiar a atuação de sindicatos “livres”, mas que não poderia fazer com que o governo brasileiro efetuassem mudanças nesse sentido.³⁵²

Para a embaixada americana, havia ficado claro que tudo o que o governo brasileiro fazia era de grande importância para os Estados Unidos. Desde a instauração do governo civil-militar, os empréstimos norte-americanos haviam atingido a cifra de 900 milhões de dólares. Tal fato colocava o governo estadunidense bastante próximo e identificado internacionalmente com a administração de Castello Branco. Como observou o adido trabalhista Herbert Baker, “de modo proporcional, nosso prestígio depende do sucesso ou falha do governo brasileiro”.³⁵³ No entanto, era visível para os especialistas norte-americanos que o governo de Castello Branco não estava obtendo boa aceitação por parte dos trabalhadores. Tornaram-se frequentes os manifestos endereçados ao Presidente da República, enviados pelos dirigentes das cúpulas sindicais, para reclamar da política salarial e da falta de liberdade sindical, além de melhorias no sistema de seguro social.

A reação por parte dos dirigentes ao AI-5, de acordo com a embaixada, teria revelado opiniões divergentes. Alguns apoiavam, outros se opunham dizendo que o decreto havia retirado a máscara da ditadura, enquanto a maior parte não manifestava posição alguma.³⁵⁴ A partir de dezembro de 1968 a imprensa norte-americana, que até então não considerava o governo militar uma ditadura, passou a criticar fortemente o autoritarismo de Costa de Silva, chegando a pedir para que Nixon se distanciasse do regime. O Departamento de Estado sugeriu que os financiamentos concedidos pela USAID ao Brasil fossem revisados. Porém, como observou Green, embora o Departamento de Estado tivesse ameaçado reavaliar a ajuda financeira ao Brasil, como

³⁵² Em 1968, a ajuda militar estadunidense ao Brasil foi reduzida consideravelmente. Entrevista com John W. Tuthill, op. cit.

³⁵³ Nesse período, os adidos trabalhistas se ocupavam em revisar as atividades dos dirigentes do CGT expulsos e perseguidos pelo governo. Para melhor acompanhar suas ações, a embaixada americana pretendia circular uma lista de ex-líderes e requerer relatórios individuais dessas pessoas junto aos órgãos de repressão e aos sindicatos. Até aquele momento os funcionários contavam com uma listagem de 60 nomes. Com o aumento da insatisfação dos trabalhadores, a embaixada temia que a conjuntura se tornasse favorável para “explosões extremistas”. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado sobre o impacto da política sindical do governo no período de julho a dezembro de 1965, escrito em 21 de janeiro de 1966, por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1220.

³⁵⁴ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 17 de janeiro de 1969. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

represália às medidas autoritárias e buscando se distanciar do regime, a relação econômica entre os dois países não foi abalada de fato.³⁵⁵

Aos olhos da embaixada, “as ações e omissões do governo em relação à política sindical nos meses recentes têm servido para unificar os interesses entre vários setores sindicais” em relação às questões consideradas mais básicas, como os reajustes de salários. Esses interesses comuns estariam reavivando nas principais lideranças sindicais a ideia de formação de uma central sindical nacional, nos moldes da extinta CGT. O objetivo era tornar mais forte a participação dos sindicalistas no governo, comentou o adido trabalhista em março de 1966.³⁵⁶

Além dos problemas políticos e burocráticos que o governo dos Estados Unidos tinha de enfrentar internamente, ele se viu obrigado a lidar com as posturas divergentes dos países “beneficiados” pela Aliança para o Progresso. Atormentados com a mal sucedida invasão ao Vietnã, o governo estadunidense se via pressionado pelo Congresso a reduzir os custos e os postos diplomáticos em todas as missões espalhadas pelo mundo, inclusive aquelas que possuíam mais de cem cargos oficiais, o que incluía o Brasil.

Entre ministros e autoridades norte-americanas

Antes mesmo da posse de Costa e Silva, um episódio envolvendo autoridades brasileiras e norte-americanas, que haviam se reunido para debater as questões sindicais, mais uma vez tensionou a relação diplomática entre os dois países. No encontro, realizado no final do ano de 1966, estavam presentes o embaixador John W. Tuthill, os ministros Octávio Bulhões, da Fazenda, Roberto Campos, do Planejamento, Nascimento e Silva, do Trabalho, além do adido trabalhista Herbert Baker. Numa reunião anterior, Tuthill já havia mencionado a preocupação crescente dos Estados Unidos em relação ao bem-estar dos trabalhadores brasileiros e o papel do sindicalismo livre no país, dizendo que esperava do governo militar informações das mudanças institucionais que viessem a fortalecer o movimento sindical democrático. Em resposta, Bulhões afirmou não compreender porque a orientação da política salarial era um tema que deveria ser

³⁵⁵ Nesse período, logo após o AI-5 ocorreu outro episódio diplomático envolvendo os Estados Unidos. Dois sacerdotes norte-americanos que estavam em uma missão no Nordeste brasileiro foram presos numa paróquia em Recife, acusados de “atividades subversivas”. Ver GREEN, James, op. cit., pp. 146-53.

³⁵⁶ Telegrama da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 24 de março de 1966, sobre manifesto entregue ao presidente Castello Branco. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

discutido com os norte-americanos. Campos prosseguiu alegando que o assunto era muito delicado. Aproveitou para apoiar a declaração do ministro da Fazenda afirmando que “não era possível aumentar os salários acima da fórmula do governo sem destruir o projeto de estabilização da economia”. Baker replicou explicando a diferença entre salário e política trabalhista, e expressou sua preocupação com o aumento dos índices da inflação. Afirmou ainda que a aplicação de uma política salarial adequada poderia incentivar o programa de estabilização, mais do que ameaçá-lo, pois os sindicatos deveriam ter claramente a noção das suas funções, principalmente no tocante à negociação coletiva. Esta, segundo ele, seria naturalmente desempenhada dentro de um contexto de diretrizes elaboradas pelo programa de estabilização, produzindo a sensação de que a classe trabalhadora tinha participação no plano econômico.³⁵⁷

O programa “Sindicato para Sindicato”, criado pelo IADESIL para promover o intercâmbio de sindicalistas entre os dois países, também foi tema do encontro. Baker, cuidadosamente, disse que lamentava as críticas ao sindicalismo brasileiro que haviam sido recentemente divulgadas nos Estados Unidos. O adido se referia ao “incidente” ocorrido em meados de 1966, quando o jornal *The New York Times* publicou as impressões de dois sindicalistas norte-americanos que haviam passado três semanas no Brasil como integrantes do programa de intercâmbio sindical. Em um relatório endereçado a George Meany, presidente da AFL-CIO, os visitantes relataram a sua perplexidade ao terem verificado *in loco* a política de controle exercida pelo governo civil-militar nos sindicatos. Alegando estarem “preocupados com a situação política no Brasil”, os dirigentes estrangeiros afirmaram ser a política salarial “uma questão delicada na relação entre o Brasil e os Estados Unidos”.

A visita provocou uma série de críticas por parte da AFL-CIO em relação às medidas realizadas pelo governo de Castello Branco, entre elas, a restrição dos salários, a condensação das negociações coletivas e a repressão policial sobre os sindicatos. Para um dos dirigentes norte-americanos, “os líderes daqui têm um grande medo que eu nunca vi em minha vida”, e completou: “medo da repressão policial”. Sobre os

³⁵⁷ Além das autoridades citadas, estiveram presentes na reunião: Donald K. Palmer, secretário assistente (política econômica), Stuart H. Van Dyke, chefe da missão, Robert B. Elwood, conselheiro para assuntos econômicos, além de um grupo de funcionários do Ministério do Planejamento e do Banco Central. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 27 de dezembro de 1966. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

empregadores, foi observado que eles estavam utilizando a política restritiva salarial do governo como estratégia para evitar a negociação com os empregados. Essas medidas, na visão dos dirigentes norte-americanos, “ao invés de afastar os comunistas, estão fazendo comunistas”. No entanto, o problema maior estaria na suposta ausência de mecanismos para negociação coletiva nas relações trabalhistas, já que o sistema de processos tramitados na Justiça do Trabalho mostrava-se insuficiente e demorado. Assim, concluiu, “nem o melhor líder sindical do mundo pode representar os trabalhadores e ter a confiança deles enquanto estiverem submetidos a esse tipo de sistema”.³⁵⁸

A repercussão das críticas feitas pelos dois dirigentes norte-americanos provocou a ira das autoridades brasileiras, contribuindo para aumentar o mal-estar nas relações sindicais Brasil e Estados Unidos. O Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Vasco Leitão da Cunha, fez um pronunciamento no *The New York Times*. Cunha invocou a criação da Justiça do Trabalho para explicar o caráter das negociações coletivas no Brasil. Explicou que a retirada do projeto de lei no Congresso, que visava o estabelecimento de novas regras para as negociações coletivas, precisava ser mais bem analisada e deveria estar em conformidade com os ditames da política salarial. Cunha ressaltou que o governo não se opunha à negociação coletiva; pelo contrário, afirmou que ela era “bem-vinda na medida em que representa um processo espontâneo em conformidade com as regras do mercado”. No Brasil, o ministro do Trabalho, Nascimento da Silva, também rebateu as críticas por meio dos veículos impressos de comunicação. Silva não entrou no mérito da intervenção estrangeira nos problemas brasileiros, mas salientou as dificuldades em comparar os sistemas sindicais do Brasil e dos Estados Unidos.

Meses depois, Baker esforçava-se para convencer as autoridades brasileiras de que o programa era bem sucedido, sendo “impossível vetar a liberdade de expressão” de ambas as partes. Ao registrar o encontro, Baker descreveu o tédio expressado por Bulhões ao ter ouvido suas declarações, fato que o teria deixado perplexo. Na mesma oportunidade, os ministros da Fazenda e do Planejamento comunicaram que as questões trabalhistas não eram um tema exclusivo do Ministério do Trabalho, devendo ser

³⁵⁸ Recorte de jornal *The New York Times*, de 23 de novembro de 1966. George Meany Memorial Archives, International Affairs Department, Country Files, 1945-1971, pasta 16/10, Brazil: printed material (1964-1966).

debatidas com eles também. Na sequência, Baker cobrou das autoridades a discussão de outros temas, como a agricultura, moradia, educação. Após contrair os ombros em sinal de desdém, Bulhões teria respondido: “*all right*”.

Dois dias depois da reunião, o clima de tensão entre as autoridades do governo brasileiro e norte-americanas continuou. Em um novo encontro, os estrangeiros entregaram o esboço de um plano de metas para os ministros Campos e Nascimento e Silva, o que se tornou rapidamente o tema das discussões. A ideia era apresentar aos brasileiros um conjunto de diretrizes políticas e econômicas a ser seguido. Em relação à política salarial para o ano de 1967, o governo deveria “frear a deterioração dos salários, assegurar a divisão dos lucros de produtividade, e melhorar os rendimentos dos não assalariados e dos serviços realizados pelo governo”. No tocante às negociações coletivas, esperava-se que ela passasse a ser incorporada como parte do programa de estabilização da economia. Por fim, a embaixada americana pedia para que o governo se comprometesse em assegurar a autonomia do movimento sindical.³⁵⁹

Às exigências norte-americanas, Roberto Campos teria reagido com hostilidade, conforme as impressões de Baker. O ministro retomou a explicação da sua “já bem conhecida teoria”, de que a média dos salários reais não havia sido declinada e que a legislação do trabalho substituíra a prática das negociações coletivas, afirmando que não era possível a utilização dos dois sistemas. Nascimento e Silva pediu cautela em relação à política salarial para que esta não atrapalhasse o plano de estabilização. Argumentou ainda que a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho eram satisfatórias no Brasil, declarando que ele era bem próximo das lideranças sindicais e que não estava “ciente de criticismo espalhado sobre a política sindical”.

As declarações do ministro do Trabalho foram questionadas pelo chefe da missão norte-americana no Brasil, Stuart H. Van Dyke, que afirmou ter conhecimento das reclamações feitas com frequência pelos líderes sindicais brasileiros ao governo norte-americano sobre os problemas da política trabalhista. Baker retomou a discussão alegando que as relações trabalhistas poderiam ocorrer de várias formas no mundo, sendo que muitos sindicatos na Europa, Estados Unidos e América Latina haviam optado pela negociação coletiva direta entre sindicato de trabalhadores e os

³⁵⁹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 27 de dezembro de 1966. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

empregadores – modelo que, segundo ele, se mostrava mais eficiente. O ministro Campos então sugeriu que fosse redigido o primeiro parágrafo que tratava da desvalorização dos salários. Mas a comitiva estrangeira afirmou que não estava disposta a fazer nenhuma alteração no texto que viesse a modificar a ênfase na necessidade de adequação das remunerações, de acordo com os índices inflacionários, e da participação sindical no aumento da produtividade. Após breve discussão sobre a troca de palavras redigida no plano de metas, a reunião foi encerrada sem nenhuma decisão final.

O episódio deixou claro para os norte-americanos a necessidade de distensão das duras medidas do governo em relação aos trabalhadores, temendo a reação deles e o retorno das lideranças comunistas. No entanto, os ministros de Castello Branco, contrariados com a repercussão internacional negativa do governo civil-militar, pareciam decididos a não ceder, ou ceder pouco, nas questões trabalhistas. Apostavam na estratégia de estabilização da economia, com base no arrocho salarial, aliada à repressão dos trabalhadores, para alcançar as metas do desenvolvimento econômico sem dar indícios de que estes princípios poderiam ser mudados.

Pouco tempo depois, o clima de tensão entre as autoridades do governo e os norte-americanos foi amenizado com um passeio de barco realizado pelos ministros Roberto Campos e Nascimento e Silva, acompanhados do adido trabalhista Herbert Baker. Na oportunidade, o ministro do Trabalho mostrou-se simpático ao modelo sindical dos Estados Unidos e aproveitou para confidenciar o seu embaraço em relação ao encontro anterior. Em seu relato, Baker revelou que a comitiva norte-americana estava ciente de que a apresentação do plano de metas na área sindical não teria força suficiente para alterar as condições existentes. No entanto, eles acreditavam ser importante insistir na reapresentação desses tópicos a fim de mobilizar e pressionar as autoridades brasileiras. Baker ainda tinha esperança de que o ministro Nascimento e Silva submetesse ao Congresso o projeto de negociações coletivas livres, descartado por Castello Branco no ano de 1965.

Com efeito, em janeiro de 1967, Nascimento e Silva pediu para que uma comissão do Ministério do Trabalho reavaliasse aquele antigo projeto de lei. Sussekind, que na época ocupava o cargo de juiz do TST, também foi consultado.³⁶⁰ Porém, a

³⁶⁰ Telegrama da Embaixada Americana no Brasil para o Departamento do Estado, de 20 de janeiro de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy

aprovação da versão da nova Constituição reforçava o modelo antigo de regulamentação trabalhista, e os capítulos referentes ao tema da negociação coletiva eram bastante similares à de 1946.

A incômoda presença norte-americana entre nacionalistas e esquerdistas

Na segunda metade da década de 1960, as denúncias e suspeitas de que a CIA mantinha agentes secretos em seus programas de ajuda externa, como a Aliança para o Progresso, aumentaram ainda mais o antiamericanismo nesses países. Como apontou James Green, “acreditava-se que os brasilianistas, assim como outros norte-americanos que estavam no Brasil, eram pagos pela CIA”.³⁶¹ Em 1967, os métodos de combate ao comunismo nos países da América Latina utilizados pelo governo norte-americano provocavam uma série de críticas.

Um ano antes, mais precisamente em abril de 1966, o jornal *The New York Times* provocou um escândalo ao publicar os resultados de uma investigação sobre as finanças de várias organizações de atividades estrangeiras cobertas pela CIA, entre elas o Congresso pela Liberdade da Cultura (CCF). Fundado em Berlim, em 1950, a entidade havia sido criada como uma reação ao sucesso dos congressos comunistas organizados no final da década de 1940 e tinha como objetivo principal apoiar ações culturais e intelectuais dentro e fora dos Estados Unidos. Com o apoio do governo norte-americano, o CCF chegou a reunir 118 intelectuais anticomunistas, espalhados por mais de 21 países, incluindo o Brasil, projeto secreto que ficou conhecido como uma das ações da chamada “Guerra Cultural” da Guerra Fria.³⁶²

As denúncias de envolvimento de entidades civis com a CIA logo se estenderam ao movimento sindical norte-americano. Em Chicago, durante o Encontro de Líderes Sindicais para a Paz, que reunia trabalhadores militantes contra a Guerra do Vietnã, Victor Reuther, dirigente da CIO e diretor de assuntos internacionais dos Trabalhadores Unificados da Indústria Automobilística (UAW), confirmou a colaboração de entidades sindicais com os órgãos de espionagem governamentais, que formavam uma vasta rede internacional de informações. Reuther criticou a política internacional desenvolvida pela

Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

³⁶¹ GREEN, James, op. cit., p. 31.

³⁶² CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 67.

AFL-CIO por estar demasiadamente ligada ao Departamento de Estado e aos demais órgãos do governo estadunidense.³⁶³

Em meados de 1967, brasileiros, tanto da ala civil e militar conservadora quanto militantes da esquerda, acompanhavam as denúncias envolvendo a CIA e as organizações sindicais e estudantis. É provável que os dirigentes sindicais tenham lido as notícias publicadas no *Washington Daily News* de fevereiro de 1967, e reproduzidas pelos jornais brasileiros da grande imprensa, sobre os desdobramentos da investigação feita por uma comissão parlamentar de inquérito nos Estados Unidos. Se não leram, ao menos tinham conhecimento da versão em português do livro de George Morris intitulado *A CIA e o movimento operário americano*, publicado pela Civilização Brasileira. Tendo como ponto de partida as acusações feitas por Victor Reuther, o autor procurou revelar as ligações entre a AFL-CIO, o setor de inteligência e o governo dos Estados Unidos como parte da aliança voltada para o combate internacional da ideologia comunista. Morris também se baseou numa série de artigos publicados em jornais americanos que mostravam as atividades conjuntas realizadas no exterior pela organização sindical e a CIA. Entre os artigos considerados mais relevantes sobre a matéria, o autor citou a série de reportagens publicadas no *Washington Post*, entre os dias 30 de dezembro de 1965 a 2 de janeiro de 1966.

A embaixada americana também se mostrou bastante preocupada com a repercussão das acusações entre as autoridades e sindicalistas brasileiros. Em muitas das denúncias, foi citada a derrubada de João Goulart como um exemplo da bem sucedida união entre o governo, a CIA, sindicatos e demais órgãos norte-americanos no combate ao comunismo na América Latina.³⁶⁴

No setor sindical brasileiro, a comentarista de televisão e ex-diretora do Banco Nacional de Habitação (BNH), Sandra Cavalcanti, ligada ao governo de Carlos Lacerda na Guanabara, acusou a AFL-CIO de ter laços com a CIA, fato que teria observado quando ocupava o cargo de coordenadora do projeto de 23 milhões para construção de casas populares financiados pela USAID. Suas declarações tiveram grande repercussão

³⁶³ MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 2.

³⁶⁴ Telegrama da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 16 de março de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

na mídia brasileira.³⁶⁵ Em uma entrevista concedida ao jornal *Tribuna da Imprensa*, de 28 de dezembro de 1967, Sandra Cavalcanti relatou sua “odisseia” para receber o empréstimo de 23 milhões de dólares da AFL-CIO para construção de habitações populares no Rio de Janeiro, oportunidade em que ela denunciou as ligações entre o sindicalismo estadunidense e a CIA. Cavalcanti não concordava com as exigências feitas pela central sindical norte-americana para efetivação do empréstimo.³⁶⁶

Em seu depoimento concedido aos membros da CPI instaurada em outubro de 1967, que investigava a atuação das entidades estrangeiras no Brasil, proposta pelo deputado Jamil Amiden do MDB da Guanabara (tema a ser abordado adiante), Sandra Cavalcanti forneceu mais detalhes sobre a sua relação com a AFL-CIO e o governo estadunidense. Segundo ela, a prática de empréstimos concedidos pelo IADESIL havia começado em 1963, ano da instalação da entidade no país, quando foram oferecidos 23 milhões de dólares para a construção de casas populares ao governador Adhemar de Barros. Mas como não havia um meio legal de uma entidade estadual receber esse montante sem o aval dos órgãos da União, a transação teve de ser transferida do plano estadual para o federal. Assim, em 1964, iniciaram-se os entendimentos para viabilização de empréstimos norte-americanos com Roberto Campos, ministro do Planejamento. O BNH ainda não havia sido criado. Após uma série de negociações travadas por Roberto Campos em Washington no mês de junho de 1964, o pacote de 23 milhões voltou a ser discutido novamente.

Quando assumiu a presidência do BNH em novembro do mesmo ano, Cavalcanti teria recebido recomendação expressa para atender os dirigentes da AFL-CIO, que estavam acompanhados do sindicalista brasileiro Rômulo Marinho. Cavalcanti havia elaborado um projeto de habitação para trabalhadores, que ela afirmou ter sido feito em consonância com a legislação brasileira. Em uma viagem à Washington, ela se

³⁶⁵ Sandra Cavalcanti, durante sua formação universitária, foi influenciada pelo pensamento político do estadista alemão Konrad Adenauer e de Alcide de Gasperi, teórico da democracia cristã. Foi eleita vereadora em outubro de 1954, pela UDN. Era defensora dos interesses das escolas particulares. Em 1960, elegeu-se deputada estadual, também pela UDN, no estado da Guanabara, quando se ligou estreitamente a Carlos Lacerda, governador da Guanabara (1960-1965) e forte opositor de Goulart. Após o golpe, foi nomeada, em outubro de 1964, presidente do BNH. Em 11 de novembro de 1965, Cavalcanti foi substituída por Luís Gonzaga do Nascimento e Silva. Ver Dicionário Histórico-Biográfico CPDOC, versão *online*.

³⁶⁶ Antes das declarações feitas no jornal *A Tribuna da Imprensa*, em 1967, Sandra Cavalcanti já havia concedido entrevista para as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, no ano de 1966, denunciando a atuação “duvidosa” do IADESIL. Relatório final da CPI das entidades estrangeiras no Brasil. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970, p. 72.

encontrou com Thomas Mann, diretor da Aliança para o Progresso, Jack Prebish, encarregado de dialogar com os brasileiros, Willian Doherty, representante dos Assuntos Internacionais da AFL-CIO e caracterizado por ela como um irlandês gordo, vermelho, que havia vindo várias vezes ao Brasil e falava muito bem o espanhol, conhecia pelo nome vários líderes sindicais brasileiros, mostrando ter intimidade com muitos deles. Sandra Cavalcanti mostrou-se surpresa ao saber que seu projeto deveria ser alterado. Eles exigiam a formação de uma comissão de dirigentes sindicais, com a presença de um integrante da AFL-CIO para fiscalização das obras. Além disso, queriam que as construções fossem feitas obrigatoriamente por empresas norte-americanas e que os projetos de habitação fossem submetidos ao Federal House Bureau, um órgão técnico em urbanismo, dos Estados Unidos.

Diferentemente do embaixador brasileiro Juracy Magalhães, Sandra Cavalcanti disse ter não concordado com a lista de exigências. A presidente do BNH teria então questionado o diretor do programa Aliança para o Progresso ao dizer: “se essa ajuda em dinheiro, destinada aos sindicalizados brasileiros, seria para levar a classe a acreditar que veria melhorada a situação social, ou seria “apenas para permitir uma infiltração de organizações americanas na condução dos problemas sindicais brasileiros e para dar lucro às empresas construtoras norte-americanas”. Para ela, a desconfiança do órgão norte-americano na habilidade de liderança e condução do projeto pelos brasileiros significava o reconhecimento da falência de todo o ensino superior das escolas de engenharia e arquitetura do Brasil.

“Criei então uma crise”, continuou Sandra Cavalcanti em seu depoimento fornecido aos membros da CPI. O embaixador brasileiro tentou contornar a situação. Diante do impasse, a organização norte-americana teria cedido e aberto mão da contratação de empresas exclusivamente norte-americanas para o projeto. Deixou também de exigir que os projetos fossem submetidos à verificação de um escritório norte-americano de urbanismo. Quando o projeto, já refeito, foi submetido novamente à apreciação das autoridades norte-americanas, Sandra Cavalcanti contou ter feito uma visita à sede da AFL-CIO, em Washington. Na ocasião, foi recebida por Willian Doherty, que a levou para conhecer o prédio e as demais instalações, mas ela teria pedido um tempo livre, pois queria conversar sozinha com os dirigentes. Ao contrário da boa impressão sentida por muitos sindicalistas brasileiros que visitaram a AFL-CIO naquele período, o contato de Cavalcanti com os sindicalistas a teria deixado com uma

péssima imagem do sindicalismo norte-americano. Para ela, “tudo aquilo me pareceu mais um grupo de pelegos norte-americanos, parecidos até mesmo com os nossos, com a única diferença de que os de lá eram mais bem vestidos, mais bem nutridos e falavam inglês”.³⁶⁷

Após uma série de alterações no projeto feitas pelos membros da AFL-CIO, Sandra Cavalcanti teria sido informada de que a central sindical não possuía os 23 milhões prometidos ao Brasil. Contou que os sindicalistas norte-americanos vinham ao Brasil, se hospedavam no *Copacabana Palace*, o hotel mais luxuoso do Rio de Janeiro, para discutirem o projeto de habitação. Nos encontros realizados na diretoria do BNH, eles criticavam uma cláusula do acordo, sumiam por uma semana e “depois voltavam, queimados e bem dispostos” para averiguar se o ponto criticado havia sido corrigido. Por fim, Cavalcanti teria ficado ciente de que o empréstimo não seria concedido ao BNH por meio de uma nota da AFL-CIO publicada em um jornal dos Estados Unidos e enviada para os sindicatos brasileiros, dizendo que o governo brasileiro não estava tratando bem seus trabalhadores sindicalizados e que, por isso, não teriam a ajuda da AFL-CIO.

A essa altura, o presidente Castello Branco já havia lançado a pedra fundamental do projeto, planejado para ser construído na cidade de São Bernardo do Campo. Estavam previstas a construção de 462 apartamentos e o conjunto se chamaria “Vila Gompers”.³⁶⁸ Para manter a palavra e o compromisso com os operários sindicalizados, que haviam comparecido à solenidade e criado uma cooperativa, explicou Cavalcanti, o projeto começou a ser construído com os recursos do FGTS.³⁶⁹ A ex-presidente do BNH citou ainda o nome de Roberto Gebara, deputado estadual entre os anos de 1963 e 1967, que havia sido secretário do Trabalho do estado de São Paulo e empresário ligado à AFL-CIO, como um dos interlocutores do projeto. Cavalcanti aproveitou para sugerir aos membros da CPI para que mudassem o nome da vila, posto que não havia sentido em homenagear um norte-americano se o projeto estava sendo realizado com verbas exclusivamente brasileiras.

³⁶⁷ Relatório final da CPI, op. cit., p. 73, primeira coluna.

³⁶⁸ Conforme Negro observou, a embaixada americana esperava que a cerimônia da pedra fundamental da Vila Gompers representasse uma oportunidade para manter aceso o projeto de negociação coletiva livre, enviado ao Congresso e rejeitado no ano de 1965. NEGRO, *Linhas de Montagem*, op. cit., p. 254.

³⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 1º de abril de 1966, p. 16.

Após sua saída da presidência do BNH, Cavalcanti, com argumentos baseados na leitura dos jornais e outras publicações estrangeiras, principalmente a dos Estados Unidos, passou a denunciar as relações entre a AFL-CIO e a CIA. É provável que ela tenha lido o polêmico artigo de Thomas Braden publicado na revista *Saturday Evenings Post*, edição de 20 de maio de 1967. Nele, ainda que para defender a atuação da CIA, o ex-agente revelou que a central de inteligência norte-americana contribuía com o Congresso pela Liberdade da Cultura, que no Brasil editava a revista “*Cadernos Brasileiros*”.³⁷⁰ Além de uma série de reportagens publicadas no *The New York Times*, de outubro de 1967, outras evidências foram reveladas pela revista *Ramparts*, edição de abril de 1966, identificada com o catolicismo de esquerda, contendo acusações de que a CIA financiava lideranças da Associação Nacional de Estudantes (NSA) dos Estados Unidos, além de outras organizações estudantis, sindicais, entidades religiosas e políticas em todo o mundo.

O “doce canto do coronel Passarinho”: ação e repressão no movimento sindical

Embora o cenário fosse de crise nas relações sindicais e diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos no início do governo Costa e Silva (1967-1969), a embaixada americana via com bons olhos a atuação do novo ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que ocupara anteriormente o cargo de Governador do Pará. Passarinho havia ganhado uma reputação de militar “moderado” quando comparado com os da chamada “linha dura”. Segundo Alexander, o ministro não chegou a fazer mudanças importantes no ministério do Trabalho, e as opiniões dos líderes sindicais sobre sua atuação eram variadas.³⁷¹ Para o representante da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM), Miguel Huertas, Passarinho havia deixado uma boa impressão aos membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Muitos deles, após a reunião com o ministro, disseram que se ele fizesse somente a metade do que havia prometido, a situação dos trabalhadores iria melhorar. No entanto, Huertas achava

³⁷⁰ Braden era jornalista e havia colaborado com a U.S. Office of Strategic Services (OSS) e depois com a CIA até 1954. Era proprietário de um jornal na Califórnia e ligado ao empresário Nelson Rockefeller. Quando a revista *Ramparts*, em 1967, publicou um artigo sobre o envolvimento da CIA com líderes estudantis e sindicais, Braden defendeu a central de informações em seu artigo “*I’m glad the CIA is ‘immoral’*”, sem negar tais relações, o que teria causado uma repercussão ainda pior.

³⁷¹ Para o presidente da CNTI, Deocleciano Cavalcanti, Passarinho teria feito promessas de que iria realizar melhorias para os trabalhadores e seus sindicatos, mas teria falhado quando ocupou o cargo. Entrevista realizada pelo autor em 1968. ALEXANDER, Robert. *A History of Organized Labor*. Westport, CT: Praeger, 2003, p. 156.

que, na prática, o ministro havia feito pouco, pois era prisioneiro do regime do qual fazia parte.³⁷²

Passarinho apresentava uma imagem mais amistosa em relação aos sindicatos, sem necessariamente divergir da política trabalhista iniciada por Castello Branco. Achava que a nova Constituição brasileira havia sido liberal com relação aos direitos trabalhistas, afirmando que o “governo não deve, não pode, desempenhar um papel repressivo nos sindicatos”, nem continuar a “exercer o mesmo tipo de paternalismo que existia antes Revolução”. Passarinho, como um típico adepto da Doutrina Social da Igreja, também criticava a postura intransigente dos empresários que se opunham fortemente aos projetos de nacionalização do seguro do acidente industrial e de divisão de lucros, ou a qualquer outra medida que favorecesse a classe trabalhadora.³⁷³ Em seu relatório anual, o adido trabalhista analisou como positivas as atividades iniciais do ministro do Trabalho na intenção de estreitar a relação entre a AFL-CIO e os diversos setores sindicais brasileiros. Tais ações teriam contribuído para desconstruir a visão negativa sobre os norte-americanos no Brasil, que a partir de 1966 passou a preocupar as autoridades norte-americanas.³⁷⁴

Em 1967, os trabalhadores pouco a pouco voltavam a se organizar. Em *Amanhã*, periódico publicado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, de 30 de abril a 6 de maio de 1967, uma matéria alertava os trabalhadores para o “doce canto do coronel Passarinho”, questionando as declarações do novo ministro do Trabalho veiculadas na grande imprensa de que ele estava disposto “a tornar os sindicatos completamente livres da legislação policialesca e fascista” imposta aos trabalhadores nos últimos três anos. O artigo foi encerrado com a seguinte advertência: “é comum um novo governo começar com promessas. Além do mais, é época de Páscoa. O canto do coronel Passarinho, contudo, vai encontrar trabalhadores que já não acreditam mais em Papai Noel”.³⁷⁵

³⁷² Entrevista com Miguel Huertas feita por Robert Alexander em 28 de abril de 1968. AEL-Unicamp, Coleção Robert Alexander, série entrevistas (1947-1994), Box 5, folder 60, microfilme rolo 4.

³⁷³ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 6 de julho de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1220.

³⁷⁴ Relatório anual da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1220.

³⁷⁵ *Amanhã*, de 30 de março a 6 de abril de 1967, n. 1., p. 4, CEDEM-UNESP, localização P6/086.

Em uma publicação anterior, os estudantes já haviam retratado um Passarinho um tanto quanto desafinado. Queriam saber qual “coelho que Jarbas Passarinho traz escondido na cartola para oferecer aos trabalhadores de São Paulo no dia Primeiro de Maio” daquele ano; “aumento de salários não é, pois Delfim Neto já avisou que o arrocho vai continuar”. Para os trabalhadores, estava exposta “uma realidade nua e crua: salários congelados por muito tempo ainda, ao mesmo tempo em que o custo de vida continua aumentando”. No entanto, o periódico reconhecia que o ministro do Trabalho ainda poderia manobrar com certa folga, pois os trabalhadores não tinham outra saída a não ser aceitar a política salarial do governo Costa e Silva. Todavia, observou que a “vida sindical está começando a tomar nova força, ressurgindo da desordem a que foi submetida”. Diante disso, o Primeiro de Maio parece ter sido um pouco melhor do que o ano anterior, o espírito de luta começava a ressurgir.³⁷⁶

Não demorou para que as autoridades do regime comessem a reprimir a participação do movimento estudantil na vida sindical. Em 18 de dezembro de 1967, o general Moacir Gaya, delegado da DRT, anunciou medidas para impedir os supostos “abusos que vem caracterizando a agitação nos meios sindicais”. Uma das ações foi a proibição de qualquer manifestação em reuniões de entidades de trabalhadores, de alguém que não fosse membro daquela instituição. O estopim que teria levado a tal ato havia sido uma reunião realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, presidido por José Ibrahim, com a participação de estudantes da POLOP e da Ação Popular (AP), onde foi debatida a política salarial. Segundo o jornal, o evento acabou “descambando em ataques ao governo federal (classificado de ditadura militar), aos Estados Unidos e à imprensa brasileira”. Durante o encontro, o metalúrgico José Ferreira Batista atacou a “Revolução” e disse que “era preciso acabar com o imperialismo americano”.³⁷⁷ Como observou Negro,

um agrupamento composto de católicos progressistas, estudantes e operários agitava bairros, igrejas, ruas e fábricas e, assim, se preparava para colidir de frente com o que chamava de “sindicalismo oficial”. As forças de oposição apresentavam o caminho do protesto, que, corajosamente, defendiam em assembleias infestadas de polícias. Seus ativistas se destacavam na crítica à ditadura, ao clima de terror nas fábricas e ao amargo

³⁷⁶ *Amanhã*, produzido por estudantes da USP, de 27 de abril a 4 de maio de 1967, n. 3, p. 4. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

³⁷⁷ *O Estado de São Paulo*, 19 de dezembro de 1967, p. 20. Agradeço a Antonio Luigi Negro pela concessão do material.

arrocho, vinculando uma coisa a outra. Propunham, logo depois, que o sindicato não fosse ao dissídio e que jogasse suas fichas em iniciativas de resistência, para levantar o moral dos trabalhadores.³⁷⁸

Não por acaso, esse sentimento antiamericano misturava-se às ações de cunho nacionalista, realizadas pelo governo Costa e Silva, incomodando também os apoiadores do regime, como veremos no caso da chamada “pirataria sindical”. Entre os descontentes com a presença massiva de instituições norte-americanas no país, estavam não apenas os grupos de esquerda que lutavam contra a ditadura, mas também militares e civis, incluindo empresários insatisfeitos com a política econômica idealizada pelo primeiro governo civil-militar.

No campo trabalhista, a imposição do arrocho salarial não se deu sem resistência dos trabalhadores, dentro e fora dos locais do trabalho e por meio da formação das comissões de fábrica. Nesse período, os problemas que mais mobilizaram a classe trabalhadora eram os atrasos de salários e o pagamento do 13º salário. Havia também o objetivo de recuperar o controle das entidades sindicais, e aos poucos os trabalhadores foram voltando ao sindicato a fim de participar das eleições, a exemplo do que ocorreu com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.³⁷⁹

Receosos de perderem os seus cargos, muitos dirigentes “pelegos”, oriundos dos sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de São Paulo, destacaram-se como opositores da política salarial, formando o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em meados de 1967. Para Almeida, essas lideranças conservadoras viam no Movimento um instrumento de barganha em negociações com as autoridades. As chapas oposicionistas, formadas por antigos dirigentes do PCB e do CGT e também por novos militantes que dariam origem às oposições sindicais, tinham participação no MIA, para o desconforto dos “pelegos”, e desempenhavam um papel importante na luta contra a ditadura.³⁸⁰

³⁷⁸ Era o início da retomada do movimento sindical naquela região, que iria culminar nas greves de Osasco e Contagem, em Minas Gerais, e nas paralisações das automobilísticas do grande ABC. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem*, op. cit., p. 269. Sobre os significados das greves de 1968, ver, da mesma obra, o capítulo 8: “Criar dois, três...inúmeros vietnãs”. Ver também COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma. Uma história de luta e resistência*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

³⁷⁹ ALMEIDA, Fernando Lopes. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 22.

³⁸⁰ Como observou Negro, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as oposições sindicais agruparam-se na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). NEGRO, *Linhas de montagem*,

Nos jornais alternativos produzidos por organizações de esquerda e militantes do movimento estudantil, observam-se numerosas denúncias contra o “imperialismo yankee” no Brasil.³⁸¹ Em *Amanhã*, com o título “Esse mister Jack manda em Brasília”, os estudantes da USP denunciavam as atividades do adido trabalhista Jack Liebof no consulado americano de São Paulo; uma “estranha figura que há alguns anos ronda o sindicalismo brasileiro”, assim assinalou o periódico. Liebof foi descrito como um homem “alto e forte, bastante simpático e sempre com um sorriso ‘amigo’ nos lábios”. E era com um português fluente num sotaque carregado que o adido trabalhista participava abertamente das reuniões, mesas redondas e assembleias sindicais. Sua presença dependia de como era recebido pelos grupos de dirigentes sindicais. “Se na presidência dos trabalhos estão os velhos pelegos, ele é convidado a participar da mesa, se as novas lideranças predominam (coisa que pouco acontece) ele disfarçadamente toma assento no plenário e fica até o fim, ouvindo tudo atentamente”, relatou o jornal. A matéria concluiu questionando as atitudes de “solidariedade” dos americanos.³⁸²

Dentre as principais questões, que segundo os funcionários da embaixada contribuíam para aumentar o antiamericanismo, estavam os seguintes pontos: o rápido reconhecimento do governo militar pelos Estados Unidos; o abandono dos princípios da Aliança para o Progresso no sentido de contribuir para o fortalecimento das “instituições democráticas”; o fato de o plano econômico do governo militar não oferecer uma solução durável para os problemas sociais; além da “política do sacrifício” imposta aos trabalhadores. O descontentamento da classe trabalhadora provocava reflexos diretos nas eleições sindicais. Como observou o adido trabalhista, os grupos “autênticos e democráticos” estavam perdendo os postos de diretoria em organizações consideradas fundamentais. Na falta de melhorias na situação econômica dos trabalhadores, esses líderes estavam sendo forçados a aumentar o tom das críticas ao governo, tornando-se mais nacionalistas e menos pró-americanistas.³⁸³

op. cit., p. 237.

³⁸¹ Ver exemplos nos jornais publicados entre os anos de 1967 e 1968: *A Classe Operária*, do PC do B; *Aonde vamos*, de São Paulo; *Debate*, dos estudantes da Politécnica da USP; *Frente Operária*, do Partido Operário Trotskista Revolucionário, entre outros. CEDEM-UNESP, coleções diversas.

³⁸² *Amanhã*, produzido pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, de 6 a 13 de abril de 1967, p.13. CEDEM-UNESP, P6/086.

³⁸³ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 19 de outubro de 1966, escrito por Raine, sobre o período de janeiro a julho de 1966. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

Nacionalistas e pró-americanistas: duas faces da mesma moeda

Em Brasília, no dia 19 de outubro de 1967, foi realizada na Câmara dos Deputados a primeira sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo deputado Jamil Amiden, do MDB da Guanabara.³⁸⁴ O objetivo era investigar a atuação da Federação Internacional dos Trabalhadores de Petróleo e dos Químicos (IFPCW) e outras organizações internacionais financiadas pelos Estados Unidos. Havia suspeitas de que elas estavam interferindo nos assuntos sindicais brasileiros, com o aval da AFL-CIO e da CIA.³⁸⁵ Após denúncias veiculadas pela imprensa (principalmente pelos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*) e, particularmente pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a CPI iniciou seus trabalhos com nove deputados, que deveriam concluir as investigações num prazo de 120 dias.³⁸⁶ A equipe baseava-se no relatório produzido por uma comissão investigativa do Ministério do Trabalho, que, segundo Jamil Amiden, já havia comprovado 70% das acusações.³⁸⁷ Meses antes, tramitavam no Congresso Nacional outras duas CPIs dedicadas a investigar os estrangeiros no Brasil. Uma analisava a invasão do mercado de produção farmacêutica de uso veterinário por laboratórios estrangeiros, outra tratava de apurar a venda de terras brasileiras para pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.³⁸⁸

A investigação fora suscitada após as denúncias feitas ao MTPS pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo da Guanabara, Lourival Coutinho, mas as revelações não tiveram eco. Coutinho teria procurado Jamil Amiden, que julgou o

³⁸⁴ Jamil Amiden era natural do estado do Mato Grosso, foi sargento do Exército durante a Segunda Guerra Mundial, integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), tendo sido gravemente ferido na Itália. Elegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara em 1962, pela legenda da Aliança Socialista Trabalhista, formada pelo PSB e PTB, ao qual era filiado. Com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, Amiden filiou-se ao MDB. Atingido pelo AI-5, Amiden foi anistiado em agosto de 1979. Dicionário Histórico-Biográfico CPDOC, versão *online*.

³⁸⁵ Telegrama para o Departamento do Estado do Consulado de Brasília da Embaixada dos Estados no Brasil, de 11 de março de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1938.

³⁸⁶ Resolução da Câmara dos Deputados n. 48, de 1967, publicada no *Diário do Congresso Nacional*, no dia 24 de novembro de 1967. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF. Entre os deputados que integraram a Comissão, estavam Arlindo Kunzler, Humberto Bezerra, Adhemar Ghisi, Lopo Coelho, Josias Leite e Dayl de Almeida, todos da Arena, além de José Maria Ribeiro, Ney Ferreira e Jamil Amiden, do MDB. Arlindo Kunzler foi designado relator.

³⁸⁷ Depoimento de Jamil Amiden à CPI, de 23 de janeiro de 1968. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, Relatório final da CPI entidades estrangeiras no Brasil, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970, suplemento n. 101, p. 10, quarta coluna.

³⁸⁸ Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1 (atual Diário da Câmara dos Deputados), novembro de 1967, p. 7272.

assunto da mais alta gravidade. Os deputados queriam saber, entre outras questões, quais seriam as finalidades da IFPCW no Brasil.³⁸⁹ Mostrando-se preocupado com o impacto da política sindical estrangeira no país, Amiden temia que fossem afetados os interesses nacionais.

Na sequência, apresentou uma lista contendo 219 assinaturas de deputados para que fosse constituída a CPI. Em seu depoimento tomado no dia 23 de janeiro de 1968, Lourival Coutinho, tido como um respeitado nacionalista, negou que o conteúdo de seu relatório contivesse tons de denúncia; disse tratar-se de declarações de caráter informativo, indicando apenas provas indiciárias, que deveriam ser mais bem apuradas. Segundo ele, Efraim Velasquez, diretor do IFPCW, era um porto-riquenho “muito polido e inteligente”. Contou que nas duas visitas realizadas ao Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo da Guanabara, Velasquez havia mantido “um diálogo muito interessante sobre vários assuntos, inclusive sindicalismo, a respeito do qual lhe externamos nossa opinião sem reservas”. Para Coutinho, talvez tenha sido este o motivo pelo qual Velasquez não o mais o procurou. Na sequência, indagou:

A que título e para que fim existe uma representação estrangeira desse tipo em nosso país, não o sabemos com segurança, mas sabemos perfeitamente que seu objetivo não é o que apregoa aquele seu delegado, isto é, o de ter a Federação se instalado no Brasil para dar-nos, generosamente, lições de sindicalismo democrático. Ora, são lições estas que não precisamos aprender. Os sindicatos dos trabalhadores de todo o país, desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul, estão, atualmente, sob comando de líderes cuja autenticidade democrática não pode ser posta em dúvida. (...) A partir disso, o sindicalismo adotado num país superdesenvolvido como os Estados Unidos não pode ser o mesmo sindicalismo adotado num país ainda em fase de transição desenvolvimentista, como o Brasil.³⁹⁰

Coutinho prosseguiu fazendo comparações entre o Brasil e os Estados Unidos no setor do petróleo. Para ele, a diferença começava nas relações entre o “assalariador” e o assalariado. Nos Estados Unidos essas ligações ocorriam com empresas privadas, trustes. Já no Brasil, explicou, dava-se por meio de empresa estatal, “cujas as normas da política de pessoal se impõem como padrão às poucas refinarias particulares de petróleo

³⁸⁹ Relatório final da CPI, op. cit., p. 6, primeira coluna.

³⁹⁰ Ibidem.

existentes entre nós, sem qualquer possibilidade de se converterem em trustes”, a exemplo do que ocorria com a Petrobrás. Por consequência disso, os trabalhadores das indústrias de petróleo norte-americanos conseguiam obter maiores vantagens salariais, fazendo com que até mesmo muitos técnicos da Petrobrás se rendessem aos trustes por conta de rendimentos expressivamente superiores, argumentou Coutinho. Para a empresa estatal brasileira, seria impossível competir com esses trustes, “cujo volume de lucros é assombroso”.

No entanto, quando esses trustes passavam a atuar no exterior, os salários oferecidos aos trabalhadores estrangeiros eram rebaixados, representando um valor ínfimo se comparado ao assalariado petroleiro norte-americano. Além disso, incomodava o dirigente o fato de a IFPCW enviar aos Estados Unidos, com regularidade, informes pormenorizados sobre toda a vida sindical do Brasil, “informes esses acompanhados de comentários e críticas nem sempre lisonjeiros para nós brasileiros”. Outra questão a ser investigada pela CPI era o pagamento, em forma de diárias para ajuda de custo, feito pela IFPCW aos dirigentes para frequentarem os seminários, a título de “*jeton de présence*”. Vez por outra, informou Coutinho, deixavam o Brasil delegações de “petrolistas patrícios, que com todas as despesas por conta da mesma Federação, além de uma diária que lhes é paga em dólares, vão aos Estados Unidos estudar ‘sindicalismo democrático’”.³⁹¹

Coutinho, que dizia ter excelentes relações com o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, reivindicava para si e para seus colegas dirigentes brasileiros a missão de fazer com que “cada trabalhador petroleiro se tornasse um devoto do monopólio estatal do petróleo”. Para ele, a atuação de entidades sindicais estrangeiras no país poderia ameaçar “tão nobre propósito”. Contudo, havia ainda uma preocupação maior, a de que “amanhã, o ‘professor’ estrangeiro encarregado de ministrar aulas de sindicalismo democrático aos petrolistas brasileiros venha a ‘ensinar-lhes’ também que a política

³⁹¹ Coutinho mostrou conhecer os membros da AFL-CIO, por meio de material impresso. O seu depoimento baseou-se especialmente na matéria, já citada, publicada na revista *Ramparts*, edição de abril de 1966. Teceu ainda considerações sobre a situação do movimento sindical norte-americano, que, para ele, atravessava uma fase de corrupção e inautenticidade sem precedentes. Acusou o IADESIL de ter estreita relação com o governo estadunidense, a ponto de utilizar a mala diplomática do Departamento do Estado para seus próprios interesses. O sindicalista citou ainda uma série de artigos internacionais que abordavam o tema, entre eles, o *Le Temps Modernes*, de maio de 1967, com artigo de Sidney Lens, intitulado “*O sindicalismo americano e a CIA: a Quinta Internacional*”. Relatório final da CPI, p. 13, segunda coluna.

petrolífera do Brasil é xenófoba, errada e prejudicial aos interesses econômicos do nosso próprio país”, concluiu.

Com três escolas sindicais em Recife, a atuação do IADESIL no Nordeste também preocupava. Afinal, todos “conhecemos o baixo nível mental dos nossos companheiros”, afirmou Coutinho.³⁹² Para ele, tratava-se de trabalhadores analfabetos, que moravam em “ranchos primitivos, vivendo como verdadeiros párias, depauperados pela má alimentação, quando não pela fome”. Estes seriam alvo fácil das manobras estrangeiras e poderiam facilmente “perder seu próprio senso de nacionalidade” em troca de algum utensílio barato.³⁹³ O sindicalista ainda observou que nos cursos promovidos pelo IADESIL nas áreas rurais, o tema da reforma agrária não era sequer debatido. Para ele, a explicação estava no fato de os norte-americanos estarem incluídos na lista entre os maiores latifundiários do país.

No entanto, Coutinho chamou a atenção para o fato de que nem todos os sindicalistas brasileiros eram facilmente “aliciados” pelas entidades estrangeiras. Havia casos de “trabalhadores conscientes”, como Ary da Costa Souza, que deixou registrada sua experiência com o IADESIL no jornal da categoria, *O Securitário*, na edição de setembro-outubro de 1967. Convidado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) a participar de um programa coordenado pelo ICT, Souza seguiu para a cidade de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, onde havia um curso em andamento. Lá, o dirigente afirmou ter “constatado de perto a impressionante e crescente influência que o sindicalismo internacional vem tendo em nosso meio”. Com suas aulas, essas entidades “enchem os olhos dos ‘nativos’ com cursos de aperfeiçoamento feitos no estrangeiro”, e ainda “brindam os sindicalistas com passagens aéreas, estadia em universidades, livros e apostilas”, asseverou Souza,

³⁹² Nessa passagem, Coutinho evoca um imaginário bastante comum difundido na sociedade brasileira, particularmente após as grandes migrações nordestinas realizadas na segunda metade do século XX. Sobre o assunto, ver FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008; NEGRO, Antonio Luigi. “Zé Brasil Foi Ser Peão. Sobre A Dignidade do Trabalhador Não-Qualificado na Fábrica Automobilística”, in BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 403-35.

³⁹³ O papel do trabalhador rural, especialmente os do Nordeste, nas relações trabalhistas e na sociedade brasileira ao longo do século XX tem sido objeto de debate e análise nas Ciências Sociais desde os anos 1950. A chamada escola paulista de Sociologia tendeu a considerar os trabalhadores rurais e os migrantes nordestinos como elementos passivos e submetidos às relações políticas e econômicas arcaicas, baseadas no paternalismo. Sobre essa literatura, ver LOPES, Juarez Brandão. *O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. Sociedade de Indústria no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964; do mesmo autor, *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

lamentando por aqueles seus colegas que se rendiam facilmente a esse tipo de facilidade.

Embora não fosse contrário ao intercâmbio de ideias, ele achava que o material educativo estrangeiro só teria valia quando fosse “adaptado às nossas peculiaridades educacionais, sociais e econômicas”. Além do mais, Souza argumentou que não seriam os cursinhos os responsáveis pela formação das lideranças sindicais, uma vez que, para ele, o líder autêntico deveria ser forjado no trato diário com os problemas trabalhistas. De qualquer forma, quando necessário, o aprimoramento do dirigente caberia às federações e confederações sindicais, afirmou o sindicalista. Estas deveriam ser responsáveis pela organização dos currículos e seleção dos professores.³⁹⁴

Ary Campista, secretário-geral da CNTI e ministro classista do TST, tido como um dos “pelegos” mais longevos da história do sindicalismo brasileiro, questionou a legalidade da representação das entidades sindicais estrangeiras no Brasil.³⁹⁵ Campista era conhecido por fazer e desfazer alianças com sindicalistas e autoridades políticas desde a década de 1950, foi um dos maiores apoiadores do golpe de Estado e tinha entrada livre nas salas ministeriais dos presidentes militares. Foi escolhido por Castello Branco entre 17 outros líderes sindicais indicados pelas sete confederações para ocupar o cargo de juiz classista no TST. Ele mesmo se autoidentificava como um líder sindical “controvertido”; seu nome vinha sempre acompanhado de um adjetivo, contou ao jornalista Paulo Henrique Amorim. Gostava especialmente do “maquiavélico”, “insubmisso” e do “eminência parda”. Considerava-se um homem culto e bem educado, que havia sofrido com as prisões de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, quando era integralista – “coisas da juventude”, assim lembrou. Dizia ter ingressado na vida sindical como um turista: “fui ver como era, gostei e fiquei”.³⁹⁶

Após ter participado como representante do Brasil no VI Congresso da ORIT, realizado no México em março de 1965, Campista fez declarações à imprensa carioca colocando em dúvida a “coerência da filiação internacional com a legislação brasileira, bem como os princípios inerentes ao sistema de unidade sindical vigente no Brasil”. Para ele, as centrais sindicais estrangeiras atuavam como organizações político-

³⁹⁴ Relatório final da CPI, p.15, primeira coluna.

³⁹⁵ Sobre Ary Campista, ver ALEXANDER, Robert. *A History of Organized Labor in Brazil*, op. cit., p. 156; AMORIM, Paulo Henrique. “Sua Excelência, o pelego”. *Realidade*, março de 1968, n. 24, pp. 152-60.

³⁹⁶ AMORIM, Paulo Henrique, op. cit., p. 159.

partidárias ou de caráter político-ideológico, diferentemente do Brasil, que organizava os trabalhadores em sindicatos únicos, independentes de seus credos.³⁹⁷ O VI Congresso teria inaugurado o que Ary Campista chamou de “dedurismo” sindical internacional, já que ele e outros membros da CNTI foram acusados de serem comunistas por seu colega Rômulo Marinho, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comunicação e Publicidade e conhecido por ladear os norte-americanos.

O conflito entre os dois sindicalistas parece ter sido provocado pela disputa de representação sindical na ORIT. Marinho apoiava a candidatura de Mário Lopes de Oliveira para ser representante da ORIT, contrariando os interesses de Campista.³⁹⁸ Ao perder a disputa, Campista passou a fazer declarações na imprensa questionando a atuação das entidades norte-americanas no Brasil. Suas críticas acentuavam o tom nacionalista dos sindicatos brasileiros, em consonância com a política interna que estava sendo delineada por Costa e Silva. Em uma declaração à imprensa, afirmou:

A CNTI está preocupada em integrar-se na conjuntura econômica e social do país, procurando soluções que visem à completa emancipação nacional, inclusive a do sindicalismo pátrio, que não pode nem deve, para ser verdadeiramente útil ao Brasil, transformar-se em moleque de recados dos grandes senhores sindicais e patronais do norte do continente.³⁹⁹

Campista transformou-se no símbolo do “sindicalismo pátrio” e rompeu relações com as entidades sindicais norte-americanas após o polêmico congresso da ORIT em 1965. Em seu depoimento à CPI, em tom exagerado, afirmou que a intervenção das entidades sindicais internacionais nos assuntos brasileiros representava um dos maiores problemas que ele tinha conhecimento ao longo dos seus 33 anos de experiência no mundo sindical.⁴⁰⁰ Confirmou as declarações feitas à imprensa e defendeu a ruptura do

³⁹⁷ Relatório final da CPI, p. 15, quarta coluna.

³⁹⁸ Sobre o VI Congresso da ORIT, Campista relatou que lhe havia chamado a atenção a presença de pessoas estranhas ao sindicalista. Disse que não se tratava de um congresso para trabalhadores, pois não foram discutidos temas referentes aos problemas dos trabalhadores. Representando o Brasil, compareceram membros da CNTI, CNTC e CNTT.

³⁹⁹ Relatório final da CPI, p. 16, primeira coluna.

⁴⁰⁰ Campista era vinculado à Companhia Química Merck do Brasil, mas seus salários eram pagos pela CNTI. Dizia ter se dedicado inteiramente à vida sindical. Para Paulo Henrique Amorim, ele lembrou das diversas vezes que fora apanhado em casa de madrugada para dizer à mulher de um companheiro de fábrica que ele não tinha amantes. Essas coisas, contou, fazia parte “da nossa política”. Considerava-se um homem de sorte, pois “muitas e muitas vezes meu sindicato reivindicava um aumento de 20%, eu ia

sindicalismo brasileiro com os órgãos internacionais. Tal atitude considerada severa devia-se ao fato de o movimento sindical internacional encontrar-se dividido ideologicamente. Divisão na qual, para ele, o Brasil não deveria tomar partido, posto que esse tipo de disputa ideológica no país não fazia sentido. Para Campista, o sindicato brasileiro deveria “abrigar, por força da lei, o democrata da extrema direita, do centro e da extrema esquerda”.

Perante os membros da CPI, Campista questionou a concepção do “sindicato livre”. Para ele, o conceito não se referia apenas à questão ideológica ou política, mas econômica. Os sindicatos deveriam estar livres para utilizar suas verbas como quisessem. É então “livre o sindicato que é economicamente livre”, afirmou categoricamente o sindicalista. A liberdade sindical, continuou, provinha do dinheiro e, “tendo dinheiro, tem força: não tendo dinheiro, não tem força”. Seguindo esse raciocínio, Campista concluía que o “sindicalismo brasileiro não é livre porque não é financeiramente livre, ele vive às expensas de um dinheiro que lhe é conferido pela nossa legislação”. Dava-se assim o relacionamento entre os sindicatos norte-americanos que se diziam “livres” com as entidades brasileiras, que não poderiam compartilhar da mesma liberdade, uma vez que dependiam diretamente do Estado e prestavam contas a ele. Portanto, tal interesse do sindicalismo norte-americano pelo Brasil era “bastante estranhável”.

Todavia, o sindicalismo norte-americano também não era livre, deduziu ele, pois dependia também de elementos estranhos aos quadros sindicais e recebia verbas do governo estadunidense. Em relação ao petróleo, Campista ainda explicitou a existência de um conflito de interesses que seriam incompatíveis com os atos de “solidariedade” realizados pela entidade sindical internacional petroleira, pois, “se o Brasil conseguisse a sua autossuficiência extrativa e industrial, o petróleo norte-americano não poderia ser exportado”.

Para ilustrar os desentendimentos entre os sindicalistas norte-americanos e brasileiros, Campista contou à CPI um fato ocorrido na CNTI, quando ele ocupava o cargo de secretário de Assuntos do Trabalho e Previdência. Tratava-se de um telegrama escrito por Marcondes Filho, superintendente do ICT, para João Wagner Neto, presidente da CNTI. O remetente pedia ajuda ao presidente da confederação para que

negociar com os patrões e acabava trazendo 40”. AMORIM, Paulo Henrique, op. cit., p. 159.

fosse financiada uma parte do seminário promovido pelo ICT, que corria risco de terminar antes do prazo por falta de verbas. Alegou que o IADESIL havia cortado o financiamento, sem aviso prévio. Pediu ainda para que João Wagner intercedesse junto ao adido da embaixada americana para que ele ordenasse ao IADESIL o retorno do envio de verbas ao ICT. Pedido que teria sido recusado pela CNTI. De acordo com Campista, a entidade sindical brasileira não poderia interceder no caso, se nem havia participado da escolha dos candidatos convidados a fazer o curso.

Na sequência, ele levantou a questão da remessa de dinheiro por essas organizações internacionais diretamente aos sindicatos brasileiros ao indagar: “Quem impede a IFPQW de financiar uma greve de não sei quantos dias contra a Petrobrás?”. Campista criticou também a falta de unidade entre as lideranças da própria AFL-CIO. Para ele, a central era uma justaposição sem ser de fato uma integração entre a AFL e a CIO. Falou aos deputados sobre a divisão entre o grupo liderado por George Meany e outro dirigido pelos irmãos Reuther, desavenças que se refletiam também na ORIT, observou. Para ele, Reuther defendia a organização do sindicalismo voltado para os interesses profissionais, enquanto Meany entendia que acima das questões específicas dos trabalhadores estava a defesa do sistema capitalista. E, na defesa de tal ideologia, a AFL-CIO, sabendo como o dinheiro era restrito no sindicalismo brasileiro – argumentou Ary Campista – apresentava-se como um “grande Papai Noel” e, assim, “entra com o dinheiro, aplica-o e tudo está resolvido”.

Não apenas Campista, mas também outros sindicalistas achavam que a entrega de dinheiro estrangeiro para os sindicatos locais, sem maiores cobranças ou qualquer regulação, provocava o chamado “amaciamento” das lideranças sindicais, resultando no seu acomodamento e o desestimulando a lutar pelos interesses dos trabalhadores em troca do dinheiro fácil. Além disso, Campista também questionava os critérios para doação ou empréstimo do dinheiro estrangeiro (como funcionava, quem decidia qual entidade seria beneficiada e quais eram prioritárias). Seria então o governo que dizia: “empresta a este que está antes na fila”, queria saber Campista. À sua pergunta ele mesmo respondeu dizendo: “Não. Empresta-se ao opositor do Sr. Ary Campista, porque é figura simpática do grupo e vai fazer pressão, ou se candidatar contra o Sr. Ary Campista, no seu sindicato”. Com isso, Campista sugeria aos membros da CPI que as somas de dinheiro concedidas aos sindicatos brasileiros pelas entidades estrangeiras tinham como objetivo dividir ou beneficiar algum grupo sindical que lesse “a cartilha”

do sindicalismo norte-americano, interferindo diretamente nos assuntos internos do movimento sindical brasileiro.

Sobre os beneficiados com os empréstimos recebidos apenas no mês de novembro de 1967, Campista citou a Federação dos Químicos da Guanabara, o Sindicato dos Químicos de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Derivados do Petróleo em São Paulo, Sindicato dos Mestres e Contramestres da Indústria de Fiação e Tecelagem de Santa Catarina. Obrigados a prestar conta dos valores recebidos, Campista denunciou, mas sem citar nomes, uma prática comum cometida pelos dirigentes: a invenção de um acidente qualquer que pudesse justificar a doação. Havia casos em que o presidente da entidade alegava verba recebida para pagar prejuízos decorrentes de incêndio. Aos seus pares, Campista pedia “um pouco mais de honestidade”.⁴⁰¹

O sindicalista acusou também o Ministério do Trabalho de favorecer a atuação de dirigentes estrangeiros no país, liberando a entrada deles nas fábricas, enquanto muitos dirigentes enfrentavam dificuldades para retirar uma credencial no próprio Ministério para a fiscalização dos locais de trabalho. Como exemplo, citou o caso de um diretor-geral do Departamento Nacional do Trabalho, nome não identificado, que havia concedido uma credencial a um sindicalista estrangeiro, a pedido de um sindicato brasileiro. Campista defendia a regulação urgente do funcionamento das entidades sindicais estrangeiras no Brasil e chamava atenção para o papel desempenhado pela embaixada americana, como facilitadora das relações sindicais entre brasileiros e norte-americanos.

Por fim, concordou com as palavras do presidente da CPI, de que as entidades estrangeiras “com a auréola de ‘Exército da Salvação’ do sindicalismo brasileiro, a rigor, vêm desenvolvendo um trabalho pernicioso, prejudicial, indébito na vida sindical

⁴⁰¹ Na entrevista conduzida por Paulo Henrique Amorim, Ary Campista nos dá indícios sobre como funcionava o jogo político do “pelego” e como ele construía a sua reputação de líder comprometido com os trabalhadores. João Wagner era tido como o homem de confiança de Campista e quando questionado por que ele não era o presidente da CNTI, o sindicalista respondeu: “Sou um homem vaidoso, extremamente vaidoso. E minha vaidade é apenas saber que estou fazendo o melhor. Prefiro influir para que a presidência da CNTI esteja em boas mãos. Seria muito fácil eu próprio conquistá-la”, afirmou. Mas ele dizia gostar de outro tipo de batalha: “convencer os meus pares a adotar a melhor política, pois, é claro, eu tenho mais cultura e mais lógica”. Afirmou ser um “dialético perigoso” e muito útil ao movimento sindical. Campista gostava de transmitir um dos seus conhecimentos: “o sindicalismo brasileiro deve crescer como rabo de cavalo, para baixo, para as bases”. Em 1968, data da entrevista feita pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, Campista, com 57 anos, morava num apartamento com cobertura e era proprietário de um veículo Willys-Itamaraty. AMORIM, Paulo Henrique, op. cit., p. 159.

do Brasil”. Dizendo-se representar cerca de quatro milhões de trabalhadores, Ary Campista agradeceu aos membros da CPI pela atenção “humana e altamente patriótica para o grande e grave problema de autêntica subversão da mentalidade do homem brasileiro”.⁴⁰²

As declarações de Campista sobre Rômulo Marinho contribuíram para que ele também fosse alvo das investigações. O dirigente que, em 1965 havia sido eleito por um grupo de jornalistas credenciados pelo Ministério do Trabalho como o “sindicalista do ano”, passava agora a ser questionado sobre as suas relações com a AFL-CIO.⁴⁰³ Para Cavalcanti, a boa relação entre Marinho e os sindicalistas norte-americanos se dava por conta da “grande confiança” nele depositada e, provavelmente, por sua fidelidade aos interesses estadunidenses.

Um dos depoimentos considerados mais importantes pela CPI foi o de Evaristo de Moraes Filho, jurista do Trabalho e autor do projeto do novo Código do Trabalho. Durante uma aula ministrada no curso de formação sindical do Centro de Estudos e Cultura Operária, o jurista falou sobre o “entreguismo das entidades sindicais brasileiras às centrais norte-americanas”. O conteúdo foi publicado no *Correio da Manhã*, de 6 de dezembro de 1964.⁴⁰⁴ Moraes Filho afirmou ser apenas um observador externo, que falava como especialista na área do Direito do Trabalho. Entregou aos deputados um conjunto de 33 recortes de jornal sobre a atuação das entidades internacionais no Brasil.

Em 1953, Moraes Filho, na época já livre-docente da Faculdade Nacional de Direito, contou ter sido procurado pelo diretor da Livraria Agir, ocasião em que fora brindado com exemplares de livros norte-americanos. Foi então questionado sobre qual publicação dava a noção mais exata do movimento sindical dos Estados Unidos. O livro indicado pelo jurista foi o de Florence Peterson, diretora da Divisão de Estatística do Departamento de Trabalho Americano. Logo ele aceitou o convite para fazer a tradução e prefaciar o livro na versão em português. Tempo depois, contou o depoente, as livrarias estavam fornidas de exemplares da dita publicação com farta divulgação realizada pela embaixada americana. Com os desdobramentos posteriores, a situação havia ficado clara para Moraes Filho, ele havia sido “um inocente útil”. Sobre as

⁴⁰² Relatório final da CPI, pp. 70-72.

⁴⁰³ *Boletim de Notícias ICT-AIFLD*, janeiro-fevereiro de 1965, n. 9, p. 3. AEL-Unicamp, Coleção *Twentieth Century Latin American Pamphlets: part III*, BRZ 0314, microfilme APC-3, Reel 34.

⁴⁰⁴ Relatório final da CPI, op. cit., p. 16, terceira coluna.

disputas ideológicas entre as centrais sindicais internacionais, ele afirmou ter uma posição neutra, pois não havia embarcado “nem na canoa da CUTAL, nem na canoa da ORIT”.

No entanto, Moraes Filho declarou-se surpreso com a instauração da CPI, dizendo não entender porque ela havia chegado tão tarde. Servindo-se das palavras registradas pela própria diretora da Divisão de Estatística do Departamento de Trabalho Americano, Moraes Filho mostrava que ela mesma explicitava o papel desempenhado pelas lideranças sindicais norte-americanas ao afirmar que “(...) os representantes trabalhistas dos Estados Unidos procuraram sempre servir de elo entre as autoridades governamentais e os movimentos operários dentro de cada um dos países que estavam sendo auxiliados”.⁴⁰⁵

Em uma conferência dirigida aos sindicalistas cristãos em agosto de 1964, no Rio de Janeiro, Moraes Filho afirmou ter denunciado as ações das entidades norte-americanas, justamente quando o país se encontrava ainda “na embriaguez da vitória, na fase de sindicalismo democrático”. Aproveitou então para recitar aos deputados algumas palavras escritas por Otávio Maia, conhecido como Manoel Bispo (colunista do *Última Hora*). Sentença que, segundo ele, bem ilustrava o caso, pois dizia o seguinte: “Bem sai-se de um para cair-se em outro; é livre quem não é do outro lado. Cada um acha que o outro é escravo”. Além do trecho recitado, o jurista levou à CPI recortes de jornais contendo fotografias de sindicalistas estrangeiros “chegando ao Brasil, eufóricos”. Contou ainda ter ignorado vários convites feitos pelo ICT, exceto um. Num almoço com um adido político da embaixada americana, a ideia era falar sobre o anteprojeto do Código de Trabalho, que Moraes Filho ainda estava elaborando.⁴⁰⁶ Mas outros encontros não teriam se repetido.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Relatório final da CPI, p. 51, terceira coluna.

⁴⁰⁶ Evaristo de Moraes Filho havia sido membro da Comissão Permanente de Direito Social em 1961, contou ter sido “um adepto fanático” de Jânio Quadros, período do qual ele afirmou não se orgulhar. Convidado por Sussekind a tomar parte na Comissão novamente, logo após o golpe, não aceitou. Voltou a integrar o grupo em abril de 1967, nomeado por Nascimento e Silva. Foi quando Sussekind apresentou um projeto para controlar o exercício das entidades estrangeiras no Brasil.

⁴⁰⁷ Moraes Filho lembrou à CPI que o decreto 19.770, de março de 1931, de autoria de seu pai e Joaquim Pimenta, havia proibido qualquer interferência das entidades sindicais brasileiras em matéria ideológica, política, confessional, religiosa, filosófica etc. O dispositivo foi mantido na CLT. O art.585 da legislação trabalhista só permitia a filiação de entidades brasileiras a organizações estrangeiras com autorização do governo. Em seu anteprojeto do Código de Trabalho, Evaristo destacou que só seria permitida a filiação com autorização do Senado. Por isso, entre outras coisas, explicou o jurista, “foi que meu Código não passou”. No capítulo VI desta tese o anteprojeto será analisado.

Após fazer a leitura de uma série de recortes de jornais falando sobre a atuação da ORIT, IADESIL e outras entidades internacionais no Brasil durante o ano de 1964, Moraes Filho, mesmo alegando ser mero observador dotado de postura neutra, foi enfático ao questionar: “É preciso vir uma pessoa de fora solucionar os nossos problemas sindicais?”. E mais: “E a nossa ciência toda? Nós, que levamos a vida inteira a estudar a matéria, a publicar livros, de nada valem?”. Entre as matérias lidas perante os membros da CPI, o depoente citou a reportagem publicada no *Jornal do Brasil* sobre a vinda de Manuel Pavon, representante da ORIT. Este teria vindo ao país a pedido da CNTI, CNTC e CNTT para “estudar e tentar apresentar sugestões para os grandes problemas do sindicalismo brasileiro”. Leu ainda uma citação de Nilo Tavares retirado de um recorte de jornal não identificado que assim dizia: “Hoje em dia, é preciso saber-se inglês para se conhecer o Brasil”.

Em outro depoimento pode-se ter uma ideia de como se dava o contato entre os sindicalistas brasileiros e norte-americanos. De acordo com o depoimento do dirigente Nelson Ferreira de Bastos, membro do Conselho Fiscal do Sindipetro da Guanabara desde 1966, a primeira vez que ele conheceu Efraim Velasquez foi durante uma reunião realizada no sindicato, logo quando ele passou a atuar na direção da entidade. Segundo ele, o sindicalista estrangeiro teria aparecido sem ser convidado, com a justificativa de que estava preparando uma lista de dirigentes para integrar um curso de liderança sindical, fato que teria causado desconforto entre muitos presentes que teriam se incomodado com a presença estrangeira. Velasquez alegou querer “conhecer mais intimamente a diretoria”, por isso, faria uma série de perguntas sobre a entidade, seus dirigentes, dados da categoria, entre outras questões. Após a reunião, eles teriam conversado separadamente, momento em que Bastos teria feito uma série de questões sobre o funcionamento da IFPCW. Naquele dia, ele voltou para casa carregado de livros, panfletos e prospectos sobre a IFPCW, além de um convite, feito nas “entrelinhas”, para participar de um curso sindical no estrangeiro.⁴⁰⁸

No encontro posterior, agora com Velasquez na condição de convidado, os membros da diretoria do Sindipetro da Guanabara e de outras regiões debateram sobre quem iria aos Estados Unidos fazer o curso oferecido pela IFPCW. A reunião foi bastante tumultuada, segundo Bastos. Os dirigentes foram convocados às pressas,

⁴⁰⁸ Relatório final da CPI, p. 59.

alguns deles vieram de Cubatão e Santos e a reunião iniciou-se por volta da meia-noite. Quando todos estavam a postos, foi observada a presença de um homem não convidado, que dizia ser um refugiado cubano chamado Samuel Palmer.⁴⁰⁹ A postura de Velasquez descrita pelo depoente também foi alvo de irritação por parte dele e de seus companheiros. Para Bastos, o dirigente estrangeiro sempre se esquivava das perguntas, mantinha um ar sereno, que para os dirigentes brasileiros ali presentes era traduzido por uma série de adjetivos negativos, como cinismo, deboche, arrogância e mesmo indiferença. Acharam também que Velasquez agia com falta de respeito “à casa alheia”, pois havia se “sentado com os pés sobre a mesa do nosso presidente”. Fato que teria feito os presentes “entornarem o caldo” e dado por encerrada a reunião, sem mais encontros ocorridos. Entretanto, o próprio Bastos, quando inquirido pelos membros da CPI, revelou saber que três dirigentes de outro sindicato petroleiro haviam feito a viagem para os Estados Unidos, mas se restringiu apenas a essa informação.⁴¹⁰

Evidentemente não sabemos sobre a veracidade desses fatos; no entanto, é possível que Bastos tenha mudado de posição em relação aos sindicalistas estrangeiros ou até mesmo exagerado na narrativa sobre a sua reação, ao perceber que a presença deles no país não estava sendo vista com bons olhos por dirigentes mais influentes, como Ary Campista, por exemplo, e nem pelas autoridades do Ministério do Trabalho. Leitura semelhante pode ser feita em relação aos depoimentos de outros dirigentes.

Porém, havia aqueles que não escondiam a cooperação com os interesses estrangeiros, como o sindicalista José Benedito de Assis, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro e repórter da *Voz da América*, alocado no escritório do Rio de Janeiro. Ele havia saído em defesa da atuação das entidades sindicais estrangeiras no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 19 de janeiro de 1968, alegando ser a CPI fruto de uma “campanha de inspiração esquerdista”. Este, por sua vez, era acusado por seus colegas de prestar serviços à embaixada americana. Em seu depoimento tomado no dia 6 de fevereiro de 1968, Assis defendeu-se das acusações alegando que, assim como em todo o mundo e também no Brasil, existiam repórteres, redatores, fotógrafos de organizações jornalísticas, como a *Associated Press*, a *United Press*, a *Reuters*. Sua função, portanto, não seria algo incomum. Assis não

⁴⁰⁹ Segundo o depoimento de Efraim Velasquez, o cubano trabalhava na Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Comerciais em Minérios, alegando não saber se ele era um refugiado.

⁴¹⁰ Eram eles Paulo Sampaio, local não identificado; Francisco Magnalini, Rio Grande do Sul; e Ney de Souza Barbosa, de Santos.

negou ter recebido dinheiro do IADESIL para a compra da sede de seu sindicato, cerca de cinco milhões de cruzeiros, transação que ele fez questão de dizer ter sido feita conforme as regras de financiamento da Aliança para o Progresso. Afirmou que não se tratava de dinheiro dado, mas sim emprestado: uma transação oficial e, portanto, legal.⁴¹¹

Em relação às viagens aos Estados Unidos e aos cursos de educação sindical, Assis respondeu que muitos dos seus colegas haviam visitado a central sindical norte-americana e travado contato com seus dirigentes. Evidentemente, acrescentou o depoente, “da discussão nasce a luz”. Muita coisa poderia ser reapropriada, alegou, “trazida para o progresso de nossos sindicatos”, ainda mais quando se tratava de ensinamentos vindos de um país em que o “sindicalismo é superdesenvolvido”. Encerrou seu depoimento defendendo fortemente os princípios e as ações da Aliança para o Progresso, alegando ser um “filho do Nordeste”, nascido em uma “zona paupérrima” e que, por isso, ele se sentia profundamente beneficiado com os recursos liberados pelo programa de assistência norte-americano.⁴¹²

Em uma entrevista concedida a Robert Alexander em 1965, Assis se mostrou descontente com a decretação do AI-2 e outras medidas realizadas no governo Castello Branco em relação aos trabalhadores. Entretanto, ele disse acreditar que as questões políticas deveriam ficar de fora do sindicato. Este deveria se concentrar apenas nas reivindicações salariais e nos problemas relacionados ao mundo do trabalho. Assis se considerava um homem de sorte. Havia oito anos que ele trabalhava para a embaixada americana, trabalho que ele considerava muito bom, pois era tratado com respeito pelas autoridades do governo. Assis pareceu não se importar com as críticas e perseguições que ele sofria de seus colegas sindicalistas.⁴¹³

Outro colaborador das entidades estrangeiras entrevistado pela CPI foi Olavo Previatti, secretário-geral da CNTI, desde maio de 1966, e também presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Papel do Estado de São Paulo. O sindicalista também não escondeu que os empréstimos feitos pelo IADESIL eram

⁴¹¹ José de Assis citou também outras entidades sindicais que haviam obtido empréstimo norte-americano, entre elas, o Sindicato dos Estivadores de Santos, que havia recebido um auxílio de três milhões e 200 mil cruzeiros novos para a conclusão das obras de um hospital.

⁴¹² Relatório final da CPI, p. 32, quarta coluna.

⁴¹³ Entrevista de José Benedito de Assis concedida a Robert J. Alexander, em 27 de outubro de 1965. AEL-Unicamp, Coleção Robert Alexander, série entrevistas (1947-1994), Box 5, folder 60, microfilme rolo 4.

realizados diretamente com as entidades sindicais, sem, portanto, o conhecimento do Ministério do Trabalho. Em relação ao valor dos empréstimos, Previatti citou apenas os casos do hospital construído pelo Sindicato dos Portuários de Santos e do montante concedido ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre para realização de uma escola técnica. Previatti não concordava com a ideia de que os empréstimos ou doações pudessem facilitar os casos de corrupção ou suborno nos meios sindicais brasileiros.

Ocupando o cargo de diretor executivo do ICT, Previatti afirmou ser o único objetivo do IADESIL “ajudar o sindicalismo brasileiro a se emancipar financeira e economicamente, no bom sentido de melhor distribuir assistência ao trabalhador”. Na sequência, falou sobre os baixíssimos salários obtidos pelos trabalhadores e criticou a política salarial, que obrigava os tribunais a se submeterem à taxa salarial estipulada pelo governo. Entretanto, ao ser questionado por um dos membros da CPI que havia dito não acreditar na “bondade de órgãos estrangeiros que concedem empréstimos sem juros e sem correção”, o depoente garantiu não haver nenhuma contrapartida por parte do IADESIL. Disse ainda que não achava a entidade norte-americana “boazinha”; aliás, completou, “também não acho que o governo seja bonzinho”. Mas sustentou a afirmação de que o papel do IADESIL era simplesmente melhorar as condições de vida do trabalhador.

Voltando ao assunto dos empréstimos, Previatti desenvolveu o seguinte raciocínio:

Senhor Deputado, conheço o Brasil de ponta a ponta. Vi as casinhas que estão sendo construídas no Norte e no Nordeste. Nosso presidente não cabe dentro de um quarto daqueles. O presidente da República é maior do que aqueles quartos. Acha V.Exa. que empréstimos de 12 mil cruzeiros novos possam corromper uma categoria de 60 mil trabalhadores?

A essa pergunta o relator rebateu dizendo: “não sei se a ponto de corromper, mas talvez amaciá-los”. Ao dizer que a CNTI também concedia pequenos empréstimos aos seus sindicatos filiados, Previatti queria saber se o relator achava estar a CNTI também amaciando as suas entidades filiadas, com o objetivo de manter os seus diretores à frente da direção. E então o relator redarguiu, “a CNTI é uma entidade nacional, já o IADESIL é uma organização estrangeira”, e essa era a questão.

O ex-ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind também foi chamado à CPI para expor os seus conhecimentos sobre a matéria. Questionado sobre as rivalidades e desentendimentos entre as federações internacionais, ele explicou sobre as diferenças entre a IFPCW e a Federação Química Internacional (ICF). Com base nos comentários e observações reunidos durante os encontros que participou na OIT, Sussekind explicou que a CIOSL era dirigida há décadas por um secretário-geral europeu, responsável por gerenciar os vultosos recursos destinados ao Fundo de Solidariedade Internacional. Em um determinado momento, George Meany passou a se ocupar dessa tarefa, o que teria causado apreensão entre o grupo de dirigentes europeus. Por este motivo, ter-se-ia criado uma segunda Federação Internacional dos Trabalhadores Químicos e Diversos, com sede em Genebra, abrangendo os trabalhadores nas indústrias de petróleo e da energia atômica. Esta teria passado a rivalizar com a Federação já existente, localizada em Denver, nos Estados Unidos, resultando na duplicidade de federações específicas no âmbito internacional, no caso exclusivo dos petroleiros e químicos. Ambas teriam grande interesse em se estabelecer no Brasil.

Sussekind, na época ministro do TST, defendeu a prática da negociação coletiva independente, como uma das ferramentas mais importantes a ser utilizada pelo líder sindical. Contou aos membros da CPI, que ele mesmo era um incentivador de tal método. Foi autor do projeto de lei sobre as contratações coletivas, que havia sido rejeitado pelo governo em meados de 1965, para o desgosto dos norte-americanos.⁴¹⁴ Contou que o ministro do Trabalho Nascimento e Silva retomou o antigo plano, mas alterou-o retirando três artigos, que Sussekind julgava fundamental. O projeto transformou-se no Decreto-Lei nº 229 da CLT.⁴¹⁵

Em relação ao seu apoio ao trabalho realizado pelas entidades sindicais estrangeiras durante sua gestão como ministro do Trabalho, Sussekind alegou que, na época, estava preocupado com a formação sindical e achava que deveria estimular os trabalhos do ICT e os da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, coordenados pelo padre Veloso, entre outros. Além disso, diante de uma repercussão internacional negativa sobre a “Revolução”, Sussekind alegou ter achado importante

⁴¹⁴ O projeto de negociação coletiva independente será abordado no capítulo VI.

⁴¹⁵ O título VI do decreto-lei n. 229, de 28 de fevereiro de 1967, regulamentou a Convenção Coletiva de Trabalho, de caráter normativo, “pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”.

oferecer a possibilidade para que dirigentes sindicais estrangeiros “tivessem o ensejo de verificar o que de errado se anunciava a esse respeito”.⁴¹⁶ Embora ele não achasse problemas no intercâmbio sindical entre entidades estrangeiras, o ex-ministro concordava com a medida de controle e limitação da atuação dessas organizações no Brasil.⁴¹⁷

Sobre a questão da legalidade dos empréstimos concedidos aos sindicatos nacionais por entidades estrangeiras e o perigo de corrupção das lideranças sindicais, Sussekind preferia utilizar a palavra “coação”, considerando que a prática de empréstimos ou doações aos sindicatos poderia resultar numa “influência nefasta” ao sindicalismo brasileiro e, até mesmo, “na quebra da autonomia sindical”.

Outro exemplo de intervenção das entidades estrangeiras nos assuntos internos do país foi oferecido pelo sindicalista Lourival Coutinho. Em janeiro de 1967, o jornal *Sindiquímica*, revelou que a FITIM havia encaminhado um ofício ao ministro do Trabalho Nascimento e Silva, pedindo para que fosse mantido o reajuste salarial de 30% para os metalúrgicos de São Paulo definidos pelo TRT e reduzido pelo tribunal superior. Para Coutinho, tal atitude era “de estarrecer!”. Como, questionou ele, “uma entidade estrangeira, como se estivesse em sua casa, com fumos de chefe, tem o topete de dirigir-se a um ministro de Estado para pedir-lhe que reforme a sentença de um tribunal superior?”. O sindicalista deixava claro que as críticas em relação à política salarial brasileira cabiam aos próprios brasileiros.

A FITIM tinha sede na Suíça, com escritórios no México, Japão e Brasil. Instalada na cidade de São Paulo desde 1962, a entidade era representada por Miguel Huertas. Para os membros da CPI era estranho que a organização tivesse representação no país mesmo sem ter nenhuma entidade brasileira oficialmente filiada a ela. Huertas explicou que alguns processos de filiação estavam em andamento, envolvendo as federações dos metalúrgicos de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas que o foco da entidade era promover cursos sobre negociação coletiva e

⁴¹⁶ Relatório final da CPI, p. 37, terceira coluna.

⁴¹⁷ Sobre a questão da interferência das entidades estrangeiras, Sussekind revelou à CPI um caso ocorrido durante sua gestão como ministro do Trabalho. Tratava-se de um informe que ele havia recebido dizendo que um dirigente estrangeiro estava atrapalhando os termos de uma negociação coletiva travada pela categoria de portuários de Santos. Foi então que Sussekind teria passado a se questionar se “seria lógico, face às normas de nosso direito interno, que uma entidade internacional, por mais amiga que fosse do Brasil, pudesse participar de um ato doméstico interprofissional”. Para ele, esse episódio justificaria a necessidade de regulamentação da atuação das entidades estrangeiras.

programas de intercâmbio. A entidade não tinha o apoio do IADESIL, sendo as despesas no Brasil inteiramente cobertas pelo escritório da entidade no México.⁴¹⁸

Em um periódico da grande imprensa, outro sindicalista evocava o nacionalismo para criticar a ação das entidades estrangeiras. No dia 22 de janeiro de 1968, o *Jornal do Brasil*, publicou as declarações do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Antonio Santana Barcelos, sobre os empréstimos de bolsas de estudos concedidos pelo IADESIL. Segundo ele, as concessões não passavam de “uma tentativa de comprometer os líderes sindicais brasileiros”, então pedia aos dirigentes para que repudiassem esse tipo de oferta. O dirigente contou ter sido procurado por uma representante do IADESIL para apresentar-lhe propostas de empréstimos para cursos de liderança no exterior. Em resposta, ele teria dito que “o autêntico líder não é fórmula de laboratório e sim um braço que tem a sua formação nas lutas de rua, pedindo melhores condições sociais para o trabalho”.⁴¹⁹

Sandra Cavalcanti também deu demonstrações de seu espírito nacionalista aos membros da CPI ao falar sobre os cursinhos promovidos pelo ICT e IADESIL. Mesmo dizendo-se temerosa e sem querer dar uma resposta apressada, sem embasamento, a ex-diretora do BNH foi bastante enfática ao afirmar que não via “grandes vantagens em deixar a educação sindical do trabalhador brasileiro a cargo de uma mentalidade diferente da nossa”. Da mesma forma, ela também não via lógica em colocar as aulas de civismo no Exército a cargo de coronéis norte-americanos. Nos encontros com lideranças sindicais brasileiras, ela disse ter notado a diferença de atitude entre os sindicalistas que não foram aos Estados Unidos e aqueles que haviam ido tomar aulas de sindicalismo norte-americano. Esses últimos, ela observou, tinham uma boa vontade excessiva para com os norte-americanos.⁴²⁰

A CPI também levantou dados sobre as entidades sindicais internacionais que atuavam no país até aquele momento. Constatou que a Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte (ITF), com sede em Londres, tinha como representante no

⁴¹⁸ Entre os dirigentes metalúrgicos beneficiados com o programa da FITIM estavam: Onofre Martins Barbosa, diretor da CNTI e metalúrgico de Belo Horizonte; Waldir Amaral Bedê, ex-assessor do Departamento Profissional dos Metalúrgicos da CNTI; João Vicente, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Getúlio Raime, presidente da Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina; Argeu Egydio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo; Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre outros.

⁴¹⁹ *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1968, p. 18, citado no Relatório Final da CPI, p. 73.

⁴²⁰ Relatório final CPI, p. 74.

Brasil, até o ano de 1965, o ferroviário norte-americano Joaquim Francisco Otero. Este fora substituído pelo sindicalista peruano, Medralo Gomero, que ficou no Brasil apenas um ano, sem deixar um sucessor. Até aquele período, a ITF contava com apenas uma única filiada no país, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres. Outra entidade citada foi a Federação Internacional de Empregados e Técnicos (FIET), com sede em Genebra, representada no Brasil por Willian Medeiros, norte-americano. Instalada na cidade de São Paulo desde 1964, a entidade também possuía uma única associada, a Confederação Nacional dos Empregados do Comércio (CNTC). No entanto, a FIET tinha intensa atuação no país, no âmbito educacional, promovendo periodicamente campanhas de sindicalização, envolvendo-se também em doações de utilidades aos sindicatos e na intervenção junto ao IADESIL para concessão de empréstimos. Estes eram destinados à compra de sedes de sindicatos ou fundação de cooperativas de consumo. Até 1968, a entidade havia realizado 29 seminários educativos em todo o país.

Em maio de 1965, a atuação da FIET e seu representante Willian Medeiros chamaram a atenção da polícia política de São Paulo. Além de monitorar a rotina de atividades do ICT e IADESIL, o Deops vez ou outra buscava mapear a rede de contatos e as ações realizadas pelos sindicalistas norte-americanos. Foi o caso de Medeiros. Um dos seus objetivos era organizar a federação dos oficiais barbeiros, cabeleireiros e similares na cidade de Santos. No entanto, essa categoria já era representada pela Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade no estado de São Paulo. Os dirigentes brasileiros achavam que a criação de uma nova organização poderia dividir a entidade, fato que já estava causando uma série de desavenças entre os dirigentes regionais. Acusavam então a FIET de querer colocar as entidades brasileiras contra os interesses do Ministério do Trabalho e estimulá-los a “aplicar no Brasil o sistema norte-americano de greves, com cartazes em frente das empresas e estabelecimentos”. Para tentar ganhar o apoio das organizações sindicais regionais, Medeiros havia efetuado um empréstimo no valor de mil dólares para a Cooperativa de Consumo dos Empregados em Turismo de Santos. Contudo, a ação parece não ter alcançado os resultados almejados, já que a FIET não conseguiu nem a licença necessária para a transmissão seu programa de rádio.⁴²¹ O fato investigado revela que, mesmo antes da instauração da CPI

⁴²¹ “Informações dos meios sindicais”, de 6 de maio de 1965. APESP, Deops, série Dossiês, documento n. 50-J-152-1218.

em 1967, alguns sindicatos paulistas já se mostravam reativos à atuação das entidades norte-americanas.

A terceira entidade internacional citada foi a Federação Internacional Trabalhadores nas Empresas de Correios, Telégrafos e Telefones, com sede em Bruxelas, instalada no Brasil desde 1959. Representada no Brasil por Marvin Myrtue, seus filiados no país eram o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas no Estado de São Paulo e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas. Os sindicalistas brasileiros José Alceu Câmara Portocarrero, Hécio Maguenzani e Rômulo Marinho, todos ligados ao ICT, também faziam parte dessa entidade. Já a ORIT, representada no Brasil pelo radiotelegrafista da Marinha Mercante aposentado Joviano de Araújo, localizava-se na Guanabara. Além dele, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Mário de Oliveira Lopes também era vinculado à entidade. Seus recursos vinham da própria CIOSL, por meio de um fundo de solidariedade e de contribuições das suas filiadas.

No Brasil, entre os anos de 1966 e 1967, a ORIT declarou ter gasto dez mil dólares, além das verbas disponibilizadas pelas contribuições sindicais brasileiras. No entanto, a entidade alegou não ter realizado programas educacionais nesses dois últimos anos por falta de verbas. Segundo o representante da organização, Joviano de Araújo, os valores recebidos teriam sido destinados à elaboração de “trabalhos informativos, traduzindo e transmitindo à suas filiadas os boletins que recebe de sua sede no México e mantendo contatos de intermediação com suas filiadas”.

A IFPCW também possuía apenas uma única filiada no país, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais, dirigida por Alberto Bettamio. De acordo com a investigação da Câmara, o número de sindicatos beneficiados com os recursos, entre empréstimos e doações, da entidade internacional não era pequeno, sendo “apreciável o volume, em cruzeiros, dessa assistência financeira aos sindicatos brasileiros”.⁴²² A entidade foi tida como uma das organizações internacionais mais atuantes no país. Já a sua entidade rival, a ICF, instalou-se no Brasil em agosto de 1967, por intermédio do brasileiro naturalizado

⁴²² Entre os citados como beneficiados dos recursos financeiros e com viagens custeadas pela IFPCW estavam Ney de Souza Barbosa, do Sindipetro de Cubatão, Santos e São Paulo; Francisco Magagnin, ex-presidente do Sindipetro-Sul e vogal da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul; e Paulo Rangel Sampaio Fernandes, presidente do Sindiquímica. Relatório final CPI, p. 17, terceira coluna.

norte-americano Herbert Kemmsies. Este foi considerado pela CPI uma “presença nociva entre nós” que teria sido revelada desde logo.⁴²³

Por fim, foram analisadas as atividades do ICT, representado por Freitas Marcondes, um dos fundadores da entidade. Conforme os dados apresentados na revista “*Problemas Brasileiros*”, edição de novembro de 1967, cerca de dez mil sindicalistas já haviam passado pelos cursos do ICT. Além das atividades educativas realizadas na sede do Instituto, Freitas Marcondes informou que a entidade estava tentando estender seus cursos para o ensino superior, logrando até então bons resultados, com parcerias em universidades de São Paulo, Paraná, Amazonas. Alegou ser uma entidade de utilidade pública, atendendo as finalidades do programa Aliança para o Progresso. O ICT teria sido idealizado por Serafino Romualdi para combater a ação de institutos russos voltados para a preparação de sindicalistas comunistas.

Sobre o IADESIL, a CPI apurou ser uma organização também vinculada ao programa de desenvolvimento econômico e social norte-americano. Com fundos da USAID e da central sindical norte-americana, o IADESIL, até os primeiros meses de 1968, já havia contemplado financeiramente cerca de 40 sindicatos brasileiros. Marcondes informou que os empréstimos, em grande parte, atendiam aos pedidos de instalação de gabinetes dentários e consultórios médicos nos sindicatos. Os pedidos passavam por uma análise e nunca correspondiam ao financiamento total, sendo em média no valor de 50% do montante reivindicado. No entanto, muitos pedidos eram rejeitados, assim esclareceu o depoente.

A tramitação da CPI foi amplamente noticiada pela grande imprensa, conforme observação dos próprios integrantes da comissão e seus depoentes. Alguns deles, em suas declarações fizeram referência a alguma matéria publicada nos jornais. No *Última Hora* foi revelado que o Ministério do Trabalho e a Câmara dos Deputados estavam investigando as relações entre Efraim Velasquez e Alcir Nogueira, do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André. Sem antes aguardar os resultados da investigação, a matéria afirmou que a entidade organizava seminários e cursos para os trabalhadores apenas como um meio de influenciar os sindicalistas brasileiros e representar os interesses dos grandes trustes petrolíferos.⁴²⁴

⁴²³ Idem, p. 8, quarta coluna.

⁴²⁴ *Última Hora*, edição Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1967, primeira capa.

Muitas das denúncias feitas nos jornais baseavam-se nas declarações inflamadas do deputado Jamil Amiden. Este, em seu depoimento realizado no dia 23 de janeiro de 1968, reclamou da demora nas apurações das denúncias feitas por ele e pelo sindicalista Lourival Coutinho, observando o descaso do governo federal em relação ao assunto, atitude que ele julgava decorrer do fato de ser o deputado da oposição. Para Amiden, “a máscara de solidariedade humana com que se apresentam essas entidades encobre a corrupção e o suborno, armas utilizadas para desagregar o nosso sindicalismo, ultrajando-o e humilhando-o”.⁴²⁵ O deputado da oposição aproveitou para criticar a atual conjuntura política voltando-se contra os seus colegas para dizer que “o Parlamento brasileiro com raríssimas exceções, da ramificação de diversos órgãos um Parlamento ajoelhado, amarrado diante de uma máquina poderosa que o Executivo impõe ao legislador brasileiro”.

Na sequência, retomou o caso das entidades sindicais estrangeiras e afirmou categoricamente que a origem dos supostos casos de suborno sindical encontrava-se num único órgão, a CIA. Segundo ele, o órgão de inteligência norte-americano era “matriz da corrupção mundial de nosso tempo”. Suas palavras baseavam-se no fato de que o próprio Congresso dos Estados Unidos, desde 1964, estava investigando as relações entre a central de inteligência e os sindicatos norte-americanos. Assim, para dar prosseguimento à investigação, Amiden pediu à CPI que fosse feito um levantamento das contas bancárias das entidades estrangeiras, bem como de Paulo Lousada, da Casa Civil, e Alfonso Almada, de Brasília, denunciados por terem recebido 10 mil cruzeiros novos dessas entidades.⁴²⁶

As denúncias de Coutinho e Amiden ganharam mais repercussão quando os jornais passaram a divulgar outra investigação que havia sido realizada em São Paulo. A acusação de corrupção e aliciamento de dirigentes locais por parte das entidades estrangeiras foi feita por um grupo de dirigentes de São Paulo da categoria química. Entre os autores da acusação, estava o líder sindicalista Egisto Dominicalli, preso logo depois da denúncia, acusado de falsificar assinaturas para comprometer os dirigentes norte-americanos e o delegado da DRT. Dominicalli havia indicado uma série de nomes de pessoas que teriam recebido diretamente dinheiro de entidades sindicais

⁴²⁵ Relatório final da CPI, p. 10, segunda coluna.

⁴²⁶ Idem, p. 10, terceira coluna.

estrangeiras.⁴²⁷ A prisão do sindicalista causou forte repercussão, pois ocorreu quando ele protestava no recinto da Assembleia Legislativa de São Paulo, fardado de major do Exército.⁴²⁸

Dominicalli havia sido funcionário do gabinete do secretário do Trabalho do estado de São Paulo e assistente de Porfírio da Paz, quando este era vice-governador. Afirmou ter contato com o movimento sindical desde 1957. Identificou-se como um crítico da política trabalhista de Goulart e um nacionalista cristão. Negou ter sido informante do Deops, mas afirmou que tinha o hábito de enviar cartas aos presidentes da República e que essas cartas eram encaminhadas aos órgãos de informações. Estes o chamavam com frequência para confirmar a autoria da carta e prestar esclarecimentos. Porém, querendo saber mais sobre sua relação com o Deops, o deputado Reynaldo Santana abordou o fato de que Dominicalli era responsável por várias acusações que teriam levado à cassação dos direitos políticos de vários líderes sindicais. Segundo o depoente, suas cartas ao presidente Castello Branco consistiam apenas em relatos sobre a situação política brasileira. Ao contrário, disse que havia defendido muitos dirigentes com direitos políticos ameaçados.

Escutado por policiais, Dominicalli prestou depoimento à CPI na tarde do dia 9 de fevereiro de 1968. Identificou-se perante os deputados como trabalhador “autônomo”, prestador de serviços administrativos na Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo. Durante a sessão, mostrou-se disposto a fazer alguns esclarecimentos sobre o que conhecia do ramo químico e farmacêutico do estado de São Paulo.⁴²⁹ Após a derrubada de Goulart, o depoente contou ter travado contato com o norte-americano Alberto J. Ramos, ligado ao setor metalúrgico dos Estados Unidos, contratado pela IFPCW para ser representante da entidade no Brasil. Ramos e Velasquez passaram a trabalhar juntos dividindo o mesmo escritório, com apoio do ICT. Começaram a oferecer cursos de educação sindical, com 30 dias de duração, realizados na capital paulista, Campinas e Santo André.

⁴²⁷ Jam Black, em sua pesquisa, apurou outros nomes de pessoas favorecidas com dinheiro da IFPCW em troca de favores prestados. Entre eles, o jornalista Carlos Feliz Nunes, por ter feito uma cobertura positiva dos trabalhos da IFPCW, e uma pessoa com sobrenome Brandini, do SNI, por ter passado informações confidenciais, além dos nomes Guedes e Eufrásio por terem ajudado a derrotar a chapa de Luis Furtado, do sindicato dos petroleiros de Suzano. BLACK, Jam Knippers. *United States Penetration in Brazil*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1977, p. 120.

⁴²⁸ Sobre a prisão de Dominicalli, ver matérias em *O Estado de São Paulo*, dias 24, 26 e 29 de dezembro de 1967.

⁴²⁹ Relatório final CPI, p. 79, terceira coluna.

Segundo Dominicalli, por conta de um desentendimento entre Ramos e a Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, os cursos foram finalizados. Ramos então teria travado contato com o dirigente Alcy Nogueira, logo enviado para fazer um curso nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, Nogueira teria entrado em choque com a sua diretoria, pois insistia na colaboração da Federação para realização dos cursos sindicais. Dominicalli informou ainda que, em São Paulo, Willian Medeiros, da FIET, junto com Alberto Ramos, frequentavam o escritório do general Moacir Gaia, diretor do Centro de Orientação Sindical (antes de se tornar delegado da DRT). Estes passaram a promover seminários sindicais num sítio chamado São Jorge, localizado na cidade de Jacareí, São Paulo, um dos polos das indústrias químicas e farmacêuticas do país.

O depoente chamou a atenção da CPI para o fato de as eleições realizadas nos sindicatos dos químicos, petroleiros e indústrias farmacêuticas do estado de São Paulo, nos últimos anos, terem apenas uma única chapa, constituída exclusivamente por alunos dos cursos promovidos por Alberto Ramos. Afirmou que o adido trabalhista do consulado americano de São Paulo, Jack Liebof, com a ajuda de Willian Medeiros, identificado como seu colaborador, dava apoio financeiro e subornava dirigentes e funcionários sindicais, frequentemente oferecendo-lhes presentes, como uísque, e doando bibliotecas de livros de conteúdo norte-americano.

Dominicalli foi preso culpado pela falsificação das assinaturas de Alcy Nogueira, do dirigente norte-americano Willian Medeiros e a do general Moacyr Gaia, encontradas em um recibo de despesas. O destinatário do documento era o próprio Alberto Ramos. Segundo a versão de Dominicalli, a prova da corrupção havia chegado em suas mãos em junho de 1967. No recibo, constava uma lista de pessoas a quem Ramos teria distribuído diferentes quantias de dinheiro. Dominicalli então encaminhou ao presidente Costa e Silva e ao ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, os seguintes documentos: o relatório de despesa firmado por Alcy Nogueira, general Gaya e Willian Medeiros; um bilhete de Alberto Ramos dirigido a Alcy Nogueira, no qual dizia que estavam à sua disposição 45 milhões de cruzeiros; além de uma circular distribuída pela IFPCW, assinada por Velasquez, em que constavam os serviços prestados pela entidade internacional aos diversos sindicatos do setor químicos no Brasil. Os três acusados procuraram Jarbas Passarinho, que rapidamente julgou falso o documento, sem antes ter pedido um exame pericial.

O caso resultou num inquérito aberto pelo Ministério do Trabalho. A ideia de falsificação e falsa acusação foram reforçadas, pois Dominicalli não entregou os documentos originais. Para Dominicalli, sua denúncia resultou na sua perseguição e a ordem de prisão teria sido apoiada por Jarbas Passarinho. Aos membros da CPI, Dominicalli foi enfático declarando-se “contra a intervenção de qualquer país estrangeiro em nossa pátria”.

Outro envolvido foi o sindicalista José Fernando de Barros, da Federação dos Químicos, também preso por ter sido um dos autores da denúncia, pessoa que teria encontrado o documento em cima da mesa de Alberto Ramos e entregado a Dominicalli. Convidado por Alberto Ramos para visitar os Estados Unidos, Barros teria rejeitado o convite e passado a ser criticado pelo grupo de dirigentes da Federação dos Químicos que apoiava Alberto Ramos.

Uma das primeiras pessoas citadas na lista de beneficiados pela IFPCW era Paulo de Oliveira e Silva, interventor na Federação dos Químicos. Para Dominicalli, sua prisão devia-se ao fato de os juízes terem sido pressionados por Jarbas Passarinho. O ministro estaria defendendo os nomes do general Gaia, tido por ele como “homem de atitudes francas, decentes, do mais elevado apreço” e o de Carlos Lousada, também citado na lista de beneficiados. Este último era oficial do gabinete da Presidência da República.⁴³⁰ O ex-presidente da Federação dos Químicos, Trajano José das Neves, também havia sido preso, como cúmplice da suposta falsa acusação. Os documentos originais foram entregues pelo próprio Neves à Polícia Federal no dia 26 de dezembro de 1967.⁴³¹

Dominicalli acusava Jorge Mafra Filho, ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho, de ter pedido uma quantia em dinheiro para que não fosse feita intervenção no Sindicato dos Químicos de Santo André, presidido na época por Trajano José das Neves. Mafra havia ocupado o cargo durante os meses de abril a dezembro de 1964 e

⁴³⁰ O documento contendo o relatório de despesas com a lista de pessoas beneficiadas foi tido como falso; o bilhete assinado por Alberto Ramos foi considerado verdadeiro, e o terceiro estava sendo apurado. Relatório final CPI, p. 78.

⁴³¹ O jornal *Amanhã* com o título “Caiu um pelego” anunciou a saída de José Trajano das Neves da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Segundo a matéria, ele era acusado de dilapidar os cofres da entidade em milhões de cruzeiros e de ter transformado a sede da própria entidade em prostíbulo, além de alugar, com o dinheiro da Federação, uma mansão no Jardim Paulista para uma de suas amantes. *Amanhã*, 30 de março a 6 de abril de 1967, p. 14. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

foi responsável pelas intervenções nas diretorias dos sindicatos de São Paulo. Como a quantia não havia sido entregue, a entidade sofreu intervenção.

Chamado para depor, Jorge Mafra Filho negou a acusação perante os membros da CPI. Afirmou ser um grande amigo do general Gaia e confirmou a falsidade do documento com base no resultado do exame de grafologia. Segundo ele, Trajano José das Neves era um dirigente muito marcado, com “atuação subversiva muito conhecida em Santo André”, conforme constava nos documentos entregues ao depoente pela SNI. Ele havia sido interventor da Federação dos Químicos de São Paulo, logo após o golpe, e depois empossado presidente, quando foram reabertas as eleições. A diretoria do Sindicato Indústrias Petroquímicas de Cubatão, encabeçada por Ney de Souza Barbosa, fazia oposição a Trajano das Neves. Segundo Barbosa, a diferença entre eles não se dava no plano ideológico, mas sim nas questões administrativas e financeiras.⁴³²

Para Barbosa, Trajano das Neves era um dos piores líderes sindicais do mundo. Quando questionado o motivo, Barbosa não poupou adjetivos: “porque é hábil na bandalheira, no roubo, na falsificação e na mentira”. Os dois haviam participado de um encontro internacional de sindicalistas em Caracas, Venezuela, e lá tiveram discordâncias em relação ao modo como representaram a categoria brasileira. Barbosa, que afirmou ter um bom relacionamento com Efraim Velasquez, sentiu-se vigiado por Neves. Quando voltaram, Neves teria enviado um radiograma para vários sindicatos acusando Barbosa de ter abandonado o dissídio coletivo da sua categoria para fazer turismo no exterior.

O delegado da DRT, general Gaia, tendo seu nome citado também foi chamado para depor na CPI. Ele havia assumido a DRT no ano de 1967, a convite do ministro Jarbas Passarinho.⁴³³ Perante os deputados, ele criticou o modo como o ICT conduzia os cursos de formação sindical. Segundo ele, a entidade trazia os trabalhadores do interior de São Paulo para a capital, instalava-os em ótimos alojamentos, pagavam quantias maiores do que os seus salários e depois, naturalmente, os trabalhadores, quando terminavam o curso, não queriam mais regressar aos seus locais de origem.

⁴³² Relatório final CPI, p. 109, quarta coluna.

⁴³³ Anteriormente ele havia trabalhado na COSIPA e depois ocupado o cargo de Secretário Executivo do IPES, entre os anos de 1963-1966.

No entanto, Gaia julgava o trabalho do ICT importante para a contribuição da formação educacional dos sindicalistas. Para ele, era sabido que alguns dirigentes ocupavam os mesmos cargos há mais de vinte anos. Nesse sentido, a ação do ICT voltada para a formação de novas lideranças era considerada importante, uma vez que “todos nós sabemos que dirigentes ficam no mesmo setor durante muitos anos e transformam as entidades sindicais em propriedades privadas”. E revelou: “muitos desses dirigentes têm interesse em que outros não adquiram conhecimentos, para não poderem candidatar-se à diretoria”.⁴³⁴

As denúncias ocorridas em São Paulo, mesmo julgadas falsas, resultaram na expedição de um decreto-executivo para regulamentar as atividades das entidades sindicais estrangeiras no Brasil. A notícia foi dada pelo próprio ministro Jarbas Passarinho, durante uma entrevista coletiva realizada no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, ainda nos primeiros dias do mês de janeiro de 1968. Na ocasião, Passarinho declarou ser contra a desnacionalização dos sindicatos brasileiros “venha ela de onde vier, tenha a forma ideológica que tiver”. Sobre as investigações que estavam sendo realizadas pela Câmara dos Deputados, o ministro afirmou que as denúncias feitas por Lourival Coutinho eram sérias, pois se tratava de sindicalista “idôneo e digno de crédito”, diferentemente de Dominicalli, observou.⁴³⁵ À CPI, Passarinho declarou “não admitir que entidades estrangeiras se instalem, orientem nosso povo, escolham o currículo dos cursos a ministrar, decidam da natureza das ajudas a oferecer e das pessoas físicas e jurídicas a serem auxiliadas”.⁴³⁶

Passarinho lembrou ainda um fato que desabonava Dominicalli. Segundo ele, o sindicalista já havia anteriormente denunciado o próprio Ildélio Martins, coordenador da CPI, como comunista, apoiador de Goulart. Fato que teria provocado uma investigação aprofundada na vida de Martins antes de ele assumir o cargo no DNT. Para Passarinho, Dominicalli era nada mais do que “um crônico alcaguete” e também “uma figura muito protegida na Ordem Política e Social de São Paulo, porque, imediatamente após a Revolução ele apontava – com um prazer que eu diria um tanto sádico”, contou o ministro aos membros da CPI.⁴³⁷ Não poupou críticas também a Trajano José das

⁴³⁴ Relatório final CPI, p. 113, primeira coluna.

⁴³⁵ *O Estado de São Paulo*, 5 de janeiro de 1968, p. 10.

⁴³⁶ Relatório final CPI, op. cit., p.125.

⁴³⁷ Sobre a prática da “caguetagem” aos órgãos de informação, a disponibilização cada vez maior de documentos produzidos pelos Deops, SNI e outros aparelhos de repressão possibilitam conhecer como

Neves, alvo de muitas denúncias feitas no gabinete de Passarinho. Sem citar nomes, Passarinho sabia que Neves era “um egresso do Partido Comunista, mas um homem com uma capacidade extraordinária de lutar contra os próprios comunistas”, a ponto de tê-los derrotado sistematicamente no estado de São Paulo.⁴³⁸

Em relação ao controle da DRT sobre as atividades financeiras dos sindicatos, o general Gaia reclamou da falta de funcionários para trabalhar na leitura dos relatórios de prestação de contas enviados pelas entidades de classe mensalmente. Na DRT de São Paulo, para exercer tal tarefa, ele afirmou existir apenas dois contadores. Além disso, argumentou o delegado, os relatórios enviados pelos sindicatos eram muito vagos, contendo atividades gerais. Revelou que, na DRT, se acumulavam denúncias de toda a ordem, especialmente sobre a malversação do dinheiro no tocante à aplicação do fundo sindical, mas não tinha conhecimento de denúncias envolvendo as entidades internacionais.

As declarações do general Gaia nos fornecem uma ideia, ainda que vaga, de como eram procedidos os trabalhos nos órgãos trabalhistas. Afinal, é curioso observar que, justamente no período tão marcado pelo controle e repressão aos sindicatos de trabalhadores, as autoridades do governo alegassem não conseguir acompanhar minuciosamente as atividades dos dirigentes sindicais. Talvez não fosse necessário tamanho rigor, já que eram homens de sua confiança, indicados para aqueles cargos. Além disso, os serviços de informação se ocupavam das oposições, que poderiam porventura ameaçar as lideranças “democráticas”.

O depoimento de Passarinho à CPI também é revelador nesse sentido. A fim de justificar o suposto atraso no início da apuração da denúncia, o ministro alegou que a sua pasta era responsável por 4.500 sindicatos e que recebia somente das entidades

eram feitas as delações, assim como os nomes dos “alcaguetes” e de suas vítimas. Conforme apontou Aluísio Pamar, “o dedo-duro, o delator, sempre mereceu repúdio geral – de nomes depreciativos, como “cagüeta” (sim, com trema), ‘ganso’, ‘x-9’, ‘traíra’. No mundo do crime, a pena para o dedo-duro é a morte. Os serviços secretos têm uma máxima: usar o dedo-duro porque é necessário, e depois descartá-lo, porque dedo-duro é gente que não presta”. Seria esse o caso de Dominicali? Segundo o autor, foram vários os casos de “deduração”, principalmente nas ditaduras. Alguns documentos mostrando a prática da delação estão disponíveis em:

<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/dedos-duros-nadaram-de-bracada-durante-a-caca-as-bruxas-pos-64>, acessado em 21 de fevereiro de 2013.

⁴³⁸ Neves foi derrotado posteriormente nas eleições sindicais da Federação dos Químicos por Alcy Nogueira. Já o sindicalista José Fernandes Barros, responsável por ter encontrado os documentos na mesa de Alberto Ramos, seria conhecido no Exército, quando era cabo, por ser muito habilidoso na falsificação de assinaturas, conforme as informações de Passarinho. Relatório CPI, op. cit., p. 122.

representativas de trabalhadores cerca de 2.600 relatórios por ano. Estes eram encaminhados à DRT e depois ao Departamento Nacional do Trabalho. Passarinho alegou não ter estrutura administrativa capaz de analisar todos os relatórios de prestações de conta e que, por isso, adotava-se o método da amostragem.⁴³⁹

O impacto das investigações

O tema da corrupção sindical veio à tona novamente nos jornais de janeiro e fevereiro de 1968, com a declaração de que o governo iria expulsar todas as entidades sindicais internacionais, menos o IADESIL por estar vinculado ao programa Aliança para o Progresso. O ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, havia dado um prazo de 15 dias para que Herbert Kemmsies, diretor da ICF, deixasse o Brasil, sob a alegação de que seu visto se encontrava irregular. A permanência de Efraim Velasquez também estava sendo analisada.⁴⁴⁰

O jornal *Folha da Tarde* também cobriu os resultados da investigação com o título “*The United States, why not?*”. Quando a CPI questionou os motivos das viagens dos sindicalistas para os Estados Unidos, um dirigente sindical teria respondido: porque “todo mundo vai aos Estados Unidos!”. Outro confirmou: “os militares vão para lá e fazem cursos, os estudantes também vão, financiados pela Aliança para o Progresso e os empregadores estão sempre lá. Então, por que os trabalhadores também não podem ir?”.⁴⁴¹

Contrariados com os acontecimentos, os analistas da embaixada americana culpavam os movimentos de esquerda pela crise nas relações com o sindicalismo internacional. Apontavam também para o jornal *Última Hora*, historicamente ligado ao “populismo” do pré-1964, como órgão responsável pelos “ataques” na imprensa. Segundo eles, um dos responsáveis pela onda de difamações era Danton Jobim, diretor-presidente e editor do periódico, considerado um jornalista de esquerda pelos norte-americanos. Numa carta endereçada a Danton Jobim, sem autoria e sem data, um dirigente norte-americano o acusava de ser o “autor intelectual” da campanha

⁴³⁹ Relatório final CPI, p. 52.

⁴⁴⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 21 de fevereiro de 1968. *National Archives II*, RG 059. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁴¹ Transcrição da matéria publicada pelo *Folha da Tarde*, dia 01 de fevereiro de 1968. George Meany Memorial Archives, RG 18, International Affairs Department – Country Files (1945-1971), série 4, Brazil, pasta 16/10.

antissindicalismo estrangeiro. A carta, contendo raivosos argumentos contra o destinatário, relacionava as acusações com os artigos escritos pelo jornalista no *Última Hora*, afirmando que o seu objetivo era eliminar os projetos da Aliança para o Progresso e abrir caminho às organizações comunistas. Porém, é provável que Jobim tenha recebido outra versão, agora assinada por Efraim Velasquez, bem mais polida do que a original, dizendo que ele e seu grupo “jamais atingirão os objetivos da campanha contra a classe trabalhadora democrática do Brasil e da América Latina”. E emendou: “sim, senhor Jobim, estaremos sempre lutando contra a fome e a miséria, pois os ideais da Justiça Social de John F. Kennedy estão e sempre estarão vivos”.⁴⁴²

Em matéria publicada no dia 17 de janeiro de 1968, Jobim, em sua coluna intitulada “Corrupção e sindicatos”, acusou os “professores” sindicalistas norte-americanos de ensinarem os trabalhadores a se tornarem líderes sem modificar o *status quo*. Ao anunciar o fechamento das organizações internacionais acusadas de “financiarem” o sindicalismo brasileiro, o autor afirmou não se tratar de um caso de xenofobia. Ao contrário, “o movimento sindical, em nossa opinião, pode ultrapassar as fronteiras nacionais quando se inspire no ideal da fraternidade entre os trabalhadores e vise à solução de problemas comuns a vários países”. O que não poderia admitir, asseverou Jobim, “é que, sob o pretexto dessa internacionalização legítima, se instalem no Brasil verdadeiras cabeças-de-ponta de interesses estrangeiros”.⁴⁴³

O outro elemento apontado pela embaixada era Helder Câmara, arcebispo das cidades de Olinda e Recife e representante da esquerda católica no país. Segundo a embaixada, ele e Danton Jobim faziam críticas sistemáticas à assistência das organizações internacionais aos sindicatos brasileiros em seus discursos.⁴⁴⁴ Helder Câmara teria incitado os trabalhadores a fazerem oposição aos norte-americanos durante um discurso feito aos integrantes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da região Nordeste (o estado não foi identificado). O arcebispo teria alertado os associados a “desconfiar do dinheiro fácil” oferecido por essas organizações, alegando que “esses

⁴⁴² Uma cópia dessa carta, escrita em 25 de janeiro de 1968, foi enviada para o presidente da CNTI, João Wagner. Porém, nessa versão havia uma observação final em que Efraim Velasquez dizia o seguinte: “Pelo acima exposto, deixei clara a minha posição. Agora V.Sa. pode começar a jogar sobre a minha pessoa toda a lama que deseje”. George Meany Memorial Archives, RG 18, International Affair Department – Country Files (1945-1971), série 4, Brazil, pasta 16/10.

⁴⁴³ *Última Hora*, edição Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1968, p. 2-7.

⁴⁴⁴ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 19 de fevereiro de 1968, assinado por Tuthill. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

investimentos apenas contribuía para o enfraquecimento da luta sindical”. Aconselhava-os então a não aceitarem ajuda vinda do estrangeiro, uma vez que “eles [os norte-americanos] quebram o nosso ímpeto, o nosso desejo de lutar”, e finalizou: “Se o dinheiro viesse da Rússia, independente de quem fosse receber o dinheiro instintivamente passaríamos a pensar de acordo com o esquema russo. Se a verba viesse dos Estados Unidos, também passaríamos a pensar de acordo com o modelo norte-americano”.⁴⁴⁵

Em resposta ao editorial publicado por Jobim, o representante da IFPCW, Efraim Velasquez, escreveu uma carta para refutar as acusações, alegando que o objetivo desses oposicionistas era a eliminação do programa Aliança para o Progresso.⁴⁴⁶ Porém, o documento não teve repercussão na imprensa brasileira. No dia 17 de fevereiro de 1968, a Polícia Federal fechou os escritórios da IFPCW e a ICF. Velasquez, cidadão norte-americano, foi preso, tendo permanecido incomunicável por 14 horas. Dias antes, ele havia falado à CPI. Era a oportunidade, segundo ele, para desfazer uma série de acusações infundadas. Prosseguiu dizendo que o trabalhador brasileiro deveria ter o direito de exercer sua liberdade. Perguntado se ele mantinha ligações com o adido trabalhista Herbert Baker, o depoente negou, dizendo não existir nenhum tipo de subordinação entre a embaixada americana e a IFPCW.⁴⁴⁷

Esses eventos mobilizaram a embaixada, que acompanhou atentamente todas as ações do governo e da polícia. Os especialistas norte-americanos tentavam compreender a mudança de comportamento das autoridades brasileiras, principalmente de ministro Jarbas Passarinho. Afinal, num passado pouco recente, essas mesmas organizações haviam defendido a legitimidade do golpe civil-militar no Brasil e foram tratadas como entidades parceiras do movimento sindical.⁴⁴⁸ Para os analistas da AFL-CIO, o conflito era fruto de uma aliança entre o Estado brasileiro e um grupo de industriais nacionais incomodados com a atuação da IFPCW, interessados em defender os interesses da

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 19 de fevereiro de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁴⁷ Relatório CPI, op. cit. p. 61-63.

⁴⁴⁸ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 29 de fevereiro de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

Petrobras.⁴⁴⁹ A embaixada temia que esse episódio da CPI, somado à violação da Convenção 87 da OIT,⁴⁵⁰ pudesse iniciar uma espécie de reação em cadeia com retaliações dos diversos grupos sindicais internacionais, causando problemas para o Brasil, não somente no tocante aos programas de ajuda norte-americanos, mas também nos fóruns da OIT.⁴⁵¹

Em Washington, as autoridades sindicais discutiam um modo de continuar as atividades no Brasil, conforme informou Andrew Mclellan, representante interamericano da AFL-CIO. Para tanto, eles contavam com o apoio dos dirigentes sindicais nacionais, entre eles Orlando Previatti. Este havia se manifestado publicamente contra o decreto-lei que impedia a entrada das entidades internacionais no país.⁴⁵² Em contrapartida ao apoio declarado, o sindicalista expressou sua vontade de fazer uma viagem aos Estados Unidos, com fundos da AFL-CIO. O pedido foi prontamente aceito por Mclellan, mas com a condição de que ele ganhasse as eleições sindicais. O ex-ministro do Trabalho Nascimento e Silva também mostrou apoio às organizações sindicais estrangeiras.⁴⁵³

Para a embaixada americana e, principalmente, para Lloyd Haskins, secretário-geral da IFPCW, acusado internacionalmente de ser agente da CIA, Passarinho era o grande responsável por apoiar e fomentar a campanha contra a presença das organizações sindicais internacionais. Ele havia pedido esclarecimentos a Haskins sobre o conflito existente entre George Meany, diretor da AFL-CIO, e Walter Reuther, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Unificados da Indústria Automobilística (UAW), além de outras explicações que não estavam relacionadas às acusações de

⁴⁴⁹ Texto manuscrito intitulado “*Fact Sheet on Brazil*”, sem identificação de autoria e registro de data. George Meany Memorial Archives, RG 18, série 4, box 16, pasta 16/07.

⁴⁵⁰ A Convenção 87 sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização (1948) estabelece o direito de todos os trabalhadores e empregadores de constituir organizações que considerem convenientes e de a elas se afiliarem, sem prévia autorização, e dispõe sobre uma série de garantias para o livre funcionamento dessas organizações, sem ingerência das autoridades públicas. A Convenção 98 sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva (1949) estipula proteção contra todo ato de discriminação que reduza a liberdade sindical, proteção das organizações de trabalhadores e de empregadores contra atos de ingerência de umas nas outras, e medidas de promoção da negociação coletiva. Disponível em http://www.oit.org.br/librind_negcol.php

⁴⁵¹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 20 de março de 1968. *National Archives II*, RG 059, LAB 3 BRAZ, box 1221.

⁴⁵² De acordo com a ficha da Delegacia de Ordem Social da polícia política de São Paulo, Orlando Previatti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Papel e Papelão, teve ligações com o líder europeu Augusto Cool, quando visitou o Brasil. Ele era mau visto pelos seus colegas de sindicatos, devido às acusações de delações e por estar mais ligado à classe patronal do que a classe operária.

⁴⁵³ Carta de Andrew Mclellan, representante interamericano da AFL-CIO, para Tom Altofer, de 1 de abril de 1968. George Meany Memorial Archives, RG 18, série 4, box 16, pasta 16/07.

corrupção.⁴⁵⁴ Haskins teria argumentado que as divergências entre Meany e os irmãos Reuther eram assuntos internos dos Estados Unidos e que não tinha nenhuma relação com a permanência da IFPCW no Brasil.

Haskins refutou as outras acusações, entre elas a de que havia uma disputa jurisdicional entre a IFPCW e a ICF na América Latina. Acusou ainda Jarbas Passarinho de provocar o sentimento nacionalista na classe trabalhadora, correndo o risco de abrir caminho para o retorno dos líderes sindicais comunistas, expulsos em 1964. Segundo ele, “fontes seguras” afirmavam ter Passarinho destinado verbas para os sindicatos publicarem uma série de artigos criticando as organizações internacionais sindicais norte-americanas. As matérias teriam sido publicadas no jornal *Tribuna da Imprensa*.⁴⁵⁵ O periódico já havia dado farta publicidade às acusações de que o sindicalismo estadunidense estava envolvido em ações conjuntas com o Departamento de Estado e a CIA, reveladas no livro de George Morris, *A CIA e o movimento operário americano*.⁴⁵⁶

Durante o período de investigação das atividades das organizações internacionais, o número de inscritos no curso de liderança sindical do ICT oferecido em abril de 1968 baixou, contando com a presença de apenas 19 alunos. Para a embaixada americana, não havia dúvidas de que os convites rejeitados faziam parte da onda de propagandas contra as organizações estrangeiras. O IADESIL-ICT havia perdido o apoio dos dirigentes pertencentes às confederações e federações sindicais.⁴⁵⁷ Um mês depois, recrudescia a repressão ao movimento sindical após a eclosão da greve

⁴⁵⁴ Provavelmente Jarbas Passarinho deve ter se referido às acusações feitas por Victor Reuther, presidente dos assuntos internacionais do UAW, feitas no ano de 1966, sobre o envolvimento da AFL-CIO com a CIA. De acordo com Morris, a convenção da AFL-CIO de dezembro de 1965, havia aprovado, com unanimidade, as operações internacionais coordenadas por George Meany e Jay Lovestone, ambos com relações comprovadas com a CIA. Durante o encontro, os associados também teriam declarado “apoio incondicional” à política de guerra executada pelo governo estadunidense no Vietnã. No entanto, Reuther questionou esse apoio, com base nas manifestações de algumas organizações de trabalhadores de grande porte que não se mostraram incentivadoras das ações do governo. O próprio UAW recuou do apoio dado a AFL-CIO naquela convenção de 1965, por achar que a política externa dos Estados Unidos deveria ser menos belicosa, pedindo uma relação mais amistosa com a União Soviética. MORRIS, George, op. cit., pp. 2-13.

⁴⁵⁵ O jornal *Tribuna da Imprensa* foi vendido por Carlos Lacerda para Manuel Francisco do Nascimento Brito em outubro de 1961, devido a dificuldades financeiras.

⁴⁵⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 20 de março de 1968, assinado por Tuthill. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁵⁷ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de abril de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

na fábrica Willys, em São Bernardo do Campo, que havia paralisado cerca de 80% da força de trabalho da empresa. Na mesma época, o superintendente do ICT, Marcondes Freitas, partia para a Europa com o objetivo de angariar fundos para a entidade. A fundação alemã, Friedrich Ebert (FES), parecia estar interessada em contribuir com o financiamento de parte das atividades do ICT.⁴⁵⁸

Em meio ao trabalho investigativo da CPI da Câmara dos Deputados, o jornal *O Estado de São Paulo*, antigo aliado dos interesses estadunidenses, mais uma vez cedeu espaço aos sindicalistas norte-americanos, agora na voz do dirigente Edward Kramer.⁴⁵⁹ Após ter feito uma visita ao Brasil pelo programa “Sindicato para Sindicato” em junho de 1968, o sindicalista norte-americano criticou fortemente o sistema corporativista, denunciando a herança fascista das leis trabalhistas no Brasil, sem poupar o governo de Costa e Silva. Segundo ele, “o controle governamental dos sindicatos, introduzido pelo presidente Getúlio Vargas é ainda a lei da terra; modificações subsequentes das leis trabalhistas resultaram em um controle governamental ainda maior”. Kramer criticou o imposto sindical, o congelamento dos salários e o Ministério do Trabalho por meio de seu principal órgão, a Justiça do Trabalho, que ele considerava ser uma “estrutura defeituosa”. Sobre ela, o dirigente afirmou ser mais “apropriado que essa agência se chamasse Ministério sobre o Trabalho”, uma vez que o órgão atuava com “um controle autoritário e absoluto sobre os trabalhadores brasileiros”.⁴⁶⁰

Difícil acreditar que Kramer não estivesse ciente da avalanche de críticas e retaliações feitas pelos dirigentes brasileiros ao papel das entidades estrangeiras no país. É possível, contudo, que suas declarações feitas no periódico da AFL-CIO e na grande imprensa brasileira tivessem a intenção de conquistar a simpatia dos trabalhadores que faziam oposição ao governo, visando conquistar as bases da classe trabalhadora, que até aquele momento mostrava amplos sinais de revitalização. A resposta de Jarbas Passarinho, publicada pelo mesmo periódico, veio poucos dias antes da decretação do

⁴⁵⁸ Telegrama da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 6 de abril de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁵⁹ Um dos maiores interlocutores do sindicalismo norte-americano no jornal *O Estado de São Paulo* era o jornalista Itaborahy Feitosa Martins, irmão de Itamaraty Feitosa Martins, também jornalista sindical e militante do PCB. Itaborahy Martins era visto pela embaixada americana como um aliado do sindicalismo estadunidense. O jornalista entre os anos de 1964 e 1968 fez duas visitas aos Estados Unidos, financiadas pelo programa de intercâmbio da AFL-CIO.

⁴⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 4 de dezembro de 1968, p. 11.

AI-5. O ministro classificou o artigo de “injurioso e atrevido” e fez questão de afirmar que o “movimento sindical brasileiro não tem dono”.⁴⁶¹

A embaixada americana considerou o episódio positivo, pois avaliou que as declarações de Kramer tiveram eco entre os dirigentes brasileiros, sendo que muitos haviam enviado mensagens de apoio às suas ideias. Essa suposta reação positiva em relação aos Estados Unidos, conforme comentou o adido Corrigan, poderia servir para contrabalançar o movimento antiamericanista, que ele achava estar articulado somente às organizações de esquerda. Estas seriam responsáveis por tentar relacionar o país com as medidas repressivas impostas pelo AI-5, concluiu. Preocupado em divulgar ao Departamento de Estado qualquer tipo de apoio à presença norte-americana no país, o adido, embora tenha reconhecido que ainda era muito cedo para avaliar o impacto da campanha antiamericana, acreditava que a publicação desse artigo havia mostrado um pouco de boa vontade por parte dos dirigentes brasileiros para com o sindicalismo norte-americano.⁴⁶²

Nem Praga, nem Genebra

O jornalista José Mauro Ribeiro Lobo, do *Tribuna da Imprensa*, foi chamado pela CPI para depor no dia 20 de março de 1968. O depoente alegou ter conhecimento da ingerência das entidades sindicais internacionais desde 1965, quando participou de um curso de orientação sindical organizado pela Confederação dos Trabalhadores de Publicidade (CTP) na cidade de Fortaleza. O evento foi patrocinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comunicação e Publicidade (CONTCOP). Segundo ele, a ideia era adquirir “uma experiência sindical”. Lobo foi chamado para realizar outro curso, agora com duração de um mês, considerado de nível mais elevado. As aulas, segundo ele, tratavam basicamente de negociação coletiva e pretendia motivar as lideranças do Nordeste a pedirem o estabelecimento das negociações livres no país. Foi então nessa época que Lobo teria desconfiado das relações entre a CTP e a IFPCW. Mas afirmou ser uma desconfiança intuitiva, pois não tinha provas ou evidências, ponderou.

Segurando alguns exemplares de jornais publicados pela AFL-CIO durante o seu depoimento, o jornalista destacou a foto em que George Meany aparecia abraçado com

⁴⁶¹ *O Estado de São Paulo*, 7 de dezembro de 1968, p. 12.

⁴⁶² Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 3 de janeiro de 1969, assinado por Corrigan. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1781.

o presidente Johnson. Em outra imagem, ele chamou a atenção para a presença da delegação brasileira durante a V Convenção da AFL-CIO. Disse que a semelhança da política oficial dos Estados Unidos com os princípios da AFL-CIO no campo da sua política internacional era enorme. Como exemplo, citou uma matéria do próprio periódico da central sindical norte-americana em que as lideranças reafirmavam o seu apoio à Guerra do Vietnã. Não por acaso, as ideias da AFL-CIO também eram afinadas com as do Departamento do Estado, revelou.

Para o jornalista, era preciso incentivar urgentemente um movimento trabalhista realmente nacional, “tirando o trabalhador da ilusão de direita ou esquerda”. Nas suas palavras,

o trabalhador sempre sofrerá pressões de um lado ou de outro, como ocorreu no governo do senhor João Goulart, por parte das forças de esquerda, e como ocorreu agressivamente, principalmente depois da posse do senhor Castello Branco, por parte da direita. (...) Por que isto? Não temos valores culturais para fundar um movimento trabalhista realmente nacional? ⁴⁶³

Lobo criticou ainda a atuação do ministro do Trabalho Nascimento e Silva por seu artigo publicado no *Jornal do Brasil* intitulado “Praga ou Genebra”. Para ele, o próprio título já subordinava a matéria à Guerra Fria. Após a observação, questionou: “E o Brasil, não tem capital?”. Na sequência, disparou outra pergunta: “Não poderia ser ‘Praga, Genebra e Brasília?’”. Segundo ele, o artigo de Nascimento Silva exaltava Serafino Romualdi e o fundador da AFL, Samuel Gompers. “E quem era Gompers?”, perguntou à CPI. A resposta, apresentada por ele mesmo, veio logo em seguida: “o homem que ficou de braços cruzados diante do massacre da greve do aço em 1919 e que lutou contra o *New Deal* do presidente Roosevelt”. ⁴⁶⁴

Outro a mostrar-se contrariado com algumas matérias publicadas na grande imprensa foi Jarbas Passarinho. Este criticou o jornal *O Estado de São Paulo* por ter tido “o mau gosto”, segundo ele, de publicar as declarações de George Meany, no dia 13 de fevereiro de 1968. Embora ele achasse que as denúncias feitas por Coutinho no Brasil tomavam como base publicações norte-americanas de caráter extremista, que o próprio Meany advertia serem inspiradas no movimento comunista internacional,

⁴⁶³ Relatório Final da CPI, p. 102.

⁴⁶⁴ Idem, p. 105, segunda coluna.

Passarinho havia se incomodado particularmente com um ponto específico das declarações do líder sindical norte-americano. A passagem destacada por ele dizia o seguinte: “há um considerável sentimento antiamericano que está sendo nacionalmente desenvolvido no Brasil, como resultado do modo como a matéria está sendo *oficialmente conduzida*, a despeito da duradoura amizade entre os Estados Unidos e o Brasil”. Para ele, a expressão “*oficialmente conduzida*” soava como um ataque direto a sua pessoa, pois queria dizer que o governo brasileiro era o culpado pelas denúncias de corrupção sindical. Julgou as declarações de Meany uma insolência.⁴⁶⁵

Passado um ano do depoimento do deputado Jamil Amiden, sua carreira política foi interrompida pelo AI-5, editado em dezembro de 1968. Com essa nova conjuntura e o fechamento do Congresso, o relatório final da CPI foi entregue em 28 de agosto de 1970, embora a maior parte dos resultados já tivesse sido divulgada pela imprensa no período anterior.⁴⁶⁶ Ao todo, foram registrados 25 depoimentos, com a coordenação de Ildélio Martins, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, além de realizadas 24 reuniões. Entre as testemunhas ouvidas, destacam-se: o sindicalista Lourival Coutinho; Ari Campista, na época ministro do TST. Sandra Cavalcanti; Evaristo de Moraes Filho; Egisto Dominicalli; Efraim Velasquez; Herbert Baker; Arnaldo Sussekind; Jarbas Passarinho; além de dirigentes dos sindicatos dos Securitários; do SINDIPETRO de várias regiões do país; SINDIQUÍMICA; Domingos Alvarez, da CNTI; das Indústrias de Abrasivos de Salto; da Federação dos Bancários de Minas e Goiás; dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, entre outros.

Após a coleta de depoimentos, informações e documentos, a investigação revelou que as entidades internacionais tinham livre acesso às entidades sindicais locais, “não apenas em trabalho simples de recrutamento de filiados se não que em atividades bem mais importantes, que é a da formação de uma consciência sindical, através dos cursos ministrados”. No entanto, não foram encontradas evidências de que os seminários fossem utilizados como “um processo eficaz de conscientização de massas num sentido torpe de defraudação de interesses brasileiros”. Mesmo assim, diante dos

⁴⁶⁵ Segundo a matéria publicada em *O Estado de São Paulo*, Meany havia enviado uma carta ao embaixador Vasco Leitão da Cunha para saber qual seria a posição do governo brasileiro em relação ao caso de corrupção sindical. Na matéria, Meany foi identificado como “o homem que fez Kennedy esperar”, quando este era ainda um jovem político e queria explicar ao líder sindical suas ideias sobre política trabalhista. *O Estado de São Paulo*, 13 de fevereiro de 1968, p. 8.

⁴⁶⁶ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1968, p. 7. Ver também: transcrição da matéria publicada no *O Estado de São Paulo*, dia 4 de fevereiro de 1968. George Meany Memorial Archives, RG 18, série 4, pasta 16/10, Brazil: printed material.

fatos levantados, o governo achou imprescindível tomar “providência imediata no sentido de ser disciplinada esta atividade”, afirmou o relator da CPI.

No dia 8 de março de 1968, poucas semanas antes da greve dos trabalhadores metalúrgicos na cidade de Contagem, Minas Gerais, Costa e Silva assinou o decreto-lei nº 62.347, de 6 de março de 1968, que regulava “a concessão de licença para filiação de entidades sindicais brasileiras, de qualquer grau, a organizações internacionais e o funcionamento de filiais, agências ou representações de entidades sindicais no país”.⁴⁶⁷ A OIT não se enquadrava nessa regulamentação. Aquelas associações que ainda quisessem permanecer no país deveriam se submeter à avaliação do governo a fim de obter a permissão legal.⁴⁶⁸

Para a CPI, as verbas manipuladas por essas organizações sindicais não se adequavam às regras impostas pela CLT, previstas nos artigos 548 a 552, que disciplinavam a gestão financeira dos sindicatos. Esta deveria estar sujeita à aprovação do MTPS. Além disso, o relatório apontava para o fato de que as entidades internacionais não estavam vinculadas a nenhum critério uniforme, ficando à mercê da boa vontade de seus representantes no Brasil, sendo os empréstimos sujeitos às “preferências pessoais, ainda que em detrimento de direitos ou mesmo necessidades”. Assim, para os membros da CPI, a disciplinarização das entidades estrangeiras fazia-se imperativa, pois

nas extremidades dos cordéis, manobrados com habilidade, os representantes das internacionais atuavam como fantoches inermes, dentro de uma luta atroz pela conquista de votos capazes de influenciar a eleição do próprio presidente da CIOSL.⁴⁶⁹

Foi concluído que, para a obtenção de novos filiados, houve interferência e aliciamento dos dirigentes. Algumas entidades, em troca de empréstimos, teriam se deixado influenciar por ideias estrangeiras, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias Químicas, que havia recebido cerca de 13 milhões e meio de cruzeiros em caráter de doação (sem cobrança de juros ou correção monetária); a

⁴⁶⁷ Antes disso, o MTPS já havia publicado portaria de número 32, de 18 de janeiro de 1968, regulamentando o “recebimento, pelas entidades sindicais de qualquer grau, de valores e bens a título de empréstimo doação ou legado”.

⁴⁶⁸ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de abril de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁶⁹ Relatório final da CPI, p. 9, primeira coluna.

Sindiquímica de Duque de Caxias; os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; a Federação Interestadual dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos, entre outras. Ao todo, foram contabilizados 20 sindicatos envolvidos diretamente com as entidades internacionais.⁴⁷⁰

Para os membros da CPI não havia dúvidas de que os dirigentes brasileiros foram utilizados como “massa de manobra” da chamada “pirataria sindical”, guiados pelas disputas ideológicas da Guerra Fria, pelos interesses econômicos estrangeiros e rivalidades internas das centrais sindicais de âmbito internacional. Para os nacionalistas autoritários, o Brasil estaria alheio a essas questões político-ideológicas, em parte porque achavam que não seriam os estrangeiros quem iriam definir a agenda política do país. Além disso, o discurso nacionalista do regime militar procurava homogeneizar a classe trabalhadora, despolitizando-a e, conseqüentemente, esvaziando os sentidos políticos da bipolarização “esquerda x direita”.

Embora os crimes de corrupção não tenham sido comprovados, a CPI recomendou que o governo fosse intransigente nas regras de estabelecimento e controle das entidades estrangeiras no país, principalmente no tocante à concessão de empréstimos, financiamentos e doação de verbas, assim como a proibição das atividades de doutrinação política desenvolvida por elas.⁴⁷¹ Também não ficou comprovada qualquer irregularidade nas transações financeiras dessas entidades e nem de seus sindicalistas envolvidos. A ausência de provas, conforme atestou a CPI, pode ter ocorrido pelo fato de nem todos os investigados terem enviado seus extratos bancários; já entre que foram consultados, explicou o relator, não foi possível identificar a procedência das quantias neles indicadas.⁴⁷² Entre as recomendações ao governo, a Comissão pediu para que ficassem terminantemente “proibidas as atividades políticas

⁴⁷⁰ Em 16 de dezembro de 1967, Lourival Coutinho reuniu os representantes dos sindicatos de petróleo para proibir que as entidades do ramo fizessem qualquer contato com as organizações sindicais. A proposta obteve apenas um voto contra, manifestado pelo presidente da Sindipetro de Cubatão, Waldomiro Trento. Quando questionado se conhecia nomes de dirigentes diretamente envolvidos com as entidades estrangeiras, Silvio Nunes da Silva Rocha forneceu os seguintes nomes: Paulo Rangel Sampaio; Ney de Souza Barbosa, que exercia o cargo de operador-chefe do setor de utilidades da Petrobrás e presidente do Sindicato de Petróleo de Cubatão; Francisco Magalhães e Jair do Nascimento Barbosa, ambos do setor de petróleo.

⁴⁷¹ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 09 de dezembro de 1968. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1221.

⁴⁷² Relatório final da CPI, p. 9, segunda coluna.

ou doutrinárias exercidas por entidades estrangeiras”. Além disso, os seus membros, representados pelo relator Arlindo Kunzler, sugeriam que fosse procedida “uma completa e radical transformação na sistemática sindical, com vista à maior participação do operário brasileiro nas atividades e benefícios de seu sindicato”.

A CPI apontou que apenas 20% dos operários eram sindicalizados, sustentados pelo restante da categoria. A diretoria sindical era impulsionada a não se interessar por maiores sindicalizações, uma vez que, quanto menos sócios tivessem, maiores seriam os benefícios concedidos aos poucos sindicalizados, aumentando ainda a possibilidade de os diretores manterem-se em seus cargos, usufruindo das vantagens da licença remunerada e de viverem afastados de seu trabalho.

A Câmara, por meio de seu relatório investigativo, deixava patente a urgência de uma reforma do Fundo Sindical, julgada necessária para que os sindicatos se tornassem mais atrativos aos trabalhadores. O relator, possivelmente um democrata-cristão, finalizou o documento sugerindo ao governo que fosse criado um “preceito constitucional que determinasse a participação na gestão, nos lucros e na propriedade da empresa”, capaz de impulsionar “o verdadeiro progresso industrial”. Para tanto, sugeriu, era preciso criar uma “legislação sindical toda nova, livre de qualquer protecionismo, baseada inteiramente nos princípios adotados na Carta dos Direitos do Homem; na Carta e nas recomendações da ONU, nas normas previstas pela OIT e pela *Mater et Magistra*, quanto à liberdade e competência para decidir e agir”.⁴⁷³

O IADESIL e o ICT foram autorizados a continuar suas atividades, com a justificativa de se tratar de entidades financiadas pela Aliança para o Progresso. Aliás, a relação dessas organizações com o programa de cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos foi invocado diversas vezes pelos depoentes da CPI, representantes das entidades estrangeiras. A intenção era mostrar a seriedade das transações financeiras e das suas atividades, que contariam com o aval do programa do governo estadunidense. Contudo, é bem possível que os sindicalistas norte-americanos tenham utilizado a Aliança para o Progresso mais como um argumento político para pressionar o governo brasileiro, lembrando-os dos empréstimos e altos recursos financeiros em jogo nesta delicada questão diplomática.

⁴⁷³ Idem, p. 9, segunda coluna.

Em setembro de 1970, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, quatro milhões de trabalhadores disseram aos gringos: “*go home!*”. Assim o jornal *O Trabalhador Químico* noticiou o rompimento das relações entre as entidades sindicais brasileiras e norte-americanas. A iniciativa teria partido da própria CNTI. Segundo a reportagem, os estrangeiros que participavam do encontro como “observadores” retiraram-se do evento visivelmente irritados. Mais do que aborrecidos, eles estariam surpresos com o comportamento indócil e reativo dos brasileiros. De acordo com o jornal, “os agentes internacionais, habituados a nos dar ordens, pensavam estar diante de um Congresso facilmente manobrável ao sabor dos interesses dos Estados Unidos”.

Nesse período, o setor da indústria química já vinha enfrentando uma série de dificuldades com a rotatividade de mão de obra e as péssimas condições de trabalho impostas pelas multinacionais. Na matéria, o “preço alto” a ser pago pelas diversas ofertas de viagens e empréstimos, afirmou o autor, era a corrupção “da nossa consciência, o de comprar-nos para os grandes interesses econômicos que os trustes empresariais dos Estados Unidos e alguns outros países têm no Brasil”. Afinal, “por que sair do país para aprender sindicalismo lá fora, quando aqui, na luta do dia a dia pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores, temos uma verdadeira escola de aprendizagem sindical?”. A reportagem deixava claro que o sindicato estava do lado do governo.

Nesse sentido, a documentação reunida pela CPI das entidades sindicais estrangeiras revelou aspectos importantes do jogo político desempenhado pelas lideranças sindicais do pós-64. Em alguns depoimentos, foram explícitas as mudanças no comportamento dos dirigentes brasileiros em relação aos contatos com norte-americanos após o desenvolvimento da política nacionalista de Costa e Silva. No entanto, havia aqueles que pareciam se incomodar com as intervenções estrangeiras nos assuntos locais, por sentirem que suas posições estavam ameaçadas pelos chamados “autênticos de segunda geração”, compostos por alunos do ICT e apoiados pelas entidades internacionais. Por outro lado, não podemos ignorar a presença de dirigentes críticos aos movimentos de esquerda, mas que não se sentiam confortáveis e até mesmo desrespeitados diante da crescente presença estrangeira no meio sindical.

A CPI também descortinou o envolvimento de autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho com as entidades estrangeiras e suas relações com os sindicatos locais. Mostrou ainda como muitos sindicalistas pró-americanos abusavam do uso das palavras “liberdade” e “democracia”, mostrando-se conectados com a Guerra Fria, enquanto outros carregavam no discurso nacionalista galgando a manutenção de seus cargos ou a ascensão na estrutura sindical do governo, como mostrou o episódio protagonizado pelo dirigente paulista, Egisto Dominicalli. Para Gelsom Rozentino de Almeida, os dirigentes do pós-1964 buscavam promover o “equilíbrio (ou equilibrar-se) entre as propostas de maior mobilização das bases e o comedimento, visto como necessário na resistência e enfrentamento ao regime militar”.⁴⁷⁴

Evidentemente, as fontes disponíveis não nos permitem saber exatamente como foi criada a CPI – se esta surgiu realmente de uma denúncia espontânea feita pelos sindicatos ou se partiu de um plano arquitetado pelo governo, mais precisamente pelo ministro Jarbas Passarinho, para se livrar da incômoda interferência norte-americana, como acusou Meany. No entanto, a CPI, independente da veracidade dos depoimentos por ela coletados, revela detalhes das relações e dos conflitos travados entre os dirigentes sindicais brasileiros e norte-americanos e autoridades ligadas ao governo, desvelando também práticas do movimento sindical nacional de um período ainda pouco conhecido.

Conclusões

Um dos propósitos desse capítulo foi mostrar que o cumprimento dos objetivos traçados pelo IADESIL no Brasil não dependia apenas da conjuntura e dos interesses norte-americanos, mas também do relacionamento com as autoridades brasileiras, dos interesses políticos e econômicos nacionais e, sobretudo, da postura de parte importante dos sindicatos brasileiros em relação à prática do sindicalismo norte-americano no país. Mesmo durante a política externa de alinhamento aos interesses dos Estados Unidos, travada durante o governo de Castello Branco, é possível perceber um jogo político de mão-dupla, que ora prometia atender as demandas dos sindicalistas estrangeiros, ora fazia exatamente o oposto do que eles queriam.

⁴⁷⁴ ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 101.

Além disso, conforme a análise precisa de Dockery, os sindicatos locais queriam travar aliança com os norte-americanos e não serem dominados por ele.⁴⁷⁵ Outra explicação apontada pelo autor para justificar os erros da política internacional da AFL-CIO na América Latina estava no fato de os trabalhadores se identificarem mais com o movimento sindical da Europa. Por isso, seria fundamental que o sindicalismo norte-americano apoiasse os programas realizados pela OIT.

Outro “erro” seria a insistência da AFL-CIO em querer implantar o modelo norte-americano de regulamentação trabalhista em outros países. Estratégia que, segundo Dockery, apenas contribuía para a propagação de uma imagem negativa dos Estados Unidos no exterior. Era chegado o momento de os sindicalistas norte-americanos reconhecerem as próprias necessidades e reivindicações dos trabalhadores latino-americanos. Só assim, afirmou ele, o IADESIL poderia rever o seu papel como principal instrumento de assistência dos Estados Unidos no setor sindical.⁴⁷⁶

A partir de 1968, após a reformulação interna da diretoria do ICT, os sindicalistas brasileiros, sem rejeitarem a assistência da entidade norte-americana, passaram a administrar os cursos de educação sindical de âmbito local e regional, além de fazerem a seleção dos candidatos a serem treinados no Front Royal, ganhando, conseqüentemente, maior poder de influência nas relações intersindicais. Era o início de uma nova fase das relações sindicais entre brasileiros e norte-americanos.

⁴⁷⁵ *Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*, op. cit.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

CAPÍTULO IV

Entre o turismo e o aprendizado sindical: olhares de viajantes

Quando servi ao Exército ouvi, certa feita, um sargento mandando um recruta acertar o passo dizer: “Você é o único do batalhão que está com o passo certo, todos os outros estão errados”. Achei formidável aquela forma de se expressar do nosso sargento. Hoje, aplico-a, totalmente, ao problema da nossa Central Sindical. Seria o Brasil o único país certo? Estariam todos os outros errados?⁴⁷⁷

Jarbas Passarinho, enquanto aguardava em Belém do Pará o chamado para assumir uma cadeira no Senado, recebeu, em janeiro de 1967, um telegrama em nome do sucessor da Presidência da República, general Costa e Silva. Era um pedido para que ele fosse ao Rio de Janeiro com urgência. No caminho do aeroporto para Copacabana, o motivo da reunião logo fora revelado. Tratava-se de um convite para chefiar o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dizendo-se surpreso com a indicação, Passarinho não escondeu a sua falta de familiaridade com os assuntos da Previdência.⁴⁷⁸ A resposta ao convite teria sido inicialmente negativa. Mas, segundo ele, o novo presidente utilizou um argumento convincente ao dizer: “(...) Precisamos consolidar a Revolução. A área do trabalho, muito delicada, é vital para o nosso objetivo. Preciso de quem aceite sacrifício em missão espinhosa, e é por isso que me fixei no seu nome. Ademais, os trabalhadores perderam vantagens, umas indevidas, e outras que você terá meu apoio para rever, se for o caso”.

De fato, Passarinho estava cotado para assumir o Ministério de Minas e Energia, assim como o deputado Costa Cavalcanti para a pasta do Trabalho. Mas teria sido o senador Daniel Krieger quem aconselhara o presidente a fazer a troca, temeroso de que o passado de Cavalcanti como chefe de Polícia do governo de Pernambuco inviabilizasse o diálogo com os trabalhadores, que a essa altura, pouco a pouco,

⁴⁷⁷ Prefácio de Rômulo Marinho, secretário geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (CONTCOP), ao livro de Reinaldo Santos, *Trabalho, salários e sindicatos nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, 1967.

⁴⁷⁸ PASSARINHO, Jarbas. *Jarbas Passarinho, um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997, pp. 252-53. O parágrafo seguinte foi baseado nesta mesma fonte.

retornavam às ruas para protestar contra a política trabalhista de Castello Branco.⁴⁷⁹

Todavia, a indicação de Jarbas Passarinho para o Ministério do Trabalho teria sido motivada também por outra razão: um livreto de sua autoria, publicado em 1966, que teria caído nas mãos do general Costa e Silva. Para o autor, tratava-se apenas de uma publicação “despretensiosa”, que narrava as suas experiências durante uma visita feita aos Estados Unidos.⁴⁸⁰ A viagem, com duração de trinta dias, realizou-se a convite do Departamento do Estado, encarregado de organizar todo o roteiro, bem como as questões burocráticas da viagem.

Era a primeira vez que Passarinho aventurava-se verdadeiramente em solo estrangeiro; antes disso, ele havia apenas participado de algumas expedições militares nas fronteiras do Norte do Brasil.⁴⁸¹ Numa mistura de encanto e estranhamento em relação à cultura norte-americana, Passarinho dedicou-se a registrar suas impressões e enviá-las para um periódico do estado do Pará. Logo quando retornou, decidiu reunir o material publicado afirmando se tratar de um “relato neutro, não comprometido com cromos e frases feitas com que habitualmente se descrevem os Estados Unidos”.⁴⁸² Primeiramente, chamou-lhe a atenção “o profundo culto cívico do povo estadunidense” ao ver em Washington a horda de famílias que, “respeitosamente, percorriam a Casa Branca e os edifícios do Congresso”, entre outros monumentos símbolos do país.

Já em contato com os sindicalistas da AFL-CIO, Passarinho observou que o trabalhismo, no sentido de doutrina política, não existia nos Estados Unidos, ao menos do modo como ele conhecia no Brasil. Ao longo das conversas com dirigentes da maior organização sindical daquele país, a ideia de que as questões político-partidárias não deveriam se misturar com os conflitos trabalhistas foi-lhe repetida diversas vezes. Em um desses momentos, durante uma entrevista com um líder sindical e ex-adido trabalhista da embaixada americana na Colômbia, Passarinho contou ter recebido lições sobre a importância da liberdade do homem e sobre os esforços e sacrifícios para a sua preservação.

Na sequência, o visitante brasileiro recebeu em mãos a publicação das resoluções da última convenção da AFL-CIO, realizada na cidade de São Francisco em

⁴⁷⁹ Sobre a atuação do ministro Jarbas Passarinho, ver capítulo III, p.19-20.

⁴⁸⁰ PASSARINHO, Jarbas. *Roteiro de viagem*. São Paulo: Monumento, 1966.

⁴⁸¹ Entrevista com Jarbas Passarinho realizada pela autora em julho de 2011.

⁴⁸² PASSARINHO, *Roteiro de viagem*, op. cit., p. 7.

dezembro de 1965.⁴⁸³ No documento, o governo brasileiro não havia sido poupado. Os sindicalistas norte-americanos disseram respeitar a chamada “Revolução de 1964”, por considerá-la um movimento “popular”. Todavia, a AFL-CIO criticava a instalação de um regime autoritário no Brasil e desaprovava a retirada de direitos civis e políticos. Pediam o funcionamento de um sindicalismo livre e independente a se desenvolver com base nos princípios democráticos e afirmavam que “mesmo a coalizão de tecnocratas honestos com líderes militares bem intencionados jamais poderia servir como substituto para a Democracia e suas instituições vitais, como o sindicalismo livre”.⁴⁸⁴ Para Passarinho, tratava-se de uma referência direta ao ministro Roberto Campos e sua aliança com os militares.

Mesmo assim, o futuro ministro do Trabalho elogiou a posição doutrinária dos trabalhadores americanos, bem como sua ojeriza pelos comunistas. No entanto, devolveu com ironia e cordialidade o que ele considerou ser uma provocação, dizendo estranhar receber críticas vindas justamente de “operários identificados com o radicalismo de direita, exploradores de todos os trabalhadores do mundo”. Na sequência, Passarinho quis saber se os norte-americanos, ao término de uma greve, ganhavam como no Brasil o pagamento pelos dias não trabalhados.⁴⁸⁵ A pergunta teria sido recebida com estranheza, sendo a resposta negativa. Nesses casos, explicou o dirigente norte-americano, os sindicatos tinham um fundo de greve, a reivindicação dos dias parados seria considerada uma imoralidade.

A fim de justificar as medidas antidemocráticas do regime militar, Passarinho perguntou se “os trabalhadores de qualquer empresa, ao fazerem greve, tinham o direito de ocupar as instalações da fábrica, requisitar-lhe viaturas para o comando de greve, impedir a entrada dos trabalhadores e administradores”, como ele alegou ter testemunhado no Pará, mais precisamente na Petrobrás antes de 1964. A resposta mais uma vez foi negativa. Quis saber ainda se os portuários tinham o direito de usar trabalhadores privados, chamados de “bagrinhos” no Brasil, pagos pelos estivadores de Santos para trabalhar em seus lugares. A essa pergunta o norte-americano teria

⁴⁸³ Nessa convenção, a AFL-CIO tornou público seu apoio às ações de guerra do governo estadunidense contra o Vietnã. É possível que Jarbas Passarinho tenha lido a respeito no livro de MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

⁴⁸⁴ Idem, op. cit., p. 15. Os parágrafos seguintes têm como base a mesma fonte.

⁴⁸⁵ No período anterior ao golpe civil-militar, essa era uma questão negociada com os patrões ou a Justiça do Trabalho, podendo, conforme o poder de barganha dos trabalhadores, obter o pagamento dos dias parados.

respondido que sim, que havia ocorrido no porto de São Francisco, no período em que certas organizações de trabalhadores eram dominadas por “gângsteres”, fato que ele julgou vergonhoso e afirmou ter sido resolvido. Segundo Passarinho, as perguntas foram suficientes para selar entre os dois um entendimento mútuo dos problemas enfrentados pelas duas nações, e para dar início a uma conversa mais amistosa.

Durante a visita, Passarinho afirmou ter compreendido o uso que os sindicalistas norte-americanos faziam da “liberdade com responsabilidade”, uma vez que a AFL-CIO dizia não aprovar indiscriminadamente, por exemplo, qualquer reivindicação ou greve de suas filiadas. Ele também achou notável como a maior organização sindical do país acompanhava o desenvolvimento das grandes indústrias e empresas dos Estados Unidos. A ele foi apresentada uma série de balanços anuais, que deveriam representar a situação econômica de cada companhia. Com base nesses documentos, a AFL-CIO acreditava ter condições de definir a pertinência das reivindicações. Assim, ao visitante brasileiro foi ensinado que o operário norte-americano, representado pela sua entidade, deveria “atuar como um fiscal permanente do seu patrão, com o qual colabora lealmente, mas de quem exige e obtém a justa paga do seu trabalho”.

No caso do Brasil, Passarinho concordou com o fato de os trabalhadores terem sofrido com a perda de direitos legítimos, mas reagiu à afirmação feita pelo dirigente norte-americano de que apenas a classe trabalhadora havia sido sacrificada no plano de combate à inflação, inaugurado pelo governo de Castello Branco.⁴⁸⁶ Diante de um relatório sobre a situação política do Brasil, preparado por uma comissão de investigação enviada ao país pela ORIT, Passarinho também não negou as intervenções realizadas nos sindicatos, ainda em prática naquele período. Porém registrou em seu diário de viagem a observação de que a mesma ORIT não havia protestado contra as “condições também de exceção, senão de direito, mas de fato, que subjugavam o movimento obreiro do Brasil, antes de março de 1964”.

Não que o Brasil estivesse imaturo para a prática do sindicalismo livre, asseverou Passarinho. Contudo, ele achava que o caminho nessa direção mal havia sido iniciado. Até mesmo para os norte-americanos, afirmou o visitante, era evidente que eles ainda tinham muito que aperfeiçoar nesse sentido. Provocativo, Passarinho então

⁴⁸⁶ Passarinho referia-se à política de arrocho salarial que tratou de diminuir drasticamente os reajustes salariais, além da nova lei que instituía o Fundo de Garantia em troca do direito da estabilidade, a divisão do pagamento do 13º salário em duas partes, entre outras modificações.

teria feito questão de mostrar ao dirigente norte-americano um recorte de jornal com a notícia da reeleição de J. R. Hoffa para a presidência do sindicato dos condutores de veículos de carga, tido como um dos líderes sindicais mais poderosos dos Estados Unidos, que teria tido estreitas ligações com a máfia.⁴⁸⁷ Hoffa, mesmo respondendo a dois processos por acusação de suborno, nos quais ele foi condenado a 15 anos de prisão, ainda tinha a autorização da categoria para declarar greves, para a indignação de Passarinho. Não seria a única vez que essa história seria citada por Passarinho para criticar o sindicalismo norte-americano.

Procurando desconstruir a ideia tão divulgada pelos dirigentes norte-americanos de que o sistema de regulamentação do trabalho estadunidense representava o exemplo máximo do bom relacionamento entre o capital e trabalho, o futuro ministro brasileiro lembrou seus cicerones de que o “líder sindical ‘*doublé*’ de agente do mundo subterrâneo, do crime organizado” ainda estava presente no movimento sindical daquele país. Mas moderou o tom ao reconhecer que essas figuras eram exceções nos sindicatos dos Estados Unidos. Ainda assim, ele afirmou que não deixava de ser decepcionante saber que apenas pouco mais de um terço dos operários americanos eram sindicalizados.

Apesar dos diálogos tensos e provocativos, Passarinho afirmou ter encontrado no sindicato norte-americano uma organização primorosa, apoiada firmemente no poder econômico de seus associados, que dispunha de um corpo técnico altamente qualificado e instalado em sedes não somente confortáveis como até luxuosas. A presença de representantes sindicais na diplomacia norte-americana e nas comissões governamentais foi observada pelo visitante, mas parece que tal fato não chamou sua atenção naquele período. No entanto ele observou que, mesmo congregando dezenas de milhões de membros e com um enorme potencial político, o sindicalismo norte-americano não tinha fundado um partido próprio, a exemplo da Inglaterra. Como resposta para tal observação, o sindicalista norte-americano teria invocado a trilogia de Gompers, fundador da AFL, “1- sindicalismo puro e simples; 2- aqui e agora e 3- mais e mais”.

Para Passarinho, tais palavras soavam mais como um mantra do que uma ideologia, e elas pouco o convenceram. Considerou a trilogia imediatista e sua filosofia um tanto rasa. Para ele, isso “significava utilizar o sindicato como simples e mero

⁴⁸⁷ Jimmy Hoffa, líder de uma das maiores organizações sindicais nos Estados Unidos – o sindicato dos caminhoneiros *International Brotherhood of Teamsters* – desapareceu no ano de 1975. Ver: SLOANE, Arthur A. *Hoffa*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

instrumento de obtenção de melhor padrão de vida para os trabalhadores”. O futuro ministro do Trabalho discordava da ideia de que o sucesso das negociações coletivas dependia do afastamento dos trabalhadores das questões político-partidárias.

Em sua autobiografia, Passarinho retomou novamente o encontro com o sindicalista norte-americano e sua explicação sobre a análise dos balanços das empresas pela AFL-CIO. Nessa outra versão, o ministro achava que os documentos lhe teriam sido apresentados para convencê-lo de que suas ideias sobre as relações entre o capital e trabalho estavam equivocadas. Simpático ao Partido Democrata Cristão (PDC), extinto após o golpe civil-militar, Passarinho se autodeclarava adepto do Solidarismo Cristão, dizia que ele havia sido conquistado pela doutrina social da Igreja. Assim como outros políticos, empresários e alguns grupos de trabalhadores católicos, ele defendia a participação do trabalhador nos lucros das empresas e o modelo de cogestão, a exemplo do que ele aprendeu sobre o gerenciamento das minas de carvão na Alemanha Ocidental.⁴⁸⁸ Não que ele defendesse o sistema de paridade, mas apenas a participação minoritária do trabalhador no conselho consultivo das empresas, de modo que os empregados pudessem tomar parte das decisões encaminhadas pelos industriais.⁴⁸⁹

Às suas ideias, o sindicalista norte-americano teria reagido “sem demonstrar o menor interesse”, apenas lhe dizendo: “o que a nós, trabalhadores americanos, interessa, é isto: o exame dos balanços, para ir buscar o que é nosso, na negociação com os patrões”. “E se o balanço for negativo?”, teria perguntado Passarinho. A resposta, segundo ele, veio fria e instantânea: “Esse é o risco do capital”. Para o jovem político brasileiro, o diálogo havia sido uma “demonstração da insensibilidade para a construção de uma sociedade solidária”. Naquele momento, ele teria compreendido estar “como um ingênuo visitante, a quem se recebia por mero dever de cortesia”.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ Sobre as ideias da Doutrina Social Católica e o Solidarismo Cristão, ver: capítulo II, pp. 10-11.

⁴⁸⁹ Sobre o papel da Igreja Católica nas relações trabalhistas no Brasil, ver SOUSA, Jesse Jane Vieira. “Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964)”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998; AQUINO, Márcia Elizabeth de. “Personnas: gradações e sujeitos do discurso político-religioso no estado autoritário pós-64, uma abordagem lexical e sociosemiótica”. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2001; FARIAS, Damião Duque de Farias. *Em defesa da ordem. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998; MARTINS, Heloisa T. de Sousa. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo/ São Caetano do Sul: Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

⁴⁹⁰ PASSARINHO, *Um híbrido fértil*, op. cit., pp. 253-54.

No entanto, as teses “solidaristas” sustentadas por Passarinho, segundo ele, também não agradavam muitos políticos e empresários conservadores brasileiros, mesmo quando ele se autoidentificava como um crítico severo do comunismo. A desconfiança sobre a sua ideologia política e comprometimento com os militares ditos “revolucionários” chegou a ponto de ele, pouco antes de assumir o Ministério do Trabalho em 1967, ser questionado sobre a sua fidelidade ao movimento de 1964. Lacerda o provocou lhe concedendo o título de “o último ministro do Jango, que chegara atrasado”. A esse apelido somava-se o de “melancia”, verde por fora e vermelho por dentro.⁴⁹¹ A reação negativa do “intransigente patronato” teria levado Passarinho a considerar a doutrina muito avançada para sua época (e para a de hoje também, segundo ele).⁴⁹² De modo geral, Passarinho descreveu um retrato positivo do movimento sindical e do que ele chamou de “traços do caráter” norte-americano.

Entretanto, Passarinho não foi o único a registrar suas impressões de viagem. Há disponível um pequeno conjunto de publicações, produzidas entre os anos 1965 a 1968, que possibilita analisar as experiências e ideias dos sindicalistas brasileiros sobre o movimento sindical estadunidense. Além dos relatos de viagem, as cartas escritas por trabalhadores oriundos de diferentes regiões do Brasil – a maior parte delas cuidadosamente endereçadas a George Meany, presidente da AFL-CIO –, independente das particularidades inerentes de cada escritor, permitem também analisar o processo de construção de algumas imagens e representações sobre o movimento sindical norte-americano, bem como observar o uso de uma linguagem sindical adaptada para os conflitos da Guerra Fria, carregada de intenções e de interesses pessoais.⁴⁹³

Raquel Mundim Torres, ao analisar os relatos de viagens de brasileiros à URSS chamou a atenção para os desafios e as implicações da utilização desse tipo de fonte, especialmente aquelas produzidas no século XX. Diferentemente dos relatos produzidos nos períodos anteriores, o desenvolvimento dos meios de transporte e da comunicação, assim como as novas possibilidades de intercâmbio, também transformaram as experiências desses viajantes, fazendo com que as viagens adquirissem novos sentidos, como ressaltou Torres. Parte do desafio está no fato de a chamada literatura de viagem

⁴⁹¹ Entrevista com Jarbas Passarinho, op. cit.

⁴⁹² Idem, p. 254.

⁴⁹³ PASSARINHO, Jarbas. *Roteiro de viagem*, op. cit.; SANTOS, Reinaldo. *Trabalho, salários e sindicatos nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, 1967; MARTINS FILHO, Arthur. *Síntese e memórias*. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, 1969; SOUZA, Rômulo Augustus Pereira. *Memórias de um pelego*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

ser considerada um gênero bastante diversificado, em que se misturam os relatos “verídicos” e “não verídicos”. Ela também se apresenta em diferentes formas narrativas, como uma carta, um relatório, uma notícia, um ensaio, um diário de viagem. Há ainda os relatos em forma de depoimentos autobiográficos, gênero utilizado nas publicações analisadas neste capítulo. Como observou a autora, “os limites que circunscrevem os relatos de viagem são tênues, o que nos chama a atenção para uma das poucas verdades que um historiador deve sustentar: um relato de viagem deve ser analisado com o mesmo espírito crítico adotado em qualquer outro tipo de fonte”.⁴⁹⁴

Sobre os relatos de viagens dos dirigentes brasileiros aos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1960, procuro observá-los como um conjunto de representações em que é possível analisar os diversos tipos de imagens que esses viajantes construíram sobre os Estados Unidos, com base em suas experiências vividas naquele país e nas comparações que faziam com o Brasil. Interessa aqui compreender as impressões desses viajantes e analisar como o programa de intercâmbio, financiado pelos órgãos estadunidenses, foi assimilado de diferentes maneiras pelos alunos viajantes.

Experiências transnacionais: o programa “Sindicato para Sindicato”

Desde 1966, além dos treinamentos realizados nos países em que o IADESIL atuava, periodicamente eram oferecidas vagas para participação num programa mais aprofundado de educação sindical realizado no Instituto *Front Royal*, na Virgínia. No local, podiam ser acomodadas até 40 pessoas. Como num internato, os alunos passavam tempo integral, com todas as despesas pagas pelo IADESIL. A eles eram ensinadas técnicas de liderança, de educação sindical, finanças, história do movimento sindical internacional, economia e estatística, conhecimentos da língua inglesa e, principalmente, técnicas de negociação coletiva. Mais tarde, esses cursos internacionais passaram a ser ministrados nas universidades de Loyola, em Nova Orleans, e Georgetown, Washington, DC.⁴⁹⁵

Como vimos nos capítulos anteriores, desde a década de 1950 uma das atividades de maior destaque do IADESIL era o programa de intercâmbio nos Estados

⁴⁹⁴ TORRES, Raquel Mundim. “O inferno e o paraíso se confundem: viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)”. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2013.

⁴⁹⁵ AIFLD. *American Institute for Free Labor Development 1962-1972: A Decade of Worker to Worker Cooperation*. Washington, DC: s.ed., 1972.

Unidos, voltado para dirigentes sindicais, especialistas e pessoas influentes na área trabalhista. A ideia era que eles pudessem não só constatar, mas aprender na prática os supostos benefícios do sindicalismo norte-americano. Somente no ano de 1963, 36 “líderes” foram beneficiados com o estágio, além de 15 deputados federais e dez governadores, entre eles José Sarney, na época filiado à UDN, e Mário Covas, deputado pelo Partido Social Trabalhista (PST). Nos anos de 1967 e 1970, o número aumentou consideravelmente: 1.131 brasileiros “dotados de influência” foram contemplados com bolsas oferecidas pelos Estados Unidos para conhecer o país.⁴⁹⁶ No caso dos sindicalistas, de modo geral, a programação tinha duração de quarenta dias; já os cursos poderiam se estender até três meses, com financiamento da USAID. Como parte das atividades, os intercambistas deveriam percorrer as cidades mais importantes do país, além de realizarem visitas guiadas pelas principais instituições trabalhistas norte-americanas.

Em 1965, foi lançado o programa de intercâmbio no Ministério do Trabalho, que planejava a visita da delegação brasileira ao Departamento do Trabalho dos Estados Unidos. Na oportunidade, o procurador geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rego Monteiro, mostrou-se desejoso em contribuir para o desenvolvimento da democratização dos sindicatos brasileiros caso o governo estadunidense aceitasse financiar a participação dele numa conferência internacional. No mês de abril do mesmo ano, um grupo de trabalhadores químicos brasileiros representantes dos estados de São Paulo e Guanabara embarcou para os Estados Unidos para participação no programa “Sindicato para Sindicato”. Outra comitiva composta por quatro juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Guanabara estava com visita marcada aos Estados Unidos para 15 de julho do mesmo ano.⁴⁹⁷ Nesse ano, o ICT realizou 11 seminários sindicais educativos feitos em colaboração com outras organizações internacionais, entre elas a ORIT e outras entidades nacionais, realizados nas cidades da região Nordeste e Sul do Brasil, contando com a participação total de 289 dirigentes sindicais.

Nesses eventos locais, os trabalhadores eram escolhidos para participar do programa internacional. Essas ações não passavam despercebidas pelos dirigentes

⁴⁹⁶ FICO, Carlos. *O grande irmão – da operação Brother Sam aos anos de chumbo - o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 45-81.

⁴⁹⁷ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de abril de 1965. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

ligados aos movimentos de esquerda no país, como observou o adido trabalhista, Herbert W. Baker. Segundo ele, o programa desenvolvido pela Federação Internacional dos Transportes (ITF) era alvo de críticas. Entre os opositoristas estava o presidente da Federação Interestadual dos Operadores de Motores de Veículos, Avelino Gomes de Castro. Baker amenizou o problema, afirmando que poderia se tratar do típico caso “de um velho pelego se opondo ao treinamento de novos líderes”, considerando que o mesmo havia apoiado o CGT antes do golpe.⁴⁹⁸

Porém, ele não era o único a criticar o oferecimento de bolsas de estudo internacional aos trabalhadores. No jornal alternativo *Amanhã*, produzido por estudantes da USP, uma matéria intitulada “Ganhe uma viagem aos EUA” ensinava aos trabalhadores como visitar aquele país sem pagar nada. Bastava procurar o “*mister*” Willian Medeiros na embaixada americana e dizer que “você aceita o seu jogo: fazer a viagem, aprender o que é Contrato Coletivo de Trabalho e o sindicato americano e voltar dizendo “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Contou a reportagem que Medeiros, representante da Federação Internacional de Trabalhadores do Comércio e de Escritório (IFCCTE) no Brasil, havia comparecido à Convenção dos Bancários em São Paulo com “os olhos injetados e os bolsos cheios de passagem para os Estados Unidos”. Mesmo visivelmente alcoolizado, Medeiros, tratado como “agente” pelo referido jornal, teria cumprido a sua missão. Segundo o jornal, ele oferecia passagens aos trabalhadores bancários com o intuito de filiar a Confederação Nacional dos Bancários à FIET. Porém, não obteve sucesso, tendo sido praticamente ignorado pelos associados, causando uma impressão das piores. O desfecho também não poderia ter sido pior, assim narrou o periódico. Ao se envolver numa discussão, o dirigente estrangeiro teria ficado irritado, xingando os presentes em inglês. A reação, segundo o jornal, foi silenciosa, uma vez que ninguém teria entendido as palavras enroladas do estrangeiro.⁴⁹⁹

Durante os meses de novembro de 1965 a fevereiro de 1966, o secretário assistente executivo do Trabalho, N. Thompson Powers, permaneceu no Brasil com a missão de dar continuidade ao programa de intercâmbio entre o Departamento Americano de Trabalho e os órgãos trabalhistas brasileiros. Powers apontou o controle do governo federal e as relações clientelistas como os grandes obstáculos da

⁴⁹⁸ Ibidem.

⁴⁹⁹ *Amanhã*, de 13 a 20 de abril de 1967, n. 3, p.1. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

implantação do “sindicalismo livre” no Brasil. Para ele, a eliminação do imposto sindical, a adoção do contrato coletivo de negociação, a diminuição do controle governamental, incluindo as restrições salariais e, por fim, a realização de projetos sociais para trabalhadores, eram quesitos considerados fundamentais.⁵⁰⁰

Em 1967, a AFL-CIO financiou visitas e cursos nos Estados Unidos para um grupo de sindicalistas e especialistas na área do trabalho, entre eles Mozart Vitor Russomano, professor de Direito da Faculdade Federal de Direito e revisor do anteprojeto do Código de Trabalho; João Wagner, presidente da CNTI; e João Fassbender Teixeira, professor de Direito da Faculdade de Direito de Curitiba. O objetivo das atividades era colocar os brasileiros em contato com os membros mais importantes do sindicalismo norte-americano e deixá-los a par dos estudos sobre negociação coletiva, além de promover debates sobre a política salarial, educação sindical, entre outros tópicos. O resultado dessas ações foi interpretado de modo positivo. Russomano, por exemplo, ao retornar ao Brasil, deu duas entrevistas ao *Jornal do Brasil* contendo importantes declarações favoráveis à aplicação da negociação coletiva independente e pela liberdade de ação dos sindicatos. No entanto, segundo a embaixada americana, a avaliação em longo prazo para os trabalhos era negativa, uma vez que os analistas norte-americanos julgavam a política do arrocho salarial inviável para o desenvolvimento de suas atividades.⁵⁰¹

Estados Unidos, *why not?*

No ano de 1968, quando o programa “Sindicato para Sindicato” completou quatro anos de existência, 39 delegações das mais importantes entidades de classe brasileiras já haviam visitado as fábricas e os sindicatos nos Estados Unidos, enquanto apenas 13 dirigentes norte-americanos conheceram as instalações e procedimentos do sindicalismo brasileiro.⁵⁰² Entre as centenas de alunos graduados nos cursos oferecidos

⁵⁰⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado no Brasil sobre síntese do movimento sindical, escrito em 14 de abril de 1966, por Hebert Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1283.

⁵⁰¹ Relatório anual da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado do ano de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1220.

⁵⁰² Carta escrita por John W. Tuthill para George Meany, presidente da AFL-CIO, de 17 de maio de 1968. George Meany Memorial Archives, RG 18, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/09.

pelo ICT, encontramos o nome de Luís Carlos Vasco. Sua trajetória sindical ajuda a refletir o que os sindicalistas pensavam a respeito dos cursos oferecidos pelos norte-americanos. Vasco, proveniente de uma família migrante sem recursos do interior do Paraná e ex-funcionário do Sindicato dos Trabalhadores de Comércio do Rio de Janeiro, trabalhou desde menino fazendo pequenos “bicos” no sindicato. Ao longo do tempo, foi aprendendo o funcionamento da estrutura sindical e passou a construir uma carreira profissional na entidade.

Quando surgiam os cursos promovidos pelo IADESIL, Vasco via nesses treinamentos uma oportunidade de melhorar o currículo e de travar contatos com os estrangeiros. Tido como um “faz-tudo” na associação de trabalhadores, também conhecido por ser um bom datilógrafo, o ex-aluno do ICT costumava acompanhar de perto o trâmite da negociação coletiva dos empregados do comércio. Quando era chegada a data-base da categoria, Vasco narrou como era feita a verdadeira negociação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro ligava para o diretor da associação dos lojistas convidando-o para um almoço. Como testemunha desses encontros, Vasco afirmou ter ouvido diversas vezes o diálogo entre os representantes do empregador e do empregado: “bom, eu vou pedir 5%, você vai oferecer só 3% e nós acertamos em 4%”. Na sequência, era agendada uma assembleia, embora tudo estivesse previamente combinado. “A gente sempre pedia a mais para poder dar prestígio para o presidente e os associados ficarem satisfeitos”. Assim eram feitos os acordos salariais sem a intervenção da Justiça do Trabalho. Para o sindicalista, naquele período, valia a máxima tão utilizada pelos “pelegos”: “é sempre melhor um mau acordo do que uma boa briga”.⁵⁰³

Em 1976, Vasco foi um dos alunos diplomados no curso de liderança sindical oferecido pelo ICT no Rio de Janeiro. Perguntado sobre como se deu sua inscrição, ele disse: “Ah, chegaram para mim no sindicato e me perguntaram: quer fazer esse curso? Ai eu fiz! A gente achava moderno receber uma formação que vinha dos Estados Unidos”. Entre seus colegas figuravam os diretores eleitos de outros sindicatos. Bem diferente era a reação dos trabalhadores militantes que tentavam mudar os rumos da direção no Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, no final da década de 1970. Segundo Domingos Galante (um dos mais importantes membros da Oposição

⁵⁰³ As informações deste parágrafo e do próximo foram retiradas da entrevista de Luís Carlos Vasco, concedida à autora em agosto de 2010.

Sindical Química), o presidente da entidade, Waldomiro Macedo, insistia para que ele e outros associados fizessem o curso oferecido pelo ICT em sua sede. “A gente ficava desconfiado”, afirmou ele. “Afinal, por que o presidente insistia tanto em fazer o curso? Além disso, nós não podíamos ficar afastados do trabalho durante todo esse período”, completou.⁵⁰⁴ No Sindicato dos Trabalhadores Químicos, durante os anos 1980, contava-se que os interventores de 1964, entre eles, Waldomiro Macedo, Augusto Lopes, Antonio Domingues Nogueira e José Belarmino da Silva, faziam parte de uma articulação sindical financiada pelo governo norte-americano e pela CIA. Durante os 19 anos em que ocuparam a estrutura do Sindicato, esses diretores teriam estimulado os associados a fazerem cursos de formação sindical nos Estados Unidos. Um deles foi Alcides Domingues, conhecido como um dos mais destacados “pelegos” da categoria, que teria viajado em 1968.⁵⁰⁵

Já para Luís Carlos Vasco e seus colegas do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro, a relação com os norte-americanos “era uma corrente política, quem entrava nisso passava a ter todo o apoio da embaixada americana, eu mesmo frequentava muito lá”. Esses seminários, de curta duração, podiam abrir portas para novos contatos e oportunidades no estrangeiro. De fato, foi o que aconteceu com Vasco. Logo após ter concluído o curso no ICT, surgiu a possibilidade de fazer uma especialização em *marketing*, com diploma concedido pela Cornell University, localizada na cidade de Ithaca, nos Estados Unidos.⁵⁰⁶

Curso semelhante, com duração de um ano, também era oferecido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sob a coordenação do padre Veloso, as aulas tinham um caráter fortemente anticomunista.⁵⁰⁷ Completado o curso, o estudante adquiria condições de candidatar-se aos cargos existentes nas diretorias das federações e confederações sindicais. Para Luís Carlos Vasco, com o fim do regime militar, esses institutos foram perdendo importância, pois “não tinha mais nada para ser

⁵⁰⁴ Entrevista com Domingos Galante concedida à autora em julho de 2012.

⁵⁰⁵ Manuscrito de Aloizio Mercadante, escrito em 1985, intitulado “Construindo um sindicato de luta – 50 anos de Sindicato – parte de uma história maior”. Coleção pessoal da professora Heloísa de Souza Martins.

⁵⁰⁶ Tratava-se de um curso oferecido pela Embratur sediado no Brasil, com auxílio do Sindicato dos trabalhadores em Hotéis, responsável por arregimentar os participantes, que, por sua vez, também selecionavam os trabalhadores que iriam participar dos cursos de liderança sindical promovidos pelo IADESIL.

⁵⁰⁷ Luís Carlos Vasco refere-se ao padre Pedro Belisário Velloso Rebello. Sobre o clérigo, ver capítulo I, parte II, p. 78.

feito”. Em sua opinião, as organizações norte-americanas queriam criar um cenário de estabilidade na área do trabalho, comandada por líderes simpáticos ao regime militar, capazes de manter os comunistas afastados.

Impressões de viagem: neve, aviões, Coca-Cola e o movimento sindical nos Estados Unidos

Para o jornalista Reinaldo Santos, a viagem aos Estados Unidos era considerada um sonho, uma ilusão. Há muito tempo ele alimentava essa ideia de um dia poder conhecer a “terra do Tio Sam”. Assim, foi com satisfação que recebeu o convite do adido trabalhista Herbert Backer, feito no ano de 1965, para integrar o grupo de funcionários da sala de imprensa do MTPS que iriam participar de um programa de intercâmbio nos Estados Unidos.⁵⁰⁸ O objetivo era proporcionar conhecimento *in loco* do movimento sindical norte-americano para jornalistas especializados em assuntos trabalhistas.

A viagem contava com o financiamento da USAID, com programa preparado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos e com a colaboração do Departamento do Estado. Em seu livro, Reinaldo Santos não escondeu sua admiração pelos Estados Unidos, nem os aspectos cômicos e prazerosos da viagem, como a emoção descrita por ele quando ouviu o chamado no alto-falante do aeroporto anunciando: “Passageiros para Miami e escalas!”. Ali, Reinaldo Santos, convencido de que não se tratava de um sonho, sentiu-se verdadeiramente um “passageiro de além-fronteiras”.

Embora ele mesmo tenha afirmado ter traçado apenas simples observações, “olhares de relance”, suas palavras de deferência ao sistema de regulamentação do trabalho norte-americano são fortes e contundentes:

Resolvi escrever o que foi esse maravilhoso passeio. (...) Foram muitas as cidades, muitos os sindicatos, inúmeras as visitas. Ficou-me a impressão de que o sindicalismo nos EE.UU. é realmente livre e poderoso, apolítico e decidido. Seus dirigentes sabem o que querem e atingem sempre os objetivos colimados. Voltei convencido da eficácia e eficiência dos contratos coletivos de trabalho e da necessidade de possuímos, também, a nossa entidade de cúpula sindical, como recentemente propôs o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores

⁵⁰⁸ Além de Reinaldo Santos, a equipe era formada por Ítalo de Saldanha da Gama, José Nunes Pires, João Mineiro, José Corte Real e Lélío Raphanelli.

em Comunicações e Publicidade (CONTCOP), secundando, aliás, o professor Evaristo de Moraes Filho.⁵⁰⁹

O autor se referia ao anteprojeto do Código de Trabalho idealizado por Evaristo de Moraes Filho. É curioso que Santos e o outro sindicalista tenham citado o jurista, uma vez que ele não escondia sua desconfiança e fazia uma série de críticas aos programas de intercâmbio, que, em sua opinião, levavam à descrença nos atos de “solidariedade” do sindicalismo norte-americano.⁵¹⁰ Além de querer instituir o real direito de greve, Moraes Filho, entre outras propostas, previa a constituição de quatro confederações gerais: de empregadores, de empregados, de agentes autônomos e de profissionais liberais; seus dirigentes deveriam ser escolhidos por eleições livres e esses não poderiam ser reeleitos.⁵¹¹ Já a contratação coletiva de trabalho, como lembrou Reinaldo Santos, havia contado com o apoio do ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind, que chegou a elaborar um anteprojeto de lei referente ao tema.⁵¹²

Com base nas palestras assistidas pelo grupo na sede da AFL-CIO, Santos observou que a legislação trabalhista norte-americana não era tão vasta quanto a brasileira. Ao contrário, limitava-se a poucas leis, conhecidas pelos nomes dos congressistas que apresentaram no Capitólio os respectivos projetos, entre eles, a de *Wagner* e a de *Taft-Hartley*. No entanto, Santos mostrou-se convencido de que não eram as leis que asseguravam melhores condições de vida ao trabalhador e que os contratos coletivos de trabalho poderiam oferecer resultados práticos excelentes, como ele mesmo afirmou ter tido a oportunidade de observar.

Além da visita ao embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Juracy Magalhães, o grupo de jornalistas do Ministério do Trabalho foi homenageado com um coquetel promovido pelo National Press Club; houve também visitas aos principais marcos turísticos da cidade de Washington, DC. Um dos pontos mais marcantes da viagem parece ter sido o encontro com o presidente Lyndon Johnson na Casa Branca, quando o grupo participou das cerimônias comemorativas do quarto aniversário de criação da Aliança para o Progresso. A entrada dos brasileiros na Casa Branca nos dá ideia da

⁵⁰⁹ SANTOS, Reinaldo, op. cit., p. 12.

⁵¹⁰ Ver análise do depoimento de Evaristo de Moraes Filho à CPI das entidades sindicais estrangeiras, capítulo III.

⁵¹¹ COMISSÃO REVISORA. *Projeto de Código de Trabalho*. Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Reforma de Códigos, 1965.

⁵¹² Ver análise do depoimento de Arnaldo Sussekind à CPI das entidades sindicais estrangeiras, capítulo III.

importância da área do trabalho e sua influência para o desenvolvimento do programa norte-americano de desenvolvimento econômico e social para a América Latina naquele período, outros grupos nos anos posteriores não tiveram a mesma oportunidade.

De Washington, os viajantes brasileiros partiram para Nova York, depois para a cidade de Scranton, na Pensilvânia, e Detroit, onde conheceram Walter Reuther, vice-presidente da AFL-CIO e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Automóvel (UAW). Lá, tomaram lições sobre o funcionamento da aposentadoria antecipada, dos contratos coletivos, automatização, da atuação dos delegados sindicais, sindicalização obrigatória, fundo de greve, etc. Segundo Reinaldo Santos, o imposto sindical era considerado uma anomalia. Sobre o tema, eles foram informados de que os sindicatos cobravam altas mensalidades de seus associados, a fim de dispor de recursos extras e suficientes para as atividades da organização, orgulhando-se assim de serem economicamente independentes e negando a acusação de que muitos sindicatos recebiam suborno das empresas.

Também chamou a atenção da delegação brasileira a suposta ausência dos “pelegos”. Para Reinaldo Santos, o dirigente sindical norte-americano trabalhava para a sua entidade em regime de tempo integral, “em prol dos interesses e na defesa das reivindicações dos associados do Sindicato”. Diferentemente do sindicalista brasileiro, achava Santos, o dirigente “não fazia demagogia nem aparecia apenas na época do novo acordo salarial”. E ainda:

(...) exercia sua atividade com uma abnegação religiosa, visitando os locais de trabalho, ouvindo a opinião e ouve sugestões de seus companheiros, viaja, lê e estuda muito, atualiza-se enfim. Não tira proveito ilícito nem imoral. Subserviência ante as empresas, ou perante autoridades do Departamento do Trabalho, isso simplesmente não existe. A meu ver, o Sr. Walter Reuther é o próprio do genuíno, do autêntico líder sindical. Sua personalidade magnética e a sinceridade de propósitos estampada em seu risonho semblante deveriam inspirar os nossos dirigentes de entidades representativas de categorias profissionais.⁵¹³

O fato de Santos não ser um líder sindical, mas um jornalista, pode ter contribuído para a sua visão enaltecadora dos dirigentes norte-americanos. Suas

⁵¹³ SANTOS, Reinaldo, op. cit., p. 16.

observações sobre a suposta eficiência e autenticidade do movimento sindical norte-americano, fruto de sua admiração pela cultura daquele país, é um dos exemplos de como muitos viajantes estrangeiros ajudavam a reforçar a ideia de superioridade do modelo sindicalista e também do trabalhador norte-americano, imagens tão difundidas dentro e fora daquele país durante as décadas de 1950 e 1960.

Após 42 dias de viagem com passagens pelo Canadá, México e por várias cidades dos estados de Illinois, Minnesota e Califórnia (com direito a paradas em Hollywood e Disneylândia), Reinaldo Santos teceu comentários sobre diversos temas, como o do Direito do Trabalho, preconceito racial, inflação, desemprego e até mesmo chicletes e coca-cola; ao contrário do que esperava, não viu muita gente mascando chiclete nem tomando tanto refrigerante. Dos lugares por onde passou e das pessoas com quem conversou, Santos afirmou ser o povo norte-americano visceralmente anticomunista, a começar pelos sindicalistas da AFL-CIO com quem ele mais travou contato, “suponho mesmo que nem chega a ser um tema de estudo ou debate, simplesmente está fora de cogitações”. Chegou assim à conclusão de que “inexiste, pois, nos Estados Unidos o problema do comunismo”.⁵¹⁴

No ano de 1967, a AFL-CIO dava continuidade ao programa “Sindicato para Sindicato” promovendo o intercâmbio entre sindicalistas e outros profissionais brasileiros e norte-americanos ligados à área do trabalho. Uma delegação veio dos Estados Unidos para o Brasil realizar um programa intensivo de visitas com duração de três semanas, enquanto 13 comitivas, compostas por 104 sindicalistas brasileiros, fizeram o caminho inverso durante seis semanas.⁵¹⁵

Um desses grupos, entre vendedores e viajantes, membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, embarcou no dia 27 de março de 1967 para os Estados Unidos, financiados pela USAID. Dentre os presentes estava Arthur Martins Filho, da Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio do Rio de Janeiro. Sua participação na excursão também resultou num livro, dedicado ao adido trabalhista Herbert Baker, publicado pela própria entidade sindical a que Martins

⁵¹⁴ SANTOS, Reinaldo, op. cit., p. 78.

⁵¹⁵ Relatório anual da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado do ano de 1967. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

Filho pertencia. Por meio das impressões de Martins Filho, podemos acompanhar o itinerário realizado, as palestras a que assistiram e até mesmo os contatos lá realizados.

Quando o grupo pousou em Nova York, os sindicalistas brasileiros foram recebidos por James I. McFarland, funcionário do Departamento de Estado, responsável por auxiliar os visitantes no emaranhado das formalidades legais para a entrada de estrangeiros no aeroporto internacional dos Estados Unidos. Martins Filho observou que esse procedimento teria sido extremamente eficiente, sem delongas e realizado de modo quase automático. Antes de seguirem para Washington, D.C., a fim de dar início ao treinamento, uma surpresa os esperava na cidade de Nova York: “havia neve e, pela primeira vez, os integrantes da Delegação viam esse elemento da natureza”.⁵¹⁶

Durante os quase 60 dias de viagem, os dirigentes sindicais brasileiros assistiram a uma série de palestras que tinha como objetivo apresentar o funcionamento das associações de classe, a estrutura do movimento sindical e a prática das negociações coletivas nos Estados Unidos. Na sede da AFL-CIO, os brasileiros foram recebidos por Andrew C. Mclellan, responsável pela elaboração do roteiro de treinamento e representante do Departamento Interamericano da AFL-CIO, momento em que o grupo comunicou o desejo de querer cumprir o roteiro previamente estabelecido ponto por ponto. Após aprenderem sobre a estrutura e o funcionamento da maior central sindical norte-americana, os brasileiros ouviram as palavras de Ben Albert sobre a organização das atividades políticas da AFL-CIO, que seriam realizadas por meio do Committee on Political Education (COPE). Este supostamente não teria o apoio de nenhum partido político, mas conforme ensinado ao grupo “trabalhava ativa e firmemente através de todas as entidades regionais e sua penetração era feita principalmente pelas mulheres dos trabalhadores, para que estes se inclinem a votar nos candidatos à governança, ao Senado ou à Câmara de Representantes, que defendem os princípios trabalhistas”. Contudo, o próprio palestrante reconheceu que essa organização não era forte e contava com pouco envolvimento dos trabalhadores, já que eles teriam outros interesses em jogo, como as atividades da Igreja a que pertenciam.⁵¹⁷

Outras palestras prosseguiram no mesmo dia, uma delas sobre as atividades dos sindicatos nas questões do racismo e da liberdade civil proferida por um representante

⁵¹⁶ MARTINS FILHO, Arthur. *Síntese e memórias*, op. cit., p. 26. Os parágrafos a seguir são baseados nessa fonte.

⁵¹⁷ Idem, op. cit., p. 27.

do Departamento de Direitos Civis da AFL-CIO, Willian E. Pollard. Foram abordados os temas da segregação racial nos sindicatos, principalmente no Sul do país. Aos brasileiros foi dito que a AFL-CIO estava “lutando sem esmorecimentos para acabar com este estado de coisas, mas, às vezes, os próprios negros são os causadores da discriminação”. Na sequência, os dirigentes conheceram o representante do Departamento de Pesquisa da AFL-CIO, responsável por enviar dados para os sindicatos, inclusive estatísticos (fornecidos pelo governo estadunidense) sobre finanças, política, administração, entre outros temas. O Departamento de Pesquisa possuía representantes nas comissões governamentais e participava dos debates sobre os projetos de lei.

A última palestra do dia 28 de março de 1967 foi de Marvin Friedman sobre as atividades do Departamento de Assuntos Internacionais, que ele representava. Segundo as anotações de Martins Filho, a AFL-CIO fornecia apoio aos sindicatos de outros países, principalmente no tocante ao empréstimo financeiro para a construção de moradias, como vinha ocorrendo na Colômbia, Peru e Brasil. Ao fazer uma comparação entre os sindicalismos norte-americano e russo, Friedman explicou aos brasileiros que “a luta no Vietnã é uma questão política: os comunistas querem dominar o país à força”.⁵¹⁸ O palestrante aproveitou para contar que conhecia o Brasil e relembrou o caso da internação do dirigente sindical Angelo Parmigiani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, no Georgetown University Hospital em 1962, ocasião em que recebeu ajuda financeira da AFL-CIO, fato amplamente divulgado pela central sindical norte-americana por meios de jornais brasileiros.

No dia seguinte, visitaram a sede da Retail Clerk International Association, que congrega os sindicatos dos trabalhadores do comércio, na época presidida por Ernest Lee, assistente diretor do departamento de assuntos internacionais da AFL-CIO e genro de George Meany. Lá, os brasileiros foram informados de que a organização havia conseguido expulsar todos os sindicatos considerados comunistas, aproveitando-se da Lei *Taft-Hartley*. A entidade possuía um fundo geral para pagar benefícios aos associados em caso de greve, que poderia atingir até 65% do salário percebido

⁵¹⁸ Nesse período, a AFL-CIO procurava combater uma série de denúncias sobre a sua relação com a CIA, o polêmico apoio à Guerra do Vietnã e de racismo no movimento sindical norte-americano. Nesse sentido, o programa de intercâmbio era um dos meios utilizados para tentar melhorar a imagem internacional do sindicalismo estadunidense. Entre os livros que denunciaram as ações da AFL-CIO, ver MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*, op. cit.

semanalmente. Além da cobertura salarial, explicou Martins Filho, também eram distribuídas bolsas de estudo para os filhos dos associados para que pudessem entrar na universidade, além dos serviços de assistência médica e dentária.

A prática das negociações coletivas foi um dos temas mais explorados nas palestras. Sobre as origens do contrato coletivo de trabalho nos Estados Unidos, os dirigentes foram informados de que não se tratava de uma lei específica, conforme ocorria no Brasil, mas de uma tradição iniciada no século XIX, tendo sido legalizada na presidência de Roosevelt. Durante a visita ao Departamento do Trabalho, os brasileiros tomaram nota sobre as funções do Serviço Federal de Mediação e Conciliação, responsáveis por intermediar as disputas entre o capital e o trabalho, deixando claro que, diferentemente das cortes trabalhistas no Brasil, o papel desse instituto não era interferir nas decisões firmadas nos contratos de trabalho travados entre empregados e empregadores.

As anotações de Martins Filho permitem observar aspectos de como era ensinada aos estrangeiros a prática da negociação coletiva nos Estados Unidos. De acordo com o conteúdo apreendido pelo nosso viajante, o funcionamento do sistema de regulamentação trabalhista estadunidense confundia-se com o modelo real, ocultando conflitos jurídicos e de interesses, dando a ideia de que o Estado interferia minimamente nas questões trabalhistas.⁵¹⁹ Em média, os contratos coletivos tinham vigência de três anos, e os procedimentos para a sua elaboração dava-se da seguinte maneira: 60 dias antes do término do último acordo, o sindicato deveria notificar a empresa. Se dentro de um prazo de trinta dias um novo contrato não fosse obtido, por lei, o Serviço Federal de Mediação e Conciliação necessitaria ser acionado para convocação das partes.

Inicialmente, trabalhadores e patrões não dividiam a mesma mesa, e os termos das negociações eram realizados separadamente. Não havia número definido para delimitar a presença dos representantes dos trabalhadores; geralmente, participavam um membro do sindicato internacional, três ou quatro do sindicato regional e um da empresa. Mas havia casos de se apresentarem mais de 50 sindicalistas.⁵²⁰ Outra característica ressaltada era que as decisões tomadas no Serviço Federal de Mediação e Conciliação tinha caráter definitivo, não cabendo recursos, diferentemente do sistema de

⁵¹⁹ No capítulo VI essa questão será retomada, analisando os limites e as barreiras do modelo de contratualismo ideal.

⁵²⁰ MARTINS FILHO, Arthur, op. cit., p. 49.

arbitragem brasileiro. No ano de 1967, existiam 260 mediadores atuando em 77 cidades. O árbitro era um cidadão particular, apresentado pelas partes, com seus honorários pagos pelos interessados. O processo deveria tramitar dentro de um prazo de 30 dias; caso não houvesse acordo, a greve era o último recurso.

Em visita à Associação Americana de Arbitragem no dia 12 de abril de 1967, os brasileiros foram informados de que até aquele momento havia cerca de 140 mil contratos coletivos de trabalho lá registrados. Os casos não resolvidos na conciliação eram submetidos à arbitragem, cuja solução era final e obrigatória, ou seja, não havia recursos. Hierarquicamente, a reclamação era primeiramente feita ao delegado sindical, mas se não fosse solucionado, o problema era encaminhado para a administração do sindicato até chegar ao árbitro, caso continuasse o impasse.

A Associação administrava e coordenava todo o processo de arbitragem. Para a escolha do árbitro, explicou Martins Filho, a Associação apresentava uma lista contendo nove membros para que apenas um fosse selecionado. As reuniões entre patrões e empregados poderiam ser realizadas na própria sede da associação ou até mesmo nas empresas. Esses encontros tinham um caráter informal e não havia limite para apresentação de depoimentos pessoais e apresentação de provas, mas as testemunhas tinham que passar por avaliação do sindicato. Após 30 dias, o árbitro deveria apresentar o laudo. O representante da Associação frisou, a fim de marcar as diferenças com o sistema de relações trabalhistas brasileiro, que a entidade era particular, assim como os árbitros e que o governo não tinha nenhuma forma de interferência na associação.

Os árbitros eram profissionais recrutados e os cargos eram de dedicação exclusiva. A atividade era considerada bastante rendosa. No entanto, para se tornar um árbitro, era preciso ter oito recomendações e passar pelo teste dos sindicatos e da Associação. Uma indicação de George Meany, presidente da AFL-CIO, era considerada bastante valiosa, salientou o palestrante. Até o ano de 1967, cerca de 1.800 casos passaram pela Associação Americana de Arbitragem; desses, apenas oito foram para o Tribunal, que, em princípio, era julgado no âmbito estadual, podendo ser encaminhado à Suprema Corte de Justiça.⁵²¹

Em outra oportunidade, os dirigentes brasileiros tomaram lições sobre como organizar e estruturar um sindicato de acordo com o modelo norte-americano. Os

⁵²¹ Idem, op. cit., p. 95.

empregados interessados em sindicalizar o seu local de trabalho precisavam de 51% de assinaturas dos trabalhadores da empresa, depois se dirigiam por escrito ao empregador para comunicar que passariam a representar a maioria dos seus companheiros de trabalho nas negociações coletivas. Se a empresa se recusasse a reconhecer a organização dos trabalhadores, o caso deveria ser encaminhado para o NLRB. Nesse percurso, era esperado que as empresas contrárias ao movimento sindical procurassem seduzir, subornar, ou mesmo ameaçar os seus empregados para evitar a sindicalização.

Já os benefícios aos empregados sindicalizados norte-americanos, muitos deles interpretados como direitos para os trabalhadores brasileiros, eram negociados à parte, mediante a elaboração de um contrato travado entre os representantes dos empregados e empregadores, em que eram discutidas questões como a aposentadoria, faltas ao serviço, seguro de vida pessoal, etc. Em todos os casos, a demissão voluntária era procedida sem maiores problemas. No entanto, quando se tratava de dispensa, os trabalhadores demitidos não tinham nenhuma garantia. Todavia, para Martins Filho, o sistema de regulamentação trabalhista adotado no Brasil era superior ao dos Estados Unidos, “porque as leis são federais e os estados são proibidos de legislar sobre a matéria e, somente essa uniformidade, já representava uma garantia para os trabalhadores”.

No Departamento de Estado, Harold Kaufman apresentou os projetos na área do trabalho realizados com fundos da USAID. Informou os brasileiros sobre o programa da Aliança para o Progresso e a necessidade de expandir o projeto no Brasil, principalmente no âmbito do comércio entre os dois países e na substituição de favelas por casas de moradias decentes. Sobre a relação entre os sindicatos e a política, Kaufman explicou aos brasileiros que “existe política em tudo na nossa vida, porém o sindicalismo americano não apoia, de forma alguma, nenhum partido, apoia os políticos que aceitam e defendem os programas trabalhistas”.⁵²² Mais adiante, veremos que essas declarações, como essa feita por Kaufman, passarão a ser cada vez mais questionadas. Para os observadores e críticos do sindicalismo conduzido pela AFL-CIO era no mínimo estranho o fato de a central sindical insistir no afastamento dos trabalhadores das questões e dos partidos políticos e ao mesmo tempo justificar o seu próprio envolvimento com o governo norte-americano e suas fortes ligações com o Departamento de Estado e a CIA.

⁵²² MARTINS FILHO, Arthur, op. cit., p. 46.

Kaufman afirmou que estava acompanhando a nova conjuntura brasileira que se iniciava com a posse do marechal Costa e Silva e revelou que a USAID tinha grande interesse no funcionamento do IADESIL e no ICT de São Paulo. Explicou aos brasileiros que a partir de 1964 havia sido intensificado o movimento de intercâmbio entre brasileiros e norte-americanos, apesar de estes últimos terem ficado desencorajados quando souberam que muitas restrições não haviam sido suspensas no Brasil (possivelmente eles estivessem se referindo ao impedimento das negociações coletivas livres), além de novas imposições, como, por exemplo, o forte controle dos aumentos de salários. O bom relacionamento do programa norte-americano com os governadores dos estados da Guanabara, Carlos Lacerda, e de São Paulo, Adhemar de Barros, também foi destacado. Possivelmente, esse foi o modo encontrado pelo palestrante para criticar a postura ofensiva do governo militar brasileiro em relação à presença das entidades sindicais estrangeiras no país, como vimos no capítulo anterior.

Contudo, nem só de palestras era feito o treinamento, não sendo poucos os momentos de lazer. Passando por várias cidades, os visitantes tiveram oportunidade de conhecer diferentes lugares turísticos, muitos deles acompanhados de suas respectivas esposas, desfrutando de ocasiões descritas como inesquecíveis, que incluíam idas ao estádio, jantares, corridas de cavalos etc.⁵²³ Os momentos de descontração também ocorriam nos trajetos das viagens de uma região para outra, quando os sindicalistas passavam o tempo cantando e se divertindo bastante, como relatou Martins Filho. Numa dessas ocasiões, “ora os americanos entoavam canções da sua terra, ora os do nosso grupo cantavam músicas brasileiras, estabelecendo-se, assim, um desafio improvisado e amigável, tudo muito cordial”. A primeira vez de *subway* também ficou registrada. Foi em Nova York no caminho para a Associação Americana de Arbitragem.

Para Martins Filho, o sindicalismo norte-americano se diferenciava profundamente do modelo sindical brasileiro. Em parte devido ao que ele chamava de “tutela, vigilância e cuidados do Ministério do Trabalho e Previdência Social”. O viajante criticou as intervenções do governo nas entidades sindicais realizadas no período subsequente ao golpe civil-militar, não por coincidência uma das mais fortes críticas do sindicalismo-norte americano ao regime de Castello Branco. Já as organizações de classe norte-americanas, Martins achava que elas mantinham uma

⁵²³ Idem, op. cit., p. 75.

“convivência amistosa, porém sem submissão, com os setores governamentais, e procura solucionar com as próprias forças todos os seus problemas”.

Outra diferença apontada por Martins era o fato de o sindicalismo norte-americano ter crescido de baixo para cima, obedecendo a uma velha concepção do país, ao contrário do Brasil. Aos viajantes brasileiros ficou a impressão de que o sindicalismo estadunidense estava muito mais adiantado do que o brasileiro. Todavia, afirmou o autor, havia um setor em que “nós o superamos: a nossa Justiça do Trabalho”. Nos Estados Unidos, prosseguiu Martins Filho, quando um conflito trabalhista individual chegava ao judiciário, o caso era encaminhado para a Justiça Ordinária. Para ele, somente esse aspecto desfigurava completamente o processamento do feito. Martins Filho acreditava no caráter especial dos conflitos trabalhistas e defendia a existência de leis específicas, como a CLT. Todavia, o brasileiro não deixou de destacar outro aspecto bastante positivo no sistema norte-americano, o profissionalismo dos seus dirigentes sindicais. Esses, além de bem remunerados, podiam ter mandatos renovados indefinidamente, sem que ninguém os acusasse de “pelegos”.⁵²⁴

Ao fim da viagem, a delegação de dirigentes sindicais do Comércio fez algumas sugestões enviadas por meio de um relatório para a AFL-CIO, dentre elas, a ampliação do ponto do programa no que se referia à parte recreativa, cultural e social, visando a maior aproximação com as famílias norte-americanas, bem como a elaboração de material didático na língua do visitante para “maior facilidade de assimilação”. Finalizaram o documento com agradecimentos à USAID pelos subsídios fornecidos afirmando em “alto e bom som, que levam para o Brasil, além do cabedal de ensinamentos adquirido, imorredouras recordações deste grande, maravilhoso, organizado e disciplinado país!”.⁵²⁵

De modo geral, os dirigentes disseram ter voltado bastante satisfeitos com o *tour* proporcionado pela USAID, embora eles não tivessem conseguido realizar o desejo de cumprimentar o presidente dos Estados Unidos, mas se contentaram com o envio de

⁵²⁴ Idem, op. cit., p. 164.

⁵²⁵ Martins Filho fez uma breve referência ao antiamericanismo presente também no Brasil, afirmando que havia uma corrente de opinião estrangeira proclamando que os Estados Unidos praticavam a filosofia materialista do dólar que escravizava as mais diversas camadas sociais da Nação. No entanto, o grupo de sindicalistas brasileiros do Comércio se colocava contra esse tipo de afirmação: “ ‘*In God we trust*’ – é uma máxima do conhecimento de todo o povo e está estampada nos diversos tipos de moedas metálicas e de papel moeda, como sugestão permanente de que acima dos bens terrenos estão o respeito e o amor a Deus”. Idem, op. cit., p. 168.

uma carta encaminhada pelo embaixador Vasco Leitão da Cunha. Salvo as palavras de admiração e comprometimento com as causas do movimento sindical norte-americano do nosso sindicalista e escritor, é difícil encontrar evidências concretas de que esses treinamentos realizados no exterior tenham surtido algum resultado concreto no sentido de implantação do modelo sindical e suas práticas nos sindicatos brasileiros. Não que o desejo e o comprometimento de implantação de mudanças em direção ao modelo de regulamentação de trabalho norte-americano fosse ilegítimo, o que não cabe aqui avaliar. Todavia, como já apontado nos capítulos anteriores, a aliança entre dirigentes norte-americanos e brasileiros era bastante complexa e intrincada, na medida em que estes últimos estavam subordinados aos interesses e planos idealizados pelos diferentes governos do regime militar.

Esses dirigentes, em sua maioria caracterizados como “pelegos”, dependiam da estrutura sindical, mais do que nunca manipulada pelo regime ditatorial, para a própria manutenção de seus cargos. Da mesma forma, também precisavam mostrar apoio e representar os interesses da classe trabalhadora estreitando contato, ainda que mínimo, com as suas bases, a fim de garantir votos nas eleições sindicais. E eram esses mesmos sindicalistas que tinham o interesse em apoiar a AFL-CIO e a política internacional do governo estadunidense. Além do mais, apesar de muitos deles se mostrarem admirados com o sistema de regulamentação do trabalho estadunidense, a própria comparação com o modelo brasileiro os convencia de que aquela legislação não poderia ser aplicada no Brasil, por se tratar de sistemas e de realidades muito diferentes.

De todo modo, os convites de viagem ao exterior, assim como a rede de contatos no estrangeiro poderiam ser bastante atraentes para os sindicalistas. Muitos deles não encontraram dificuldades em moldar seus discursos de acordo com as oportunidades surgidas, vindas tanto dos regimes de esquerda quanto das organizações sindicais anticomunistas. Foi o caso do sindicalista Rômulo Augustus Pereira de Souza, presidente do Sindicato dos Oficiais de Náutica do Rio de Janeiro e vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, ele mesmo autodenominado um “pelego”.

Em 1968, Souza recebeu um convite para participar de uma conferência que iria reunir sindicalistas de todo o continente americano, incluindo Cuba, na cidade de Quito, Equador. O evento tinha como objetivo organizar um debate sobre questões políticas,

sociais e econômicas dos países participantes.⁵²⁶ Coube a ele apresentar as características do movimento sindical brasileiro. Ao se deparar com um público de dirigentes sindicais de esquerda, Souza não pensou duas vezes: “em Roma faça como os romanos”, e disparou frases contra o “imperialismo ianque” e a “implacável diretriz norte-americana, desde Jeferson, de serem controladores de nossos destinos”. Souza terminou a palestra aplaudido de pé e sua fala publicada nos jornais locais. No dia seguinte, foi abordado por um sindicalista cubano, que após tecer elogios emocionados a sua apresentação na noite anterior, lhe fez um convite para visitar Cuba e conhecer Fidel Castro. Foi naquele momento então que Souza teria descoberto sua “capacidade de representar, de passar ao próximo a emoção que ele próprio havia se induzido a sentir, embora momentaneamente”, confessou.

Para o dirigente dos transportes marítimos, a autenticidade do líder sindical era algo nato, embora fosse inegável que os treinamentos ajudassem a aprimorar o seu papel de representante dos interesses da classe trabalhadora. Segundo ele, o Brasil possuía, “salvo honrosas exceções, sindicalistas ingênuos e despreparados, uns poucos idealistas e a maioria esmagadora de burocratas travestidos de dirigentes sindicais, a tratar de interesses pessoais”. A viagem ao Equador teria despertado Souza para as disputas entre as correntes sindicais internacionais financiadas pela União Soviética e os Estados Unidos, que procuravam cooptar sindicalistas do chamado Terceiro Mundo. E foi por meio desses congressos internacionais e das visitas de representantes da AFL-CIO que ele ficou sabendo da existência do IADESIL no Brasil.⁵²⁷

Entre os anos de 1967 e 1969, o programa de intercâmbio cultural promovido pelo Escritório de Assuntos Educacionais e Culturais do Departamento do Estado, financiado pelo Serviço de Informação norte-americano (USIS), enviou oito pessoas consideradas influentes e ligadas aos assuntos da política trabalhista no Brasil para os Estados Unidos. Sem citar nomes, o relatório do IADESIL descreveu o perfil desses viajantes. Três deles eram presidentes de confederações sindicais, dois eram professores universitários na área do Direito do Trabalho e conselheiros de entidades sindicais e do Ministério do Trabalho, outros dois eram membros ativos do Congresso na área dos problemas trabalhistas; um era padre, também considerado pessoa influente no

⁵²⁶ Souza não deixa claro, mas é provável que o evento tenha sido organizado pela Confederação Latino Americana do Sindicalismo Cristão (CLASC). SOUZA, Rômulo A. P. de. *Memórias de um pelego*, op. cit., p. 182.

⁵²⁷ Idem, op. cit., p. 182.

sindicalismo rural. Dois dos dirigentes sindicais ainda permaneciam como presidente das confederações e o terceiro ocupava em 1970 um cargo importante em uma entidade sindical.⁵²⁸

No ano de 1969, mesmo diante de uma forte crise nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos e sob a ameaça de extinção do programa sindical, o ICT, com o financiamento do IADESIL, organizou 139 cursos de educação sindical de nível básico e intermediário, que contou com a participação de 3.742 trabalhadores. Embora a entidade tenha mudado sua concepção original, tendo passado por reformulações importantes entre os anos de 1967 e 1968, como mostrei no capítulo anterior, não podemos ignorar o seu papel na formação de lideranças sindicais no final da década de 1960. Outro treinamento mais aprofundado, com duração de nove semanas, reuniu 90 dirigentes sindicais na cidade de São Paulo. Mais 24 líderes brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para realizar um curso de dez semanas voltado para os estudos de economia e comunicação. Um grupo de três conselheiros do Ministério do Trabalho também seguiu para os Estados Unidos a fim de observar a prática da arbitragem e mediação dos conflitos trabalhistas no país, assim como o funcionamento do Departamento do Trabalho norte-americano. No total, o programa de intercâmbio “Sindicato para Sindicato”, somente no ano de 1969, enviou 57 dirigentes sindicais brasileiros para os Estados Unidos e dez norte-americanos para o Brasil.⁵²⁹

De todo modo, é preciso lembrar que foram diversas as experiências dos brasileiros nos programas de intercâmbio promovido pela USAID. Para Renato Colistete e Cliff Welch, o treinamento coordenado pela ORIT e demais entidades sindicais estadunidenses não foi efetivo no Brasil durante o período anterior a 1964. O baixo impacto do programa de intercâmbio pode ser explicado, entre outros motivos, pelo fato de muitos alunos, após o retorno dos cursos realizados no exterior, terem encontrado dificuldades para galgar posição nas diretorias dos sindicatos locais em disputa com os dirigentes de esquerda. Além disso, não havia garantias de que esses alunos iriam seguir a linha estabelecida pelos sindicalistas norte-americanos.⁵³⁰

⁵²⁸ “*Field Survey Report on AIFLD program Brazil*”, 1970, relatório de atividades do IADESIL no Brasil, parte II, disponível em: pdf.usaid.gov/pdf_docs/XDAAB044A.pdf

⁵²⁹ Relatório anual da embaixada americana no Brasil para o Departamento do Estado, de 16 de fevereiro de 1970. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1781.

⁵³⁰ WELCH, Cliff. “Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965.” *Latin*

Talvez um dos exemplos mais ilustrativos do pré-1964 seja o caso de Clodesmidt Riani. Um eletricitista de Juiz de Fora, Minas Gerais, conhecido como um jovem líder em potencial de representação nacional durante a década de 1950.⁵³¹ No início dos anos 1960, Riani recebeu treinamento de liderança sindical pelo programa Ponto IV ao passar três meses nos Estados Unidos. Para Riani, tratava-se de um “compromisso muito sério, porque tinha hotel, professor” etc. Aqueles que estivessem interessados deveriam se inscrever, conforme as regras expostas pela embaixada americana. Sobre a sua experiência na viagem, Riani explicou que

tudo era feito com muita responsabilidade, se não tivesse gostando e quisesse voltar, não podia. Se perdesse um membro da família não podia vir. Os compromissos com as diárias do hotel, compromisso com os professores, cursos, com as visitas todas marcadas, porque nós visitamos todos os departamentos administrativos dos Estados Unidos, desde o departamento de Estado...A própria empresa concordou em ficar responsável por pagar o salário à família. Era algo seguro.⁵³²

Segundo Riani não se tratava de orientação sindical, mas de estudar como era o movimento sindical nos Estados Unidos. Também era possível fazer comparações. Ele verificou, por exemplo, que um eletricitista lá ganhava três dólares por hora, enquanto “o nosso salário...”, e completou: “víamos a diferença porque lá era um país mais desenvolvido”. Em um recorte de jornal de nome não identificado, do mês de março e abril de 1960, Riani declarou que o “regime capitalista americano também beneficia os trabalhadores”. Uma das surpresas foi conhecer o telefone sem fio, um objeto até então inimaginável para um eletricitista brasileiro, a ponto de ele achar inicialmente que era uma “tapeação”. Além do telefone sem fio e da televisão em cores, Riani ficou impressionado com o alto número de habitações para famílias de trabalhadores financiadas pelo governo estadunidense, todas dotadas de eletrodomésticos, além do seguro social.

Para o *Diário da Tarde*, o dirigente mineiro contou sobre a visita realizada à sede da AFL-CIO, destacou que os trabalhadores de lá entregavam espontaneamente o dinheiro para apoiar um candidato; mesmo que ele não fosse um dirigente sindical, “eles

American Research Review, vol. 30, n. 2, April 1995, pp. 61-89. COLISTETE, Renato. “Trade Unions and the ICFTU in the Age of Developmentalism in Brazil, 1953-1962”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 92, n. 4, November 2012, pp. 669-701.

⁵³¹ Há informações sobre Clodesmidt Riani na introdução, p. 1.

⁵³² PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araujo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: UFJF, Funalfa Edições, 2005, pp. 171-72.

escolhem um político para apoiar”, explicou. Em Maryland, Riani acreditava que o problema do racismo estava superado naquela região, pois era comum encontrar nos restaurantes “pretos conversando com brancos, o mesmo ocorrendo em lojas e barbearias”. Mas desconversou quando a entrevistadora Hilda Rezende Paula, em uma das séries de depoimentos realizadas com Riani entre os anos de 2000 e 2001, perguntou se os cursos feitos nos Estados Unidos era uma iniciativa do governo norte-americano de impedir que o sindicalismo brasileiro se “avermelhasse”. Como um típico mineiro, Riani respondeu: “não. Nada disso. Mas há um caso que vou contar mais na frente e você vai tirar a conclusão”.

“O caso” teria ocorrido durante a visita que a delegação brasileira fez ao Departamento de Estado, ocasião em que foi debatido o procedimento das companhias de eletricidade norte-americanas no Brasil. Como os seus colegas responderam que estava tudo mais ou menos bem, Riani decidiu esclarecer “que não era bem assim”. Disse que faltava energia elétrica com frequência em seu estado natal e que isso “era um desleixo muito grande das empresas americanas no Brasil”. O adido trabalhista argumentou que o problema era a falta de chuva, mas Riani contra-argumentou dizendo que nos Estados Unidos havia termelétricas, podendo ter no Brasil também. No outro dia, Riani observou a presença de muitos fotógrafos e todos tirando muitas fotos dele, o que o levou a perceber que era um “elemento visado”. Desconfiado, Riani teria dito ao seu companheiro de viagem que se ele morresse nos Estados Unidos era para dizer “que fui morto e não morri de morte morrida”.⁵³³

Apesar de ele ter se mostrado bastante impressionado de forma positiva com os cursos e o programa em geral, Riani nunca apoiou a atuação dos membros da CIOSL/ORIT no Brasil. Ao contrário do que esperavam os sindicalistas norte-americanos, Riani, membro do PTB, tornou-se o presidente da CNTI no ano de 1962, numa aliança com o PCB e outros grupos, para o desgosto das autoridades norte-americanas. Durante sua participação no 7º Congresso da CIOSL, realizado no mesmo ano, Riani afirmou não concordar com o conceito do termo “sindicalismo livre”, na medida em que “nós queremos sindicatos livres, mas não no sentido dado pela CIOSL. Eu respeito os comunistas, eu sou uma pessoa aberta”.⁵³⁴

⁵³³ Idem, op. cit., p. 179.

⁵³⁴ COLISTETE, Renato, op. cit., p. 14.

Aprendizado ou “amaciamento”?

Diferentemente das experiências de viagem narradas anteriormente, alguns sindicalistas criticavam fortemente a presença norte-americana no Brasil, bem como os cursos oferecidos nos Estados Unidos. Como vimos no capítulo anterior, a presença dos dirigentes estrangeiros no Brasil provocou uma forte reação nacionalista no movimento sindical brasileiro, levando à abertura de um inquérito na Câmara dos Deputados, em outubro de 1967. Alguns depoimentos prestados na CPI das entidades estrangeiras por dirigentes, especialistas na área do Direito do Trabalho e autoridades brasileiras, questionaram os propósitos dos programas de intercâmbio, assim como os seus efeitos no sindicalismo brasileiro. Silvio Nunes da Silva Rocha, conselheiro representante do Sindipetro da Guanabara, por exemplo, não via vantagem em aprender as técnicas do sindicalismo norte-americano. Para ele, que havia entrado no sindicato após 1964, o objetivo dessas organizações estrangeiras era “domesticar as lideranças sindicais brasileiras” por meio de uma estratégia poderosa: o deslumbramento. Em suas palavras,

Todos sabemos que o conservadorismo patronal torna a vida dos operários de determinadas fábricas num verdadeiro inferno. Quando um companheiro, por qualidades pessoais, ou por simpatia, seja lá qual for, atinge, por exemplo, a liderança de seu órgão de classe, muda de estado repentinamente, por causa da estrutura sindical brasileira. Ele passa a frequentar ministérios, a receber visitas de adidos trabalhistas de diversas nações, a fazer grandes viagens financiadas de avião a jato. Isso e tudo mais o deslumbra (...) Esse deslumbramento é fácil de ser entendido, quando todos sabemos que o espírito gregário do trabalhador brasileiro é abaixo da crítica.⁵³⁵

Rocha lamentou o baixo número de trabalhadores sindicalizados em todo o território nacional, que naquele período não atingia 25% de toda a categoria. A situação se agravava, segundo ele, ao constatar que grande parte dos membros do sindicato era tida como associados apáticos, que não participavam da vida da entidade de classe. Estas ficavam a “mercê de uma minoria, assim como era antes de 1964”, observou o depoente. O contato de Rocha com o sindicalismo estrangeiro teria se iniciado quando ele decidiu fazer algumas traduções das apostilas feitas pela IFPCW para o português. É

⁵³⁵ Depoimento prestado em 5 de fevereiro de 1968, relatório final da CPI. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970, suplemento ao n.101, p. 26, terceira coluna.

possível que ele inicialmente tenha flertado com o sindicalismo norte-americano para depois se tornar um dos seus críticos.

Após essa experiência, Rocha passou a achar que aquelas aulas não acrescentavam nada ao currículo dos sindicalistas brasileiros. Além do mais, “paralelamente ao curso, independente daquelas mensagenzinhas subliminares ditas no ouvido, havia um programa de turismo muito intenso”, advertiu o dirigente. Bastava ver as fotografias dos líderes sindicais em viagens aos Estados Unidos, Canadá e México, acrescentou. Por fim, Rocha foi incisivo ao dizer que os programas de intercâmbio financiados pela USAID “mais pareciam caravanas de turismo do que dirigentes sindicais”.

Sobre a atuação das lideranças norte-americanas no Brasil, Rocha não escondeu dos deputados a sua opinião sobre a situação sindical. Para ele, havia piorado depois de 1964. Um dos motivos alegados era o fato de o destino do dinheiro arrecadado pelas entidades não ser objeto de discussão nas assembleias, ficando o tema restrito a uma assessoria técnica, que ele considerava alheia aos problemas do trabalhador. Antes de 1964, observou o depoente, essa assessoria era formada por sociólogos, advogados. Com a chamada “Revolução”, os cargos foram ocupados por generais, brigadeiros, coronéis, sem condições de ajudar o trabalhador sindical. O resultado desse quadro social apático, concluiu, era “dirigentes sindicais sem qualidade de liderança, sem qualquer coisa que possa justificar sua posição de dirigente, como profissional, perpetuando-se na direção de sua entidade, por 20, 30 anos, passando por todos os governos, por todas as filosofias”. Por isso, explicou, “era interessante domesticá-los para melhor moldá-los”.

Quando questionado pela CPI se ele sabia se eram oferecidas viagens aos Estados Unidos antes de 1964, Rocha respondeu alegando que o momento era diferente. “A coisa tinha mudado de forma”, afirmou, uma vez que a filosofia do governo militar refletia-se diretamente no sindicato. Anteriormente os dirigentes iam com frequência para a Rússia, Tchecoslováquia, Cuba; no pós-64, observou, as viagens passaram a ser para o outro lado. Respondendo outra pergunta, Rocha falou sobre a utilidade dos cursos realizados no exterior, alertando os futuros dirigentes sindicais. Segundo ele, todos os sindicalistas que haviam voltado do exterior (na área do petróleo) haviam sido derrotados nas eleições. Na sequência, falou sobre a possível influência das entidades

estrangeiras no Ministério do Trabalho, oportunidade em que teceu elogios moderados ao ministro Jarbas Passarinho. Dizendo prestar um depoimento franco, afirmou que “até agora, todos os ministros do Trabalho depois da Revolução foram os que abriram as portas do sindicalismo brasileiro às organizações estrangeiras”, tendo sido Sussekind o primeiro, observou. Passarinho apenas teria resolvido tomar uma atitude, depois da cobertura da imprensa ao problema.

As declarações aguçadas de Rocha são bastante intrigantes e por isso é difícil rotulá-lo. Como ele passou a atuar a partir do golpe, inicialmente poderíamos pensar que se tratava de um “pelego” ou um “autêntico da nova geração” apoiado pelos norte-americanos. No entanto, suas críticas ao programa de intercâmbio, aos ministros do Trabalho e sobre a realidade do movimento sindical colocam essa hipótese em questionamento. É possível também que, sendo um anticomunista, tenha apoiado o golpe de Estado, mas depois se decepcionado com os resultados daquilo que ele talvez tenha acreditado ser a “Revolução”. Todavia, sabemos que uma das marcas do “pelego” era justamente fazer críticas públicas em relação aos problemas de modo geral enfrentados pelos trabalhadores, como a política salarial, a exploração patronal, as condições de trabalho etc. Sobre esse assunto, o jornal alternativo *Amanhã* ensinava os seus leitores a identificar um autêntico “pelego”:

Nas assembleias, ele diz sempre que é preciso ter calma, que não se deve fazer greve, porque o patrão é compreensivo, que a situação está ruim, mas vai melhorar e que ele entrará em contato com os representantes dos patrões para obter um acordo que sirva os interesses da classe; além disso, procura vestir-se como operário e diz que fica trabalhando até altas horas pelo sindicato. Na realidade, diz uma coisa pela frente e faz outra por trás, seu dinheiro, no fundo, vem de Washington.⁵³⁶

De acordo com a matéria, a formação desses sindicalistas era feita nas chamadas “escolinhas de pelegos”, localizadas ou financiadas pelos Estados Unidos, onde era ensinado “tudo o que deve ser feito para enfraquecer a categoria”. Havia também outras dicas de como identificá-los:

Se o pelego é importante, um presidente do sindicato ou de confederação, por exemplo, veste terno e gravata. Mas sempre o mesmo terno para não dar na vista. Quando se trata de um pelego ainda em ascensão, então a roupa preferida é a camisa

⁵³⁶ *Amanhã*, produzido por estudantes da USP, de 27 de abril a 4 de maio de 1967, n. 3, p. 4. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

branca e a calça escura. Os pelegos sempre procuram se vestir como os demais integrantes da categoria. Os pelegos apresentam sempre um ar cansado, de quem está muito atarefado. Que os associados só aparecem em época de aumento salarial, que ninguém ajuda. Essa é a conversa do pelego. Mas do que ele mais gosta é de atender o telefone. Em geral, o chefe de alguma indústria o convidando para um almoço.⁵³⁷

Outro comportamento observado sobre a figura do “pelego” era a sua postura na assembleia, alertava a matéria. Ele, que geralmente ocupava o cargo de presidente ou era membro da diretoria no sindicato, nunca falava no começo. Sua estratégia era, antes de se manifestar, analisar qual é o estado de ânimo dos operários. Se o ambiente fosse de greve, dizia a matéria, o “pelego” escalava alguns auxiliares para falarem contra, “mas muito de leve”. Estes deveriam enfatizar as dificuldades de se fazer uma greve até provocar alguma hesitação no plenário, daí era chegada a hora de o “pelego mor” falar. Com a palavra, o “pelego”, de modo previsível, iria criticar os patrões e na sequência dizer:

que eles deveriam ser mais humanos, que o ministro tal é o culpado e que, infelizmente a greve não poderia ser feita. Mas que ele vai levar o caso ao delegado do Trabalho. Se a assembleia vai na conversa, caso encerrado. Mas se os trabalhadores estão há quatro meses sem pagamento, por exemplo, então o pelego dá um jeito de adiar a assembleia. Telefona ao dono da indústria, faz um relatório rápido procurando mostrar que, dessa vez, só pagando mesmo, ao menos a metade. O patrão vê que a coisa está feia, manda pagar um terço e com isso os operários resolvem esperar mais um pouco.⁵³⁸

Em outra reportagem publicada no mesmo periódico, com o título “Americanos formam pelegos”, os leitores eram informados sobre o modo mais fácil de o presidente de uma entidade sindical tirar uns dias de férias. O procedimento era simples: “bastava procurar o ICT e candidatar-se a um dos cursos ministrados por aquela entidade”. O programa de aprendizado no exterior dava ao dirigente sindical 30 ou 60 dias de licença, sem vencimentos. Porém, ele teria todas as despesas pagas pelo ICT, além de uma ajuda de custo. Para o autor da matéria, muitos frequentadores da entidade sindical financiada pelos Estados Unidos, assim como os informantes dos “pelegos” nas fábricas, eram

⁵³⁷ Ibidem.

⁵³⁸ Ibidem.

pessoas “ingênuas”, que não conseguiam se formar no curso de liderança sindical porque “na hora da sabatina responde o que acha certo e não o que deve ser respondido”. Por isso, o jornal jocosamente deixava a dica: “se você pretende ganhar um diploma de formação sindical e também uma viagem aos Estados Unidos, quando o professor lhe perguntar o que acha do contrato coletivo de trabalho dos Estados Unidos a sua resposta deve ser esta: ‘É excelente, professor. O Brasil deve adotar esse contrato!’”. E, por fim, concluía: “no ICT o dólar corre a solta”.⁵³⁹

As críticas em relação ao programa de intercâmbio promovido pelos órgãos norte-americanos não estavam restritas aos estudantes e nem aos dirigentes ditos nacionalistas ou de esquerda. Para o deputado do MDB do Rio de Janeiro, José Maria Ribeiro, membro da CPI e posteriormente cassado pelo AI-5, essas viagens ao exterior apenas despertavam nos sindicalistas brasileiros o “desejo de consumir bens que nós ainda não estamos em condições de oferecer nem aos líderes sindicais”. Ele acreditava que o contato com um país superdesenvolvido apenas trazia “distorções na mente dos líderes”.⁵⁴⁰

Já o ministro do TST e ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, pensava diferente. Para ele, o programa de intercâmbio não representava um perigo, podendo ser até mesmo vantajoso ao “proporcionar ao dirigente sindical uma visão maior dos problemas”. Questionado pelos membros da CPI, Sussekind falou sobre as diferenças entre as legislações trabalhistas do Brasil e a dos Estados Unidos e assim explicou:

A legislação do trabalho brasileira é do tipo do intervencionismo básico, assim como na maior parte da América Latina, França, Itália e Alemanha, enquanto que a legislação norte-americana, como também a inglesa, é a do tipo convencional, em que não é o Estado, através de leis, que dá os direitos substantivos do trabalhador; o Estado apenas garante, através de leis, a negociação coletiva dos trabalhadores. Como veem, são sistemas inteiramente diversos. Existe ainda o sistema do dirigismo integral, dos países socialistas, em que não há margem para negociação, nem individual, nem coletiva, porque as condições de trabalho fazem parte dos planos trienais ou quinquenais, aprovados pelo próprio governo.⁵⁴¹

⁵³⁹ Idem, p. 15.

⁵⁴⁰ Relatório final CPI, op. cit., p. 43, segunda coluna.

⁵⁴¹ Idem, terceira coluna.

Segundo ele, apenas o fato de o sindicalista se integrar das diferenças de cada sistema de regulamentação trabalhista já trazia uma contribuição para ampliar a sua visão do mundo sindical. Porém, ele não descartou a possibilidade de alguns dirigentes terem se deixado influenciar por esses programas de intercâmbio, pois seriam “pessoas susceptíveis de receber essa influência”. No entanto, há muitos outros que vão e retornam com mais experiência no mundo sindical, sem necessariamente se deixar influenciar por estrangeiros, argumentou. Por fim, o ex-ministro fez um alerta sobre os critérios da seleção, já que alguns poderiam tirar proveito pessoal dessas viagens.⁵⁴²

Para o dirigente João Batista de Lira, vice-presidente do Sindipetro da Guanabara e funcionário da Refinaria de Manguinhos (Petrobras), o intercâmbio sindical era necessário, mas sem “a utilização de ajudas individuais, como vem sendo feito”, assinalou. Ponderou que o sindicalismo brasileiro era muito diferente do norte-americano, principalmente por conta das diferenças culturais, econômicas etc. No entanto, o dirigente argumentava que os programas de intercâmbio não deveriam ser eliminados, mas que os sindicalistas precisavam conhecer também outros países além dos Estados Unidos, como França, Inglaterra, Itália. Lira afirmou nunca ter feito nenhuma dessas viagens, embora conhecesse dirigentes que o fizeram. Ainda que se mostrasse um incentivador do intercâmbio sindical, Lira concordava com as ideias de seus colegas do Sindicato dos Petroleiros da Guanabara que criticavam a interferência das entidades sindicais estrangeiras nos assuntos internos do país.⁵⁴³

Chamado a prestar depoimento na CPI das entidades estrangeiras, o representante da IFPCW no Brasil, Efraim Velasquez, quando questionado sobre os objetivos dessas viagens, defendeu o programa de intercâmbio, alegando que a ideia era proporcionar conhecimento aos dirigentes sindicais latino-americanos. No entanto, ele reconheceu que o desempenho dependia de cada um. Afinal, concluiu, “se uma pessoa vai aos Estados Unidos apenas interessada em fazer turismo, ela não aprenderia nada”.

Este não teria sido o caso do presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Petroquímica de Duque de Caxias, Paulo Rangel Sampaio Fernandes, que afirmou aos deputados da CPI ter aprendido muito durante os dois meses e quatro dias em que permaneceu nos Estados Unidos. Para ele, que na época contava com oito anos

⁵⁴² Idem, p. 47, terceira e quarta coluna.

⁵⁴³ Idem, p. 58, quarta coluna.

de trabalho na Petrobrás, a sua experiência não poderia de forma alguma ser caracterizada como “turismo sindical”. Fernandes visitou sindicatos e órgãos do trabalho norte-americanos, além de uma semana em que percorreu a costa oeste do país, como caráter mais recreativo. No restante do tempo, ele teria se dedicado ao conhecimento do mundo sindical dos Estados Unidos, aprendizado adquirido numa cidadezinha na Virgínia, onde ficava numa fazenda isolada. Lá, o sindicalista tinha aulas diárias, exceto aos domingos, das oito da manhã às cinco da tarde. “Fazer turismo, nessas condições, acho um pouco difícil”, concluiu o sindicalista. Em seu depoimento concedido à CPI, no dia 9 de fevereiro de 1968, Fernandes criticou o sistema sindical brasileiro por achá-lo “extremamente amarrado a uma série de autoridades do governo, impedido de agir livremente, como seria do seu interesse”. No entanto, ele concordava que deveria haver algum tipo de controle da atuação das entidades sindicais internacionais no Brasil. Criticou ainda a falta de critério para a escolha dos dirigentes que deveriam participar do treinamento nos Estados Unidos.⁵⁴⁴

Questionado por um membro da CPI se ele achava que a política sindical norte-americana poderia ser adotada no Brasil, Fernandes defendia alterações profundas nas leis de regulamentação do trabalho brasileiro, pois entendia se tratar de dois sistemas bastante diferentes. No Brasil, explicou, “temos um sindicalismo dirigido de cima para baixo, já nos Estados Unidos o movimento sindical é formado e mantido por si mesmo, sem necessidade de maiores legislações”. Lá, acrescentou, o empregado poderia “pressionar o empregador pelo artifício da greve, instituto praticamente proibido no Brasil, por meio da lei 4.330”.

O critério de seleção dos dirigentes sindicais brasileiros para os cursos nos Estados Unidos também foi abordado pelo delegado da DRT, general Moacyr Gaia. Este não concordava com os métodos do IADESIL-ICT. Além disso, criticava o fato de, ao invés de o ICT “procurar estudar em profundidade a nossa legislação e também ensinar as relações de trabalho existentes nos Estados Unidos, eles queriam colocar como ideal aquilo que se faz nos Estados Unidos”. Alegando-se preocupado com os efeitos que poderiam surtir dessas viagens, o delegado temia o recebimento de “altas

⁵⁴⁴ Paulo Rangel Sampaio Fernandes, antes de entrar na Petrobras, disse ter sido funcionário da empresa Macife, no Rio de Janeiro, na década de 1950, época em que fundou o Sindicato dos Desenhistas do Estado da Guanabara. Depois, atuou na Associação Profissional dos Cubanos, entre os anos de 1961 e 1963. A partir de 1965, passou a atuar na Associação Profissional da Petrobrás, que depois se tornou sindicato. Em 1968, tornou-se presidente reeleito do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Duque de Caxias.

doses” de ensinamentos sobre o sindicalismo norte-americano injetadas nos trabalhadores brasileiros. Dessa forma, completou, eles iriam pensar que “o ideal será seguir a forma de relações de trabalho adotada nos Estados Unidos”. Entretanto, ele mesmo enfatizou que a maioria ou quase a totalidade dos que ele conhecia ter ido para aquele país não havia modificado o “seu procedimento em quase nada” e que nenhum desses sindicalistas viajantes chegou a encaminhar propostas de mudanças nas negociações coletivas travadas em São Paulo.

Na opinião do dirigente Rivaldo Gonçalves Otero, do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, os cursos realizados no exterior contribuíam muito pouco para a atuação dos sindicalistas brasileiros no país. Com base no contato que teve com os oito dirigentes de seu sindicato que fizeram o curso nos Estados Unidos, ele percebeu que o resultado do curso foi praticamente inexpressivo. Em parte, segundo ele, porque o sindicalismo de lá era muito diferente do brasileiro. Otero observou que, além das diferenças nas relações entre empregado-empregador, os trabalhadores norte-americanos gozavam de uma liberdade “muito maior do que a nossa quanto a movimentos paretistas”. Em relação aos contratos coletivos de trabalho, ele achava que não era possível adotar a mesma prática no Brasil, uma vez que os sindicatos brasileiros não estariam preparados para isso nem poderiam utilizar as mesmas armas de pressão – no caso, a realização de greve, considerada uma estratégia fundamental. Citou o caso dos portuários de Santos, comparando a situação deles antes e depois de 1964. Segundo ele, o sindicato mantinha contratações coletivas com prazo de dois anos. Após a instauração do regime militar, eles haviam perdido quase tudo, pois, “na hora da renovação do contrato, os dirigentes eram outros, assim como as autoridades, a situação não se tornou tão fácil”. Já “o nosso sindicato não tinha seus direitos assegurados através de contratos e sim, como direito consolidado, não perdeu nada”, concluiu. Porém, o dirigente ponderou e, aproveitando para fazer um chiste afirmou: “o programa de intercâmbio pode ser vantajoso, fosse com russo, com o americano ou com o marciano”.⁵⁴⁵

⁵⁴⁵ Relatório CPI, op. cit., p. 118, primeira coluna.

“Escrevo para...”: a comunicação entre os trabalhadores brasileiros e a AFL-CIO

Para tornar o sistema trabalhista estadunidense um exemplo para outros países, a central sindical norte-americana valia-se dos mais variados recursos, como as exposições fotográficas sobre o mundo do trabalho nos Estados Unidos, documentários, programas de rádio, jornais e outras publicações que tinham o objetivo de divulgar o “*american way of life*” para a classe trabalhadora. Entre as ações promovidas pela embaixada e com apoio dos demais órgãos norte-americanos, destaca-se a realização de uma grande exposição sobre o trabalho norte-americano nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrida no ano de 1966, financiada pela USAID. O evento, que recebeu um público de aproximadamente 165 mil e 80 mil pessoas nas respectivas cidades e contou com a participação especial dos líderes sindicais, foi bem avaliado pelos seus realizadores. As reações do público teriam sido bastante favoráveis, o que reforçou a importância desse tipo de técnica para disseminação dos ideais norte-americanos, conforme as palavras do adido trabalhista Herbert Baker.⁵⁴⁶

No mesmo ano, o Departamento do Estado, em parceria com a USAID e a AFL-CIO, produziu uma série de livros e filmes exibidos nas principais entidades sindicais das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas organizações também receberam doações de livros com mais de 170 títulos diferentes sobre sindicalismo, economia, ciências, biografias de políticos e atualidades sobre as conjunturas internacionais. Outro veículo importante de divulgação do sindicalismo norte-americano era a revista mensal intitulada *O trabalhador*, que circulava por mais de 400 sindicatos, 134 federações e confederações em todo o Brasil.⁵⁴⁷

Possivelmente, muitos trabalhadores brasileiros conheceram ou ouviram falar sobre o sindicalismo estadunidense por meio desses recursos largamente utilizados para construir a imagem do trabalhador americano em todo o mundo. É possível também que muitos trabalhadores brasileiros, após terem conhecido alguma dessas publicações, filmes ou exposições, tenham sido estimulados a escrever para a AFL-CIO a fim travar contato ou obter algum tipo de favor. É o que mostra um conjunto de aproximadamente

⁵⁴⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, escrito em 14 de abril de 1966. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1282.

⁵⁴⁷ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 19 de outubro de 1966. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1282.

vinte cartas escritas por trabalhadores oriundos de diversas regiões do país. Curiosamente, as mensagens eram, em grande parte, endereçadas a George Meany, presidente da AFL-CIO, e apresentam semelhanças não apenas na sua estrutura narrativa, mas também por trazerem algum tipo de pedido, um favor. Nelas, os autores não poupavam elogios ao sindicalismo norte-americano para, na sequência, apresentar a demanda, fosse ela pessoal ou coletiva.⁵⁴⁸

O uso de cartas como fonte histórica já foi bastante utilizado pelos historiadores interessados em conhecer as experiências dos “de baixo”, não sendo nenhuma novidade.⁵⁴⁹ No entanto, o encantamento com esse tipo de fonte pode levar o pesquisador a extrair das cartas conclusões precipitadas, que podem ser facilmente questionadas. Afinal, não sabemos maiores informações sobre os seus autores, nem o contexto em que as cartas foram escritas e muito menos o todo que elas representam. Nesse estudo, busco escapar das análises que interpretam as cartas como uma expressão legítima e totalizante do pensamento e dos sentimentos dos trabalhadores brasileiros em relação ao sindicalismo norte-americano. No entanto, não usá-las poderia significar a perda de uma oportunidade de conhecer alguns aspectos sobre o tipo de linguagem e estratégias utilizadas, assim como determinados interesses que levavam os trabalhadores brasileiros a travar contato com os dirigentes norte-americanos.

A maioria dessas cartas seguia para os Estados Unidos carregada de elogios e manifestações de admiração pelo país estrangeiro, sendo que muitas delas continham frases de comprometimento com as ideias difundidas pelo movimento sindical norte-americano. Grande parte dos pedidos era de fácil atendimento, como a aquisição dos periódicos ou apostilas; outros nem tanto. Havia ainda aqueles que, de modo aparentemente despretensioso, queriam apenas elogiar a AFL-CIO, como a correspondência enviada por José B. Braga, no ano de 1966, escrita em inglês. O motivo era parabenizar a central sindical pela montagem da exposição, citada linhas acima, sobre o mundo do trabalho nos Estados Unidos, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Encantado com a eficiência do evento, o autor destacou o cuidado com que os

⁵⁴⁸ O conjunto de cartas encontra-se depositado no George Meany Memorial Archives. Muitas delas contêm a resposta anexada ou um bilhete com a indicação de resposta.

⁵⁴⁹ Sobre o uso de cartas como importante fonte documental para análise, ver FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; FISCHER, Brodwin. “Direitos por leis ou lei por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo”, in: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

visitantes foram tratados e fez questão de contar que, para aliviar o calor na parte interior do prédio, os organizadores gentilmente haviam distribuído gratuitamente garrafas geladas do refrigerante Pepsi.⁵⁵⁰

Talvez o pedido viesse após uma troca de correspondências, ou fosse apenas uma mera demonstração de deferência ao trabalhismo estadunidense, mas nem a intenção era revelada previamente. A carta escrita pelo Instituto de Educação Sindical de Santos (IES) em 1966, enviada ao presidente da AFL-CIO, é iniciada com uma sintética explanação sobre as ideias do sindicalismo norte-americano, que mais parecia uma colagem dos fragmentos de uma apostila dos cursos oferecidos pelo ICT. Em muitos casos, o uso de uma linguagem e ideias comuns, como a prática da negociação coletiva livre e a crença no sindicalismo independente, aparecia como um meio de iniciar o contato, como mostra o fragmento da carta escrita por Severino Moretti:

O sindicalismo livre e democrático, convenientemente preparado e esclarecido, pode contribuir diretamente, não só para o bem do desenvolvimento da economia da Nação, como também para o bem comum e a paz social. Um dos objetivos do sindicalismo democrático é a melhoria do nível de vida e técnico dos trabalhadores, através de um programa construtivo. É evidente que para o restabelecimento de um novo movimento sindical livre, devem existir dirigentes idôneos e capazes, conscientes das altas finalidades dos sindicatos representativos das diferentes categorias profissionais, da vida pública do país e do planejamento econômico e social. Com dirigentes responsáveis, o sindicato pode constituir-se numa verdadeira escola, capaz de bem auxiliar o desenvolvimento nacional da industrialização, combatendo os crimes de caráter político e subversivo, quer combatendo os movimentos referentes à formação e à índole do povo brasileiro.⁵⁵¹

Passada a introdução, o autor solicitou material didático utilizado pelos sindicatos norte-americanos para que o Instituto Educação Sindical da cidade de Santos pudesse formar seus trabalhadores de acordo com as orientações do ICT. Apesar de terem formado cerca de 100 sindicalistas, as atividades poderiam aumentar, afirmou ele. O problema estava na falta de apoio dos sindicatos da baixada santista e no fato de os

⁵⁵⁰ Carta para a AFL-CIO, de 15 de fevereiro de 1966, de José B. Fraga. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

⁵⁵¹ Carta do Instituto de Educação Sindical de Santos (IES), de 31 de maio de 1966, para o presidente da AFL-CIO. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

dirigentes da época terem permanecido os mesmos. Esses não admitiam que o trabalhador aprendesse, para assim não concorrer aos cargos da diretoria, explicou o sindicalista. No entanto, se o caso era a necessidade de aquisição de apostilas para treinamento, é pertinente aqui questionar por que o autor da carta não fez o pedido diretamente na própria sede do ICT, próxima à cidade de Santos. Assim, pode-se sugerir que havia algo mais implícito na pequena demanda, talvez o desejo de ser contemplado com uma viagem ou simplesmente de travar contato direto com os estrangeiros.

“Com a alma radiante de júbilo, vimos à sua presença”, assim se iniciou outra carta para George Meany escrita pela Federação Nacional dos Empregados e Viajantes do Comércio do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1963. O motivo era agradecer a ajuda que a AFL-CIO havia oferecido para o tratamento médico do presidente da associação, Angelo Parmigiani, já citado no primeiro capítulo como um importante aliado da central sindical estrangeira.⁵⁵² Segundo o autor da missiva, o “entrosamento perfeito” entre a AFL-CIO, o adido trabalhista John Fishburn e a Retail Clerks International para mobilizar recursos financeiros a fim de cobrir a despesa hospitalar e a transferência do enfermo do Brasil para os Estados Unidos “tocou-nos de perto o coração, devido ao alto sentido humano que encerra, demonstrando, ainda, ao mundo inteiro quanto valem a solidariedade e a fraternidade entre os trabalhadores que lutam pela consecução de um mesmo ideal”. Anexo, seguia o recorte da reportagem do jornal *O Globo* sobre a viagem de Angelo Parmigiani aos Estados Unidos.⁵⁵³ Como vimos, não foi por acaso que o grupo de empregados e viajantes do comércio do estado do Rio de Janeiro foi convidado para participar do programa “Sindicato para Sindicato” no ano de 1967. Em outra carta, escrita pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do estado de Santa Catarina, o autor se apresentou para George Meany como um dos melhores alunos do treinamento oferecido pelo IADESIL na cidade de Washington, D.C., da turma de 1963.⁵⁵⁴ Lembrou que havia recebido das próprias mãos do presidente da AFL-CIO o certificado de conclusão do curso, o qual ele considerou ter sido “o mais perfeito que até esta data participei e aquele que mais de perto fez

⁵⁵² Ver capítulo I.

⁵⁵³ Carta da Federação Nacional dos Empregados e Viajantes do Comércio para George Meany, presidente da AFL-CIO, de 8 de março de 1963. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

⁵⁵⁴ Como vimos no capítulo I, durante os anos de 1961 e 1963 o IADESIL convidou as lideranças sindicais consideradas “democráticas” e “autênticas” para participarem de uma série de cursos e treinamentos nos Estados Unidos. É possível que o autor da carta tenha integrado o grupo de trinta e três dirigentes sindicais receberam treinamento em Washington às vésperas do golpe de Estado no Brasil.

levantar a voz do trabalhador brasileiro e por que não dizer latino-americano em busca de melhores dias”. Na sequência, o dirigente sindical expressava o desejo de frequentar cursos superiores sobre sindicalismo, incluindo a parte técnica e de economia, bem como aprofundar seus estudos sobre formação de cooperativas para que, “munido desses conhecimentos, pudesse dentro dos nossos recursos aplicar aqui no Brasil”. Mais adiante, o autor revelou o outro motivo de sua correspondência:

Agora mesmo estou enfrentando uma dura realidade, iniciei a construção de minha casa em setembro de 1966, e até o momento ainda não terminei, pois não dispunha mais de recursos financeiros e os órgãos particulares e públicos jamais colaboraram com os trabalhadores nesse sentido. Bem pode-se avaliar o déficit habitacional no Brasil, que atinge a quase um milhão de unidades e com tendência a aumentar, tendo em vista a densidade demográfica anual. Estou interessado em fazer um empréstimo a longo prazo, no valor de 5.000 dólares (ou seja, 13.500 cruzeiros novos), através do Instituto Americano, tão sabiamente dirigido por V.Sa. e assim poder terminar a minha casa.⁵⁵⁵

De fato, o programa de ajuda financeira voltado para habitação da classe trabalhadora mantido pelo IADESIL, por meio do projeto Aliança para o Progresso, era conhecido dos trabalhadores. Ao que parece, o presidente daquela entidade de Santa Catarina intencionava propor um acordo tácito, baseado na troca de favores. Para ele, um empréstimo para finalizar sua casa e para a AFL-CIO, o comprometimento pessoal de que os ideais da organização norte-americana seriam amplamente divulgados no Brasil.

Da mesma forma Walter Alves Lima, em 1967, ano em que estouraram as denúncias de corrupção no sindicalismo estrangeiro, escreveu para George Meany a fim de comunicar o seu desejo de se tornar o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos e Anexos do Estado da Guanabara. Assim, ele esperava poder finalmente aplicar o que havia aprendido com os cursos do IADESIL. Porém, o aspirante a dirigente sindical encontrava problemas:

⁵⁵⁵ Carta endereçada para George Meany escrita pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina, Joinville, em 8 de setembro de 1967. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

Sei que a minha batalha não vai ser fácil de vencer, pois não tenho poder econômico do meu lado, como os meus concorrentes que tem a seu favor um grande capital independente de publicidade que eles podem fazer, pois o dinheiro sempre ajuda a ganhar uma eleição mesmo quando os candidatos são antipatizados pela classe. Comigo tenho apenas a vontade de poder aplicar em meu sindicato, caso seja eleito, um programa de trabalho que será feito nos mesmos moldes daquilo que aí aprendi para dar aos meus companheiros oportunidades melhores bem como um padrão de vida decente. Caso V.S., que tem a experiência ao seu lado, possa me oferecer uma ajuda objetiva para vencer essa batalha, agradeço de coração firmando mais uma vez a minha amizade e os meus agradecimentos por tudo que V.S. me deu oportunidade de aprender.⁵⁵⁶

Já o sapateiro Olívio Resende de Melo, residente na cidade de Franca, São Paulo, escreveu para o representante do periódico *Correio Operário Norte-Americano*, Willian F. Schnitzler, em tom de impaciência. Dizendo já ter enviado diversas cartas para o consulado americano no Brasil e até então sem nenhuma resposta satisfatória, o autor solicitava uma lista de nomes e endereços de fábricas de calçados e agências de emprego nos Estados Unidos. O objetivo era se candidatar a alguma vaga naquele país. Para finalizar, assim escreveu: “tenho 31 anos, esta é a única profissão que tenho e gosto, e gostaria de expandir meus conhecimentos junto as grandes indústrias dos EUA, sou casado e tenho um filho. Espero que V.S. reconheça o meu espírito de luta, ânimo e vontade de progredir”.⁵⁵⁷

Eram muitos os pedidos de ajuda financeira, material ou mesmo de oportunidades profissionais nos Estados Unidos. Havia ainda aqueles que queriam apenas ter seus estudos sobre a doutrina do sindicalismo norte-americano financiados pela AFL-CIO. Os pedidos se multiplicavam. Em algumas cartas foram anexados os lembretes de resposta, contendo uma ordem para que fosse providenciado algum comunicado em relação às demandas.

Como se vê, uma estratégia comum dos trabalhadores era a combinação de interesses pessoais com os da própria organização, como fez Paulo René de Assis

⁵⁵⁶ Carta para George Meany escrita por Walter Alves Lima, em 17 de julho de 1967. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

⁵⁵⁷ Carta para Willian F. Schnitzler, do *Correio Operário Norte-Americano*, escrita por Olívio Resende de Melo, de Franca, SP, em 4 de junho de 1967. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

Bueno ao escrever para George Meany. O trabalhador pedia emprego e hospedagem para viver nos Estados Unidos. As despesas com a passagem ele já havia solicitado ao consulado americano. Bueno dizia querer aplicar os conhecimentos adquiridos nos Estados Unidos no Brasil. Mas, para isso, ele queria saber de George Meany se era possível “arrumar alguma família de brasileiro que já esteja residindo nos Estados Unidos, que possa ajudar a me mudar e que possa me escrever, pois lutarei até que conseguirei”.⁵⁵⁸

Da cidade de Caruaru, Pernambuco, o estudante e operário de nome não identificado, filiado ao sindicato local de artefatos e couros, escreveu para o presidente da AFL-CIO no ano de 1971 para dizer que havia lido o “magnífico” *Correio Operário Norte-Americano*. Explicou a George Meany que precisava trabalhar como operário para poder completar os estudos, pois queria vencer na vida com a ajuda dos livros, mas lamentou o fato de que a maioria de seus irmãos operários fosse analfabeta. Assim, “queria receber esse jornal sempre porque é útil para mim e para os outros que me rodeiam. Também queria aprender inglês, se conseguisse livros primários para estudar”. Por meio da leitura do jornal estrangeiro, o estudante operário de Caruaru disse ter adquirido uma visão positiva do sindicalismo norte-americano, na medida em que ele observou como a realização da greve nos Estados Unidos ocorria de maneira evoluída. Finalizou a missiva com as palavras: “se for atendido ficarei grato e prometo divulgar o jornal”.⁵⁵⁹

Da mesma forma, o representante do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de São José dos Campos, no estado de São Paulo, escreveu para a diretoria do jornal *Correio Operário Norte-Americano* para mostrar a sua posição em relação aos conflitos ideológicos entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética. Contou ele que,

Através do vibrante órgão sindical (...), tivemos a oportunidade de ler o artigo “Hipocrisia da ‘ajuda’ soviética para os países subdesenvolvidos, de David Brombart. Gostaríamos em primeiro lugar, de constatar que esses dois grandes países irmãos [Brasil e Estados Unidos], contribuíram para o programa de desenvolvimento das Nações Unidas, de acordo

⁵⁵⁸ Carta do trabalhador Paulo René de Assis Bueno para o presidente George Meany, de 1 de fevereiro de 1967. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 1.

⁵⁵⁹ Carta de autor não identificado para George Meany. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 10.

com suas respectivas situações financeiras. Ficamos situados no último lugar dos 20, mas se Deus quiser, no próximo ano vamos obter melhor colocação. A opinião do sindicato é esta: Estados Unidos primeiro lugar, Brasil segundo lugar. Quanto a essa “ajuda” soviética, é pura demagogia barata, diríamos assim no velho ditado nosso, isso é conversa para boi dormir. Entrelaçando os laços de amizade que une esses dois grandes países, reiteramos os nossos protestos de elevada e estimada consideração.⁵⁶⁰

Aparentemente o autor queria apenas travar um contato, mostrar o posicionamento do Sindicato frente à disputa ideológica no campo da Guerra Fria, sem nenhum pedido material específico. Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chavantes, Ivalino Alves da Cruz, foi mais explícito ao escrever para George Meany em janeiro de 1970, quando a presença do sindicalismo norte-americano no país havia diminuído consideravelmente. Após comunicar que havia recebido os exemplares do jornal *Correio Operário* com regularidade e estar acompanhando o “desenvolvimento do sindicalismo desta nação amiga”, o dirigente aproveitou para perguntar como adquirir leite em pó e remédio para distribuir gratuitamente aos trabalhadores rurais para melhor fortalecimento dos sindicatos.⁵⁶¹ A cidade de Chavantes, localizada no interior de São Paulo, havia sido um dos locais beneficiados pela Aliança para o Progresso, que investiu 22,5 milhões de dólares na construção de uma usina hidrelétrica naquele lugar. Além desse projeto na região, o programa de Kennedy também ficou bastante conhecido no Nordeste pelas doações de leite em pó, como parte do Programa *Food for Peace*, que havia distribuído cerca de 40.000 toneladas do produto.⁵⁶²

Não sabemos se o pedido feito pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chavantes foi atendido. Contudo, há registros de que algumas solicitações feitas a AFL-CIO eram rejeitadas. É o caso da carta enviada pelo instrutor técnico de vendas, Paulo Malty, para George Meany. Ao se mostrar saudoso e grato por ter

⁵⁶⁰ Carta do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em hospitais e casas de saúde de São José dos Campos, São Paulo, 2 de fevereiro de 1971 endereçada aos diretores do jornal *Correio Operário* Norte-Americano. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 10.

⁵⁶¹ Carta de Ivalino Alves da Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chavantes para George Meany, em 30 de janeiro de 1970. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 10.

⁵⁶² Na mesma época também foi realizado um programa de distribuição de alimentos, orçado em 6 milhões de dólares. RIBEIRO, Ricardo Alaggio. “A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2006, p. 304.

participado junto com uma delegação de sindicalistas brasileiros, no ano de 1957, do treinamento sindical oferecido pela AFL-CIO nos Estados Unidos, Malty parece ter encontrado na experiência vivida naquele país um mote para solicitar uma bolsa de estudos para o seu colega de trabalho. Pedido ao qual o representante interamericano AFL-CIO, Michael Boggs, respondeu negativamente.⁵⁶³

Conclusões

Da suposta eficiência do trabalhador norte-americano à prática da negociação coletiva “livre e independente”, são diversas as impressões sobre os Estados Unidos que se tornaram senso comum no imaginário de muitos trabalhadores brasileiros, apesar das crescentes manifestações antiamericanistas por parte das organizações de esquerda, grupos nacionalistas e do movimento estudantil realizadas no final da década de 1960 e início de 1970. Não obstante, as cartas revelam uma estratégia utilizada pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, que implicava mostrar o conhecimento sobre os fundamentos do sindicalismo norte-americano por meio de uma linguagem que incorporava os termos da Guerra Fria, como o combate aos “subversivos”, por exemplo, combinada com demonstrações de simpatia e comprometimento com a causa sindical daquele país.

Neste capítulo, com base num conjunto de relatos de viagens, procurei mostrar aspectos das experiências dos dirigentes sindicais, bem como suas impressões e ideias sobre os Estados Unidos e o sindicalismo daquele país. As anotações publicadas em livros de memórias mostraram uma nação onde se acreditava que tudo funcionava perfeitamente, do “profundo culto cívico do povo estadunidense”, como disse Jarbas Passarinho, à suposta “ausência de pelegos”, como observou o intercambista Reinaldo Santos. Entretanto, muitos desses viajantes, ao se depararem com uma realidade diferente de seu país, ao invés de tentarem implantar o chamado sindicalismo “livre”, como intencionavam os idealizadores do programa “Sindicato para Sindicato”, chegavam à conclusão de que tal modelo não se enquadraria no Brasil. Afinal,

⁵⁶³ Carta de Paulo Malty, instrutor técnico de vendas para George Meany, em 29 de outubro de 1970. George Meany Memorial Archives, RG 18-001 série 4, caixa 16, folder 10.

observavam, “tratava-se de dois sistemas [de regulamentação trabalhista] bastante diferentes”.

Além disso, esses sindicalistas tinham suas próprias opiniões sobre o que seria um modelo de regulamentação trabalhista ideal. No caso brasileiro, ao que parece, os sindicalistas dificilmente conseguiriam pensar em um sistema em que não houvesse a mediação da Justiça do Trabalho. Esta, aliás, para um dos dirigentes viajantes foi considerada um elemento que colocava os trabalhadores brasileiros em vantagem, ou seja, o fato de haver uma Justiça especializada que garantia os direitos individuais dos trabalhadores, como Martins Filho registrou. Outros, num período em que o governo militar buscava frear a interferência do sindicalismo norte-americano nos assuntos nacionais, denunciavam perante a Câmara dos Deputados as tentativas de “amaciamento” das lideranças sindicais brasileiras.

Independente das verdadeiras intenções e das eventuais simpatias dos brasileiros em relação aos Estados Unidos, o fato é que o impacto do programa de intercâmbio no movimento sindical nacional, durante as décadas de 1960 e 1970, foi pequeno ou praticamente nulo, com exceção, talvez, do período que antecedeu o golpe civil-militar, mas isso ainda precisa ser comprovado. Tal observação nos leva a pensar que, apesar dos investimentos nesses programas de intercâmbio e na divulgação do sindicalismo norte-americano no exterior, os dirigentes sindicais brasileiros não “voltaram americanizados”, ao menos não completamente. Ademais, como foi mostrado nos capítulos anteriores, a rígida política de contenção salarial e o forte controle das ações da Justiça do Trabalho pelo Poder Executivo minavam qualquer tentativa individual, feita por algum líder sindical ou alguma entidade de classe, de influenciar diretamente na realização das negociações coletivas “livres”.

CAPÍTULO V

Conflitos, interesses e alianças entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos: do “milagre econômico” aos “anos de chumbo”

Aos olhos da embaixada, a calma dos anos 1964-1966, quando as ações do governo brasileiro estavam alinhadas com os interesses norte-americanos, havia definitivamente ficado para trás. No governo Médici, o crescimento econômico ocorrido durante o período conhecido como “milagre” impunha uma nova agenda na política internacional brasileira.⁵⁶⁴ Era um momento de transição, embora o processo fosse moderado. Segundo Matias Spektor, “a nova riqueza impactou na política externa porque permitiu aos diplomatas brasileiros expandirem o número e o escopo de suas atividades no mundo”. Já o relacionamento entre as administrações de Médici e Richard Nixon era apontado como promissor. Formuladores da política externa estadunidense acreditavam que o Brasil poderia representar uma liderança na América do Sul e projetar a influência dos Estados Unidos na região. Porém, o Departamento do Estado não compartilhava da mesma opinião, alegando que “líderes autoritários tendem a não ser bons parceiros”. Ademais, não eram governos estáveis e, portanto, não poderiam ter a confiança do governo estadunidense, conforme apurou Matias Spektor.⁵⁶⁵

Do lado brasileiro, os diplomatas queriam assegurar aos Estados Unidos o compromisso conjunto de combate ao comunismo. No entanto, eles enfatizavam que as ações brasileiras seriam decididas caso a caso e com base nos “interesses nacionais”. Na lista de tópicos elaborada pelo Itamaraty a ser abordada com o governo norte-americano, as relações Estado a Estado eram o fator primordial. Os diplomatas pediam a intensificação da cooperação Brasil-Estados Unidos em todos os setores, que incluía os

⁵⁶⁴ Médici era ex-chefe do Serviço Nacional de Informação e assumiu a Presidência da República após uma Junta Militar composta por homens da “linha dura” terem ocupado o poder durante dois meses. Nesse período foi realizada uma série de medidas autoritárias e repressivas, entre elas, a extinção do mandato do vice-presidente, impedido de tomar posse; a decretação de uma nova Lei de Segurança Nacional, que introduziu a pena de morte e promoveu um novo expurgo nas Forças Armadas. Era de fato o início dos “anos de chumbo”. Quatro dias após a Junta ter assumido o poder, os grupos do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e da ALN (Aliança Libertadora Nacional) sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrick. Sua libertação foi feita em troca de 15 presos políticos de esquerda. Na sequência, foram sequestrados os embaixadores da Suíça e da Alemanha Ocidental, além do Cônsul do Japão em São Paulo.

⁵⁶⁵ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, pp. 40-9.

seguintes campos: político, econômico, comercial, cultural, científico e tecnológico. Como se vê, o movimento sindical parece ter perdido o destaque.⁵⁶⁶

Sob o comando de Delfim Neto, ministro da Fazenda de Médici, a economia cresceu em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973: era o auge do “milagre”. O famoso tripé econômico, como explicou Vizontini, compunha-se da seguinte forma:

as empresas estatais se encarregavam da infraestrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta); as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos); e o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. A indústria automobilística tornou-se o setor mais dinâmico da economia, atingindo uma produção anual de um milhão de unidades.⁵⁶⁷

Contudo, o arrocho salarial continuava, pois, como dizia Delfim Neto, era “preciso primeiro fazer o bolo crescer, para só depois dividi-lo”. A compressão dos salários era tida como uma estratégia para aumentar a competitividade internacional do país. Formava-se então uma nova classe média composta por técnicos e profissionais liberais. A política econômica do governo Médici, além da forte concentração de renda, gerava também maior centralização econômica, principalmente no setor financeiro, como observou Vizontini. Por meio da poupança compulsória dos trabalhadores (FGTS) e da poupança espontânea da classe média, cresciam os recursos para investimentos. Já os trabalhadores tinham seus salários reduzidos, provocando o agravamento das desigualdades sociais, uma das marcas do regime ditatorial. Como mostrou Vizontini, tal fórmula não era suficiente para o crescimento econômico do país, sendo necessário buscar novos mercados externos para produtos industriais.⁵⁶⁸

Uma das chaves para entender a política social e econômica do governo Médici, bem como o seu projeto para as relações exteriores, é o conceito de nacional-autoritarismo, que nesse período ganhou força. O processo de desenvolvimento do país estava nas mãos de uma burocracia estatal, responsável por administrar o setor público da economia. Ao contrário do nacional-populismo, de cunho reformista, em que a matriz encontrava-se no segmento nacional do empresariado, observou Vizontini, o

⁵⁶⁶ Idem, op. cit., p. 49.

⁵⁶⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 133.

⁵⁶⁸ Como se sabe, o “milagre econômico” deveu-se também à expansão da política de obras públicas, entre elas a construção de estradas e obras viárias, como a ponte Rio-Niterói, as hidrelétricas e a Transamazônica.

nacional-autoritarismo tinha características conservadoras e apostava nas empresas estatais e no Tesouro Nacional. Para o grupo de militares autoritários, explicou o autor, “o ritmo de acumulação e crescimento econômico era mais importante que a procedência do capital e os custos sociais que tal estratégia implicava”. No entanto, era preciso obter um bom desempenho financeiro-comercial e diplomático no plano externo para garantir a estabilidade política. Essas eram as bases do projeto “Brasil potência”.⁵⁶⁹

Com Henry Kissinger como assessor de Segurança Nacional do presidente Nixon, a partir de 1969, Brasil e Estados Unidos formalizaram uma política de consultas oficiais, criaram novas iniciativas e métodos para evitar desentendimentos. Surgiu uma nova parceria, porém não sem crises e atritos, como observou Spektor. Para o autor, seria um “erro interpretar o projeto de Kissinger para o Brasil como uma tentativa de transformar o país em marionete subordinada à vontade dos Estados Unidos”. Não obstante, uma política de indiferença para com o Brasil era considerada ruim para o governo estadunidense. Kissinger acreditava que “seria possível tirar benefícios concretos de um maior envolvimento brasileiro durante a Guerra Fria”.⁵⁷⁰ Da parte do regime militar, não havia planos de retomar a política de alinhamento dos tempos de Castello Branco. O objetivo era criar boas relações com o “irmão do Norte” a fim de acelerar o projeto conservador de modernização e obter concessões comerciais.⁵⁷¹

A conciliação do plano nacionalista com os interesses norte-americanos foi possível, em parte, devido aos problemas internos do Brasil. O combate às guerrilhas teria gerado a cooperação do governo estadunidense quando os partidos de esquerda chegavam ao poder nos países vizinhos Chile e Peru, e a Argentina e Uruguai passavam por fortes conflitos políticos internos. O Brasil apresentava-se então como um aliado necessário para a estabilização da região e o regime militar cumpriu com as expectativas do governo estadunidense, fornecendo apoio aos golpes de Estado do Chile, Uruguai e Bolívia. Para Vizontini, “existia, portanto, um espaço internacional para a configuração

⁵⁶⁹ VIZENTINI, Paulo, op. cit., p.135.

⁵⁷⁰ Iniciava-se por parte dos Estados um processo de distensão com os soviéticos, tentativas de diálogos secretos com os chineses e encontros com o Vietnã do Norte para pôr um fim à guerra. SPEKTOR, op. cit., p. 14.

⁵⁷¹ Kissinger, responsável por uma transformação na política externa norte-americana, não via problemas em apoiar ditaduras em prol do combate ao comunismo. Passando por cima do Departamento de Estado, ele assumiu o controle do planejamento e da operacionalização da diplomacia, da defesa e da inteligência dos Estados Unidos. Em 1973, Kissinger acumulou o cargo de secretário de Estado. Depois da renúncia de Nixon, em 1974, Kissinger permaneceu à frente do Departamento de Estado até o fim do governo, em 1977. No caso do Brasil, ele fez vista grossa para as diversas denúncias de tortura e repressão aos presos políticos. SPEKTOR, Matias, op. cit., p. 9.

de um projeto de potência média regional e uma conjuntura latino-americana altamente favorável”. Além disso, Nixon estava voltado para o término da Guerra no Vietnã.⁵⁷²

Segundo Spektor, um dos erros mais comuns dos estudos brasileiros em política externa é a ideia de “a década de 1970 ter sido marcada por um progressivo e natural distanciamento entre o Brasil e os Estados Unidos”. No entanto, se tal afastamento não ocorreu no campo comercial e diplomático, percebe-se que no âmbito sindical as relações esfriaram, embora a assistência financeira fornecida pela USAID tenha continuado.⁵⁷³ Nesse período, a atuação da AFL-CIO no país continuou, mas de forma tímida se comparada com os anos 1964-1967. No início da década de 1970, as relações entre os dirigentes brasileiros e norte-americanos encontravam-se bastante desgastadas. Além disso, o governo estadunidense interrompeu o auxílio em muitos campos de cooperação, como a educação, por exemplo, dando continuidade apenas aos projetos desenvolvidos em áreas julgadas mais sensíveis da sua política internacional.⁵⁷⁴

No campo da política trabalhista, após o AI-5 o governo endureceu o diálogo com o movimento sindical. Em 1969, eram poucos os sindicatos que conseguiam organizar algum tipo de manifestação contra o regime. Uma delas ocorreu durante a campanha salarial realizada pelos metalúrgicos de São Paulo e mais 19 entidades. Os trabalhadores tentaram resistir aos atos repressivos cumprindo todo o ritual para a decretação de uma greve legal. O Ministério do Trabalho, agora encabeçado por Julio Barata, tido como um dos mais duros ministros para com os trabalhadores, respondeu com a ameaça de intervenção e forçou a antecipação do julgamento no TRT de São Paulo, esvaziando o movimento. Como apurou Fernando Lopes de Almeida, “o endurecimento crescente do regime viria a impor novas limitações à resistência dos trabalhadores”.⁵⁷⁵ Estes, impedidos pela repressão de desempenhar uma atuação sindical de maior enfrentamento, se voltaram para as reivindicações internas dos locais de trabalho, muitas vezes sem o conhecimento dos sindicatos.

⁵⁷² VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 142.

⁵⁷³ Em 1971, o IADESIL era o 15º maior destinatário dos fundos fornecidos pela USAID. SIMS, Beth. *Workers of the World Undermined – American Labor's Role in U.S. Foreign Policy*. Boston, MA: South End Press, 1992, p. 22.

⁵⁷⁴ VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 150.

⁵⁷⁵ ALMEIDA, Fernando Lopes. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 26.

Questionamentos sobre a política internacional da AFL-CIO

Para compreender os desdobramentos da política internacional da AFL-CIO no Brasil e em toda a América Latina ao longo da década de 1970, é preciso antes analisar mais detalhadamente a investigação realizada pelo Senado dos Estados Unidos sobre as atividades da central americana no exterior. Fato que iria contribuir para a deterioração da imagem pública da AFL-CIO dentro e fora dos Estados Unidos, abalando sua reputação de entidade promotora da solidariedade e da fraternidade entre os trabalhadores do mundo.

Enquanto as lideranças sindicais brasileiras compareciam à CPI da Câmara dos Deputados para depor sobre os seus envolvimento com dirigentes norte-americanos, George Meany prestava contas ao Senado dos Estados Unidos sobre as atividades internacionais da AFL-CIO. Numa manhã do dia 1º de agosto de 1969, o comitê coordenado pelo senador J. W. Fulbright, conhecido por fazer oposição à política externa do presidente Johnson, reuniu-se para ouvir o presidente da maior central sindical daquele país. Primeiramente, queriam saber sobre o papel do IADESIL na América Latina e como foram gastas as verbas viabilizadas pela USAID, que totalizavam, desde 1962, cerca de 28 milhões de dólares. Meany havia preparado uma apresentação formal e escrita.⁵⁷⁶

O senador Fullbright baseou suas questões em duas matérias de jornais, além de uma carta escrita por Elmer Staats, diretora do Government Accountability Office (GAO), um órgão do legislativo, responsável pela fiscalização e gerenciamento da contabilidade do governo federal estadunidense. Esta última concluía que o IADESIL, considerado um instrumento para conquistar os objetivos da política internacional estadunidense no campo sindical, não havia obtido sucesso em suas operações. Já as publicações citadas falavam sobre como os dirigentes da AFL-CIO foram convencidos a apoiar a Guerra do Vietnã, após terem recebido altas somas de dinheiro destinadas ao IADESIL. Com base nessas fontes, o senador expôs suas dúvidas sobre a efetividade do programa sindical na América Latina. Ele queria saber se era verdade a informação de que o IADESIL havia fechado os seus escritórios em alguns países por ter sido acusado de intromissão nos assuntos internos nacionais.

⁵⁷⁶ U.S. Senate Committee of Foreign Relations United States Senate. “Hearing before the Committee of Foreign Relations United States Senate. Ninety First Congress. First session with George Meany, President, AFL-CIO, August 11, 1969”. Washington, DC: U.S Government Print Office, 1969.

Meany defendeu-se alegando que a mesma carta de Staats reconhecia que o IADESIL contribuía para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos países latino-americanos e para a inserção dos trabalhadores no programa Aliança para o Progresso. O depoente, dizendo-se orgulhoso do relacionamento duradouro e solidário entre a AFL-CIO e os sindicatos latino-americanos, desmentiu o fechamento dos escritórios, afirmando que o IADESIL atuava em mais de 20 países, com exceção de Cuba, Haiti e Paraguai. Na sequência, mostrou-se ciente do relatório “Survey of Alliance for Progress Labor Policies and Programms”, de 1968, investigação coordenada por Robert H. Dockery. Julgou tratar-se de um documento com conclusões infundadas e pediu réplica. Considerou um insulto a acusação de que os dirigentes da AFL-CIO tivessem recebido recompensas do órgão de Administração da Política Internacional estadunidense em troca do apoio à Guerra do Vietnã, afirmando ter orgulho de a central sindical ter apoiado a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia e agora mais esta.

Sobre a política de assistência internacional da AFL-CIO, Meany insistiu no discurso da “solidariedade fraternal” aos trabalhadores da América Latina e disse que a grande central “sempre teve interesse nos movimentos sindicais de todo o mundo”. Afinal, completou: “Nós temos aprendido que, quando os trabalhadores de outros países perdem a sua liberdade, eles são forçados às ditaduras tirânicas de todos os tipos, a repressão e a escravidão são uma ameaça a nossa liberdade”. Por conta do “espírito humanitário”, a AFL-CIO destinava 20% de sua renda anual para os vizinhos latino-americanos. Além disso, o dirigente argumentou que, como qualquer cidadão norte-americano, os sindicatos também tinham o dever de garantir a liberdade no hemisfério ocidental. Porém, ele não negou ter a AFL-CIO cometido erros e nem feito milagres, uma vez que a América Latina sofria sérios problemas. Entre eles, estava o excesso de investimentos na área militar e pouca atenção ao bem-estar social, observou.

Questionado sobre as relações da AFL-CIO com as corporações privadas e sua assistência aos programas sindicais no exterior, Meany argumentou acreditar que o desenvolvimento econômico só poderia ser atingido com a contribuição das empresas privadas e o estabelecimento de uma relação harmônica com elas. A lista extensa de empresas privadas que apoiavam financeiramente o IADESIL seria então o resultado dessa política de cooperação entre capital e trabalho.⁵⁷⁷

⁵⁷⁷ Foram citados: Peter Grace, Chairman do IADESIL e anteriormente presidente da W.R. Grace Co.;

Em relação às atividades realizadas naquele período, informou Meany que mais de 730 jovens, entre homens e mulheres latino-americanos, já haviam feito os cursos no Front Royal, na Virgínia, além dos mais de 100 mil seminários dedicados aos treinamentos locais. Anualmente, a AFL-CIO financiava um curso voltado para a economia sindical para jovens líderes latino-americanos, com duração de dois semestres, em uma universidade norte-americana. Na área dos projetos sociais, Meany explicou ao Senado o papel do IADESIL na criação de cooperativas e desenvolvimento técnico dos sindicatos latino-americanos urbanos e rurais em mais de 12 países. O maior projeto, que levava o nome do criador da Aliança para o Progresso, havia sido feito na Cidade do México, que teria retirado mais de 20 mil pessoas das favelas, pelo custo de 10 milhões de dólares.⁵⁷⁸

Meany rebateu a ideia de que Victor Reuther, dirigente da UAW, seria menos sectário, negando a acusação de que ele se recusava a travar contato com sindicatos que tivessem qualquer relação com os comunistas.⁵⁷⁹ Procurou ainda minimizar a saída de Reuther da direção do IADESIL, negando também a acusação de que as lideranças da AFL-CIO adotassem uma abordagem “*good guys versus bad guys*” com os sindicatos estrangeiros. Meany sustentou que a demissão de Reuther havia ocorrido simultaneamente à saída dele de outros postos ocupados na central sindical, declarando não se tratar de nenhum desacordo em relação à filosofia do IADESIL.

Segundo ele, 90% das verbas destinadas aos três institutos controlados pela AFL-CIO (IADESIL, African American Labor Center e Asia Labor Center) derivavam da USAID. Para o ano de 1970, estava prevista a quantia de 5.8 milhões de dólares para o IADESIL. Os outros institutos receberiam montante bem menor, 1.5 milhões de dólares para a África e 800 mil à Ásia. Inquirido sobre as atividades dos sindicatos tidos como subcontratantes da AFL-CIO, Meany explicou que, desde 1968, o IADESIL podia subcontratar sindicatos filiados à central norte-americana. A USAID repassava os

William Hickey, presidente da United Corp.; U.W. Balgooyen, diretor da EBASCO Industries; Berent Friele, vice-presidente senior da American International Association for Economic and Social Development; Juan Trippe, fundador e presidente da Pan American Airways; Henry Woodbridge da True Temper Corp.; entre outros.

⁵⁷⁸ U.S. Senate Committee of Foreign Relations United States Senate. “*Hearing before the Committee of Foreign Relations United States Senate*”, op. cit., p. 14.

⁵⁷⁹ Havia a acusação de que Meany rejeitava qualquer relação com sindicatos supostamente envolvidos com o comunismo, confundindo “democracia” com “anticomunismo”, dividindo o movimento sindical internacional entre organizações “boas” e “más”. *Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, op. cit.

fundos diretamente aos subcontratantes. Estas elaboravam uma série de atividades, na área da organização sindical, educação dos trabalhadores e pesquisa no campo do trabalho.

O Senado também queria saber sobre o funcionamento de um setor privado conduzido por Meany, chamado “Labor Advisory Committee on Foreign Assistance”. Tratava-se de um departamento criado em 1961, após entendimentos ocorridos entre o presidente Kennedy, Meany e o secretário do Trabalho, Arthur Goldberg. A ideia era criar um espaço de comunicação entre as lideranças da AFL-CIO, os funcionários da USAID, do Departamento do Estado e do Departamento do Trabalho. O comitê, segundo as declarações de Meany, debatia métodos, propostas e escopo de programas sindicais internacionais, além dos caminhos da política internacional.

O senador Fullbright recorreu novamente à grande imprensa para abordar as relações entre a central sindical norte-americana e a CIA, cobrando explicações de Meany sobre as denúncias que haviam sido publicadas no jornal *St. Louis Post Dispatch*, nos dias 13 e 14 de abril de 1969. O artigo, segundo o senador, dizia que o governo dos Estados Unidos continuava a financiar as entidades sindicais internacionais para desenvolver a educação dos trabalhadores no ramo de petróleo no Japão, financiar o sindicato têxtil no Peru e sindicalizar os trabalhadores do Congo, acusações que Meany negou peremptoriamente. Fullbright redarguiu asseverando que os financiamentos vinham da USAID, transferidos pela CIA. Meany reiterou suas declarações, mas ao final ponderou dizendo: “até onde eu sei isso não é verdade”.⁵⁸⁰

Outras denúncias de jornais coletadas pelo Senado falavam sobre o apoio do IADESIL à invasão da República Dominicana e à retirada de Goulart da Presidência da República, abrindo caminho para a instalação de uma ditadura militar. Na Colômbia, os senadores tinham conhecimento de que o IADESIL insistia na aplicação de suas próprias e rígidas regras para o programa habitacional dos trabalhadores, rejeitando qualquer trabalhador que pudesse ser considerado comunista. Havia também denúncias feitas pelos embaixadores desses países, reclamando da falta de controle por parte do governo dos Estados Unidos em relação à atuação dos três institutos coordenados pela AFL-CIO, mostrando discordância entre as embaixadas americanas e a central sindical

⁵⁸⁰ A acusação de Reuther colocou o departamento de assuntos internacionais da AFL-CIO no centro de um tema bastante indigesto para os Estados Unidos. MORRIS, George, op. cit., p. 5.

norte-americana. Jay Lovestone, diretor de assuntos internacionais da AFL-CIO, seria o grande interlocutor entre o IADESIL e o governo estadunidense. Este era acusado de ter poder de veto na seleção de adidos trabalhistas.

O Senado desnudava aquilo que a grande imprensa norte-americana já vinha fazendo sistematicamente nos últimos anos, pedindo esclarecimentos à principal liderança da AFL-CIO sobre as relações entre sindicatos, a CIA, embaixadas americanas e o governo estadunidense. O interesse do senador Fullbright pelas operações da CIA vinha desde 1966, quando ele pediu ao diretor da agência Richard Helms para dar explicações públicas sobre as suas relações com os sindicatos.⁵⁸¹ No governo Lyndon Johnson, a prática de financiamentos havia mudado, mais precisamente a partir de 29 de março de 1967, quando foi proibido o fornecimento de qualquer subsídio não declarado para entidades privadas voluntárias. Fullbright chamou a atenção sobre como os sindicatos poderiam ser convenientes aos interesses do governo. Afirmou conhecer um caso em que uma greve contra uma empresa norte-americana no Vietnã “seria resolvida em poucos dias por causa do excelente relacionamento entre os sindicalistas vietnamitas e o governo de Saigon”. Em troca, a confederação sindical receberia ajuda financeira dos Estados Unidos por meio do Asia Labor Center, órgão similar ao IADESIL na América Latina.

O caso brasileiro voltou a ser tema da investigação. O Senado queria saber sobre a veracidade das declarações de Willian Doherty Jr. feitas num programa de rádio norte-americano em que ele afirmou terem os dirigentes sindicais formados pelo IADESIL tido participação ativa na deposição de Goulart. Fullbright perguntou a Meany se Doherty “queria ter crédito parcial na participação da revolução ocorrida no Brasil, que instituiu a ditadura militar”. A resposta de Meany foi bastante cuidadosa. Segundo ele, Doherty não queria obter crédito, nem reconhecimento. Porém, continuou, “quando nós formamos essas pessoas e os mandamos de volta, nós não temos garantia de que eles não iriam tomar parte em algum tipo de movimento para a mudança do governo”. Era possível então que alguns dirigentes brasileiros, reagindo às “pesadas restrições impostas pelo governo Goulart”, pudessem ter tomado parte na deposição do presidente, mas Meany procurou eximir-se de qualquer responsabilidade sobre o comportamento e a ação dos seus ex-alunos. Mostrando-se pouco convencido, o senador respondeu que

⁵⁸¹ Idem, p. 7.

Meany poderia até não saber, mas ele tinha certeza que Doherty queria os créditos sobre o “feito” obtido pelo IADESIL.

À luz da experiência recente vivida pelo governador de Nova York Nelson Rockefeller na América Latina, em que foram dadas claras manifestações do antiamericanismo presente na região, o Senado questionava se a participação de graduandos do IADESIL nas questões políticas de seus países de origem deveria ser da responsabilidade da AFL-CIO. Para Fullbright, a recepção de Rockefeller (tido por ele como um dos nos mais respeitados governadores dos Estados Unidos) nos países latino-americanos indicava que “nós não estamos fazendo a coisa certa na América Latina”. Seria então correto utilizar o dinheiro público para ampliar a atuação de entidades como o IADESIL? – questionou o senador. Mais uma vez, Meany argumentou que a AFL-CIO não poderia se responsabilizar e nem controlar as ações dos seus alunos em seus países de origem, mas o senador insistiu dizendo: “eu não sei, eu acho que o que um estudante faz quando retorna ao seu país depois de nove meses estudando aqui reflete o efeito do programa educacional, o que foi ensinado a ele”.

Em 1969, Nelson Rockefeller, à época governador do estado de Nova York, foi indicado para chefiar a missão na América Latina com o objetivo de observar a situação e propor novas diretrizes aos governos da região. Meses antes da sua visita ao Brasil, o governo dos Estados Unidos havia concedido, por meio da USAID, um empréstimo ao Brasil no valor de 75 milhões de dólares destinados à Aliança para o Progresso. Entretanto, Rockefeller foi recebido com protestos, com clima pouco amistoso na maioria dos países latinos por onde passou. Apesar da péssima recepção, as notícias negativas sobre a visita foram censuradas pelo governo.

Durante o encontro com as autoridades do governo brasileiro, Magalhães Pinto defendeu “a ideia de que o Brasil queria comércio e não ajuda, isto é, o país entendia que era preferível obter melhores condições de comércio exterior do que ajuda financeira, uma vez que esta, embora resolvesse problemas imediatos, criava outros no longo prazo (amortizações e juros) e trazia sempre implicações políticas e econômicas que limitavam a autonomia do país beneficiário”, conforme observou Spektor.⁵⁸² Os protestos antiamericanistas levaram ao embaixador Charles Burke Elbrick a pedir aos

⁵⁸² SPEKTOR, Matias, op. cit., p. 358.

empresários norte-americanos no Rio de Janeiro que desempenhassem um papel construtivo no desenvolvimento da indústria brasileira.⁵⁸³

Reavaliando a efetividade e os objetivos do AIFLD no Brasil

Desde 1967, mesmo com os esforços contabilizados pela embaixada americana, o IADESIL encontrava dificuldades em desenvolver suas atividades no país. A ORIT, embora mantivesse um relacionamento cordial com as confederações sindicais brasileiras, não conseguia ampliar o seu orçamento para intensificar as atividades na região, provavelmente devido às restrições impostas pelo governo Johnson aos financiamentos de entidades privadas voluntárias. As dificuldades financeiras levaram ao fechamento do escritório do IADESIL em Recife, em dezembro de 1973.⁵⁸⁴

Além das divergências internas e dos questionamentos sobre sua estreita relação com os órgãos estadunidenses, a AFL-CIO enfrentava dificuldades em sustentar a sua filosofia sindical, sobretudo após as investigações do congresso estadunidense e as revelações da grande imprensa de uma série de declarações inconsistentes e contraditórias em relação a sua política internacional. O discurso de solidariedade entre os trabalhadores, fartamente explorado pela AFL-CIO, assim como a recomendação para que os sindicatos ficassem longe dos assuntos políticos não convenciam os trabalhadores norte-americanos mais atentos, tampouco os estrangeiros. Para Robert H. Dockery, qualquer acordo travado com entidades de trabalhadores tinha como base a força financeira e política da AFL-CIO e, uma vez que suas maiores armas estavam ameaçadas, as relações entre sindicalistas norte-americanos e estrangeiros tornavam-se cada vez mais delicadas.⁵⁸⁵

Dockery acreditava que a AFL-CIO estava ressentida com o fato de o governo estadunidense ter monitorado os seus contratos e feito intervenções nos assuntos internos da central. Em meio a tantas denúncias e acusações, Meany e Lovestone, cabeças da política internacional da AFL-CIO, tinham a difícil tarefa de tentar explicar à classe trabalhadora norte-americana e estrangeira o seu ativismo político a qualquer

⁵⁸³ O governo brasileiro ansiava que o presidente Nixon promovesse a formulação de uma política efetiva para o Brasil, a fim de melhorar as relações entre os dois países e com a América Latina. VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 96.

⁵⁸⁴ *IADESIL Informativo*, n. 58-59, novembro/dezembro de 1973, p. 2. AEL-Unicamp, Coleção CPDS, periódicos R/1378.

⁵⁸⁵ “*Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968.

preço. Sua investigação sobre as ações internacionais da central deixou evidente a falta de habilidade do IADESIL em identificar as questões nacionais e rejeitar alianças mais amplas, como com a Confederação Latino Americana dos Sindicatos Cristãos (CLASC). Segundo Dockery, os dirigentes da AFL-CIO erraram ao tentar perpetuar um conceito estreito de sindicalismo.

Completado pouco mais de um ano da decretação do AI-5, o ICT passava por mudanças e o impacto da CPI na atuação da entidade era evidente. Em sua nova sede, a 16ª turma, composta por 24 alunos representando 13 organizações de oito estados brasileiros, celebrou a conclusão de seus estudos no mês de abril de 1969. O programa havia passado por modificações nas áreas administrativa e educacional. Após discussões entre os membros do Conselho Consultivo e diretores, o que resultou na renúncia dos últimos, o Instituto passou a ser representado por sindicalistas brasileiros. O quadro de funcionários foi totalmente reformulado. O ICT buscava, a partir de então, se apresentar como uma entidade a serviço do sindicalismo nacional, idealizada e conduzida por dirigentes brasileiros. Esses assumiram o controle político, administrativo e pedagógico da organização.⁵⁸⁶

Olavo Previatti, presidente da Federação dos Trabalhadores de Papel e Papelão, e Helcio Maghenzani, dos telégrafos, foram designados para coordenar as mudanças no ICT. O primeiro assumiu o cargo de diretor-presidente, o segundo ficou encarregado da área de Educação, acumulando também as funções administrativas. De acordo com Previatti, o “objetivo era melhorar a orientação do programa que estava sendo excessivamente teórico, desatualizado e divorciado da realidade sindical vigente”. Dentre as mudanças, o material didático foi alterado, assim como o currículo escolar que eles diziam estar “mais prático e ao alcance do grau de escolaridade dos trabalhadores”.

⁵⁸⁶ Compunham o Conselho Deliberativo do ICT: Alceu Câmara Portocarrero, Américo Ramos, Antonio Alves de Almeida, Antonio Pereira Magaldi, Camillo Ashcar, Efraim Velasquez, George Meany, Helcio Maghenzani, João Wagner, José Francisco da Silva, José Rotta, Joviano de Araújo, Joseph Beirne, Leopoldo Brissac, Mário Lopes de Oliveira, Marvin C. Myrtue, Mário Toledo de Moraes, Olavo Previatti, Orlando Coutinho, Paulo José da Silva, Rômulo Teixeira Marinho, Ruy Brito de Oliveira Pedrosa, Waldino dos Santos, Willian C. Doherty Jr., Willian Medeiros. Relatório apresentado por Olavo Previatti, presidente do ICT, na reunião da Comissão Executiva do IADESIL, realizada em Washington, em maio de 1969. George Meany Memorial Archives, RG 18, serie 4, box 16, folder 6.

O ICT também passou a coordenar os seminários regionais, antes gerenciados pelo IADESIL. Segundo uma entrevista realizada por Manfredi com um dirigente do ICT não identificado, os sindicalistas brasileiros achavam que “estava errada a fórmula de ministrar os cursos do ICT”. Queriam menos teoria, mais prática. Para Manfredi, os depoimentos coletados por ela evidenciavam “a confluência de articulações internas no sentido de redefinir o projeto pedagógico que norteava as atividades do Instituto até aquela data”.⁵⁸⁷

Segundo a autora, o ritmo das atividades do ICT não diminuiu no período após 1967, sendo que a média anual de cursos e de número de participantes manteve-se a mesma, chegando até mesmo a ter um leve acréscimo. Entre os anos de 1963 a 1978, o ICT teria conseguido manter um ritmo de crescimento constante. A explicação para esse aumento estaria no fato de a entidade, ao passar para as mãos exclusivamente dos sindicalistas brasileiros, transformar-se “num espaço educacional próprio, funcional a esse grupo de dirigentes inseridos na hierarquia da pirâmide sindical”. Além disso, a sobrevivência do ICT devia-se, sobretudo, ao posicionamento de seus diretores em relação ao regime militar. Apesar das críticas feitas à política trabalhista, a entidade não fazia oposição direta ao governo. Nesse sentido, concluiu a autora:

Não se poderia afirmar uma relação de oposição e de enfrentamento sistemático entre os dirigentes sindicais que assumem o ICT e os grupos que detêm o poder de Estado, pós-64. Quando muito chega-se a estabelecer entre os dois grupos acima mencionados, notadamente nas situações de maior “arrocho” sobre o movimento sindical, relações de dissensão e de desaprovação.⁵⁸⁸

A programação dos cursos também passou por alterações; o enfoque jurídico-administrativo, antes fortemente voltado para o aprendizado da negociação coletiva livre, foi diminuído. De acordo com um dirigente do ICT, de nome não identificado, o currículo foi reestruturado, enfatizando as matérias que os dirigentes brasileiros julgavam mais adequadas. Como exemplo, o depoente citou o tema “Organização e Estrutura Sindical Brasileira”, que anteriormente ocupava 18 horas-aula do currículo, passando a ser debatido em apenas três horas.⁵⁸⁹

⁵⁸⁷ MANFREDI, Silvia, op. cit., p. 198.

⁵⁸⁸ Idem, op. cit., p. 215.

⁵⁸⁹ Depoimento do diretor-presidente do ICT, em entrevista concedida a Silvia Manfredi, em 1982. Idem, op. cit., p. 209.

Como parte do projeto de reformulação e com um orçamento mais estreito, foi realizada a mudança da sede do ICT. A anterior localizava-se num prédio antigo considerado bastante imponente, no centro da cidade de São Paulo, com “ares de aristocracia”. Os novos diretores argumentaram que as características da sede anterior causavam um efeito negativo nos alunos, especialmente naqueles oriundos das regiões mais pobres do país. Ansiosos para convencer os norte-americanos dos feitos da nova diretoria, Previatti destacou o bom desempenho da entidade no campo das relações públicas. Segundo ele, o ICT estava atraindo a atenção das autoridades em geral e também de alguns empregadores mais “esclarecidos”, que aceitavam liberar os seus funcionários com licença remunerada para participação nos cursos.

No entanto, no início de 1970, os esforços para “abrasileirar” o ICT ainda causavam desavenças entre os membros do IADESIL e os coordenadores locais. Ao continuar financiando a entidade, os estrangeiros cobravam informações detalhadas sobre as questões administrativas. A omissão sobre o perfil de um novo funcionário contratado, por exemplo, foi fortemente questionada pelos norte-americanos.⁵⁹⁰ No entanto, embora o ICT passasse para as mãos dos brasileiros, a relação com a AFL-CIO ainda era forte. A entidade continuava a receber fundos da central e da USAID.

Previatti também mantinha uma boa relação com os dirigentes norte-americanos. Em meados de 1968, ele foi aos Estados Unidos para uma reunião com membros do IFPCW e com o presidente da AFL-CIO, George Meany. A visita, segundo informou Andrew McLellan, diretor do IADESIL, foi considerada bastante proveitosa. Na oportunidade, Meany mostrou-se interessado em manter relações com o sindicalismo brasileiro e continuar contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, convidou Previatti a tomar parte no encontro do Conselho Executivo da AFL-CIO, que seria realizado na cidade de Nova York. O dirigente sindical brasileiro alegou ter dificuldades em convencer os membros da CNTI a mudar de posição em relação à sua postura de rejeição ao sindicalismo estrangeiro e revelou não confiar em Ary Campista.⁵⁹¹

⁵⁹⁰ Carta escrita por Andrew McLellan, representante interamericano do IADESIL, para Hécio Maguenzani, secretário-geral do ICT, em 14 de maio de 1970. George Meany Memorial Archives, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/09.

⁵⁹¹ Carta para Thomas M. Altaffer, gerente da empresa Altaffer Planificação e Consultoria, escrita por Andrew C. McLellan, representante interamericano da AFL-CIO, em 16 de julho de 1968. George Meany Memorial Archives, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/09.

No final dos anos 1960, a questão para os orientadores da política internacional da AFL-CIO era definir até que ponto a central estaria disposta a continuar seus investimentos no sindicalismo brasileiro. Jessy Friedman, diretor regional do IADESIL, após ter visitado o país, afirmou não entender os motivos que levaram a CNTI a romper com a ORIT e demais organizações estrangeiras, embora os interesses pessoais dos dirigentes tivessem ficado bastante evidentes, observou. No entanto, Friedman apontou para uma diferença no relacionamento entre o IADESIL e as lideranças locais e regionais, dizendo que com elas era possível dar continuidade aos trabalhos. Ademais, nas previsões de Friedman, “os militares não ficarão no poder para sempre” e acrescentou: “os bonecos que compõem a CNTI irão desaparecer em breve ou mais tarde”. Por isso, ele achava que a AFL-CIO não deveria retirar as suas atividades de forma precipitada, enquanto eles ainda conseguissem atuar no país. Assim, ele encorajava a manter todos os canais possíveis de comunicação e continuar em frente, mas “sem ofender sensibilidades nacionais”.⁵⁹²

Como se vê, os “democráticos” e “autênticos de primeira geração”, encarregados da implantação do “sindicalismo livre” e que haviam colaborado para a derrubada de Goulart, no final dos anos 1960 passaram a ser tratados como “bonecos” do Estado. As anotações feitas pela embaixada americana no Brasil nos fornecem um exemplo significativo de como essas alianças entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos eram mutáveis, tendendo a pender, geralmente, para o lado do governo. Durante a Convenção da AFL-CIO realizada em Nova Jersey no mês de outubro de 1969, o adido trabalhista contou ter travado conversas particulares com os sindicalistas brasileiros em que a política trabalhista havia sido alvo da maior parte das reclamações. No entanto, eles continuavam a apoiar e a justificar o golpe de Estado, visto como o único meio de frear o avanço dos comunistas.

No ano de 1970, o cenário era pessimista para o movimento sindical. Não havia sinais de que o regime militar iria afrouxar o controle sob os trabalhadores dentro de um futuro próximo. Para a embaixada americana, a influência do sindicalismo internacional no Brasil havia declinado a ponto de sua quase extinção. No entanto, os observadores norte-americanos ainda assim acreditavam na possibilidade de expansão do programa

⁵⁹² Carta de Jessy Friedman, diretor regional do IADESIL, para Andrew C. McLellan, representante interamericano da AFL-CIO, 20 de agosto de 1970. George Meany Memorial Archives, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/09, Brazil 1970.

do IADESIL, já que a entidade era uma das únicas a atuar no país e pouco estava sendo feito em relação aos interesses dos trabalhadores.⁵⁹³

É provável que os atos contra a ditadura caracterizados como “terroristas”, na linguagem do regime militar, contribuíram para reforçar a ideia dos dirigentes de que os militares precisavam se manter no poder. O sequestro do embaixador norte-americano e a instauração de uma Junta Militar que ocupou o lugar de Costa e Silva, afastado por problemas de saúde, havia contribuído para o clima de insegurança e incertezas. Em uma conversa com representantes das categorias dos trabalhadores químicos, vidros, gráficos, bancários, jornalistas, das indústrias de alimentação e borracha, o adido trabalhista queria saber as reações dos dirigentes em relação aos eventos ocorridos. Sem citar nomes, foram anotadas as observações de quatro representantes de sindicatos locais e outros quatro de federações. Muitos deles argumentaram que os membros dos sindicatos mostravam-se perturbados com a conjuntura política do país e achavam que a situação estava piorando. Outros disseram que a saída de Costa e Silva marcava o início de um período de instabilidade entre os militares, provocado pelas disputas internas e por aqueles que ansiavam ascender no poder. Havia também a opinião de que os acontecimentos políticos tinham pouca repercussão entre os trabalhadores, não fazendo muita diferença para eles quem seria o sucessor de Costa e Silva.⁵⁹⁴

Não por acaso, o prognóstico da embaixada para a década de 1970 era de indeterminação no campo político e sindical. Entretanto, embora as previsões para o movimento sindical fossem negativas, as medidas econômicas antipopulares firmemente mantidas pelo regime ditatorial começavam a mostrar resultados. O número de desemprego em São Paulo havia apresentado leve queda em comparação aos três anos anteriores, o mercado de trabalho obteve melhoras e os ramos da metalurgia, construção, papel e têxtil entraram em franca recuperação.⁵⁹⁵

⁵⁹³ Relatório anual da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 16 de fevereiro de 1970. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

⁵⁹⁴ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 13 de outubro de 1969. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

⁵⁹⁵ O ramo da construção civil foi um dos mais beneficiados pela ditadura civil-militar, fruto dos fortes investimentos na área industrial urbana. Somente no ano de 1968, a oferta de mão de obra nesse setor cresceu 20%. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 18 de abril de 1969. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

Mesmo ciente de que não haveria mudanças no sistema de regulamentação trabalhista brasileiro, pelo menos enquanto durasse o regime militar, a AFL-CIO e os demais órgãos estadunidenses procuravam meios de continuar suas atividades no país. Além das funções na área da educação sindical, os dirigentes e especialistas norte-americanos continuavam a se dedicar à elaboração de análises das conjunturas políticas e econômicas do Brasil, documentos úteis aos interesses dos empresários norte-americanos. O relatório de 1967, escrito por Berent Friele, vice-presidente da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico e um dos diretores do IADESIL, é bastante representativo nesse sentido.

“Ele [o presidente Costa e Silva] está cercado por homens de talento, integridade e experiência na área econômica. É óbvio que Costa e Silva esteja ansioso para angariar apoio e cooperação das empresas privadas para poder continuar a sua gigantesca missão de desenvolvimento econômico. Capital estrangeiro e *know-how* são bem-vindos. No entanto, é importante que os investidores estrangeiros entendam que lucros não poderão ser obtidos rapidamente.”⁵⁹⁶

Além das análises políticas e econômicas, a interrupção do programa sindical no Brasil impediria a AFL-CIO de acompanhar de perto as ações dos dirigentes sindicais, travar contato e fazer alianças. Para a continuidade das atividades no país, quatro questões-chave foram colocadas para os condutores do IADESIL no Brasil, eram elas: 1- há objetivos válidos para o desenvolvimento do programa?; 2- existe progresso razoável desses objetivos?; 3- o programa pode ser significativamente fortalecido?; e, por fim, 4- a coordenação do programa é eficiente? Primeiramente, era preciso avaliar a possibilidade de dar continuidade ao programa sindical no Brasil no momento em que as ações repressivas do regime autoritário ganharam repercussão internacional. Além disso, a ausência de condições democráticas legais impedia o desenvolvimento do programa.

Para o IADESIL, cada ação realizada pela entidade poderia ser interpretada como uma ameaça aos objetivos políticos e econômicos do governo. Não obstante, a implantação da negociação coletiva nos moldes do sistema de regulamentação

⁵⁹⁶ Relatório intitulado “*Brazil: recent past, present and future*”. George Meany Archives, International Affairs Department, Country Files, 1945-1971, 016/11 - Brazil.

estadunidense, questão chave para justificar a existência da entidade no país, havia sido rejeitada pelos governos militares desde 1965. Em tempos de “ditadura escancarada”, não fazia mais sentido falar em negociações livres e independentes no movimento sindical.⁵⁹⁷ Não obstante, acreditava-se que, enquanto os sindicatos não fossem capazes de eleger suas próprias lideranças e conduzirem seus assuntos internos sem submissão ou aprovação do governo, a implantação do “sindicalismo livre” estaria prejudicada.

Para os analistas norte-americanos, o grande problema estava nas barreiras impostas pela legislação trabalhista brasileira, mais precisamente no sistema corporativista de Estado, que permitia ao governo fixar os salários dos trabalhadores.⁵⁹⁸ De acordo com os dados levantados pelos norte-americanos, somente um terço dos 90 milhões de brasileiros fazia parte da força de trabalho, sendo que quase a metade desses estava no campo da agricultura recebendo baixíssimos salários. Aqui, observamos uma clara confusão entre os princípios da legislação trabalhista e a aplicação da política salarial conduzida pelo Estado de exceção, questão que irei desenvolver no capítulo seguinte.

Em 1969, os 15 presos políticos libertados em troca do embaixador norte-americano passaram a denunciar no exterior as torturas cometidas pelos militares. A partir daí, tomaram força os rumores de que a tortura aos opositores do regime havia se tornado uma prática frequentemente aplicada pelo governo brasileiro. Enquanto os jornais *The Washington Post* e *The New York Times* divulgavam as atrocidades cometidas pelos militares, a imprensa brasileira, controlada pelo regime, silenciava.⁵⁹⁹ Embora o governo Nixon, na posição de forte aliado de Médici, buscasse acobertar as denúncias de violação dos direitos humanos, a AFL-CIO ficava diante de uma situação delicada e tinha receio de que a sua apatia em relação às denúncias de tortura aos presos políticos no Brasil fosse alvo de críticas.

Nesse período, a maior central sindical dos Estados Unidos encontrava-se bastante desgastada com os escândalos de envolvimento com a CIA, além das acusações de racismo, das suas ligações com o Estado e o seu apoio à tão criticada Guerra do Vietnã.⁶⁰⁰ Diante da postura do governo estadunidense em relação aos problemas

⁵⁹⁷ Aqui faço referência ao termo que deu o título ao livro de GASPARI, Hélio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

⁵⁹⁸ American Technical Assistance Corporation. “An Appraisal of Program Effectiveness and Management of the AIFLD - Based on Information Obtained in Brazil, Guyana, Honduras and Washington D.C.”. Washington D.C., USA, April 1970. Os parágrafos seguintes se baseiam nessa fonte.

⁵⁹⁹ GREEN, James. op. cit., p. 213.

⁶⁰⁰ Sobre o papel da AFL-CIO na Guerra do Vietnã, ver: WEHRLE, Edmund F. *Between a River and a*

internos brasileiros e do efervescente desenvolvimento econômico do governo Médici, os dirigentes da AFL-CIO diziam querer elaborar uma visão equilibrada em relação às denúncias de violação dos direitos humanos aos presos políticos no Brasil, embora eles reconhecessem que “nós não podemos ignorar os fatos registrados nos relatórios, os quais temos o privilégio de ler”.⁶⁰¹

Assim, diante de tal conjuntura e considerando todas as dificuldades políticas e econômicas provocadas pelos governos brasileiro e estadunidense e pela própria AFL-CIO, era preciso propor novos objetivos a fim de justificar a permanência do IADESIL no Brasil. Para os analistas norte-americanos, estava na hora de se “contentar com algo menor” e avaliar a viabilidade de manter a entidade no país, assim como os custos desse “algo menor”. Assim, ao invés do encerramento das atividades, novas metas foram traçadas para a entidade no Brasil. O IADESIL passaria a preparar o movimento sindical brasileiro para o futuro, quando as atividades “democráticas” e “livres” fossem permitidas. Entre os objetivos, estava apoiar e fortalecer os sindicatos menos organizados, principalmente os rurais, por meio de atividades assistenciais, consideradas legais pelo governo. As ações voltadas para a formação dos dirigentes sindicais continuariam. Mais uma vez, os condutores do programa julgavam os treinamentos fundamentais para a contenção da presença comunista, temendo uma reação popular ao regime militar e a “esquerdização” das lideranças sindicais.

A fim de dar início a uma nova etapa e fazer com que “as necessidades dos trabalhadores rurais fossem ouvidas”, o IADESIL criou, em 1970, o projeto Camela, localizado em Pernambuco. Tratava-se de um programa financiado pelo governo estadunidense, em cooperação com agências do governo brasileiro, grupos privados e individuais. O objetivo era aumentar a renda dos trabalhadores, melhorar as condições de vida e promover a autocapacidade da comunidade. Segundo os dados do IADESIL, o número de trabalhadores participantes dos seminários locais e regionais foi de 6.349, com ênfase para as áreas rurais de 1962 a 1975, chegando a atingir 9.528 trabalhadores no ano de 1971.⁶⁰² Em 1970 foram gastos 46% dos recursos do Instituto naquela

Mountain: The AFL-CIO and the Vietnam War. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005. Para uma análise sobre racismo e os direitos civis no sindicalismo norte-americano, ver: LICHTENSTEIN, Nelson. *State of the Union. A Century of American Labor*. Princeton: Princeton University Press, 2002, capítulo 5.

⁶⁰¹ Carta escrita para Andrew Mclellan, representante interamericano AFL-CIO, por Alan Silberman, funcionário da embaixada na área sindical, em 20 de janeiro de 1970. George Meany Archives, RG 18, série 4, box 16.

⁶⁰² Ibidem.

região.⁶⁰³ Como avaliou Spalding, nos anos 1970 a entidade foi obrigada a reduzir a sua presença e participação no movimento sindical, devido à crescente oposição nacionalista de direita e de esquerda, presente na maioria dos países latino-americanos. Consequentemente, sua atenção voltou-se para o Caribe e América Central, assim como para os trabalhadores rurais e mulheres trabalhadoras.⁶⁰⁴

Alguns membros do IADESIL criticavam o maior enfoque no Nordeste e defendiam o redirecionamento dos recursos para os trabalhadores rurais do Sul do país. No entanto, os analistas identificavam um menor impacto da entidade nos grandes centros urbanos, onde o movimento sindical poderia ser considerado mais importante quando “chegasse o momento” da tão esperada e temida reação dos trabalhadores ao regime militar. A fim de comprovar o baixo impacto do IADESIL entre os trabalhadores urbanos, os adidos trabalhistas receberam a tarefa de preparar uma lista dos mais fortes e mais importantes sindicatos do Brasil. Seguindo esse critério, foram levantados 23 entidades e seus nomes conferidos nos registros de presença dos cursos do ICT oferecidos em São Paulo, além da lista de dirigentes enviados ao Front Royal e dos sindicatos que participavam dos pequenos projetos.

O resultado mostrou que apenas oito das 23 entidades haviam tido algum tipo de participação nos programas do IADESIL. A maior parte daqueles que estavam de fora da lista localizavam-se nas áreas metropolitanas industriais de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Acreditava-se que a menor influência da entidade norte-americana nos grandes sindicatos estava na capacidade de gestão de seus altos recursos e suas atividades na área da educação sindical. Portanto, o IADESIL e o ICT encontravam maior dificuldade em atrair o interesse dessas entidades. Além disso, achava-se que muitas delas contavam com a presença de trabalhadores mais ligados aos movimentos de esquerda, afastando, consequentemente, as lideranças não comunistas que atuavam em parceria com o sindicalismo norte-americano.

Na cidade de Santos, por exemplo, foi identificado que as lideranças sindicais locais se recusavam a participar dos programas do ICT e não cooperavam na organização de cursos naquela região. Para os analistas, a rejeição à entidade ocorria por dois motivos: 1- medo de que os cursos, julgados de orientação conservadora, pudessem

⁶⁰³ O custo anual do IADESIL no Brasil para o ano de 1970 estava orçado em 600 mil dólares, representando 5% do total da assistência técnica concedida pela USAID aos programas no país, valor que os analistas consideraram um investimento razoável.

⁶⁰⁴ SPALDING, Hobart. *Sindicalismo libre: ¿De qué? El instituto americano para el desarrollo del sindicalismo libre*. Nueva Sociedad, n. 70, Enero-Febrero de 1984, p. 57.

alienar os membros esquerdistas; 2- receio de que o treinamento de novas lideranças desafiassem os dirigentes já estabelecidos na estrutura sindical.

Mesmo assim, os cursos do ICT foram bem avaliados e seus resultados julgados promissores. A entidade paulista, somente no ano de 1969, havia treinado 3.700 dirigentes com potencial de liderança, utilizando um orçamento de 134 mil dólares. Ao comparar o número de trabalhadores graduados com o total de sindicatos existentes em todo o país, que naquele período foi estimado em 2.053, os analistas consideraram o programa do ICT um empreendimento realizado em larga escala. No mesmo ano, 129 brasileiros foram enviados para o programa intensivo de formação sindical oferecido no Front Royal, além de nove cursos de economia do trabalho realizados nas universidades norte-americanas conveniadas ao IADESIL.

Dos 129 brasileiros graduados nos Estados Unidos, 104 foram monitorados a fim de avaliar a efetividade do programa. Desses, 94 estavam atuando no movimento sindical, oito encontravam-se trabalhando nos escritórios dos sindicatos ou como instrutores e coordenadores no ICT. Ademais, o estudo apontava evidências de que os alunos graduados no curso internacional oferecido pela AFL-CIO estavam conquistando posições consideradas “de grande responsabilidade”, sendo que em muitos deles foi detectado o potencial para o exercício da liderança, fator considerado de grande importância.⁶⁰⁵

Uma das observações destacadas era o fato de a entidade ter dado maior atenção aos cursos sobre direitos e leis trabalhistas brasileiras. Aprendizado que os analistas norte-americanos consideraram de extrema necessidade para que as lideranças sindicais soubessem e ensinassem as suas categorias a reivindicar aquilo que lhes era de direito em seu país. No entanto, incomodava os norte-americanos a percepção de que, mesmo após as mudanças na política trabalhista, realizadas a partir de 1964, a influência de Getúlio Vargas ainda persistia. O código do trabalho promulgado no período do Estado Novo continuava em vigor, permitindo, segundo eles, “um rigoroso controle do governo às atividades sindicais, principalmente no tocante aos reajustes salariais, condições de trabalho e uma gama de benefícios praticamente inalterados”. O que esses analistas não levavam em consideração era o fato de que muitas dessas leis trabalhistas haviam sido criadas com a intenção de frear a exploração dos industriais estrangeiros, principalmente

⁶⁰⁵ Como exemplo, foram citados o presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e um dirigente graduado pelo IADESIL no exterior, que ocupava o terceiro posto mais importante no Ministério do Trabalho brasileiro, ambos não foram identificados.

norte-americanos e britânicos, conforme observou o autor do relatório que avaliou o desempenho da Aliança para o Progresso na América Latina.⁶⁰⁶

Nos últimos anos da década de 1960 e início de 1970, o IADESIL enviava anualmente uma média de 12 sindicalistas brasileiros para estudar no Front Royal.⁶⁰⁷ A mudança na seleção dos dirigentes para os cursos no exterior foi apontada como uma estratégia para tentar aumentar a influência do ICT nos grandes sindicatos. O processo de escolha deveria privilegiar, ao invés daqueles oriundos dos sindicatos mais fracos, dirigentes considerados bons estudantes, pertencentes às entidades mais influentes no movimento sindical urbano, principalmente do eixo Rio Janeiro-São Paulo. Para isso, o investimento nos cursos de inglês foi considerado fundamental para estreitar a comunicação entre as lideranças nacionais e estrangeiras.

Além dos cursos, o IADESIL mantinha o que eles chamavam de pequenos projetos, com objetivo de fortalecer as organizações sindicais, por meio de financiamentos concedidos pela AFL-CIO. Até abril de 1970, 145 pequenos projetos estavam em andamento, com um custo total de 312 mil dólares em empréstimos com juros baixos e 50 mil dólares em doações. Na prática esses valores eram utilizados para construção de sedes e serviços sociais. Um exemplo desses investimentos foi a Vila Gompers, um conjunto de casas populares, localizada na cidade industrial de São Bernardo do Campo, fruto da cooperação entre os sindicatos nacionais e a central norte-americana, idealizada em 1964, mas inaugurada somente no início de 1970.⁶⁰⁸

De acordo com os analistas de Washington este era um projeto difícil de ser avaliado. Era pequeno, mas considerado de alto custo (aproximadamente sete mil dólares por 52 metros quadrados) e com baixa qualidade das instalações, realizado com a função de atrair o interesse dos trabalhadores urbanos no movimento social. Outro fator negativo era o valor do empréstimo cobrado dos trabalhadores, considerado muito alto e acima da média do salário mínimo mensal, fazendo com que apenas os

⁶⁰⁶ “*Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs*”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968, p. 15.

⁶⁰⁷ Durante a primeira metade da década de 1970, mais 219 sindicalistas brasileiros foram graduados no Instituto Front Royal. Relatório do IADESIL, agosto de 1977, p. 8. George Meany Archives, International Affairs Department, Country Files 1969-1971, folder 5/11, Brazil 1972.

⁶⁰⁸ O adido trabalhista Allan Siberlman registrou atentamente o evento e enviou suas impressões e fotos para os membros da AFL-CIO. Carta de Allan Siberlman para Andrew Mclellan, representante interamericano da AFL-CIO, de 20 de janeiro de 1970, George Meany Archives, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/09, Brazil 1970.

trabalhadores que recebiam altos salários ocupassem as casas. Além disso, era de conhecimento público as desavenças entre a USAID e as autoridades brasileiras, como vimos nas declarações de Sandra Cavalcanti.⁶⁰⁹ Mesmo assim, o projeto foi considerado viável e as “comunidades beneficiadas aparentavam estar felizes com as casas”.

Outros programas da USAID direcionados ao campo sindical também eram considerados de grande importância. Entre eles, o programa “Ministério para Ministério”, voltado para promover melhorias no funcionamento do órgão do Trabalho, por meio da elaboração de estatísticas, cursos para o desenvolvimento de mão de obra especializada, avaliação dos níveis de salários e seguro social. O governo brasileiro apoiava o programa com a doação dos espaços para os escritórios e equipe para trabalhar com os técnicos norte-americanos. Havia também o programa de intercâmbio de “Segurança Industrial”, que, desde 1966, enviava funcionários do U.S. Bureau of Labor Standards para trabalhar no Ministério do Trabalho. Além do “Sindicato para Sindicato”, baseado no intercâmbio de dirigentes entre o Brasil e os Estados Unidos, que até 1970 havia financiado a viagem de 400 trabalhadores.⁶¹⁰

Entre os anos de 1970 e 1974, as atividades do IADESIL, sob a coordenação de Américo Ramos, concentraram-se na promoção de cursos de formação sindical e nos intercâmbios, realizados com menor intensidade, em parceria com o ICT. Poucas ações chamaram a atenção da embaixada e do Deops de São Paulo nesse período. Entre as escassas observações policiais estava a mudança na composição dos membros do ICT. Em 21 de setembro de 1971, a entidade anunciou o seu Conselho Deliberativo.⁶¹¹ A diretoria passava a ser composta por Antonio Pereira Magaldi, presidente; Orlando Coutinho, primeiro vice-presidente; José Cabral, segundo vice-presidente; Hécio Maghenzani, secretário-geral; Leopoldo Brissac, secretário. Em 1972, o ICT planejava realizar 121 cursos regionais e quatro locais.⁶¹²

⁶⁰⁹ Ver declarações de Sandra Cavalcanti sobre o processo de concessão de empréstimo norte-americano, capítulo III, pp. 157-60.

⁶¹⁰ Para uma análise do programa “Sindicato para Sindicato”, ver capítulo IV.

⁶¹¹ Eram eles: Afonso Teixeira Filho, Alceu Cabral Medeiros, Américo Ramos, Angelo Verdu, Antonio Alves de Almeida, Antonio Pereira Magaldi, Camilo Ashcar, Diva Benevides Pinho, Francisco Nunes, George Meany, Helcio Maghenzani, Jesse Friedman, João Wagner, José Alceu Portocarraro, José Cabral, José Francisco da Silva, Joseph Beirne, Joviano Araujo, Leopoldo Brissac, Luiz Menossi, Marigildo de Camargo Braga, Mario Lopes de Oliveira, Mario Toledo de Moraes, Olavo Previatti, Paulo José da Silva, Romulo Teixeira Marinho, Ruy Brito de Oliveira Pedroza, Waldino Pedro dos Santos, Willian C. Doherty Junior. APESP, Deops, série dossiês, documento 50-J-0-2620.

⁶¹² *IADESIL Informativo*, n. 38-39, janeiro-fevereiro, p. 2. AEL, Coleção CPDS, periódicos, R/1378.

No mesmo ano, Orlando Malvezi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, assumia a presidência do ICT ao lado de Eros Antonio de Almeida, do sindicato dos bancários de São Paulo, nomeado vice-presidente. Alcides D. M. Chaves, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, assumiu o cargo de secretário-geral; outras posições foram ocupadas por Arnaldo Gonçalves, dos metalúrgicos de Santos; Jácomo Ordanches, do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis; Alcídio Boano, da categoria dos condutores de veículos e Benedito E. de Oliveira, do setor de construção e mobiliário, todos localizados na cidade de São Paulo.⁶¹³

Mudanças também ocorreram na ORIT. Em janeiro de 1974, ano em que George Meany completou 80 anos, foi realizado o VIII Congresso Continental da ORIT, na cidade de Cuernavaca, México. O encontro buscava recuperar a entidade, que passava por um forte período de crise. Foram eleitos novos membros, comprometidos em revitalizar a organização.⁶¹⁴ Porém, havia a opinião de que a entidade dificilmente conseguiria manter suas atividades. Para Ben Martin, membro da equipe de inteligência do Departamento de Estado, a entidade havia ficado à sombra do IADESIL. A maior parte do orçamento concedido pela USAID aos programas sindicais era destinada a essa última organização. Somente naquele ano, foram enviados cinco milhões ao Instituto, enquanto a ORIT havia recebido 200 mil dólares. No entanto, os motivos que levavam o órgão de financiamento estadunidense a investir mais no IADESIL não foram revelados.⁶¹⁵

Conflitos e alianças no movimento sindical paulista

Ao avaliarem as atitudes dos dirigentes considerados não comunistas em relação à presença norte-americana no campo sindical, a embaixada identificou dois grupos. Um que apoiava e reconhecia as contribuições dos Estados Unidos ao movimento sindical e outro que criticava a presença das organizações estrangeiras no país. Essa última visão era mais observada entre os trabalhadores e lideranças da cidade de São Paulo. Dois eventos ocorridos no ano de 1969 foram considerados significativos para

⁶¹³ Pesquisa realizada pelo DIEESE e difundida no *Jornal do Brasil* de 19 de outubro de 1972. APESP, Deops, série dossiês, documento 50-J-0-2706.

⁶¹⁴ “*Statements and reports adopted by the AFL-CIO Executive Council*”. Bal Harbour, Flórida, 18 a 25 de fevereiro de 1974. *Hoover Institution*, Coleção Jay Lovestone Papers, 1904-1989, box 20, folder 8.

⁶¹⁵ Entrevista de Ben Martin concedida a Robert Alexander em 30 de junho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander, série entrevistas, Box 10, folder 38-39.

analisar a atitude dos sindicalistas em relação aos Estados Unidos. No dia 29 de agosto, o ICT formou a sua 19ª turma, com apoio da USAID e do IADESIL, via Aliança para o Progresso. Entre os presentes na cerimônia de formatura, o apoio dos órgãos norte-americanos foi bastante reconhecido por um pequeno grupo de sindicalistas brasileiros, com destaque para as federações do Transporte, do Comércio e dos Telégrafos.

Porém, como foi observado, desde a segunda metade dos anos 1960 o papel dos Estados Unidos no movimento sindical brasileiro dividia opiniões entre os dirigentes os locais. É possível ter uma ideia do grau de rejeição ao sindicalismo norte-americano pelo discurso feito por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. Durante a cerimônia de sua reeleição para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que atraiu a presença de vários dirigentes de São Paulo, o antiamericanismo foi a tônica da fala.⁶¹⁶ Ele denunciou o “imperialismo norte-americano” e ainda acusou o país de interferir no desenvolvimento econômico do Brasil.⁶¹⁷

Embora saibamos da estreita relação de Joaquinzão com os empregadores e o Estado, bem como da sua capacidade camaleônica de mudar de ideia conforme os rumos políticos, características que lhe renderam o título de “o maior pelego do Brasil” na década 1980, não é possível afirmar que seu sentimento antiamericano fosse ilegítimo. Nota-se que os sindicalistas que ocuparam as diretorias no pós-1964 não necessariamente eram pró-americanistas, como pode ter sido o caso de Joaquinzão.

Contudo, é possível também que ele estivesse apenas fazendo um discurso a fim de ganhar a simpatia dos seus associados e, como um autêntico “pelego”, não desperdiçou a oportunidade de dizer aquilo que agradava os seus simpatizantes. Nesse sentido, pouco antes da decretação do AI-5, um jornal alternativo dos estudantes da USP já havia revelado o modo de agir do famoso “pelego”, considerado uma das revelações do golpe, pois não pertencia à chamada “velha guarda”. Joaquinzão era conhecido por ser habilidoso no trato com as pessoas, falante, bem instruído e frequentemente aparecia nos jornais ora para criticar o governo, ora para dizer que estava comprometido na formação de um forte movimento sindical.

⁶¹⁶ O jornal *O Estado de São Paulo* do dia 8 de julho de 1969, p. 3, não poupou elogios e parabenizou os líderes “democráticos” pela vitória eleitoral e, conseqüentemente, a derrota dos chamados “agitadores extremistas”.

⁶¹⁷ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 20 de outubro de 1969. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

Para o jornal, eram apenas palavras, como essas que ele proclamou no Primeiro de Maio de 1967: “não tem moleza. Se a política de arrocho salarial não muda, nós vamos brigar, continuaremos na oposição. Guerra é guerra”. Dias depois, Joaquinção teria recebido com honrarias o ministro Jarbas Passarinho e o governador do estado, Abreu Sodré, na sede do sindicato.⁶¹⁸ Todavia, o fato é que Joaquinção, ao longo de todo o regime militar, não manteve laços mais estreitos com os sindicalistas norte-americanos, não tendo ocupado nenhum cargo no ICT ou no IADESIL.⁶¹⁹

Diferente foi o caso de Argeu Egídio dos Santos, na época secretário-geral da CNTI.⁶²⁰ Em 1968, ele relevou a Robert Alexander, durante uma entrevista, que estava muito impressionado com o sindicalismo norte-americano. Tal observação ocorreu quando ele participou de um encontro na Rutgers University e travou contato com os dirigentes daquele país. Santos, ao comparar o sindicalismo brasileiro e norte-americano, observou que esse último não tinha de lidar com dificuldades às quais os latino-americanos estavam expostos, tais como desenvolvimento insuficiente, inflação, problemas com o governo etc.⁶²¹ Logo Santos foi convidado a ocupar um cargo na diretoria do ICT e tornou-se um novo aliado do sindicalismo norte-americano, embora Willian Doherty tivesse suspeita de que ele atuava sob a influência de comunistas.⁶²²

Diante das manifestações antiamericanistas, a embaixada temia que cada vez mais os trabalhadores passassem a identificar os Estados Unidos com o governo militar e com a repressão a que estavam submetidos. Além disso, os dirigentes das confederações haviam se tornado alvo direto da insatisfação de suas bases. Quando Médici assumiu a presidência da República, os analistas da embaixada americana tinham a impressão de que ele tomaria medidas menos repressivas em relação aos interesses dos trabalhadores.

No entanto, logo no primeiro encontro do ministro do Trabalho Julio Barata com as entidades sindicais de São Paulo, a expectativa por tempos melhores foram rapidamente diluídas. Esperava-se que o novo ministro sinalizasse com a abertura de um

⁶¹⁸ *Amanhã*, produzido por estudantes da USP, de 4 a 10 de maio de 1967, n. 6, p. 16. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

⁶¹⁹ O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo era filiado da FITIM, única entidade internacional com que Joaquim dos Santos Andrade alegou ter contato mais próximo.

⁶²⁰ Argeu Egydio dos Santos também era opositor de Olavo Previatti, presidente da mesma entidade, e vice-presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM).

⁶²¹ Entrevista com Argeu Egydio dos Santos realizada por Alexander em 11 de maio de 1968. AEL, Coleção Robert J. Alexander, série entrevistas (1947-1994), Box 5, folder 60, microfilme rolo 4.

⁶²² Ata de uma reunião entre os membros da AFL-CIO, entre eles Jay Lovestone, Andrew McLellan, Angel Vergu, Willian Doherty e Michael Boggs, de 7 de outubro de 1970. George Meany Memorial Archives, International Affairs Department, Country Files (1945-1971), folder 16/9, Brazil 1970.

diálogo com as lideranças, o que não ocorreu. Barata utilizou o tempo dedicado ao encontro para apresentar os seus pontos de vista e fazer recomendações aos dirigentes. A ausência de diálogo teria deixado muitos sindicalistas desapontados. Era um sinal de que o rígido controle do governo em relação à política salarial iria continuar. Para as entidades estrangeiras, as declarações de Barata também foram preocupantes. Ele advertiu os dirigentes de que não iria tolerar a “infiltração de ideologias estrangeiras nos sindicatos”. Embora ele tivesse se referido, sobretudo, às ideias comunistas, o recado também foi sentido pelos norte-americanos.⁶²³

O clima de tensão no meio sindical aumentou com o assassinato do sindicalista Salvador Tolezano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bancários de São Paulo, em 28 de janeiro de 1970. A versão policial, no mínimo suspeita, era de que Tolezano havia sido morto dentro de seu carro após sofrer um assalto na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, embora ele tivesse sido encontrado com todos os seus pertences. Sua morte tornava-se ainda mais suspeita pelos rumores de que ele tinha ligações com o PCB. O fato, conforme apuração da embaixada, provocou forte tensão entre os dirigentes sindicais.⁶²⁴ Nos jornais da grande imprensa, eles declararam que o motivo da morte de Tolezano teria sido por razões político-sindicais, provocada pelos “radicais” de esquerda.

Pouco antes de seu assassinato, Tolezano havia se reunido com outras lideranças, entre eles gráficos e têxteis de São Paulo. O objetivo era preparar um memorial a ser enviado para o governo. No entanto, Tolezano não foi considerado por seus pares um homem de atitudes radicais; diziam que ele “não era muito político ou não pensava propriamente em política, somente nos interesses da classe”.⁶²⁵ Pelos relatos dos dirigentes, não é possível saber se eles sentiam medo da repressão policial e, por isso, culpavam os militantes de esquerda, ou se realmente temiam ser atacados por organizações clandestinas de combate ao regime militar.

⁶²³ Durante uma reunião na DRT de São Paulo, os sindicalistas entregaram um memorando para o novo ministro do Trabalho, contendo uma lista de reivindicações. Barata indicou que não havia intenção do governo de reexaminar a política salarial, mas afirmou que tinha planos para expandir de modo indireto o poder de compra dos trabalhadores, ou seja, concedendo bolsas de estudos, aumento assistência médica e fundos de empréstimos para aquisição de casas populares. Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de janeiro de 1970. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

⁶²⁴ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 6 de fevereiro de 1970. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB, box 1781.

⁶²⁵ *O Estado de São Paulo*, 29 de janeiro de 1970, p. 23.

O memorial que estava sendo preparado por Tolezano pouco antes de sua morte não era uma prática incomum dos sindicalistas. Desde 1964, uma das formas encontradas pelos dirigentes sindicais para buscar o diálogo com as autoridades do trabalho era o envio de memoriais, um meio de mostrar publicamente as reivindicações dos trabalhadores. No 1º de Maio de 1970, o presidente Médici recebeu uma série de memoriais vindos de várias regiões do país. Segundo uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, as confederações nacionais estavam alheias ao movimento dos trabalhadores e não haviam sido consultadas oficialmente para a elaboração dos memoriais, sobretudo a CNTI, que declarou não apoiar o envio desses documentos.⁶²⁶ Nesse período, as lideranças dos sindicatos locais, pressionadas pelos protestos dos trabalhadores, criticavam a atuação do Ministério do Trabalho e reclamavam dos poucos benefícios sociais concedidos pelo governo, como serviços médicos, direito a pensão, a estabilidade no emprego e a sobrecarga da Justiça do Trabalho.

Entre os anos de 1971 e 1973, o movimento sindical buscava reagir ao autoritarismo e à falta de diálogo que marcou a gestão do ministro Julio Barata. Entre as questões mais reivindicadas pelos trabalhadores estava o aumento do salário mínimo. Em abril de 1972, os bancários do Rio de Janeiro e São Paulo tentavam se organizar para a realização de uma campanha nacional. Eles pediam 34% de reajuste, mas reconheceram que o governo provavelmente concederia 20%.⁶²⁷ Para o adido trabalhista, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Crédito (CONTEC), Rui Brito, era uma das lideranças mais importantes na defesa dos interesses dos trabalhadores. Brito era um típico sindicalista “democrático” da primeira geração de alunos do ICT. Ele havia atuado no movimento estudantil e era um simpatizante de Carlos Lacerda no final dos anos 1950. Após o golpe, foi nomeado presidente da CONTEC, com a função de afastar as lideranças comunistas antes presentes na entidade. A embaixada temia que o seu engajamento provocasse a retirada dele do movimento sindical. Havia rumores de que se ele continuasse a liderar a campanha pelo aumento do salário mínimo o governo o impediria de concluir o seu mandato como presidente da Confederação.⁶²⁸

⁶²⁶ *O Estado de São Paulo*, 24 de fevereiro de 1970, p. 6.

⁶²⁷ Conforme mostrou o estudo de Almeida, a evolução do salário mínimo é bastante desfavorável aos trabalhadores até da primeira década de 1970. ALMEIDA, op. cit., p. 27.

⁶²⁸ Telegrama do Consulado Americano de São Paulo ao Departamento de Estado, abril de 1972. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF).

De fato, tais boatos se mostraram verdadeiros e não tardou para que o Ministério do Trabalho discretamente interviesse na Confederação dos Trabalhadores Bancários em outubro de 1972, retirando Brito e o impedindo de concorrer nas próximas eleições sindicais. Para a embaixada americana, tal ato apenas fortaleceu a impressão de que o governo tinha o controle absoluto do movimento sindical. Realmente, a perseguição a um líder que havia sido um dos homens de confiança de Castello Branco era um sinal claro do avanço da repressão ao movimento sindical. Ao que tudo indica, Barata não teve maiores problemas em justificar a saída de Brito. Embora ele reconhecesse que não se tratava de um líder comunista ou corrupto, suas ideias sobre a política salarial e sindical não coincidiam com os propósitos do governo. O dirigente foi considerado muito agressivo e pouco colaborativo.

Brito também foi acusado de querer promover a criação de uma central sindical nos moldes da AFL-CIO. Mas, segundo a embaixada, o governo militar associava essa ideia com o comunismo e com o “período caótico de Goulart”. Ora taxado de pró-americanista, ora de comunista, Rui Brito – que teria sido anteriormente estigmatizado como “pelego” pelos esquerdistas – contou ter vivenciado uma ironia, pois após sua deposição, ele passou a ser cumprimentado pelos mesmos. Para Robert Alexander, a CNTC foi uma das poucas organizações sindicais (não comunistas) a fazer oposição ao governo Médici.⁶²⁹ Nesse sentido, percebe-se que as alianças e opiniões sobre o regime militar mudavam conforme aumentava o controle dos sindicatos e intensificava a repressão, colocando muitos desses nacionalistas, de raízes católicas, ao lado de comunistas.

A postura antissindical do ministro Julio Barata foi fortemente criticada pelo adido trabalhista James F. Shea, que se incomodou com as falsas declarações proferidas pela autoridade durante a Conferência Interamericana de ministros do Trabalho, realizada em Buenos Aires no mês de novembro de 1972. Barata teria apresentado um relatório entusiasmado sobre o suposto progresso que os trabalhadores brasileiros estavam fazendo em sua gestão, como resultado do “milagre econômico”. O ministro ainda anunciou que a construção da Transamazônica iria trazer grandes benefícios aos trabalhadores.⁶³⁰

⁶²⁹ ALEXANDER, Robert J. *A History of Organized Labor in Brazil*. Westport, CT/ Londres: Praeger, 2003, p.159. Entrevista com Ruy Brito de Oliveira Pedrosa, realizada pelo autor em 2 de junho de 1972.

⁶³⁰ Relatório semestral da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento de Estado, 9 de

Porém, os trabalhadores estavam dando sinais de que não aguentavam mais esperar o “bolo crescer”. Ao longo do segundo semestre de 1972, foi apurada a ocorrência de uma série de paralisações em São Paulo. As greves foram consideradas legais pela Justiça do Trabalho, que por sua vez entendeu que o empregador não havia cumprido as suas obrigações trabalhistas.⁶³¹ Aliás, apesar do rígido controle e de todas as dificuldades impostas pela lei de greve após o AI-5, a Justiça do Trabalho considerou legais as greves provocadas por atrasos de salários e outras reivindicações, que tinham os direitos previstos na CLT.

Em 1972, as atividades do IADESIL-ICT continuaram. Foram enviados 43 dirigentes ao Front Royal para o aprimoramento das lições sobre negociações coletivas e quatro cursos foram oferecidos pelo ICT em São Paulo, reunindo 101 sindicalistas de todo o país. Já os seminários locais atingiram o número de 168, com a participação total de 4.923 sindicalizados. No Nordeste, foram realizados 82 cursos voltados para os trabalhadores rurais, com a presença de 2.570 agricultores. Além dos alunos enviados ao Front Royal, mais 15 sindicalistas viajaram aos Estados Unidos com financiamento da USAID, dentro do programa de intercâmbio sindical. Entretanto, as relações entre a AFL-CIO e o governo Médici continuavam distantes.

Segundo a embaixada, algumas autoridades mostravam-se incomodadas com a política internacional da entidade e, mais especificamente, com a atuação de George Meany. Barata chegou a declarar que ele não entendia as especificidades do movimento sindical brasileiro. Parte das críticas à central sindical norte-americana estava relacionada com as declarações que muitos dirigentes norte-americanos estavam fazendo nesse período sobre o receio de perder postos de trabalho para os produtos fabricados no exterior. Os itens de exportação de produtos brasileiros que mais preocupavam os norte-americanos eram sapatos, tecidos e café solúvel. Os dirigentes metalúrgicos da UAW também se mostraram apreensivos com a possibilidade de a fábrica brasileira da Ford exportar motores para os Estados Unidos.⁶³²

Na visão dos observadores norte-americanos, compartilhada pela embaixada e AIFLD, nos primeiros anos da década de 1970 a política sindical estava longe das

abril de 1973. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF).

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² Ibidem.

prioridades do regime militar. Além disso, ainda que cientes da repressão que abatia os trabalhadores, aos olhos estrangeiros, a classe trabalhadora e seus dirigentes sindicais eram geralmente dóceis, despolitizados e aceitavam, sem esboçar reação, as decisões do Estado. Nesse sentido, os comentários do adido trabalhista norte-americano são bastante representativos:

Alguns sindicalistas parecem estar ansiosos em agradar o governo, mas as ações desses “pelegos” são vistas com suspeita pelos trabalhadores de base. Os programas do governo voltado para os trabalhadores são longos na promessa, curtos na atuação. Empresários, nacionais e estrangeiros, têm de lidar com o forte papel que o governo desempenha nas relações trabalhistas. A força de trabalho é, de modo geral, dócil, não militante e permite que o governo tome a maior parte das decisões por ela. Com exceção de poucos líderes que se equilibram na linha tênue entre a atividade legítima, como é permitida no Brasil, e uma atuação mais militante, comum nos outros países da América Latina. Não há outros com o desejo ou impulso para mudar a situação atual.⁶³³

Era certo que havia exceções – reconheceu o adido trabalhista – como os bancários e os metalúrgicos, mas a dificuldade em atuar na legalidade da estrutura sindical e ao mesmo tempo representar os interesses dos trabalhadores constituíam fatores que praticamente imobilizavam essas lideranças. A maioria deles, observou o adido, não tinha interesse em mudar a situação política do país. Entre eles, destacava-se o nome de Ary Campista, secretário-geral da CNTI e ministro do TST, conhecido por manobrar a estrutura sindical e travar alianças com dirigentes sindicais e autoridades políticas para se manter nos cargos mais cobiçados.⁶³⁴

A suposta “docilidade” estava relacionada com o endurecimento do regime, que impôs novos limites à resistência dos trabalhadores, como observou Fernando Lopes de Almeida, sendo o início da década de 1970 considerado o seu período mais duro.⁶³⁵ Essa conjuntura foi marcada por uma série de perseguições, prisões, torturas,

⁶³³ Relatório de John Ohmans, em 12 de janeiro de 1972. George Meany Archives, RG 18-010 International Affairs Department, Country Files 1969-1971, file 5/11, Brazil, 1972.

⁶³⁴ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento de Estado, 17 de janeiro de 1972. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF).

⁶³⁵ ALMEIDA, Fernando Lopes de, op. cit., p. 25.

desaparecimentos e mortes de opositores do regime, inclusive de trabalhadores. Um deles, como se sabe, foi Olavo Hansen, metalúrgico de São Paulo, integrante do Partido Operário Revolucionário (POR), que morreu de falência renal provocada pela ingestão de produto químico altamente tóxico após ter sido submetido às sessões de tortura, em maio de 1970.⁶³⁶

Não obstante, o próprio crescimento industrial, com a expansão do emprego nos setores mais modernos e em grandes fábricas, criou as condições para as novas formas de resistência que vieram a ocorrer na década de 1970. Como apontou Almeida, a partir de 1973 surgiram movimentos organizados pelas bases, especialmente na indústria automobilística localizada na região do ABC de São Paulo. Mesmo com a forte repressão, algumas greves foram realizadas sem o envolvimento dos sindicatos, como ocorreu na fábrica da Mercedes Benz, Volkswagen e Chrysler, em São Bernardo.⁶³⁷ No ano anterior, também foram registradas algumas greves consideradas “espontâneas” por aumentos de salários superiores aos determinados pela política salarial, ações consideradas de relativo sucesso entre os trabalhadores da construção naval, bancários, trabalhadores da fábrica General Motors, motoristas de ônibus de São Paulo. Além de melhores condições de trabalho, os trabalhadores reivindicavam um reajuste salarial fora da época oficial do dissídio coletivo. A lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974, estendeu a prática das antecipações salariais para todas as categorias.⁶³⁸ Pediam também pagamento de horas extras, utilizando como pressão a diminuição do ritmo de trabalho, chamada de “operações-tartaruga”, a exemplo do que ocorreu na Aço Villares, localizada na cidade de São Caetano, grande São Paulo.⁶³⁹

⁶³⁶ Hansen participava dos protestos do Primeiro de Maio de 1970 no estádio Maria Zélia distribuindo manifestos da IV Internacional. No evento, foram presas 18 pessoas, em sua maioria ligadas ao POR, e levadas à Operação Bandeirante, um centro de informações e investigações montado pelo Exército. As prisões foram denunciadas pelos sindicalistas de São Paulo ao presidente Médici, que prometeu tomar providências. A morte de Hansen provocou vários protestos e indignação entre os trabalhadores, canalizados pelos sindicatos dos bancários, metalúrgicos e químicos. Para uma análise da morte de Olavo Hansen, ver PEREIRA NETO, Murilo Leal. “Sidney, Olavo e Jeremias”, in: SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2009, vol.1.

⁶³⁷ Sobre a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ver BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário. A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980)*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.

⁶³⁸ ALMEIDA, Fernando Lopes de, op. cit., p. 32.

⁶³⁹ Os operários, a fim de reivindicar um reajuste salarial no valor de 10%, interrompiam o trabalho por 20 ou 30 minutos. Ações semelhantes foram realizadas em outras fábricas automobilísticas de São Bernardo do Campo. *O Estado de São Paulo*, 15 de novembro de 1973, p. 24. Ver também NEGRO, Antonio Luigi. “Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística”, in: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/ Educ/

No entanto, o número de greves diminuiu drasticamente se comparado ao período de Castello Branco. Em 1965, foram contabilizadas 302; em 1970, 12 e nos anos seguintes, nenhuma.⁶⁴⁰ Kenneth Erickson questionou a identificação dos modos de reação dos trabalhadores a uma situação tão opressiva. Segundo o autor, além dos treinamentos do IADESIL, o governo Médici investia em treinamento de lideranças sindicais, como fizeram também os governos militares antecessores. Entre os anos de 1972 e 1974, cerca de 2.600 funcionários sindicais passaram por esse programa oferecido pelo Estado, formando um quadro de organizadores antirradicais que ocupavam muitos sindicatos. E para os poucos radicais que escaparam da polícia, dos militares ou do Ministério do Trabalho, acrescentou Erickson, “sobrou pouca oportunidade de ação militante”.⁶⁴¹

Além da atmosfera repressiva vivenciada pelos trabalhadores, as ameaças constantes de intervenção e as demandas burocráticas dos sindicatos colocavam as poucas lideranças mais sensíveis aos problemas dos trabalhadores, que ainda conseguiam permanecer nas entidades, numa situação não muito diferente dos “pelegos”, conforme avaliou um estudo feito com sindicatos da Grande São Paulo citado por Erickson (e não identificado em nota). Como se sabe, as prisões periódicas e interrogatórios, assim como as ameaças veladas de tortura, intimidavam muitos dirigentes. Entre os trabalhadores, principalmente aqueles que participavam ativamente das greves dentro e fora das fábricas ou de qualquer movimento reivindicatório, a repressão se dava de muitas maneiras. Um simples fichamento na polícia poderia lhes custar o emprego e seus nomes serem registrados nas famosas “listas negras” que circulavam entre as empresas e o Deops, fazendo da reação à ditadura e à exploração do trabalho um ato meticulosamente calculado.⁶⁴²

Durante o governo Médici as relações entre governo e a classe trabalhadora deterioraram-se profundamente, e se exacerbou o descontentamento no meio sindical com a política trabalhista era geral. Nesse período, vários líderes que haviam ajudado a consolidar o regime na década de 1960 foram afastados do movimento sindical. Segundo Robert J. Alexander, o único sindicalista que expressou uma opinião favorável

Unitrabalho, 1999, p. 26.

⁶⁴⁰ ALEXANDER, Robert J. *A History of Organized Labor in Brazil*, op. cit., p. 157.

⁶⁴¹ ERICKSON, Kenneth. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 220.

⁶⁴² Idem, op. cit., p. 220.

ao governo Médici foi Ary Campista, que a essa altura já contabilizava mais de uma década na direção da CNTI. O sindicalista declarou que, embora a situação dos trabalhadores ainda não tivesse melhorado, eles tinham motivo para ter esperança, pois a economia brasileira crescia rapidamente, justamente devido à estabilidade política proporcionada pelo regime.⁶⁴³

No entanto, a maioria dos líderes sindicais, mesmo aqueles mais simpáticos aos militares, considerava a gestão do ministro do Trabalho Júlio Barata muito ruim para os trabalhadores, um homem extremamente hostil aos sindicatos, cercado por tecnocratas, sem nenhum contato com o movimento sindical.⁶⁴⁴ Barata também não era simpático à presença de qualquer entidade estrangeira no Brasil, incluindo o IADESIL, tendo ameaçado fechar a entidade várias vezes. Numa conversa entre os diretores do Instituto e funcionários da embaixada americana, o receio de que qualquer erro por parte dos norte-americanos provocasse um motivo para o governo romper relações com o sindicalismo norte-americano era constante. Para eles, era preciso lidar com a ideia de que a atitude do governo em relação ao IADESIL era de mera tolerância e qualquer esforço deveria ser feito para evitar a ocorrência de oposição ao programa sindical.⁶⁴⁵

Entretanto, Manfredi chamou a atenção para o fato de que o ICT, com o acirramento da repressão ao movimento sindical (1968-1974), desempenhou um papel importante oferecendo um “espaço de atuação para professores e alunos que nem sempre comungaram com a mesma perspectiva de sindicalismo”. De acordo com a autora, isso ocorreu devido à falta de espaços de atuação no interior dos sindicatos e também pelo fato de o ICT ter assumido uma postura crítica em relação à política salarial do regime militar. Em um depoimento do diretor-presidente do ICT, nome não identificado, coletado pela autora no ano de 1982, essa observação fica evidente:

Nos tempos mais difíceis, o ICT provavelmente era a única luz no escuro; enquanto ninguém se atrevia a nada e nós dávamos os nossos cursos falando de liberdade sindical e democracia (...), depois, sempre tivemos um posicionamento contrário ao FGTS e contra a Lei de Greve. Então, era evidente que o ICT não

⁶⁴³ ALEXANDER, Robert J. *A History of Organized Labor in Brazil*, op. cit., p. 157.

⁶⁴⁴ Entrevista realizada pelo autor com Hécio Maguenzani, diretor do ICT, feita por Robert Alexander em 30 de julho de 1975, reproduzida no livro *A History of Organized Labor in Brazil*, op. cit., p. 156.

⁶⁴⁵ Telegrama Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, 8 de maio de 1973. *National Archives II*, RG 59, Lab-6, documento liberado em 30 de junho de 2005, referência 73 STATE 85089.

estava de acordo com a filosofia do governo de um sindicalismo administrativo. Tanto é que, na gestão do ministro Julio Barata, o governo tentou torpedear o ICT criando cursos de administradores sindicais, feitos em Brasília e Rio.⁶⁴⁶

Embora a fala registrada seja de um diretor do ICT, é possível que a entidade tenha de fato se tornado um dos poucos espaços possíveis para a discussão do tema sindicalismo, que a partir do final dos anos 1960, aparecia cada vez menos nos noticiários e nos discursos públicos. Na primeira metade da década de 1970, os dirigentes ainda pensavam em recorrer ao IADESIL para obtenção de suporte financeiro, como ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores Químicos de São Paulo. Em dezembro de 1974, buscando apoio para a construção da nova sede e sem conseguir auxílio do Ministério do Trabalho, o presidente da organização, durante uma assembleia ordinária, sugeriu recorrer ao IADESIL, momento em que ele explicou aos associados sobre o funcionamento da entidade estrangeira e a ajuda que ela vinha concedendo a outros sindicatos, não apenas na construção de sedes, “mas também para a compra de equipos dentários, gabinetes médicos e também no plano cultural, proporcionando cursos de todos os níveis para os trabalhadores sindicalizados”.⁶⁴⁷

Nos anos de 1973 e 1974, o tão propagandeado “milagre” começou a dar sinais de crise, dando início a uma nova fase de transição na política econômica do regime. No entanto, naquele período, o governo Médici não chegou a adotar medidas abertamente recessivas, com o PIB apresentando números inconstantes e a taxa de produtividade em elevação. Sob o aspecto da política salarial, Fernando Lopes Almeida observou que em 1974 ocorreram modificações na aplicação dos reajustes. A partir desse ano, com a nova política trabalhista do governo Geisel, houve pequena melhora no valor do salário mínimo, mas ainda insuficiente para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores.⁶⁴⁸

Conflito de interesses e “amigos chegados”

Na década de 1970, as atividades do IADESIL voltadas para a educação sindical continuaram a ser oferecidas em todo o país. Em julho de 1972, a polícia política de São

⁶⁴⁶ Depoimento do diretor-presidente do ICT concedido à Silvia Manfredi, em setembro de 1982. MANFREDI, Silvia, op. cit., p. 196.

⁶⁴⁷ Ata da assembleia geral do dia 6 de dezembro de 1974. Centro de Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, livro de atas de assembleias gerais, de agosto de 1970 a setembro de 1980, caixa 35.

⁶⁴⁸ ALMEIDA, Fernando Lopes, op. cit., p. 27.

Paulo registrou a trigésima edição do curso oferecido pelo ICT, que reuniu 28 sindicalistas, representantes de 14 categorias profissionais de 14 Estados.⁶⁴⁹ A maioria desses cursos era previamente comunicada ao Deops pelo próprio ICT, conforme mostraram os relatórios policiais dos anos de 1972 a 1977. Entretanto, naquele mesmo ano, a entidade norte-americana chamou a atenção da polícia política por conta de sua relação com empresários estrangeiros.

Segundo o relatório investigativo, havia a desconfiança de que a entidade fosse “uma espécie de ponta de lança à procura de bons negócios para investimentos da AFL-CIO e amigos chegados”. A suspeita estava fundamentada, sobretudo, na quantidade de membros estrangeiros presentes na direção da entidade, fato que por si só parecia estranho aos policiais.⁶⁵⁰ Entre os “amigos chegados”, o investigador citou apenas um, Louis Berger, empresário que seria bastante ligado a George Meany, com negócios estabelecidos na cidade de Orange, Nova Jersey, Estados Unidos. Segundo o relatório, Berger era encarregado de representar em vários países os projetos de interesse da organização norte-americana. Sua empresa teria sido expulsa do México, acusada de envolvimento em casos de corrupção na construção de 3.100 unidades residenciais localizadas na cidade do México.⁶⁵¹ Em São Paulo, Berger tinha contato com o deputado da Arena e empresário Roberto Gebara, ex-secretário do Trabalho durante o governo Adhemar de Barros, que nos anos subsequentes ao golpe era considerado muito próximo do sindicalismo norte-americano.⁶⁵²

Gebara era uma figura facilmente encontrada nos jornais dos anos 1970. Coincidentemente ou não, ele foi destaque na imprensa justamente no ano em que o Deops citou seu nome como um dos intermediadores do empresário norte-americano. No entanto, nos jornais ele apareceu para defender os interesses do empresariado nacional. Na matéria publicada em *O Estado de São Paulo* do dia 2 fevereiro de 1972, Gebara, ao contrário do que se dizia, não se mostrou simpático aos interesses

⁶⁴⁹ “Relação de participantes do XXX Curso Básico de Educação Sindical do ICT, em 31 de julho de 1972”. APESP, Deops, série dossiês, documento 50-J-0-2700.

⁶⁵⁰ “Relatório sobre o Iadesil, 4 de agosto de 1972”. APESP, Deops, série dossiês, documento 52-Z-0-5861.

⁶⁵¹ Berger, na época, também era conhecido no meio sindical, tendo sido citado por Sandra Cavalcanti no caso do projeto habitacional coordenado por ela no BNH em 1965. Ver capítulo III, pp. 157-60. Atualmente, Louis Berger Group apresenta-se como uma empresa de consultoria de projetos na área de engenharia, arquitetura, construção, entre outros serviços, com 60 anos de atividades. Tem parcerias com os governos federal, estaduais e agências municipais dos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.louisberger.com/Who-We-Are>, acessado em fevereiro de 2013.

⁶⁵² Documento 50-J-0-2009, acervo Deops, APESP.

estadunidenses. O deputado denunciava os esforços dos países chamados de “Primeiro Mundo” para “impedir a expansão das nações em desenvolvimento”. Sua preocupação devia-se ao fato de que a participação dos produtos brasileiros no comércio internacional estava decrescendo, inclusive no tocante ao fornecimento de produtos primários. O empresário criticou as regras do comércio internacional que estariam impedindo o acesso dos produtos brasileiros aos mercados externos. Como exemplo, citou as declarações de um dirigente da AFL-CIO, que alertava a opinião pública norte-americana para os males do “ingresso indiscriminado nos Estados Unidos de produtos feitos em países onde os salários são mais baixos”. Tal fato, asseverou o empresário, poderia provocar não apenas a redução dos salários, mas, sobretudo, diminuir a contratação da mão de obra norte-americana. Gebara, na defesa dos interesses de sua classe, pedia medidas defensivas e o repúdio do governo brasileiro às iniciativas externas que, segundo ele, restringiam, dificultavam e ameaçavam “a legítima e indispensável expansão comercial do país”.⁶⁵³

Nesse período, os apelos de solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo ganharam força na AFL-CIO. Em defesa do mercado de trabalho norte-americano, a central passou a enfatizar a necessidade de estreitar a relação com os sindicatos latino-americanos, a fim de garantir nas empresas multinacionais os mesmos níveis salariais para todos os trabalhadores. O objetivo era evitar que a transferência de fábricas dos Estados Unidos para os países em desenvolvimento provocassem o aumento do índice de desemprego no país, a exemplo do que estava acontecendo na Ford, que passaria a fabricar motores na unidade de Taubaté, interior de São Paulo, a partir de 1974. Segundo as declarações do dirigente Meyer Bernstein, do Sindicato dos Operários Siderúrgicos dos Estados Unidos, vinculado à AFL-CIO, a cooperação entre os órgãos de classe adquiria um duplo sentido: “de um lado contribuirá para manter em alto nível os salários e a oferta de emprego nos Estados Unidos e, do outro, permitirá a melhora da situação dos operários latino-americanos, que recebem remunerações sensivelmente menores para realizar o mesmo trabalho”.⁶⁵⁴

As críticas de Gebara indicam um movimento no meio empresarial que mais tarde iria tomar força no governo Geisel (1974-1979). Segundo Sebastião Velasco Cruz, logo no início de sua gestão os empresários começaram a dar sinais de que o pacto deles

⁶⁵³ *O Estado de São Paulo*, 2 de fevereiro de 1972, p. 27.

⁶⁵⁴ *O Estado de São Paulo*, 5 de outubro de 1972, p. 1.

com o governo estava fortemente ameaçado. Em princípio, as insatisfações limitavam-se aos conflitos localizados. Na sequência, uma campanha contra a estatização cresceu no meio empresarial, levando-os a representar uma oposição de fato. Muitos deles passaram a fazer denúncias contra o autoritarismo, “incorporando-se ao grupo crescente dos que reivindicavam o Estado de Direito e o restabelecimento das franquias democráticas”.⁶⁵⁵

É provável que os empresários nacionais tenham passado de aliados ou simpáticos à atuação do IADESIL no Brasil para a posição de críticos, quando viram seus interesses ameaçados pelas grandes corporações norte-americanas e um Estado que pouco fazia pela sua classe. Aliás, no início dos anos 1970, o IPES, organização composta em sua maioria por empresários nacionais, que tanto havia contribuído para a consolidação do governo civil-militar e cooperado com o empresariado estrangeiro (sobretudo o norte-americano) praticamente não mais existia. A diluição do IPES é um forte indício de que aquele projeto de desenvolvimento gestado no período de Castello Branco, a ser conduzido pelos empresários nacionais, havia ficado para trás.⁶⁵⁶ Como apontou Moniz Bandeira, ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, pequenas e médias empresas, em sua maioria nacionais, faliram; “as corporações norte-americanas se aproveitaram para dilatar seu poderio, não só à custa de negócios brasileiros, como também de empreendimentos de outra origem”. Segundo o autor, entre os anos de 1971 a 1973, cerca de 40 empresas nacionais passaram para o controle de corporações internacionais. Alguns empresários brasileiros começaram a reclamar, alegando que não se tratava de fusões, mas de absorção das empresas nacionais por estrangeiras.⁶⁵⁷

Nesse sentido, mesmo diante da dificuldade em encontrar fontes contendo informações que esclareçam as relações entre IADESIL, empresários nacionais e norte-americanos, muitos pesquisadores, ao longo dos anos 1960 e 1970, denunciaram os interesses da entidade para além da implantação do “sindicalismo livre” e da luta anticomunista na América Latina.⁶⁵⁸ Para Pablo Tozzi, por exemplo, o verdadeiro

⁶⁵⁵ Cruz investiga as relações entre mobilização empresarial e a liberalização política travada no governo Geisel. CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/ Fapesp, 1995.

⁶⁵⁶ Ver capítulo II.

⁶⁵⁷ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 109.

⁶⁵⁸ Ver SPALDING, Hobart A. “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”.

objetivo da entidade na Argentina era eliminar a hostilidade dos trabalhadores em relação às corporações norte-americanas. De modo semelhante ao que ocorreu no Brasil, o IADESIL praticamente encerrou o seu programa na Argentina no ano de 1974, retornando após o golpe militar dois anos depois. No entanto, a extensa rede de contatos com pessoas influentes possibilitou sua atuação.⁶⁵⁹ A participação dessas grandes companhias no IADESIL e o apoio da entidade aos regimes autoritários contribuíram para a formação de uma imagem negativa e obscura da entidade em toda a América Latina. Imagem que crescia à medida que a AFL-CIO apoiava abertamente os golpes militares na região. No Chile, por exemplo, o IADESIL, entre os anos 1970 a 1973, com apoio da CIA e de companhias norte-americanas como a *ITT Corporation*, ajudou o sindicato dos caminhoneiros a fazer oposição a Salvador Allende.⁶⁶⁰

O intrincado jogo de alianças entre sindicalistas norte-americanos e brasileiros no governo Geisel

Conforme observou Alexander, a atitude do governo em relação às demandas dos trabalhadores apresentou mudanças significativas apenas na administração de Geisel, quando Arnaldo da Costa Prieto, um democrata cristão, assumiu a pasta do Trabalho. Na sua gestão, foram iniciadas medidas de flexibilização da política salarial, reabrindo o diálogo com as lideranças sindicais. Para Vizentini, a intensificação das contradições internas ligadas ao próprio exercício do poder autoritário – sobretudo a questão da unidade militar e a crise econômica decorrente em grande parte de razões externas provocadas pela crise mundial do petróleo – afetou a legitimidade do governo. Tal conjuntura, marcada pelas denúncias internacionais de desrespeito aos direitos humanos e pela falta de sustentação do regime na sociedade civil, levou Geisel ao poder, que acreditava na necessidade de liberalização do regime.⁶⁶¹ Nos anos 1975 e 1977, as manifestações dos trabalhadores se ampliaram, sobretudo durante as campanhas salariais, aumentando também a pauta de reivindicações de cada categoria. Conforme observou Gelsom Rozentino de Almeida,

Latin American Perspectives, vol. 3, nº. 1, Winter, 1976, pp.45-69; HIRSCH, Fred. “An Analysis of the AFL-CIO Role in Latin America, or Under the Covers with the CIA”. San Jose, CA: n.ed., 1974; RADOSH, Ronald. *American Labor and U.S. Foreign Policy*. Nova York: Random House, 1969.

⁶⁵⁹ POZZI, Pablo. “El Sindicalismo Norteamericano en América Latina y en la Argentina: El AIFLD entre 1961-1976”. *Herramienta Review*, n.10, July, 1999.

⁶⁶⁰ SUSSMAN, Michael J. *AIFLD, U.S. Trojan Horse in Latin America and the Caribbean: A Joint Venture of the AFL-CIO, Dept. of State, U.S. Corporations, and the CIA: History of the American Institute for Free Labor Development*. Washington, DC: Épica, 1983, p. 4.

⁶⁶¹ VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 147.

Tal crescimento do movimento operário teve reflexo na relação entre a organização na fábrica e a direção sindical, que foi crescentemente impulsionada a retomar as lutas de seus associados, para além da constituição de oposições sindicais largamente representativas, disputando o espaço com as representações “pelegas” do período ditatorial.⁶⁶²

Período em que o IADESIL continuou presente nessas regiões, porém, com um discurso muito mais modesto. Em maio de 1975, Mike Boggs, diretor adjunto do Departamento de Relações Internacionais da AFL-CIO, durante sua visita ao Brasil, participou de um debate com o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. O evento foi posteriormente narrado por um funcionário do IADESIL. Segundo ele, Prieto disse que apoiava a presença da entidade no Brasil, mas fez questão de dizer aquilo que as autoridades brasileiras desde o governo Costa e Silva já haviam concluído: “o que é bom para os Estados Unidos não é necessariamente bom para o Brasil e vice e versa”.⁶⁶³

Naquele mesmo ano, o jogo de alianças entre sindicalistas norte-americanos e brasileiros voltou a mudar. Campista, depois de ter rompido e feito campanha pública contra o sindicalismo norte-americano, mudou de posição e refez aliança com a AFL-CIO, passando a ocupar um cargo na diretoria do ICT. Em 1974, foi eleito mais uma vez presidente da CNTI, provavelmente com apoio de Golbery, padrinho do seu casamento realizado 30 anos antes. Nesse período, Campista travou contato com Ramos, diretor do IADESIL, e com a embaixada americana.⁶⁶⁴

O presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Egydio dos Santos, intensificou o contato com o IADESIL nesse mesmo período. Américo Ramos, diretor da entidade, realizou visitas em alguns sindicatos locais da categoria, como Campinas e São Paulo, e discutiu o programa da entidade com Santos. O ICT realizou cursos de orientação sindical para 29 metalúrgicos do sindicato de Santos. O responsável pela aproximação da categoria com o IADESIL foi Argeu Egydio dos Santos, que recebeu financiamento para fazer um curso intensivo sobre sindicalismo em Washington e participou de um encontro da Federação Internacional dos Metalúrgicos

⁶⁶² ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 105.

⁶⁶³ Memorandum para George Phillips escrito por Angel Verdu. George Meany Archives, RG-038, Office of the President, folder 68/25, Brazil (1961-1975 & 1979).

⁶⁶⁴ Telegrama Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, de 5 de abril de 1974. NARA II, documento desclassificado em 30 de junho de 2005, referência número 1974 RIODE01250, número do filme D740078-0575.

(IMF) no Japão. As atividades do IADESIL com os metalúrgicos foram iniciadas no momento em que o governo passou a reprimir os “subversivos” na região de São Paulo, muitos deles ligados ao MDB, incluindo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Manoel Constantino, e outros membros da entidade.⁶⁶⁵

Os norte-americanos acompanharam atentamente a ação orquestrada pelos órgãos de repressão para aniquilar o PCB, tido como o último foco da esquerda de resistência à ditadura. Frei Chico, irmão de Lula, assumiu a diretoria do sindicato como vice-presidente, mas foi preso poucos dias depois de tomar posse. Na sequência, foram presos Manoel Constantino, que havia vencido a chapa de oposição articulada pela AP, e Pedro Daniel, ex-diretor do Sindicato de Construção Civil de São Caetano. Em São Paulo, o alvo foi Vladimir Herzog, torturado e morto na prisão. Manoel Constantino, embora não fosse ligado ao PCB, permaneceu 18 dias no Deops.⁶⁶⁶

Argeu dos Santos, em conversa com a embaixada, informou também que o presidente e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves e Moacir de Oliveira, respectivamente, haviam sido chamados para prestar esclarecimentos no Deops. Golçaves foi considerado simpático aos norte-americanos e bastante cooperativo com o adido trabalhista. Aos funcionários de Washington, Argeu dos Santos contou que, embora Manoel Constantino não fosse um comunista, seu sindicato poderia sofrer influência dos movimentos de esquerda localizados na região do ABC, correndo o risco de Constantino agir como “um inocente útil”. Também comentou achar estranho o fato de o dirigente, que ele considerava ter claramente talento limitado para o exercício da liderança, ter permanecido no cargo ao longo de seis anos. Porém, o próprio adido relevou as palavras de Santos, lembrando que os sindicatos dos metalúrgicos do ABC faziam oposição à Federação da qual ele era o presidente. As prisões provocaram uma onda de tensão entre os dirigentes, fazendo com que muitos deles interrompessem suas atividades por um tempo.⁶⁶⁷

⁶⁶⁵ Telegrama Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, de 29 de outubro de 1975. NARA II, documento desclassificado em 06 de julho de 2006, referência número 75 RIO DE JANEIRO A-18, número do filme D750375-0361.

⁶⁶⁶ CEDI. *História dos metalúrgicos de São Caetano*. Contribuição ao debate 2, Programa “Memória e acompanhamento do movimento operário no ABC”. São Paulo: s.ed., [1987], p. 44.

⁶⁶⁷ Telegrama Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, de 05 de novembro de 1975. *National Archives II*, documento desclassificado em 06 de julho de 2006, referência número 75 SAO PAULO 2275, número do filme D750384-0933.

Esse episódio é bastante representativo de como as relações entre os sindicalistas brasileiros e norte-americanos ocorriam numa via de mão dupla, desconstruindo a ideia do manipulador e do manipulado, sendo a conversa de Santos com o adido um bom exemplo de como os dirigentes locais também utilizavam os estrangeiros para os seus próprios interesses. Ademais, percebe-se que, em tempos de chumbo, quando a tortura, perseguições e desaparecimentos eram uma prática institucionalizada, recorrer à embaixada americana para confidenciar o que estava acontecendo no movimento sindical poderia ser uma estratégia valiosa contra a repressão.

Nesse sentido, as análises de Angela Vergara contribuem para reforçar essa interpretação. Com foco nas relações entre as lideranças da AFL e CIO e os dirigentes chilenos na década de 1950, por meio das atividades da ORIT e IADESIL, a autora chamou a atenção para a complexidade dessas alianças, conflitos e negociações. Em sua análise, Vergara buscou compreender quais eram as motivações dos sindicalistas chilenos para se associarem à ORIT e demais entidades estrangeiras, fugindo das tradicionais leituras sobre o “imperialismo” e a cooptação dos sindicalistas norte-americanos na América Latina.⁶⁶⁸

Ainda no ano de 1975, Angel Verdu e os outros funcionários do IADESIL no Brasil foram informados do fechamento dos escritórios da entidade no Rio de Janeiro. Verdu declarou-se surpreso com a notícia, uma vez que ele não achava haver motivos para o encerramento das atividades. Em seu relatório, ele argumentou que desde a instalação do Instituto em 1963, mais de mil brasileiros sindicalistas haviam realizado os cursos no ICT de São Paulo e cerca de trinta mil participaram dos seminários regionais, além dos 279 sindicalistas graduados no curso realizado no Front Royal Institute entre os anos de 1963 e 1974. Verdu também destacou os 225 projetos financiados pela Aliança para o Progresso, totalizando o valor de 575 mil dólares. Segundo ele, 75% dos alunos formados pelo IADESIL, com idade entre 20 e 35 anos, estavam ativos no movimento sindical, o que representava um bom prognóstico para a implantação do “sindicalismo livre” a ser realizado pelas futuras lideranças sindicais.⁶⁶⁹ Porém, talvez a resposta para a crise enfrentada pelo IADESIL estivesse nos próprios

⁶⁶⁸ VERGARA, Angela. “Alianzas y encuentros internacionales: Sindicalismo, internacionalismo e intervencionismo durante la Guerra Fría en Chile”. Paper apresentado no Seminário Internacional Mundos do Trabalho, Rio de Janeiro, 27 a 30 de novembro de 2012.

⁶⁶⁹ Memorando para George Phillips escrito por Angel Verdu, de 9 de junho de 1975. George Meany Archives, RG 038, Office of the President, folder 68/25 – Brazil (1961-1975&1979).

dados levantados por Verdu, uma vez que as ações da entidade norte-americana claramente incomodavam o regime militar.

Solidariedade x independência política: a política internacional da AFL-CIO em cheque

No final da década de 1960, a política internacional da AFL-CIO dava sinais de crise, não sendo poucos os conflitos travados com o governo Nixon (1969-1974) e os problemas internos da própria entidade. Com dificuldades para apoiar um candidato à altura do presidente Lyndon Johnson, que havia sido possivelmente o maior parceiro da central sindical norte-americana, George Meany, a fim de dar continuidade ao seu projeto de combate global ao comunismo, travou uma aliança um tanto frágil, mas não menos benéfica e tumultuada com o governo Nixon, do Partido Republicano. Historicamente, a AFL e a CIO, desde sua fusão em 1955, apoiavam o Partido Democrata. Naquele período, havia ficado evidente que as ideias e o conceito de política externa desenvolvida pelas principais lideranças da central norte-americana, George Meany e Jay Lovestone, não mais se sustentavam. Esses e seus seguidores sofriam as consequências de sua cruzada anticomunista e não escondiam o seu descontentamento com a política exterior desenvolvida no governo Nixon. Eram abertamente contra a abertura de diálogo com a URSS e demais países comunistas, assim como a decisão de retirada das tropas do Vietnã.⁶⁷⁰

Nesse contexto, ficava cada vez mais difícil esconder as incoerências da política internacional sindical da grande central, fortemente marcada por seu anticomunismo irascível. Nos anos 1970, suas contradições tornaram-se cada vez mais explícitas. Afinal, como conjugar o discurso de solidariedade entre os trabalhadores, do sindicalismo livre e da independência política com as ações que levaram a AFL-CIO a apoiar a deposição de presidentes eleitos democraticamente e a compactuar com ditaduras em todo o mundo?

Lovestone, responsável pelo departamento de assuntos internacionais da AFL-CIO, não escondia que enfrentava dificuldades na condução do programa sindical na América Latina, assim como na África e Ásia. Além disso, a segunda liderança abaixo de Meany afirmou ainda sentir a ausência de Serafino Romualdi, morto em 1967, tido

⁶⁷⁰ WEHRLE, Edmund F. *Between a River and a Mountain. The AFL-CIO and the Vietnam War*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

como o maior interlocutor entre os sindicatos latino-americanos e estadunidenses.⁶⁷¹ Lovestone e Meany, tidos como responsáveis pelas operações do IADESIL, passaram a ser alvo de fortes críticas que se intensificaram a partir da segunda metade da década de 1970 por uma série de fatores internos e externos.

A crise fez com que muitos funcionários do IADESIL e da USAID refletissem sobre suas atividades, bem como os rumos a serem tomados diante dessa nova fase do movimento sindical nacional e estrangeiro. Willian Doherty, diretor do IADESIL, em uma entrevista concedida a Robert Alexander, reclamou que os empregadores contribuía pouco com o Instituto.⁶⁷² Funcionários do Departamento de Estado e da USAID também reconheciam que o IADESIL enfrentava problemas na América Latina. Como afirmou Herman Kleine, diretor do escritório de América Latina da USAID, a situação na região havia mudado, era o momento de avaliar a pertinência da continuidade dos investimentos nesses programas.⁶⁷³

De acordo com Dale Good, consultor sindical do secretário do Estado, e também diretor da USAID, um dos fatores que havia provocado o declínio das atividades do IADESIL era a própria desconsideração do governo dos Estados Unidos em relação à questão sindical na América Latina. Além disso, havia outros problemas como a aposentadoria e morte de adidos trabalhistas, que não foram substituídos devido à alegação de que as embaixadas estavam com excesso de funcionários. Good citou ainda o programa idealizado por Kissinger chamado Global Outlook Program (GLOP), que tinha o objetivo de redefinir as missões diplomáticas para o melhor aproveitamento dos funcionários. Com isso, muitos adidos que operavam na América Latina tiveram que ser transferidos para outras áreas. Ele reconheceu que alguns escritórios regionais tinham seus próprios feudos.⁶⁷⁴

Outro fator foi o encerramento do Labor Advisory Committee, criado para estreitar as relações entre os membros da AFL-CIO, a USAID e o Departamento do

⁶⁷¹ Entrevista de Jay Lovestone para Robert Alexander, 29 de outubro de 1971. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

⁶⁷² Robert Alexander e Henry Hammond estavam fazendo um estudo sobre os programas sindicais financiados pela USAID. Entrevista de Willian Doherty para Robert Alexander, 25 de junho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

⁶⁷³ Entrevista de Herman Kleine para Robert Alexander, 30 de junho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

⁶⁷⁴ Entrevista de Dale Good para Robert Alexander, 25 de junho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

Estado, com quem Meany costumava ter encontros regulares. Com as emendas feitas em 1974 no Ato de Liberdade de Informação (Freedom of Information Act - FOIA), depois do escândalo de *Watergate*, esses encontros praticamente ficaram suspensos – fato que Good considerava ser muito ruim, pois seriam nessas reuniões que a AFL-CIO pressionava os órgãos estadunidenses a colocar o sindicalismo na agenda política internacional. Além disso, o livro publicado por Philip Agee, intitulado “Por dentro da Companhia: diário da CIA”, havia causado um forte impacto não apenas no sindicalismo norte-americano, mas também no governo dos Estados Unidos, provocando ainda forte repercussão internacional. Muitos funcionários do IADESIL e da AFL-CIO evitavam falar do assunto.

Em seu livro, Agee destacou a importância de se empregar agentes nos diferentes Secretariados Profissionais Internacionais (ITS), organizações parceiras do IADESIL. O autor contou ter assistido a uma palestra ministrada por Lloyd Haskins, secretário-executivo da IFPCW, agente da CIA e um dos principais envolvidos nas acusações de corrupção sindical no Brasil. Em sua exposição foi enfatizada a importância dessas organizações no desenvolvimento dos sindicatos nos países “subdesenvolvidos”. De acordo com o que lhe foi ensinado, a ideia era de que as associações de trabalhadores se concentrassem apenas nos assuntos econômicos, deixando de lado as ideologias das lutas de classes. Segundo Agee,

As operações da CIA são de importância crucial para o crescimento econômico e a estabilidade política, através de seus respectivos programas, devido ao inevitável movimento de capital e baixo investimento privado sempre que o comunismo se torna uma ameaça. A Revolução Cubana provocou agitação e estimulou as forças da instabilidade por todo o hemisfério e é tarefa nossa fazer retornar a estabilidade. As atividades da Agência alcançam este objetivo por meio de assistência aos governos locais para que organizem suas forças de segurança – principalmente a polícia, mas também a militar – e derrotem a extrema esquerda. Em resumo, é isto o que estamos fazendo: construindo as forças de segurança e suprimento, enfraquecendo e destruindo a extrema esquerda. Por meio destas medidas, compramos tempo para que os governos amigos efetuem as reformas que irão eliminar as injustiças de que o comunismo se nutre.⁶⁷⁵

⁶⁷⁵ Agee, Philip. *Dentro da “Companhia”, diário da CIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.114. Segundo Philip Agee, Loyd Haskins era agente da CIA encarregado de coordenar a Federação Internacional de Trabalhadores em Petróleo e Química (IFPCW), que também havia sido criada pela agência de informações.

Paralelamente ao escândalo das denúncias feitas por Agee, o GAO, um órgão do legislativo responsável pela fiscalização e gerenciamento da contabilidade do governo federal estadunidense, continuava a investigar as ações do IADESIL.⁶⁷⁶ Para Dale Good, a instituição não tinha conhecimento específico da área para avaliar o impacto e a validade dos programas sindicais financiados pela USAID. Havia ainda o problema com os embaixadores. De acordo com o entrevistado, muitos não apoiavam os programas sindicais e causavam uma série de dificuldades.

As críticas sobre o fato de o IADESIL ser financiado e representado também por empregadores, principalmente por grandes companhias multinacionais, também se intensificaram na década de 1970. Segundo Sam Haddad, funcionário do IADESIL, muitos dos seus colegas da própria entidade não concordavam com esse tipo de participação por achar que tal fato prejudicava a organização, causando ainda mais críticas em relação ao papel das multinacionais nesses países. Era como fornecer uma arma aos próprios inimigos do movimento sindical, avaliou. Até mesmo Willian Doherty, tido como um dos maiores defensores da participação dos empresários na entidade, havia deixado de insistir em tal tema. Sobre o financiamento do IADESIL pelo governo estadunidense, Haddad revelou que Doherty costumava justificar tal relação aos latino-americanos alegando que a maior parte dos impostos coletados pelo Estado norte-americano vinha dos trabalhadores, e que o único jeito de fazer com que uma pequena quantia retornasse ao movimento sindical era investir no IADESIL.⁶⁷⁷ Doherty também alegava que a presença das empresas na entidade servia como um bom exemplo para os empregadores e empregados latino-americanos, mostrando assim a viabilidade da cooperação entre capital e trabalho.⁶⁷⁸

Além de todos os problemas enfrentados pela AFL-CIO/ IADESIL, percebe-se também um choque de gerações entre os novos membros da central e das embaixadas americanas. Em um episódio narrado por Andrew Mclellan, esse conflito é evidente. Durante uma visita de dois diretores da AFL-CIO à América Central, um adido trabalhista da Guatemala, considerado jovem e inexperiente, havia planejado uma lista de atividades para o grupo, mas Mclellan não concordou com algumas partes do roteiro,

⁶⁷⁶ Ver capítulo III.

⁶⁷⁷ Entrevista de Sam Haddad para Robert Alexander, 1 de julho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

⁶⁷⁸ WINDMULLER, John P. "The Foreign Policy Conflict in American Labor". *Political Science Quarterly*, vol. 82, nº. 2, Jun., 1967, p. 215.

alegando querer dedicar a maior parte do tempo para ter mais contato com os sindicatos locais. Logo após eles deixarem o país, o adido teria enviado um telegrama para o Departamento de Estado dizendo que Mclellan havia cometido erros durante sua passagem pelo país. Ao ser criticado, ele não se conformou com o fato de um jovem ter lhe dado lições sobre sindicalismo internacional.⁶⁷⁹

Somam-se às questões expostas acima o fato de a crescente mobilização em torno da guerra do Vietnã, os escândalos envolvendo a AFL-CIO e a CIA, além da ampla divulgação das violações dos direitos humanos na América Latina terem atingido também os trabalhadores de base. Como vimos, a formulação da política internacional da central até a década de 1970 estava restrita a uma questão de cúpula no poder havia mais de quatro décadas. Por todo esse período os trabalhadores tiveram de se contentar com as notícias publicadas nos jornais sindicais, que divulgavam histórias incríveis dos benefícios obtidos pelos “irmãos” latino-americanos com os programas da AFL-CIO.⁶⁸⁰ No entanto, a deterioração do poder de compra e a ameaça da perda dos postos de trabalho para os “irmãos” do sul fizeram com que os trabalhadores norte-americanos questionassem ainda mais as ações de solidariedade numa época em que o país se encontrava em forte crise.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores norte-americanos criticavam a política sindical da AFL-CIO, as questões internas de ordem econômica levaram outros sindicatos a pensar na necessidade de criação de um novo movimento sindical transnacional, mais sensível às questões internacionais. Tratava-se de identificar os problemas específicos de cada categoria e das multinacionais que atuavam nos Estados Unidos e no exterior. Como asseverou Spalding, as organizações sindicais locais, mais próximas dos trabalhadores de base, passaram a procurar alternativas àquela tradicional política internacional da AFL-CIO, visando representar verdadeiramente os interesses de todos os trabalhadores do Norte e do Sul.⁶⁸¹ Além disso, as experiências com a guerra do Vietnã fizeram com que os trabalhadores e suas famílias se tornassem mais

⁶⁷⁹ Entrevista de Andrew Mclellan para Robert Alexander, 1 de julho de 1975. AEL, Coleção Robert Alexander Papers (Interviews), box 10, folder 38-39, rolo 13.

⁶⁸⁰ SPALDING, Hobart. “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”, op. cit., p. 62.

⁶⁸¹ SPALDING, Hobart. “The Two Latin American Foreign Policies of the U.S. Labor Movement: The AFL-CIO Top Brass vs. Rank-and-File”. *Science & Society*, vol. 56, nº. 4, Winter, 1992/1993, pp. 427-31.

críticos às ações dos Estados Unidos no exterior. No entanto, a formulação de uma nova política internacional sindical norte-americana só iria ganhar força na década de 1980.

CAPÍTULO VI

A permanência do modelo legislado na Ditadura Civil-Militar: diferentes interpretações sobre os sistemas de relações trabalhistas

“Eu não aceito esta balela que querem nos impingir: a luta de classes. Somos uma classe única. Aqui não há patrão inimigo de empregado ou empregado inimigo de patrão. Isso é um jargão que vem do Exterior, no Brasil não há isso. E para resolver as divergências temos a Justiça do Trabalho, que é a melhor do mundo”.

“Mas tenham confiança. Não em mim, mas no governo, no Legislativo, no Judiciário. Vamos respeitar os direitos dos trabalhadores. E se alguém acha ruim o Brasil, que abra a janela”.⁶⁸²

Desde o início do programa da AFL-CIO no Brasil, ainda na década de 1940, a questão da regulamentação do trabalho brasileiro foi o centro dos debates e críticas. Para os formuladores da política sindical internacional estadunidense, o sistema corporativista, identificado com a política trabalhista de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo, representava um grande obstáculo para a implantação do sindicalismo “livre e democrático” no país. As críticas à legislação trabalhista brasileira continuaram do pré-1964 ao período da Ditadura Civil-Militar. Porém, eram feitas por motivos diferentes. Se no período democrático o corporativismo era o responsável por provocar greves e por permitir que lideranças sindicais comunistas organizassem o movimento dos trabalhadores e ocupassem os órgãos governamentais, no pós-1964 o

⁶⁸² Trecho do pronunciamento do presidente da República general Ernesto Geisel aos operários durante visita a Belo Horizonte, em fevereiro de 1976 (dia não identificado). O discurso foi compilado em formato de folheto e distribuído aos sindicatos de trabalhadores pela Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho em São Paulo, a título de “homenagem aos trabalhadores do país e ao governo revolucionário”. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos, Fundo Sindicato dos Trabalhadores Plásticos, caixa 15.

corporativismo passou a ser o motivo da desestruturação do movimento sindical e da deterioração do bem-estar dos trabalhadores.

Para pensarmos nos motivos da permanência da legislação trabalhista ao longo do regime autoritário e tendo como referência as análises feitas nos capítulos anteriores sobre as relações sindicais entre Brasil-Estados Unidos e a política econômica-social implantada pelos governos militares, procuro analisar as diferentes visões e os debates sobre o funcionamento do sistema corporativista e contratualista travados naquele período. Primeiramente, serão analisados dois projetos que visavam implantar mudanças no sistema de regulamentação trabalhista brasileiro: um realizado por Evaristo de Moraes Filho e outro por Arnaldo Sussekind, dois dos maiores especialistas na área do Direito do Trabalho no Brasil. Os motivos da não implantação das mudanças propostas pelos juristas encontram-se num terceiro projeto, este idealizado pelos ministros Otávio Bulhões e Roberto Campos, do governo Castello Branco, que deu origem à famosa “lei do arrocho salarial”. A implantação desse projeto de lei encaminhado ao Congresso com o nome de “7-65” é fundamental para a compreensão da opção do regime militar em manter o sistema corporativista, como veremos adiante.

Ainda buscando analisar a permanência do modelo legislado durante o período ditatorial, este capítulo apresenta determinadas visões dos especialistas norte-americanos sobre o sistema corporativista, mais precisamente suas críticas e explicações que tentavam justificar a não incorporação pelos militares das negociações coletivas livres. Além disso, a descrição dos tipos ideais do contratualismo e do corporativismo e a aplicação prática desses dois sistemas nos Estados Unidos e no Brasil, conforme as análises feitas por Stanley Gacek e Tamara Lothian, dois advogados especialistas na área do Direito do Trabalho, mostram a flexibilidade do sistema corporativista e como ele poderia ser utilizado em diferentes contextos políticos. Por fim, algumas pesquisas realizadas a partir da segunda metade dos anos 1960 e na década 1970 sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho nos ajudam a compreender a opção dos governos militares pelo sistema corporativista.

Do relaxamento ao aprimoramento dos mecanismos de controle do sistema corporativista

Antes mesmo de Sussekind ter assumido a pasta do Ministério do Trabalho em 1964, estava em processo de elaboração uma proposta de modificação da

regulamentação do trabalho, feita por Evaristo de Moraes Filho. A primeira etapa do projeto teve início durante a campanha eleitoral de Jânio Quadros, quando Moraes Filho havia sido convidado a orientar o candidato à Presidência da República nas questões do direito trabalhista. Já no governo de João Goulart, o ministro da Justiça João Mangabeira, fundador e presidente do Partido Socialista, convidou o jurista – na época, já bastante experiente e reconhecido como uma das maiores autoridades na área trabalhista – a elaborar o novo Código do Trabalho. A obra chegou a ser aprovada por Goulart e publicada no *Diário Oficial*. Em seu relato sobre o processo de elaboração do Novo Código, o jurista recordou o trabalho árduo e até mesmo artesanal realizado para reunir diferentes legislações trabalhistas de todo o mundo, principalmente as que mais se aproximavam do modelo corporativista brasileiro, destacando a influência do conteúdo internacional no projeto. Assim descreveu Moraes Filho:

Às vezes, tinha insônia, porque a cabeça não parava de funcionar. Cortava papel, colava, juntando toda a jurisprudência sobre cada artigo da CLT, de 1943, e a legislação comparada de países como a França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, principalmente esses, porque nos anglo-saxões, Inglaterra e Estados Unidos, é tudo bastante diferente.⁶⁸³

O anteprojeto era uma tentativa de renovação, visando o aperfeiçoamento e o preenchimento das lacunas existentes na legislação trabalhista, sem, no entanto, romper com a estrutura corporativista dos anos 1930. Ao todo, a obra abrangia a regulamentação de 50 profissões, inclusive o trabalho doméstico e em domicílio. Havia também uma sessão destinada à criação de conselhos, uma espécie de comissões de fábrica. De acordo com o autor do novo Código, a “finalidade era criar a cogestão e os conselhos de empresa, integrados por empregados e empregadores, a exemplo dos que já existiam na Alemanha e na Holanda, atribuindo-lhes competência puramente social, não econômica”. A eles, acrescentou, “não caberia atuar sobre a direção da empresa, mas em questões de desenvolvimento de serviço, bem-estar, relações humanas e nos casos de demissão”.

Em relação ao uso do poder normativo pela Justiça do Trabalho, desde a instauração do órgão trabalhista o jurista defendia tal instituto, achava-o progressista e

⁶⁸³ MOREL, Regina Lúcia de Moraes; GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (orgs.). *Sem medo da utopia: Evaristo de Moraes Filho, arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2007, p. 121.

fundamental nas relações capital e trabalho. Entendia que ele poderia ser favorável aos empregados, especialmente nos casos em que o movimento sindical fosse considerado fraco e desorganizado. Na contramão do que pensavam os neoliberais e especialistas na área do Direito do Trabalho norte-americanos, Moraes Filho não concordava com as visões comumente manifestadas por esses grupos que consideravam o poder normativo “um ato de força, uma manifestação da prepotência corporativa que teria caracterizado a era Vargas”. Contra aqueles que desejavam sua extinção, o jurista pedia que não! Que fosse mantido intacto o direito de os juízes criarem normas, de modo que o Estado pudesse desempenhar o que ele considerava ser a sua principal função – a de “propiciar justiça aos cidadãos, resolver conflitos de qualquer natureza e compor interesses”.⁶⁸⁴

Moraes Filho também era um defensor da unicidade sindical que, segundo ele era anterior ao fascismo e absolutamente necessária ao Brasil para o êxito dos trabalhadores. Desde o início de sua carreira, após ter observado que os patrões defendiam a pluralidade sindical, também apoiada por Alceu Amoroso Lima, que visava à formação de um sindicalismo católico, ele passou a argumentar a favor do sindicato único. Considerava o sindicato de empresa uma pilhéria, pois só interessava aos empregadores, servindo para dividir e dispersar a força operária.⁶⁸⁵ Porém, o jurista posteriormente mudou de ideia e abandonou o conceito rígido de sindicato único, reconhecido e vinculado ao Ministério do Trabalho, trocando os preceitos da CLT pelo da OIT. Na verdade, Moraes Filho defendia a unicidade sindical desde que ela não fosse imposta pelo Estado, patrocinada e governada por ele.⁶⁸⁶

O imposto sindical, criado por um decreto-lei de 1940 e cobrado a partir de 1942, o teria feito mudar de ideia. Moraes Filho achava um absurdo o cidadão ter de contribuir sem ser sindicalizado. Para o jurista, a taxa cobrada dos trabalhadores, tida como uma particularidade brasileira, enfraquecia as entidades mais representativas dos trabalhadores. Essas tinham de competir com aquelas mais poderosas, que possuíam bens patrimoniais, poder financeiro e serviços assistenciais, como era o caso das

⁶⁸⁴ Idem, op. cit., p. 91.

⁶⁸⁵ Idem, op. cit., p. 111.

⁶⁸⁶ Moraes Filho entendia que o sindicato único não deveria ser obrigatório, ou seja, o processo de sindicalização deveria ser de livre escolha do trabalhador. O Estado poderia fixar um sindicato para cada profissão, porém sem interferir nos assuntos internos da organização. O autor defendia a existência do sindicato único para cada atividade ou profissão, assim como a atuação das confederações gerais de cúpula, “sem divisionismos ideológicos, políticos ou confessionais”. MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 154.

confederações e federações. Em seu anteprojeto, o autor teceu opinião contundente sobre o tema:

As campanhas de sindicalização em massa morrem ao nascer, pois falta animação de ambos os lados: dos dirigentes sindicais, que não precisam de novos associados; e dos integrantes da categoria, que descontam para o sindicato, contra sua vontade ou a despeito dela. O imposto sindical é o óleo canforado, a tenda de oxigênio do sindicalismo brasileiro. Fala-se hoje tanto em verdade cambial, em verdade tarifária, em verdade de todas as espécies; é necessário também que se fale em verdade sindical.⁶⁸⁷

No entanto, em seu Código de Trabalho foi mantido o sindicato único, mas com a possibilidade de uma associação sindical mais representativa poder substituir a entidade oficial, a exemplo do CGT do pré-1964 e de como hoje se constitui o sindicalismo brasileiro, ou seja, com sindicatos únicos filiados às diversas centrais. Apelando aos deveres democráticos, o jurista queria colocar o Brasil no *hall* de países que admitiam a livre formação de entidades sindicais de cúpula. O anteprojeto previa a constituição de quatro confederações gerais: de empregadores, de empregados, de agentes autônomos e de profissionais liberais. Os seus dirigentes deveriam ser escolhidos por eleições livres e esses não poderiam ser reeleitos.

No entanto, na visão de Moraes Filho, a extinção do imposto sindical era fundamental para a existência de centrais sindicais sem vínculos com o Estado. De acordo com a legislação trabalhista, os valores arrecadados deveriam ser divididos entre os sindicatos locais, as federações, confederações e a Comissão de Imposto Sindical. Com o recebimento da contribuição compulsória, as entidades livres teriam poucos recursos para se manter e concorrer com os serviços assistenciais que os sindicatos oficiais podiam oferecer. A anulação deveria ocorrer de forma progressiva.⁶⁸⁸

No tocante à redução de pessoal com base na justificativa de crise econômica, argumento bastante utilizado pelos patrões nas décadas de 1950 e início de 1960, Moraes Filho intencionava disciplinar essa questão.⁶⁸⁹ A CLT tratava a demissão

⁶⁸⁷ MORAES FILHO, Evaristo. *Anteprojeto de Código do Trabalho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1963, p. 26.

⁶⁸⁸ Idem, op. cit., p. 123.

⁶⁸⁹ CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)*. São Paulo: LTr, 2011, ver capítulos 2 e 4.

coletiva de trabalhadores como ação individual na Justiça do Trabalho. Citando a experiência do sindicalismo norte-americano, o jurista criticou a ação dos empregadores que usavam a demissão quando pressionados pelos reajustes salariais, esclarecendo ainda que tal impedimento não limitava a autonomia do empregador em reduzir o seu quadro de funcionários. Tanto no assunto da redução de pessoal, em que os empregadores usavam como justificativa a crise econômica para demissão em massa, quanto no tema da estabilidade do trabalhador, Moraes Filho foi contundente em garantir a fixação do empregado em seu posto de trabalho. O anteprojeto mantinha o direito a estabilidade, adquirido pelo empregado após dez anos de serviços prestados na empresa. Segundo o jurista, o direito alemão e o francês mostravam-se mais regulamentaristas do que o brasileiro, sendo a política de mão de obra naqueles países muito mais rigorosa. Nesse sentido, argumentou o autor do projeto:

Não é justo que um contratante surpreenda o outro, fazendo cessar, a seu bel talante, a relação de emprego, ainda que pague as indenizações legais. Depois de um ano de casa, o contrato poderá cessar por mútuo acordo, por motivo de força maior, pela renúncia ou mediante ocorrência de justa causa.⁶⁹⁰

Outra mudança importante prevista no projeto de lei era a redefinição do direito de greve, na época regido pelo Decreto nº9070. Para Moraes Filho, a legislação mais punia do que favorecia os movimentos grevistas. Sendo assim, o objetivo era instituir o real direito de greve.⁶⁹¹ Em seu entendimento “a livre negociação e o direito de greve eram exemplos de um direito extra-estatal, feitos à margem do Estado, às vezes contra o Estado, embora sob sua coordenação”.⁶⁹²

Em 1963, a proposta do Novo Código foi publicada e uma comissão encarregada da sua revisão foi constituída.⁶⁹³ A equipe era composta por três catedráticos universitários, tendo como presidente da comissão, o gaúcho Mozart Vitor Russomano e o próprio Evaristo de Moraes Filho como relator, e ainda o baiano José Martins Catharino. O grupo costumava se reunir uma vez por semana no Ministério da Justiça para fazer sugestões e discutir os temas.⁶⁹⁴

⁶⁹⁰ MORAES FILHO, Evaristo, op.cit., p. 24.

⁶⁹¹ Idem, op.cit., p. 25.

⁶⁹² Idem, op.cit., p. 88.

⁶⁹³ Idem, op.cit., p. 124.

⁶⁹⁴ José Martins Catharino, carioca, foi advogado e professor, membro do Instituto Bahiano de Direito do Trabalho, do Instituto de Direito Social de São Paulo, do Instituto de Direito do Trabalho do Rio Grande

No entanto, suas propostas não despertaram grande entusiasmo dos setores ligados ao governo João Goulart, embora não se saiba a reação do movimento sindical ao projeto, tema que merece ser investigado. Os empregadores, evidentemente, mostraram-se receosos com o novo Código.⁶⁹⁵ Com ampla repercussão na mídia, o projeto também chamava a atenção e gerava comentários dos analistas estrangeiros. Dos norte-americanos, Moraes Filho contou ter um dia recebido um ofício do Ministério das Relações Exteriores, informando que o adido trabalhista da embaixada americana pretendia intervir em vários aspectos do projeto. Eles eram contra a estabilidade, tão enfatizada no Código de Moraes Filho, e a manutenção da Lei da Nacionalização do Trabalho, que exigia das empresas a contratação de dois terços de trabalhadores brasileiros.⁶⁹⁶ Mas as propostas mantiveram-se inalteradas.⁶⁹⁷

Do convite de elaboração do Código até a publicação da obra, Moraes Filho presenciou a efervescência dos movimentos políticos que levaram à derrocada de João Goulart e à instalação da Ditadura Civil-Militar. Ainda incumbido de dar continuidade ao projeto, Moraes Filho procurava invocar “o espírito democrático e o comprometimento do novo presidente da República com a liberdade sindical”. Em meados de 1964, a embaixada americana apurou os rumores de que os ministros da Fazenda e do Planejamento, assim como o Conselho de Segurança Nacional, estavam contra o projeto.⁶⁹⁸

Para os integrantes da comissão de revisão do Novo Código, a CLT encontrava-se ultrapassada “após vinte anos de cumprimento de seu destino pioneiro em todo o mundo”, assim declarou Russomano ao jornal *Última Hora*, no dia 8 de julho de 1964. A entrega do projeto foi melancólica, conforme o relato dos próprios autores. Cansados de esperar o chamado do ministro da Justiça Milton Campos, os juristas decidiram apresentar a obra sem a presença das autoridades, já sem esperanças de que o projeto

do Sul, entre outros institutos internacionais. Foi ainda catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica. Já Mozart Vitor Russomano, gaúcho, juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre, foi presidente do Superior Tribunal do Trabalho de 1971 a 1974 e catedrático da Faculdade Federal de Direito de Pelotas.

⁶⁹⁵ MORAES FILHO, Evaristo, op. cit., p. 124.

⁶⁹⁶ Tratava-se da lei nº 20.291, de 1931, que visava garantir a mão de obra brasileira e reservava no máximo 1/3 de operários estrangeiros nos quadros das empresas.

⁶⁹⁷ MOREL, Regina Lúcia de Moraes (et.al.). *Sem medo da utopia*, op. cit., p. 125.

⁶⁹⁸ Relatório enviado pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 18 de novembro de 1964, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1281.

fosse colocado em prática.⁶⁹⁹ A obra sequer foi enviada ao Congresso. Composto por dois volumes, o anteprojeto de Moraes Filho foi finalizado em 1963 e a revisão publicada somente dois anos depois.

Com os militares no poder, a AFL-CIO e os adeptos do chamado “sindicalismo livre” no Brasil ansiavam por reformas na legislação trabalhista, visando estimular a negociação coletiva direta entre empregados e patrões. No entanto, como vimos no capítulo II, a nova política trabalhista, baseada no forte controle das atividades sindicais, na limitação do direito de greve e no arrocho salarial, minou os planos dos sindicalistas norte-americanos de instituir um novo modo de “harmonizar” as relações capital-trabalho.

No dia 29 de maio de 1965, o ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind, na época um entusiasta do modelo trabalhista norte-americano, enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei intitulado “Convenções Coletivas de Trabalho e Contrato Coletivo de Trabalho”. A proposta intensificou os debates sobre a implantação do modelo contratualista no Brasil, período em que é possível observar um esforço concreto por parte do sindicalismo norte-americano nessa direção, para além do combate ao comunismo no país. O conteúdo do documento recebeu elogios do adido trabalhista Harold Shapiro. Segundo ele, o projeto previa a negociação de boa fé por parte dos empregadores e permitiria aos trabalhadores o recurso da greve como força de negociação, embora a proposta apresentasse algumas ambiguidades terminológicas e restrições, como o mínimo de dois anos de vigência do contrato. Todavia, se aprovada – avaliou –, a lei poderia representar “um grande passo em direção ao sindicalismo organizado”.⁷⁰⁰

Para Sussekind, embora o Decreto nº 21.761, de 23 de agosto de 1932, tivesse disciplinado a prática das convenções coletivas de trabalho, a sua aplicação era quase inexistente. Os motivos, assim ele explicou, estavam no “caráter rígido das normas que lhe dão disciplina e ao sentido, entre nós, dominante, de que todas as soluções devem emanar do Estado”. Nesse sentido, o projeto de lei visava proporcionar maior flexibilidade às normas existentes na CLT, a fim de estimular a celebração das

⁶⁹⁹ *Última Hora*, 17 de julho de 1964, p. 3.

⁷⁰⁰ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, de 29 de junho de 1965, escrito pelo adido trabalhista Harold Shapiro. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1282.

convenções coletivas de trabalho, julgadas “o melhor e mais adequado instrumento de autocomposição dos interesses profissionais”. Além disso, acreditava-se que tal prática contribuiria para desafogar a Justiça do Trabalho, tornando-a mais ágil e menos intervencionista. Para o autor do anteprojeto, a rigidez e a esquematização exagerada do código do trabalho não poderiam mais acompanhar o ritmo do progresso em desenvolvimento no país, “quando uma descoberta de ontem já se torna obsoleta amanhã, determina o surgimento de novas relações que, no âmbito particular dos interesses das categorias profissionais, não podem aguardar para dar-lhes a devida regulação”.⁷⁰¹

De acordo com o projeto de Sussekind, a recusa dos empregadores em negociar poderia levar o caso ao Ministério do Trabalho, e se ainda assim não fosse travada negociação, os trabalhadores poderiam declarar greve, forçando o diálogo com o empregador. Porém, a paralisação seria considerada ilegal caso tivesse a finalidade de alterar, no todo ou em parte, a convenção coletiva (realizada entre sindicatos) ou o acordo coletivo (entre empresas e sindicatos). A Justiça do Trabalho deveria ser acionada somente nos casos de controvérsias resultantes da aplicação do contrato. O anteprojeto também permitia a constituição e funcionamento de concessões mistas de consulta e colaboração nas empresas. Além disso, não estabelecia restrições aos pontos que poderiam ser negociados. Tudo que resultasse de acordo, desde que o objeto fosse lícito, era contratualmente possível de ser incluído na negociação coletiva.

No entanto, contrariando as expectativas dos norte-americanos, paralelamente à submissão do anteprojeto de lei para a reformulação das negociações coletivas, tramitava no Congresso o projeto “7-65”, proposto pelo governo, que versava sobre a política dos reajustes salariais. A fim de recuperar a estabilidade do plano econômico-financeiro do governo, o projeto abarcava o setor privado, com restrições às esferas públicas e às autarquias, sendo que trabalhadores dos setores portuários e ferroviários também estariam sujeitos aos mesmos cálculos das categorias equivalentes ao do setor público. A proposta considerava ainda a capacidade das empresas de pagar o aumento do custo de trabalho, assim como a necessidade de corrigir as iniquidades dos níveis salariais entre os setores. A Justiça do Trabalho deveria aderir às normas de reajuste

⁷⁰¹ Anteprojeto de lei sobre Convenções Coletivas de Trabalho e Contrato Coletivo de Trabalho, anexado no livro de SANTOS, Reinaldo. *Trabalho, salários e sindicatos nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, 1967.

salarial nas negociações dos dissídios coletivos, passando a ter poder normativo limitado. Com isso, os reajustamentos salariais passariam para o controle do Poder Executivo.⁷⁰²

Assim, deparamo-nos então com dois projetos, gestados no mesmo período, mas de origens distintas e extremamente conflitantes. O “7-65”, que contava com 57 emendas desde o projeto original, teve grande repercussão tanto no Congresso quanto no movimento sindical em geral.⁷⁰³ A aprovação do projeto, consequentemente, descartava a proposta apresentada por Sussekind de estimular as negociações coletivas livres, apesar dos esforços do IADESIL e da estreita relação entre o governo estadunidense e a administração de Castello Branco. O projeto de negociação coletiva foi retirado do Congresso em meados de junho de 1965, enquanto o “7-65” passou a vigorar por meio da lei nº 4.725, assinada em 13 de julho de 1965.⁷⁰⁴ Sem dar maiores explicações públicas, o governo alegou apenas a incompatibilidade entre os dois projetos.

Como prêmio de consolação para aqueles que defendiam o projeto de negociações livres, o governo assinou o decreto-lei nº 229, durante a gestão de Nascimento e Silva (1966-1967), que implantou o artigo 611 na CLT. Este teria incorporado muitos itens do referido projeto de lei, ficando de fora as sanções aos empresários que se recusassem a negociar e a possibilidade do direito de greve, dois princípios fundamentais para o exercício de pressão dos trabalhadores. Contudo, o decreto introduziu uma cláusula que para muitos tornava nula a prática do acordo coletivo: a impossibilidade de reajustar os salários acima da fórmula estabelecida pela política salarial. Com isso, o líder sindical era desestimulado a travar a negociação coletiva direta com o empregador, uma vez que o reajuste salarial poderia ser obtido por meio de dissídio coletivo, de forma mais ágil – lembrando que, normalmente, o patrão se recusava a negociar com os dirigentes, avaliou Sussekind.⁷⁰⁵

⁷⁰² Projeto de lei nº 7, de 1965. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF.

⁷⁰³ O projeto de lei de negociação coletiva não foi encontrado no arquivo da Câmara dos Deputados.

⁷⁰⁴ Sussekind, em entrevista realizada em 2004, afirmou que a lei nº 4.725 “impunha aos tribunais taxas resultantes de fórmulas matemáticas. Assim, seria preferível um computador”. GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (orgs.). *Arnaldo Sussekind – um construtor do Direito do Trabalho*, op. cit., p. 135.

⁷⁰⁵ Relatório final da CPI sobre as entidades sindicais estrangeiras no Brasil de 1970, p. 37, terceira coluna. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF.

A decretação da lei nº 4.725 deixou evidente a opção do governo de Castello Branco pela manutenção do sistema corporativista. Com os militares no poder, a legislação trabalhista curvou-se ao poder do Estado, fornecendo instrumentos legais para o controle da política trabalhista e do movimento sindical. Assim, o poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como o direito de greve, ambos institutos garantidos pela Constituição de 1946, foram os primeiros a serem mutilados. A lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, por exemplo, dificultou ainda mais o processo de legalização das greves. Já a lei nº 4.725 estabeleceu ainda novas normas para o processamento de dissídios coletivos e trouxe regras complexas para o cálculo dos reajustes.⁷⁰⁶ Na tentativa de garantir uma imagem democrática para suas ações, os governos militares lançaram uma série de decretos-leis, leis e circulares que visavam controlar e limitar os recursos desses institutos. Essa nova lei, conhecida como “lei do arrocho”, fez com que os sindicatos adotassem novas práticas e procurassem diferentes estratégias para tentar driblar os efeitos do arrocho salarial.⁷⁰⁷

Promessas de uma nova submissão do projeto de negociação coletiva independente foram feitas por parte dos representantes do governo de Castello Branco, embora nenhuma notícia sobre ele tenha sido divulgada novamente. Por sua vez, a embaixada reconheceu a dificuldade de realização das negociações coletivas no Brasil sem um sólido equilíbrio de poder entre os donos do capital e da mão de obra.⁷⁰⁸ Já o projeto de Evaristo de Moraes Filho foi engavetado sem maiores justificativas.

Corporativismo: o mal de todos os males?

Na visão dos críticos e formuladores da política sindical internacional estadunidense, o sistema corporativista de regulamentação do trabalho, identificado com a ditadura de Getúlio Vargas e com a *Magistratura del Lavoro* da Itália fascista,

⁷⁰⁶ A lei determinava que os salários dos últimos 24 meses fossem reajustados com base no cálculo do salário real. O cálculo do salário real deveria ser feito dividindo-se o salário que o indivíduo efetivamente recebe pelo índice do custo de vida. Assim, era achado o salário real médio dos últimos 24 meses. O resultado era multiplicado pelo índice de inflação previsto para o 25º mês, dividindo-se o produto pelo salário recebido, apurando-se assim a porcentagem do aumento. AEL/ Cecult, processos trabalhistas do TRT de São Paulo, processo TRT-SP 85/67-A, de 7 de março de 1967.

⁷⁰⁷ Ver CORRÊA, Larissa Rosa. “A ‘rebelião dos índices’: política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)”, in GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da Silva (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2013 (no prelo).

⁷⁰⁸ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 21 de janeiro de 1966, escrito por Herbert W. Baker. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1282.

representava um grande obstáculo para a implantação do sindicalismo “livre e democrático” no país. Parte das críticas dos norte-americanos tinha origem nas diferenças profundas existentes entre o corporativismo e a democracia liberal, que marcavam diferentes pontos de vista sobre política e sociedade, como observou Kenneth Erickson. O individualismo altamente valorizado no liberalismo, fundamentado na proteção da liberdade individual, se opunha frontalmente à concepção corporativista. Este tinha suas bases na organização da sociedade, composta por grupos divididos de acordo com seu papel econômico e produtivo, reconhecidos pelo Estado. Erickson observou que muitos pesquisadores norte-americanos dos anos 1960 e 1970, impregnados pela tradição do liberalismo e do conceito de democracia liberal, entendiam que as nações em desenvolvimento deveriam seguir o modelo das democracias dos países anglo-saxões. Aos olhos desses estudiosos, a única alternativa possível ao modelo liberal seria o marxismo.⁷⁰⁹

O corporativismo, tido como a terceira maior corrente do pensamento político ocidental, influenciada por dois importantes pensadores, Aristóteles e São Tomás de Aquino, era praticamente ignorado pelos cientistas políticos norte-americanos.⁷¹⁰ Para eles, as relações de trabalho que tinham como princípio solucionar os conflitos por meio de órgãos do Estado eram típicas dos países de cultura política latino-católica. É possível, como argumentou Erickson, que essa identificação do corporativismo com o nazismo e fascismo tenha levado a geração de cientistas políticos norte-americanos do pós-guerra a ignorar as características corporativistas dos países com os quais eles se solidarizavam.⁷¹¹ Como bem observou Cliff Welch “para muitos liberais norte-americanos, o sistema corporativista de trabalho era um pesadelo”.⁷¹²

⁷⁰⁹ ERICKSON, Kenneth P. *The Brazilian Corporate State and Working-Class Politics*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press: 1977, p. 2. A versão em português apresenta uma análise resumida sobre o conceito teórico de corporativismo e seu uso na historiografia norte-americana. Ver *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁷¹⁰ Porém, havia exceções, como o próprio Erickson apontou: MALLOY, James M. (ed.). *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1977; SOUZA, Amaury. “The Nature of Corporative Representation: Leaders and Membership of Organized Labor in Brazil”. Dissertation prospectus. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1975; STEPAN, Alfred. *The State and Society: Peru Comparative Perspective*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1978; WIARDA, Howard J. (ed.). *Politics and Social Change in Latin America: The Distinct Tradition*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1974; SCHMITTER, Philippe. “Still the Century of Corporatism?”, in: PIKE, F. e STRITCH, T (eds.). *The New Corporatism*. Londres: University of Notre Dame Press, 1974.

⁷¹¹ ERICKSON, Kenneth P. *The Brazilian Corporate*, op. cit., p. 184.

⁷¹² WELCH, Cliff, op. cit., p. 67.

Talvez não fosse necessariamente o caso de ignorar, como asseverou Erickson, mas talvez de interpretar o corporativismo como um sistema com características engessadas, de modo a entender que suas regras por si só inviabilizassem o que eles imaginavam ser o verdadeiro movimento sindical. Desse modo, a ideia de que o sistema corporativista não servia aos trabalhadores latino-americanos, fosse porque impedia a cooperação efetiva entre capital e trabalho ou porque minava as ações dos trabalhadores, cooptados e manipulados pelo sistema, era compartilhada por acadêmicos e sindicalistas norte-americanos. Estes últimos se incumbiram de ensinar aos trabalhadores latino-americanos o suposto sistema ideal, baseado nos problemas específicos dos trabalhadores, como os reajustes salariais e as demandas por melhorias das condições de trabalho. Reivindicações que deveriam ser conquistadas por meio da negociação coletiva direta com o empregador e sem a interferência do Estado, livre das amarras impostas pela legislação corporativista.

Robert Alexander, em “O ABC do sindicalismo”, criticou o movimento organizado dos trabalhadores latino-americanos, alertando que as centrais (equivalentes à AFL-CIO) estavam sob o controle de um ou de outro partido político. Existia uma tendência, afirmou o autor, “por parte do movimento trabalhista, de ser um instrumento dos políticos, em vez de os sindicatos usarem um ou outro partido para os seus propósitos”. A consequência direta do estreito relacionamento entre o movimento sindical e a política seria o maior controle do governo nas organizações dos trabalhadores. Como evidência de tal fato, Alexander observou que a maioria dos países da América Latina tinha vastos códigos trabalhistas que permitiam ao Estado interferir nos assuntos internos dos sindicatos, assim como nas ex-colônias inglesas onde as regulamentações trabalhistas coloniais da Inglaterra foram mantidas pelos governos independentes.

Para Alexander, a legislação garantia aos trabalhadores benefícios que ele julgava excessivos, pois o seu efeito acabava sendo o oposto do que os legisladores desejavam. Um caso típico apontado por ele era a lei da “estabilidade” no Brasil, adquirida após dez anos de serviços prestados na empregadora. Para evitar a lei, os patrões demitiam bons operários com receio de que eles adquirissem tal direito. Em suma, Alexander acreditava que a legislação social e a regulamentação dos sindicatos

nos moldes do corporativismo aplicada “nos países subdesenvolvidos” representava um obstáculo ao desenvolvimento.⁷¹³

No entanto, sabe-se que os trabalhadores tinham melhores condições para negociar os reajustes salariais no período anterior ao golpe civil-militar, “embora os sindicatos fossem subordinados ao Ministério do Trabalho, seu peso político fazia com que essa subordinação fosse mais formal do que real”, assinalou Fernando Lopes de Almeida. O autor identificou certa flexibilidade entre o controle do Estado e a ação dos sindicatos, como no caso da lei de greve nº 9.070, que não impediu a realização de movimentos paredistas durante toda a sua vigência.⁷¹⁴

Erickson observou que a lei antigreve mostrou-se “quase inaplicável” entre os anos de 1946-1964. Evidentemente, uma frase um tanto quanto exagerada do autor.⁷¹⁵ Mas o fato é que muitos líderes souberam usar a greve ou a ameaça de paralisação para pressionar os empregadores e a Justiça do Trabalho.⁷¹⁶ Estudos mais recentes, baseados em análises sistemáticas de processos trabalhistas, contribuíram para desconstruir a ideia de que os patrões, durante as décadas de 1950 e início dos anos 1960, enxergavam na justiça um simples aparato legal, criado exclusivamente para endossar as práticas de exploração da mão de obra. A CLT e a Justiça do Trabalho, mesmo sendo alvo de diversas críticas (estas feitas inclusive pelas lideranças sindicais que acionavam a Justiça) e independentemente do contexto político da época em que foram elaboradas, representavam uma ferramenta importante nas mãos da classe trabalhadora.⁷¹⁷

As diferenças entre os sistemas de regulamentação trabalhista também foram observadas pelos dois maiores juristas do Trabalho no Brasil, quando as relações

⁷¹³ ALEXANDER, Robert. *O ABC do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, pp. 201-06.

⁷¹⁴ ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*, op. cit., p. 11.

⁷¹⁵ Sobre o uso do direito de greve pelos trabalhadores no pré-1964, ver capítulo IV da tese de livre-docência de Fernando Teixeira da Silva. O autor analisa os debates entre os especialistas em Direito do Trabalho em torno do decreto-lei 9.070, com foco nas ações dos tribunais trabalhistas para disciplinarização do direito de greve. Segundo ele, a lei impunha aos trabalhadores e sindicatos sérios limites às ações grevistas. No entanto, a aplicação desse direito ficava a cargo dos tribunais. Conforme a análise do autor, os juízes, com frequência, acolhiam os argumentos dos empregadores que buscavam punições aos empregados grevistas entrando com ações individuais na Justiça do Trabalho para efetuar as demissões. SILVA, Fernando Teixeira da. “Poder, normas e justiça: os trabalhadores e o Tribunal Regional de São Paulo (1963-1964)”. Tese de Livre-Docência. Campinas: IFCH-Unicamp, 2013

⁷¹⁶ ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*, op. cit., p. 27.

⁷¹⁷ Ver CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos*, op. cit.; VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012; SOUZA, Edinaldo Antonio de Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. Salvador: Edufba, 2012.

sindicais entre Brasil e Estados Unidos encontravam-se bastante esgarçadas pelas denúncias de corrupção nas entidades sindicais estrangeiras, em meados de 1967. Ao abordar as diferenças entre o corporativismo e o contratualismo, Arnaldo Sussekind enfatizou uma condição que ele considerou fundamental para que os trabalhadores pudessem se beneficiar com a prática da negociação coletiva: a existência de entidades de classe fortes, dotadas do que ele chamou de “espírito sindical”. Para o jurista, a industrialização tardia ocorrida no Brasil teria feito Getúlio Vargas se antecipar às demandas sociais, sendo a legislação trabalhista uma outorga, feita de cima para baixo.⁷¹⁸ A consequência disso, explicou, teria sido a criação de sindicatos obedientes ao Ministério do Trabalho, fator que inviabilizava a prática da negociação coletiva no Brasil.⁷¹⁹

Entretanto, com o tempo, observou Sussekind, alguns sindicatos tornaram-se fortes e “não mais obedeciam nem consciente, nem inconsciente, nem pediam orientação ao Ministério do Trabalho”. Mesmo assim, entidades bem organizadas, como o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, *não* optavam pelo caminho da contratação coletiva. Para ele, a implantação dessa prática esbarrava nas limitações da CLT, que, no período de sua criação, estabeleceu como condição para o contrato coletivo a negociação corporativa, isto é, categoria com categoria.

Evaristo de Moraes Filho, ao abordar os aspectos e as implicações da prática da negociação coletiva livre no país, fez uma análise semelhante à de Sussekind. De acordo com o jurista, o êxito da convenção coletiva dependia da participação efetiva do operário e de seu sindicato, sendo que este deveria atuar como sujeito de direito. Caso contrário, seria uma distorção do conceito de negociação coletiva, de modo que os trabalhadores poderiam sofrer pressão patronal e os empregadores tenderiam a forçar a realização de convenção com um grupo de empregados que não fossem representantes autênticos da categoria. Em 1968, em seu depoimento concedido à CPI das entidades estrangeiras, Moraes Filho se mostrou preocupado com o movimento de esvaziamento dos sindicatos, fator que, para ele, minava completamente os propósitos das convenções

⁷¹⁸ Como se sabe, Sussekind não era o único a interpretar as leis trabalhistas como uma concessão de Getúlio Vargas. Desde os anos 1980, a historiografia brasileira vem desconstruindo essa ideia. Ver GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/ IUPERJ, 1988; PAOLI, Maria Célia. “Labour, Law and the State in Brazil: 1930-1950”. Tese de Doutorado. Londres: London University, 1988; LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero/ Brasília: Universidade de Brasília, MTC/ CNPq, 1988.

⁷¹⁹ Relatório final da CPI, op. cit., p. 47, terceira coluna.

e dos acordos coletivos. Como exemplo, citou o caso ocorrido com o Sindicato dos Trabalhadores de Cinema do Rio de Janeiro, que ele teria acompanhado quando ocupava o cargo de procurador do Ministério do Trabalho junto ao TST, em período não identificado.⁷²⁰

O Sindicato havia pedido aos empregadores, por meio de dissídio coletivo, o pagamento de uma taxa de 20% para os operadores cinematográficos das cabines. Mas Luís Severiano Ribeiro, proprietário do maior número de cinemas no Rio de Janeiro, se adiantou e fez um acordo com seus funcionários incluindo a taxa de insalubridade no pagamento de seus salários. Satisfeitos, os empregados se retiraram do sindicato. Moraes Filho denunciou o acordo como sendo ilegal e contrário ao artigo 513 da CLT, que dava garantia aos sindicatos como único representante da categoria. “Então o sindicato querendo fazer dissídio coletivo, querendo fazer uma convenção coletiva, o patrão faz às pressas um acordo particular com os seus trabalhadores e esvazia o sindicato”, asseverou.

Com a política salarial de 1964, caso o empregador quisesse dar aumento ao seu funcionário, ele teria que fazê-lo por fora, de modo individual. Além disso, se no contrato coletivo ou convenção houvesse alguma cláusula julgada contra a política salarial do governo, o Ministério do Trabalho ficava impedido de fazer a homologação, colocando o Brasil na estaca zero no âmbito das negociações coletivas independentes. Nesse aspecto, Moraes Filho, Sussekind e os sindicalistas norte-americanos pareciam compartilhar de um ponto de vista comum. Porém, o distanciamento entre eles se dava por suas diferentes ideias e intenções políticas.⁷²¹ Moraes Filho era um opositor da ditadura, tendo sido perseguido, preso e tido sua carreira fortemente prejudicada pelo regime militar. Já Sussekind foi o homem escolhido pelos militares para gerenciar as relações trabalhistas no país, tendo assumido posteriormente o cargo de ministro do TST.

⁷²⁰ Idem, p. 55, segunda coluna.

⁷²¹ A trajetória acadêmica e profissional de Moraes Filho, bem como suas ideias se diferenciavam de Sussekind. Moraes Filho chamou a atenção para a importância dos estudos sociológicos nas interpretações da organização das entidades de classe. Além disso, suas análises sobre a criação da legislação trabalhista destoavam da maioria dos intelectuais que acreditavam no poder de “outorga” de Getúlio Vargas. Para Moraes Filho, o movimento operário no final do século XIX e início do XX foi indispensável para a formulação das leis trabalhistas no país, responsável por exercer forte pressão política.

As implicações da adoção do modelo contratuálista na legislação trabalhista brasileira também foi objeto de reflexão do sindicalista Silvio Nunes da Silva Rocha, da categoria dos petroquímicos do Rio de Janeiro, em seu depoimento para a CPI das entidades sindicais estrangeiras em 1968. O dirigente questionou o funcionamento das negociações coletivas independentes num país onde não havia a “liberdade fundamental para o trabalhador” nem “o direito de parar o seu trabalho por vontade própria”. Incomodava o sindicalista o aumento dos investimentos por parte das empresas estrangeiras no país naquele período. Sabia-se que, para as grandes companhias de capital estrangeiro, a legislação trabalhista brasileira era interpretada como um grande empecilho aos seus lucros. Para ele, isso ocorria devido ao fato de que a CLT “apesar de todos os seus defeitos, ainda é muito superior à dos Estados Unidos”. Em caso de acordo coletivo, negociado de forma independente, Rocha acreditava que os trabalhadores ficariam apenas protegidos pelo artigo 611 da CLT, que regulamentava a negociação coletiva, sem poderem apelar para a Justiça do Trabalho. Esse seria o maior objetivo das multinacionais, “anular o que ainda há de positivo na legislação brasileira”, completou.⁷²²

Como exemplo, Rocha citou a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Embora o governo tivesse mantido o artigo 592 da CLT, que tratava do direito à estabilidade, concedendo o direito ao trabalhador de escolher entre os dois benefícios, era comum os empregadores fazerem o empregado optar pelo Fundo ou colocá-lo na rua. O resultado, afirmou o sindicalista, “poderia ser visto em qualquer fábrica, trabalhadores de 60, 65 anos, sendo despedidos porque não quiseram abrir mão da estabilidade”.⁷²³ Sobre a viabilidade do contrato coletivo nos moldes do sistema norte-americano, Rocha lembrou ter lido uma reportagem na revista *Manchete* que falava justamente sobre os males causados aos trabalhadores norte-americanos quando atingiam certa idade. A matéria chamou a atenção do leitor para o fato de que lá os empregados não contavam com um sistema previdenciário. Da leitura, Rocha apreendeu que as relações entre patrões e empregados eram apenas “administrativas, frias”, e uma vez acabado o contrato coletivo, acabavam também as obrigações patronais para com o trabalhador. Este passava a ficar a mercê do sindicato e recebia uma taxa de seguro

⁷²² Depoimento prestado em 5 de fevereiro de 1968. Relatório final da CPI, op. cit., p. 26, terceira coluna.

⁷²³ Idem, p. 27, segunda coluna.

desemprego, aguardando um novo contrato. Para ele, um contrato coletivo nos moldes daqueles feitos nos Estados Unidos jamais teria êxito no Brasil.

A ideia de que os sistemas corporativistas e fortemente legislados limitavam a liberdade de negociação e, conseqüentemente, a autonomia dos trabalhadores, ao longo do tempo transformou-se em postulado e, como toda premissa, atravessou décadas livres de maiores críticas, como observou Fernando Teixeira da Silva. Com base na análise exaustiva de centenas de processos de dissídios coletivos tramitados na cidade de São Paulo, nos anos de 1963 a março de 1964, período de forte mobilização operária e bipolarização das correntes políticas, o autor relativizou o papel intervencionista do Estado nos conflitos trabalhistas coletivos. O resultado da pesquisa feita por Silva não deixa de ser surpreendente, pois conclui que, às vésperas de os militares tomarem o poder, patrões e empregadores frequentemente evitavam encaminhar suas questões aos tribunais. Silva chamou a atenção para as nuances inerentes aos dois modelos de regulamentação trabalhista, ignoradas por aqueles que ainda insistem na oposição binária entre os dois tipos e acreditam na incompatibilidade entre a regulamentação pública e a autonomia coletiva.⁷²⁴

Em seu estudo realizado com base em 485 processos coletivos, Silva constatou que 55% eram de dissídios coletivos, ou seja, tiveram a intervenção direta do tribunal trabalhista, sendo o restante de homologações resultadas de acordo entre patrões e empregados.⁷²⁵ Como se vê, a quantidade de ações extrajudiciais não foi pequena, indicando que o sistema de regulamentação corporativista não necessariamente excluía essa via de negociação, embora tivesse que passar pelo crivo do órgão trabalhista. No entanto, Silva aprofundou sua investigação questionando em quais momentos (se de maior ou menor mobilização) e quais categorias de trabalhadores optaram pela negociação direta ou pelo dissídio coletivo. O resultado mostrou que no segundo semestre de 1963, período de maior acirramento das questões políticas e de mobilização operária, os trabalhadores optaram por encaminhar suas demandas coletivas para o tribunal, correspondendo a cerca de 60% do conjunto dos autos analisados.

⁷²⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. “Entre o Acordo e o Acórdão: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do Golpe de 1964”, in: GOMES, Angela de Castro e SILVA e Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*, op. cit.

⁷²⁵ Sendo que 79% das homologações foram resultadas de acordos já estabelecidos entre patrões e trabalhadores, ou seja, não passaram por qualquer instância, apenas foram autorizadas pela Justiça do Trabalho, como exigia a legislação trabalhista.

Os dados revelam que o fortalecimento do movimento operário não levou necessariamente à realização de mais acordos diretos. Silva observou ainda que a Justiça do Trabalho desempenhou um papel mais atuante nas localidades em que o movimento operário estava mais bem organizado, enquanto que nas cidades do interior do estado de São Paulo e nas categorias com menor poder de barganha o número de contratos coletivos entre empresas e sindicatos foi maior. Tais resultados, concluiu o autor, “contrariam a hipótese de que a negociação livre e direta era o caminho lógico e natural de categorias profissionais mais bem organizadas e combativas”. No entanto, suas conclusões não descartam que os órgãos trabalhistas muitas vezes podem minar o desenvolvimento de negociações livres. Naturalmente, não podemos deixar de reconhecer o forte papel do sistema legislado nas relações trabalhistas no Brasil. No entanto, o autor mostrou empiricamente que os acordos extrajudiciais era uma via possível para os sindicatos de trabalhadores e utilizada com frequência.

Entre o tipo ideal e a prática dos sistemas corporativista e contratualista

Diferentemente do sistema de regulamentação trabalhista brasileiro, nos Estados Unidos o modelo contratualista permite que os empregados se organizem como queiram, podendo formar, participar ou apoiar organizações de trabalho. Podem ainda negociar coletivamente de forma direta com seus representantes escolhidos e participar de outras atividades ou de diferentes associações. Eles também possuem o direito de se absterem de todas essas atividades, conforme determinação da Seção 8 da National Labor Relations Act (NLRA). Em tese, o governo não pode patrocinar, nem participar diretamente do processo de formação dos sindicatos, ele apenas garante o direito de o trabalhador se organizar e reconhece os sindicatos como agentes representantes dos trabalhadores. Em outras palavras, o Estado deve atuar como um expectador das relações trabalhistas.

Outra característica essencial do modelo contratualista é a sindicalização plural, pois não há nenhuma determinação prévia por parte do Estado em relação à escolha dos grupos representativos de trabalhadores. Desse modo, eles podem se organizar em diferentes níveis, seja por fábrica, empresa ou ramo de atividade. O caráter voluntarista também é marcante nas relações contratuais.⁷²⁶ Salários e condições de trabalho figuram

⁷²⁶ Segundo Stanley Gacek, tanto ele quanto Tamara Lothian utilizam o conceito de voluntarismo no sentido de que o aparato judicial não determina os termos do contrato coletivo, prevalecendo a liberdade sindical, sem a interferência do Estado e o uso máximo da pressão econômica não violenta por meio do

como questões individuais, funcionam de forma independente e estão sujeitas às regras do direito privado. No entanto, a arbitragem também de caráter privado é fundamental para o andamento das negociações. Por fim, a última característica mais importante do contratualismo estadunidense é a separação entre a estrutura sindical e o sistema de bem-estar social. Os sindicatos não devem ter nenhuma relação com os serviços sociais ou benefícios provenientes do Estado, o que não significa que eles não possam exercer poder de pressão em relação a essas questões.⁷²⁷

Tamara Lothian, advogada e especialista na área do Direito do Trabalho norte-americano, traçou comparações entre o corporativismo e contratualismo, bem como os possíveis efeitos da aplicação desses dois sistemas no processo de politização e militância da classe trabalhadora no Brasil e nos Estados Unidos. Para a autora, os dois sistemas podem influenciar a militância sindical de maneiras muito diferentes. Suas ideias são bastante inspiradoras para pensarmos na permanência do modelo legislado no Brasil durante o regime ditatorial. Assim como Erickson, Lothian apontou para o fato de o modelo corporativista geralmente ser identificado com os regimes autoritários de direita, servindo exclusivamente como um instrumento para repressão e controle do movimento sindical. No entanto, a autora observou que em muitos países onde o sistema corporativista foi adotado, os movimentos sindicais se tornaram mais fortes, independentes e politizados, graças ao desenvolvimento de uma militância política que soube utilizar o aparato corporativista. Nesse sentido, é importante identificar os momentos históricos em que o corporativismo atuou como um instrumento de controle e quando passou a viabilizar a militância política.⁷²⁸

direito de greve. Voluntarismo, porém, que não impede o Estado de estabelecer garantias mínimas para salários e benefícios. Diferentemente do conceito de voluntarismo utilizado por Samuel Gompers e outros líderes da AFL, que interpretavam qualquer regulação do Estado na economia como antissindical. GACEK, Stanley A. *Sistemas de relações de trabalho. Exame dos modelos Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: LTr, 1994, p. 12.

⁷²⁷ LOTHIAN, Tamara. "The Political Consequences of Labor Law Regimes: the Contractualist and Corporatist Models Compared". *Cardozo Law Review*, vol.7, nº 1001, 1986, pp. 1003-04.

⁷²⁸ Por militância política a autora entende tratar-se de reivindicações econômicas e institucionais que não se separam de questões mais abrangentes, incluindo mudança nos locais de trabalho e nas relações com o governo e a economia. Diferentemente da militância econômica, caracterizada como um movimento de massa e de conflitos, sem ser politizada, embora a perpetuação do conflito possa apresentar um terreno fértil para a politização. Essa estaria relacionada às questões salariais, benefícios, condições de trabalho e segurança no emprego, normalmente conduzidos por meio de lobbies junto ao governo ou ao parlamento. Nesse sentido, compartilho da crítica feita por Gacek, que alertou para o caráter abstrato dessa separação entre o político e econômico, dissociação que não dá conta e nem explica as experiências e os movimentos da classe trabalhadora.

Usando como exemplo o período do “novo sindicalismo”, surgido no final da década de 1970, Lothian observou que o corporativismo pode favorecer os extremos do movimento sindical, levando-o da manipulação e apatia à politização. Já o contratualismo ou o voluntarismo encorajaria um estilo de militância moderada, mais voltada às questões econômicas. Tais argumentos desconstruem a ideia bastante difundida entre os especialistas do Direito do Trabalho e críticos ortodoxos do corporativismo, de que as relações trabalhistas independentes, baseadas no âmbito individual e de caráter privado, seriam mais eficientes e democráticas. Nesse sentido, embora o “novo sindicalismo” não seja objeto de análise neste estudo, é importante apontar para o caráter ambíguo desse movimento, uma vez que ele surgiu à margem do Estado e com o objetivo de derrubar a estrutura corporativista sindical. No entanto, os grupos de oposição não deixaram de lutar por dentro dos sindicatos para conquistá-los.

Uma vez apreendido que o corporativismo não atua como um corpo monolítico e que suas leis podem ser utilizadas de forma pragmática por patrões e empregados, é possível pensar que o sistema corporativista serve tanto como um instrumento de controle e repressão como pode contribuir para politizar o movimento sindical.⁷²⁹ Embora Lothian afirme que a questão-chave para promoção do controle ou da politização dos trabalhadores esteja na fraqueza da vontade política [dos trabalhadores] e na autoridade efetiva da parte do regime autoritário, acredito que a definição do uso do sistema corporativista encontra-se na relação do Estado com os representantes dos trabalhadores e do capital e no papel que cada grupo exerce em conjunturas políticas e econômicas específicas.⁷³⁰

No caso do Brasil, Lothian observou que, em diferentes contextos históricos, a experiência dos trabalhadores com o corporativismo foi bastante diversa, tendo sido alterada profundamente durante os períodos mais autoritários e democráticos.

⁷²⁹ É importante enfatizar que o conceito de corporativismo utilizado nesse capítulo remete ao período dos anos 1930 até a primeira metade dos anos 1970. Embora ciente da importância em analisar o tema à luz dos debates que tratam do conceito de neocorporativismo, nos moldes do modelo europeu, mais precisamente aplicado pelos partidos social-democratas, esse estudo debruça-se apenas nos debates entre o modelo brasileiro e norte-americano referente àquele período. Há uma extensa literatura nacional e internacional sobre os significados políticos do termo neocorporativista, voltados principalmente para as análises das relações trabalhistas a partir da década de 1980. Sobre o Brasil, ver NORONHA, Eduardo G. “O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil”. *Dados*, vol. 43, n. 2, Rio de Janeiro 2000; ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1995; CARDOSO, Adalberto M. *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

⁷³⁰ LOTHIAN, Tamara, op. cit., p. 1004.

Reconhecida certa flexibilidade do sistema corporativista, a autora argumentou que sua exclusão não se torna necessária, sendo possível mantê-lo, desde que sejam feitas alterações que viabilizem a mobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, o projeto do novo Código do Trabalho idealizado por Evaristo de Moraes Filho é bastante representativo. Em casos de regime de exceção, Lothian observou que a repressão ocorre por uma combinação de fatores políticos, sendo o sistema corporativista um desses componentes.

Stanley Gacek, advogado norte-americano especializado nas relações sindicais latino-americanas, impactado pela efervescência política e sindical que ele testemunhou na região do ABC de São Paulo no final dos anos 1970 e início da década de 1980, questionou alguns argumentos fundamentais da tese de Lothian. Parte das críticas feitas à autora encontra-se na própria abstração de determinados conceitos e ideias que, para Gacek, estariam distanciados das diferentes experiências políticas vivenciadas pelos trabalhadores norte-americanos e brasileiros.⁷³¹ O autor rejeitou a ideia de que o sistema contratualista teria contribuído para o desenvolvimento de um movimento sindical norte-americano mais economicista e menos politizado, pejorativamente caracterizado como “sindicalismo de negócios”, do qual a AFL-CIO seria o grande símbolo. Para ele, tais críticas vindas da esquerda norte-americana soam como uma caricatura distorcida do mundo do trabalho estadunidense e sua história, embora ele tenha reconhecido que os sindicatos dos Estados Unidos estavam em declínio nas últimas décadas, com baixo índice de organização e pouca influência política. Para Gacek, a militância operária que atua dentro dos princípios do sistema corporativista pode ser altamente anticorporativista e pró-contratualista, a exemplo do que ocorreu no “novo sindicalismo”.⁷³²

Gacek chamou a atenção para as diferenças entre o tipo ideal de cada sistema e sua aplicação na prática. O autor expõe uma série de contradições criadas pelo sistema trabalhista nos Estados Unidos, assim como as tensões geradas pelo papel atribuído ao Estado ao tentar conciliar a natureza puramente privada do contrato com determinados interesses públicos. Nesse sentido, o tipo ideal de contratualismo passa a ser subvertido

⁷³¹ Uma delas é a dicotomia que Lothian faz entre a militância “política” e “economicista”, bem como a ideia abstrata de uma definição sobre militância sindical. Gacek atentou para o fato de que, geralmente, as lutas sindicais apontam para a convergência desses dois tipos, sendo, que na prática, esses elementos tornam-se indissociáveis. GACEK, op. cit., p. 18.

⁷³² Idem, op. cit., p. 14.

pela prática jurídica. O contratualismo de âmbito privado não evita que o movimento sindical esbarre numa série de empecilhos legais que limitam sua soberania por meio do processo de reconhecimento como representante legal de determinado grupo de trabalhadores, restrições à greve, aos piquetes e atividades de boicote, entre outros.⁷³³

Independente de qual sistema seria o mais eficiente ou quais seriam as vantagens e desvantagens de cada um, ambos os autores contribuem para desconstruir certas ideias que de tão repetidas transformaram-se em premissas inquestionáveis na historiografia nacional e internacional. Fernando Teixeira da Silva, ao analisar o papel do poder normativo exercido pela Justiça do Trabalho no Brasil, enfatizou os limites do Direito do Trabalho no modelo legislado em comparação com o contratual. Em suas palavras,

O Direito do Trabalho conferiu caráter público a relações sociais desenvolvidas na esfera privada, na contramão do contratualismo liberal ortodoxo, baseado na ficção jurídica da autonomia das vontades individuais. No lugar de direitos e deveres definidos individualmente, segundo as regras do direito subjetivo, empregadores e empregados assentam normas coletivas de regulação de salários e condições de trabalho enquanto sujeitos de direito. O Direito do Trabalho, portanto, reconhece o trabalhador como parte integrante de um coletivo dotado de estatuto social que ultrapassa a dimensão individual do contrato de trabalho.⁷³⁴

De modo geral, percebe-se que tanto o encaminhamento do dissídio coletivo à Justiça do Trabalho para julgar a pauta de reivindicações coletivas dos trabalhadores de uma determinada categoria, quanto a realização de um acordo coletivo feito diretamente com os patrões eram ações calculadas. O sucesso das reivindicações dependia fundamentalmente da força do setor produtivo, ou seja, de seu poder de barganha, bem como da organização do movimento sindical em uma conjuntura política específica.

A permanência do modelo legislado na Ditadura Civil Militar

Como vimos, o direito de greve e as negociações coletivas independentes, dois pilares do modelo contratualista, foram inviabilizados pela nova política salarial de 1964. No entanto, cabe questionar o que teria levado o governo Castello Branco a não seguir a proposta norte-americana. Acredito que a resposta para essa pergunta encontra-se no desenvolvimento de duas questões: a criação de uma cultura de direitos formada no período pré-1964 e o fato de o sistema corporativista servir aos projetos do regime

⁷³³ Idem, op. cit., p. 44.

⁷³⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. “Poder, normas e justiça: os trabalhadores e o Tribunal Regional de São Paulo (1963-1964)”, op. cit., p. 12.

militar. Ao considerarmos o alto índice de impopularidade do governo de Castello Branco entre a classe trabalhadora, provocado em parte pela retirada de direitos individuais considerados fundamentais para os trabalhadores, além do aumento da rotatividade de mão de obra, do desemprego e da inflação, é difícil imaginar que o governo estaria disposto a promover mudanças estruturais nas relações trabalhistas. Afinal, para que destruir o maior legado de Vargas se a estrutura jurídica corporativista, como bem mostrou Lothian, servia tão bem aos interesses de um Estado controlador e autoritário quando acompanhada do aparato repressivo?

A forte influência do legado de Vargas entre os trabalhadores, mesmo após a derrubada de Goulart, chamava a atenção dos analistas norte-americanos. Para eles, a chamada “herança varguista” representava um dos obstáculos para a implantação do “sindicalismo livre” no Brasil. Em uma dessas observações, o adido trabalhista Herbert Baker registrou a cerimônia de aniversário da fundação do Sindicato dos Padeiros e de Produtos Alimentícios do Rio de Janeiro, no ano de 1965. Na ocasião, o discurso de um jovem deputado da UDN, Raymundo Nonato da Costa Rocha, contendo elogios ao governo de Getúlio Vargas no campo da legislação trabalhista, deixou o analista estrangeiro contrariado. Em outra situação, Baker presenciou cena semelhante ao ouvir as palavras proferidas pelo conselheiro do Instituto de Segurança Social dos Trabalhadores Comerciais, Henrique Pinto de Magalhães, durante evento realizado no Sindicato dos Operadores de Elevadores do Rio de Janeiro. Discurso que o adido trabalhista definiu como “altamente dramático sobre o que Vargas fez pelos trabalhadores”, mas que conseguiu arrancar “aplausos emocionados do público”.⁷³⁵ Para um funcionário do IADESIL,

O grande paradoxo é que Vargas é tido pelo movimento sindical brasileiro como um herói lendário. O seu retrato está exposto no lugar de honra em quase todas as sedes dos sindicatos. Ele é falado com reverência como o primeiro homem que fez algo pelos trabalhadores. Está claro que a “imagem de pai” criada por Vargas, tem sido cuidadosamente nutrida pelos seus sucessores. Após quase três décadas de condicionamento, é praticamente um ato reflexo dos trabalhadores e dos líderes sindicais em olhar para o governo como o responsável por resolver todos os seus problemas, que nos Estados Unidos são objetos da negociação coletiva ou dos procedimentos

⁷³⁵ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para o Departamento do Estado, de 26 de maio de 1965. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), box 1281.

contratuais. Essa é a dura realidade do cenário sindical brasileiro.⁷³⁶

Em outro relatório feito pela embaixada americana, também dedicado a analisar a situação do movimento sindical brasileiro, foi listada uma série de fatores que pretendiam explicar as dificuldades de execução do projeto sindical norte-americano no país. Eram eles:

- 1- O sentimento geral entre os trabalhadores de que o paternalismo do Estado e dos empregadores é melhor do que os benefícios que podem ser obtidos com o uso do sistema de negociações coletivas;
- 2- A ideia de que as cortes trabalhistas são os órgãos mais adequados para cuidar dos conflitos entre trabalhadores e patrões;
- 3- O prevalecimento da opinião entre os dirigentes sindicais de que o sistema regulamentado pelo Estado é melhor, assim como a manutenção do imposto sindical;
- 4- Uma óbvia relutância ou má vontade por parte dos líderes sindicais do tempo presente de desistir do sistema o qual lhes assegura muitos benefícios e vantagens do governo;
- 5- O ressurgimento dos movimentos de esquerda no cenário sindical que prejudicam as atividades do sindicalismo norte-americano;
- 6- A identificação de certa apatia entre os líderes sindicais e suas bases em relação à esperança de que um movimento bem organizado possa surgir no Brasil;
- 7- Da parte dos empregadores e do governo, identificou-se uma noção de certa forma generalizante de que os sindicatos representam um movimento inofensivo e de que estão subjugados ao plano de desenvolvimento econômico.

De fato, os governos militares insistiam numa espécie de tradição da judicialização dos conflitos trabalhistas e no controle das relações sindicais via Ministério do Trabalho, conforme foi destacado na epígrafe deste capítulo. Geisel, em um discurso voltado para os trabalhadores de Minas Gerais em 1976, fez elogios à legislação trabalhista brasileira e à Justiça do Trabalho, instituição que ele considerou ser “a melhor do mundo” e uma “grande contribuição do presidente Vargas”. Nesse sentido, é interessante observar como os militares utilizaram a memória daquele que

⁷³⁶ Memorando para George Phillips, escrito por Angel Verdu em 9 de julho de 1975. *George Meany Archive*, RG 038, Office of the President, pasta 68/25 - Brazil, 1961-1975 & 1979.

teria “presenteado” os trabalhadores com direitos trabalhistas para buscar apoio popular ao regime. No entanto, reconheceu que a justiça trabalhista precisava ser aperfeiçoada, inclusive em relação aos juízes.

Não sabemos exatamente a que tipo de crítica ele se referia ao falar dos magistrados, mas a ideia – compartilhada sobretudo por aqueles que apoiavam o regime militar – de que a Justiça do Trabalho, mesmo com seus problemas e deficiências, era considerada o melhor canal de solução dos conflitos pelos trabalhadores atravessou todo o período da ditadura civil-militar. Se antes a existência do órgão trabalhista era defendida pelos dirigentes trabalhistas e comunistas, embora não sem críticas, sua permanência como único instrumento de canalização de conflitos passou a ser fortemente defendida pelo regime autoritário, inclusive pelas lideranças sindicais “pelegas”.⁷³⁷ Nesse sentido, pode-se afirmar que as críticas dos trabalhadores em relação ao sistema corporativista, que ganharam força no final da década de 1970, estavam relacionadas especificamente ao corporativismo aplicado pelo regime militar no âmbito dos direitos coletivos.

Em uma pesquisa elaborada por José Marcondes Freitas, superintendente do ICT, realizada em 1964, o objetivo era investigar o que os dirigentes sindicais pensavam a respeito do funcionamento das cortes trabalhistas, além de saber se eles desejavam mudanças na estrutura corporativista das relações trabalhistas. Entre as questões respondidas pelos participantes da pesquisa destacam-se: “1- O que pensa sobre a Justiça do Trabalho?; 2- Resolve os casos da melhor maneira possível? ; 3- É uma Justiça cara ou econômica?; 4- Resolve os casos rapidamente? ; 5- Deve ser mantida tal como está?; 6- Deve ser extinta gradativamente?; 7- Deve ser modificada?”. Sobre o direito de greve, os participantes foram questionados se o instituto estava sendo bem exercido ou deturpado no Brasil, e se a greve de solidariedade deveria ser permitida ou não.⁷³⁸

De acordo com o resultado da pesquisa, 53,8% dos sindicalistas tinham críticas à Justiça do Trabalho; já 34,6% fizeram diferentes elogios à instituição, e o restante não

⁷³⁷ Sobre as críticas e o uso da Justiça do Trabalho pelas lideranças sindicais do pré-1964, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. *Revista GT Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, 2012, pp. 124-60; FRENCH, John. *Afogados em leis*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

⁷³⁸ MARCONDES, José V. Freitas. *Radiografia da liderança sindical paulista*. São Paulo: ICT, 1964. Esse documento também foi encontrado no arquivo do Deops, em que foram acrescentadas mais informações. APESP, Deops, série dossiês, documento número 50-J-0-1200.

quis responder. Entre os problemas levantados, alguns alegavam que a Justiça do Trabalho não decidia os casos rapidamente; outros achavam que as cortes trabalhistas deveriam ser modificadas. Entretanto, embora o número de dirigentes que criticaram a justiça trabalhista tenha sido expressivamente maior do que aqueles que não tinham nada de negativo a dizer sobre ela, 69% dos dirigentes entrevistados não concordavam com a extinção gradativa do órgão trabalhista.

Quase uma década após o golpe, outra pesquisa realizada nos anos de 1972 e 1973, por Amaury Guimarães de Souza, procurava saber o que os dirigentes sindicais pensavam sobre o sistema corporativista. Durante esse período, Souza coletou entrevistas com sindicalistas pertencentes às confederações, federações e sindicatos locais de diferentes regiões do país. Interessado em saber a opinião deles sobre o poder exercido pelo governo nos sindicatos, a maioria afirmou que o controle deveria ser mantido ou ainda mais acentuado. Entretanto, ao confrontar as respostas das lideranças sindicais de cúpula com as entidades locais foi observada a divergência de opiniões. Segundo o autor da pesquisa, o apoio de um grande número de dirigentes à intervenção estatal nos assuntos trabalhistas devia-se ao fato de o modelo corporativista encontrar-se arraigado na rotina do movimento sindical brasileiro.⁷³⁹ As diversas possibilidades de ocupar uma posição na estrutura sindical e em outras instâncias do governo, como a Justiça do Trabalho, por exemplo, contribuíam não apenas para estreitar, como também reforçavam a relação entre o Estado e as lideranças sindicais.⁷⁴⁰

Para Souza, o modelo de ascensão das lideranças norte-americanas no movimento sindical não poderia ser utilizado para compreender o caso brasileiro. De acordo com o autor, os sindicalistas daquele país precisavam conquistar a confiança das bases eleitorais, além de estabelecer e consolidar alianças com outras lideranças, diferentemente dos brasileiros que supostamente ascendiam por conta de seus contatos pessoais no Ministério do Trabalho, principalmente no pós-1964, quando as eleições sindicais eram frequentemente manipuladas. Interessado em compreender como se dava a representação dos trabalhadores por meio de suas lideranças ocupantes dos altos postos da estrutura sindical, Souza observou que os dirigentes das confederações, federações, sindicatos locais e as bases possuíam origens sociais semelhantes,

⁷³⁹ SOUZA, Amaury Guimarães. "The nature of corporatist representation: leaders and members of organized labor in Brazil". Tese de doutorado. Cambridge: Departamento de Ciências Políticas, Massachusetts Institute of Technology, 1979, p. 18.

⁷⁴⁰ Idem, op. cit., p. 105.

provenientes das classes baixa e média. Essa característica, em tese, facilitaria a comunicação entre os interesses dos representados com seus representantes.

Para o autor da pesquisa, a maioria das respostas representava um alto grau de institucionalização da estrutura corporativista brasileira. A política salarial foi o tópico mais indicado pelos entrevistados de Souza para exemplificar o choque de interesses entre os dirigentes e o governo; em segundo lugar, estava a política de bem-estar social. Havia também reclamações por parte dos entrevistados sobre a ausência de regulamentação de determinadas profissões e da inadequada aplicação da legislação trabalhista em relação às horas trabalhadas e segurança no trabalho. Finalmente, o autor apurou que apenas uma minoria afirmou ser a maior parte dos conflitos com o governo reflexo da repressão política exercida no movimento sindical, mais precisamente na restrição do direito de greve. Daqueles que afirmaram ter conflitos com o governo, 76% defenderam que o Estado deve ser o responsável pelas demandas dos trabalhadores. Salvo os problemas metodológicos da pesquisa realizada por Souza (causados em grande parte pelo momento repressivo que os entrevistados estavam vivenciando), os resultados da pesquisa podem ser considerados interessantes sobre as questões que permeavam as relações entre os sindicalistas e o Estado.

Ao pensarmos sobre os motivos que levaram à permanência do modelo legislado nas relações trabalhistas durante o período ditatorial, pode-se afirmar que, com o forte controle do Poder Executivo e com a rigorosa seleção dos juízes trabalhistas, a Justiça do Trabalho serviu muito bem aos interesses do regime militar e de grande parte dos empresários, em sua maioria aliados da ditadura. As lembranças de Pedro Manus, do tempo em que ele ocupava o cargo de chefe de gabinete do presidente do TRT de São Paulo, Homero Diniz Gonçalves, no ano de 1974, são bastante representativas das relações entre os magistrados e o governo militar. Homero Gonçalves, sergipano, tinha grande influência na nomeação de juízes e fama de ser “muito animado com a ditadura”, assim como seus colegas magistrados da ala conservadora que dominavam o ambiente do judiciário trabalhista. Durante o período em que o depoente trabalhou ao lado de Gonçalves, não teriam sido poucas as vezes em que ele testemunhou uma ação considerada habitual no gabinete do presidente do TRT:

a cada greve importante, o Dr. Homero conversava antes e depois dos julgamentos com o ministro da Justiça, para dizer (...): olha, vai ser assim, assim, assim, o resultado... olha, a

greve vai ser julgada ilegal. Então, já havia um controle muito grande, já havia não, continuou a haver muitas cassações e aposentadorias a partir de 68, com o AI-5.⁷⁴¹

Ao longo do regime ditatorial, observa-se que nos momentos de maior reação do movimento sindical frente ao rigoroso controle da legislação trabalhista, os diferentes governos militares reagiam com a imposição de um novo decreto, como ocorreu no governo Geisel. O decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, impedia a realização de greves de uma série de categorias de trabalhadores pertencentes aos serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo e outros combustíveis, bancos, transportes, entre outros setores que a Presidência da República julgasse de interesse essencial da segurança nacional. Para o ministro do TST, Pedro Paulo Manus, o decreto, aliás, considerado inconstitucional, era uma resposta aos trabalhadores que estavam conseguindo driblar a rigorosa aplicação da legislação trabalhista.

Ao refletir sobre o impacto da aplicação das negociações coletivas independentes no período da ditadura, Manus defendeu a existência de mecanismos do Estado que garantissem os direitos dos trabalhadores, defendendo-os das lideranças e dos empresários mal intencionados. Em sua opinião, nem mesmo o governo Castello Branco pretendia extinguir a Justiça do Trabalho, pois quando esta chegou nos anos 1960,

mal ou bem ela já tinha completado 40 anos de atuação e ia equacionando os problemas entre os empregados e empregadores. E como o Estado é amigo do empresário *pero no mucho*, se havia excessos na cabeça dos empresários, o Estado também não estava muito preocupado, porque era melhor ter “excesso” e o patrão pagar do que a gente extinguir a Justiça do Trabalho e nós termos que administrar esse tipo de conflito. Nós, quer dizer o Executivo.⁷⁴²

Em relação aos direitos individuais como férias, décimo terceiro e aviso prévio a ditadura não interferia. Os julgamentos continuaram com o mesmo conteúdo, à exceção da legislação que foi modificada, como no caso da extinção do direito à estabilidade e na aplicação do FGTS. Essas mudanças, ao longo dos anos 1960 e 1970, transformaram

⁷⁴¹ Entrevista com Pedro Paulo Teixeira Manus, ministro do TST, concedida à autora, realizada no dia 11 de junho de 2010. Manus, antes de se tornar magistrado do Trabalho, foi professor no ICT no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

⁷⁴² Idem.

o perfil dos trabalhadores que procuravam os tribunais trabalhistas. Embora sem a existência de um estudo quantitativo, é possível afirmar que grande parte dos processos trabalhistas individuais era encaminhada por desempregados. Com a perda do direito a estabilidade, os trabalhadores deixaram de recorrer aos tribunais para discutir alterações nos contratos de trabalho, como o pagamento de horas extras, suspensões e férias, como observou Manus.

As observações do magistrado vão ao encontro do que mostrou a pesquisa realizada pelo centro acadêmico dos alunos da área de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, publicada em abril de 1967, com o título “*Vá procurar os seus direitos*”. Por meio da matéria é possível ter uma ideia dos motivos que levavam os trabalhadores a procurar a Justiça do Trabalho tanto no âmbito das questões individuais quanto coletivas. A pesquisa apurou que uma queixa individual apresentada à corte trabalhista costumava levar em média de 30 a 40 dias para ser julgada, após a realização da primeira audiência. Posteriormente, o empregador poderia apelar da decisão, protelando a ação por mais 30 ou 120 dias.⁷⁴³

Durante os meses de janeiro a março de 1967 os tribunais trabalhistas de São Paulo receberam 15.642 processos. De acordo com a pesquisa publicada pelo jornal estudantil, os principais reclamantes eram de fábricas como a Matarazzo, a Sanbra e a Nitroquímica, e das empresas de ônibus. Em geral, 95% das reclamações eram ganhas pelos trabalhadores. Tal informação, embora analisada de forma isolada, revela duas características importantes sobre a atuação da justiça trabalhista na Ditadura Civil-Militar: primeiro, o descumprimento sistemático por parte dos empregadores das suas responsabilidades trabalhistas; segundo, a tendência da Justiça do Trabalho em garantir os direitos individuais pré-determinados na legislação trabalhista. A pesquisa apurou ainda que somente em janeiro de 1967, do número de processos julgados, 40% terminaram em acordos que iriam ser pagos em longas parcelas mensais. Porém, a crise econômica fez com que o número de conciliações baixasse para 20% entre os meses de fevereiro e março, pois o empregador passou a preferir a continuação do processo alegando não ter o dinheiro disponível para o cumprimento dos acordos.

Embora a matéria considerasse que “a justiça trabalhista estava a serviço do patrão”, ela reconhecia que a mesma havia se tornado um escoadouro para as queixas

⁷⁴³ *Amanhã*, de 6 a 13 de abril de 1967, p.1 e 3. CEDEM-UNESP, localização P6/086.

dos trabalhadores contra os abusos cometidos no ambiente do trabalho, uma espécie de válvula de escape da revolta dos operários. Sendo assim, considerava válida a sua estrutura como instrumento de proteção dos direitos trabalhistas. Portanto, era considerado essencial que ela se tornasse uma “justiça rápida e sumária, que obrigasse ao pagamento imediato dos chamados direitos líquidos, porque adquiridos”. No entanto, como parte do mecanismo do regime autoritário, a justiça trabalhista, que frequentemente privilegiava os interesses das classes dominantes, padecia de seus vícios, pois “preferem-na assim, morosa e atrapalhada em seu andamento pela complicada rede de audiências, testemunhas e golpinhos de advogados e apelações que permitem adiar indefinidamente o pagamento dos direitos”, assim concluiu o periódico.

Conclusão

Durante os piores anos da ditadura brasileira (1969-1978), os trabalhadores tiveram poucas condições de lutar contra a estrutura oficial sindical, uma vez que as intimidações policiais e dos empregadores, em sintonia com a legislação trabalhista em vigor, minavam qualquer tipo de ação. Essa situação começou a mudar a partir de 1978, quando o regime militar passou a mostrar sinais de fraqueza e as oposições sindicais começaram a se infiltrar nos sindicatos, procurando destituir as diretorias “pelegas” de várias partes do país, não somente das áreas urbanas, mas também rurais.⁷⁴⁴ Nesse momento, a repressão ao movimento sindical, bem como a cooptação de lideranças e a arbitragem obrigatória das reivindicações trabalhistas (realizada por meio da forte limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho) foram mecanismos fundamentais para a manutenção do modelo corporativista durante o período ditatorial.

Como Antonio Luigi Negro observou, a CLT passou incólume pelas mudanças implantadas pelos liberais e pró-americanistas Otávio Bulhões e Roberto Campos e pelo autoritarismo dos governos posteriores. A legislação trabalhista e todo o aparato corporativista serviram aos interesses econômicos do Estado e dos empresários. Os sindicatos, movidos pelo imposto sindical, pelas lideranças conservadoras e assentados no direito da unicidade sindical, tornaram-se uma parte imprescindível da economia.⁷⁴⁵

⁷⁴⁴ Lothian, Tamara, op. cit., p. 1033.

⁷⁴⁵ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo/ Fapesp, 2004, p. 306.

Se no período do pós-guerra o movimento sindical aprendeu a manejar o sistema corporativista para a conquista de leis e direitos dos trabalhadores, no pós-1964 observa-se que os empregadores não estavam dispostos a negociar. A via judicial tornou-se a única possibilidade para reivindicações. Na década seguinte, com a manutenção do arrocho salarial atrelado ao forte processo de depuração da Justiça do Trabalho, a essa altura já bastante consolidado, os trabalhadores buscaram entabular negociações fora das amarras legais, na expectativa de conquistar melhores condições salariais e de trabalho por meio da via direta de negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a desmobilização do movimento sindical provocada pela ascensão dos militares, finalmente, o terreno parecia estar limpo para que as organizações sindicais norte-americanas pudessem desenvolver uma série de atividades educativas e assistenciais nas zonas urbanas e rurais, voltadas à implantação do chamado “sindicalismo livre” no país. Por meio dos relatórios da AFL-CIO, publicações sindicais, nacionais e internacionais, análises dos oficiais da embaixada americana, fontes policiais e periódicos da grande imprensa, foi possível traçar um panorama das relações sindicais Brasil e Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar. Para tanto, analisei as atividades realizadas pelo IADESIL e ICT, criados respectivamente nos anos de 1961 e 1962, com recursos do governo estadunidense, canalizados para o programa Aliança para o Progresso, pela AFL-CIO e grandes corporações norte-americanas.

Desde sua instalação no Brasil, o IADESIL investia em cursos, palestras, intercâmbios e seminários por todo o país, com o objetivo de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano. Essas atividades eram realizadas com o apoio dos setores mais anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro. Muitos dos chamados “pelegos”, que surgiram e se consolidaram no sindicalismo com o apoio dos militares, participaram das atividades promovidas pelo IADESIL e mantinham vínculos estreitos com o sindicalismo norte-americano. Porém, ao analisar as diferentes conjunturas político-econômicas do período ditatorial, observei que essas alianças eram instáveis e mudavam conforme o posicionamento dos governos militares em relação ao programa sindical norte-americano e os interesses dos sindicalistas brasileiros.

Apesar das declarações de respeito às questões e costumes próprios de cada país, feitas pelas autoridades norte-americanas, a fronteira entre a cooperação e a intervenção nos assuntos políticos e econômicos brasileiros foi questionada nas diferentes conjunturas políticas do pós-1964. Ao observar o desenvolvimento do programa Aliança para o Progresso na área sindical no Brasil, chamei a atenção para a complexidade das relações transnacionais ocorridas durante a Guerra Fria, escapando das análises que tenderam a avaliar a atuação da política internacional da AFL-CIO a

partir de uma perspectiva circunscrita apenas às questões internas norte-americanas. Nesse sentido, procurei enfatizar as reações e as estratégias elaboradas pelos dirigentes brasileiros e pelos diferentes governos militares em relação aos programas sindicais conduzidos pelo IADESIL e ICT, argumentando que essas ações foram fundamentais para o rumo das atividades e do projeto sindical norte-americano idealizado e desenvolvido no país.

Ao tentar “educar” o sindicalismo brasileiro, a AFL-CIO e demais autoridades representantes do governo estadunidense tiveram de estudar, analisar, considerar e negociar com as aspirações políticas dos generais e dos próprios sindicalistas, fazendo com que, não raramente, seus planos e abordagens fossem modificados. Assim, busquei apreender as descontinuidades e hesitações do apoio do governo norte-americano à ditadura brasileira no âmbito das relações trabalhistas. Não obstante, procurei desviar das análises que visam avaliar o grau de impacto da política sindical norte-americana no Brasil a partir da ideia de “sucesso” ou “fracasso” do programa sindical. Em parte, acredito ser improvável encontrar evidências concretas que comprovem determinada “influência” ou “adoção” de práticas sindicais exclusivamente norte-americanas. Tais indícios dificilmente poderiam ser demonstrados por números ou por fatos pontuais, principalmente se colocarmos a história do movimento sindical no Brasil em uma perspectiva global.

Mesmo o conjunto de fontes analisado nesse estudo, contendo relatos de atividades, os números de cursos realizados, a quantidade de sindicalistas envolvidos, pouco ou quase nada revelam sobre os resultados práticos dessas ações. Não que os norte-americanos tivessem sido meros observadores da conjuntura repressiva que desmobilizou o movimento sindical brasileiro a partir de 1964. Em muitos momentos, percebe-se que o IADESIL, atuando em conjunto com a embaixada, Departamento de Estado e governo estadunidenses, buscaram interferir diretamente nos assuntos da política trabalhista brasileira. Entretanto, se olharmos apenas para as mudanças ou continuidades no sistema de regulamentação trabalhista brasileiro durante o período de atuação do sindicalismo norte-americano no Brasil, podemos concluir apressadamente que foram poucos ou quase nulos os efeitos da política internacional da AFL-CIO no Brasil no sentido de implantação do chamado “sindicalismo livre”. Desse modo, tal questão nos faria perder de vista os diversos sentidos e significados da presença desses órgãos sindicais internacionais no Brasil.

Beth Sims, em seu estudo sobre a política internacional da AFL-CIO, apurou que não era possível fazer uma análise concreta da atuação do IADESIL, muito menos analisar o impacto imediato das atividades realizadas, embora se esperasse que os representantes da organização entregassem relatórios periódicos contendo dados qualitativos e quantitativos sobre os projetos efetuados. Mais do que demonstrar seu impacto, o IADESIL representava um importante meio de adquirir informações, uma entrada para conhecer pessoas influentes do ramo político e empresarial, além de saber de fatos que poderiam afetar os interesses norte-americanos ou que pudessem ameaçar o desenvolvimento do projeto de “sindicalismo livre e democrático”. Nesse sentido, manter os sindicatos afastados da influência de lideranças comunistas mostrava-se fundamental.⁷⁴⁶ Para tanto, há indícios de que o IADESIL buscava interferir nas organizações dos trabalhadores, por meio da concessão de empréstimos, ofertas de viagens e outras atitudes que podiam influenciar as eleições sindicais, bem como as atividades dessas entidades, conforme apontou a análise da CPI das entidades estrangeiras, instaurada em 1967.

Ao observar o desenvolvimento da política internacional da AFL-CIO no Brasil, percebe-se que durante os anos de 1964 a 1966 houve um esforço efetivo por parte da central sindical norte-americana para a implantação das negociações coletivas “livres” no país. Todavia, a nova política trabalhista delineada pelo governo Castello Branco e mantida pelos demais governos militares, freou o desenvolvimento desse projeto. Em busca de apoio popular para a chamada “revolução”, acredito que Castello Branco não estivesse disposto a se arriscar em terrenos desconhecidos, como o do “sindicalismo de negócios”. Em grande parte, porque era inegável o forte significado da legislação trabalhista para a classe trabalhadora.

Conforme foi enfatizado nesse estudo, as relações sindicais entre Brasil e Estados Unidos tornaram-se bastante desgastadas antes mesmo da posse do marechal Costa e Silva. A partir de 1967, observou-se o distanciamento diplomático nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, devido às diversas mudanças políticas realizadas por ambos os lados. Tais alterações, que também afetaram as relações sindicais, podem ser explicadas em parte, devido ao crescimento da presença norte-americana no Brasil. Fato que provocou a difusão de um sentimento antiamericano não somente entre os

⁷⁴⁶ SIMS, Beth, *Workers of the World Undermined - American Labor's Role in U.S. Foreign Policy*. Boston, MA: South End Press, 1992, p. 31.

militantes de esquerda, mas também entre os setores conservadores e militares. Integrantes da “linha-dura” e empresários nacionais passaram a questionar a política externa travada na administração anterior, rejeitando o modelo de negociações coletivas independentes.

Com o AI-5, instituído em dezembro de 1968, percebe-se o início de uma nova fase das relações sindicais entre brasileiros e norte-americanos. Atendendo a uma demanda dos dirigentes brasileiros, o ICT foi reformulado, porém, sem rejeitar a assistência da entidade norte-americana. Os cursos de educação sindical de âmbito local e regional passaram a ser administrados sem a coordenação dos sindicalistas norte-americanos. No entanto, em tempos de forte controle e repressão ao movimento sindical (1968-1974), o ICT poderia representar um espaço de encontro de dirigentes, interessados em debater a conjuntura trabalhista, ainda que seus organizadores fossem apoiadores do regime militar, como assinalou Silvia Manfredi.⁷⁴⁷

Além da realização dos cursos educativos e dos projetos sociais na área do mundo do trabalho, a pesquisa observou os programas de intercâmbio para os Estados Unidos, oferecidos pela AFL-CIO, iniciados ainda nos anos 1950. Após o golpe civil-militar, o programa de intercâmbio “Sindicato para Sindicato”, promovido pela AFL-CIO, foi intensificado. A análise das experiências dos sindicalistas brasileiros no programa de intercâmbio mostrou-se fundamental para compreender determinadas ideias compartilhadas por muitos dirigentes sobre os Estados Unidos e o sindicalismo daquele país. Para além do “profundo culto cívico do povo estadunidense”, como disse Jarbas Passarinho, muitos desses viajantes, ao se depararem com uma realidade diferente de seu país, ao invés de tentarem implantar o chamado sindicalismo “livre”, chegavam à conclusão de que tal modelo não se enquadraria no Brasil, por se tratarem de dois sistemas de regulamentação trabalhista bastante diferentes.

Além disso, a concepção de regulamentação de conflitos trabalhistas por meio do sistema corporativista e, mais precisamente, da Justiça do Trabalho, mostrou-se bastante presente na opinião das lideranças sindicais. Muitos deles, comprometidos ou não com os governos militares e, diante de um Congresso um tanto hostil à presença intensa de norte-americanos no Brasil, questionaram as intenções e a efetividade desses

⁷⁴⁷ MANFREDI, Silvia M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 196.

programas de intercâmbio oferecidos por entidades sindicais estrangeiras. Para muitos, essas ações eram um meio de “amaciamento” dos dirigentes brasileiros, que estariam interessados apenas em fazer o que eles classificavam de “turismo sindical”.

Uma das principais questões que guiou este estudo foi a compreensão dos motivos que levaram o regime militar, mesmo no período de maior alinhamento com os interesses dos Estados Unidos, a não adotar o modelo contratualista de regulamentação trabalhista norte-americano. Para os formuladores da política sindical internacional estadunidense e especialistas norte-americanos do movimento sindical, o sistema corporativista de regulamentação do trabalho, identificado com a política trabalhista de Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo, representava um grande obstáculo para a implantação do sindicalismo “livre e democrático” no país. De acordo com o modelo contratualista de trabalho norte-americano, o sindicalismo brasileiro deveria se desenvolver de forma independente do controle do Estado, sem a intervenção da Justiça do Trabalho, livre das amarras impostas pela legislação corporativista.

Nesse sentido, percebe-se que, mesmo com a implantação de uma nova política trabalhista e a perda de direitos considerados fundamentais aos trabalhadores, o governo militar não procurou romper com a chamada “herança varguista”. Em determinados momentos, como no período Geisel, os direitos “concedidos” por Vargas estabelecidos na CLT passaram a ser evocados como símbolo do bom funcionamento das relações trabalhistas no Brasil. De modo estratégico, a legislação era propagandeada como a “melhor do mundo” e quem não estivesse contente poderia “abrir a janela”.⁷⁴⁸

Durante o período ditatorial, vimos como os militares utilizaram o sistema corporativista como um instrumento efetivo de controle e desmobilização do movimento sindical brasileiro, servindo aos interesses dos empresários e do regime. Como observou Erickson, “o golpe civil-militar, orquestrado por setores anti-Vargas, não resultou na destruição do legado do Estado Novo, mas numa tentativa de aplicá-lo de modo mais eficiente”.⁷⁴⁹ Tal uso da estrutura corporativista fazia com que muitos sindicalistas e especialistas na área do Trabalho norte-americanos criticassem o sistema

⁷⁴⁸ Trecho do pronunciamento do presidente da República general Ernesto Geisel aos operários durante visita a Belo Horizonte, em fevereiro de 1976 (dia não identificado), citado na epígrafe do capítulo VI.

⁷⁴⁹ ERICKSON, Kenneth. *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 157.

de regulamentação brasileiro, colocando como alternativa o caminho da negociação direta entre trabalhadores e empregadores.

Contudo, é preciso questionar se o sistema corporativista foi de fato o motivo de todos os males dos trabalhadores. Estudos recentes sobre história do trabalho no Brasil têm mostrado, com base em fontes documentais e em análises quantitativas, que o movimento sindical, antes do golpe de 1964, obteve ganhos significativos por meio da estrutura corporativista, utilizando inclusive o recurso das negociações diretas, mesmo com a intermediação da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, enfatizei que, tanto no período democrático do pré-1964, como na época do “novo sindicalismo”, a estrutura sindical corporativista não impediu que a classe trabalhadora reivindicasse direitos e melhores condições de trabalho por vias legais, ao mesmo tempo em que se mobilizava em greves, rompendo com o decreto que proibia as paralisações. Os sindicalistas autodenominados “autênticos” utilizaram a estrutura corporativista, investindo um esforço imenso para ganhar eleições sindicais e ocupar a estrutura sindical. No entanto, as novas lideranças visavam a destruição do velho sistema, incentivando o pluralismo e a eliminação da contribuição sindical, rejeitando a interferência do Estado e incentivando a negociação coletiva direta. Em ambas as conjunturas, o regime político, democrático e ditatorial, como observou Tamara Lothian, foi fundamental para o equilíbrio de forças entre empregados e empregadores e para a aplicação efetiva das leis trabalhistas.⁷⁵⁰

Leôncio Martins Rodrigues, em artigo publicado no ano de 1980, afirmou que, ao contrário dos seus colegas norte-americanos, os sociólogos e cientistas políticos brasileiros estavam enfatizando mais o “autoritarismo” do que o “corporativismo” nas relações trabalhistas brasileiras. “Não é que não tenhamos estudos e pesquisas sobre as organizações sindicais; não é que a sujeição dos sindicatos ao Estado não seja observada (e seguidamente denunciada)”, completou. Embora o conceito estivesse carregado de conotações pejorativas e fosse comumente relacionado com o fascismo, Rodrigues acreditava que tal estrutura não era “fundamentalmente rejeitada pelas principais forças e correntes políticas existentes no interior das diferentes elites e grupos sociais, aí incluindo a própria *intelligentsia*”. Em outras palavras, asseverou, “critica-se certos componentes da estrutura corporativa (o controle sobre os sindicatos, por exemplo), mas

⁷⁵⁰ LOTHIAN, Tamara. “The Political Consequences of Labor Law Regimes: the Contractualist and Corporatist Models Compared”. *Cardozo Law Review*, vol. 7, nº 1001, 1986, p. 1004.

se aceita outros (o monopólio da representação e a unicidade sindical, por exemplo)”. Segundo o autor, os pesquisadores deveriam considerar o caráter corporativista nas análises sobre a estrutura sindical brasileira, assim como a sua persistência na virada dos anos 1980.⁷⁵¹

Rodrigues reconheceu que no período do chamado nacional-populismo, o corporativismo foi um instrumento poderoso de mobilização dos trabalhadores, tendo os militares utilizado os mesmos dispositivos para intervir e controlar os sindicatos. Nos anos de 1978 e 1979, ao abordar os acontecimentos ocorridos no movimento sindical da região do ABC e São Paulo, o autor observou um elemento paradoxal da legislação trabalhista: “a mobilização operária e a realização de uma das maiores e mais importantes greves da história brasileira foram conduzidas através dos sindicatos oficiais e não por ‘organizações paralelas’”. Porém, enfatizou que a mesma estrutura serviu para que o governo interviesse no sindicato, apontando para o caráter contraditório do corporativismo de base estatal.⁷⁵²

Ao refletir sobre os efeitos da estrutura corporativista nas relações trabalhistas, o autor argumentou que o sistema corporativo, mais identificado com o pensamento das “elites modernizadoras”, atenuou os conflitos entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que conteve um “excesso” de demanda da classe operária. Em contrapartida, concedeu-lhe direitos básicos, como férias, jornadas de oito horas, pagamento de horas extras, protegendo as camadas e os grupos operários menos qualificados e que dispunham de menor capacidade de pressão e organização autônomas. Para esses setores, afirmou o autor, a via “legal” parece claramente mais vantajosa do que a via “contratual”.⁷⁵³ No entanto, no âmbito do estado paulista, tal postulado não se confirmou para o período do pré-64. Fernando Teixeira da Silva, em sua pesquisa quantitativa sobre a ação do movimento sindical na Justiça do Trabalho durante o

⁷⁵¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. “O sindicalismo corporativo no Brasil – persistência e mudança”, in: RODRIGUES, Leôncio Martins (et al). *Trabalho e cultura no Brasil*. Recife, Brasília: ANPPCS/CNPq, 1981.

⁷⁵² Idem, p. 30.

⁷⁵³ Para o autor, as análises sobre a estabilidade do sistema corporativista após o Estado Novo deveriam considerar a suposta “fraqueza das classes industriais”, noção que legitimaria a tutela do Estado sob os trabalhadores. Segundo ele, a crescente oferta de mão de obra rural vinda do Nordeste do país, supostamente sem experiência na luta política e sindical, assim como na vida associativa, teria levado à substituição do operário de origem europeia, transformando o mercado de trabalho e dificultando a organização autônoma dos trabalhadores. Esse argumento já foi bastante criticado na historiografia mais recente dos estudos do trabalho, ver, entre outros, FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

período de 1963, revelou que as categorias mais fortes e organizadas optaram, naquela conjuntura específica, por negociar sob a intermediação do tribunal trabalhista, enquanto que nas cidades do interior do estado de São Paulo e nas categorias com menor poder de barganha o número de contratos coletivos entre empresas e sindicatos foi maior.⁷⁵⁴ Na ditadura, o controle do poder normativo da Justiça do Trabalho tornou as diferenças nos resultados dos contratos coletivos e dos dissídios coletivos praticamente nulas, sobretudo no tocante à questão salarial. Nesse sentido, a lei do arrocho e a estrutura sindical corporativista foram fundamentais para manter o controle da ação sindical e da própria Justiça do Trabalho.⁷⁵⁵

Em meados da década de 1970, a rejeição do envolvimento dos sindicatos nas questões político-partidárias e governamentais, tida como uma das principais bandeiras da AFL-CIO, tornou-se praticamente insustentável. O relacionamento estreito da maior central norte-americana com os diferentes governos norte-americanos, travado durante toda a Guerra Fria, passou a ser alvo de críticas severas feitas até mesmo pelos próprios membros do IADESIL, sindicalistas norte-americanos e funcionários do Estado. Tais críticas explicitaram as contradições inerentes da própria política sindical internacional norte-americana, que tinha como base os princípios da democracia e da liberdade, ao mesmo tempo em que apoiava os regimes ditatoriais em todo o mundo para execução de seus projetos, por meio da realização de atividades financiadas pelo governo estadunidense.

Em 1977, o programa do IADESIL no país afirmava ter basicamente um único e vago objetivo: “ajudar o movimento sindical brasileiro a desenvolver *know-how* técnico, de modo que os trabalhadores possam utilizar mais dos benefícios dos sindicatos como membros”.⁷⁵⁶ No mesmo ano, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, admitiu a manipulação dos índices oficiais da inflação durante os anos de 1973 e 1974. A comprovação desse fato impulsionou as campanhas de reposição salarial de 1977,

⁷⁵⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. “Entre o Acordo e o Acórdão: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do Golpe de 1964”, in GOMES, Angela de Castro e Silva, Fernando T. da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2013 (no prelo).

⁷⁵⁵ Essa questão foi mais investigada por mim no artigo “A ‘rebelião dos índices’: política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)”, in GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história*, op.cit.

⁷⁵⁶ Relatório AIFLD 1977.

lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Esse episódio, conforme observou Almeida, “contribuiu para a unificação de diferentes setores do movimento sindical, fortaleceu a organização sindical e angariou simpatia da opinião pública”, colocando em xeque a tese da suposta docilidade e apatia dos trabalhadores brasileiros, tão sustentada pelos sindicalistas do IADESIL.⁷⁵⁷ Estes, organizaram-se em grande número dentro e fora dos sindicatos, por meio das comissões de fábrica, na luta por aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho. Em busca da conquista da autonomia do Estado, os trabalhadores reivindicavam as negociações diretas com os empregadores, sem a interferência do Estado, numa tentativa de romper com as práticas estabelecidas nos períodos anteriores.

No entanto, a velha guarda de sindicalistas da AFL-CIO, muitos deles idealizadores da política sindical internacional nos anos da Guerra Fria, assistiam o movimento dos trabalhadores brasileiros, articulado pelas principais categorias da região do ABC e da cidade de São Paulo, como meros espectadores.⁷⁵⁸ Em seu plano de atividades para os anos de 1977 e 1981, os condutores do IADESIL timidamente aconselhavam a entidade a investir no intercâmbio sindical com os metalúrgicos, a fim de “ajudar a consolidar esses ganhos, reforçar as perspectivas de desenvolvimento das tendências em acentuar a imagem da liberdade sindical e solidariedade interamericana”.⁷⁵⁹

Todavia, a mesma entidade também passava por mudanças. Afinal, a entrada de novos e jovens sindicalistas era inevitável. Enquanto um movimento sindical ganhava força em São Paulo, a maior central norte-americana enfrentava um choque de gerações. Dentre os novos personagens a ocupar os cargos da AFL-CIO estava Stanley Gacek. O seu interesse pelo Brasil surgiu no ano de 1980, por meio do contato com Maria Helena

⁷⁵⁷ ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 133.

⁷⁵⁸ A formação de um novo movimento ficou mais evidente durante a realização do 5º Congresso da CNTI, realizado no Rio de Janeiro em 1978, quando se destacou um grupo de dirigentes que estavam lutando das velhas lideranças de cúpula do sindicalismo, como Ari Campista. Entre eles destacaram-se Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, entre outros. Esses passaram a ser identificados e a se autodenominar uma nova geração de sindicalistas “independentes” e “autênticos”. O movimento, que contava com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica, além de criticar a estrutura sindical oficial e a CLT, reivindicava o fim do regime de exceção, a redemocratização do país, além de liberdade sindical, ampliação do direito de greve, livre negociação, entre outras questões. ALMEIDA, Gelsom Rozentino, op.cit, p. 108.

⁷⁵⁹ AIFLD. Country Plans for Brazil, 1977-1981, p. 2.

Moreira Alves. Acompanhado de outros sindicalistas, ele veio ao Brasil para ver de perto as notícias divulgadas no exterior sobre o movimento sindical brasileiro e, mais especificamente, conhecer um líder sindical que estava ganhando repercussão internacional e que havia fundado então o Partido dos Trabalhadores. Conheceu Lula e logo ambos tornaram-se amigos. Naquele período, Gacek via no Brasil um movimento efervescente com “tendências e aspirações do sindicalismo voltadas para a liberdade sindical real e para a negociação coletiva autêntica”.⁷⁶⁰

Em 1983, Gacek veio ao Brasil para assistir o Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), recebeu o incentivo de Bruce Jay, na época representante do IADESIL no Brasil.⁷⁶¹ O ICT tinha interesse em convidar Jair Meneguelli, conhecido como uma forte liderança no PT e presidente da CUT, para participar dos cursos e do programa de intercâmbio oferecido pela entidade. No evento, Gacek observou ser o único representante do sindicalismo norte-americano naquele local. Acabou sendo motivado a fazer um pronunciamento e se surpreendeu por não ter sido vaiado. É provável que o seu engajamento no movimento sindical brasileiro e na América Latina em geral tenha levado o velho dirigente Willian Doherty a vê-lo como uma presença incômoda na AFL-CIO. No final dos anos 1970, as jovens lideranças pensavam em criar uma nova história de solidariedade sindical internacional, mas decidiram não revirar o passado de denúncias sobre a estreita relação entre a AFL-CIO e a CIA. Entretanto, segundo Gacek, entre os anos de 1978 a 1981, período de ascensão do movimento sindical brasileiro, o foco do IADESIL era a América Central, África do Sul e Filipinas, não sendo o Brasil prioridade da política internacional do sindicalismo norte-americano.

Além do mais, a velha guarda do IADESIL, insistindo no argumento do “sindicalismo puro e simples”, dizia que o “novo sindicalismo” que havia surgido no Brasil era um movimento partidário. Sendo assim, optaram por apoiar a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), representada por “Joaquinzão”. Como observou Gacek, a CUT tornou-se um inconveniente para o IADESIL, que decidiu investir numa central

⁷⁶⁰ Depoimento de Stanley Gacek concedido à autora e a Paulo Fontes em 25 de outubro de 2012. Agradeço ao CPDOC/FGV, escritório de São Paulo, por ter nos disponibilizado o local para a entrevista. O próximo parágrafo utiliza a mesma fonte.

⁷⁶¹ Bruce Jay já havia morado no Brasil entre os anos de 1968 e 1969, período em que acompanhou o movimento sindical na zona da mata pernambucana, mais especificamente na região de Palmares, PE. Ele assumiu o IADESIL em 1981. Ver entrevista com Bruce Jay, feita pelo Centro de Memória Sindical, em 3 de junho de 1982. CMS, série entrevistas, localização não especificada.

sindical com um discurso mais atrelado ao Estado e ao sistema corporativista, contrariando o que eles haviam reivindicado para o Brasil ao longo de toda a Guerra Fria.⁷⁶² Ao fazer uma “especulação educada”, Gacek acredita que essa atitude contraditória do IADESIL, bem como a sua “dificuldade” em lidar com o que estava acontecendo no Brasil no final dos anos 1970 e início de 1980, pode estar relacionada com o próprio papel da entidade, conduzida por lideranças anticomunistas e muito ligada aos governos e grandes empresários estadunidenses.

Nesse sentido, é válido destacar que Peter Grace, poderoso investidor na América Latina, atuou no IADESIL até o ano de 1979, conforme enfatizou Gacek. Entretanto, ele acredita que a CUT, mesmo com o repúdio ao IADESIL e ao sindicalismo norte-americano entre as lideranças do “novo sindicalismo”, soube diferenciar a velha guarda de sindicalistas norte-americanos das jovens lideranças, como o próprio Gacek e John Sweeney. Este último, quase uma década depois iria vencer as eleições para presidente da AFL-CIO, como representante da chapa “*New Voice*”.⁷⁶³ Ao longo da primeira década dos anos 1980, Gacek manteve um relacionamento estreito com Lula, atuando como ponto de contato entre a CUT e o sindicalismo norte-americano e organizando também uma série de viagens de dirigentes brasileiros, inclusive o próprio Lula para os Estados Unidos, ações que provocaram especulações tanto da direita como da esquerda.

Embora este estudo não tenha proposto analisar a fundo o período do “novo sindicalismo”, acredito que essas observações são importantes para compreender os desdobramentos do IADESIL no final da década de 1970. Assim, chama a atenção o comportamento apático das antigas lideranças da entidade diante de um movimento que reivindicava o “sindicalismo livre”, tão divulgado pela AFL-CIO na Guerra Fria. De todo modo, é curioso que o “novo sindicalismo” tivesse uma pauta tão semelhante àquela demandada pelo sindicalismo norte-americano. No entanto, para apontar para as possíveis influências e convergências desses discursos seria necessário investigar as

⁷⁶² PEREIRA, Anthony W. “U.S. Foreign Policy Towards Labor: the Case of Brazil”. Paper apresentado no XVI International Congress of Latin American Studies Association – LASA. Crystal City, VA, abril de 1991.

⁷⁶³ Nos anos 1990, o IADESIL transformou-se na organização Solidarity Center. O novo Instituto agregou sindicalistas que militavam em outras entidades e que não tinham a intervenção do IADESIL, período em que iniciou-se uma nova história das relações sindicais Brasil e Estados Unidos, por meio de uma maior aproximação com a CUT. AMORIM, Wilson A. Costa. “Evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional”. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração – USP, 2007, p. 231.

origens da formação desse movimento sindical que eclodiu com as greves de 1978, embora saibamos do seu forte alinhamento com os sindicatos dos países socialistas europeus e com os partidos sociais-democratas. Pesquisa que esta tese não se propôs a realizar. De qualquer forma, é válido enfatizar que, provavelmente, a frase “a CLT é o AI-5 dos trabalhadores”, famosa na voz de Lula e comumente reproduzida nos dias de hoje sem maior contextualização, estivesse se referindo não aos direitos garantidos pela legislação trabalhista, mas, sobretudo, ao controle da política salarial, à intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos e à ação de uma Justiça do Trabalho que teve de se subordinar e se moldar aos interesses do regime ditatorial.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Unicamp, 2000.

ALEXANDER, Robert J. "Labor and Inter-American Relations". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 334, *Latin America's Nationalistic Revolutions*, Mar., 1961.

_____. *A organização do trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *A History of Organized Labor in Brazil*. Westport, CT: Praeger, 2003.

_____. *O ABC do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. "O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". *Debate & Crítica*, São Paulo, Hucitec, nº 6, julho de 1975.

_____. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALMEIDA, Fernando Lopes. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

AMORIM, Wilson A. Costa. "Evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional". Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração – USP, São Paulo, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Márcia Elizabeth de. "Personnas: gradações e sujeitos do discurso político-religioso no estado autoritário pós-64, uma abordagem lexical e sociossemiótica". Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1995.

AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América. Os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Cartéis e a desnacionalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BARGAS, Osvaldo. "Perspectivas do movimento sindical internacional e os desafios colocados

para a CUT”, in: CEDI. *A CUT e o movimento sindical internacional*. Rio de Janeiro/ São Paulo: CEDI, 1991.

BAPTISTA JR, Roberto. “Antissovietismo: reflexos e práticas compartilhadas de repressão no sistema interamericano (1945-64)”. Tese de doutorado. Campinas, IFCH, Unicamp, 2005.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário. A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980)*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.

BELMONTE, Laura A. *Selling the American Way*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2008.

BERGER, Henry W. “Union Diplomacy: American Labor's Foreign Policy in Latin America, 1932-1955”. Tese de Doutorado. Madison: University of Wisconsin, 1966.

BLACK, J. K. "Lincoln Gordon and Brazil's Military Counterrevolution", in: RONNING, C. N. e VANNUCCI, A. P. *Ambassadors in foreign policy: the influences of individuals on U.S.- Latin American Policy*. Nova York: Prager, 1987.

BLACK, Jam Knippers. *United States Penetration in Brazil*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1977.

BLUM, William. *The CIA: A Forgotten History*. Londres/ Nova Jersey: Zed, 1986.

BOZZA, Juan Alberto. “Cooperación y cooptación. Agencias norteamericanas sobre el sindicalismo peronista en los sesenta”. Paper apresentado no Segundo Congresso de Estudos sobre Peronismo (1943-1976), realizado nos dias 4 a 6 de novembro de 2010.

_____. “Trabajo silencioso. Agencias anticomunistas en el sindicalismo latinoamericano durante la Guerra Fría”. *Conflicto Social*, año 2, nº 2, Diciembre 2009.

BRAGA, Paulo Romeu. “Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2, Brasília, jun.-dez., 2002.

BUHLE, Paul. *Taking care of Business: Samuel Gompers, George Meany, Lane Kirkland, and the Tragedy of American Unionism*. Nova York: Monthly Review Press, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CARDOSO, Adalberto M. *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

CAREW, Anthony. “The Politics of Productivity and the Politics of Anti-Communism: American and European Labour in the Cold War”. *Intelligence and National Security*, vol. 18, n. 2, 2003.

COLISTETE, Renato. “Trade Unions and the ICFTU in the Age of Developmentalism in Brazil, 1953-1962”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 92, n. 4, November 2012.

CORREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.

COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

COSTA, Hermes Augusto. “O sindicalismo, a política internacional e a CUT”. *LUANOVA*, nº 64, 2005.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma. Uma história de luta e resistência*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp/ Fapesp, 1995.

DÁLIO, Danilo J. e MYAMOTO, Shiguenoli. “O governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”. *Idéias*, Campinas, São Paulo, n. 1, nova série, 2º semestre, 2010.

DREIER, John E. (ed.). *The alliance for Progress: Problems and Perspectives*. Nova York: Praeger, 1987.

_____. (org.) *A Aliança para o Progresso. Comentários de Milton S. Eisenhower, Raul Prebisch, José Figueres, Teodoro Moscoso e Dean Rusk*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

DREYFUSS, Rene Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ERICKSON, Keneth. *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics*. Berkeley: University of California Press, 1977.

_____. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FARIAS, Damião Duque de Farias. *Em defesa da ordem. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILIPPELLI, Ronald L. *American Labor and Postwar Italy, 1943-1953. A Study of Cold War Politics*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1989.

FISCHER, Brodwin. “Direitos por leis ou lei por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo”, in LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Anablume, 1997.

_____. *Um Nordeste em São Paulo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORTES, Alexandre (et al.) *Na luta por direitos – estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

FRENCH, John. *Afogados em leis*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GACECK, Stanley. *Sistemas de relações de trabalho. Exame dos modelos Brasil - Estados Unidos*. São Paulo: LTr, 1994.

GARCÍA, Magaly Rodríguez. *Liberal Workers of the World, Unite? The ICFTU and the Defence of Labour Liberalism in Europe and Latin America (1949-1969)*. Bern: Peter Lang, 2010.

GASPARI, Hélio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GOETHEM, Geert Van. “Labor's Second Front: The Foreign Policy of the American and British Trade Union Movements during the Second World War”. *Diplomatic History*, vol. 34, n. 4, pp. 663-80.

GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert. (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo)

GERASSI, John. *The great fear in Latin America*. Nova York: Patheon Books, 1963.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/ IUPERJ, 1988.

GORDON, Lincoln. *A New Deal for Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

_____. *Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GREEN, James N. e JONES, Abigail. “Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964”. *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n. 57, São Paulo, 2009, pp. 67-89.

GREEN, James N. “Clerics, exiles, and academics: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States, 1969-1974”. *Latin American Politics and Society*, Spring 2003, vol. 45, n. 1, pp. 87-116.

_____. *Apesar de vocês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HIRSCH, Fred. *An Analysis of the AFL-CIO Role in Latin America, or, Under the Covers with the CIA*. Pamphlet. San Jose, CA: s.ed., 1974.

HOFFMAN, Elizabeth Cobbs. *The rich neighbor policy: Rockefeller and Kaiser in Brazil*. New Haven: Yale, 1992.

_____. *All You Need is Love: The Peace Corps and the Spirit of the*

1960s. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

HUGHES, Quenby Olmstead. *In the interest of democracy: the rise and fall of the early Cold War alliance between the American Federation of Labor and the Central Intelligence Agency*. Bern; Oxford: Peter Lang, 2011.

KOFAS, Jon V. *The Struggle for Legitimacy: Latin American Labor and the United States, 1930-1960*. Tempe: Center for Latin American Studies/ Arizona State University, 1992.

LAMGGUTH, A J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

LESSA, Antonio Carlos. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.51, n. 2 Brasília, julho-dezembro de 2008.

LICHTENSTEIN, Nelson. *State of the Union. A Century of American Labor*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LOPES, Juarez Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In *Sociedade de Indústria no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero/ Brasília: Universidade de Brasília, MTC/ CNPq, 1988.

LOUREIRO, Felipe. “Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)”. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

LOTHIAN, Tamara. “The Political Consequences of Labor Law Regimes: the Contractualist and Corporatist Models Compared”. *Cardozo Law Review* 1001, 1986, pp.1001-73.

LOWENTHAL, Abraham F. (org.). *Exporting Democracy. The United States and Latin America. Themes and Issues*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.

MALLOY, James M. (ed.). *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1977.

MANFREDI, Silvia M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Heloisa T. de Sousa. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo/ São Caetano do Sul: Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MERICLE, Kenneth S. “Corporatist Control of the Working Class - Authoritarian Brazil since 1964”, in: MALLOY, James. *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh PA: University of Pittsburgh Press, 1977.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

METHVIN, Eugene H. "Labor's New Weapon for Democracy". *Reader's Digest*, out. 1966, pp. 21-28.

MONGE, Luis Alberto. "O movimento trabalhista e o desenvolvimento econômico", in: ADAMS, Mildred. *América Latina: evolução ou explosão?* Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

NEEDLER, Martin. *The United States and the Latin American Revolution*. Los Angeles: University of California, 1977.

MOREL, E. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MORGAN, Ted. *A Covert Life: Jay Lovestone: Communist, Anti-Communist, and Spy Master*. Nova York: Random House, 1999.

MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NEGRO, Antonio Luigi. "Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística", in: RODRIGUES, Iram J. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/ Educ/ Unitrabalho, 1999.

_____. *Linhas de Montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo/ Fapesp, 2004.

_____. "Zé Brasil Foi Ser Peão. Sobre A Dignidade do Trabalhador Não-Qualificado na Fábrica Automobilística", in BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. "'Servir ao Povo de Todo o Coração'. Mulheres Militantes e Mulheres Operárias no ABC na década de 1970", in: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, vol. 1, pp. 84-109.

NETO, Lira. Castello. *A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NORONHA, Eduardo G. "O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil". *Dados*, vol. 43, n. 2, Rio de Janeiro 2000.

PARKER, P. R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PAOLI, Maria Célia. "Labour, Law and the State in Brazil: 1930-1950". Tese de Doutorado. Londres: London University, 1988.

PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araujo (orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

PAZZIANOTTO, Almir. *100 anos de sindicalismo*. São Paulo: Lex Editora, 2007.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. "Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil". Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História - PUC, 2005.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

PEREIRA NETO, M. L. “Sidnei, Olavo e Jeremias”, in: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e justiça social no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, pp. 25-46.

_____. “A cruz e a família contra a foice e o martelo. O anticomunismo no movimento operário de São Paulo (1950-1964)”, *Dialogia*, São Paulo, v.6, n.2, 2007, pp.33-42.

_____. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

POZZI, Pablo. “El sindicalismo norteamericano en América Latina y en la Argentina: El AIFLD entre 1961-1976”. *Herramienta* 10. Buenos Aires, julho 1999.

RADOSH, Ronald. *American Labor and U.S. Foreign Policy*. Nova York: Random House, 1969.

REIS FILHO, Daniel A. “Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória”. Ciclo de Palestras Pensando 1964, Centro Cultural Banco do Brasil. São Paulo, 1º abril, 2004.

RESENDE, André Lara. “Estabilização e reforma: 1964-1967”, in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. “A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”. Tese de doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria. O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

RODRIGUES, José Albertino. *O sindicato pós-64*. II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, CEDEC, São Paulo, abril de 1979, (mimeo).

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. “O sindicalismo corporativo no Brasil – persistência e mudança”. In RODRIGUES, Leôncio Martins (et.al.) *Trabalho e Cultura no Brasil*. Recife/Brasília, ANPPCS/ CNPq, 1981.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMBALDI, Maurício. “Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações”. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

ROMERO, Jorge Basurto. “El sindicalismo y la penetración ideológica de los Estados Unidos en América Latina”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 34, n. 3-4, jul.-dec., 1972, pp. 551-594.

ROMERO, Federico. *The United States and the European Trade Movement, 1944-1951*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. “Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. Revista *Política & Sociedade*, n. 13, outubro de 2008, pp. 279-309.

SCHMITTER, Philippe. “Still the Century of Corporatism?”, in: PIKE, F. e STRITCH, T. (eds.). *The New Corporatism*. Londres: University of Notre Dame Press, 1974.

SCIPES, Kim. *AFL-CIO's Secret War against Developing Country Workers - Solidarity or Sabotage?*. Lanham, MD: Lexington Books, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Vicente Gil da. “A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)”. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História - UFRS, 2008.

SILVA, Fernando Teixeira da e GOMES, Angela de Castro. *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, 2013 (no prelo).

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. “Poder, normas e justiça: os trabalhadores e o Tribunal Regional de São Paulo (1963-1964)”. Tese de Livre-Docência. Campinas: IFCH – Unicamp, 2013.

_____. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. *Revista GT Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, 2012, pp. 124-160.

SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

SILVERMAN, Victor. “Workers, Labor, and War: New Directions in the History of American Foreign Relations.” *Diplomatic History*, vol. 24, n. 4, September 2010, pp. 641-731.

SIMS, Beth. *Workers of the World Undermined – American Labor's Role in U.S. Foreign Policy*. Boston, MA: South End Press, 1992.

SIQUEIRA, Elcio. “Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)”. Tese de doutorado. Campinas: IFCH- Unicamp, 2009.

SLOANE, Arthur A. *Hoffa*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

SOUSA, Jesse Jane Vieira. “Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964)”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998.

SOUZA, Amaury. “The Nature of Corporative Representation: Leaders and Membership of Organized Labor in Brazil”. Dissertation prospectus. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1975.

SOUZA, Edinaldo Antonio de Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. Salvador: Edufba, 2012.

SPALDING Jr., Hobart A. “U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control”. *Latin American Perspectives*, vol. 3, n. 1, Imperialism and the Working Class in Latin America, Winter, 1976, pp. 45-69.

_____. “Sindicalismo libre: ¿De qué? El instituto americano para el desarrollo del sindicalismo libre”. *Nueva Sociedad*, n. 70, Enero-Febrero de 1984, pp. 48-58.

_____. “The Two Latin American Foreign Policies of the U.S. Labor Movement: The AFL-CIO Top Brass vs. Rank-and-File”. *Science & Society*, vol. 56, nº. 4, Winter, 1992/1993, pp. 427-431.

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

STEPAN, Alfred. *The State and Society: Peru Comparative Perspective*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1978.

TOMIZAKI, Kimi. “Desenraizamentos e deslocamentos: a formação de uma geração singular de metalúrgicos no ABC Paulista”, in: RODRIGUES, Iram Jácome e RAMALHO, José Ricardo. (orgs.). *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007, v. 1, pp. 267-98.

TORRES, Raquel Mundim. “O inferno e o paraíso se confundem: viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)”. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2013.

VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

VERGARA, Angela. “Chilean Workers and the US Labor Movement: From Intervention to Solidarity, 1950s-1970s”, in: GOETHEM, Geert Van e WATERS, Robert (eds.). *The AFL-CIO and the International Cold War*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2013 (no prelo).

_____. “Alianzas y encuentros internacionales: Sindicalismo, internacionalismo e intervencionismo durante la Guerra Fría en Chile”. *Paper* apresentado no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Copper Workers, International Business, and Domestic Politics in Cold War Chile*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2008

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ZIEGER, Robert. *American Workers, American Unions, 1920-1985*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

WAMBERTO, José. *Castello Branco, Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: s.ed., 1970.

WEFFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, 1968”. *Coleção Cadernos Cebrap*, n. 5, 1972.

WEIS, W. Michael. *Cold Warriors & Coups D’Etat. Brazilian-American relations, 1945-1964*. Albuquerque: University of New Mexico, 1993.

WEHRLE, Edmund F. *Between a River and a Mountain: The AFL-CIO and the Vietnam War*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. “Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965.” *Latin American Research Review*, vol. 30, n. 2, 1995

_____. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WIARDA, Howard J. (ed.). *Politics and Social Change in Latin America: The Distinct Tradition*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1974.

WILFORD, Hugh. *The mighty Wurlitzer: how the CIA played America*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.

WINDMULLER, John P. “The Foreign Policy Conflict in American Labor”. *Political Science Quarterly*, vol. 82, n°. 2, Jun., 1967.

ARQUIVOS E FONTES

Arquivo Edgard Leuenroth/ Unicamp

Coleção documentos da CIA

Coleção Dieese, periódicos

Coleção CPDS, periódicos

Fundo Mário Carvalho de Jesus

Fundo Osvaldo Cordeiro

Coleção Popular Groups

Coleção Robert Alexander Papers (Interviews)

Coleção Twentieth Century Latin American Pamphlets - IDC Publisher

Arquivo Nacional

Fundo IPES

Arquivo pessoal de Heloísa de Souza Martins

Manuscrito de Aloizio Mercadante, escrito em 1985, intitulado “Construindo um sindicato de luta – 50 anos de Sindicato – parte de uma história maior”.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundo Deops

Biblioteca do IFCH/ Unicamp

Coleção Fiesp

Centro de Memória e Documentação – CEDEM/ Unesp

Fundo ASMOB

Jornais da imprensa alternativa: *Amanhã*, *A Classe Operária*, *Debate*, *Aonde vamos*

Centro de Memória Sindical

Entrevistas

Centro de Pesquisa e Documentação - CPDOC/ FGV

Fundo Juraci Magalhães

Coleção Paulo Ayres Filho

George Meany Archives

Country Files, Brazil

Hoover Institution

Coleção Jay Lovestone Papers

Khell Center for Labor-Management Documentation and Archives, Cornell University Library

Serafino Romualdi Papers

National Archives and Records Administration II (NARA II)

General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF)

Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos de São Paulo

Fundo do Sindicato dos Químicos

Fundo do Sindicato dos Plásticos

O Trabalhador Químico

Entrevistas

Stanley Gacek

José Luis Vasco

Pedro Paulo Teixeira Manus

Dona Ditinha

Jarbas Passarinho

Entrevista com John W. Tuthill feita por Charles Stuart Kennedy para o projeto de História Oral realizado pela Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs, realizada em 1987, disponível no endereço: <http://international.loc.gov>.

Periódicos

A Noite

Jornal do Brasil

O Estado de São Paulo

Última Hora

Fontes impressas e documentos específicos:

AFL-CIO. *Organización y dirección de sindicatos*. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1968.

AFL-CIO. *A qualidade no trabalho*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

AFONSO, Almino. "O movimento operário e a Aliança para o Progresso". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.22, junho de 1963, ano VI.

AIFLD. *American Institute for free labor development 1962-1972 - a decade of worker to worker cooperation*. Washington: s.ed., 1972.

- AIFLD. *Country plan for Brazil - Social Projects Department*. Washington, DC: AIFLD, 1964.
- AGEE, Philip. *Inside the Company: CIA Diary*, Londres: Penguin, 1975.
- American Technical Assistance Corporation. "An Appraisal of Program Effectiveness and Management of the AIFLD - Based on Information Obtained in Brazil, Guyana, Honduras and Washington D.C.". Washington D.C., USA, April 1970.
- AMORIM, Paulo Henrique. "Sua Excelência, o pelego". *Realidade*, março de 1968, n. 24, pp. 152-160.
- ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1965.
- _____. *Neoliberalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1963.
- BARRANECHEA, Mauro. *Formação sindical*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- BEIRNE, Joseph A. *Novos horizontes para o trabalhismo americano*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.
- BRANCO, Humberto de Alencar Castello. *A Revolução e os trabalhadores*. Sl: s.ed., 1965.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CEDI. *História dos metalúrgicos de São Caetano*. Contribuição ao debate 2, Programa "Memória e acompanhamento do movimento operário no ABC". São Paulo: s.ed., 1987.
- CIOSL. *Manual para dirigentes sindicais*. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1968.
- Comissão de Estatística do Trabalho, Divisão de Relações Industriais e Trabalhistas. *Pequena história do movimento trabalhista norte-americano*. S.l: s.ed., 1965.
- CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar. Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV/Funag, 2. Edição, 2003.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC, base de dados: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Estatuto do Instituto Cultural do Trabalho e outros atos, São Paulo, 1963.
- "*Field Survey Report on AIFLD program Brazil*", 1970, relatório de atividades do IADESIL no Brasil, parte II, acessado no endereço: pdf.usaid.gov/pdf_docs/XDAAB044A.pdf.
- FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States*. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1974.
- GOMES, Angela de Castro, PESSANHA, Elina G. da Fonte, MOREL, Regina de Moraes (orgs.). *Arnaldo Süssekind – um construtor do Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife: Renovar, 2004.
- GOMPERS, Samuel. *Sindicalismo e trabalhismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, [1968].
- HERLING, John. *História dos sindicatos nos EE.UU. Sua influência social, econômica e*

política. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

ICT. *Dois anos de atividades*. ICT: São Paulo, 1965.

IUE, AFL-CIO. *Manual da liderança*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

MARCONDES, J.V. Freitas. *Radiografia da liderança sindical paulista*. São Paulo: ICT, séries monografias trabalhistas, 1964.

_____. *Primeiras Atividades do ICT*. São Paulo: ICT, 1964.

MARTINS FILHO, Arthur. *Síntese e memórias*. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, 1969.

“Memorandum of Conversation”. Washington, April, 03, 1962. *Foreign Relations of the United States* (1961-1963), American Republics, vol. XII, documento 223, fonte disponível no site do Departamento do Estado no endereço: <http://history.state.gov>.

Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil - USAID. *Treinamento de liderança sindical – um manual de instrumentos e técnicas*. S.l.: Centro de Publicações Técnicas Aliança, 1965.

MORAES FILHO, Evaristo, RUSSOMANO, Mozart Vitor, CATHARINO. *Anteprojeto do Código de Trabalho*. [Brasília]: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Reforma de Códigos, 1965.

_____. *Anteprojeto de Código do Trabalho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1963.

_____. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes, GOMES, Angela de Castro, PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (orgs.) *Sem medo da utopia: Evaristo de Moraes Filho, arquiteto da sociologia e do direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2007.

PASSARINHO, Jarbas. *Jarbas Passarinho, um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

_____. *Roteiro de viagem*. São Paulo: Monumento, 1966.

PETERSON, Florence. *Sindicatos operários norte-americanos. O que são e como funcionam*. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

RABELLO, Ophelia. *A rede sindical paulista. Tentativa de caracterização*. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1965.

Relatório final da CPI entidades estrangeiras no Brasil. Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, *Diário do Congresso Nacional*, seção I, 28 de agosto de 1970.

ROMUALDI, Serafino. *Presidents and peons*. Funk & Wagnalls, 1967.

SANTOS, Reinaldo, *Trabalho, salários e sindicatos nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Presença, 1967.

SOUZA, Rômulo Augustus Pereira. *Memórias de um pelego*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

“Survey of the Alliance for Progress – Labor Policies and programs”, documento preparado pelo Subcommittee on American Republics Affairs and Committee on Foreign Relations United States Senate, de 15 de junho de 1968.

SUSSMAN, Michael J. AIFLD: “U.S. Trojan Horse in Latin America and the Caribbean. A Special Report”. S.l.: s.ed., 1983.

TAFT, Philip e SESSIONS, John A. *Sindicalismo e trabalhismo nos EUA*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

THEBERGE, James D. e FONTAINE, Roger W. *Latin America: Struggle for Progress*. Lexington. MA: Lexington Books, 1977.

United States Department of Labor. *The American Worker’s Fact Book*. Washington, Estados Unidos: U.S. Government Printing Office, 1960.

U.S. Senate Committee of Foreign Relations United States Senate. Hearing before the Committee of Foreign Relations United States Senate. Ninety First Congress. First session with George Meany, President, AFL-CIO, August 11, 1969. Washington, DC: U.S Government Print Office, 1969.

ANEXOS

ANEXO I - CAPÍTULO 1

Lista de contribuidores individuais e corporações para o IADESIL entre os anos 1962-1968⁷⁶⁴

W.R.Grace & Company	King Ranch	Indústrias Kaiser Argentina
Rockefeller Brothers Fund	Sterling Drug, Inc.	American Cyanamid
International Telephone and Telegraph	General Foods Corporation	First National City Bank
Pan American World Airways	Loeb Rhoades & Company	International Paper Company
The United Corporation	National Biscuit Company	Mobil Oil Company
David Rockefeller	Owens-Illinois Glass	Standard Fruit Company
Kennecott Copper Corporation	Union Carbide Corporation	American Telephone & Telegraph
Standard Oil Co. of New Jersey	Ebasco Industries	Corn Products
Koppers Company	Reader's Digest	Council for Latin America
Gillette	Monsanto	Johnson & Johnson
Shell Petroleum	Southern Peru Copper Corporation	St.Regis Paper Company
Crown Zellerbach	Merck	American Car Company
The Anaconda Company	Pfizer International	First National Bank of Boston
ACFE (Venezuela)	Otis Elevator Company	Anglo-Lautaro Nitrate Corporation
Brazilian Light & Power	United Fruit Company	IBM World Trade Corporation
International Basic Economy Corporation	Sinclair Oil	Max Ascoli Fund Inc.
International Mining Corporation	Carrier Corporation	Coca-Cola Export Corporation
Container Corporation of America	Stauffer Chemical Company	American-Standard
International Packers		

ANEXO I - CAPÍTULO II

⁷⁶⁴ U.S. Senate Committee of Foreign Relations United States Senate. Hearing before the Committee of Foreign Relations United States Senate. Ninety First Congress. First session with George Meany, President, AFL-CIO, August 11, 1969. Washington, DC: U.S Government Print Office, 1969.

Lista de membros do conselho consultivo do ICT no ano de 1965⁷⁶⁵:

Nomes	Cargos
Cesarino Junior	professor de legislação trabalhista
Antonio Pereira Magalia	presidente da Federação dos Comerciantes de São Paulo
Augusta B. de Carvalho Ribeiro	professora de legislação trabalhista, segunda secretária do ICT
Camilo Ashcar	professor de legislação trabalhista, deputado estadual pela UDN
Elcio Silva	professor de legislação trabalhista
George Meany	presidente da AFL-CIO
Hélcio Maghenzani	presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Companhias Telefônicas da cidade de São Paulo
Humberto Monteiro	empresário, ex-presidente da <i>Brazil-United States Bi-National Cultural Center</i>
José Barbosa de Almeida	professor de Direito, presidente da Sociedade profissional de Advogados, presidente do ICT
José Rotta	presidente da Confederação Nacional de trabalhadores agricultores (CONTAG)
John Francis Snyder	PTTI representante no Brasil
Joseph A. Beirne	presidente da Communications Workers of America (CWA)
Joviano de Araujo	diretor da ORIT-ICFU missão no Brasil
João Wagner	presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
Mario Lopes de Oliveira	presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes (CNTT)
Leopoldo Brissac	presidente do sindicato das Indústrias de Gás
Olavo Previatti	tesoureiro da CNTI
Oswaldo Silva	advogado e ex-diretor do Depto de Relações Públicas da Ford
Orlando Coutinho	secretário-geral da Federação Estadual de São Paulo de transportes rodoviários
Padre Pedro Velloso	conselheiro eclesiástico da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos
Rômulo Teixeira Marinho	secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Comunicação e Publicidade
Ruy de Almeida Sodré	professor de legislação trabalhista, primeiro vice-presidente do ICT
Willian Medeiros	Representante da IFCCTE no Brasil
Antonio Alves de Almeida	presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores comerciais – CNTC
Mário Toledo de Moraes	Vice-presidente da Fiesp

ANEXO II – CAPÍTULO II

⁷⁶⁵ Fonte: Relatório do Consulado Geral Americano para o Departamento do Estado sobre o programa educacional do IADESIL entre os meses de julho de 1964 a junho de 1965, escrito por Niles W. Bond.

**Lista de alunos brasileiros graduados pelo IADESIL que obtiveram melhor
avaliação ao longo do ano de 1964:⁷⁶⁶**

Rômulo Marinho	presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Papel e Papelão
Roswita Mariana Riekes	secretária da entidade Women's Affairs of the Brazilian Office pertencente à Federação de Internacional dos Trabalhadores do Comércio e de Escritório
Heloísa Montenegro da Silva	membro da delegação sindical internacional na Argentina e da Federação de Enfermeiras e Parteiras de São Paulo
Octavio Carlos Coutinho de Faria	indicado para secretário da Confederação Nacional do Círculo Operário Católico, considerado líder ativo “democrático” da Confederação Nacional dos Empregados de Crédito
Milton Galdino	nomeado interventor no Sindicato de Trabalhadores Carpinteiros no Rio de Janeiro
Geraldo Efresias de Moura	secretário da Federação de Veículos de Motor do Estado de São Paulo, instrutor do ICT e membro da Federação Internacional dos Trabalhadores de Transportes no Brasil
Sydney Mattos	assistente especial do presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Papel e Papelão
Hugo Morien	instrutor do ICT e dirigente do Sindicato de Chapéus de Campinas
Antonio de Oliveira Silva	presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, localidade não citada, instrutor do ICT
Canuto Machado Coelho	locutor de rádio por profissão e coordenador regional das atividades do ICT
Rubens Decourt	membro do Sindicato dos Trabalhadores de Telefonia de São Paulo e também instrutor do ICT
Ary José Alvin	instrutor do ICT
Narciso Ramos de Siqueiro	dirigente do Sindicato de Trabalhadores de Vidro, localidade não citada

Alunos graduados pelo IADESIL no Front Royal, Estados Unidos⁷⁶⁷:

⁷⁶⁶ Relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento do Estado, escrita por Herbert W. Baker, 28 de agosto de 1964. NARA II, General Records of the Department of State (GRDS), RG 59, Central Foreign Policy Files (CFPF), LAB 3-3 - box 1282.

Everardo Miranda Coelho	presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo, na cidade de Fortaleza, e membro do Conselho Executivo da Federação Nacional dos Empregados de Distribuição Comercial das companhias de minério e combustíveis
Edison Barque Ferreira	secretário da Federação do [Círculo Operário Católico] de Pernambuco
Joaquim Cardoso dos Santos	eleito presidente após ter sido interventor do Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo
Willian Cioletti Cardoso	presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Petróleo, localidade não citada
João Teóphilo de Souza	nomeado interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
Damásio Marques Silva	nomeado interventor do Sindicato dos Carpinteiros, localidade não citada
Norival Guadaglin	membro da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
Raphael Cavalcanti	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Óleo do Estado do Alagoas
Jair Mayao Trinta	Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos da Guanabara, com papel importante no treinamento dos trabalhadores da Petrobrás
Sérgio Duvall Vicentini	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, atuando também como instrutor do ICT nos cursos intensivos de liderança sindical realizados na cidade de São Paulo
Altamyr Vimeney	Sindicato dos Trabalhadores de Hotéis e Restaurantes do Rio de Janeiro, tido como um “ <i>expert</i> em problemas de segurança social”, também assistente dos seminários promovidos pelo ICT.

Alunos graduados pelo IADESIL e que retornaram às suas bases sindicais de origem:

⁷⁶⁷ Segundo o relatório da embaixada americana, de todos os integrantes da turma formada no exterior no ano de 1964, apenas dois não desenvolveram as atividades sindicais após regressarem ao Brasil.

José Trindade Eruz	bancário ligado ao Círculo Operário Católico de Sergipe
Francisco Campenilli	Sindicato dos Sapateiros, região não citada
Iria Belz	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Comunicação
Juarez Chaves	Sindicato dos Trabalhadores Farmacêuticos, local não identificado
Carlos Augusto Amazonas Paixa	Círculo Operário Católico, localidade não citada
Aramo Azambujo Schassler	Sem informações
Carlonio Policarpo da Silva	Sem informações